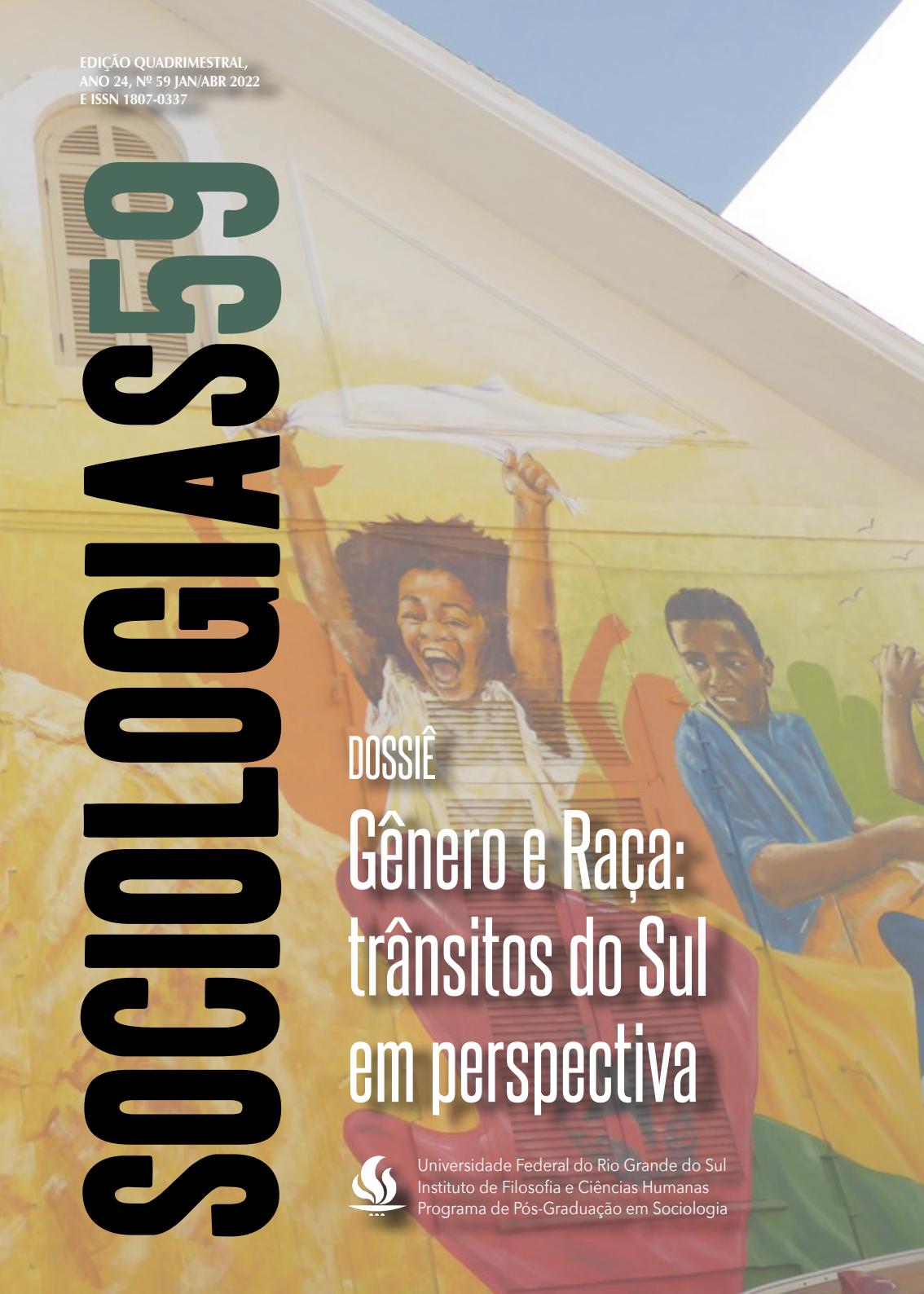
EDIÇÃO QUADRIMESTRAL,
ANO 24, Nº 59 JAN/ABR 2022
E ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS 59



DOSSIÊ

Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

E-ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS

www.seer.ufrgs.br/sociologias

revsoc@ufrgs.br

SOCIOLOGIAS

[SSN 1807-0337] Revista quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, destinada a promover intercâmbio entre cientistas sociais nacionais e internacionais.
Sociologias *is a four-monthly journal published by the Graduate Program in Sociology - UFRGS, aiming to promote interaction between Brazilian and foreign social scientists*
Ano 24, n. 59, jan/abr. 2022, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos André Bulhões Mendes
Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves
Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Letícia Maria Schabbach
Coordenador-Substituto: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Editor
Alex Niche Teixeira

Editor Assistente
Enio Passiani

Editora Emérita
Maíra Baumgarten

Editora Assistente
Cinara Lerrer Rosenfield

Editores Assessores
Adriano Premebida
Alexandre Almeida de Magalhães
Clarissa Eckert Baeta Neves
Jalcione Almeida
Marília Luz David
Priscilla Ribeiro dos Santos
Rochelle Fellini Fachinetto

Assessoria Editorial
Regina Vargas

Equipe Técnica
Projeto gráfico: Rodrigo Rosa
Editoração Eletrônica: Carolina Fernandes
Revisão e padronização: Liana Fernandes
Revisão técnica: Regina Vargas

Conselho Editorial
Alicia Itati Palermo, UNL (Argentina)
Alberto Riella, Universidad de la República (Uruguai)
Arnaud Sales, Université de Montréal (Canadá)
Carlos Benedito Martins, UnB (Brasil)
César Barreira, UFCE (Brasil)
Darío Salinas, Universidad Iberoamericana (México)
Elisa Reis, UFRJ (Brasil)
Fernanda Sobral, UnB (Brasil)
Francesco Ramella, University of Torino (Itália)
Ilse Scherer-Warren, UFSC (Brasil)
Jean Louis Laville, CNAM (França)
Julio Mejía Navarrete, UNMSM (Perú)
Li Peilin, Chinese Academy of Social Sciences (China)
Luis Suárez Salazar, ISRI (Cuba)
Margaret Abraham, Hofstra University (EUA)
Maria Lucia Maciel, UFRJ (Brasil)
Maria de Nazareth Wanderley, UFPE (Brasil)
Paulin J. Hountondji, Université Nationale du Bénin (Benin)
Paulo Henrique Martins, UFPE (Brasil)
Pedro Hespanha, Universidade de Coimbra (Portugal)
Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, University of South Africa (África do Sul)
Sergio Costa, Freie Universität Berlin (Alemanha)
Sujata Patel, Universidade de Hyderabab (India)

Fotografia Capa:
Paul Arps
Amilcar Cabral wallpainting in Praia
(Santiago, Cabo Verde 2019)

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/sociologias e em suas bases indexadoras.

PPGS – IFCH/UFRGS
E-mail: revsoc@ufrgs.br
Publicação quadrimestral / *Triannual publication*

© 2022, PPGS/UFRGS
Impresso no Brasil sob responsabilidade do PPGS/UFRGS

SOCIOLOGIAS59

ISSN 1807-0337 versão eletrônica

Edição quadrimestral, ano 24, nº 59, 2022

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Versão digital disponível em:
SciELO (Scientific Electronic Library Online): http://www.scielo.br/soc
Redalyc.org: https://www.redalyc.org/revista.oa?id=868
Portal de Periódicos da UFRGS: http://www.periodicos.ufrgs.br/
SEER UFRGS: http://www.seer.ufrgs.br/sociologias

Indexadores:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
DOAJ - Directory of Open Access Journals
SocINDEX with Full Text – EBSCO
IRESIE. Base de datos sobre Educación - IISUE, UNAM
LAPTOC - Latin American Periodicals Tables of Contents
Latindex (Directorio)
IBICIT – Oasisbr
Periódicos CAPES
PKP Index
Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
REDIB - Red Iberoamericana de innovación y conocimiento cientifico
SciELO Brasil
SEER - UFRGS
Web of Science - Scielo Citation Index

Bibliotecário: Maycke Young de Lima – CRB 10/1920

Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. – v. 1, n. 1 (jan./jun. 1999)-. – Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007. – Quadrimestral. Continua: Cadernos de Sociologia. – ISSN 1517-4522.

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia*.

SOCIOLOGIAS de PPGS/UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.
Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/sociologias.
Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/sociologias.
2022, PPGS/UFRGS

Apoio:

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

9 **EDITORIAL**
EDITORIAL

DOSSIÊ
DOSSIER

Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva
Gender and race: southern transits in perspective
Organizadores: José Carlos Gomes dos Anjos e Miriam Steffen Vieira

16 **Gênero e raça: trânsitos do Sul em perspectiva**
Gender and race: southern transits in perspective
José Carlos Gomes dos Anjos e Miriam Steffen Vieira

24 **Da emergência da Lei Especial contra a Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde à sua operacionalização na Rede Sol**
The Special Law on Gender-Based Violence in Cape Verde: from enactment to implementation by Rede Sol
Carmelita Afonseca Silva

54 **Batuko: alma dum povo! Vivências do batuko cabo-verdiano no período pós-independência**
Batuko: a people's soul! Cape Verdean batuko experiences in the post-independence
Carla Indira Carvalho Semedo

84 **Curanderas y parteras: saberes que reivindican y tensionan**
Healers and midwives: knowledge that challenge
Diana Manrique García

108 **Traços de antinegritude em Cabo Verde**
Traces of anti-blackness in Cape Verde
José Carlos Gomes dos Anjos e Eufémia Vicente Rocha

138 **Kumida di tera: relações de cuidado e alimentação em Cabo Verde**
Kumida di tera: food and care relationships in Cape Verde
Natalia Velloso Santos e Vladmir Ferreira

ARTIGOS
ARTICLES

170 **O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia**
The profile of CNPq's research productivity grantees in Sociology
Amurabi Oliveira, Marina Félix Melo, Mayres Pequeno e Quemuel Baruque Rodrigues

200 **O populismo como modelo de "democracia polarizada": a teoria do populismo de Pierre Rosanvallon à luz do debate contemporâneo**
Populism as a model of "polarized democracy": Pierre Rosanvallon's theory of populism in contemporary debate
Le populisme comme modèle de "démocratie polarisée" : la théorie du populisme de Pierre Rosanvallon à l'aune du débat contemporain
Diogo Cunha e Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro

238 **Entre substâncias e relações: formação e modernização do Brasil em Raízes e Sobrados (1936)**
Between substances and relationships: formation and modernization of Brazil in Roots and Mansions (1936)
Sergio Barreira de Faria Tavolaro

264 **Encarceramento e desencarceramento no Brasil: a audiência de custódia como espaço de disputa**
Incarceration and disincarceration in Brazil: The Detention Hearing as a space for dispute
Rodrigo Ghiringhelli Azevedo, Jacqueline Sinhoretto e Giane Silvestre

296 **Mobilidades e etnicidade nos territórios da costura**
Mobilities and ethnicity in Latin American sewing territories
Patricia Tavares de Freitas

328 **Desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social**
Racial inequality in intergenerational transmission of social class inheritance
José Alcides Figueiredo Santos

362 **Corpos descartáveis: neosoberania e exclusão na era digital**
Disposable bodies: neosovereignty and exclusion in digital era
César Sabino

INTERFACES
INTERFACES

386 **A organização das campanhas eleitorais nos municípios: o caso de Guarulhos em 2016**
Organization of municipal electoral campaigns: the case of Guarulhos in 2016
Mércia Alves

RESENHAS
BOOK REVIEWS

416 **Tornar-se Beauvoir: para além dos argumentos *ad feminam***
To become Beauvoir: beyond ad feminam arguments
KIRKPATRICK, Kate. Simone de Beauvoir: uma vida. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

Gabriel Peters

430 **Memória, narrativa e subjetividade étnica: a etnicidade europeia nos Estados Unidos**
Memory, narrative and ethnic subjectivity: the European ethnicity in the United States
FODOR, Mónika. Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives: politics of the untold. Nova York: Routledge, 2020. 285 p.

Lucas Voigt

BRAZIL TODAY
BRAZIL TODAY

444 **Memórias políticas e resistências feministas**
Political memories and feminist resistance
Danielle Tega

http://doi.org/10.1590/15174522-124786

Gênero e raça sob enfoque decolonial

Alex Niche Teixeira*
Enio Passiani*

A parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), no âmbito das Ciências Sociais, resultou num intercâmbio intenso de discentes e docentes e, com eles e elas, ideias que assumiram a forma de pesquisas, círculos intelectuais, teses, dissertações, bem como a importante Série "Estudos Sociais Cabo-Verdianos", uma coedição da Editora da UFRGS com a então recém-criada casa editorial na Uni-CV, justamente inspirada pelo modelo de editoras universitárias brasileiras, como forma de publicizar as primeiras produções do mestrado interinstitucional em Ciências Sociais iniciado em 2007 (Lucas; Silva, 2009). Após o primeiro volume, voltado a pesquisas de feição etnográfica, seguiram-se edições que trataram da dimensão política extrapartidária (Anjos; Baptista, 2010) e das sociabilidades em Cabo Verde (Rocha; Vieira, 2016).

Agora, o **dossiê** "Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva", organizado por José Carlos Gomes do Anjos e Miriam Steffen Vieira, composto por trabalhos resultantes

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

da cooperação acadêmica Sul-Sul, tenciona, corajosamente, articular "tendências do feminismo do Sul Global às relações complexas entre colonialismo e miscigenação", de modo a oferecer frestas que permitam pensar criticamente a modernidade "a partir de potentes feminismos disruptivos que emergem das experiências do Sul global americano", tal como referem os organizadores (Anjos; Vieira, nesta edição, p. 18 e 22).

Os exercícios analíticos que os(as) leitores(as) encontrarão neste **dossiê** revelam muitas modernidades possíveis, com todos os seus potenciais, limites e riscos. Extrapolam, inclusive, a cooperação Brasil-África, e ampliam, assim, os limites do Sul Global, incorporando, por conseguinte, novos temas, problemas e perspectivas analíticas, arejando as molduras teórico-epistemológicas e colocando-as, felizmente, ao nosso alcance.

A seção **Artigos** desta edição traz trabalhos que cobrem um leque variado de temáticas. Parte deles reflete sobre os achados de pesquisas empíricas com foco em questões sociais de relevância atual, outros trazem a leitoras e leitores de Sociologias reflexões teóricas que buscam melhor compreender a realidade brasileira. A seção abre com o artigo de Amurabi Oliveira, Marina Melo, Mayres Pequeno e Quemuel Rodrigues, que apresenta um estudo quantitativo sobre os bolsistas CNPq, examina o perfil dos bolsistas da área de Sociologia, discute o processo de acesso às bolsas de pesquisa e seus estratos.

Diogo Cunha e Paulo Henrique Cassimiro refletem sobre o populismo, tomando por base a produção de Pierre Rosanvallon sobre o tema e cotejando-a com outras perspectivas teóricas. Concluem que a teoria de Rosanvallon oferece um instrumental de maior abrangência para a análise do fenômeno, por ser capaz de incorporar tensões e complexidades ao estudo da democracia, das quais as demais abordagens não dão conta.

Sergio Tavolaro retoma as obras clássicas de Sergio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre para analisar seus respectivos olhares para os processos de formação e modernização da sociedade brasileira, identificando entre as obras desses autores perspectivas inconciliáveis desses processos. A partir dessa análise, tece considerações, mobilizando uma farta literatura da teoria social, e identificando alguns pontos de convergência nas duas obras, sobre suas respectivas contribuições para uma interpretação alternativa da experiência brasileira.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Jacqueline Sinhoretto e Giane Silvestre discutem a implementação de medidas descarcerizantes previstas na política criminal brasileira, a partir de estudo empírico que acompanhou audiências de custódia. A partir dos dados coletados, sugerem a influência das concepções dos operadores jurídicos relativas ao crime, ao perfil do criminosos e à punição sobre os padrões de escolha de implementação ou não de medidas alternativas à prisão.

Outro estudo empírico, de Patrícia Tavares de Freitas, examina a inserção de migrantes bolivianos no trabalho de confecção de roupas em duas metrópoles (Buenos Aires e São Paulo), com base na análise das redes sociais que oportunizam o ingresso e a circulação das pessoas nessa atividade. A autora indaga se a atividade constituiria uma *economia étnica* ou um *território circulatório* para os migrantes. A partir dos dados levantados por meio de entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas na atividade em algum momento de suas vidas, propõe que se trata de um híbrido dessas categorias, decorrente da existência de dois tipos de redes sociais de contratação: um constituído das redes existentes nos locais de origem dos migrantes e o outro de redes formadas nas cidades de destino.

A questão racial é tema do trabalho de José Alcides Figueiredo Santos, um estudo de base estatística que examina as

desigualdades raciais manifestas na transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens de origem de classe social. O estudo aponta que, de maneira geral, no nível agregado, a desigualdade racial persiste de forma marcante, no Brasil, na transmissão da herança de classe. Além disso, os dados indicam que, pelo menos no nível agregado, não há uma relação direta entre o acesso à educação superior e uma redução da desigualdade racial na transmissão da herança de classe.

Encerrando a seção, César Sabino examina o impacto das novas formas de trabalho mediadas por tecnologias digitais, sugerindo que a sociedade atual vive uma era de "neosoberania" no que tange às relações de poder.

Na seção **Interfaces**, Mércia Alves discute a organização de campanhas eleitorais nos municípios, a partir de um estudo de caso da cidade de Guarulhos (SP). A autora põe o foco no processo de profissionalização das campanhas e aponta, com base nos resultados do estudo, para um processo heterogêneo, em que o grau de profissionalização de cada campanha está associado tanto à disponibilidade de recursos quanto ao perfil do candidato.

Na seção **Resenhas**, Gabriel Peters, em "Tornar-se Beauvoir: para além dos argumentos *ad feminam*" comenta a biografia de Simone de Beauvoir, escrita pela filósofa inglesa Kate Kirkpatrick e publicada no Brasil em 2020 pela editora Planeta do Brasil. Peters destaca a importância dessa biografia que, longe de ser mais uma entre as várias que privilegiam a vida afetiva de Beauvoir, joga luz sobre a densidade filosófica, literária e ético-política de sua obra, desfazendo o viés sexista que a fazia caudatária do pensamento de Jean-Paul Sartre. Lucas Voigt traz a resenha do livro de Mónika Fodor, *Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives: politics of the untold*, publicado pela Routledge, em 2020, e ainda sem tradução para a língua portuguesa. O livro analisa o papel das

narrativas de memória intergeracional para a construção da subjetividade étnica, a partir de estudos de identidades étnicas europeias entre descendentes de migrantes nos EUA.

Por fim, a seção **Brazil Today**, que busca facilitar a circulação internacional da pesquisa sociológica brasileira, traz o trabalho de Danielle Tega, "*Political memories and feminist resistance*", fazendo uma síntese da pesquisa da autora, que levantou um vasto corpus de testemunhos de mulheres que lutaram contra as ditaduras no Brasil e na Argentina, e que buscaram registrar suas memórias por meios diversos – diários, relatos, ficção literária, entrevistas e outros. Registros que não têm recebido o devido reconhecimento, o que revela o caráter desbravador da pesquisa.

A partir desta edição, a *Sociologias* conta com uma nova dupla de editores: os professores Alex Niche Teixeira e Enio Passiani. Os desafios que se impõem atualmente à ciência brasileira, particularmente às ciências sociais, não são poucos e nem fáceis, mas não nos desanimam. Ao contrário, nos motivam a seguir, a perseverar e fazer jus aos(às) editores(as) que nos precederam e de quem somos herdeiros.

Os Editores.

Referências

1. ANJOS, José Carlos G. dos; VIEIRA, Miriam S. Gênero e raça: trânsitos do Sul em perspectiva. *Sociologias*, v. 24, n. 59, p. 16 – 23, 2022. http://doi.org/10.1590/15174522-124273

2. ANJOS, José Carlos dos; BAPTISTA, Marcelo Quintino G. (Org). *As tramas da política extrapartidária em Cabo Verde*: ensaios sociológicos. Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

3. LUCAS, Maria Elisabeth; SILVA, Sérgio Baptista da. *Ensaios etnográficos na ilha de Santiago de Cabo Verde*: processos identitários na contemporaneidade. Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

4. ROCHA, Eufémia V.; VIEIRA, Miriam S. (Org.). *Mobilidade acadêmica e deslocamentos de perspectivas*: Brasil/ Cabo Verde. Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.



DOSSIÊ

Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva

Coordenado por
José Carlos Gomes do Anjos e
Miriam Steffen Vieira

http://doi.org/10.1590/15174522-124273

Gênero e raça: trânsitos do Sul em perspectiva

José Carlos Gomes dos Anjos*
Miriam Steffen Vieira**

Resumo

A cooperação acadêmica com países africanos foi incrementada por editais científicos voltados à internacionalização das universidades brasileiras, especialmente a partir de meados dos anos 2000. Esse processo promoveu a constituição de redes internacionais de pesquisa e a colaboração entre pós-graduações brasileiras e africanas, especialmente com países de língua oficial portuguesa. Este dossiê é fruto desse processo, pautando estudos cabo-verdianos, em diálogo com pesquisas e perspectivas latino-americanas. O dossiê reúne um conjunto de textos que cruzam algumas das tendências dos feminismos do sul global às questões das relações entre colonialismo e miscigenação. Esses diferentes estudos apontam para inusitadas possibilidades de se pensar a modernidade a partir de potentes feminismos disruptivos que emergem das experiências do Sul global amefricano.

Palavras-chave: colonialismo, cooperação acadêmica, feminismos, Sul global, Cabo Verde.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Gender and race: southern transits in perspective

Abstract

Academic cooperation with African countries was enhanced by calls for proposals aimed at the internationalization of Brazilian universities, especially from the mid-2000s onwards. This process promoted the establishment of international research networks and collaboration between Brazilian and African graduates, especially with Portuguese-speaking countries. This dossier is an outcome of this process, presenting Cape Verdean studies, in dialogue with Latin American research and perspectives. The dossier brings together a set of texts that interweave some trends in feminisms of the global South with discussions on the relationship between colonialism and miscegenation. These different studies point to unusual possibilities of reflecting on modernity from the point of view of powerful disruptive feminisms that emerge from the experiences of the African global South.

Keywords: colonialism, academic cooperation, feminisms, global South, Cape Verde.

O que o feminismo do Sul tem a ver com a questão da miscigenação? E como miscigenação racial e a mestiçagem institucional característica da globalização neoliberal podem ser pensadas juntas para além de uma relação metafórica? Esse par de questões aparece iluminado sob diferentes ângulos nos artigos que se seguem. Cabo Verde talvez seja um ponto particularmente privilegiado para esse tipo de indagação. Nação imaginada sob a insígnia da mestiçagem, é também o lugar de inversão das mais diversas fórmulas institucionais associadas à promessa de desenvolvimento e autonomia.

No afã de parecer um ordenamento disciplinado para a recepção das melhores fórmulas institucionais do mundo globalizado visando ao desenvolvimento, Cabo Verde não poderia deixar de ser um palco para os ensaios do feminismo branco como "missão civilizatória". Como sentencia Vergès, na era de assembleias internacionais, apoio de Estados ocidentais e pós-coloniais, mídias femininas, revistas de economia, instituições governamentais e internacionais, fundações e organizações não governamentais, a agenda neoliberal se reconcilia com o feminismo e faz

uso da linguagem dos direitos, particularmente dos direitos das mulheres, para conferir uma nova roupagem ao imperialismo numa versão feminista (Vergès, 2020). A demonstração de como a incorporação de agendas internacionais continua a se impor também via direitos das mulheres nos leva a uma inquietação quanto à conjuntura em que o feminismo se torna parte do arsenal neoliberal para modernização dos subdesenvolvidos.

Reunimos aqui um conjunto de textos que cruzam algumas das tendências dos feminismos do Sul global às questões das relações entre colonialismo e miscigenação. Dado esse escopo e nossa experiência na cooperação acadêmica entre Cabo Verde e o Brasil, essa questão não poderia deixar de estar no centro da maior parte das reflexões tecidas no dossiê. Cabo Verde é tipicamente um desses países em que os direitos das mulheres se tornaram um trunfo de Estado e por meio dos quais as políticas públicas se tornam permeáveis aos ordenamentos do imperialismo global, via versões institucionalizadas do feminismo branco. A missão civilizadora feminista branca e burguesa encontra aqui um ponto de tensão e alguns dos artigos mobilizados neste dossiê se ancoram em lugares de resistência a essa nova modalidade de miscigenação imperial de mundos por meio da mestiçagem institucional.

Chamamos de feminismo branco, na esteira de Vergès (2020), aquela forma de feminismo que reivindica seu pertencimento à Europa e que se relaciona com o resto do mundo segundo a mesma lógica da partilha racializada do mundo; aquele feminismo que carrega na bagagem os efeitos de séculos de dominação e supremacia branca. Em que pese a série de críticas ao seu compromisso com uma concepção binária de gênero, sua política antissexo e seu apego a uma narrativa de progresso que sublinha a concepção eurocêntrica de civilização, esse feminismo permanece dominante nas instituições levadas para países africanos, como Cabo Verde, no pacote de receitas para o desenvolvimento.

Se, como sugere Vergès (2020), esse feminismo "continua a moldar as conversas políticas e teóricas do presente oferendo certeza moral e uma visão de mundo onde estão claramente marcados bons e maus atores", ele

pode ser colocado de lado, em favor de narrativas menores. As referências ao feminismo dominante são, neste dossiê, discretamente deixadas de lado, ligeiramente deslocadas, para que não ocupem a cena central da análise, e para que possam ceder espaço para outras histórias capazes de interromper as narrativas dominantes sobre o gênero. Está em jogo, neste dossiê, localizar as mulheres africanas, e indígenas nas Américas, na trama de outros eixos de opressão além do patriarcalismo. Pode-se considerar que os artigos aqui presentes desdobram a premissa fundamental da antropóloga nigeriana Oyewùmí (2021), de que a categoria mulher não é universal e não faz parte de todas as configurações sociais da mesma maneira. É dessa premissa que parte o artigo de Natalia Velloso e Vladmir Ferreira nesse dossiê.

Quando as decisivas lutas contra o colonialismo, em sua articulação com o racismo e o patriarcalismo, se degeneram em ideologia neoliberal dos direitos das mulheres, Carmelita Silva responde analisando a interferência de agendas globais sobre decisões locais. Seu artigo busca entender como se construíram os consensos em que se aprovou um projeto de lei sobre a violência de gênero em Cabo Verde. É como se a missão civilizadora tivesse agora se travestido na linguagem dos direitos, e o feminismo branco se presta à modulação de ONGs "que em suas intervenções podem levar à reprodução das agendas globais ao invés de traduzirem as reais expectativas daquelas(es) que demandam pela justiça" – nos sugere a autora no artigo "Da emergência da Lei Especial contra a Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde à sua operacionalização na Rede Sol". O que a análise permite depreender é o modo como um feminismo civilizatório se constitui como parte da arte neoliberal de governo mundial.

Em outro momento do dossiê, um deslocamento etnográfico passa a ocupar o lugar e desaparece o embate frontal. É o modo como procede o artigo de Carla Indira Semedo, ao reconstruir as narrativas das mulheres que protagonizam um dos gêneros músico-coreográficos mais populares em Cabo Verde, o *batuko*. Suas interlocutoras lhe permitem perceber o efeito das narrativas hegemônicas de conformação da identidade da nação, mas Semedo segue além, mostrando como as vivências do *batuko*

permitem a essas mulheres se inscreverem num projeto profissional: vir a ser artista profissional.

Um deslocamento similar, em relação às versões dominantes do feminismo, acontece com o artigo "Curanderas y parteras: saberes que reivindican y tensionan". Nele, Diana Manrique García expressa um dos possíveis desdobramentos de uma perspectiva feminista de política decolonial, que se coloca sob uma nova etapa do processo de descolonização representada pela indisciplina dos corpos.

Todos os trabalhos aqui reunidos de algum modo se colocam na esteira das críticas ao chamado feminismo civilizatório e, ao se deslocarem, colocam em perspectiva, além da mestiçagem racial, a mestiçagem institucional do momento globalista do imperialismo. Quando os programas de ajuste estrutural encontram no feminismo universalista seu ponto de ancoragem para a mestiçagem institucional, Carmelita Silva expõe como o protagonismo do Estado, em detrimento dos sujeitos de direitos, e a imposição de um modelo global limitam a agência dos atores/atrizes sociais envolvidos(as) nos processos de problematização da violência baseada em gênero.

Em todo o dossiê está subjacente uma luta por justiça epistêmica que, por vezes, se inscreve no plano de um feminismo decolonial que tem como horizonte uma reapropriação científica e filosófica da capacidade de narrar e das possibilidades de fazê-lo de outro modo. Trata-se de narrar de modo a trazer aos de cima o fato de que as mulheres do Sul permanecem no lugar de reparadoras dos imensos danos das novas modalidades de imperialismo baseado no controle das fronteiras. É nessa esteira que Eufémia Vicente Rocha e José Carlos Gomes dos Anjos articulam a posicionalidade de mulher negra ao plano do mais assombroso dos desterros: o plano da própria humanidade. Asseguram os autores que "a condição mais fundamental da mulher negra num mundo antinegro é a de portadora de um natimorto, de alguém cuja condição de humano se dissolve no próprio gesto da demanda de verificação". Os constrangimentos impostos pelos serviços de fronteira aos imigrantes africanos é o plano em que o ser do negro se imbrica ao ser do feminino como um buraco negro em que o ser se dá como impasse entre

a civilização e a incivilidade permanente. A perpetuação da supremacia branca planetária e a exploração da antinegritude se fazem gritantes quando governos do sul global buscam tirar partido da situação de *apartheid* global posicionando como "uma fortaleza para si e como parte da muralha que deve estancar o afluxo de negros pobres aos países afluentes".

Quando o feminismo branco se tornou o álibi das novas modalidades do imperialismo, o maior deslocamento pode ser o de nem mesmo tocar no feminismo e nas questões de gênero, mesmo se o que está em jogo é o cuidado através da alimentação. Natalia Velloso e Vladmir Ferreira se apoiam em Bellacasa (2015) para expor uma ética do cuidado acionada através de práticas de ecoativismo na permacultura. O cuidado da horta como cuidado de si coletivo aparece como força de resistência à lógica colonial e ao produtivismo contemporâneo. Percursos afirmativos intensivos, descritos com sensibilidade acurada, permitem visualizar o constante processo de tessitura de outros mundos neste mundo.

Quando a mulher migrante toma a palavra para denunciar a antinegritude cabo-verdiana, essa voz pode ser conectada às práticas de cuidado e cura de uma comunidade indígena da Amazonia Boliviana protagonizadas por mulheres? O que está subjacente a esses textos diferentes é o horizonte de um feminismo que articula a crítica ao patriarcado, aos direitos migrantes e à luta contra o capitaloceno racial. São exploradas neste dossiê as respostas ao momento global em que as portas do ocidente se fecham e a feminização do Sul eclode enquanto políticas locais de empoderamento das mulheres do Sul. Existem outras estratégias e elas não dependem desses marcos de um feminismo global que se apresenta como missão civilizatória.

A reunião desses textos é caudatária das rotas transnacionais de transferências de experiências que fizeram com que os organizadores deste dossiê estivessem entre o Brasil e Cabo Verde, em trabalhos de orientação de dissertações e teses que, de algum modo, tocavam nesses temas. Esta proposta visou reunir textos sobre a produção de conhecimentos decorrente da cooperação Sul-Sul brasileira com universidades africanas de língua oficial portuguesa e explorar dimensões comparativas no campo dos estudos

feministas. A circulação de pessoas, conceitos e teorias aparece em diferentes artigos questionada desde perspectivas generificadas, e são colocados de novo em tela os processos de crioulidade e de mestiçagem que cristalizaram o processo de constituição de imaginários nacionais latino-americanos e dos países lusófonos africanos, agora intensificados pelos processos migratórios. Os artigos aqui propostos, ao reverem feminismos hegemônicos, apontam para inusitadas possibilidades de se pensar a modernidade a partir de potentes feminismos disruptivos que emergem das experiências do Sul global amefricano (Gonzalez, 2020).

A partir dos anos 2000, a cooperação acadêmica com países africanos foi incrementada por editais científicos voltados à internacionalização das universidades brasileiras. Esse processo promoveu a constituição de redes internacionais de pesquisa, a criação de grupos de pesquisa voltados aos estudos africanos e a colaboração entre pós-graduações brasileiras e africanas, especialmente com países de língua oficial portuguesa. Desta cooperação, resultou uma significativa produção de conhecimento, seja de etnografias e estudos empíricos em contextos africanos, seja de pesquisas comparativas com Brasil e América Latina. Este dossiê decorre desses trânsitos. Mais especificamente, exploramos aqui as brechas por onde se cruzam feminismos afro-lusófonos e afro-latino-americanos nas bordas desse acontecimento vital que é a intensificação do processo migratório dos países outrora colonizados por potências latinas. A circulação internacional de conceitos, teorias e imaginários no modo como informam e limitam as perspectivas feministas amefricanas e impõem uma "extraversão" na produção de conhecimentos sobre relações de gênero nesses países africanos e latino-americanos é o eixo estrutural comum a diversos dos artigos aqui propostos.

Referências

1. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

2. OYEWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

3. BELLACASA, Maria P. de la. Making time for soil: Technoscientific futurity and the pace of care. *Social Studies of Science*, v. 45, n. 5, p. 691-716, 2015.

4. VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

http://doi.org/10.1590/15174522-121421

Da emergência da Lei Especial contra a Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde à sua operacionalização na Rede Sol

Carmelita Afonseca Silva*

Resumo

Neste artigo, procuro refletir sobre o contexto de emergência da lei que torna público o crime da *Violência Baseada no Gênero* (VBG) em Cabo Verde, ou Lei de VBG, como é vulgarmente conhecida, e sobre o enquadramento dos casos de violência conjugal nas estruturas da Rede Interinstitucional de Atendimento às Vítimas de Violência Baseada no Género (Rede Sol). Para tanto, recupero, num primeiro momento, os temas/questões que permearam os diferentes momentos de discussão (na Comissão de seguimento do projeto-lei e no parlamento: violência contra as mulheres *versus* violência baseada no gênero, (in)constitucionalidade, desestabilização da família e interferência de agendas globais sobre decisões locais. Num segundo momento, busco entender como se construíram os consensos e se aprovou o referido projeto-lei. Por fim, apresento reflexões sobre esse processo de construção de legalidades de equidade de gênero considerando dimensões globais e locais.

Palavras-chave: maus-tratos, violência baseada no gênero, família, Rede Sol.

* Universidade de Cabo Verde, Praia, Santiago, Cabo Verde.

CC BY

The Special Law on Gender-Based Violence in Cape Verde: from enactment to implementation by Rede Sol

Abstract

The article presents the context in which the law that criminalizes Gender-Based Violence (GBV) in Cape Verde, or the GBV Law, as it is commonly known, emerged and examines the framing of cases of marital violence within the structures of Interinstitutional Network for Assistance to Victims of Gender-Based Violence (Rede Sol). To that end, at first, the themes/questions that permeated the different moments of discussion (in both the advisory commission and in the parliament) of the Bill are considered: violence against women *vs.* gender-based violence, (un) constitutionality, destabilization of the family and interference of global agendas on local decisions. Secondly, I seek to understand how consensus was built and the aforementioned bill was approved, and, finally, I present reflections on this process of construction of gender equality legalities considering global and local dimensions.

Keywords: abuses, gender-based violence, family, Rede Sol.

Introdução

Desde a década de 1970, por influência de diferentes movimentos feministas, a violência doméstica, em especial, a exercida por homens contra as mulheres, deixou de estar restrita ao domínio da privacidade familiar, para constituir-se, inicialmente, em (i) uma das principais lutas feministas e/ou de organizações não governamentais (Ongs) que atuam no campo da promoção da igualdade de gênero; (ii) temas de pesquisas nos mais diversos campos de produção de conhecimento; e (iii) objeto de produção de legalidades e de políticas públicas em inúmeros países do mundo.

No contexto de Cabo Verde, à semelhança de Brasil, Moçambique e Espanha – países tomados como referência na concepção da Lei Especial Contra Violência Baseada no Gênero – os processos de construção social das violências foram marcados por "pressões" de organismos internacionais e de Ongs que atuam no campo da promoção de igualdade de gênero. Em

paralelo a esse movimento – que se impõe, sobretudo, a partir do norte global –, observa-se também o desenvolvimento de um campo teórico-metodológico cujo foco de discussão se desloca das noções de maus-tratos, violência doméstica e violência contra a mulher (entre finais da década de 1990 e finais da década de 2000),[1] para se centralizar na violência baseada no gênero (VBG) (a partir da década de 2010).

Os primeiros debates privilegiaram, portanto, o conceito de violência doméstica, tipificado, no âmbito do primeiro Código Penal de Cabo Verde (de 2004), em seu artigo 134º, como crime os maus-tratos físicos, psicológicos ou tratamentos cruéis infligidos a cônjuge ou a pessoa com quem se está unido de fato. A partir desse instrumento jurídico, as violências no âmbito de conjugalidades se deslocam do naturalmente aceito para se constituírem num crime de natureza semipública[2] (Artigo 376º do Código Penal). Nesse período, as discussões eram muito vinculadas à ideia do patriarcado como operador das desigualdades sociais – uma proposta de análise centrada na naturalização da desigualdade de gênero e, portanto, marcada pela matriz do pensamento ocidental. Tal abordagem não só apresentava as mulheres como vítimas exclusivas das violências perpetuadas pelos homens, como invisibilizava os significados particulares que os envolvidos (homens e mulheres, enquanto sujeitos particulares de direitos) nas situações de violências construíam dessas práticas.

Embora, para o momento em que se vivia, a tipificação dos maus-tratos representasse um passo importante no processo de desnaturalização das violências contra a mulher, o instituto responsável pelas políticas de promoção da mulher (Instituto da Condição Feminina – ICF) e as Ongs feministas do país entendiam que a complexidade do fenômeno da violência perpetrada contra as mulheres não apenas demandava o deslocamento do foco do debate do núcleo de relações (a família) para os sujeitos particulares de direitos

[1] Vale referir que esse deslocamento não significou a extinção do artigo 134º do CP que tipifica os maus-tratos aos cônjuges. O referido artigo aplica-se ainda hoje nos casos em que o desequilíbrio de poder não constitui a motivação para a violência entre os cônjuges.
[2] O procedimento penal passa a depender do desejo da vítima ou de pessoa com autoridade legitimamente reconhecida para o registro da queixa.

(a mulher e o homem), mas que era igualmente necessário autonomizar e tornar público o crime das violências. Para tanto, a partir do final da década de 2000, conjugaram-se vários esforços – da sociedade civil organizada, do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), de parlamentares, das lideranças dos partidos políticos, com o apoio dos organismos internacionais – que possibilitaram a aprovação da Lei número 84/VII/11, instrumento que torna público, amplia[3] e autonomiza o crime da "violência com base no gênero". Somente a partir desse diploma é que, efetivamente, redefinem-se os lugares de masculinidades e feminilidades em Cabo Verde. Ou seja, que a VBG passa a ser entendida como resultado do exercício de poder, reforçando as representações sociais em torno do que se entende por "ser homem" e por "ser mulher" (ICIEG, s.d).

A mudança do eixo da promoção da família – no quadro da lei que versa sobre os maus-tratos –, para a igualdade de gênero, no âmbito da Lei Especial contra violência baseada no gênero, também foi acompanhada de deslocamentos na abordagem do problema. Se, até o final da década de 2000, os trabalhos em torno da violência doméstica centralizaram a análise no patriarcado, reduzindo as mulheres à condição de "vítimas" das determinações históricas, e os homens a autores exclusivos dessa prática, sustentando a análise na abordagem da dominação masculina[4] e da dominação patriarcal,[5] a partir de 2009 começa-se a perceber o deslocamento de um discurso "vitimista", em especial relacionado à mulher, para uma abordagem relacional, que permite trazer à discussão narrativas de mulheres e homens em situação de violências (Silva, 2009; Furtado, 2016).

Nesse processo "classificatório" ou de "deslocamento semântico" de "maus-tratos a cônjuges/violência doméstica" para a "violência baseada no gênero", observa-se um deslocamento tanto teórico como de objeto de intervenção. Se, na primeira categorização, as discussões evidenciaram a

[3] Com a entrada em vigor da lei n. 84/VII/2011, a VBG deixa de se circunscrever exclusivamente ao espaço doméstico e àquelas situações que ocorrem na relação conjugal, para alargar seu âmbito às situações que acontecem nos espaços públicos, como no meio laboral.
[4] Refiro-me à dominação masculina, no sentido usado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1999).
[5] A abordagem da dominação patriarcal é aqui referenciada a partir das contribuições da socióloga feminista Heleieth Saffioti (1995).

família como bem jurídico a proteger, na segunda, destaca-se a necessidade de proteger os direitos individuais das pessoas, mulheres e homens, envolvidas em situações de violências. A violência passa, portanto, a ser pensada como prática que afeta tanto mulheres como homens, ainda que de modo desigual.

Contexto de emergência do projeto-lei de VBG

Os avanços globais no campo do reconhecimento dos direitos das mulheres, possibilitaram a criação, a partir da década de 2000, do primeiro Código Penal de Cabo Verde, que tipificou, em seu artigo 134º, os maus-tratos a cônjuges como crime semipúblico. Não obstante essa mudança no ordenamento jurídico interno, as desigualdades e violências continuam a permear as relações entre homens e mulheres (Silva, 2009). Conforme o jurista Carlos Reis,[6] a própria gravidade de certos casos de violência que davam entrada no Ministério Público (MP) e a forma como as mulheres que procuravam esse serviço para denunciar situações de violência expressavam suas subjetividades evidenciavam a necessidade de um novo enquadramento jurídico para esses casos.

No trecho que se segue, o jurista explicita, a partir de duas situações de violência que deram entrada no MP, entre 2005 e 2006, numa altura em que exercia o cargo de procurador na Ilha do Fogo, os limites operacionais do artigo 134º, e destaca algumas das estratégias que têm sido usadas para garantir que os casos cheguem a julgamento. Como afirma,

> na primeira [situação], a mulher, na faixa etária dos 25/26 anos, que tinha sido agredida pelo marido com uma garrafa que lhe deixou hematomas na cabeça, apresentou a queixa. No dia do julgamento, quando chegaram, sentaram-se juntos e eu perguntei à senhora: "vocês já se reconciliaram?" e ela me disse que sim; e o procurador lhe perguntou: "você quer desistir da queixa?" e ela disse "não, não quero desistir da queixa, eu quero que o tribunal decide e se ele for condenado a alguma coisa, posso até ajudar, mas eu quero que ele aprenda a lição para que isso não volte a repetir. Nós já estamos bem em casa, ele até, regra geral, é um bom marido, assume responsabilidade pelo nosso filho, mas eu não quero desistir da queixa.

[6] Informações concedidas em entrevista realizada em janeiro de 2016.

> Na segunda (...) situação, oposta a essa, era de uma senhora que era agredida pelo marido com quem tinha dois filhos. Um deles já um adolescente que até intervinha e ameaçava-o por conta da agressão que exercia sobre a mãe. Ela então, ao sair da casa deles para ficar em casa de uma irmã, não levou os filhos porque não havia espaços, mas deixava que o marido saísse de casa para trabalhar e voltava para a casa, limpava, cozinhava e voltava a sair para não entrar em contato com ele; isto depois de várias agressões/atitudes muito violentas. Queixava-se, e quando o processo ia ao Ministério Público (MP), havia desistências. Desistiu na primeira, segunda, com o mesmo procurador e na terceira vez, o procurador, lhe disse, "minha senhora, desse jeito você corre o risco de eu estar a fazer o seu levantamento de cadáver ...". A senhora se sentiu até ofendida pelo que disse o procurador. Mais tarde, quando eu entrei em contato com esta situação, foi num episódio em que o companheiro chega mais cedo à casa e encontra a mulher... e já estava bêbado e agride-a de tal forma que parte-lhe uma costela, perfurando-lhe um pulmão, e ela foi evacuada para a cidade da Praia e o procurador disse... "neste caso, nem vou apresentar como crime de maus-tratos, vou enquadrar como crime mais grave – ofensas agravadas porque, assim, ela não vai poder desistir da queixa no MP". (Carlos Reis, entrevista concedida em janeiro de 2016).

Esses dois casos evidenciam os limites da lei de "maus tratos a cônjuges" diante da complexidade das situações de violência que vinham ocorrendo no país, e chamam a atenção para as necessidades: (i) de o procedimento criminal não depender da manifestação do desejo da vítima em denunciar e manter a queixa; (ii) de autonomização do crime da violência; e (iii) de a punição dos casos não depender da habitualidade e do vínculo conjugal, o que deixava impunes os agressores.

Essas situações fizeram com que o ICIEG, em articulação com seus parceiros, começasse a refletir sobre a necessidade de um novo enquadramento jurídico para o problema das violências. Uma demanda que, embora não tenha sido protagonizada por movimentos feministas à semelhança do que aconteceu no Brasil (Vieira, 2013) e noutras paragens, não ocorreu de forma isolada. Assim como a criminalização dos maus-tratos, também o processo de concepção da Lei Especial VBG, formalmente iniciado entre 2009 e 2010, resultou de um trabalho articulado com os organismos internacionais e Ongs que atuam na promoção da igualdade de

gênero. Trata-se, portanto, de uma questão que faz parte da agenda interna, ao mesmo tempo em que conjuga demandas internacionais e regionais.

Com efeito, embora desde 2004,[7] quando acompanhava o processo de elaboração do primeiro Código Penal cabo-verdiano (CPC), e em 2005, na sequência da publicação dos resultados do *II Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva* (IDSRII), o ICIEG já tivesse manifestado sua preocupação face à necessidade de tornar público o crime de VBG, o processo de concepção do Projeto-lei somente viria a ser formalizado entre 2009 e 2010. Importa, contudo, salientar que a introdução do módulo "violência doméstica" no IDSRII, que reforçou a necessidade da criação da referida lei, resultou de uma exigência da Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme o referido organismo internacional, a introdução da categoria "violência doméstica" como indicador adicional no processo de seguimento do Objetivo do Desenvolvimento do Milénio (ODM3) e a constar no relatório da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) devia, necessariamente, passar pela assunção do compromisso de Cabo Verde em dar a conhecer as estatísticas nacionais sobre o fenômeno.[8] Além de chamar a atenção para a necessidade de pensar uma proposta de lei que autonomizasse e ampliasse o âmbito do crime da violência doméstica contra as mulheres,[9] dados recolhidos e sistematizados a partir do IDSRII estimularam a elaboração do I Plano Nacional contra a Violência Baseada no Gênero (PNVBG).[10]

[7] Importa referir que a proposta de uma lei que torna público o crime de violência doméstica, em especial a exercida contra as mulheres, foi uma iniciativa da Associação de Mulheres Juristas (AMJ), na sequência de recomendações saídas do estudo *Proteção às vítimas de crimes violentos (em particular as mulheres): Relatório provisório de 2002*, produzido pela mesma associação (AMJ) sob coordenação do jurista, Jorge Carlos Fonseca. A não implicação dos outros parceiros, nacionais, regionais e internacionais, fez com que a proposta não chegasse, conforme referem os juristas, Carlos Reis e Dionara Anjos, a ser apreciada pelo governo (entrevistas realizadas em janeiro e fevereiro do ano 2016, respetivamente).

[8] Os dados apontavam para a maior representatividade da violência física (16%), seguida da psicológica (14%) e da sexual (4%); constatou-se que a maioria das vítimas se concentrava no meio urbano (24%), que uma em cada cinco mulheres era vítima da violência por parte de companheiro ou ex-companheiro; 19% das mulheres admitiram ser vítima de mais de um tipo de violência.

[9] Para mais informações a esse respeito ver *Relatório de Avaliação do estágio de implementação da lei nº 84/VII/11 de 2017*.

[10] Plano que operacionaliza um dos eixos estratégicos do Plano Nacional de Promoção da Igualdade de Gênero (PNIEG – 2005/2009).

Processo de concepção e aprovação do Projeto-lei VBG: da divergência de perspectivas à construção do consenso

Concepção e socialização do Projeto-lei junto à comissão de seguimento dos trabalhos

O projeto-lei contra VBG surgiu da harmonização de duas propostas apresentadas ao concurso lançado pelo ICIEG para a elaboração da lei contra a violência.[11] Uma proposta tomava como referência a Lei Maria da Penha (LMP) do Brasil, que propunha seguir a CEDAW e outros instrumentos da Organização das Nações Unidas (ONU), e que entendia a violência baseada no gênero como sinônimo de violência contra a mulher. A outra, apoiava-se na Plataforma de Ação de Beijing, propondo uma abordagem mais ampla sobre o fenômeno da violência, que não circunscrevia gênero a uma perspectiva dicotômica homem/mulher, mas buscava pensá-lo como construção social independentemente do sexo, percebendo a violência como prática relacional.

Para apoiar o processo da harmonização das duas propostas, o ICIEG integrou mais um consultor nacional. Conforme salienta a jurista Dionara Anjos, em entrevista concedida em 2016, não se tratou apenas de harmonizar as duas propostas de projeto-lei,[12] mas também de tentar equilibrar a posição das Ongs membros da Rede Sol que faziam parte da comissão de acompanhamento do projeto-lei.

Segundo a jurista, entre as Ongs se podia, igualmente, perceber duas correntes. Uma delas, embora reconhecendo as mulheres como "vítimas" preferenciais das violências perpetradas pelos homens, defendia que, para um combate a médio e longo prazo, era necessário formular uma lei contra

[11] Foram selecionadas duas equipes de consultores. Uma equipe constituída por duas juristas, uma brasileira, graduada em Direito e doutorada em Direitos Humanos, e uma cabo-verdiana, graduada em direito e inscrita na Ordem dos Advogados de Cabo Verde (OACV). A outra equipe era formada por dois juristas, ambos de nacionalidade cabo-verdiana, um membro fundador da Rede Laço Branco, Cabo Verde e deputado das bancadas parlamentares do Movimento para a Democracia (MPD) e do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

[12] Além de suas propostas serem influenciadas pelos organismos internacionais – ONU, em particular –, também se poderia notar influências derivadas do tipo organizações da sociedade civil e da política de pertença de consultoras(res) e das universidades que frequentaram, sem se esquecer das marcas de gênero.

a violência baseada no gênero. A outra corrente, fundamentada na ideia do desequilíbrio histórico de poder em desfavor das mulheres, entendia que se deveria avançar com um projeto-lei sobre a violência contra as mulheres. Portanto, não havia entre as Ongs o consenso quanto ao bem jurídico a proteger. Se, na primeira corrente, a tônica era colocada na necessidade de assegurar a efetiva igualdade entre homens e mulheres como princípio de combate às desigualdades históricas de poder e, por conseguinte, a VBG, na segunda, a mulher é apresentada como bem jurídico a proteger.

Gerir as diferentes perspectivas, seja dos consultores, seja das Ongs e, ao mesmo tempo, levar em consideração os compromissos internacionais do Estado e estratégias de mobilização de deputados e deputadas das duas bancadas com maior assento parlamentar, MPD e PAICV, levantou algumas suspeições no núcleo de trabalho. Como refere o jurista Clóvis Silva,

> nós tivemos que fazer um trabalho entre nós para justificarmos perante o núcleo e as nossas colegas consultoras que era importante que nós analisássemos essa perspectiva [gênero como relação]. Por quê? Porque isto não estava nos termos de referência. A ideia não era criar uma lei de violência do gênero, [a ideia] foi construída pela equipa… não havia… portanto... não era esta a ideia inicial. Tanto que, se for aos rascunhos… vai ver que não há esta abordagem, esta abordagem foi criada posteriormente. E acho que na segunda ou terceira versão, já confluímos… já aparece essa construção de gênero, já aparece essa construção despida da ideia de que a mulher é a vítima exclusiva e nós aprendemos muito nesse processo e acho que foi um golpe de sorte nós termos estado naquele lugar, naquela hora… (Clovis Silva, entrevista concedida em março de 2017).

Em sentido semelhante, o jurista Carlos Reis expressa que

> apesar de ter sido difícil dizer: "nós não vamos fazer uma lei para as mulheres, mas uma lei em prol da igualdade de gênero" (...) lembro da coordenadora da Rede Sol a chegar a uma determinada altura em que a discussão estava acalorada, ela disse: "Bom, minha gente, eu quero é garantir que: 1, temos a lei e 2, que a lei puna os agressores. Se, na prática, os agressores são tendencialmente homens e as vítimas tendencialmente mulheres, é um bocado indiferente a lei dizer se especificamente ou não, vai favorecer as mulheres". Portanto, é como eu digo, teríamos discussões muito complicadas relativamente à constitucionalidade da lei. Se haverá que proteger as mulheres e teríamos

> uma discussão sobre a discriminação positiva, se podia ou se não podia; o princípio da igualdade, a questão das relações homossexuais, colocar-se-ia, pois é como eu digo, se a LMP, protege mulheres ainda que tendo uma relação homossexual, mas não protegendo homens na mesma relação, você não pode configurar a representação dos papéis do gênero num casal homossexual composto por duas mulheres e não configurar essa possibilidade num casal de homossexuais formado por dois homens ... e isso seria um ponto muito complicado ultrapassar. Daí que esta foi também uma boa justificação, para convencer esta comissão de acompanhamento a submeter um projeto desta natureza... (Carlos Reis, entrevista concedida em janeiro de 2016).

Apesar da dificuldade inicial em gerir as diferentes perspectivas, as relações entre os(as) consultores(as) e Ongs representadas na comissão de acompanhamento dos trabalhos não foram marcadas por conflitos. Havia consenso em que a aprovação do projeto-lei num parlamento como o nosso, constituído maioritariamente por homens[13], demandava equilíbrio de gênero e de representação de partidos com maior assento parlamentar, na constituição da equipa de consultores e que, o gênero fosse concebido numa perspectiva relacional, envolvendo homens e mulheres.

Embora o processo de concepção, discussão e socialização da proposta do projeto-lei na comissão de acompanhamento tivesse como preocupação a definição de estratégias políticas internas que pudessem garantir sua aprovação no parlamento – fato que exigiu o redirecionamento daquilo que inicialmente se previa –,[14] a preocupação central era pensar uma proposta de lei que levasse em conta as expectativas de homens e mulheres cabo-verdianos(as) e que traduzisse a realidade do país. As narrativas da ex-presidente do ICIEG e dos juristas que estiveram implicados na concepção do projeto-lei VBG revelaram essa preocupação.

Para Cláudia Rodrigues, ex-presidente do ICIEG,

[13] O processo de elaboração do projeto-lei ocorreu no período da VII Legislatura (2006, 2011). Nessa legislatura, o parlamento era composto por quarenta e um (41) deputados do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), partido que suporta o governo, 29 do Movimento para a Democracia (MPD) e os outros dois são representantes da União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID). Em termos de gênero, havia 11 deputadas contra 61 deputados.

[14] Para mais informações, ver o Caderno de Encargos para a elaboração do projeto de lei (ICIEG, 2009).

> restringir a violência baseada no gênero à violência contra as mulheres não dava resposta às necessidades locais, mesmo porque não se incluiria a homofobia e o Instituto estava, naquele momento, implementando um projeto de salvaguarda dos direitos LGBT, tendo sido importante permitir a integração da homofobia no contexto (Claudia Rodrigues, citada em Anjos, 2015, p. 305).

Rodrigues deixa explícita na sua narrativa a necessidade de uma lei que levasse em conta as particularidades de Cabo Verde, destacando a homofobia como uma prática violenta que deveria ser incluída no projeto-lei. O jurista Carlos Reis considera, por sua vez, que se a VBG fosse conduzida à semelhança do disposto na Lei Maria da Penha, do Brasil, para uma situação em que as "vítimas" fossem única e exclusivamente as mulheres,

> estaríamos a deixar de fora um certo número de situações em que se pode constatar violência de gênero em relação a homens, meninos e rapazes, onde a VBG tem uma configuração muito mais específica (...) se repararmos, a VBG, em relação às nossas crianças, aos meninos e rapazes, que começam na sua formação enquanto homem, nas suas afirmações de masculinidade fundamentadas em estereótipos que, normalmente, os incita a terem uma atitude mais agressiva e eventualmente até mais violenta perante obstáculos de vida (entrevista Carlo Reis, entrevista concedida em janeiro de 2016).

Segundo o jurista, em Cabo Verde, pensar uma proposta de lei sobre violências que proteja exclusivamente os direitos das mulheres, à semelhança das leis do Brasil, Espanha e Moçambique, seria excludente e, portanto, redutor a médio e longo prazos. Mesmo que, no caso de Cabo Verde, a proposta busque ampliar o conceito de gênero, aproximando-o da ideia de papéis sociais de gênero e do desequilíbrio de poder, é importante ter presente que os papéis sociais não são fixos e se constituem na relação (Scott, 1995). Se assim é, tanto homens como mulheres podem se constituir como autores(as) e "vítimas" de VBG.

Algumas situações observadas e relatos escutados durante o nosso trabalho de campo[15] demonstraram, a título de exemplo, que o papel de

[15] Trabalho realizado entre 2016 e 2017, no âmbito do projeto de tese intitulado "A Rede Sol e a Lei Especial contra Violência Baseada no Gênero: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de de violências conjugais em Cabo Verde".

provedor da família, antes atribuído quase que exclusivamente aos homens, pode, em função das mudanças ocorridas no domínio laboral e no plano cultural, passar a ser assumido por muitas mulheres. O que não significa, necessariamente, a existência de uma relação de dominação por parte das mulheres. Os casos de Sónia e de Abel são bastante reveladores.

> (...) ele chegou a ficar desempregado por um ano e, nesse período, eu é que cuidava da casa e me responsabilizava pelas despesas da família. Precisavas ver o comportamento dele, todo mansinho! Há cerca de um mês que voltou a trabalhar como chefe da guarda municipal, transformou-se completamente, é outra pessoa.... nunca esperava que ele fosse capaz de me agredir… ontem agrediu-me de todas as maneiras: com a cadeira, pedaços de vidro dos objetos que partia enquanto brigávamos, bofetadas, socos na cabeça, mordeu-me no pescoço, como se não bastasse, pegou num cinto e tentou me estrangular... (Sónia, professora, 30-35 anos, notas de campo, novembro de 2014).

> Já passei de tudo com esta mulher... é possessiva, ciumenta, ou doença mesmo!!? Não sei, talvez!! Quando fiquei desempregado, comi o pão que o diabo amassou. Me obrigava a fazer tudo, inclusive lavar suas cuecas... era humilhação e controlo demais para uma pessoa. Entrei em estado profundo de depressão... Há 20 dias que comecei a trabalhar de novo, e quase todos os dias ela vai no meu trabalho, cria casos... faz escândalos. É basta me ver com uma colega, que logo pensa que é a minha mulher... (Abel, Técnico superior, 30-35 anos, notas de campo, novembro de 2014).

Embora os relatos evidenciem alguma relação entre o papel de provedor da família e o exercício da violência, é importante perceber, tal como defendem Ortner e Whitehead (1981), que as relações de gênero não podem ser entendidas como simples reflexo da divisão sexual do trabalho e que, portanto, o papel de provedor da família não é uma prerrogativa dos homens. As atividades de mulheres e homens são, conforme Henrietta Moore (1997, p. 12),[16] "informadas por uma multiplicidade de discursos de gênero e relações de gênero, eles próprios produzidos e reproduzidos por meio dessas mesmas atividades, que

[16] Tradução de Júlio Assis Simões, exclusivamente para uso didático. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/269229/mod_resource/content/0/henrietta%20moore%20compreendendo%20sexo%20e%20g%C3%AAnero.pdf.

refletem as mudanças no entendimento da cultura". As narrativas de Abel e de Sónia enfatizam o poder como elemento central no exercício da violência, não como algo fixo e que se impõe apenas a partir do polo masculino da relação, à semelhança do que sugere Pierre Bourdieu (1999), mas como elemento que circula nas relações de gênero, podendo igualmente ser exercido pelo polo feminino.

Diante dessas narrativas, que chamam a atenção para a necessidade de o projeto-lei ser pensado para e com cabo-verdianas e cabo-verdianos, respeitando suas particularidades, chegou-se ao consenso de que o foco do debate não deveria centrar-se exclusivamente no eixo "vitimista" e na penalização e responsabilização da parte agressora, mas que também se deveria pensar no tratamento dessas pessoas e, logo, que se deveria deslocar o eixo da "promoção da mulher" como bem jurídico a proteger para o da "igualdade de gênero".

Após o consenso de que a judicialização dos conflitos de gênero deve focar nas relações de gênero, o ICIEG iniciou um intenso processo de *advocacy* junto às entidades que teriam influência e poder de decisão na aprovação da lei.[17] Essa ação contou com a participação da Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV) e apoio das agências da ONU no país. Portanto, também nessa etapa as ações continuaram a ser protagonizadas pelo ICIEG e outros setores (magistrados e parlamentares), Ongs e não por movimentos sociais organizados, como tem sido prática no Brasil (Vieira, 2013) e outros países (Espanha, Moçambique), cujas leis serviram de inspiração à Lei Especial contra VBG de Cabo Verde (questão que será desenvolvida mais à frente).

Não obstante o consenso, notamos, ao longo do trabalho de campo, que as medidas de políticas continuam focadas na proteção dos direitos das mulheres. Situação que Wânia Pasinato pondera derivar-se

[17] Antes da sua discussão no Parlamento, o projeto-lei foi socializado com o Presidente da República, o presidente da Assembleia, o Procurador da República e representantes dos partidos políticos com assento parlamentar. Com essa ação se pretendia sensibilizar personalidades influentes para apoiar a aprovação da lei.

> do reconhecimento de que tratar da desigualdade de gênero, significa colocar o foco sobre a persistência daquelas práticas, medidas, ações ou omissões que afetam de forma desproporcional as mulheres em razão de sua condição de gênero (Pasinato, s/d. p. 4).

Numa perspectiva semelhante, a então Coordenadora Nacional da Rede Sol alude que promover a igualdade é "proteger aquele que, por alguma razão, em dado momento, se encontre numa situação de desequilíbrio de poder".[18] Portanto, ainda que não esteja explícito na lei, o que, em termos práticos parece estar em jogo quando se pensa a VBG, é a necessidade de estabelecer medidas de discriminação positiva que permitam garantir a efetiva igualdade entre homens e mulheres.

Apesar de a equipe de consultores para elaboração da proposta do projeto-lei estar integrada por homens e mulheres de nacionalidade cabo-verdiana, de todo o processo de discussão e socialização da proposta contar com a participação de instituições e Ongs que atuam na promoção de igualdade de gênero no país, e de, ao longo do processo de discussão conceitual notar-se um esforço em pensar categorias que estejam mais próximas da realidade cabo-verdiana, importa ter presente que essas circunstâncias não necessariamente revelam que a proposta de lei traduza a realidade do país. Levando em consideração que o projeto-lei se sustenta no paradigma científico dominante ou na matriz do pensamento eurocêntrico, pode-se, à semelhança do que adverte Edward Said, notar que há uma relação de dominação legitimada pelo discurso do conhecimento, que se torna ainda mais profunda do que a militar/política, pois persiste mesmo depois da colonização estrito senso (Said, 2003). Portanto, seria difícil para os consultores terem reflexões fora desse referencial teórico eurocêntrico.

Questões que envolvem a interferência do global no local continuaram a nortear as discussões do projeto-lei, a nível do Parlamento. Para os propósitos do item que se segue, procuro discorrer sobre a forma como

[18] Informações concedidas em entrevista, realizada em novembro de 2016.

os parlamentares percebiam o projeto-lei: que implicações sua natureza pública teria para a família pensada a partir do modelo ocidental e que efeitos produziria sobre outros ordenamentos jurídicos internos.

Da discussão e votação do projeto-lei especial contra VBG no Parlamento

O processo de discussão e aprovação na íntegra do projeto-lei sobre a violência baseada no gênero, decorrido em julho de 2010, permitiu que fossem aprofundadas com o parlamento nacional e os partidos políticos questões relacionadas com o estado de implementação da CEDAW e a necessidade de reforço do quadro legal para a efetivação da igualdade de gênero e a eliminação de situações de discriminação contra as mulheres.

Apesar de os membros da comissão de acompanhamento alcançarem consenso, durante o processo de discussão e socialização do projeto-lei em que a igualdade de gênero deve ser o bem jurídico a proteger, a audiência pública para a aprovação do projeto-lei VBG no parlamento trouxe novamente à discussão: (i) a necessidade da proteção da família como finalidade última da produção de leis no campo das violências; (ii) a questão da inconstitucionalidade; e (iii) a interferência de políticas globais na definição de medidas internas.

Relativamente à primeira questão, importa referir que, embora a proposta de lei submetida ao parlamento conte com o apoio de todos os partidos com assento parlamentar,[19] a análise dos discursos proferidos pelos deputados das diferentes bancadas parlamentares durante a audiência pública remete a posições divergentes e, por vezes, contraditórias no que se refere à natureza pública da proposta de lei. Se, para alguns deputados, em particular os da bancada parlamentar do MPD (partido da oposição, à época), não se deveria avançar com a aprovação de um projeto–lei em que vários artigos punham em causa a estabilidade familiar, tomando como

[19] Importa lembrar que o projeto-lei foi submetido ao parlamento pela Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde, uma rede presidida por uma deputada do partido no poder, na época, o PAICV, e tendo como vice uma deputada do partido da oposição (MPD). Além disso, a rede integra deputadas da bancada parlamentar de todos os partidos com assento parlamentar (PAICV, MPD e UCID).

modelo a família nuclear, para a maioria deles, a transformação da violência em um problema social, ao invés de desestabilizar a família, contribuiria para a sua segurança e proteção. Em ambas as posições, a preocupação central parece ser a de garantir a proteção da família. As mulheres e homens em situação de violência não eram vistos como sujeitas(os) de direito, ou seja, suas demandas e expectativas particulares não foram objetos de discussão.

A esse respeito, os discursos dos deputados Rui Figueiredo e Rui Semedo, das bancadas parlamentares do MPD e PAICV, respectivamente, são bastante reveladores. Para Figueiredo, deslocar a natureza do crime de violência de semipúblico para público pode gerar a instabilidade familiar. Nesse sentido, alerta,

> será que todos nós nos demos conta de que transformando este crime em crime público não há sequer a possibilidade de desistência? e que qualquer pessoa, uma escaramuça, ou ouvindo determinadas tomadas de posições ou discussões ou violências... se temos violências entre casais, qualquer pessoa pode fazer essa queixa, o Ministério Público deve oficiosamente agir e que não há possibilidades de desistência de queixa, que muitos casais homens e mulheres correm o risco de verem sua família mais em perigo que atualmente. Quer dizer há questões básicas que devem ser discutidas. Devia ver com o máximo de serenidade esta questão, reformular o diploma, trazê-lo no mês de outubro e certamente teríamos votos unânimes desta casa parlamentar. Se não, se insistimos em fazê-lo agora, corremos o risco de não ter consenso na aprovação na generalidade (...) [o que] não me parece uma boa prática parlamentar (Deputado Rui Figueiredo, audiência pública de discussão do projeto-lei contra Violência Baseada no Gênero).

Ao questionar o fato de o projeto-lei protagonizar o Estado, em detrimento da família, abrir a possibilidade para interferência na gestão dos problemas privados e de impossibilitar a desistência da queixa, o deputado defende a ideia da reprivatização da violência conjugal. Por sua vez, ainda que partilhe a ideia de proteção da família, o deputado Rui Semedo não considera que deslocar a natureza semipública da lei para pública contribua para a desestabilização da unidade doméstica. Assim, sobre o questionamento do deputado Figueiredo, o deputado Semedo lança novas questões.

> Será isso [a violência] saudável, para a família, para a criança que vive neste ambiente de escaramuça, sem que ninguém da sociedade possa ter possibilidade de intervir para eliminar essa anomalia social? Porque aí, esta tomada de posição estaria a dizer: sim senhor, é normal haver alguma violência entre a família (...) não ir para a questão de transformamos em crimes públicos teríamos essa outra face da moeda também. (Deputado Rui Semedo, audiência pública de discussão do projeto-lei contra Violência Baseada no Gênero).

Analisando o discurso dos dois deputados, percebe-se que, embora ambos defendam a necessidade de garantir a estabilidade familiar, como núcleo constituído por mãe, pai e filhos partilhando o mesmo espaço, em detrimento da defesa dos direitos individuais dos sujeitos, apresentam percepções distintas sobre a mesma questão. Para o primeiro, a estabilidade familiar aparece associada à ideia da naturalização da submissão da mulher à dominação masculina, enquanto, para o segundo, a estabilidade significa ausência e não silenciamento da violência por parte da vítima. Com efeito, a garantia de direitos dos sujeitos se dá, tal como referem Rifiotis e Vieira (2012, p. 19, 74), pela garantia do "bem social", o que acaba por destituir "o sujeito de seu poder de decisão, transferindo para o Estado o protagonismo das lutas sociais". Situação que, segundo os autores, pode levar a um descompasso entre os objetivos e práticas dos operadores da lei e as demandas e expectativas das mulheres e homens em situação de violência.

Essa situação foi bastante evidenciada durante o trabalho de campo, realizado no Gabinete de Apoio à Vítima de VBG e na Procuradoria da Comarca da Praia, para a questão da VBG e da família. A partir da escuta de relatos em sala de espera e de atendimento/audiência nessas duas instâncias da Rede Sol, pude perceber que muitas mulheres e homens que procuravam esse serviço para denunciar situações de violência não desejavam procedimento criminal do caso, mas apenas o aconselhamento ao(à) parceiro(a), para retomarem a relação não marcada pela violência – desejo que a natureza pública da lei não permitia que fosse atendido. Feita a denúncia, a instrução do processo não dependerá da vontade da(o) denunciante.

O mesmo não se pode dizer em relação a alguns dos serviços prestados nas Casas do Direito (CD). Refiro-me, neste particular, à mediação enquanto forma alternativa de resolução de litígios, cuja realização e procedimento dependem do desejo das partes envolvidas em conflitos de participarem nas sessões. Ainda que se possa verificar algum descompasso entre as expectativas dos envolvidos em situação de conflitos e da equipe de mediação, sendo uma ação extrajudicial, as pessoas denunciantes podem desistir a qualquer momento, sem que se incorra em qualquer penalidade.

Pude, a partir da participação em sessões de mediação entre casais, perceber que, embora as partes aceitem participar da mediação, podem não encontrar soluções que contemplem e satisfaçam seus interesses, e, por conseguinte, chegar a um acordo. Conforme o mediador da CD de Terra Branca, mesmo nos casos em que se chega a estabelecer o acordo, ele nem sempre é cumprido pelas partes e não existem, naquela instância, mecanismos que obriguem o seu cumprimento e/ou o julgamentos de acordos.

De certa forma, a mediação aproxima-se do que propõem Rifiotis e Vieira (2012) para superar os limites da centralidade no sistema judiciário: "o deslocamento do debate em termos do direito dos sujeitos para o sujeito de direito". Com efeito, ao invés de pensar o direito a partir de uma perspectiva normativa e prescritiva, que protagoniza o Estado, anulando a possibilidade de agência dos sujeitos e desvalorizando outras formas de ação social, os autores propõem que o direito seja pensado com os sujeitos, ou seja, tendo em consideração "suas experiências, dilemas e modalidades de enfrentamento da violência, apropriação que fazem dos discursos e práticas judicializantes" (2012, p. 17-22). Longe de pretender negar a importância da constituição de uma "cultura de direitos humanos", o que os autores recomendam é que tal "cultura" seja construída com os sujeitos sociais e não por uma via exclusivamente judicializante/criminalizante (Rifiotis; Vieira, 2012, p. 74).

Posição essa não partilhada por Guita Debert e Filomena Gregori (2008), para quem, resultando os direitos das demandas dos movimentos sociais,

eles refletem, desde logo, os interesses e as demandas dos sujeitos. O que consideram problemático não é a centralidade no direito, mas a forma como este é materializado no sistema brasileiro (questão que retomarei mais à frente, quando abordo sobre influências externas na aprovação da lei VBG).

Outra questão que norteou as discussões, por ocasião da aprovação do projeto-lei no parlamento, foi a da inconstitucionalidade e interferência de políticas globais na definição de medidas internas. Para o deputado Rui Figueiredo, as ações do Estado devem ser definidas internamente e regidas pela constituição. Nesse sentido, antes da sua declaração de voto, lançou o seguinte apelo à mesa da Assembleia Nacional,

> (...) que os deputados exerçam o seu mandato em perfeita liberdade e sem qualquer condicionamento. (...) As pessoas nas galerias, sejam elas quem forem, não podem levantar-se para observar com ar de desafio deputados nesta casa parlamentar. Eu, da minha parte, exercerei sempre o meu mandato em perfeita liberdade e em consciência. (...) apesar de ter dúvidas no início, dispunha-me a votar favoravelmente. Essas dúvidas foram grandemente agravadas com o parecer das comissões especializadas e com isto não me senti em condições de, mesmo apesar das dúvidas, votar favoravelmente; acabei por votar abstenção em relação a este importante diploma (...) O projeto como este, do meu ponto de vista, enferma de graves inconstitucionalidades (...) impedem a aprovação na generalidade neste momento (...) e por isso mesmo, é que eu propus que se fizesse aqui, que se procedesse ao cancelamento da iniciativa e retomar esta iniciativa, tirando do diploma as normas que podem ser consideradas inconstitucionais. Compromissos externos não podem marcar a agenda parlamentar, (...) nenhum compromisso nos deve levar a alterar a agenda parlamentar (Deputado Rui Figueiredo, audiência pública de discussão do projeto-lei contra Violência Baseada no Gênero no parlamento).

Esse discurso chama a atenção, tal como alude o sociólogo Cláudio Furtado (2017), para a necessidade de os governantes assumirem uma perspectiva crítica em relação às agendas globais que tendem a se impor sobre as decisões locais, não respeitando as particularidades de realidades concretas/demandas internas. Embora, no contexto de Cabo Verde, a demanda por criminalização da violência leve em consideração as demandas das Ongs que atuam nesse campo, a insuficiência de recursos faz com que

tendencialmente se busque "encaixar" as agendas nacionais àquelas de organismos internacionais. É notável o esforço do governo em desenvolver e/ou apoiar iniciativas que ajudem o país a assumir seus compromissos internacionais e/ou a atingir as metas/objetivos traçados por esses organismos para um determinado período.

Nesse caso, antes de questionar se as demandas das Ongs e do ICIEG traduzem os interesses particulares dos sujeitos, é importante, como referem Celeste Fortes (2013), Miriam Vieira (2013) e Cláudio Furtado (2017), questionar se tais demandas expressam os problemas que efetivamente constituem prioridades locais. Ainda que as demandas pela institucionalização da lei contra VBG resulte da necessidade de atender as demandas internas da sociedade civil organizada, iniciadas desde a independência do país em 1975, elas refletem, igualmente, a necessidade de o país assumir seus compromissos firmados quando da ratificação de instrumentos internacionais e regionais de promoção da igualdade de gênero, em especial os direcionados ao combate à VBG.[20] Assim, a Lei VBG é resultado não apenas do processo histórico do país, mas também de sua abertura ao mundo (Anjos, 2015).

Dos critérios aos limites de enquadramento dos casos pelos operadores da lei

A lei especial contra VBG, diferentemente das leis de Espanha, Brasil e Moçambique, tomadas como referência em sua concepção, desloca o debate da vitimização exclusiva das mulheres, para pensar a violência como prática relacional, um pouco na linha do que defendem Miriam Grossi e Joana Pedro (1998), Filomena Gregori (1993) e Guita Debert e Filomena Gregori (2008). A pretensão deixou de ser a de tratar somente a

[20] No âmbito internacional, destacam-se: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979 – CEDAW, o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; e, em nível regional: Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África.

violência doméstica ou familiar exercida contra as mulheres, à semelhança do que aconteceu nas legislações do Brasil e de todos os países pilotos do Programa Juntos na Ação[21] da ONU,[22] para centralizar no exercício desigual de poderes em razão de gênero.

Como refere Miriam Vieira (2013), a criminalização das modalidades [física, psicológica, sexual, patrimonial e assédio sexual][23] de violências, em Cabo Verde, deixou, diferentemente do Brasil, de assentar-se nas hierarquias de gênero – focadas nas mulheres –, para privilegiar a categoria gênero, abordando homens e mulheres.

Ainda que a lei de VBG não abra a possibilidade para pensar as violências fora do quadro dos estereótipos de gênero, derivados de uma cultura machista e patriarcal, não se pode excluir a possibilidade de "vitimização" dos homens, se pensarmos que os papéis sociais não são fixos e que, dependendo da própria dinâmica de transformação social, podem ocorrer situações de inversão/ transitoriedade de papéis (Furtado; Anjos, 2016 *apud* Silva; Vieira, 2016).

Durante minha pesquisa de campo no Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Baseada no Género da Esquadra da Polícia Nacional de Achada Santo António, na capital, Praia, enquanto acompanhava o registro de uma queixa na sala de audiência, fomos bruscamente interrompidos por uma senhora muito aflita, pedindo apoio para retirar a filha de seis meses que tinha deixado em casa, na sequência da briga com o companheiro. Para atender o pedido, foi acionado o Serviço de Piquete[24] que, acompanhado da presumível vítima, conseguiu recuperar a criança e proceder à sua entrega em casa da avó materna, conforme as indicações da mãe (denunciante). Em seguida, conduziram o companheiro da denunciante para a esquadra,[25]

[21] Para o continente asiático: Vietnã e Paquistão; Continente Africano: Moçambique, Ruanda, Tanzânia e Cabo Verde; continente europeu: Albânia; e, finalmente, na América Latina e Caribe, foi escolhido o Uruguai.
[22] Importa registrar que Ruanda constituiu uma exceção.
[23] Para uma definição dos diferentes tipos de violências, ver Artigo 3º, i), ii), iii) e iv) da Lei Especial Contra Violência Baseada no Gênero.
[24] Serviço de emergência da Polícia Nacional.
[25] Estrutura de atendimento policial, correspondente à delegacia no Brasil.

onde foi ouvido pelo agente da polícia nacional e a coordenadora do GAV. Nesse interrogatório, o acusado relatou sua experiência de vida marcada por sucessivas agressões, sobretudo psicológicas, resultados da assunção, pela mulher, do papel de provedora da família.

Os dois exemplos demonstram o caráter dinâmico e descentralizado das relações de poder e rejeita a condição da mulher como vítima passiva na relação conjugal violenta, casos que também podem ser analisados à luz das ideias de Guita Debert e Filomena Gregori (2008), quando referem ao agenciamento das mulheres, realçando sua capacidade de resistência aos arranjos opressivos em diferentes contextos e/ou recorrendo à proposta de Manuela Furtado (2016) quando refere que o acesso e controle dos recursos pelas mulheres podem potencializar o exercício de poder sobre os homens, exigindo-lhes que ajam de acordo com o que deles espera a sociedade. Não obstante o fato de homens e mulheres estarem no papel de autores e vítimas de violências nas relações de gênero, no quadro da Lei de VBG importa referir que são formas distintas de vitimização e exercício de poderes. Logo, não podem ser colocadas no mesmo patamar analítico.

Conforme Wânia Pasinato e João Delgado, ainda que, historicamente, a configuração dos papéis sociais de gênero coloque as mulheres na condição de submissas e os homens, de dominantes, ambos podem, dependendo da posição que ocupam na relação, ser autores e/ou vítimas de violências. A violência de gênero contra os homens é, na perspectiva desses autores, exercida para pressioná-los a ser mais ambiciosos, assumirem e desempenharem "os papéis designados aos homens em nossa sociedade, tanto no espaço público como no privado..." (Pasinato; Delgado, 2013, p. 13).

Portanto, tomar o gênero e o desequilíbrio de poder como categorias de análise não exclui a possibilidade de pensar homens e mulheres em situação de violência. Dados da nossa pesquisa de campo revelam que os homens apareciam, quase sempre, como "vítimas" de violências exercidas por suas companheiras em reação às sucessivas agressões a que as submetiam, mas

também, em alguns casos, como "vítimas" de sucessivos comportamentos violentos, de iniciativa das mulheres. Os casos de Pepe[26] e de Roger,[27] que a seguir apresento, são bastante reveladores de situações de violência enquanto práticas relacionais.

> Vivemos juntos há cerca de 18 anos e até bem pouco tempo a nossa relação caminhava bem, mas depois, por causa de ciúmes, os conflitos começaram a surgir e se tornaram frequentes. Tudo começou no dia 24 de dezembro, em que trabalhei no táxi toda a noite; em seguida fui ajudar o meu irmão a resolver uns assuntos, chegando em casa por volta das 5 da manhã... uma amiga disse à minha mulher que tinha uma "rapariga" e que havia passado a noite com essa menina... enquanto eu dormia, ela [a minha companheira] me deu um soco no pescoço. Levantei e perguntei o que estava a passar ... ela foi apanhar uma faca e tentou me agredir e aí, tive que me defender. Dei um soco no braço dela (...) a partir daquele dia ganhou confiança para me bater. Passou a me tratar como uma criança (...) fazia várias ameaças que me dava com faca, água quente, que me tocava fogo com gasolina enquanto dormia... (Roger, taxista, 35-40 anos).

> Lembro de um dia ter ido buscar a minha filha, e ela recusou determinadamente que não deixaria... depois de muita insistência, sem resultado, decidi pegar a criança à força. Aí, ela [ex-companheira] apanhou um copo, quebrou e em seguida me acertou na costa... Quando vi que estava a sair muito sangue, acabei por descontrolar um pouco, parti também para a agressão... Não fui para o hospital e nem quis denunciá-la na polícia. Não queria parecer de ridículo! Sou homem! Mas tive que vir, porque ela se queixou de mim e pior do que isso, a queixa foi encaminhada para o tribunal e ela consegui convencer todo o mundo que ela simplesmente reagiu às minhas agressões e evitado que a matasse, em sua própria casa. Alguns vizinhos que chegaram praticamente no final daquela cena, testemunharam contra mim, acrescentando que estava bêbado... Fui condenado a um ano e quatro meses de pena suspensa convertida em multa (Pepe, condutor GRP, 25-30 anos).

Esses dois casos mostram os limites de pensar o gênero pela representação do sexo biológico, determinada pela ideia de papéis sociais como fixos e

[26] Um dos interlocutores, que declara experienciar situações de violência conjugal e aceita partilhar sua experiência no Gabinete de Apoio à Vítima de VBG, recusando, entretanto, proceder ao registro da queixa, alegando o fato de "ser homem".
[27] Um dos interlocutores cuja experiência de violência me foi partilhada na Casa do Direito de Terra Branca.

de analisar os sistemas de desigualdades, expressos em razão do sexo e do gênero, exclusivamente pela ideia do patriarcado. Ainda que, como refere Grossi (1994, p. 478), o lugar de passividade possa fazer parte do jogo relacional, ele "não necessariamente remete a uma visão estática de um feminino a-histórico e a-cultural". A esse respeito, a proposta de Gayle Rubin (1993, p. 24), de pensarmos a subordinação, em especial das mulheres, não como reflexo do patriarcado, mas como "um produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos", parece-me adequada para a análise desses casos. Mesmo que essa proposta lhe tenha permitido desnaturalizar a opressão das mulheres, ela não foi suficiente para a compreensão das relações de gênero e a problematização do caráter sociocultural do sexo.

Embora a proposta de deslocamento da violência doméstica – como sinônimo de violência contra as mulheres – para a violência baseada no gênero, implicando homens e mulheres, esteja expressa nos textos da lei e dos vários manuais e materiais de apoio à sua implementação (Silva, 2009), é visível a dificuldade dos operadores do direito na análise e enquadramento dos casos pelo eixo das relações do poder. Mesmo sendo essa lei, no contexto de Cabo Verde, conforme refere o jurista Carlos Reis, possivelmente aquela que mais medidas de sensibilização produziu, as dificuldades no enquadramento dos casos pelos operadores jurídicos continuam um desafio a vencer. Dificuldades essas que, conforme pude verificar durante o acompanhamento da denúncia de casos nas diferentes instâncias da Rede Sol, estavam relacionadas não apenas ao desafio de encontrar elementos de prova, mas à própria operacionalização dos conceitos de gênero e poder. Assentar o enquadramento dos casos de VBG na construção de relações de poder desiguais baseadas nos estereótipos de gênero e não apenas na existência de uma relação de intimidade, afetividade, casamento ou situações análogas, é um aspecto inovador que, entretanto, parece complexificar o problema.

Se, por um lado, o conceito de gênero trazido no corpo da lei[28] não consegue dar conta da realidade em permanente transformação, por centrar-

[28] "Representação social do sexo biológico, determinada pela ideia de tarefas, funções e papéis atribuídos a mulheres e aos homens na sociedade e na vida pública e privada, bem como da relação que se desenvolve entre eles" (Lei Especial Contra Violência Baseada no Gênero, Artigo n. 3º a).

se na ideia de papéis sociais, por outro, uma das grandes dificuldades na operacionalização do conceito de VBG prende-se ao fato de a lei não esclarecer o conceito de poder e suas dimensões. A não definição da categoria poder no texto da lei abre a possibilidade para o enquadramento de casos dependendo do entendimento que cada técnico/operador da lei faz desse conceito.

Além de problemas conceituais, a falta de elementos de prova (constituição de testemunhas, guia de exame direto e fotografias) e o silêncio da pessoa denunciante são outros constrangimentos que se colocam ao procurador no enquadramento dos casos e, consequentemente, na aplicação de medidas no quadro da lei VBG. Tal situação, como pude verificar durante o trabalho de campo na Seção de Crimes de VBG e Contra a Família (SCVBGF), fez com que muitos casos fossem considerados passíveis de ser enquadrados em outras tipologias de crimes e/ou arquivados.

Nesse sentido, a narrativa da Dionara Anjos é bastante reveladora. Conforme ela assegura,

> para facilitar sua vida, os magistrados não estão enquadrando o crime como VBG e estão colocando tudo como ofensa, porque aí diminui o trabalho. É a forma mais fácil, que dá menos trabalho. É uma lástima, mas é isso que estou vendo na Praia. Há algum tempo estava se fazendo uma coisa horrorosa, o julgamento coletivo de casos de VBG. Uma situação muito constrangedora para as vítimas... (Jurista Dionara Anjos, em entrevista concedida em fevereiro de 2016).

Para superar essas dificuldades no enquadramento dos casos e possibilitar a uniformização dos procedimentos no atendimento, o ICIEG vem investindo na produção de instrumentos específicos para cada setor. Essa ação não tem, necessariamente, permitido a resolução do problema, pois a questão não se limita à inexistência de instrumentos, mas, sobretudo, à sua não aplicação pelos respectivos técnicos/operadores. Durante a pesquisa de campo nas estruturas da Rede Sol, pude observar que técnicos e técnicas desconheciam a existência de manuais de procedimentos ou outros instrumentos, ou, na maioria dos casos, consideravam-nos impraticáveis no contexto específico em que atuavam.

Considerações finais

No contexto de Cabo Verde, a busca crescente pelo direito como forma de organização social tem sido uma demanda interna impulsionada pelas Ongs feministas – em estreita parceria com as instituições do Estado, em particular com o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero – e reflete o comprometimento do país em assumir os protocolos internacionais e regionais. A análise dos processos institucionais e das narrativas de operadores do direito permitiu-me compreender que a luta pelo reconhecimento de direitos dos sujeitos no campo das violências de gênero é uma questão tanto local quanto global. Essa espécie de gestão tripartida no combate às desigualdades de gênero e na definição de medidas políticas, em especial no campo das violências, evidencia não apenas o protagonismo do Estado em detrimento dos sujeitos de direitos, como revela, também, a imposição de um modelo global que limita a agência dos atores e atrizes sociais envolvidas nos processos em questão.

Para abordar essa questão do lugar subordinado que mulheres e homens da sociedade cabo-verdiana ocuparam na produção do direito em torno das violências no país, tomei como referência a promulgação, na década de 2010, da lei que torna público o crime das violências com base no gênero. A análise dessa lei permitiu-me perceber que, tomar como referência as recomendações da ONU e as leis de Brasil, Moçambique e Espanha, por serem países onde persistia a cultura patriarcal, não permitiu o reconhecimento de mulheres e homens como sujeitas(os) de direitos. Duas questões foram importantes para considerar que o projeto-lei privilegiou o debate em torno dos direitos dos sujeitos e não dos sujeitos de direitos: a representação dos homens e das mulheres em situação de violências pelas Ongs feministas do país e a universalização de direitos.

Em relação à primeira, observo que não basta o instrumento jurídico resultar das demandas dos movimentos sociais ou das Ongs, e de tais demandas serem construídas a partir dos problemas enfrentados pelos atores sociais, para que traduzam os interesses particulares dos sujeitos. Percebendo que essas Ongs tendem a representar esses atores tomando

como referência outros espaços de enunciação, isto é, que partem da episteme eurocêntrica, e que suas ações dependem, em grande medida, de financiamentos externos, considero que suas intervenções podem levar à reprodução das agendas globais, ao invés de traduzir as reais expectativas daqueles(as) que demandam justiça na Rede Sol.

Mesmo para algumas Ongs, como a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da Mulher (MORABI), que costumam adotar o sistema de microcréditos como estratégia para garantir a sua autonomia financeira, coloca-se o problema da representação efetiva dos atores sociais em suas especificidades. É interessante, aqui, destacar o fato de que o combate às desigualdades de gênero e violências se dá numa estreita articulação entre as Ongs e o governo, o qual se compromete a apoiar iniciativas que auxiliem o país a assumir seus compromissos internacionais e/ou a atingir as metas/objetivos por esses traçados, enquanto as Ongs tendem a "encaixar" suas demandas às agendas de organismos internacionais, afastando-se, por vezes, daquilo que efetivamente constituem as prioridades do país. Nesse sentido, o compromisso pelo governo de assumir uma perspectiva crítica em relação às agendas globais que tendem a se impor sobre as decisões locais revela-se muito importante.

Em relação à universalização, destaco que o problema, nesse processo de garantia de direitos como estratégia de enfrentamento das violências baseada no gênero, não está unicamente na forma como a lei se configura, mas também na ambiguidade do sistema penal cabo-verdiano na resolução dos conflitos que ocorrem nas relações. Esse sistema universaliza os direitos, ocultando desigualdades de classe, conjugalidade, gerações, regiões, tipologias de famílias e, por conseguinte, reproduz a violência nas relações de gênero. Nesta pesquisa, procurei focalizar as relações sociais de dominação a partir das interseccionalidades e da construção de um feminismo de resistência às diferentes formas de opressão, como forma de visibilizar as mulheres e homens de diferentes localidades e ilhas do país.

Apesar de a proposta de deslocamento da violência doméstica como sinônimo de violência contra as mulheres para a violência baseada no gênero,

implicando homens e mulheres, estar expressa no texto da lei, em termos de operacionalização se verifica quase que um retorno às leis e convenções referenciadas na concepção do projeto-lei contra violência baseada no gênero. Centrando a análise/enquadramento dos casos de violências nas hierarquias de gênero e/ou nos valores da cultura patriarcal, as ações dos operadores da lei, as campanhas de sensibilização, programas de empoderamento e mesmo os debates em torno da igualdade de gênero têm focado nas mulheres, e não na dimensão relacional do gênero, como previsto na lei.

Portanto, mesmo perante o esforço do país em pensar leis, programas e medidas que vão ao encontro das particularidades locais e que, portanto, traduzam as demandas e expectativas dos(as) cabo-verdianos(as), sua vulnerabilidade econômica (do país) tem limitado a implementação de uma agenda endógena de promoção da igualdade de gênero e de uma cultura da não violência no país.

A necessidade de criar as condições materiais e técnicas para a operacionalização da lei – e vencer, portanto, desafios que fazem parte do próprio processo político de construção da igualdade entre homens e mulheres – como um tema da agenda social e política do país, continua premente.

Carmelita Afonseca Silva é Doutora em Antropologia Social, professora na Universidade Pública de Cabo Verde e pesquisadora do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF).
✉ carmelita.silva@docente.unicv.edu.cv

Referências

1. ANJOS, Dionara. *Políticas públicas cabo-verdianas contra violência baseada no gênero*. 2015. Tese (Doutorado em História Medieval, Moderna e Contemporânea) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2015.

2. ANJOS, Dionara; REIS, Carlos; SILVA, Clóvis. *Lei sobre a Violência Baseada no Gênero*. Versão Anotada. 2. ed. rev. ampl. Praia: ICIEG; UNTF, 2014.

3. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

4. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

5. DEBERT, Guita G; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero. Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p.165-185, 2008. https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011

6. FORTES, Celeste. "M t'studa p'm k ter vida k nha mãe tem". Gênero e educação em Cabo Verde. *Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 80-89, 2013. https://doi.org/10.4013/csu.2013.49.1.10

7. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

8. FURTADO, Cláudio A. Gênero, justiça social e empoderamento das mulheres. In: SIMPÓSIO EM GÉNERO, JUSTIÇA SOCIAL E EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 2017, Praia. *Anais* [...]. Praia: CIGEF/Uni-CV, 2017.

9. FURTADO, Manuela; ANJOS, José Carlos dos. Incompatibilidades de género: caso de são Miguel. In: SILVA, C.; VIEIRA, M. (Org.). *Género e Sociabilidades no interior de Santiago*. Praia: Edições Uni-CV; Editora da UFRGS, 2016. Estudo Sociais Cabo-verdianos, Vol. 4, Série III.

10. GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas*: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra; Anpocs, 1993.

11. GROSSI, Miriam P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. especial, p. 473-483, 1994.

12. GROSSI, Miriam P.; PEDRO, Joana M. (org.). *Masculino, feminino, plural*: gênero e interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

13. ICIEG – Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género. *Implementando mecanismos de combate à violência baseda no género*. Praia: Tipografia Santos, [S/d.].

14. ICIEG – Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género. *Caderno de encargos*: Projeto-lei sobre a violência baseada no género, Praia: ICIEG, 2009.

15. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DE CABO VERDE. *Código Penal de Cabo Verde*. Praia: Gráfica da Praia, 2004.

16. MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, T. (ed.). *Companion encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997. p. 813-830.

17. ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Introduction: accounting for *sexual meanings*. In: ORTNER, S.; WHITEHEAD, H. (ed.). *Sexual meanings*: the cultural construction of gender and sexuality. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

18. PASINATO, Wânia I. *A Lei de Violência Baseada no Gênero na percepção de homens e mulheres*. S./l., S./d. Documento avulso.

19. PASINATO, Wânia; DELGADO, João. *Manual de procedimentos para as forças policiais*. Praia: ICIEG, 2012.

20. RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli. *Um olhar antropológico sobre violências e justiças*: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

21. RUBIN, Guyle. *O tráfico de mulheres*: notas sobre a "economia política" do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

22. SAID, Edward. *O orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

23. SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero*: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

24. SILVA, Carmelita. *Trajetória de mulheres vítimas de violência conjugal*: análise a partir da percepção das mulheres que vivenciam o drama. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

25. SILVA, Carmelita; FORTES, Celeste. *As mulheres em Cabo Verde*: experiências e perspetivas (org.). Praia: Edições Uni-CV, 2011. Coleção Sociedade, Vol. 4.

26. SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam S. (org.). Género e sociabilidades no interior de Santiago. Praia: Edições Uni-CV; Editora da UFRGS, 2016. *Estudo Sociais Cabo-verdianos*, Vol. 4, Série III.

27. SALÚSTIO, Dina. *Violência contra as mulheres*. Praia: ICF, 1999.

28. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

29. VIEIRA, Miriam S. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e em Cabo Verde. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, n. 1, p. 90-96, 2013. https://doi.org/10.4013/csu.2013.49.1.11

Recebido: 7 jan. 2022
Aceito: 26 abr. 2022

http://doi.org/10.1590/15174522-120602

Batuko: alma dum povo! Vivências do *batuko* cabo-verdiano no período pós-independência

Carla Indira Semedo*

Resumo

Batuko, gênero músico-coreográfico de Cabo Verde – país localizado na costa ocidental africana, criado pelos africanos negros escravizados, após a independência do país em 1975 – passou por um processo de revalorização e vem sendo visto pelas *batukadeiras* como possibilidade de se tornar um projeto profissional. Neste artigo, viso reconstruir as múltiplas dinâmicas sociopolíticas do *batuko* entrecruzadas com dois momentos socio-históricos e políticos da historiografia oficial de Cabo Verde, tendo como material as narrativas e trechos de vivências das *batukadeiras* do coletivo de São Martinho Grande, resultantes de pesquisa etnográfica realizada em 2008. O primeiro momento se centra no período pós-colonial, após a independência de Cabo Verde em 1975. E, o segundo, no período pós-abertura política com a democratização do sistema político-partidário a partir de 1991 e, com isso, a criação de bases para a revalorização e circulação das artes musicais tidas como tradicionais. Sinalizo que as narrativas das minhas interlocutoras permitem perceber não só o efeito das narrativas hegemônicas de conformação da identidade da nação nas suas vivências do *batuko*, mas também os efeitos nos modos como se inscrevem como mulheres *batukadeiras* e almejam o projeto profissional: vir a ser artistas profissionais.

Palavras-chave: *batuko*, Cabo Verde, *batukadeiras* de São Martinho Grande, empresarialização do *batuko*.

* Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.

Batuko: a people's soul! *Cape Verdean* batuko *experiences in the post-independence*

Abstract

Batuko, a musical-choreographic genre from Cape Verde, a country located on the west coast of Africa, created by enslaved black Africans after the country's independence in 1975, underwent a process of revaluation and has been seen by *batukadeiras* as a possibility for professionalization. In this article, I aim to reconstruct the multiple sociopolitical dynamics of *batuko* intertwined with two socio-historical and political moments in the official historiography of Cape Verde, having as material narratives and reported experiences of *batukadeiras* of the collective of São Martinho Grande, which stem from an ethnographic research carried out in 2008. The first moment focuses on the post-colonial period, after independence of Cape Verde in 1975. The second one, on the period following political opening, with democratization of the political party system as of 1991, which set the bases for revaluation and circulation of traditional musical arts. The narratives of my interlocutors reveal not only the effect of hegemonic narratives that conform the national identity in their experiences of *batuko*, but also the effects on the ways they see themselves as *batukadeiras* women and aspire to become professional artists.

Keywords: batuko, Cape Verde, *batukadeiras* of São Martinho Grande, of *batuko*.

Introdução

O *batuko*[1] foi criado em Cabo Verde[2] pelos negros em condição de escravos durante o processo de colonização e se enraizou na Ilha de Santiago. Segundo estudos históricos, em Cabo Verde, a escravidão esteve vigente até meados do século XIX e, conforme as literaturas histórica e folclorista, a convivência da prática do *batuko* protagonizado pelos negros escravizados com os brancos europeus e, particularmente, com a Igreja enquanto instituição reguladora das práticas dos sujeitos, não

[1] Para mais aprofundamentos sobre *Batuko*, cf. Semedo (2009, 2013, 2020).

[2] Cabo Verde, país africano, composto por dez ilhas, sendo nove habitadas, encontra-se localizado a cerca de 500 km da Costa Ocidental Africana. Descoberto em 1460 pelos portugueses, o país conquista a independência em 1975. Atualmente, conta com 498.063 habitantes e, com mais homens (250.262) do que mulheres (247.801 mulheres) (INE, 2021).

foi em nenhum momento pacífica (Gonçalves, 2006; Nogueira, 2015). Ao invés, relações de repressão e de proibição permeavam a convivência, numa tentativa de aniquilar, apagar os traços diacríticos do coletivo colonizado e instituir as lógicas do colonialismo e do imperialismo português. Há registros da publicação de um edital no Boletim Oficial nº 13, de 31 de março de 1866, cuja finalidade visava a proibição da prática do *batuko* e da *tabanka* por serem formas de

> divertimento que se opõe à civilização atual do século, altamente inconveniente e incómodo, ofensivo da boa moral, ordem e tranqüilidade publica, sendo de toda a conveniência social reprimir de uma vez para sempre aqueles, na maior parte praticado por escravos, libertos e semelhantes, tanto por que tal divertimento do povo menos civilizado, não convém que seja presenciado por pessoas honestas e de bons costumes, aos quais chamaria ao campo da imoralidade e da embriaguês; como porque incomoda os habitantes pacíficos que se querem entregar durante a noite ao repouso e sossego em suas habitações (Cabo Verde, 1866).

Gênero músico-coreográfico associado a mulheres e homens de coletivos populares, o *batuko* caracteriza-se por um canto antifonal acompanhado por fortes e ensurdecedoras percussões numa espécie de tambor – o *tchabeta* – que dão pulsão ao *ku torno*. *Ku torno* consiste na dança que as mulheres/homens fazem no momento auge do *batuko* e, que se traduz pelo requebrar da cintura, dos quadris, das coxas, do baixo corporal. Ao fazerem a dança requebram e realçam a parte inferior do corpo feminino e, como o termo diz "dão com o torno, com a cintura". Raramente os homens se encontram a dar *ku torno* e, quando tal acontece, reações de várias índoles desembocam. Se, para alguns (tanto homens quanto mulheres), há uma demarcação dos limites de territorialidade da atuação masculina no fazer *batuko* – eles podem participar tocando alguns instrumentos musicais (cimboa, violão) ou cantando, mas não podem dar *ku torno* –, para outros (homens e mulheres), é aceite o trânsito dos homens no *batuko*, ao ponto de, algumas *batukadeiras* verem o *ku torno* dado pelos homens como mais bonito e melhor do que o das mulheres. Em relação à configuração espacial e corporal, essa é caraterizada por mulheres e

homens que se sentam em círculo ou arco com o tronco um pouco inclinado, pernas esticadas e cruzadas. A disposição na roda não se dá em função de um estatuto social no coletivo ou uma escolha individual, mas pelo tipo de sonoridade produzido: *bambam* ou *rapicada*. A fim de se obter e conservar um equilíbrio entre as sonoridades do *tchabeta*, da cantadeira e o compasso do *ku torno*, os ritmos percussivos são alternados: *bam-bam*, *rapicada*, *bam-bam*, *rapicada*, *bam-bam ad infinitum* (Semedo, 2009, 2013, 2020).

O olhar da igreja sobre a dança *ku torno*[3] e sua sensualidade, tidas como "uma obscenidade", era visível quando do recurso ao poder simbólico do batismo: salvar almas pecaminosas para sancionar os que praticavam o *batuko*. O poder dessa violência simbólica perpassava todos os setores da vida social cabo-verdiana. Exemplo é o fato de a produção historiográfica cabo-verdiana sobre o *batuko* ser ainda bastante escassa. Paulatinamente, foram se historicizando gêneros musicais e de dança como a morna, considerada aquele mais representativo da cultura cabo-verdiana antes e pós-independência. Quando da minha pesquisa etnográfica,[4] era notória a quase inexistência de dados bibliográficos sobre *batuko* quando sobre *morna* abundavam. Segundo Tavares (2006, p. 40) "nunca se tentou explicar com profundidade as origens do batuco (…) e de outros estilos desaparecidos e ainda outros possivelmente existentes, mas desconhecidos do grande público. Toda controvérsia gira em torno da busca da origem da *morna*". De realçar que, a *morna* tem sido, desde o início do século XX um objeto por excelência de investigação seja nos estudos[5] históricos ou nos folcloristas.

[3] A expressão é produzida dentro do léxico e da gramática do crioulo cabo-verdiano, a língua de conversação usada em Cabo Verde, cuja tradução para o português seria: *dar com o torno*. O *ku torno* remete à parte coreográfica do *batuko*, pois este é composto pelas partes melódica e coreográfica.

[4] O artigo recupera os dados da pesquisa etnográfica, realizada no âmbito do mestrado em Antropologia Social da autora.

[5] Vide Tavares (2006), Mariano (1952), Lopes (1974), Martins (1989, 1990), Rodrigues e Lobo (1996). Recentemente, *morna* foi objeto de pesquisa antropológica (Braz, 2004), na qual a pesquisadora buscou trazer os sentidos que os gêneros musicais e de dança (*morna* e *coladeira*) adquirem nas práticas e discursos identitários cabo-verdianos, nas diversas formas de sociabilidades, particularmente na Cidade de Mindelo, Ilha de São Vicente. De frisar que, em 2019, a morna foi consagrada a Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Em relação aos modos de narrar o *batuko*, os textos do século XIX e XX se encontravam formatados pelo regime colonialista:

> Em 1841, um dos primeiros textos a falar do batuque considera *lascivos* e *voluptuosos os movimentos das dançarinas* e o ímpeto das batuqueiras. Em 1964, o divertimento é denegrido como sendo *praticado por servos negros que desviam instrumentos civilizados para produzirem sons discordantes* (Peixeira, 2003, p. 164, grifos acrescidos).

Segundo registros da história oficial, o *batuko* teria existido noutras ilhas, mas, com o decorrer do tempo e em função da sua não reatualização nas práticas quotidianas, teria se extinguido, permanecendo unicamente na Ilha de Santiago. Junto com o *batuko*, outras práticas musicais "vibrantes e sensuais – de origem africana" (Peixeira, 2003, p. 69) tais como *Finaçon, Funaná, Coladeira* teriam, igualmente, permanecido na Ilha de Santiago. Nas outras ilhas, mais a norte do arquipélago, em decorrência da presença menos intensa dos negros africanos escravizados, outras práticas musicais mais europeizadas teriam se afirmado: entre as quais, *Morna* "dolente e nostálgica, ao som do violino, do violão e do cavaquinho (...)" (Peixeira, 2003, p. 69).

A pesquisa etnográfica[6] de embasamento a este artigo foi realizada no primeiro semestre de 2008, com o coletivo "*Batukadeiras* de São Martinho

[6] Esse estudo sobre as redefinições das noções de gênero no coletivo de *batukadeiras* de São Martinho Grande (Ilha de Santiago, Cabo Verde) visou, a partir de suas trajetórias pessoais/profissionais, etnografar as *performances* das corporeidades femininas no *batuko* e no *ku torno*, bem como analisar as narrativas musicais do coletivo. A etnografia apresentada ancorou-se no argumento de que nessas performances emergem formas diferenciadas de se pensar os corpos femininos e masculinos e as relações de gênero, em direção a uma possível subversão das relações de poder entre homens e mulheres. Igualmente, a etnografia discorreu sobre como os modos estéticos do fazer *batuko* e *tchabeta* permitem pensar os sentidos múltiplos dados ao *batuko* na relação entre as corporeidades de gênero e a realização do projeto individual de ser batukadeira profissional. Dentre os coletivos de *batuko* existentes na Ilha de Santiago, escolhi o das *batukadeiras* de São Martinho Grande, inicialmente pelas razões que levaram com que, de certa forma, não fizesse parte de uma lista de agremiações dessa natureza feita pelo então Instituto de Promoção Cultural: por ser na altura um coletivo ainda muito novo, recém-criado em inícios de 2007 e pouco conhecido no mercado de *Showbiz* dos coletivos de *batuko*.

Grande".[7] O coletivo, constituído na altura por dezesseis mulheres e dois coordenadores, começou a dar mostras de existência em meados de 2006, mas só viria a se constituir enquanto um grupo coeso em 2007, com a vinculação à associação da comunidade: a Associação para o Desenvolvimento de São Martinho Grande (ADSMG). Faziam parte do grupo: Claudia (35 anos), Lúcia (30 anos), Nair (30 anos), Marta (35 anos), Neta (42 anos), Laurinda (40 anos), Laura (15 anos), Isabel (22 anos), Elsa (13 anos), Vany (13 anos), Lúcia (29 anos), Ana (40 anos), Nany (29 anos), Marina (28 anos), Solange (30 anos), Mana (62 anos) e Fátima (63 anos). No coletivo de São Martinho Grande, normalmente as adolescentes davam *ku torno* e as mulheres mais maduras faziam percussão, *tchabeta*, pois a percussão, por exigir maior desenvoltura corporal, era reservada exclusivamente às mais maduras. E, na ausência das adolescentes, seja na animação do ensaio seja nos *shows*, qualquer uma poderia dar *ku torno*, uma vez que, todas sabiam e poderiam fazê-lo a qualquer instante que fosse necessário, conforme me esclareceram.

A primeira atuação do coletivo foi em 2006, e foi nesse evento que Marcos, o então Presidente da ADSMG,[8] teve o "conhecimento das potencialidades" e das integrantes do coletivo e resolveu convidá-las a se integrarem na Associação local de São Martinho Grande, permitindo mais visibilidade e maior circulação do coletivo nos espaços e eventos musicais.

[7] São Martinho Grande, espaço rural, situa-se na Ilha de Santiago, na região Sul, a aproximadamente 10 km da Praia, capital do país e faz parte do município de Ribeira Grande. Conforme os dados do Censo 2000 (INE) São Martinho Grande tinha na altura uma população aproximada de 689 habitantes, sendo que a proporção de homens e mulheres é a mesma, oscilando em cerca de 1 a 2% para os homens. Do total de 689 habitantes, 492 pertencem a famílias chefiadas por homens e 197 por mulheres, sendo que para ambas, o tamanho médio do agregado familiar oscila entre 5,1 e 5,3 indivíduos. Ainda que São Martinho Grande tenha uma população jovem, a maioria dos habitantes na altura tinha a escolaridade baixa (escola primária) implicando, com isso, que as atividades econômicas realizadas fossem atividades informais como: mecânico, pedreiro, peixeira, prestadores de serviços gastronômicos, artesanato, criação animal (suína e avícola).

[8] A Associação para o Desenvolvimento de São Martinho Grande, associação comunitária, foi criada em meados dos anos 2000, visando dinamizar o desenvolvimento local, buscando parceiros nacionais e internacionais além de possibilidade uma maior visibilidade à comunidade local.

Foi somente após esse firmamento de laços com a associação local, que o coletivo se constituiu enquanto um grupo coeso e articulado. Depois desse evento, participaram noutros, num dos quais viriam a conhecer Octávio, que veio a constituir-se empresário e coordenador do coletivo, buscando convites e negociando as formas e modos de pagamento financeiro. Tanto Marcos como Otávio residiam nos arredores da Cidade da Praia, tinham escolaridade superior (Marcos, bacharelado, e Otávio, licenciatura), além de situações socioeconômicas e posição social acima da média das *batukadeiras*. Essas tinham nível escolar muito baixo, sendo que algumas não eram alfabetizadas, o que as condicionava a atividades econômicas remuneradas de peixeiras, venda ambulante de frango, domésticas, faxineiras e vendas informais ambulantes, além de serem, na maioria, as únicas responsáveis pela manutenção e sobrevivência do agregado familiar, o qual variava de 3 a 5 filhos por mulher. Assim sendo, essa disparidade entre as condições socioeconômicas e de escolaridade perpassava as narrativas das *batukadeiras*, Marcos e Otávio e as situações de tensão eminentes resultantes dos acordos estabelecidos tacitamente em relação aos papéis de cada um.

> Nu bai Somada um 18, mas kantu nu tchiga Otávio fla ké pa subi na palco só 13 e, só 13 ki dadu dinhero e kés ki ka dadu nada, fica chateadu. Dipos el bem flanu ma ki é scodji kés ké odjaba na kel spetacul na Várzea. Nakel dia ki nu fazi runion, tcheu de nós papia de kel cusa li, de ma nu sta ta fazi *batuko* a toa, sem dadu nada! Ami um ka ta concorda, pamodi nu sta ta prendi, inda falta tcheu pa nu fica bom e dipos anos nu mesti djudadu pa nu conhedu. Si crê nu ka ta dadu dinhero, é um manera de otus guentis ba ta conchenu[9]. (Ana).

[9] Tradução do crioulo cabo-verdiano: "Fomos 18 para Assomada, mas Otávio disse que só 13 iam subir no palco e depois só essas 13 que receberam remuneração e as outras ficaram com raiva por não terem subido, nem recebido nada. Ele depois veio a explicar que escolheu as que tinha visto no espetáculo na Várzea. Naquele dia que fizemos reunião, muitas colocaram esta questão de não estar recebendo nada e que por isso não iam continuar mais. Eu não concordo, pois estamos aprendendo ainda nos falta muito para ficarmos bons e depois nós precisamos de apoio para aparecer e as pessoas irem nos conhecendo. Por isso mesmo não tendo dinheiro temos de fazer, é uma forma de outras pessoas nos irem conhecendo".

Otávio sta djudanu tcheu, é ta djudanu na fazi *tchabeta*. El é bom e é midjor pa nós si é ka larganu. Kantu nu bai Somada dá confuson e Otávio fla mé sta sai de grupo, ma Solange fla mé ka ta sai, pamodi sé pé sai, kenha ki sta incomodadu ki ta sai. Ma nu ta rocha li mé. Si Marina ka acha sabi é só pé sai![10] (Neta).

As narrativas de Ana e Neta reatualizam as tensões internas existentes e como essas iam sendo negociadas pelos intervenientes – as *batukadeiras* e os mediadores externos, Otávio e Marcos – no intuito de maximizar suas potencialidades em nome de um projeto individual que se tornava também coletivo: o de ser artista. Um projeto individual, por ser algo construído e performatizado pelos sujeitos conforme suas potencialidades de agenciamento, e que, também, possuía um amparo sociocultural que permitia um compartilhamento, já que o fazer *batuko* no presente (diferente do que foi anos trás) era construído no imaginário social na altura como possibilidade de entrada no mundo artístico, de circular nos espaços (nacionais e/ou internacionais) de cenas musicais. Assim, mais que o simples fazer *batuko* no instante aqui e agora, havia posições pragmáticas de constituírem-se artistas em um presente futuro. Igualmente, as narrativas são elucidativas da forma como elas lidavam com as tensões internas e do olhar delas sobre as figuras de Marcos e Otávio como mediadores políticos nesse espaço de produção comercial de música, no qual elas não tinham agenciamento, mas, através dos dois, tencionam ter uma posição. Por outro lado, revelam a presença de polifonias e discursos díspares internamente. Se algumas *batukadeiras* ansiavam por um retorno imediato do capital pela prática realizada, outras o adiavam para um futuro a longo prazo, buscando e criando garantias de permanência no espaço artístico.

[10] Tradução do crioulo cabo-verdiano: "Otávio tem nos ajudado muito, ele nos dá muitas dicas e formas de melhorarmos *tchabeta*. Ele é muito bom e é bom que ele não nos largue. Tivemos um problema com a ida para Assomada, pois fomos todas e Otávio só pediu 13 que eram as que ele tinha visto no *show* que participamos na Várzea. As que não subiram ao palco e não receberam gratificação, cerca de 5 ou 6 pessoas, ficaram chateadas e uma saiu. Fizemos reunião, Otávio disse então que ia sair e Solange disse que não, que ele não ia sair, que saísse então outras pessoas. Assim, Marina saiu".

Em relação à escolha dos integrantes do coletivo, conforme Solange quando do recrutamento, tal fora divulgado na comunidade. Se no início fora Fátima quem estimulara a criação de um grupo articulado, gradativamente todo o processo centrou-se em Solange e nos sujeitos que transitavam em suas redes sociais direta ou indiretamente. Dentre as *batukadeiras*, Solange era a única que saía da sua casa e se dirigia à casa das outras para relembrá-las do ensaio. Quando eu perguntava a uma ou outra batukadeira se haveria ensaio, mostrando-se incertas, elas me orientavam a confirmar com Solange. A liderança desta consolidava-se não só em função da legitimidade que as outras *batukadeiras* lhe conferiam, mas principalmente por ser a única que fazia a mediação política com os coordenadores e mediadores intelectualizados: Otávio e Marcos. Solange, na mediação política com o meio externo, com o então Presidente da ADSMG (Marcos), com o mediador Otávio e com as redes informais envolvendo sujeitos vinculados aos municípios e às associações. Fátima, por sua liderança decorrente do seu saber fazer do *batuko*, da sua experiência nos momentos áureos do *batuko* nos anos 80-90 e por ela ser vista como guardiã da memória local do fazer *batuko*.

Destarte, neste artigo viso reconstruir as múltiplas dinâmicas sociopolíticas do *batuko* entrecruzadas com dois momentos socio-históricos e políticos da historiografia oficial de Cabo Verde, tendo como material as narrativas e trechos de vivências das *batukadeiras* do coletivo de São Martinho Grande, resultantes da pesquisa etnográfica realizada em 2008. O primeiro momento se centra no período pós-colonial, após a independência de Cabo Verde em 1975. O segundo, no período pós-abertura política com a democratização do sistema político-partidário a partir de 1991 e, com isso, a criação de bases para a revalorização e circulação das artes musicais tidas como tradicionais. Sinalizo que as narrativas de minhas interlocutoras permitem perceber não só o efeito das narrativas hegemônicas de conformação da identidade da nação nas suas vivências do *batuko*, mas também os efeitos nos modos como se inscrevem enquanto mulheres *batukadeiras* e almejam o projeto profissional: vir a ser artista profissional.

Batuko nos anos oitenta

Se, durante a colonização, o *batuko* e a *tabanka* foram bastante reprimidos pelas ações do governo colonialista português, na tentativa de aniquilar as práticas populares african(as)izadas, com a independência de Cabo Verde, outras vivências do *batuko* e da *tabanka* foram sendo criadas (Furtado, 2008). O momento de revalorização do *batuko* e da *tabanka*, ambas reprimidas no período colonial, tinha iniciado em concomitante com o processo de luta por libertação de Cabo Verde, a partir dos anos 1960, com a intervenção do então Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido de índole socialista. O ideário de Amílcar Cabral,[11] figura central no engajamento político pela independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau, enfatiza o papel central da cultura como uma arma de resistência e a "luta de libertação como um ato de cultura", de construção da Identidade Nacional Cabo-Verdiana e Guineense (Furtado, 1987).

> A nossa resistência cultural consiste no seguinte: enquanto liquidamos a cultura colonial e os aspectos negativos da nossa própria cultura, no nosso espírito, no nosso meio, temos que criar uma cultura nova, baseada nas nossas tradições (Cabral, s/d apud Cruz, 2001, p. 191).

Quer no período colonial (ainda que sob jugo da repressão portuguesa), quer no pós-independência, o *batuko* materializava-se num ritual realizado nas celebrações de nascimento, de batismo e, sobremaneira, nas de casamento: nas três noites anteriores e no dia oficial, concomitante com a realização das atividades dos preparativos, "brincava-se o *batuko*" – exclamava a Mana. E, a despeito das tentativas de repressão e de apagamento, o *batuko* foi se constituindo como ação de resistência, de luta para a manutenção da cultura. Cultura essa tida menos como reificadora das desigualdades sociais e homogeneizadora de coletivos sociais e mais como possibilidade de os coletivos se constituírem enquanto tais e produzirem identidades socioculturais

[11] Uma das personalidades políticas de referência da história colonial e dos movimentos de luta por libertação das então colônias portuguesas – Cabo Verde e Guiné Bissau – e um dos fundadores do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Nos anos oitenta, a fusão Guiné-Bissau e Cabo Verde se rompe, e cria-se o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

na relação com o colonialista. Assim, se nesse período se percebe tentativas de repúdio e apagamento do *batuko* enquanto traço diacrítico da identidade cabo-verdiana, sua prática resiste e, com a independência de Cabo Verde, em 1975, é reatualizada no quotidiano dos sujeitos como um dos elementos de construção da identidade e da nação cabo-verdiana, no contexto global do ingresso de Cabo Verde na modernidade.

Desse modo, a centralidade da cultura estava, a todo instante, sendo enfatizada nas estratégias do PAICV e nas suas bases populares, nos vários movimentos sociais que foram tendo lugar, enquanto objeto geopolítico de construção da identidade da nação de Cabo Verde, em concomitante com a identidade jurídico-territorial adquirida com a independência. A música, sendo um dos elementos diacríticos da cultura cabo-verdiana, foi ganhando espaço, seja durante a luta por libertação, como elemento de resistência e forma de fortalecer as estratégias de luta contra o colonialismo, seja após a independência como uma das práticas culturais de constituir o Estado-nação. Por conseguinte, multiplicavam-se ações políticas direcionadas ao povo, atividades socioculturais visando disseminar e consolidar a ideologia do partido, acopladas ao discurso de valorização das práticas culturais e populares de matriz africana reprimidas durante o período colonial, particularmente, o *batuko* e a *tabanka*. Buscando o fortalecimento e materialização do ideário de Amílcar Cabral, tanto na construção da identidade nacional e da nação cabo-verdiana quanto na criação do Estado enquanto entidade jurídico-política (Furtado, 1987), procedeu-se à realização de concursos musicais, atividades recreativas e festivais musicais.

Nesse período, foram realizados concursos de *batuko*, na Ilha de Santiago, a fim de se eleger os melhores coletivos desse gênero musical. A organização dos concursos produzia dinâmicas no *batuko*, pois, na época, perpassava a ideia de que ter um coletivo de *batuko* articulado e organizado era condição para realizar tal prática. Como sinalizam Nogueira (2001) e Furtado (2008), o momento pós-independência foi marcado, do ponto de vista musical, por uma intensa dinâmica e revalorização sociocultural, particularmente na vivência do *batuko* e do *funaná*. Sendo que, no caso do *batuko*, é perceptível uma dinâmica nas temáticas musicais e na tentativa de constituir coletivos musicais

> por temas fortemente datados e politizados e (...) por um certo número de conjuntos, novas composições e a entrada sistemática nos saraus de números constituídos (…) numa tentativa de revalorização e elevação cultural (Nogueira, 2001, p. 175).

As narrativas de Fátima e de Mana – as únicas *batukadeiras* anciãs do coletivo e que nele ocupam um lugar central por conta da experiência nos modos de fazer *batuko* do período antes da independência, sendo acionadas quando duma apresentação pública conforme os moldes ditos "tradicionais do fazer *batuko*"[12] – remetem a momentos que traduziam formas diferenciadas de vivenciar o *batuko*. Fátima, de 63 anos, na altura responsável pela feitura das narrativas musicais do coletivo, rememora, um pouco nostálgica, que na sua infância *batuko* era diversão, mas que aos poucos foi se enfraquecendo, pois as pessoas que praticavam *batuko* foram limitando o espaço de atuação, circunscrito unicamente a momentos de festa, de casamentos e não noutros momentos do quotidiano. Mais do que os outros, as festividades de casamento perfaziam espaços de sociabilidade por excelência, nos quais o *batuko* era performatizado e aparecia como elemento central de natureza lúdica e ritualística. A batukadeira Mana, de 62 anos, responsável também pela feitura das narrativas musicais bem como da harmonização dos ritmos percussivos do coletivo, sinaliza que nos três dias anteriores à cerimônia de casamento, os familiares, a vizinhança e a comunidade realizavam os preparativos permeados pelo *batuko*, por ser socialmente aceite e esperado que no casamento houvesse *batuko*, como narra:

> nu tinha ki fazeba cumida, cochi midjo pa fazeba kés cumidas de casamento e, pa nu ka durmi e pa nu sta cu afinco na trabadjo, tudu noti nu ta brinka *batuko* ti manchi, na kés 3 dias antis de casamento e na dia di casamento, nu ta brinka *batuko* també.[13]

[12] Para mais desdobramentos, vide Semedo (2009, 2013).

[13] Tradução do crioulo cabo-verdiano: "Como tínhamos que preparar a refeição, pilar o milho para fazer pratos tradicionais do casamento, para não dormirmos e estarmos sempre prontas para as tarefas, durante a noite brincávamos *batuko* até o amanhecer, durante 3 dias seguidos, até o dia mesmo do casamento".

Outro aspecto é a proveniência social do coletivo que fazia *batuko*, ou de quem lhe tinha como elemento fundante da construção do seu quotidiano. Se, no período colonial, *batuko* aparecia associado aos negros africanos na condição de escravos, com a independência e com a descolonização, a estrutura social da sociedade cabo-verdiana mudou, fazendo com que outros coletivos sociais ganhassem presença. Com o investimento na educação, as classes sociais acrescentaram à dimensão econômica, a dimensão educacional (o nível de instrução), fazendo com que a "conformação das elites cabo-verdianas" (Anjos, 2006) se constituísse acoplada a esse referencial que se traduzia também em estilos de vida, em formas de sociabilidades e, particularmente, em estilos e gêneros musicais. Assim, *batuko* foi se constituindo como parte do quotidiano das classes populares, dos coletivos sociais de baixa renda e de baixa escolaridade, ou seja, do "povo", diferente da *morna* (em especial) que foi conquistando outros espaços sociais, os quais lhe auferiam outra posição e, por conseguinte, um elemento de distinção social.

As relações de poder e de distinções sociais nas artes de fazer dos gêneros musicais são resultantes do imaginário social de que, por um lado, *batuko* é um legado dos negros africanos escravizados e, por outro, a *morna* reencontra-se no fado português. Cada gênero se associava a um legado do evento colonial – o colonizado e o colonialista –, construindo e reificando lógicas dominantes e violência simbólica: África e Europa.

Como nos mostram Fernandes (2002) e Anjos (2006), o debate sobre a construção da identidade nacional em Cabo Verde foi sendo construído num alicerce em que a África, o continente africano, era "diluída", era renegada ao ponto de se afirmar a identidade racial como resultado da identidade da nação e do Estado: "ser cabo-verdiano e não ser africano", ao mesmo tempo em que se projetava eventualmente uma aproximação Cabo Verde – Europa.

Do lúdico ao *showbiz*…

Volvidas décadas, após a abertura político-partidária em 1991, o lugar da música e das artes dentro no discurso político-governamental ganhou outras dinâmicas. Com a assunção do partido Movimento Para a Democracia (MPD) ao poder, a cultura adquiriu outras ressignificações, já não enquanto objeto geopolítico de construção da identidade nacional, mas na edificação da identidade nacional direcionada ao âmbito exterior e internacional. Ou seja, ainda que a cultura continuasse sendo objeto geopolítico, o foco, o público-alvo e as estratégias subjacentes tornaram-se doutra natureza. Uma das estratégias visava a abertura de Cabo Verde para o mundo, para o exterior, diferentemente do período pós-independência, cuja estratégia central era a construção e a consolidação da nação e do Estado (Costa, 2001).

Para a abertura ao exterior, definiu-se um conjunto de estratégias, nas quais havia uma aproximação com a Europa em simultâneo com um afastamento da África. Assim, novos horizontes foram se abrindo. Se, durante o período pós-independência, Cabo Verde e Guiné-Bissau mantiveram a mesma bandeira e hino nacional, após a abertura política, em 1991, foram introduzidas mudanças estruturais no país, as quais mudaram a história e as narrativas mnemônicas da população cabo-verdiana. Foram introduzidas, igualmente, reformas no sistema educacional e manuais escolares com pouquíssima alusão ao legado africano e à luta contra o colonialismo. Tais mudanças criaram e vieram a sedimentar as condições para o apagamento paulatino da história colonial e escravocrata de Cabo Verde e de todo legado africano no imaginário sociocultural cabo-verdiano, e para um retorno à Europa como a herança mais próxima da história de Cabo Verde (Costa, 2001).

Na bandeira e no hino nacional adotados no período pós-independência havia uma estratégia política de enfatizar as cores (vermelho, verde, amarelo e preto) e temáticas da "África Mãe", do legado africano, da história vivida de repressão e da luta por libertação. Diferentemente, na bandeira e no hino

pós abertura política, que permanecem até hoje, outros desdobramentos tiveram lugar. A liberdade associada à abertura político-partidária tornou-se "palavra de ordem" (silenciando os efeitos socio-históricos da colonização) e a nova bandeira exibe cores e estrelas que se assemelham à bandeira da União Europeia. Se, durante o governo do PAICV, de 1975 a 1990, havia um discurso para revalorização da cultura cabo-verdiana, para a aproximação da África a Cabo Verde, com a virada dos anos noventa, todos os governos que vieram nos períodos políticos posteriores têm definido metas e relações políticas, nas quais a África vai se distanciando gradativamente e a Europa fica mais próxima a Cabo Verde (Costa, 2001).

Novos horizontes foram se desenhando para a cultura cabo-verdiana e para o *batuko*. Inicialmente, em relação aos anos oitenta e noventa, as narrativas de Fátima e Mana remetem para um momento no qual havia indícios de uma "potencial espetacularização" do *batuko*, nas várias sessões de concursos populares, com diversos coletivos de *batuko* organizados a concorrer para o título, tendo em conta a *performance*, a habilidade da cantadeira e das dançarinas do *ku torno*. Teve início um processo de modernização das relações no campo da cultura, trazendo com isso novas dinâmicas no *batuko*: o *show*, a produção musical em CD/DVD.

Por toda Ilha de Santiago, nos vários bairros, coletivos de *batuko* articulados foram criados para entrar nesse mundo de produção musical que, *a priori*, parecia garantir melhoria de condições de vida às mulheres que faziam *batuko*, pois havia possibilidade de realização de um projeto individual que vinha ganhando força: o ser artista, o vir a se tornar artista por meio do *batuko*. Em concomitante, houve a emergência do empresário ou coordenador do coletivo de *batuko*, que permitiria o trânsito das mulheres *batukadeiras* no mundo de criação e produção musical. A figura do empresário e do coordenador torna-se central nessa mediação e encontro político-musical, sendo o coordenador, na maioria, senão em todos os coletivos, um homem com nível de instrução (muito) superior ao das *batukadeiras*.

O exemplo etnográfico do coletivo de São Martinho Grande constituía uma realidade vivenciada por vários coletivos de *batuko*, uns com mais agenciamento e alguma circulação no mundo de produção musical, outros com menos agenciamento, vivenciando situações de tensão em função das artes de fazer do *batuko*, na expectativa da concretização imediata do projeto de vir a ser artista. Percebe-se que as possibilidades dos coletivos de *batuko* para a realização desse projeto, de vir a tornar-se artistas, estavam articuladas às estratégias definidas para a maximização do projeto. Contudo, a mensuração passava por vários graus: desde fazer *shows* na comunidade, em nível regional, circular pela Ilha de Santiago, em seguida para um grau nacional – participação em festivais musicais noutras ilhas do arquipélago. Sendo, o pico desse projeto, a circulação internacional com participação em *shows* realizados noutros países. De realçar que, nesse caminho gradativo, estaria a produção de CD/DVD, trazendo maior visibilidade e a consolidação do coletivo.

Isso ficou visível no campo, nas várias vezes em que Fátima, Neta, Mara, Mana narraram, com felicidade e entusiasmo, o momento áureo do coletivo: as viagens que fizeram para outra ilha do país. Por conta da participação nos concursos de *batuko*, circularam por vários bairros (urbanos e rurais) da ilha de Santiago, pois não tinham meios financeiros para custear viagens pelas outras ilhas, em função do seu nível socioeconômico e do baixo rendimento auferido pelas atividades econômicas realizadas – a circulação dependia de patrocínio conseguido pelo empresário.

Destarte, o *batuko* ia sendo apropriado enquanto prática musical que garantisse ou pudesse abrir caminho de entrada no mundo artístico, no *showbiz* por meio da produção do CD/DVD, abrindo outros campos de possibilidades no que concerne à melhoria das condições socioeconômicas das *batukadeiras*. Um *batuko* que até os anos noventa se restringia ao espaço presencial passou, a partir dos anos 2000, a circular pelos espaços físicos como realidade audiovisual e virtual. Para assistir ou escutar um show já não seria necessário um deslocamento físico e social dos sujeitos,

dado que o mundo audiovisual e digital lhes permitia outras formas de acessibilidade e visibilidade do *batuko*. Ao mesmo tempo, permitia aos cabo-verdianos da diáspora (EUA, Europa e África) fazer circular em formatos digitais o que, em matéria de produção musical, tem sido feito em Cabo Verde e na diáspora cabo-verdiana.[14] Em simultâneo, essa modernidade (circulação de CD/DVD de outros coletivos) permitia aos sujeitos (re)pensar sua *performance*, no sentido de torná-la mais eficiente e mais elaborada. Em vários momentos do campo, presenciei algumas *batukadeiras* a colocarem DVD de outros coletivos de *batuko* e darem *ku torno*, justificando fazê-lo devido à necessidade de treinar o corpo para dar *ku torno*, de fabricar o corpo, a fim de desenvolver *performances* corporais e corpos artistas. Em outros momentos, por meio dos registros audiovisuais, comparavam as *performances* corporais, o estar no palco de cada coletivo, o dar *ku torno*, o vestuário, fazendo, assim, emergir noções estéticas múltiplas que conformavam o fazer do *ku torno* e do *batuko*, para além de certa moralidade sobre o que devia ou não ser trazido como temática das letras de músicas: "o que deve ser ou não cantado".[15]

Como propõe Geertz (1999), toda forma artística se encontra inscrita dentro de um sistema cultural que lhe permite tornar-se um idioma, contendo significados, não se reduzindo a uma mera *performance* de autoria individual. Por conseguinte, o *batuko* vai sendo construído pelas minhas interlocutoras como um espaço povoado por experiências e modos de vida, atravessado e costurado em múltiplas temporalidades e espacialidades. Como nos sinaliza Gonçalves (2006), quando o *batuko* vai se tornando uma manifestação de palco e não mais unicamente um momento lúdico no espaço domiciliar, desenha-se um caminho que depois viria a ser denominado pelos estudiosos da música "a estilização do *batuko*" ou "*batuko* em orquestra".

[14] Para além da produção de CD/DVD's, vários coletivos de *batuko* nacionais têm *sites*, nos quais divulgam os grupos, *shows*, discografias, fotos. Por outro lado, redes sociais tornaram-se recursos midiáticos de divulgação das práticas musicais e de danças cabo-verdianas para o público não cabo-verdiano, para os cabo-verdianos residentes no país e para a diáspora.
[15] Para mais desdobramentos sobre essa questão, vide Semedo (2020).

> Actualmente com o trabalho de recriação através dos instrumentos eletrónicos (…) o *batuko* passou a constituir um novo género no panorama musical cabo-verdiano. Este novo género, '*batuko* em orquestra', desenvolveu-se sobretudo devido às composições do jovem Orlando Pantera, popularizadas pela nova geração de cantoras, como Mayra Andrade e Lura. Devido ao sucesso deste novo género (*batuko* em orquestra), neste ano de 2004 em que finalizamos este trabalho, registra-se um renascimento do '*batuko* tradicional', com a criação de muitos grupos e gravação de disco. (Gonçalves, 2006, p. 27)

"Quando faço *batuko*, fico alegre, feliz"[16]: das sociabilidades e agenciamentos femininos

São Martinho Grande, 13 de janeiro de 2008.

> Estavam sentadas em roda, prontas para fazer *tchabeta*. Como, antes da Lara chegar, eu estava no círculo vendo as *batukadeiras* fazendo *batuko*, Lara olhou pra mim e, enquanto ia tirando os sapatos, disse-me se as *batukadeiras* não me tinham ensinado que para fazer *tchabeta* tem que ser descalça. Cruzou e esticou as pernas, colocando *tchabeta* entre as coxas. Outras imitaram-na e tiraram os sapatos. Lara justificou dizendo que tem que ser 'terra-terra', como manda a tradição santiaguense. Instantes depois, Claudia, Lúcia, Isabel e Dina chegaram juntas com outras moças que não eram do coletivo, as quais ficaram assistindo junto comigo. Lara pediu a uma adolescente que fosse buscar um licor para elas beberem. Esta trouxe uma garrafa de cinco litros com licor pela metade e copinhos descartáveis. Dina foi colocando nos copinhos e distribuindo pra todo mundo, mas teve uma hora, Solange reclamou que não tinha recebido ainda, Dina pediu desculpas e lhe passou um copinho. Solange fez um jeito de quem não iria aceitar, mas no fim sempre aceitou. [Já tinha reparado que em outros momentos, a bebida alcoólica era um fator presente nas *batukadeiras*, no mundo artístico cabo-verdiano em geral. E, nesse caso, nas mulheres é um elemento importante para elas se concentrarem, ganharem o impulso para fazer *batuko*, lembrei que Claudia me dissera que pra fazer *batuko* tem que se ter brio]. Minutos depois, Fátima chegou gritando com os braços levantados e dando *ku torno*, desencadeando nas que estavam fazendo *tchabeta*, um frenesi e gritando junto com ela. Todas faziam *tchabeta* com uma intensidade máxima e o som do bater das mãos ficou alto, muito bom de se ouvir. Enquanto iam fazendo *tchabeta*, iam bebericando o licor.

[16] Originalmente no crioulo cabo-verdiano: "Oras ki u'fazi *batuko*, u'ta fika sabi, filiz".

> O círculo de *terreru* começava com Ana, Solange, Lara, Isabel, Nair, Claudia, Lúcia, Nany e Fátima. Quando Fátima chegara, depois de ter parado de dar *ku torno*, ela ficou de pé, entre Isabel e Lara, com o casaco amarrado na cintura, cantando e batendo as palmas das mãos, já que ela não tinha *tchabeta* (dera à Lúcia). Lara começou a cantar uma cantiga delas e fizeram *tchabeta*, mas não deram *ku torno*. Em seguida, Lara cantou uma cantiga que cantam no coletivo dela em Portugal. Nisto, Solange entra no círculo, e amarrando *sulada* na cintura começa a dar *ku torno*, foi uma intensidade de sons, ela requebrava as ancas, com fortes flexões dos joelhos e mantinha as mãos pra cima, a *cadera* requebrava intensamente. Depois que pararam *batuko*, ela parou e sentou alegando que tinha cansado. O pano que ela usou era da Nany. Seguidamente, Lara levantou e pegou *sulada* na Solange, amarrou na cintura e entrando no círculo, começa dar *ku torno* ao som da voz da Claudia e ao som da *tchabeta*. Intensificaram *batuko*, *ku torno*, com gritos. Lara vibrou intensamente a *cadera*, as ancas, os quadris... Passou o pano à Isabel que passou à Claudia que levantou e deu *ku torno*. Cada uma tem um jeito particular de dar *ku torno*, ora com as mãos levantadas, ora em cima da cabeça, cada uma com um jeito diferente de requebrar a *cadera*, de dar *ku torno*. Antes da Claudia entrar na roda, uma adolescente pegou no pano e amarrando na cintura deu *ku torno*. Ela não era do coletivo, veio junto com Lara. Ela tinha um jeito diferente de dar *ku torno*. (...) Já no fim do ensaio, Lara ficou falando para as outras *batukadeiras* como no coletivo em Portugal no qual ela era integrante, também tinham o problema de não ensaiarem antecipadamente. Que iam ensaiando no caminho para os *shows* e iam aprendendo. Ela termina dizendo que ainda bem que elas tinham boa cabeça e aprendiam rápido, pois no dia a dia todo mundo estava nos seus afazeres.

A pesquisa etnográfica com o coletivo de São Martinho Grande sinaliza como o *batuko* perfaz um espaço de sociabilidade feminina, quer enquanto um espaço lúdico, de poder criar linhas de possibilidade de viver, em meio da dureza e das precariedades de chefiar uma prole na ausência da figura parental, permeadas de alegrias, afetos. Igualmente, o ato de criação das narrativas constitui um momento de escuta e partilha de vivências, acoplado às trajetórias individuais e quotidianas. Tanto Lara quanto Nany, a partir da forma como demarcavam o espaço do *batuko* do dia a dia, mostram como jogam com as condições sociais a partir da possibilidade de o *batuko* oferecer um momento de diversão e, por conta disso, permitir-lhes outras possibilidades de viver e existir.

> Na dia-a-dia é trabadjo, kasa. Oras ki nu ta fazi *batuko*, nu ta fica juntu ta konvive, é um manera de prubremas pa fora! É sabi, nu ta divirti! Kada kenha ta tra musika ki ta papia de sé dia-a-dia, ta ba ta desabafa![17] (Lara).

A narrativa de Lara sinaliza como o *batuko*, entremeado pelo almejar do projeto de profissionalização, conservava ainda modos de sociabilidades, pois, permeando o *batuko*, a *performance* corporal do *ku torno* e as narrativas musicais, havia modos de viver e de existir que povoavam o quotidiano das *batukadeiras*, dos seus coletivos de pares e daqueles que faziam parte de suas redes de sociabilidades. Essa gramática ancorava-se nos modos cabo-verdianos, no que conforma as práticas, as interações sociais, em nível macro, no espaço cabo-verdiano, e em nível local, no espaço de São Martinho Grande. Segundo minhas interlocutoras, ainda era construído como uma forma de estar no mundo cabo-verdiano e na cena artística, resultante das narrativas musicais, das habilidades coreográficas e das gramáticas morais e afetivas que povoavam esse mundo músico-coreográfico. Corpos dançantes, sujeitos criando narrativas de falar do seu mundo e, que nesse processo se constroem enquanto corpos femininos: mulheres cabo-verdianas e da comunidade de São Martinho Grande, definem estratégias de um vir a ser, também, *batukadeira* e *kutornadeira* profissional.

> Oia, oia, ó mós ami ma mi djan pari 3 filho cu bo
>
> Bu ka dan nada, bu ka registra, ma bu ta torna bem pa fazi 4
>
> Ó mós pó destrançam di pé, pamodi gosi un cré fazé nha vida.[18]

A narrativa musical "Oia, oia" retrata a situação de várias famílias em Cabo Verde, onde não só não temos a família nuclear como o modelo de família, com a figura do pai, a relação pai/filhos é bastante diluída na

[17] Tradução do crioulo cabo-verdiano: "O dia a dia é só trabalho e casa. Quando fazemos *batuko*, ficamos reunidas no convívio e é um desabafo! É divertido! Cada qual a partir das letras vai falando do seu dia a dia e desabafando!".

[18] "Ó rapaz, já tive três filhos contigo / Não me ajudaste no sustento das crianças, não as registraste e agora estás voltando de novo com ideia de fazer 4. / Ó rapaz, saí do meu caminho, porque agora quero fazer minha vida".

relação mãe/filhos. O modelo de família cabo-verdiana seria, em algum momento, marcado por famílias reconstruídas e famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e nas quais não existe a assumpção da paternidade dos pais/homens. Reiterando, se, na sociedade cabo-verdiana, as relações de gênero traduzem relações de poder desiguais entre homens e mulheres, em que estas acabam por serem colocadas numa posição de subordinadas, essa letra sublinha como as mulheres lidam com a situação e definem agenciamentos para se contrapor à lógica masculina e poder repensar as relações de gênero. O não registro das crianças e a não assumpção da paternidade é recorrente em Cabo Verde, particularmente em algumas das famílias das *batukadeiras* do grupo de São Martinho Grande, cujos filhos não tinham forma alguma de sustento paterno, sendo que, a maioria dos filhos das *batukadeiras* não vivia com os pais biológicos, mas com padrastos ou somente com a mãe, criando relações parentais unilaterais mãe e os filhos.

O *batuko*, para essas mulheres, aparece como um espaço de partilha de experiências e de desconstrução de acepções socioculturais sobre os homens, a figura masculina. No trecho da letra "Ó rapaz, saí do meu caminho, porque agora quero fazer minha vida", nota-se um posicionamento da mulher em assumir sua vida, em comandá-la, o que passa pelo deslocamento dessas corporeidades – não mais uma relação entre sujeito e objeto, mas um deslocamento em que a mulher se pensa e se constrói em e na relação que estabelece com o homem enquanto sujeito (Strathern, 2006) e, na criação desta existência como mulher, ela se produz dissociada do homem.

Destarte, na linha do que Isabel Rodrigues (2007) propõe discutir sobre as relações de gênero em Cabo Verde, é relevante que se tenha em vista as fragilidades do modelo patriarcal. Já não se pode continuar a pensar em modelos nucleares de famílias e em corporeidades femininas e masculinas construídas em cima de um discurso androcêntrico e patriarcal. Isso porque, essas parentalidades são construídas em contextos característicos em que o pai patriarcal é ausente e a mulher redefine-se como o alicerce da família. Assim sendo, há um conjunto de estratégias que essas mulheres adotam para dar resposta às situações, as quais se traduzem num agenciamento

feminino, ao se construírem como gestoras na chefia da família. Há um deslocamento da condição dessas mulheres, de mulheres-objeto nessa conjuntura sociocultural, à condição de mulheres-sujeito que inventam formas de se contrapor a uma estrutura que visa mantê-las num espaço de invisibilidade. Como Strathern (2006) chama atenção, projetar a estrutura ocidental de relações a fim de buscar as "teias de significados" (Geertz, 1989) nas práticas sociais de uma realidade não ocidental, traduzir-se-ia num erro epistemológico. Isso porque, apreender a forma como as corporeidades feminina e masculina são construídas na "relação dialética prática e estrutura" (Sahlins, 2008) implicaria analisar a conjuntura da realidade, a forma como essa realidade se explica em si e por si, ao invés de como um olhar de fora a explicaria.

A transmissão dos modos de fazer o *batuko* constitui também um desses espaços de sociabilidade feminina, pois o fazer do *batuko* tem toda uma forma estética e um conjunto de saberes quotidianos que estruturam as formas músico-coreográficas, as quais são apreendidas oralmente e por mimetismo numa interação intrageracional (coletivos de pares) e intergeracional (mãe, tia, avó e os descendentes).

> Un ka ta lembra modi um ba ta prendi. Mamaã ta fazeba e un ta fazeba juntu kual. Tinha também uns minis ki nu ta brincaba juntu, nu ta fazeba *batuko* e nu ta ba ta prendeba cu cumpanhero. Má é sima um sta flau li, ninguém ka ta inchinau. Kada kenha ta ba ta prendi del pa el, modi ki outu guentis ta fazeba. Nhá dos fidjos fêmeas és sabi fazi, má é ka mi ki inchinás nau, és ta odja ami ou kés otus minis ta fazi (Ana).[19]

A narrativa da Ana enfatiza tanto a dimensão lúdica do *batuko* como o fato de a aprendizagem ser situada numa determinada conjuntura, no sentido de que as crianças que "brincam *batuko*" eram provenientes de

[19] Tradução do crioulo cabo-verdiano: "Não me lembro bem como fui aprendendo. Minha mãe fazia e eu fazia com ela. Também quando brincava com outras crianças, fazíamos *batuko* e nós íamos aprendendo uma com a outra. Mas ninguém te ensina mesmo. Tu vais aprendendo, vendo as pessoas fazerem. As minhas duas filhas sabem fazer, mas eu nem lhes ensinei, elas vão vendo as outras *batukadeiras* fazerem".

famílias nas quais o *batuko* era tido como uma prática constitutiva das corporeidades feminina e masculina. Por conseguinte, *batuko*, enquanto um espaço lúdico e de estar juntas, constrói esse momento de partilha como um espaço de mulheres, no qual elas se constroem como sujeitos femininos, permitindo tensionar o lugar das mulheres cabo-verdianas, como nos é ilustrado na seguinte narrativa musical em crioulo cabo-verdiano.

> Ami casadu 15 ano ku nha maridu
>
> Nha maridu nha pensa na largam só pamodi é dado cotovelada
>
> Hoji dja bu bai, dja bu matam, dja bu largam/dexam
>
> Ó nha maridu, amor de nha vida
>
> Ó nha maridu, segurança dentu casa
>
> Ó nha maridu, controle de mi cu bó,
>
> Hoji dja bu bai, dja bu matam, dja bu dexam.[20]

A narrativa musical retrata uma situação quotidiana das relações de gênero, a questão de *dar cotovelada*, expressão que pode ser traduzida como equivalente a sustentar financeiramente uma pessoa num envolvimento sexual e afetivo. A expressão, *dar cotovelada*, apareceu no início de 2000, tendo sido paulatinamente apropriada por outras formas musicais cabo-verdianas, em simultâneo com uma apropriação dos sujeitos sociais nas suas dinâmicas quotidianas, nas suas interações e nas suas falas corriqueiras e jocosas. A situação de *dar cotovelada* perpassa, ou melhor, é reapropriada como instrumento de poder e de construção das corporeidades (masculinas e femininas) por ambos os gêneros. Contudo, por estar de certa forma desestabilizando algumas chaves morais, particularmente a questão da prostituição, feminina e masculina, é uma prática que suscita alguma polêmica.

[20] Tradução do crioulo cabo-verdiano: "Eu, casada 15 anos com meu marido / Meu marido está pensando me abandonar, / porque uma mulher está sustentando ele. / Hoje foste embora, me deixaste morta, já me abandonaste. / Ó Meu marido, amor da minha vida, Ó Meu marido, segurança da minha casa. / Ó Meu marido, nossa cumplicidade. / Hoje foste embora, me deixaste morta, já me abandonaste".

Contudo, o que a narrativa musical sinaliza é menos a questão da suposta prostituição desencadeada por essa possível relação mediada pela potência do dinheiro e mais como o fato de a companheira ter sido trocada por outra desencadeou uma crise e um repensar de corporeidades dos sujeitos masculino e feminino. Quando ela fala: "Ó Meu marido, amor da minha vida, Ó Meu marido, segurança da minha casa. / Ó Meu marido, nossa cumplicidade. / Hoje foste embora, me deixaste morta, já me abandonaste", usar a expressão "meu marido", por ser socialmente bem-vista na sociedade cabo-verdiana, tornava-se fator de distinção e era ostentado pelos sujeitos mulheres nas interações sociais que iam estabelecendo com as outras. Diferentemente, a narrativa musical está acionando outras formas sociais de se pensar a relação de gênero, a construção das corporeidades nas quais o homem, o *marido*, é visto como suporte da relação conjugal e, como a separação conjugal trouxe uma situação de morte social da mulher por ter perdido o elemento de distinção, remetida para o lugar de ter sido trocada.

Lendo as narrativas musicais nessa chave, percebe-se como *batuko* e *ku torno* são criados pelas *batukadeiras* como possibilidades de construção do corpo feminino, cuja construção tem como contexto sociocultural cabo-verdiano/santiaguense e local acoplado às gramáticas e às economias afetivas e morais. Igualmente, a materialização da condição de coletivo, a articulação do coletivo à Associação para o Desenvolvimento de São Martinho Grande marcaria outra vivência e experiência com o *batuko*, pois a possibilidade de o coletivo ser convidado a participar nos *shows* permitiria maior circulação nos espaços musicais e o projeto de vir a se tornar artista profissional do *batuko* ganharia mais potência. Assim, um olhar folclorista, a busca da manutenção da tradição dos modos do fazer *batuko*, perderia de vista que a compreensão dos modos modernos e atuais do fazer *batuko* só pode ser alcançada dentro das novas configurações que foram se projetando às manifestações culturais cabo-verdianas e em função das várias dinâmicas sociais que se foram fazendo em cima do *batuko*, visando sua entrada no mundo do *showbiz*. Isso porque permitem apreender a condição

de Fátima enquanto guardiã da memória do fazer *batuko* e de Solange como mediadora política com os outros espaços possíveis e potenciais à circulação de *batukadeiras* e *kutornadeiras*, percebendo como as dinâmicas sociais associadas a dinâmicas advindas da economia das artes criativas devam ser vistas como produtos e produtoras de um momento específico e, relacionadas e relacionáveis nos múltiplos momentos da trajetória das minhas interlocutoras.

De igual modo, Fátima aparecia como guardiã da memória da comunidade que registrava as práticas tradicionais do fazer *batuko* e tinha legitimidade no grupo. Porém, essa legitimidade existia em meio a tensões entre as formas tradicionais de se fazer *batuko*, de Fátima, e as formas modernas das outras *batukadeiras*, em relação à forma de fazer do *batuko* no grupo: o quando, como, onde e por que fazer. Em parte, as tensões eram causadas por fatores geracionais, já que Fátima, por ser a mais velha do grupo e por fazer parte do antigo grupo trazia, nas suas práticas e narrativas, formas do *batuko* particulares e diferenciadas das outras que não passaram pela mesma experiência e vivência do fazer *batuko*. Assim sendo, eram retratos temporais de um passado vivido que produziam e eram produzidos pelo imaginário social local.

Outrossim, em função das (re)apropriações do *batuko*, dois discursos emergem, na medida em que o mediador intelectualizado (o coordenador e empresário) defendia a necessidade de retorno ao fazer *batuko* genuíno, espontâneo, de que todo trabalho dele junto ao coletivo era nesse sentido. As noções de moderno e de tradicional apareciam no discurso e na prática do coordenador, mediador externo, não como polos opostos, mas enquanto realidades que coexistem e se (re)constroem nessa relação dialética. De realçar que o *batuko* realmente só pôde circular nos vários espaços sociais, entre vários coletivos sociais, especialmente em função da mudança de configuração. Um *batuko* antes produzido e experienciado nas e em função de *performances* num espaço físico determinado, com a nova configuração tecnológica, sujeitos diversos em diversos espaços poderiam experienciá-lo ao mesmo tempo, por meio de DVD e CD. Da

mesma forma, os coletivos (re)apropriam e (re)atualizam as artes de fazer *batuko* e dar *ku torno*, por meio e nessas *performances* audiovisuais de outros coletivos de *batuko*. Assim, as *performances* que seriam tidas como tradicionais são construídas na relação e coexistência com a modernidade e, essa, em simultâneo, constitui-se como tal, na relação com os modos tradicionais de fazer *batuko*.

Entendo que, por meio da e na *performance* do *batuko*, das letras de música, do *ku torno*, as mulheres *batukadeiras* (re)definem esse espaço como possibilitando a desconstrução das noções de gênero, de ser mulher e homem cabo-verdiana/o. E, pensar gênero enquanto corpos marcados por certa ambiguidade não me possibilita analisar o campo e objeto de pesquisa. Em campo, fui me apercebendo de que as mulheres *batukadeiras* não constroem suas corporeidades como estando a criar identidades com marcador de gênero *escorregadias*, que a todo instante fazem emergir formas múltiplas de ser e ter esses corpos generizados. Ao invés, por meio dos vários momentos performáticos, elas questionam as estruturas sociais que as fabricam, a fim de mostrar, não que os corpos são ambíguos, mas que aquilo que os constrói não está explicado ou espelhado unicamente nas e pelas relações sociais. Por outro lado, as *performances* são perpassadas não só por reflexões sobre essas normas, como também pelas tentativas de subversões das relações de gênero e deslocamentos das fronteiras nas relações de poder entre homens e mulheres, por meio do desejo. Ou seja, mulheres como sujeitos e homens enquanto sujeitos-objetos, sendo que aquelas performatizam subversões das relações de poder e deslocamento do foco do poder.[21]

> Para esse sujeito masculino do desejo, o problema tornou-se escândalo com a intrusão repentina, a intervenção não antecipada, de um "objeto feminino" que retornava inexplicavelmente o olhar, revertia a mirada, e contestava o lugar e a autoridade da posição masculina. A dependência radical do sujeito masculino diante do "outro" feminino expôs repentinamente o caráter ilusório de sua autonomia. (Butler, 2008, p. 7-8).

[21] Para mais desdobramentos sobre as gramáticas eróticas do *batuko*, vide Semedo (2020).

Strathern (2007), ao argumentar pela necessidade de se analisar a dimensão experiencial dos sujeitos, de ser homem e ser mulher, por meio das incorporações dos discursos nas vivências cotidianas daqueles, abre espaço para pensar gênero como *performance*, como uma atuação de discursos incorporados (Butler, 2004; Morris, 1995). Daí a ênfase nas práticas sociais, na ação performática do sujeito e, de certa forma, em pensar os sujeitos como (re)definindo "estratégias", "artes de fazer" (De Certeau, 2003) e, fazendo emergir "performatividades" (Butler, 2004; Morris, 1995).

Desta feita, o posicionamento epistemológico no qual esta pesquisa sobre mulheres *batukadeiras* se aloca é o de percebê-las como criando estratégias quotidianas nos contextos micro das suas vivências (De Certeau, 2003) para se contrapor, tensionar ou se posicionar em face dos discursos socioculturais cabo-verdianos hegemônicos que visam as reservar num espaço de invisibilidade e silenciamento. Assim sendo, é relevante que desvincule da perspectiva ocidental de pensar as estruturas das relações sociais de gênero e, aperceba que no meu campo, as práticas das mulheres *batukadeiras* têm suas contingências e, suas performatividades (Butler, 2004; Morris, 1995).

Carla Indira Semedo é Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
✉ diracarvalho@gmail.com

Referências

1. ANJOS, José Carlos dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

2. BRAZ, Juliana. *Mornas e coladeiras de Cabo Verde*: versões musicais duma nação. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

3. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

4. BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. *In:* BIAL, Henry. *The performance studies reader*. Londres: Routledge, 2004.

5. CABO VERDE. *Boletim oficial nº 13, de 31 de março de 1866*. Praia: República de Cabo Verde, 1866.

6. COSTA, Daniel. *O semipresidencialismo em Cabo Verde (1991-2000)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

7. CRUZ, Eutrópio. A música e a resistência cultural. *C(k)ultura: Revista de Estudos Cabo-verdianos*, p. 187-199, set. 2001.

8. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do quotidiano*: artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. Tomo I.

9. ÉVORA, Iolanda; GRASSI, Marzia (org). *Gênero e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007. p. 23-61.

10. FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África*: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial. Florianópolis: EDUFSC, 2002.

11. FURTADO, Carmem. Conquistando o espaço público: a música enquanto vector da identidade nacional em Cabo Verde. *In:* ASSEMBLEIA GERAL "GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO", 12, 2008, Dakar. *Anais* [...]. Dakar: CODESRIA, 2008.

12. FURTADO, Claúdio. *Génese e reprodução da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: ILCD, 1987.

13. GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

14. GONÇALVES, Carlos. *Kab Verd Band*. Praia: Instituto Arquivo Histórico Nacional, 2006.

15. INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *V Recenseamento geral da população e habitação* (RGPH – 2021) - Resultados preliminares. Praia, 6 de agosto, 2021. Praia, CV: INE. 2021.

16. LOPES, José. A palavra morna. *Cabo Verde: Boletim de propaganda e informação*, v. V, n. 53, p. 27-28, 1974.

17. MARIANO, Gabriel. A morna expressão da alma de um povo. *Cabo Verde: Boletim de propaganda e informação*, v. III, n. 30, p. 18-20, 1952.

18. MARTINS, Vasco. *Ensaio musicológico sobre a morna* – forma musical cabo-verdiana. Praia: ICLD, 1990.

19. MARTINS, Vasco. *A música tradicional cabo-verdiana I*: a morna. Praia: ICLD, 1989.

20. MORRIS, Rosalind C. All made up: performance theory and the new Antropology of sex and gender. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 567-592, 1995. http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.003031

21. NOGUEIRA, Gláucia. *Batuku de Cabo Verde*: percurso histórico-musical. Praia: Edições Pedro Cardoso, 2015.

22. PEIXEIRA, Luis. *Da mestiçagem à caboverdianidade*. Registros de uma sociocultura. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

23. RODRIGUES, Isabel P.B. As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e prática. *In:* ÈVORA, Iolanda; GRASSI, Marzia (org.) *Gênero e Migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), 2007. p. 123-146.

24. RODRIGUES, Moacyr; LOBO, Isabel. *A morna na literatura tradicional*: fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercussão na sociedade. Praia: ICLD, 1996.

25. SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas*: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

26. SEMEDO, Carla. As gramáticas eróticas do *Batuko* cabo-verdiano. *Hawò*, v. 1, p. 1-34, 2020.

27. SEMEDO, Carla. Noções estéticas na performance do *Batuko*: experiência etnográfica entre as *batukadeiras* de São Martinho Grande (Ilha de Santiago - Cabo Verde). *In:* LUCAS, Maria Elizabeth (org.). *Mixagens em campo*: etnomusicologia, performance e diversidade musical. Porto Alegre: Edições Marca Visual, 2013. p. 109-142.

28. SEMEDO, Carla. *Mara sulada e dã ku torno*: performance, gênero e corporeidades no coletivo de *Batukadeiras* de São Martinho Grande (Ilha de Santiago). 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

29. STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

30. TAVARES, Eugénio. *Mornas cantigas crioulas*. Luanda: Guida, 2006.

Recebido: 6 dez. 2021.
Aceito: 25 abr. 2022.

http://doi.org/10.1590/15174522-120662

Curanderas y parteras: saberes que reivindican y tensionan

Diana Manrique García*

Resumen

El presente texto aborda algunas prácticas de cuidado y cura de la comunidad Itonama en la Amazonia Boliviana, donde las mujeres ocupan un lugar protagónico. Prácticas atravesadas por una ética colectiva de cuidado – que emergen como un lugar político de disputa, decisión e incidencia –, a la vez que reivindican una episteme ancestral, tensionan la ontología moderna, favoreciendo desde su lugar de curanderas y parteras la reinvención de las subjetividades femeninas y a la reivindicación del vínculo en las relaciones comunales. El trabajo se basa en datos empíricos derivados del trabajo de campo en el marco de la investigación y tesis doctoral de la autora.

Palabras claves: Amazonía boliviana, curanderas, parteras, cuidado, tensiones.

Healers and midwives: knowledge that challenge

Abstract

This text addresses some care and healing practices of the Itonama community in the Bolivian Amazon, where women occupy a leading place. Practices crossed by a collective ethic of care that emerge as a political place of dispute, decision and incidence, while claiming an ancestral episteme, stress the modern ontology, favoring from their place of healers and midwives the reinvention of feminine subjectivities and the vindication of the bond in communal relations. The work is based on empirical data derived from field work in the framework of the author's research and doctoral thesis.

Keywords: Bolivian Amazon, healers, midwives, cares, tensions

* Universidad de las Américas, Santiago, Chile.

Rastros de partida

El presente ejercicio es parte de las reflexiones derivadas de la tesis doctoral titulada *Miradas profundas: rutas de cura en las comunidades próximas a la ribera alta del rio Iténez (Guaporé), Amazonía Boliviana*, del programa de posgraduación en Desarrollo Rural de la Universidad Federal Río Grande del Sur de Porto Alegre. En este, se considera que, en los procesos de cuidado y cura de las comunidades Itonama, permanecen y habitan memorias ancestrales agenciadas, principalmente, por mujeres indígenas. Esas mujeres, desde su lugar de curanderas, sanadoras y parteras, se encuentran atravesadas por múltiples interseccionalidades pero hacen de sus prácticas un lugar donde se resiste y re-existe, cuestiona y crea, posicionando el cuidado y la cura como un ejercicio político colectivo que supera lo corporal e individual.

La entrada a la Amazonía boliviana está condicionada por sus trazos hidrográficos, convirtiendo así el río – en este caso el Iténez o Guaporé – y su formación rizomática en el principal curso metodológico que adquiere y avala esta experiencia. Un territorio rico en diversidades, con decenas de grupos indígenas coexistiendo que van más allá de los impositivos datos derivados del Estado-nación. El grupo Itonama es uno de estos grupos que, junto a otros, han experimentado el violento proceso colonizador en una de las historias más longevas que se conocen de mano de expedicionarios, jesuitas y franciscanos. Grupos humanos olvidados, que sólo a partir del año 1990 comienzan a ser reconocidos y visibilizados dentro de la esfera pública institucional de Bolivia.

La comunidad Itonama, con unos seis mil habitantes, al igual que otras 33 comunidades indígenas del oriente boliviano, hacen parte de la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia, nacida institucionalmente en 1982 y cuya misión se orienta a la defensa de los derechos de los pueblos indígenas de las Tierras Bajas de Bolivia.[1] Lugar a donde arribé

[1] Por tierras bajas Muñoz (2016) refiere al territorio comprendido entre el centro y la parte noreste del estado plurinacional de Bolivia, que se divide en tres regiones: La Amazonía, al norte, La Chiquitania, al centro, y el Chaco, al sur.

por mis cercanías y afectos con algunos integrantes del modelo Salud Familiar Comunitaria Intercultural (SAFCI)[2] y tras 14 años como migrante, activista e investigadora de rutas de cuidado y cura en las profundidades de América Latina. Metodológicamente este ejercicio toma elementos de la etnografía performativa[3] y cartografía social.[4] Es decir, una ruta vivida y experimentada donde se entremezclan relatos, emociones, sentires, lecturas, dilemas que hicieron parte del proceso de investigación que, a su vez. se transforma en un compromiso humano, político, ético, en relación con saberes invisibilizados, esencializados, mitificados, deshumanizados y con los seres que los encarnan. Considero que este ejercicio no es exclusivo del mundo académico, porque es construido con los y las comunarias[5] indígenas de la ribera alta del Río Iténez, y vuelve hacia las comunidades de distintas formas – imágenes, afectos, historias – que pretenden retornar lo que en mi contacto con estos mundos puede traducirse.

Cuidar y sanar en las entrañas amazónicas

La compleja red de saberes sobre los procesos de atención, cuidado y cura de los desequilibrios y malestares que acechan en la ribera alta del Río Iténez (Amazonía boliviana), nos aproxima a un campo donde se hace posible movilizar las alteridades ontológicas presentes y en constante flujo.

[2] Salud Familiar comunitaria intercultural es un modelo parte de la política de salud boliviana, cuyo enfoque en promoción de la salud se define como sociocultural de interculturalidad y busca recuperar y revalorizar los conocimientos y costumbres ancestrales en el proceso de salud-enfermedad, aplicando complementariamente los saberes de la medicina tradicional y de la medicina clínica occidental.

[3] Todas las investigaciones son performativas en cuanto ayudan a producir lo real, sin embargo, la performatividad, más allá de ser una metodología emergente que desestabiliza las certezas establecidas, es una práctica deconstructiva (Markusen *apud* Yehia, 2007), la cual nos incita al proceso, doloroso muchas veces, de desprender(nos), deshaciendo las ideas de tiempos y espacialidades estables y únicas.

[4] La cartografía como abordaje geográfico y transversal ratifica su proximidad para acompañar los procesos de subjetivación que ocurren a partir de una configuración de elementos, fuerzas o líneas que actúan simultáneamente. Las configuraciones subjetivas no apenas resultan de un proceso histórico que les moldea estratos, sino también portan en sí mismas procesualidad, guardando la potencia del movimiento (Passos *et al.*, 2009).

[5] Término usado localmente para referirse a cada miembro de la comunidad.

Los saberes ancestrales desterritorializados y reterritorializados se manifiestan de manera diversa en una extensa red de cura que generalmente se inserta en la paradoja de un sistema que transita entre lo que podríamos caracterizar como abandonos, omisiones, silencios, transgresiones multitemporales, pero también autonomía, organización, resistencias que, de una parte, denuncian, pero a la vez crean. Y esa creación se puede observar en diversos escenarios, uno de ellos asociado a las prácticas – rituales o no – de curación, en las que se hace indiscutible la capacidad de "agencia" de los y las comunarias comprometidas a las diversas funciones de sanar y cuidar en relación con otros seres de los mundos que se habitan.

Los diferentes procesos terapéuticos que actúan en estos territorios dan cuenta de la cura como un proceso irreductible, inserto en un entramado de flujos e intensidades que pasan por escenarios sin disyunción analítica, que contemplan que cada acción en el mundo implica correlativamente lo micro y macro político. La coexistencia y complementariedad entre prácticas de cura se manifiestan de manera muchas veces asimétrica entre una red visibilizada correspondiente a los sistemas principalmente biomédicos presentes y otras prácticas y redes menos visibles. Éstas se hacen latentes en complejas paradojas que no buscan necesariamente una disolución, sino se manifiestan en posibilidades creativas de campos insurrectos.

Gran parte del mundo amazónico está atravesado por estas complejidades que no entran en la facilidad de lo dicotómico, que no niegan la contradicción que, por su vez, actúa como potencia de las prácticas de lucha por la vida y la sobrevivencia ante la amenaza de extinción de los mundos que rasguñan lo moderno. Es por ello que lideresas sabias de etnias ubicadas en estos corredores amazónicos, tres veces al año se internan en el monte para buscar el espíritu del jaguar, para que, en ese encuentro interno con la naturaleza, puedan advertir sobre el presente/futuro de sus pueblos. En este sentido, Rivero Pinto (2014) expone que 24 etnias indígenas de esta región realizan el rito de búsqueda del espíritu del jaguar, en el que sabios y sabias predicen el futuro y previenen a su gente de posibles males.

Al igual que gran parte de estas comunidades, para los Itonama, los espíritus de sus muertos poseen poderes sobrenaturales. Hoy en día, siguen siendo animistas con relación a las plantas, animales y el agua, hecho por el cuál pocos de ellos se vinculan con el trabajo de las haciendas vecinas, en cuanto para el hacendero y los trabajadores muchos de los seres que habitan el territorio son adversarios. Prácticas de cuidado y cura que nos ilustran la existencia de lógicas de relación con la vida, tierra y sus seres que, a la vez que resisten, brotan "como respuesta a las formas modernas liberales, estatales y capitalistas de organización social" (Escobar, 2014, p. 50).

Las prácticas de cura no biomédicas hacen parte de una variada experimentación, que se diversifica como raíces que toman formas imprevisibles ligadas a la capacidad creativa y potencia del sujeto-cura, al lugar-tiempo y sus demandas, y al sujeto que procura la cura. En ese escenario múltiple se asiste a constantes modificaciones que se preservan unidas en sus diferencias, proximidad que responde a sistemas ontológicos relacionales que les subyacen y que actúan como potencia común y les da sentido. De las prácticas o sistemas que se generan y a las que me refiero son aquellas encontradas a través del ejercicio etnográfico que, en forma de diálogo, sonido, olor, *performance*, comida, reunión, ritual etc., se han manifestado a mis sentidos.

Expreso esto, en cuanto las percepciones occidentales se mantienen dominadas por las sensibilidades exotizantes del colonialismo, el imperialismo y el capitalismo neoliberal (Geidel, 2010). Así el llamado a sentipensar en el trabajo de campo emerge con la activación de sentidos que superan el tacto, el gusto, el olfato, la vista y el oído, y que nos habla de reintegrar las percepciones. Hacer conciencia de que la mente – heredera de una jerarquía analítica patriarcal – ha ocasionado rupturas profundas en nuestras matrices perceptivas y su interrelación, así mismo entre los nexos con la alteridad de los mundos vivos o no.

Estas formas de ser, hacer y conocer permiten percibir la reciprocidad que orienta la relación con el entorno de las comunidades Itonama. En parte de los recorridos realizados junto a ellos y ellas, la interrelación con

las plantas en los procesos curanderos es un hecho que denota de una parte un profundo conocimiento sobre la flora y sus usos y a su vez un profundo respeto por las diferentes expresiones de vida. Una de las comunarias, con la que visité varias localidades, refiere durante uno de los recorridos:

> Tomando raíces a veces uno aguanta todo, una ya de vieja es caprichosa de alzar cosas pesadas, que días me sentí una bola, así que fui y agarré un cuguchi[6] e hice agua y tomé, y es buena. También esa que se llama golondrina,[7] está a ras del suelo, esa se cuece con otra de estas, ya sea con la hoja de sinini,[8] conoce el sinini no? Es así, como una chirimoya grande, la hoja de eso se cuece con esto y se toma para los riñones. Una aprende de las otras señoras que saben, a una se le queda.[9]

No se necesita ser especialista – en varias de estas comunidades la mayoría de los lugareños conservan un manejo excepcional de botánica, y no dudan en compartir sus conocimientos entre las diferentes generaciones y con las personas que les visitan. El interés por ampliar mis conocimientos de parte de mis interlocutores marcaba el curso de las conversaciones, las cuales se centraban en compartir una serie de prácticas y saberes en relación con los procesos de sanar, superando el marco de los sistemas oficiales. Algunos de las y los comunarios, en su relación con el mundo de las plantas medicinales, realizan preparaciones, combinaciones, mixturas, mezclas que han resultado ser efectivas en el tratamiento de malestares tanto tradicionales como emergentes. Es el caso de Marlen, médica tradicional, que se ha dedicado a la preparación de jarabes y ungüentos para responder a las enfermedades más recientes o aparecidas al contacto con los colonos como el "tifus negro", virus que hizo presencia en su localidad costándole la vida a centenares de personas.

[6] Juglans regia o nogal común.
[7] Chelidonium majus o Celidonia mayor, es de la familia de las amapolas.
[8] Annona muricata.
[9] Entrevista en Orobayaya, junio 2016.

> Yo elaboro los jarabes del acai, de la raíz del motacu,[10] del tajibo,[11] del alcornoque[12] y el caracoré.[13] Estos lo hemos aprendido a través de nuestros ancestros, mi suegro que fue uno de los sobrevivientes aquí, él fue una persona bien luchadora por la comunidad, el mantenía las costumbres, la medicina tradicional todo eso… El del acai es para subir las defensas del organismo cuando están muy bajas en caso de anemia, de la raíz del acai, lo hacemos con plan de manejo para que duren las plantas, yo tengo allá en mi chaco. Es como un antibiótico, para este caso también de la enfermedad del ratón, de la fiebre hemorrágica es para eso, pero además se hace en cocimiento y en enema, para sacar la infección, le pongo todo eso y el alcornoque bien cocido y hojas de malva[14] para bajar la temperatura porque eso es una fiebre adentro que tiene el enfermo.[15]

Del corte de estos relatos podemos encontrar un sin número de recomendaciones, que hacen parte del compendio de estas personas curadoras que, como sabios y sabias andantes, conforman esa red compleja que atiende a las comunidades ribereñas. Haciendo un seguimiento a gran parte de las especies referenciadas podemos percatarnos de que varias de ellas se encuentran "bajo estudio-uso" por sus propiedades medicinales, algunas de las cuales ya vienen siendo procesadas en la industria farmacéutica por sus principios activos en las acciones terapéuticas.[16]

Indisciplinamiento de los cuerpos

Pero, al manejo y relacionamiento con las plantas se suman otras prácticas que, en su mayoría, actúan bajo la orientación espiritual. El

[10] Attalea prínceps.
[11] Tabebuia chrysantha.
[12] Tabebuia aurea.
[13] Cereus stenogonus.
[14] Malva sylvestris.
[15] Entrevista en Orobayaya, junio 2016.
[16] Podrían referenciarse diversos estudios encontrados cuando hacemos un seguimiento de estas plantas. Sin embargo, un ejemplo reciente es que se ha venido incrementando la observación y análisis de la annonacina, sustancia química presente en el sinini. Las investigaciones al respecto buscan aproximarse al estudio de esta especie y sus posibles efectos en tratamientos del cáncer, así mismo otros estudios han derivado en las consecuencias neuronales que puede generar. Para más información puede verse: Augusto *et al.* (2000), Liu *et al.* (1999) y Oberlies *et al.* (1995).

conjunto de los y las locales dice poseer una fe canalizada en la figura de las deidades católicas, hecho correspondiente a la fuerte presencia misional desde los periodos de contacto hasta hoy. Sin embargo, esa espiritualidad es amplia y trasciende las palabras heredadas de la iglesia católica. Como me dice una de las sanadoras del cabildo,[17] "es un contacto profundo, un pedido". En algunos de los testimonios, este contacto-pedido acompaña y guía al curador o curadora:

Yo he tenido partos bien dificultosos, una parturienta se derramó en hemorragia, una pariente mía, esto no fue aquí, fue bien para adentro, en el blanco. Me vas atender me dijo, yo le dije si no puedes dar a luz anda a Magdalena, la sacudía nada, la volvía a sacudir y nada, solita yo con ella, el marido nunca la había visto dar a luz, ¡no! le dije vos tienes que venir a ayudar, acomódate y me vas a ayudar. Le hacía el tacto, no sentía cabeza, ella fatigaba y fatigaba. Pero dentro tanto que he atendido solo ese caso me ha pasado así, ya un buen rato de eso me dice ya no tengo fuerza, cuando le miro ya era de noche, no era por acá por esta parte sino por el ano. Ay primera vez, por qué pensaba yo, no le dije yo a ella nada, porque estaba sufriendo. Salí y le dije a su mamá – no era primeriza –, muy clavada estuvo esa criatura y nadie la sacó. Ya no me animaba yo a que haga fuerza, no hagas fuerza mamita él va a nacer cuando sea su hora, el señor me dio esa inteligencia, pedí dios mío asísteme, me recorte bien todas las uñas y le dije a su madre y a su marido, ya vengan a ayudarme, le metí la mano y con toda mi fuerza lo acomodé, fue tanto que dure una semana no podía del brazo, pero se vino de una por el camino. Le dio una hemorragia claro, pero la controlamos.[18]

[17] El cabildo Indigenal es la figura organizativa heredada del sistema misional de la colonia. Esta figura, de manera forzosa, vino a desplazar las formas organizativas precoloniales. Es una figura que se extendió en muchos otros dominios coloniales de la corona española, conservando una particularidad en su desarrollo local, y es que las creencias y prácticas de la religión católica son asumidas por los pueblos indígenas de una manera particularmente afín a la organización de una vida autónoma en comunidad (Delgado Pugley, 2015). El cabildo vendría a ser la figura organizativa "molecular" que se reproduce en todas las localidades adscritas al territorio y que se vendría a congregar en la subcentral indígena.

[18] Entrevista en Bella Vista, septiembre 2016

A la afirmación "dios mío asísteme" se anteponía en mí la pregunta: ¿de qué dios me estará hablando? Una de las inquietudes que me atraviesa mientras la escucho, pues, si bien reconozco un escenario marcado por la avanzada dogmática del evangelio misional, no es de desconocer ni subestimar las estrategias prácticas y discursivas de sobrevivencia de las que han hecho uso las comunidades indígenas para su necesaria coexistencia. La figura de los ancestros, o de las deidades se convierte en ese referente espiritual que acompaña las decisiones de los curadores, modificaciones o procesos producto de intercambios con otras entidades que engendran una práctica al momento. Esto nos lleva a pensar el sistema de cura local a partir de los múltiples agenciamientos que moviliza. Categoría que, para Guattari y Rolnik (2006, p. 365), es una "noción más amplia de lo que las estructuras, sistema, forma etc., un agenciamiento comporta componentes heterogéneos, tanto de orden biológico, social, maquínico, gnoseológico, imaginaria".

La madre muerta, la abuela y sus antecesores, los espíritus, la divinidad, se encarna en el cuerpo curador que atiende una demanda y responde en un acto creativo sobre una situación de la que muchas veces no tiene dominio racional. Y ese acto de momento es devenir que resiste y brota como un acto insurrecto a la biopolítica, es decir, un acontecimiento rebelde frente a aquello que hace que la vida y sus mecanismos entren en el dominio de los cálculos explícitos (Foucault, [1976] 2001). Frente a un acto que parece instintivo, que asume una corporeidad, encontramos la emergencia-potencia de un ejercicio que habla de subjetividades alternativas.

Si bien la OMS y la OPS han incorporado iniciativas de regularización, revalorización y recuperación de las medicinas tradicionales ancestrales donde se incorpora el reconocimiento de naciones y pueblos indígenas, puede pensarse dentro de la lógica multicultural propia de varias constituciones de América Latina. Allí, las políticas de inclusión forman parte de la configuración uninacional. En ellas las diversidades de los pueblos, principalmente afrodescendientes e indígenas, pueden ser incluidas en la sociedad tal como está conformada, respetando sus patrones políticos y administrativos (Walsh, 2009). Por ejemplo, en Brasil, en el año 2000, las parteras tradicionales aparecen como objeto de las políticas públicas

(Días-Scopel; Scopel, 2018), algo que igualmente sucedió en Bolivia y en otros territorios de la región. Habrá que considerar si es sólo un ejercicio de tolerancia, una búsqueda de control y vigilancia o una iniciativa de respeto e inclusión, principalmente si en los cotidianos de las prácticas emergen otras tensiones.

Las herencias coloniales no sólo han jerarquizado y clasificado profesiones y oficios, sino subalternizado voces, criterios y junto a ellos los sujetos que producen ese "otro" conocimiento (Walsh, 2005). La colonialidad del saber (Quijano, 2009) presente en este hecho concreto nos permite revisar los vínculos de poder existentes entre una médica o partera tradicional itonama, portadora de un acervo intelectual ancestral, y un "saber médico" en manos de profesionales formados en instituciones reconocidas por el Estado que reproducen un conocimiento "científico", racional y hegemónico. En ese sentido los conocimientos producidos desde la experiencia dan cuenta del privilegio epistémico del que gozan los "representantes" de un régimen sociopolítico.

Al no depender, en su funcionamiento, del sistema institucional, las comunidades indígenas logran ciertos niveles de autonomía. Sin embargo, dicho suceso ilustra la compleja red de relaciones de saber-poder en las que se insertan actores y agencias. Dichos comunarios y comunarias indígenas, al no ser consumidores dependientes del Estado y de sus instituciones, utilizan este tipo de acciones que, desde estos sistemas sanitarios, educativos etc. nos ilustran y ayudan a profundizar en las asimetrías entre las diferentes redes para contribuir a descifrar las delgadas líneas y las múltiples caras coloniales.

Tomar en serio el diálogo de saberes y la interculturalidad no se limita a reconocer legalmente la existencia de pueblos indígenas, afrobolivianos o campesinos – que han sido visibilizados negativamente por la matriz colonial – sino hacer efectivas las traducciones de esos discursos en prácticas concretas. Pues, si las instituciones entran en diálogo y acción con las territorialidades indígenas, con programas, proyectos y acciones directas, no pueden menos que instaurar como noción base la multiplicidad de las existencias para propiciar la igualdad y justicia en la dirección y curso de las relaciones y condiciones. No hay posibilidad de una teoría ni un discurso

descolonizador si no hay prácticas que le den sentido, que evidencien lo no-dicho, cuestionen el colonialismo interno y problematicen ciertas tendencias academicistas que sustentan teóricamente la descolonización (Rivera Cusicanqui, 2010).

La retórica presente en la nueva legislación advierte la emergencia, desde las instituciones, de un conjunto de categorías y términos, que también hacen parte de la academia, que corren el riesgo de neutralizar y desvirtuar las luchas ancestrales. La descolonización no sólo debe considerarse desde una no dependencia entre metrópolis y colonias o entre norte y sur, centro-periferia, sino como un desmontaje de relaciones de poder y de concepciones del conocimiento que fomentan la reproducción de jerarquías raciales, geopolíticas y de imaginarios, que fueron creadas en el mundo moderno/colonial occidental (Curiel, 2015; Galindo, 2015).

El problema no es llenar con discursos o figuras de indígenas los lugares "del amo", "el problema y desafío es la capacidad de poner en cuestión las estructuras, lógicas y sentidos de todas y cada una de esas instituciones" (Galindo, 2015, p. 41) y, en ello, las comunidades indígenas tienen vasta experiencia. Las rupturas y desobediencias protagonizadas durante siglos, a las que se suman sus creativas formas de re-existencia, no se dan meramente en el campo de la retórica, sino en el mundo de facto. Prácticas concretas se suman silenciosamente a la práctica política de desestabilizar las estructuras de poder.

Otro ejemplo que nos ayuda a profundizar la reflexión en esta materia se relaciona con algunos estipendios sociales. En el año 2009 se implementó el bono Juana Azurduy, medida establecida por el Gobierno nacional a través del Ministerio de Salud.

> Este es un programa cuya ejecución también es apoyado [*sic*] por el Banco Mundial e incluye transferencias condicionadas de dinero destinado a mejorar la salud materna, neonatal e infantil. El programa paga a cada mujer embarazada un estipendio de USD 260 en cuotas vinculadas con visitas prenatales regulares, la atención calificada del parto y visitas posnatales para los niños hasta los dos años de edad. La población que recibe el incentivo es únicamente población que acude a los servicios públicos de salud (Cortez *et al.*, 2015, p. 4).

Estas intervenciones del sector salud, articuladas con otras medidas, buscaban reducir la morbimortalidad materno infantil, sin embargo, también implican ampliar el control estatal en materia sexual y reproductiva de las mujeres indígenas y, junto a ello, de las parteras tradicionales. Se trata de un incentivo económico para las gestantes, condicionado a la asistencia a cuatro controles prenatales, parto institucional y control post parto, y en el caso de niños y niñas menores de dos años, a 12 controles integrales de salud bimensual. En resumen, cada vez que una mujer fuera a controlarse el embarazo, recibiría la suma de siete dólares, por el parto en un hospital del Estado recibiría 17 dólares y por cada uno de los posteriores controles de salud de niños y niñas recibiría 18 dólares. Una propuesta que resulta interesante para un observador externo que no conoce la realidad de las comunidades indígenas, en cuanto el sólo transporte para llegar a un centro de salud u hospital en algunas de las comunidades, en este caso la Itonama, oscila entre los 20 y 100 dólares.

Una de las auxiliares de enfermería de una de estas localidades me insistía:

> lo que mandamos de aquí para Magdalena, a veces, son las cesáreas, pero aquí no atendemos parto porque la gente no viene, a veces vamos a la casa. La gente está acostumbrada a tener sus hijos en casa, con las parteras que atendieron a sus madres o que siempre las han atendido. Eso difícilmente va a cambiar, no hay plata que convenza. La gente no viene, a veces lo que más uno atiende es el control de niño sano, pero es más como un paseo o una salida por lo que vienen.[19]

La práctica de parir en casa no obedece exclusivamente a las condiciones materiales- económicas de las familias – aún hoy, cuando existe un incentivo económico estatal, "dar a luz" es algo que precisa la presencia y confianza de la comunidad, del par indígena, de la familia, hecho que difícilmente es posible en las instituciones de salud. La figura de la partera familiar o conocida es un hecho de difícil remoción y que incluso ha motivado el interés institucional en políticas de reconocimiento e inclusión, como las

[19] Entrevista en Orobayaya, julio 2017

promovidas bajo la consigna de "*adaptación cultural de los servicios*" que, a través del seguro indígena, crea una oferta de servicios de salud materna e infantil considerando tradiciones indígenas. Propuestas que aún no llegan a todas las localidades y se encuentran en proceso de implementación.

Las parteras Itonama, en su mayoría mujeres, asumen y reivindican su oficio como un ejercicio político comunal que supera lo corporal e individual, que dice de un acompañamiento y corresponsabilidad sobre los procesos de crianza:

> Desde que empiezan embarazadas yo empiezo a sobarlas (friega, masaje) a ellas. Ya me hacen llamar, a veces quiere salir él bebe, me llevan para ver que vamos a hacer, ya si veo que la cosa es difícil le digo que la lleven a otro lado que yo no puedo hacer nada. Quieren que yo las atienda no más ahí en su casa, pero se enojan las enfermeras en el hospital, que porque no las hago ir allá, bueno le digo yo es su gusto, yo no las he atado le digo, si ellas se hayan capaces de tenerlo ahí, pues ahí lo tienen, le dije. No pueden obligarlo a uno. Lo más bonito de ser partera es sentir, ver nacer el bebé, así tal como es que lo abrace su madre.[20]

Las palabras de esta partera nos conectan con dos ejes principales. Primero, la posibilidad de autogobierno del cuerpo gestante, una rebeldía y resistencia silenciosa de hecho, que, aunque parece inconexa, trae consigo la fuerza de autodeterminación de las comunidades. Y segundo, el reconocimiento de los límites o advertencia de peligro de un "otro" que no se niega ni anula, sino que complementa, clave de los mundos ancestrales. Estas pequeñas desobediencias a los intentos de disciplinamiento coloniales nos colocan frente a micropolíticas que convierten estas rupturas personales en decisiones existenciales y que se instalan en el cotidiano construyendo políticas de subsistencia.

Es importante insistir en no perder el foco, lo que está en juego no es la legalidad o legitimidad de una medicina frente a otra, la validez del conocimiento de la partera con relación a la enfermera, la inclusión o no de las parteras en los hospitales, o de la introducción o no de las mujeres

[20] Entrevista en Orobayaya, septiembre 2017.

gestantes al sistema de salud. Lo que está en juego es la vigencia de una relación asimétrica y de subordinación de las comunidades indígenas con relación a los representantes de las instituciones derivadas del aparato estatal. Un Estado que proclama reconocer la existencia de varias naciones indígenas pero que, al parecer, deriva en disociaciones que, en el concreto de las prácticas, podrían asociarse a trazos incoherentes y distantes de la discursividad que les fecunda.

Parir y cuidar. Un territorio en disputa

Hay una diversidad de protagonistas de cura local, dentro de los que se puede observar parteras/os, médicos/as tradicionales, hueseros/as, rezanderos/as, yerbateros/as y un sin número de tratantes que al igual que en la diversidad terapéutica responden a las demandas tanto emergentes, como urgentes de tratamiento de los y las consultantes. Hay personas que, en circunstancias como mordedura de víboras venenosas, accidentes, partos, deben actuar inmediatamente y acercarse a cualquier sistema curanderil, por lo que su vida depende de la propia capacidad creativa en ese momento. En ese sentido, la posibilidad de buscar ayuda fuera de sus comunidades puede ser algo no viable, más aún en escenarios como este, dónde las distancias oscilan entre intervalos que van de 2 a 20 horas, y están condicionadas por múltiples factores.

Y es en estos sistemas de cura locales donde las mujeres indígenas asumen un protagonismo. Como bien me refería uno de los integrantes de las redes curanderas locales, "el poder de vida y muerte" viene de la mano de sabias locales. Este hecho también nos remite a pensar la asociación mujer-bruja y su poder como "encarnación del lado salvaje de la naturaleza, de todo lo que en la naturaleza parecía alborotador, incontrolable y, por lo tanto, antagónico al proyecto asumido por la nueva ciencia" (Federici, 2010, p. 279).

Un poder que no es negativo exclusivamente, puesto que desde y a través de ellas se tejen redes de cuidado que se extienden y circulan alimentando la tierra y el territorio. En ese escenario, las parteras cobran

protagonismo en la zona, generalmente un oficio de mujeres que, sin ser exclusivo de éstas, sí se aprende de ellas, principalmente de generación en generación como me relatan algunas.

> En primer lugar, yo aprendí de mi madre porque mi madre me decía, tuve yo mi niña sin padre, porque el padre puso el huevo y se fue y yo quedé y me dice mi madre, porque la llamaban, así como me llaman a mí, tarde de la noche con lluvia, con sur, con viento y yo me levanto y me voy, si yo lo he sufrido ese dolor, esa angustia de tener a su bebe, no es cierto, y bueno cinco parteras tengo yo, parturientas, cinco hijas. Una vez me dice mi madre ven Ida ya va tener su hija, que de pronto te toca un caso de esos para que aprendas. Yo parada así y ella con la parturienta, bueno yo le miraba a ella y ya yo era su compañera y me hacía pasar donde estaba la partera. Bueno fui despertando, una cosa es hacerlo con voluntad y otra es ir de mirona, si uno quiere todo puede. Y claro yo he tenido partos difíciles así en el campo, imagínese de 20 o 22 años yo ya atendía y ahorita tengo 66, aquí a cuál será la que no he atendido.[21]

El arte de acomodar la criatura pasa por *sobar, suspender, sacudir, asentar, levantar la barriga*, arte y ciencia compartida por un universo de mujeres que han auto aprendido o que les ha sido transmitido por sus mayores. Es así que "todas esas cosas las mujeres las saben, mi madre y las madres con varios hijos y nietos que crían, ¿usted cree que no tenemos experiencia? y sabemos mucho más que cualquier médico". Esta expresión de una de estas mujeres me interpela sobre el conocimiento de su cuerpo, una demanda de autogobierno sobre ese territorio llamado cuerpo gestante.

Con esta expresión, doña Zara, mujer partera que además realiza labores de profesora de primaria en un pequeño poblado amazónico, no desconoce la labor del personal biomédico, porque ella misma refiere "a las mujeres petacudas cuando me buscan para que yo vaya a sobarlas, ahora les digo ya la notificaron a la enfermera, ya le notificaron al doctor". Esto obedece a las tensiones derivadas, más que de los sistemas, de las personas que los encarnan. Si bien, en algunos poblados los sistemas presentes se complementan de manera más sincrónica, en otros tiende a establecerse no

[21] Entrevista en Bella Vista, agosto 2017.

sólo una jerarquía de parte del personal funcionario de la institucionalidad de salud, sino además una especie de persecución "más antes me llevaban a mí las otras enfermeras a los talleres, ahora con el *doctor P* les prohíbe, además de discutir así seriamente, me dijo deje de partear".

Sin embargo, las parteras son de las profesiones-oficios más procuradas en las entrañas amazónicas. Éstas son buscadas desde que la parturienta se entera de su embarazo, desde ese día la mandan a llamar para que empiece a sobar, llevan su aceite de pata (de algún animal generalmente), y de ahí hasta que nace la criatura acompañan a la mujer. La frecuencia depende de la acomodación del bebe, a veces están mal, están en posición sentada y eso requiere que las visitas se hagan cada dos o tres días. Gran parte de las mujeres acompañadas y entrevistadas refieren que hay "criaturas caprichosas", con ello se refieren a los bebés que por más veces que se sobe y empuje no se quiere acomodar para el nacimiento. Las mujeres prefieren parir acurrucadas o acostadas, la partera les indica que exploren en la posición dónde se sientan más cómodas. Durante todo el proceso de acompañamiento, la partera y parturienta, indígenas de la misma comunidad establecen un vínculo que entrega confianza. Durante los nueve meses la partera la prepara a ella y algunas veces a su esposo, les indica la flor del papayo macho y el cogollo de la planta de la yuca, en forma de té como estimulante para que salga el bebé.

También refieren que en algunas ocasiones "las champan" con hojas de algodón hervidas. Tratamiento que consiste en un té de hojas de algodón que se les da diez o 12 días antes de cumplir los nueve meses para evitar el dolor, "porque eso es muy bueno para las inflamaciones, es que tienen inflamaciones en el cuello del útero y eso les provoca también mucho dolor", dolores que las hace confundir con el deseo de parir. En varias de las visitas acompañadas veo cómo las mujeres que desarrollan esta labor caminan kilómetros o navegan largas distancias para acudir a ver - asistir - cuidar de estas otras mujeres. Generalmente viene algún familiar que, en caballo, moto, canoa o a pie acude en su procura – en contraprestación siempre trae pescado, algún animal de caza, dulce de caña o cualquier otra contribución principalmente alimentaria.

Estos circuitos, sin embargo, están llenos de contradicciones y complejidades. Una de las más llamativas tiene que ver con que muchos de los funcionarios o funcionarias de la salud institucional, a pesar de su formación biomédica, procuran estos otros sistemas curanderos. Por un lado, en busca de prácticas de cura para sí o sus seres queridos, por otro, como posibilidad de apoyo en la atención de las demandas del agente que busca ser curado. En estas experiencias podríamos rescatar un diverso grupo de relatos, sin embargo, vamos a traer uno de los más próximos, relacionado justamente con el doctor P, médico que, como mencionamos anteriormente, rechaza y denuncia la labor de cura ejercida fuera de los campos de su dominio. Este relato ayuda a profundizar en parte la heterogeneidad material y discursiva, y a su vez, de prácticas a las que se acude por parte de los residentes en alguna localidad de estas riberas.

> Si vienen a buscarme que yo las partee tampoco puedo decir que no, por último, un parto como lo voy a pelear yo con los médicos, salimos un día de una discusión con el doctor y la licenciada me dice no le haga caso señora Zara, no le haga caso, es desatornillado el doctor P. Como yo tengo conciencia que no es como él dice, lo hago porque tengo cinco hijas y tres nueras. Otra cosa que me prohibió es tratar a los recién nacidos, eso lo hago también, un día su esposa tenía un bebesito ahí, tenía diarrea, diarrea, diarrea, un día me vio y me pregunto qué le hacía, yo le dije cómo me preguntas niña a mi si tu marido es médico y vos enfermera, ay ya me cansé me dijo, es una farmacia ahí mi casa me dijo, tengo un botiquín grande lleningo y el niño es pura diarrea, le pasa y a los dos o tres días otra vez. Seguro le diste leche ajena, cómo es eso me dijo, te embarazaste dando de chupar. Si me dijo. Y cómo lo curo, no te doy nada le dije, le prometo que no le digo a P, por favor señora y yo veía el bebesito así flaquingo. Si me prometes, yo sé que una madre busca como ayudar a un hijo, si vos efectivamente crees en mi remedio y no le vas a decir el doctor. No le voy a decir porque me va a retar.
>
> Busca un frasco de aceite de castor, que es dulce, le dije, y un frasquito de aceite de almendras, eso lo mezclas, le hervís la canela que quedé rosada, le echas la canela, los dos frasquitos de aceite y eso se los das en una purga en la tardecito a pleno aire le dije, su cenita o su leche se la das bien temprano y después se lo das. Pero me haces caso lo que te digo. Lo voy a hacer señora lo voy a perder a mi hijo por nada. No lo vas a bañar ese día, ni a que coja

> agua ni nada, dice que se lo dio tal como yo le dije, como a los 10 días volvió a verme, y me dijo mi hijo esta sanito, tres días no hizo y cuando hizo ya se arregló. Cuando te vuelva a pasar eso, le dije, quedaste embarazada chupando tu hijo, ese día conseguir sal amarga lo diluís lo tomas y le das de chupar, hasta las seis de la tarde no le das un trago más y te pregunto si le va dar diarrea, eso es bueno.[22]

Podría preguntarse ¿qué es lo que hace que estas prácticas descalificadas por algunos agentes de la biomedicina institucional permanezcan disponibles para su acceso? Frente a ello, podríamos sugerir la necesidad de los/las profesionales formados/as en la academia de encontrar caminos alternativos a las complejidades con las que interactúan, a las prácticas donde la razón de la ciencia no responde. Escenarios que invitan a recorrer y explorar caminos menos rígidos y estrechos para encontrar posibles salidas. Es difícil reducir estas experiencias y los deseos que las acompañan, pero, si hay algo que queda claro desde la voz de los agentes que procuran el acompañamiento o cura, es la confianza en la experiencia y sabiduría de estos agentes.

La confianza entregada a estos agentes también corresponde a la reciprocidad recibida de parte del que cura. Es así que, a diferencia de los establecimientos institucionales, no hay protocolos rígidos, ni horarios, ni lugares específicos, sino que los interlocutores comparten un campo cosmológico. Y, de no ser así, acuden a intercambios cosmopolíticos que engendran la práctica de cura que resulta, generando una relación que se percibe mucho más simétrica que la establecida con personal de los establecimientos de salud.

Para gran parte de agentes de los sistemas de cura locales no biomédicos los y las funcionarias del sistema institucional de salud no significan ni competencia, ni amenaza. Son excepcionales los casos en que se puede identificar este tipo de tensiones, pero generalmente el encuentro de estos sistemas y sus redes complejas se da de forma complementaria. Así como la anestesia de campo, se comparten otros insumos, procedimientos y conocimientos de lo que resulta una "articulación intrínseca de lo múltiple

[22] Entrevista en Bella Vista, septiembre 2017.

por sí mismo que producirá sentido sin que haya un término exterior a esta articulación como tal" (Carvalho, 2011, p.176). Ello también se hace presente cuando se hacen derivaciones intersistemas, los terapeutas locales no biomédicos hacia los terapeutas institucionales y viceversa, lo que indica un reconocimiento y legitimidad de lo que complementariamente se puede aportar ante una demanda.

Esta relación de coexistencia y complementariedad (Maluf, 1996) de los sistemas y prácticas también responde a la necesidad de respuesta que demandan muchos de los casos, a las características socioespaciales de estos corredores amazónicos, a las ontologías presentes que coexisten y que nos hablan de epistemologías diferentes; de formas de conocer y reconocer la vida que no son estáticas, que se transforman y renacen una y otra vez. Para el caso de la cura, nos hablan de un profundo conocimiento territorial y del cuerpo humano que permite actuar y responder.

Pero, a su vez, este conocimiento del cuerpo es conocimiento de un territorio en la complejidad de los seres que lo habitan, que, como plantas, animales y espíritus, se hacen presentes de una u otra forma en los procesos. Esto nos conduce a pensar que la cura, y los sistemas que de allí se desprenden, es uno de los posibles y diversos caminos que se pueden explorar para aproximarnos a los imprevisibles mundos indígenas. A su vez nos introduce y conduce nuevamente a posicionar la cura distante del reducido y protocolizado campo biomédico. Y si bien los conocimientos de botánica, las prácticas y experiencias ligadas al campo espiritual o en general al cuidado, que en estas narrativas se describen, hacen parte de los campos no biomédicos, la cura trasciende los malestares alma-cuerpo involucrando todo un sistema relacional de la existencia de estas comunidades.

Lo cotidiano de estas prácticas da cuenta de un campo micropolítico de re-existencias en el que las pequeñas acciones colectivas del pueblo Itonama repolitizan el cuidado y la cura, al igual que muchos otros procesos. El cuerpo-territorio actúa de(s)colonialmente, reelaborando las relaciones con el mundo circulante. En él, presencia de plantas, animales, humanos, ríos, pampas, distancias, espíritus intervienen como potencia creativa y

decisión, al momento de optar o no por un proceso terapéutico. No hay protocolos ni fórmulas, en el instante se crean y recrean como alternativas que interpelan los trazos Estado-centristas de las macropolíticas.

Las prácticas de cura itonama, que evidencian a las mujeres insertas en un campo de intersecciones múltiples, nos convocan a pensar en términos complejos referidos a disputas en materia étnica, racial o sexual, pero a su vez considerando y problematizando que aquellas están y han sido incorporadas por la lógica dual del sistema occidental moderno. Lo que está en juego dentro de esta experiencia de vida, y que nos cuestiona, es el desplazarnos de las lógicas binarias para aproximarnos a los contextos históricos y sentipensar que la descolonización del ser exige la reunificación del ser con la realidad; unir lo humano con la naturaleza significa renunciar al antropocentrismo y volver a sentirse en unidad a la totalidad de la realidad, sin privilegios, con la humildad de ser un elemento más de la naturaleza, el cosmos y la totalidad de la realidad (Mazorco, 2010).

Hoy, buena parte de las mujeres indígenas itonama se organizan en un grupo de mamas[23] del Cabildo Indígena. Años de participación de muchas de ellas han transformado sus vidas y quizá aportan para la transformación de otras: un reinventarse a diario, que, como en la danza que practican, se convierte en un acto performativo colectivo. Una experiencia que no habla en términos impositivos, que no invita a la universalización o autenticidad del ser indígena y que nos conecta con un repudio al esencialismo, lo que implica reconocer las múltiples experiencias, las diferentes condiciones de vida y, también, las variadas creaciones culturales que de ello resultan (Curiel, 2005).

Buena parte de estas mujeres renuncian a ciertos mandatos articulados en un sistema capitalista, patriarcal y heteronormativo, a la par desplazándose

[23] Las mamas tienen un origen confuso, incierto y que constantemente se está rehaciendo en la práctica concreta de la comunidad Itonama. Son un grupo de mujeres que, a partir de danzas y cantos tanto ancestrales como eclesiales, en lengua itonama o castellano, acompañan todas las celebraciones del territorio próximo al cabildo, independientemente de su carácter. Son un grupo diverso y transitorio, cuyo número de participantes oscila entre las 20 y 40; algunas han permanecido desde sus comienzos y otras acuden esporádicamente.

y desplazándonos de las lecturas de un sistema binario sexual. Desde sus prácticas nos están hablando de un ser mujer indefinible, que se hizo, se deshizo y constantemente se hace, sin reducirse a la genitalidad que le acompaña o a la feminidad heterosexual y el cúmulo de signos de género sobre ella construidos. Se construyen cotidianamente en la interacción con otros seres – humanos o no – o en las simples prácticas de cuidado y cura que no se fragmentan por las discusiones de la necesidad de baños diferenciados para "hombres" o "mujeres" por en cuanto las necesidades fisiológicas terminan en los verdes aledaños al camino o en la única fosa séptica del lugar.

Ya intuimos que estamos frente a expresiones de vida que escapan a los códigos occidentales, son "lenguajes otros" que discretamente pueden estar aportando a sanar heridas. Mujeres que encarnan sentidos de unidad con el cosmos, el rezo que no es profano ni sagrado, solo agradece y pide a la tierra, a sus ancestros y divinidades la sabiduría para atender un parto, cuidar una herida, sanar un cuerpo doliente, pero también hacen pedidos de lluvia para el inicio de la siembra. Un espacio fértil femenino que puede leerse como un accionar silencioso y rebelde traducido en arte, en belleza, en un momento de huir a la violencia prolongada que ha hecho de la mujer pobre – principalmente negras e indígenas – su principal campo de opresiones. Este escenario afronta, desde el ser, las dominaciones múltiples, apuntando a la reivindicación de las relaciones comunales, hecho clave para atentar contra el sistema de género colonial/moderno en su afán de disolver forzada y estratégicamente los vínculos de solidaridad práctica entre las víctimas de la dominación y explotación que constituyen la colonialidad (Lugones, 2014).

Finalmente me atraviesa e interpela: ¿es posible aproximarnos a las realidades de estas sabias y curanderas fuera de los códigos de un saber hegemónico? o mejor aún, ¿en sus propios códigos? Es difícil tener hasta acá respuestas, la reflexión que nos queda y que instalamos dentro de esta discusión académica es la necesidad vívida de prácticas de investigación que sean capaces de reconocer y producir conocimientos situados (Harding,

1998). De hacer visible lo que se esconde a nuestros ojos y en este sentido ser capaces de compartir la complejidad de mundos que podemos sentir durante el privilegio del "trabajo de campo". Abrir nuevas posibilidades de compartir lo que vamos experienciando es también ir más allá de los formatos académicos tradicionales, ello invita no sólo a deconstruir nuestro mismo pensamiento como investigadores/as, sino a abrir los sentidos para identificar las líneas móviles de los universos ontológicos que nos atraviesan constantemente.

Diana Manrique García es Doctora en Desarrollo Rural por la Universidad Federal de Rio Grande do Sul y docente de la Facultad de Salud y Ciencias Sociales de la Universidad de las Américas, Chile.
✉ alunadiana@gmail.com

Referencias

1. AUGUSTO, Fabio; VALENTE, Antonio Luiz P.; TADA, Eduardo dos S.; RIVELLINO, Sandra Regina. Screening of Brazilian fruit aromas using solid-phase microextraction-gas chromatography-mass spectrometry. *Journal of Chromatography A.*, n. 873, p. 117-127, 2000.

2. CARVALHO, José Jorge de. Hacia una etnografía de la sensibilidad musical contemporánea. *Cuadernos de Música Iberoamericana*, Madri, v. I, p. 253-271, 1996..

3. CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica. *In:* CURIEL, O.; GALINDO, María. *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. Barcelona: ACSUR-Las Segovias, 2015. p. 11-25.

4. CURIEL, Ochy. Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas. El dilema de las Feministas Negras. *In:* CANDELARIO, G. E.B. *Miradas desencadenantes*: los estudios de género en la República Dominicana al inicio del tercer milenio. Santo Domingo, República Dominicana: Centro de Estudios de Género, INTEC, 2005. p. 79-98.

5. CORTEZ, Rafael; LAVADENZ, Fernando; MEDICI, Andre C.; SAADAT, Seemeen. *Alcanzando los ODM 4 & 5*: el avance de Bolivia en salud materno infantil, 2015. Informe de conocimiento práctica global de salud, nutrición y población. World Bank/ GHNDR, 2015 Disponible en: http://documents.worldbank.org/curated/pt/902871468188659123/Alcanzando-los-ODM-4-5-el-avance-de-Bolivia-en-salud-materno-infantil.

6. DELGADO PUGLEY, Deborah. El movimiento indígena del Beni y la defensa del territorio. *In:* HENRÍQUEZ AYIN, N. *Conflicto Social en los Andes*: protestas en el Perú y Bolivia. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2015. Cap. 8, p. 209-329.

7. DIAS-SCOPEL, Raquel P.; SCOPEL, Daniel. ¿Quiénes son las parteras munduruku? Pluralismo médico y autoatención en el parto domiciliario entre indígenas en Amazonas, Brasil. *Desacatos*, n. 58, p. 16-33, 2018.

8. ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra*: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

9. FEDERICI, Silvia. *Calibán y la Bruja*. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficante de Sueños, 2010. Disponivel em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Caliban%20y%20la%20bruja-TdS.pdf.

10. FOUCAULT, Michel. Clase del 17 de marzo de 1976. *In:* FOUCAULT, M. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 217-237.

11. GALINDO, María. La revolución feminista se llama despatriarcalización. *In:* CURIEL, O.; GALINDO, M. *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. Barcelona: ACSUR-Las Segovias, 2015. p. 27-50.

12. GEIDEL, Molly. Una mirada desde afuera: explicando el fracaso de una colaboración. *In:* CUSICANQUI, S. R. *Principio Potosí reverso*. Madrid: Editorial Museo Nacional Reina Sofía, 2010.

13. GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografías del deseo. Traducción de Florencia Gómez. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.

14. HARDING, Sandra. *Is science multi-cultural?* Poscolonialisms, feminisms, and epistemologies. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

15. LIU, Xiao-Xi.; ALALI, Feras Q.; PILARINOU, Elsa; McLAUGHLIN, Jerry L. Two bioactive mono-tetrahydrofuran acetogenins, annoglacins A and B, from Annona glabra. *Phytochemistry*, v. 50, n. 5, p. 815-21, 1999.

16. LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

17. MALUF, Sônia W. *Les enfants du verseau au pays des terreiros*. Les cultures thérapeutiques et spirituelle alternatives au Sud du Brésil. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Etnologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.

18. MAZORCO, Graciela. La descolonización en tiempos de Pachakutik. *Polis*, v. 9, n. 27, p. 219-242, 2010. https://doi.org/10.4067/S0718-65682010000300010

19. MUÑOZ, Isabel. Leyendas de las Tierras Bajas. *In:* ROMÁN, Ángel Eduardo; CASTRO, María Beatriz (Coords.) *Amazonía boliviana*: visibilizando la diversidad de los pueblos de las tierras bajas, Bolivia: Iseat, 2016. p. 115-130.

20. OBERLIES, Nicholas H.; JONES, Julie L.; CORBETT, Thomas H.; FOTOPOULOS, Sophia S.; McLAUGHLIN, Jerry L. Tumor cell growth inhibition by several Annonaceous acetogenins in an in vitro disk diffusion assay. *Cancer Letters*, v. 96, n. 1, p. 55-62, 1995.

21. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografía*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

22. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* LANGDER, E. (org.). *La colonialidad del saber*: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Caracas: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2009. p. 117-142.

23. RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa*: una reflexión sobre prácticas y discursos. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

24. RIVERO PINTO, Wigberto. *Pueblos de la Amazonia Boliviana*. Bolívia: [s.n.], 2014.

25. WALSH, Catherine. Introducción. (Re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. *In:* WALSH, C. (ed.) *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2005. p. 13-35.

26. WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, sociedad*: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

27. YEHIA, Elena. Descolonización del conocimiento y la práctica: un encuentro dialógico entre el programa de investigación sobre modernidad/colonialidad/ decolonialidad Latinoamericanas y la teoría actor-red. *Tabula Rasa*, n. 6, p. 85-114, 2007.

Recibido: 8 dic. 2021.
Aceptado: 29 mar. 2022.

http://doi.org/10.1590/15174522-120600

Traços de antinegritude em Cabo Verde

José Carlos Gomes dos Anjos[*]
Eufémia Vicente Rocha[**]

Resumo

A reflexão proposta toma o caso de Cabo Verde para ilustrar a hipótese de que nem mesmo nas nações africanas pós-coloniais se desmantelou o racismo colonialista do quotidiano e, sobretudo, não se conseguiu demolir a antinegritude como afeto predominante na configuração do *socius* pós-colonial. O texto compreende três momentos analíticos, tomando como objetos: (i) comentários de internautas leitores de um importante jornal do país a respeito de um dos traços mais racializados do carnaval cabo-verdiano; (ii) reflexões de imigrantes a respeito da relação entre cabo-verdianos e os imigrantes africanos; (iii) a história de vida de um imigrante, para descortinar nela traços de antinegritude tramando as relações dos próprios imigrantes entre si.

Palavras-chave: racialização, ontologia do negro, racismo colonialista, africanidade, discursos antinegros

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

** Universidade de Cabo Verde, Praia, Santiago, Cabo Verde.

Traces of anti-blackness in Cape Verde

Abstract

This paper takes the case of Cape Verde to illustrate the hypothesis that not even in post-colonial African nations the colonialist racism of everyday life has been dismantled, and that, above all, anti-blackness has not been dismissed as the predominant affection in the configuration of the post-colonial *socius*. The text comprises three analytical steps, taking as objects of reflection: (ii) comments posted by readers of an important online newspaper in the country regarding one of the most racialized features of the Cape Verdean carnival; (ii) reflections of interviewed immigrants about the relationship between Cape Verdeans and African immigrants; (iii) the life story of an immigrant to uncover in it traces of anti-blackness plotting the relations of immigrants themselves with each other.

Keywords: racialization, black ontology, colonialist racism, africanity, anti-black discourses

Introdução

Nas últimas décadas, Cabo Verde tornou-se um país que recebe um afluxo significativo de imigrantes, além de turistas. Os constrangimentos impostos pelos serviços de fronteira aos imigrantes africanos de países vizinhos[1] e um cotidiano de estigmas em relação a esse tipo específico de presença africana[2] têm gerado um ressurgimento de problematizações quanto às identidades pertinentes a esse arquipélago. Internamente, as fissuras identitárias entre as ilhas também parecem marcadas pelo espectro da presença denegada do negro.

Um visitante estrangeiro desavisado que passasse pela ilha de Santiago e, após, visitasse a ilha de São Vicente (as duas principais das dez ilhas do arquipélago) provavelmente não perceberia nenhuma diferença nos fenótipos das pessoas de uma ou outra ilha. Diria, provavelmente, que são todas negras com algum grau de mestiçagem. Mas é comum que pessoas

[1] Sobre este assunto, veja-se Do Canto (2020).
[2] Ver Rocha (2009). Além desse trabalho, a pesquisadora tem publicado outros textos sobre a imigração oeste-africana nesse arquipélago.

em São Vicente, mesmo quando são bem escuras, ainda se pensem como fisicamente mais próximas de um imaginado polo branco e que imaginem os *badius* (os oriundos) da ilha de Santiago como essencialmente tão negros quanto africanos. Não é objetivo deste artigo superestimar o fenômeno para além de seu enquadramento mais comum – como afirmações identitárias e de tipo bairrista, sem consequências significativas na política nacional além das reivindicações costumeiras de regionalização e descentralização. O que nos interessa aqui são as mobilizações do idioma da antinegritude, tanto por parte de cabo-verdianos como de imigrantes, e sua surpreendente naturalização num contexto em que os traços de fenótipo não são, a olho nu, substantivamente diferentes no percurso de uma ilha como Santiago para outra como São Vicente (os dois polos dessa oposição bairrista) ou entre caboverdianos, em geral, e os imigrantes africanos de países vizinhos estigmatizados sob a genérica exodefinição de *Mandjaku*. Os imigrantes oriundos de países como o Senegal, Guiné-Bissau, Mali, Nigéria, e outros países da costa ocidental africana geralmente rejeitam essa categoria homogeneizadora e pejorativa que advém de *Manjaco*, o nome neutro de uma das muitas etnias da Guiné-Bissau, e que, no modo como se viu sobrecarregado de estigmas em Cabo Verde, revela a antinegritude no arquipélago. Moeda corrente, *mandjaku* se tornou o outro nome do negro (e/ou do africano) mais profundo do que a negritude aceitável nessas ilhas.

O tema deste exercício emerge no pano de fundo das discussões sobre as condições de possibilidade de uma ontologia do negro na modernidade. Este ensaio expõe a impossibilidade de se levar uma vida de negro com importância nesse arquipélago, mas também busca retirar do fundo desse desprezo – pela vida de negro – as possibilidades de um outro modo de se ser nação num continente negro.

Mas, antes de iniciarmos, impõe-se esclarecer os conceitos que mobilizamos para esta análise. Tomamos por racismo colonialista um tipo de interação quotidiana em que sujeitos que se constituem como brancos estão em posição de vantagem em relação a sujeitos definíveis como não brancos, pelo simples fato das diferenças de fenótipo, em que os traços físicos de uma emblemática origem europeia carregam pressupostos de

supremacia moral e intelectual. A hipótese que atravessa este artigo é de que essa modalidade de racismo não se confunde com o sentimento de antinegritude que pressupõe uma humanidade incompleta nos corpos sobrecarregados de traços de africanidade, mesmo nas situações em que brancos não estão presentes nas interações cotidianas. Para cotejarmos essa hipótese principal, que distingue racismo de antinegritude, na primeira parte do artigo mobilizamos um *corpus* de textos escritos por leitores (a título de comentários de notícias) de um dos principais jornais cabo-verdianos *online*: o *Notícias do Norte*.[3] O tratamento analítico que daremos a esse *corpus* instrumentaliza ferramentas da análise de discurso, da análise de conteúdo e da *frame analysis*. A escolha desse jornal deve-se ao próprio contexto da contraposição bairrista entre *badius* e *sampadjudus* em Cabo Verde. Na sequência, buscamos esclarecer o contexto dessa contraposição, mas já mobilizando o *corpus* de discursos antinegros do referido jornal. Na segunda parte do artigo, analisaremos posicionalidades de imigrantes africanos estigmatizados no arquipélago sob a categoria *mandjaku*, a partir de entrevistas desencadeadas pelos autores do artigo e analisadas sob a mesma metodologia com que tratamos os comentários no *Notícias do Norte*.

Na primeira parte do artigo, sustentamos que, na reação de uma parte da pequena-burguesia[4] da cidade de Mindelo às coreografias mais

[3] Disponível em: https://noticiasdonorte.publ.cv/.

[4] É Bourdieu (2007) quem melhor chama a atenção para a ansiedade da pequena-burguesia para impor o reconhecimento de sua importância social e cultural em demonstrações insistentes de descontentamento em relação ao sistema social que a ameaça de desclassificação. No caso da ilha de São Vicente, o sistema social ameaçante é conotado como o centralismo da capital. As tomadas de posição nas margens de um jornal *online*, aberto a comentários de leitores, podem ser aqui lidas como expressões de uma pequena burguesia intelectual em busca de uma improvável redistribuição de recursos para afirmação de continuidade da primazia no arquipélago da pequena burguesia colonial de Mindelo durante o colonialismo português. Chamamos aqui de julgamentos pequeno-burgueses um tipo de opinião sobre assuntos tidos como político-culturais que se pretende suficientemente abalizado e pertinente para merecer a rodada dos debates de leitores de um jornal *online*. Se, como sugere Bourdieu, "a probabilidade de produzir uma resposta propriamente política para uma pergunta constituída politicamente cresce à medida que se sobe na hierarquia social (e na hierarquia das rendas e dos diplomas escolares)" (Bourdieu, 2007, p. 400), no caso cabo-verdiano deve ser propriamente pequeno-burguesa a pretensão de opinião abalizada que, no ato, expressa a ausência de recursos políticos para a sua alocação nos espaços de tomada de decisões administrativas e governamentais.

"negras" do maior carnaval do arquipélago, reproduzem-se as características essenciais da dupla inseparável, a negrofilia à flor da pele, que disfarça uma negrofobia de fundo. Antes da independência nacional, em 1975, embora Praia, na ilha de Santiago, fosse a capital dessa província colonizada por Portugal, Mindelo, na ilha de São Vicente era, em meados do século XX, uma cidade mais urbanizada na esteira da constituição de seu porto como o mais importante do arquipélago. A construção do principal estabelecimento de ensino nessa ilha do norte do arquipélago, a intensa presença de navios estrangeiros e o afluxo de estudantes das demais ilhas para esta que se apresentava como a capital cultural do arquipélago favoreceram uma cultura com pretensão cosmopolita.[5] A descolonização, em 1975, rapidamente desfez essa geografia e o imenso crescimento da burocracia estatal pós-colonial fez com que a capital – Praia – passasse a concentrar a maior parte dos recursos do arquipélago e a abrigar a maior parte dos quadros da estrutura administrativa governamental. Mesmo que uma boa parte das posições administrativas seja ocupada por quadros com origens parentais em outras ilhas, por terem nascido ou residido há muito em Santiago, parecem, *grosso modo* como *badius* e essa centralização administrativa é denunciada por boa parte das classes médias do norte do arquipélago como uma espécie de colonização interna. O que se tem nas frequentes tomadas de posição contrárias à centralidade da capital é a manifestação de uma disposição a se fazer recuperar como vanguarda cultural do arquipélago e uma forma de obsediar os pequenos burgueses em ascensão localizados na capital. Bourdieu nos lembra que:

> o ressentimento encontra-se, evidentemente, na origem das tomadas de posição reacionárias ou revolucionárias-conservadoras dos pequeno-burgueses em declínio que, preocupados em manter a ordem por toda parte, tanto na moral doméstica quanto na sociedade, investem na indignação moral contra a degradação dos costumes toda a sua revolta contra a degradação de sua posição social (Bourdieu, 2007, p. 409).

[5] A pretensão de cosmopolitismo da cidade é problematizada por Daun e Lorena (2017) em termos com os quais basicamente concordamos. Paradoxalmente, os mindelenses reivindicam uma tradição cosmopolita que funciona como mecanismo de fechamento e distinção cultural em relação ao resto do arquipélago e ao intenso fluxo de imigrantes africanos para o arquipélago.

Como a linha divisória entre a ilha de *badius* (supostamente dominante) e as demais ilhas de *sampadjudus* é pensada também como uma linha de cor, em que os *badius* seriam os mais negros e os *sampadjudus* quase brancos, propomos pensar, nas seções seguintes, sobre as condições de possibilidade de afetos antinegros, num país de negros.

Das reviravoltas de um *blackface*

Mindelo é reconhecida como a capital do carnaval cabo-verdiano. Os desfiles, com seus carros alegóricos exuberantes, irradiando algo do *glamour* dos desfiles do Rio de Janeiro numa situação de maior proximidade entre o público e as escolas, provocam um clima de efervescência de grande intensidade de calor humano. Aqui, gostaríamos de pontuar um dos momentos particularmente intensos desse carnaval, o desfile dos Mandingas, um dos pontos altos desse que é o maior carnaval das ruas de Cabo Verde. Nesse ponto, jovens da periferia de Mindelo, intensamente pintados de um escuro oleoso, exibem uma alegórica ferocidade das tribos africanas com flechas, lanças e barbatanas ao som dos tambores em repique. O que faz brilhar o momento é que esses jovens já pretos, pintados com um óleo e/ou restos de carvões dos carburantes de motores de carros ou de pilhas elétricas parecem mais negros ainda e agitam suas armas em direção a um público em contágio. No modo como encenam uma suposta selvageria africana, poderíamos argumentar que se trata de uma versão crioula do *blackface* que marca uma das formas de escárnio antinegro particularmente desenvolvido nos Estados Unidos. Pode ser o caso, mas nada justifica a pouca atenção às dimensões raciais do fenômeno, quando, de forma evidente, se performatiza uma negritude exuberante e esteticamente agressiva. As poucas etnografias do carnaval de Mindelo colocam a tônica nas relações de classe e extratos de prestígio, e no carnaval como estando em ruptura com as coincidências entre bairros e estratos sociais, como se na irreverência dos segmentos suburbanos estivesse ausente qualquer dimensão racial.[6] O

[6] A maior parte dos estudos que relacionam os mandingas e questões raciais exploram as afirmações explícitas de desidentificação dos praticantes com supostas raízes africanas (Daun; Lorena, 2017; Dias, 2016). Por outro lado, a etnografia de Neves (2018) carrega entrevistas dos brincantes que acentuam a ancestralidade africana reivindicada na forma mandinga de brincar o carnaval.

que esses enfoques deixam de fora é um questionamento sobre a dinâmica inconsciente do desejo que anima esses protagonistas e demais participantes do carnaval e espectadores.

Os mandingas se configuram como uma *performance* que reclama uma câmera fotográfica e exige que essa seja a de um branco, preferencialmente um turista. A hipótese, aqui, é que, ao ativar as dimensões fóbicas da negrofilia, os jovens recriam, exigem e caricaturam o olhar branco amedrontado como parte exigida e não explícita da cena. Um evento puramente espetacular, uma explosão de virilidade que não é tanto a *performance* do que teriam sido os mandingas, mas de como os africanos foram capturados pelo olhar branco – os mandingas de Mindelo são a *performance* do olho do colonizador, o que essa vista de cima teria capturado para tornar fungível. A reconstituição em carne viva do que o branco queria ver no momento da captura e da desumanização dos corpos negros disponibilizados para a escravidão abre uma brecha de indecidibilidade na temporalidade linear dos processos de emancipação negra.

Mestres de sua apresentação, os mandingas controlam e dirigem o olhar branco para o simulacro e, no gesto, denunciam o olhar colonial que cria o estereótipo. Essa *performance* não apenas contém a poesia do ser do negro como estado cadavérico, mas no ato reclama e sustenta o olho branco, utiliza e explora essa pulsão, a pulsão do prazer do consumo do corpo negro.

Se esse tipo de *performance* – como sugere Marriot (2016), para a poesia de Césaire – pode ser tomado como uma estética da negritude, é precisamente na medida em que eclode nela algo simultaneamente fúnebre e fantástico, algo irredutivelmente mítico, um sinal de uma transcendência inevitável, mas incognoscível. Fúnebre na exata medida em que remete a ancestrais falecidos sem relíquias e sem memórias, mas sobretudo porque remete à verdade do estado cadavérico do ser do negro (Marriott, 2016; Sexton, 2008). É como um significante surgido do nada que a negritude dos Mandingas ressuscita o que já se considera socialmente morto. Esse sinalizador se posiciona, por assim dizer, no espaço definido pelo racismo

para o ser do negro. Melhor dizendo, no não ser em que o racismo faz o espectro do negro emergir como uma zona onde a vida e a morte nada significam. Essa negritude torna-se, assim, portadora de uma nova performatividade, daquela que fala por aqueles que estão no além, na petrificação da escuridão.

Tal como na definição de negritude de Césaire, a *performance* mandinga pode ser apreciada como o resultado de uma recusa que é também uma reanimação, dando nova vida ao socialmente morto (Marriot, 2016). Numa cena que envolve uma palpável ansiedade erótica que escapa de uma masculinidade negra suburbana em exibição de si mesma como um outro, a tensão entre a distância e a vontade de afirmação de uma presença pulsante é o que traz a sensação de transcendência. Só aparentemente um ato de ridicularização do negro selvagem, a encenação parece mais um percurso por si mesmo como um outro, o devir negro de uma juventude banida numa cidade cuja elite com frequência não se pensa como negra. Esse devir selvagem se faz, portanto, uma visita improvável a dimensões reprimidas da história cabo-verdiana, o ato de frequentar o insuportável só possível àqueles que carregam forças suficientes de escuridão para uma operação arriscada de deslocamento de si em direção ao inumano.

A verdade exposta na *performance* é a de que o ser do negro não se dá sem essa dobra em que a pessoa se faz espectadora de si mesma, o humano frente à sua não humanidade, a emergência da escuridão como abjeção no cerne de reivindicações precárias por dignidade humana. Sem dúvida, os mandingas recriam os rituais de espetacularização da condição negra que estimularam o desejo de posse do corpo negro, consumado na escravidão, "uma força de trabalho entusiasta e insensível à dor" (Ajari, 2019, p. 176). Traz-se de volta o tempo do corpo negro como o espetáculo do aquém do humano, num tipo de ato radical que excede tanto o significado quanto o julgamento (Marriott, 2016).

Ao se oferecerem aos espectadores em obscena teatralidade como o percurso por uma alteridade, enquanto um si mesmo essencial, a força da representação de negritude acusa a exclusão constitutiva que fundamenta

a partição moderna entre civilizados e selvagens. Se o espetáculo impregna e seduz, é porque traz a negritude como um significante surgido do nada, ressureição do socialmente morto. Essa encenação da economia libidinal do olhar europeu sobre os africanos poderia ser vista como a reconstituição dos pressupostos da maquinaria do sadismo transatlântico. A encenação remete aos modos como se engendraram as possibilidades de instrumentalização do corpo negro como corpo selvagem, substituível e fungível (Hartman, 1997; Wilderson III, 2010).

Mais ainda, remete aos modos como os corpos negros são enquadrados na ordem dos desejos, quando os dirigentes do país apostam na ideia de que a pobreza precisa de uma saída e que ela reside na indústria do turismo e das possibilidades de que tudo se torne vendável sob uma insustentável passagem consumista dos outrora colonizadores.[7] Quando vidas são convertíveis em fontes de prazer e de distração para o branco, a periferia de Mindelo reencena o desastre que permanece sendo o desencontro entre europeus e africanos. Ao encenar a ontologia racial moderna no seio da qual a única relação possível entre o corpo branco e a carne negra é uma relação de uso, os Mandingas do carnaval mindelense expõem a fenda da nervura do mundo e a insuportabilidade dessa aparição é acusada pelas classes médias de Mindelo exigindo uma rápida reterritorialização. É essa reação quase branca das classes médias de Mindelo que nos propomos pensar na seção seguinte.

Sob os olhos das classes médias mindelenses

Em janeiro de 2013, internautas, leitores do jornal *Notícias do Norte* reagiram enfaticamente à notícia de que o então Ministro caboverdiano da cultura, Mário Lúcio Sousa, pretendia levar os Mandingas para desfilarem na capital durante um mês, o que privaria Mindelo de um de seus mais fortes atrativos carnavalescos naquele ano ("Mário Lúcio quis levar Mandingas..." 2013). O evento foi explorado à exaustão por comentaristas do referido

[7] Confronte-se o artigo de Anjos (2012) acerca do turismo sexual no arquipélago.

jornal, lugar de frequente expressão identitária pequeno burguesa[8] de Mindelo. Ao projetar sobre o badiu a efetividade da selvageria expressa na fantasia dos mandingas, o olhar médio de Mindelo dá um passo a mais para escapar da negritude, manipulando uma suposta distância entre mais e menos mestiços, a ilha mais e menos negra, a cultura mais e menos africana. As classes médias mindelenses projetam uma parte do arquipélago como o lado negro, sobre o qual é possível projetar a distância da inumanidade do puramente negro. Uma das formulações de sentimento antinegro no comentário a essa notícia foi quando um dos leitores escarneceu:

> Ma levà mandinga pa kè??? 1 lugar simà Praia xei de mosca badiu e mandjck, inda crè nòs mandinga de fantazia? Sò se era palhiass, pa mod ès È palhiass ma mute fei, pa fazè arri algem… viva NòS SONCENT!!!!!!!!!!!!!!!!! (comentário na notícia "Mário Lúcio quis levar Mandingas...", 2013).

> [Mas, por que levar os mandingas se a Praia já é um lugar de moscas, *badius* e *mandjakus*. Ainda querem levar os nossos mandingas de fantasia? Só se fosse para se fazerem de palhaços, porque eles – *badius* e *mandjakus* – são palhaços, mas muito feios para que alguém ria deles. Viva o nosso São Vicente!].

Ao franquear o espaço entre o ser e o simulacro e se projetar do lado humano da fronteira antinegra, esse olhar mindelense o faz no lugar de pessoas de cor, mas não negras. O erotismo desses jovens negros travestidos se decompõe sob esse olhar das classes médias no ácido da cisão entre o mandinga de fantasia e o mandinga real, entre a *performance* e a realidade. O comentário captura a ginga mandinga e a reduz a um típico *blackface*, supõe que os Mandingas de Mindelo são de fantasia, mas as pessoas da Praia carregam algo de próximo ao que são realmente os mandingas.

[8] É ainda Bourdieu quem nos lembra o quanto é pequeno-burguesa a própria relação com o jornal que se lê como "jornal de opinião". Se seguirmos a sociologia da leitura de jornais que nos propõe Bourdieu em *A distinção*, seremos tentados a estender a Mindelo a hipótese de que as tomadas de posição nas margens destinadas aos comentários expressam bem a pretensão pequeno-burguesa à opinião pessoal correlacionada à "desconfiança em relação a todas as formas de delegação, sobretudo, na política" e que "inscrevem-se logicamente no sistema das disposições próprias a indivíduos, cujo passado e projeto baseiam-se na aposta da salvação individual, escorada nos dons e méritos" (Bourdieu, 2007, p. 389).

Apoiando-nos nas explorações psicanalíticas afro-pessimistas (Marriott, 2000; Sexton, 2008) buscaremos reconstruir a economia libidinal em que se insere esse tipo de apreciação antinegra. Nosso apego a escrever visando o inconsciente racista não é tanto um esforço para deslocar as razões conscientes que os sujeitos manifestam para se pintarem de preto, mas um esforço para entender a multiplicidade de linguagens que reside no evento e a forma como essas linguagens estão a ser mobilizadas em relações de poder que manifestam tanto interesses e engajamentos conscientes quanto desejos inconscientes. Trata-se de pôr em jogo uma economia de descrição diferente daquela da redução dos mandingas à expressão dos interesses das classes suburbanas de Mindelo. Se nos impõe levar em conta com rigor um contexto sociopolítico permeado pela colonialidade, local e global, e o modo como esse se articula com estruturas micropolíticas e infrapessoais de constituição racial. Sem uma compreensão da materialidade do funcionamento de um inconsciente racista não se poderia entender que vários e diferentes comentaristas da mesma notícia estejam a enfatizar o paralelo entre a fantasia dos mandingas e a realidade dos *badius*.

> Eu Pedro Brito digo assim para kem presiço de mais mandinga se ai a MUITOS. (comentário na notícia "Mário Lúcio quis levar Mandingas...", 2013).

> [Eu Pedro Brito digo isso: por que precisam de mais mandingas se há muitos lá?].

E para que não haja dúvidas sobre o sentido largamente compartilhado da assertiva, vemos um mindelense a reclamar, em tons de náusea, em relação à moeda corrente do desprezo *sampadjudu* pelo badiu:

> sinto-me envergonhado de ser mindelense, sinceramente, nós os mindelenses não keremos enxergar aquilo k somos. na minha modesta opinião o ministro quiz simplesmente mostrar a cultura mindelense a outras regiões devíamos era sentir orgulho. com toda certeza se fosse um convite para mostrar a nossa cultura aos estrangeiro num país fora a reação seria diferente. pior ainda alguns retardados a chamar o povo de santiago de mandingas, daahhh. k barbaridade!! Os santiaguenses estão nem aí pra nossas… (comentário na notícia "Mário Lúcio quis levar Mandingas...", 2013).

A antinegritude é aqui a estratégia de pessoas negras que, para sobreviverem a um mundo de supremacia branca, precisam se pensar como não tão negras. Desse modo, ao tempo em que fornecem cobertura para o humanismo antinegro emanado da Europa colonialista, estão compelidas a encontrar um lugar num imago humano universal que é, na verdade, um imago específico e singular – que elabora a essência da humanidade como brancura, como não negritude. Acredita-se, assim, estar no direito de se beneficiar do sistema de despojos da supremacia branca planetária pelo menos ao nível do arquipélago.

Ao oferecer "seus" mandingas "de fantasia" ao cultivo da negrofilia, as classes médias de Mindelo intermedeiam a negociação da identidade da juventude suburbana de Mindelo, expõem seu "produto" ao feitichismo e recriam a cena do voyeurismo branco como sintoma de uma autoilusão. Assim, os mandingas que podem estar a vivenciar uma afirmação das potências da negritude são capturados pelo discurso identitário bairrista e reconvertidos numa abjeta forma de *blackface*. É o privilégio da ilusão que as classes médias reivindicam sob a prerrogativa de que os nossos mandingas são de fantasia. Do alto de seus comentários, o olhar das classes médias mindelenses faz de sua visada uma coextensão dos olhos do império e goza da miragem negra como se esta fosse um outro de si mesmo, autocontemplando-se como os brancos negrófilos de outrora em suas varandas coloniais. Ao fazer turistas brancos pagarem pelas suas próprias fantasias de não negros, esse olhar mindelense se instala num lugar de sujeito na "obscena teatralidade do comércio de escravos", um lugar de intermediários na cena de projeção de desejos brancos sobre corpos negros.

Que cena contempla esse olhar fortemente conformado pelos estigmas da antinegritude? O que esse olhar percebe é a negritude não como vida, mas como uma morte social a ser rejeitada. É certo que, para os jovens dançarinos, essa mesma morte é agora abraçada e realizada de forma diferente do que o cruel riso das classes médias. Isso significa que não há racismo necessariamente na *performance*, pois o racismo não é estritamente uma questão de significado, mas de desempenho (Marriott, 2000) – nesse

caso, do desempenho de quem compara os mandingas e as pessoas "da Praia" cheia de moscas, gente feia e africanos.

Mesmo que a *performance* mandinga seja distinta da cruel política da *blackface*, o modo como é capturada pelo olhar das classes médias de Mindelo traz à tona a verdade do estado cadáverico do ser do negro. Esse olhar se posiciona onde o racismo fundamenta o ser do negro como uma zona morta em que a vida e a morte negra nada significam. O que os mandingas desenvolvem nas ruas é uma poética da negritude que encontra sua mais acabada decifração nos códigos dos coveiros da negritude, nessas classes médias que lutam para abandonar a pele como uma cobra envelhecida. O que o olhar mediano de Mindelo capta é o negro como o cômico, o feio, o contagioso, o vergonhoso, simbolizado belamente pelos mandingas. Nesse encontro com o negro pobre, feio, cômico, o olhar mediano é a risada racista que articula uma cumplicidade de sobrevivente com o riso de um homem branco imaginário. A vergonha significa aqui a revelação explosiva da cumplicidade com o racismo do qual, nós negros, não podemos escapar nem suportar a não ser ao custo da covardia. A promessa de um imago humano universal convida as pessoas que podem se apresentar como sendo de cor, mas não negras, a abraçarem um lugar quase branco num mundo rachado por hierarquias raciais.

O problema é que esse olhar mindelense não está errado. Pessoas racialmente negras não podem estar vivas na coetaneidade do devir branco do mundo moderno, porque experimentam o traço de raça no humanismo subjacente a esse progresso que as desloca constantemente à condição de artefatos pré-humanos. Nossa leitura pode até trazer à tona os afetos negativos que se abateram sobre o comentarista em seu riso racista imaginariamente compartilhado numa roda branca, mas não há como escapar do cômico e do feio, a alienação que segue o rastro de qualquer evocação pública do negro.

É por isso que o desejo da supremacia branca subjacente a esse desespero por se apresentar como pessoas de cor, mas não negras, membros plenos da comunidade humana e que reforça a exclusão constitutiva das pessoas que não podem escapar das insígnias da negritude não atinge, no arquipélago,

apenas os mindelenses. Esse reforço da exclusão por participação júnior no empreendimento da supremacia racial branca é vivenciado também na partição entre cabo-verdianos e *mandjakus* na ilha de Santiago.

Antinegritude na ilha mais negra

Voltemo-nos agora para a figura da imigrante residente naquela que poderia, segundo a geografia cabo-verdiana das nuances raciais, ser tida como a mais negra das ilhas do arquipélago. Encravada no meio da ilha supostamente mais negra do arquipélago, é em Assomada que encontramos Amina, uma enfermeira guineense, assediada pelos serviços de imigração, pelo racismo da professora da filha e embrenhada no trabalho desqualificado de vendedora de rua de alimentos prontos. Amina julga a situação de "sem papel" como geralmente frágil. Tem dificuldades para lidar com a burocracia dos serviços de fronteira, percebe que ela é feita para dificultar. "Pedem-nos todos os papéis do mundo, nós os procuramos e trazemos, mas não nos dão a residência à mesma". Sente-se insegura, não são comuns as rusgas aos estrangeiros, mas ela sabe que corre o risco de ser deportada. "Na terra dos outros, para teres estabilidade tens de ter documento. Tu estando na terra de alguém sem documento, terás estabilidade?" As dificuldades na legalização são feitas de modo a produzir um efeito de interiorização da descartabilidade. Amina percebe o fato de já estar em Cabo Verde há mais de cinco anos, tendo filhos que nasceram no país, como uma injustiça. "Não concordo com isso. Ainda mais, eles pedem papéis, procuras todos eles e levas, mesmo assim não te dão".

Na literatura sobre a imigração em Cabo Verde, já está dado que as pessoas provenientes dos países da Comunidade Econômica dos Estados da África ocidental (CEDEAO) têm lidado com um grande constrangimento relacionado à sua situação legal. Supõe-se que essas dificuldades têm a ver com a situação mais geral da imigração sob a globalização tardia do capital (Furtado, 2012, 2016; Do Canto, 2020, 2021). Gostaríamos de acrescentar a essa explicação o modo de funcionamento da antinegritude, que envolve o fenômeno quando os migrantes são africanos em Cabo Verde. Como o

direito internacional está conformado de modo a assegurar a hegemonia euro-americana, os dispositivos regionais africanos de controle de fluxos migratórios funcionam como arremedos dos dispositivos europeus de rejeição à figura do migrante de terceiro mundo. No caso cabo-verdiano, essa lógica da importação dos modelos ocidentais de controle dos fluxos migratórios assume cada vez mais a forma caricatural de uma rejeição branca ao imigrante negro. A dimensão racial das políticas de contenção das migrações permanece implícita quando são os africanos subsaarianos os mais constrangidos nas fronteiras e nos processos de legalização em Cabo Verde. As elites cabo-verdianas permanecem pensando o arquipélago nas mediações de poder norte-sul, buscando tirar partido da situação de *apartheid* global, posicionando-se ele próprio como uma fortaleza para si e como parte da muralha que deve estancar o afluxo de negros pobres aos países afluentes.

Amina vive em Cabo Verde há quase seis anos e permanece sem documento, embora tenha tentado legalizar-se por duas vezes. Nascida em Bissau, veio para estar com o marido que já é imigrante no país há uma década. O esposo de Amina é professor de Educação Física numa escola secundária e, segundo ela diz, "trava guerra com ele todos os dias a propósito dessa opção por Cabo Verde". Amina é enfermeira de formação e exerceu essa profissão na cidade de Bissau durante 11 anos no Centro de Saúde de Cuntum-Madina até ser iludida pelo marido que lhe asseverou que teria trabalho garantido como enfermeira quando viesse para Cabo Verde. Mesmo sabendo que ele se opunha a ela sair de casa e trabalhar fora já enquanto em Bissau, Amina arriscou quando os seus pais, um carpinteiro e uma bidera[9] naturais da região de Biombo, ambos sem instrução formal, da etnia Papel e residentes em Bissau, a convenceram de que essa era a decisão mais acertada; afinal, o lugar da mulher é junto do marido e dos filhos.

Quando Amina destaca sua incompreensão perante o sistema de regularização dos imigrantes, ela critica o fato de suas crianças, mesmo

[9] Nome dado às mulheres comerciantes "informais" na Guiné-Bissau e que segue com elas, também, na imigração.

quando nascidas em Cabo Verde, não serem reconhecidas automaticamente como nacionais nativos. No seu entendimento, esse passo seria o mais óbvio em vez de serem tratados juridicamente como os seus pais e terem de atingir a maioridade para submeter o seu pedido à nacionalidade cabo-verdiana. Fica evidente que o direito internacional em que se baseiam tais exigências de papéis não é mais do que um instrumento da luta constante por supremacia branca planetária (Ajari, 2019).

Adiciona-se a este ponto o fato de as origens vincularem-se às fantasias dominantes da "raça" e da territorialidade (Kilomba, 2019, p. 117), na medida em que o imigrante é atravessado por uma construção e narrativas em torno do pertencimento, questionando-se sua posição dentro do território nacional, e provocando uma incompatibilidade entre si e a nação, a nacionalidade ou cultura nacional (Kilomba, 2019). Amina, sobre essa matéria, apreende uma relação desigual em jogo no seio das interações com os cabo-verdianos, mas constata que em nenhum lugar do mundo os imigrantes conseguem estar em pé de igualdade com os "fidju di terra",[10] isto é, com os nacionais nativos. Tomada por si só, essa declaração angustiada de Amina nos interpelaria aos dilemas éticos mais gerais da emigração. Mas, se articulada a outros momentos de sofrimento sob sua posicionalidade de mulher negra, somos mergulhados num plano mais assombroso de desterro: o plano da própria humanidade. É da seguinte forma que reportou a situação que mais a marcou em Cabo Verde e que envolveu uma das filhas, nascida no arquipélago: "A filha mais velha é boa aluna, muito dedicada, então, a professora dizia aos seus colegas como é que eles deixavam uma *mandjaka* vir superar-lhes? A razão por que cabo-verdianos precisam ter melhor desempenho fica soterrada sob a malha de estigmas que tece o significado de *mandjakus*, no arquipélago. Amina não se conteve e, em que pese os conselhos em contrário do esposo, foi à escola. "Fui dizer à professora para não chamar a minha filha de *mandjaka*, que ela é humana tanto quanto os seus colegas e que se estes não têm cabeça para aprender a matéria e ela sim, que ela é ela". Na concepção

[10] Filho da terra.

da professora, os cabo-verdianos têm o dever, o compromisso de serem os melhores alunos do que uma *mandjaka* e, supostamente, isso é uma condição inerente ao ser autenticamente cabo-verdiano. No mínimo, é o que a professora espera deles. Depois de algum tempo em Cabo Verde, Amina sabe que a filha confrontada está inserida no cerne de um antagonismo estrutural entre a condição de *mandjaka* e a condição de humana. Quando uma mulher negra precisa reivindicar a condição humana da filha, ela se sabe posicionada no ponto em que a negrura desliza em direção à inumanidade. Foi dizer à professora para não a chamar de *mandjaka*, que ela é humana – essa oposição entre humanidade e a condição de *mandjaka* não é inocente. Quando chama a atenção da professora para o fato de que sua filha é humana, ela exibe angustiada um alçapão sob os pés, a negrura como nervura do mundo, o ponto relativo que qualquer corpo negro pode ocupar e que é o do deslizamento para o absoluto, o aquém do humano.

Em sua reclamação deslocada, Amina nos lembra a condição mais fundamental da mulher negra num mundo antinegro: a de portadora de um natimorto, de alguém cuja condição de humano se dissolve no próprio gesto da demanda de verificação. Não se trata aqui da parábola da luta por reconhecimento. Antes da demanda "reconheça minha filha como humana", subjaz a interrogação fundamental "o que preciso fazer para que minhas crias sejam tomadas como humanas se não basta criá-las para serem melhores alunas?". Quando alguém precisa dizer o que deveria ser óbvio, redundante e banal, "minha filha é humana", o que fica implícito é que se trata de uma humanidade sob verificação, o que não deixa de ser a constatação da inumanidade da trama de relações em que o ser se oferece como negridão.

Sigamos a percepção aguda da migrante submetida a essa inumanidade fundamental. Amina percebe a discriminação a que é submetida como sendo efetivamente racial e contrasta a situação com a de uma conterrânea sua, tida "por cabo-verdiana, porque tem cor". A essa migrante, que tem um fenótipo mais próximo do tido como mais comum em Cabo Verde, diz Amina que nunca a tomam por guineense. E acrescenta: "Eu vejo outros

cabo-verdianos mais pretos do que nós, mas não falam que são *mandjakus*. Mas, a nós eles chamam. Eu também não gosto disso; considero que é uma discriminação mesmo." Em princípio, é a diferença de fenótipo que define quem são os *mandjakus* ou não. Mas, apenas em princípio. É a evitação da possibilidade do contágio que demarca a fronteira na cor da pele. Mas, numa nação de negros, fronteiras na cor da pele não deixam de ceder espaços para incongruência entre o fenótipo e a escuridão esperada. É contra essa inconsistência que Amina esbraveja: "cabo-verdianos mais pretos do que nós", não são tidos como *mandjakus* e a conterrânea guineense que é tão mulata quanto a maioria dos cabo-verdianos também não é designada. Se o cabo-verdiano tão escuro quanto um *mandjaku* não é *mandjaku* é porque o estigma atinge uma qualidade moral sob a cor da pele; então, essa imoralidade contagiante ganha uma geografia, são os africanos da costa. Mas, nem todos os africanos da costa, não os de fenótipo e comportamentos tidos como suficientemente próximos dos cabo-verdianos num plano de embranquecimento. A negrura do *mandjaku* é, na verdade, apenas a máscara. O dedo negrófobo aponta para a máscara e crê que existe algo para além da máscara que é da ordem do espírito, mais propriamente de uma degeneração espiritual. O que é designado como *mandjaku* nada é senão a escuridão de que a cabo-verdianidade deve se desembaraçar no plano do ser e não apenas do aparecer. Aquela feiura sintomática de uma sub-humanidade no plano espiritual é o espectro, o lado obscuro da cabo-verdianidade. A existência desse ponto de deslizamento absoluto para a zona de morte social é o que as encenações de não negros, num cotidiano pós-colonial, tentam encobrir nas supostas pequenas intrigas de humanos.

Questionada sobre o que significa ter cor, Amina refere que eles, os *mandjakus*, são africanos, pretos, e que os cabo-verdianos têm cor por serem misturados. No gesto, Amina aceita a racialização da diferença assente na cor da pele, desde que esse sistema de classificação se estenda a outros sistemas de diferenças que ela podia reconhecer na sua Guiné. Existem várias raças na Guiné-Bissau – sugere – Papéis, Balantas, Fulas, enquanto em Cabo Verde só existem duas raças, *badius* e *sampadjudus*, que só se

distinguem pela língua e pelo que uns dizem dos outros. A aspiração cabo-verdiana de autodesnegrificação por sobre-enegrecimento dos vizinhos é, assim, deslocada sob os olhos da migrante. Ao reenquadrar o sistema de classificação étnica da Guiné como sendo da mesma ordem do sistema cabo-verdiano que diferencia *badius* de *sampadjudus*, *mandjakus* de cabo-verdianos, Amina traz a raça para a vida das pequenas diferenças que podem ser gozadas sem hierarquizações. Ao tempo, o olho da migrante acusa a ignorância cabo-verdiana: "a grande questão – para ela – é que os cabo-verdianos não sabem disso, ou seja, ficaram congelados no tempo".

É notável que Amina não se veja numa linha de aprendizagem e não se abrigue sob fluidos discursos cabo-verdianos da miscigenação. Em lugar de abraçar a argumentação que caminha em direção à contraposição frontal à disciplina de raça, Amina radicaliza o devaneio racial numa linha de fuga que multiplica as possibilidades da afirmação da diferença. Às noções consagradas de pureza racial, Amina não opõe uma identidade multirracial que poderia ter sido reivindicada por sua ascendência multiétnica. A migrante, de alguma forma, sabe que o discurso da identidade multirracial cabo-verdiana intensifica a negrofobia na medida em que intensifica o entendimento biológico de raça. Sair da cilada é para a migrante mais racialismo e não menos como se poderia esperar. Amina despeja raça por toda a parte em que diferenças fazem pensar em povos e assim neutraliza o espectro da fixação do negro como a única raça por excelência, por sua contraposição fundamental ao branco. É assim que Amina localiza os cabo-verdianos, oferece-lhes uma imagem – racistas antinegros – e lhes propõe, generosamente, uma miragem – um mundo panrracializado.

A antinegritude entre guineenses em Cabo Verde

Poder-se-ia até aqui pensar que uma antinegritude tão ostensiva numa nação em que a quase totalidade das pessoas nativas são negras é uma excepcionalidade cabo-verdiana. Mas, bem-vistas as coisas, neste mundo antinegro, não seria de se estranhar se, na extensão da pesquisa,

ainda pudéssemos encontrar a negrofobia estruturando relações mesmo entre migrantes. Mas, ainda é uma antinegritude mestiça funcionando na relação intracomunidade de guineenses. Oni veio para Cabo Verde corria o ano de 1987, quando tinha 18 anos e acabara de complementar o secundário. Sendo oriundo da classe média de Bissau, justifica sua migração por motivos mais políticos do que econômicos. A chegada de Nino Vieira ao poder e a possibilidade de vir a ser convocado para o serviço militar são apresentadas como razões explícitas para a emigração: "Com o nível de escolaridade que eu tinha, se eu fosse para a tropa, ele me mandaria para Cuba ou outros países com os quais ele tinha ligação para fazer a academia militar; ele me colocaria ao seu lado". A declaração de Oni carrega como pressuposto tácito a aquiescência geral de que o governo do presidente Nino Vieira foi de uma tirania e desgoverno insuportáveis. Ao expor as razões de uma recusa que antecipa o convite, Oni subentende um conjunto de razões suficientes para que indivíduos decentes prefiram fugir do país a se deixar enlamear na negra corrupção. O cálculo político é moralmente irrepreensível, em que pesem os prováveis ônus psicológicos e econômicos da opção por emigrar para Cabo Verde nas circunstâncias pessoais em que se encontrava. Mas, seu "raciocínio" libidinal se manifesta no modo como deixa implícita a articulação entre o governo mestiço de Luís Cabral e uma infância feliz numa família a ser pensada como essencialmente mestiça. O contraste entre uma infância mestiça e a subida ao poder de um ícone negro do afundamento dos governos guineenses numa negridão inaceitável, particularmente para a camada mestiça guineense, fica implícito, em outros termos, no modo como Oni ressalta a ascendência cabo-verdiana em detrimento do fato de que a ascendência materna "é nativa de lá, da etnia Papel. A minha mãe era boa mesmo a falar esse dialeto. Com os seus patrícios só falava aquelas coisas e nós nada entendíamos". Os laços fortes com a cabo-verdianidade saem ressaltados no contraste quase explicitamente carregado da má vontade com relação à língua Papel falada pela mãe. Na sequência, Oni engata a associação entre uma infância feliz e um governo do mestiço Luís Cabral de modo a erguer uma barricada sobrecarregada de

imagens entre um e outro governo como se fossem épocas definitivamente diferentes. "Eu passei uma infância bonita, feliz mesmo. Bissau era bonita, mesmo bonita. Naquele tempo, antes do golpe de estado, no tempo de Luís Cabral tínhamos tudo, tinha parque infantil. Eu conheci (…) mas, quando o Nino Vieira deu aquele golpe...". A memória da infância e adolescência de Oni está emocionalmente carregada das típicas fobias antinegras das comunidades de emigrantes cabo-verdianas nos países africanos. Nesse caso, o golpe de estado protagonizado pelo presidente Nino é o catalisador dessas fobias. Nesse imaginário, as continuidades que a história poderia tecer em largas pinceladas entre o governo Luís Cabral e o governo Nino Vieira estão completamente apagadas. "Eu nunca tinha visto um cenário mais bonito na minha vida. Naquele tempo, eu não daria uma outra cidade mais bonita do que Bissau, era limpa, apaziguada. Mas, agora é quase um tumulto, as estradas esburacadas." (Oni, 09/2020, Cutelo – Assomada).

A vida de Oni e a importância que atribui ao nome, à ascendência familiar e laços de parentesco cabo-verdianos que impactam sobre o seu corpo geram uma distinção entre si e os seus patrícios. A família de Oni, católica, residia logo à entrada da cidade de Bissau, no local que ficou conhecido como Chapa de Bissau. A primeira profissão do seu pai foi de alfaiate, mas cedo abandonou e passou a trabalhar com um despachante oficial português. Quando eclodiu a independência da Guiné-Bissau, em 1974, e os portugueses foram obrigados a deixar o país, seu pai passou a trabalhar numa empresa de pescas que tinha sido constituída como sociedade mista – União Soviética e Guiné-Bissau –, a Estrela do Mar. Na qualidade de diretor comercial, o pai de Oni permaneceu até a reforma. Já sua mãe, doméstica, nunca chegou a frequentar uma escola, o que muito lamentava. Dos dez irmãos de Oni todos fizeram formação superior e/ou técnica, à exceção do caçula.

Em Cabo Verde, apesar de guineense, Oni afirma que nunca se sentiu discriminado e que, nessa matéria, ao partir recebeu um conselho do seu pai que carregou para a vida: o de respeitar desde o bebê ao homem de bengala e que seria retribuído. Junto com isso, pensa que, talvez, a não

discriminação seja o reflexo do seu nome, um nome familiarizado com os dos cabo-verdianos, da sua cor, um bocado clara em vez de muito escura, que muitas pessoas manifestam surpresa ao descobrirem que é guineense e que isso só acontece quando o veem a falar com outro guineense. Porém, afirma que já presenciou outros colegas a serem discriminados e que isso obviamente o afetou. Entende que, se a título pessoal conhece a morabeza cabo-verdiana, já ao nível coletivo a comunidade Bissau-guineense enfrenta discriminação que pode ser considerada racial. Quando as rusgas eram frequentes, raramente era parado, porque se pensava que era cabo-verdiano. Vangloria-se, Oni: "eu tinha o cabelo grande, *punk*, os guineenses têm o cabelo crespo, [era] rapazinho bazofinho. Eles não me cansavam não". (Oni, 09/2020, Cutelo - Assomada).

Na apreciação de um compatriota guineense, acentua-se como esses trajetos do mulato permitem a Oni escapar parcialmente às rusgas xenófobas. A respeito de Oni, seu compatriota e amigo, Noles, declara: "hoje por mais que lhe queiras chamar de *mandjaku*, sentes receio mesmo de chamá-lo assim. Mas, por quê? Por causa do nível social que ele apresenta no país". Do mestiço se pode dizer isso que Noles, o inescapável *mandjaku*, explana como quem manuseia com precisão essa interioridade sebosa que é o fato da negritude sob a pretensão de mestiçagem: "Mas, dentro de ti, sabes que ele é *mandjaku* (...), na verdade, deves chamá-lo porque ele é mesmo. Tu não chamas, porque ele está num nível social que não deves mexer com ele nesse ponto (Noles, 09/2020, Lavadura Assomada).

Oni sabe que para franquear a passagem que lhe permite mobilizar a máscara de mestiço precisa se distanciar dos conterrâneos nos comportamentos e na geografia. É essa distância que Noles parece acusar como hipocrisia, exterioridade insustentável, uma máscara. O corpo mestiço é o palco de uma luta ansiosa contra as subsistentes imagens de negro, um nervo exposto que é a própria máscara da negridão, o negrume exposto como a máscara de mestiço. É por isso que Oni precisa trabalhar incisivamente a distância como contraste: "eu não convivo com eles, não convivo muito com os guineenses. Até muitos deles se queixam

bastante, dizendo que eu sou fino, que não me relaciono com eles". Essa distância retocada não é o resultado de um trabalho recente, Oni sabe da profundidade temporal desse processo de civilização dos costumes: "uma coisa que quando eu estava a vir, também pus na minha cabeça é que, ao sair de um país, digamos, mais atrasado para ir para outro mais adiantado, eu não continuaria a viver com pessoas atrasadas. Tenho que conviver com aquele que é meu semelhante ou superior a mim".

Sim, performar a mestiçagem requer o que Elias (1994) chamou de processo psicogenético de lapidação de uma personalidade agressiva em direção ao sujeito cortês, o correlato do enobrecimento de uma sociedade que sai da barbárie em direção à civilização. Poderíamos, na sequência desse raciocínio, sentir-nos convidados a pensar o mestiço como a emergência enlameada do seio da negrura, o entretempo, a aceitação do convite superior, o difícil caminho em direção à civilização. Perto de Oni, ouçamos Norbert Elias, aquele do processo civilizador, falando-nos dos guerrilheiros etíopes tentando rechaçar a investida colonizadora dos italianos. Aqui também se sustenta o contraste entre povos superiores, inferiores e semelhantes:

> O padrão de agressividade, seu tom e intensidade, não é hoje exatamente uniforme entre as diferentes nações do Ocidente. Mas essas diferenças, que de perto às vezes parecem muito grandes, desaparecem se a agressividade das nações "civilizadas" for comparada com a de sociedades em um diferente estágio do controle de emoções. Comparada com a fúria dos guerreiros abissínios – reconhecidamente impotentes contra o aparato técnico do exército civilizado – ou com a ferocidade das tribos à época das Grandes Migrações, a agressividade mesmo das nações mais belicosas do mundo civilizado parece bem pequena (Elias, 1994, p. 190).

Mesmo quando uma força militar do ocidente está em uma guerra de colonização, seu padrão de agressividade é incomparável à ferocidade de povos atrasados no processo de civilização. Porque o teor da bestialidade não reside na força da mortandade imposta, nem na injustiça da causa levada à guerra, mas no excesso expresso no fenótipo, na fúria ameaçadora da impossibilidade de um rosto humano. Seguindo Norbert Elias, a fúria

hoje é negra assim como já foi bárbara na Europa Medieval. O processo civilizatório demanda o exercício de pacificação colonizadora como humanização pela violência de um Estado centralizador. A cultura europeia em constante desenvolvimento é o protótipo para a realização das culturas dos africanos no futuro; a cultura negra é o antítipo, sempre no limiar, nunca efetivamente no interior, se a palavra cultura for tomada em seu sentido nobre, em lugar do banal catálogo de diferenças humanas, mas como um padrão de civilidade – nessa sociologia que já foi chamada de processual. A existência da incivilidade (negridão) é pré-condição para a cultura, já agora entendida como desenvolvimento de si, autoapropriação reflexiva. Quando, como no caso dos mandingas, a cultura negra é afirmada como negridão, é como um simulacro, ela deve eclodir no como teria sido a incivilidade. A negritude só pode ser cultura quando pode se reportar ao tempo em que era pura incivilidade, a cultura negra de hoje é apenas a celebração da não-cultura de ontem. Ou, como no caso de Oni, a cultura negra é o olhar lançado de longe sobre outros, sobre o que se poderia ter sido se se tivesse permanecido na negridão da praça, o lugar onde o mestiço teria se perdido enquanto ser em estágio superior. É assim que Oni se expressa: "Tenho que conviver com aquele que é meu semelhante ou superior a mim. E eu vou perder tempo com os guineenses que se sentam (…) em grupinhos, como por exemplo em Lisboa, no Rossio, na Praça da Figueira". Não é nossa intenção contestar o bom senso subjacente à opção pela família em lugar do sentar-se na praça falando da vida das pessoas. Pode ser que seja moralmente incontestável a exclamação de Oni: "Então, vou perder tempo sentando e discutindo coisas banais? Eu tenho uma família para cuidar. Eles reclamam muito, reclamam muito disso".

Ainda assim, gostaríamos de ressaltar a economia libidinal subjacente à forma como a praça dos compatriotas guineenses fica sobrecarregada, nesse extrato de entrevista, com a associação a pessoas atrasadas enquanto os cabo-verdianos, genericamente, são alocados como pessoas superiores, com quem se deve prioritariamente conviver numa migração de um país "atrasado" para outro "adiantado". A oposição entre superiores e atrasados

exibe aqui parte das respostas afetivas que pressagiam o corpo negro como possibilidade de contaminação. Instâncias pré-subjetivas carregadas de intensidades fóbicas antinegras se desnudam sob a hierarquização de pessoas em atrasadas, semelhantes e superiores. Expõe-se, desse modo, a estrutura de uma psique negra que emerge em violência estrutural contra si mesmo. Entre o *id* e o *ego* se interpõe um olhar branco que odeia o imago negro e esse é o lugar de um esforço para se identificar enquanto mestiço. O mestiço, enquanto convocado pelo mundo da supremacia branca a se pensar como não negro sabe que precisa destruir o imago negro em si e em seu entorno. Os demais eixos de contraposições, rua – casa, trabalho – não trabalho, são subservientes à oposição central entre povos superiores e inferiores. O mestiço viaja para o país superior para conviver com pessoas superiores.

Mas, nada pode impedir que a estrutura desse mundo superior, essencialmente antinegro, faça o mestiço retornar ao estado cadavérico, ao ser do incivilizado, ao negro em um mundo antinegro. Num contexto de tensão a propósito da solicitação da nacionalidade, nos cinco anos após o seu estabelecimento no país, o desconforto que Oni sentiu por ser comparado a um compatriota que tinha cometido fraude e fora preso carrega a tragédia do mestiço, como o negro portador de um inconsciente antinegro. Acuado por uma funcionária dos serviços de fronteira, numa associação indevida com o acusado, Oni se esforçou bastante para se dissociar da identidade de *mandjaku*: "Eu contei-lhe tudo, contei-lhe todo o percurso das minhas gentes, da minha família; eu disse-lhe: "inclusive, veja o meu nome. O meu nome não é igual ao do rapaz; veja". O rapaz chama-se J. não sei o quê, aqueles nomes da Guiné, lá do interior da África". Diante da insistência da funcionária, Oni explode: "sabe de uma coisa? Fique com a sua nacionalidade, não quero!" (Oni, 09/2020, Cutelo – Assomada). Detenhamo-nos demoradamente no esforço de Oni para se desembaraçar da etiqueta de *mandjaku* quando acuado pelos serviços fronteiriços e no modo como se faz cúmplice do encarceramento de seus compatriotas no estigma. Fica, nesse esforço, exposta a gramática do sofrimento mestiço,

seu núcleo central alicerçado na negrofobia, a ansiedade para não ser confundido, a exigência de reconhecimento como não sendo apenas mais um. Se, como sugere Wilderson III (2011, p. 30), o *self* negro está permanentemente em um estado de guerra, um *self* dividido ou, melhor, uma justaposição de ódio projetado em direção a um imago negro e de amor por um ideal branco, o apelo do mundo lusófono para a mestiçagem como crioulitude é um acirramento que fende inclusive as condições de possibilidade de uma comunidade psíquica. A intrusão do imago negro como um objeto fóbico não apenas fende a precária unidade psíquica, mas também desestabiliza continuamente as possibilidades de alianças a partir da experimentação do sofrimento negro em condições similares. Vê-se aqui que, enquanto negro, Oni não se pode representar a si, mesmo para si, como um sujeito político de boa-fé, como um sujeito de reparação. A ontologia política negra é excluída no inconsciente assim como tende a ser excluída nos serviços de fronteira. A negridão é o que se deve deixar em casa, no fundo dos nossos impulsos libidinais mais subversivos.

Conclusão

Buscamos exemplificar a tese de que a independência nacional de países africanos pode ter desmantelado em grande parte o racismo colonialista no quotidiano enquanto a figura do colonizador se tornou longínqua, exígua e fugidia, mas a antinegritude permaneceu viscosa impregnando as relações sociais nos regimes pós-coloniais de predação intensiva dos segmentos mais empobrecidos e vulneráveis. Tomamos como caso ilustrativo a antinegritude em Cabo Verde, na pós-colônia, a persistência das rivalidades entre *badius* e *sampadjudus* e entre cabo-verdianos e *mandjakus*. Buscamos explorar o modo como as estratégias estéticas dos *performers* de classes populares da cidade do Mindelo, ao escaparem de alguma forma a esse desejo negrófobo, desencadeiam reações pequeno-burguesas que destilam uma antinegritude flagrante. Debruçamo-nos sobre o fascínio exercido sobre classes médias pós-coloniais por cenas de primitivismo africano. Ao expor sua negrofobia e a autoapresentação mandinga como simulacro, as classes

médias buscam enquadrar a rebeldia suburbana como simulacro. O que talvez os mandingas acabem encenando é o tempo do desencontro e a invenção do espectro do negro como bestial. A recriação da imagem do primitivo desarticula o presente, que é jogado de forma brutal sobre um passado sem ancestrais reivindicáveis. É das imagens de um primitivismo que não se reivindica como ancestralidade, que se busca extrair uma riqueza reprodutiva capaz de entrar nos circuitos transnacionais daquele capital que se produz na convergência de um consumidor voyeurista e um produtor que não dispõe senão do próprio corpo como objeto de manipulação e mercantilização. Se a cena parece nos deslocar para o antes da escravidão, a materialidade dos circuitos de transação das imagens dos mandingas parece reproduzir bem aquele passado que não passa, aquele tráfico de corpos negros para consumos brancos que não para de acontecer de novo e de novo.

Ao desvelar o voyerismo da câmera fotográfica do turista branco, os mandingas presenteiam o turista com o retorno do reprimido empacotado sob o formato adequado ao consumo neoliberal da diversidade cultural. Ao se exporem, assim, os jovens da periferia de Mindelo devolvem ao branco a máscara, o desejo branco pelo selvagem, como peça fundamental do processo de constituição da brancura. Desejamos apresentar também o como o movimento migratório de africanos para Cabo Verde refaz o espectro do navio negreiro. Vimos que não se faz necessária a presença de brancos no arquipélago para que a antinegritude funcione a todo o vapor, embora não se esteja a sair do mesmo ponto cardinal desde a nascença desse lugar como espaço habitável. Se tomarmos o caso cabo-verdiano como o de um navio negreiro que encalhou antes de chegar ao destino, talvez as múltiplas cenas contempladas neste artigo não sejam senão projeções espectrais da condição do negro num mundo antinegro.

José Carlos Gomes dos Anjos é Doutor em Antropologia Social e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando na Pós-Graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural.
✉ jcdosanjos@yahoo.com.br

Eufémia Vicente Rocha é Doutora em Ciências Sociais, pesquisadora vinculada ao Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais (LPCS) e ao Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família (CIGEF) e professora auxiliar da Universidade de Cabo Verde.
✉ eufemia.rocha@sapo.cv

Referências

1. AJARI, Norman. *La dignite ou la mort* : éthique et politique de la race. Paris: Les empécheurs de penser en rond, 2019.

2. ANJOS, José Carlos dos. *A eclosão do turismo sexual em Cabo Verde*. *In:* AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM CABO VERDE: QUEM SOMOS E PARA ONDE VAMOS?, 2012, Praia. *Anais* [...]. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10961/1244.

3. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

4. DAUN E LORENA, Maria. *Classe, memória e identidade em Cabo Verde*: uma etnografia do carnaval de São Vicente. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Lisboa, 2012.

5. DIAS, Juliana B. O carnaval do Mindelo, Cabo Verde: reflexões sobre a festa e a cidade. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, v. 6, n. 11, p. 95-108, 2016. https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v0i11.10435

6. DO CANTO, Paulino. As fronteiras insulares no contexto da mobilidade/migrações internacionais: o caso de Cabo Verde (África). *Alamedas*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 76–97, 2021. DOI: 10.48075/ra.v9i1.26896. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/26896. Acesso em: 7 nov. 2021.

7. DO CANTO, Paulino. *Mobilidades, Fronteiras e Integração Regional: livre circulação de pessoas na CEDEAO? O caso de Cabo Verde*. 2020. Dissertação (Mestrado em Integração Regional Africana) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2020.

8. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

9. FURTADO, Clementina. Mobilidade na CEDEAO. As condições de entrada e de regularização dos cidadãos comunitários em Cabo Verde. *In:* ÉVORA, I. (org.). *Diáspora cabo-verdiana*: temas em debate. Lisboa: CEsA/ISEG, 2016. p. 106-128.

10. FURTADO, Clementina. *As migrações da África Ocidental em Cabo Verde*: atitudes e representações. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Políticas) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2012.

11. HARTMAN, Saidiya V. *et al*. *Scenes of subjection*: terror, slavery, and self-making in nineteenth-century America. Oxford: Oxford University Press, 1997.

12. KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo quotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

13. MÁRIO Lúcio quis levar Mandingas de Ribeira Bote para o carnaval da Praia. *Notícias do Norte*, 30 jan. 2013. Disponível em: https://noticiasdonorte.publ.cv/10466/mario-lucio-quis-levar-mandingas-de-ribeira-bote-para-o-carnaval-da-praia/

14. MARRIOTT, David. Corpsing; or, The matter of black life. *Cultural Critique*, v. 94, p. 32-64, 2016. https://doi.org/10.5749/culturalcritique.94.2016.0032

15. MARRIOTT, David. *On black men*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

16. NEVES, Maria dos A. *Artes, tradições e educação em Cabo Verde*. Mandingas do Mindelo: estórias da história. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Artística) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11960/2062.

17. ROCHA, Eufémia V. *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África*: xenofobia e racismo em Cabo Verde. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde.

18. SEXTON, Jared. *Amalgamation schemes*: antiblackness and the critique of multiracialism. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

19. WILDERSON III, Frank B. The vengeance of vertigo: Aphasia and abjection in the political trials of black insurgents. *InTensions*, v. 5, p. 1-41, 2011.

20. WILDERSON III, Frank B. *Red, white & black*. Durham: Duke University Press, 2010.

Recebido: 6 dez. 2021
Aceito: 29 jan. 2022

http://doi.org/10.1590/15174522-120601

Kumida di tera: relações de cuidado e alimentação em Cabo Verde

Natalia Velloso[*]
Vladmir Ferreira[**]

Resumo

O artigo busca refletir sobre como as relações de cultivo em uma horta comunitária organizada por jovens moradores da periferia da cidade da Praia interpelam tanto os processos históricos de produção agrícola colonial em Cabo Verde quanto a lógica do desenvolvimento modernizante que marca as compreensões contemporâneas de alimentação. A partir de análises bibliográficas e de pesquisas de campo realizadas em contextos rurais e urbanos, toma-se a noção etnográfica de *kumida di tera* como expressão que conecta diferentes práticas e conhecimentos alimentares insurgentes. Práticas e conhecimentos que são tomados como referência e reativados por meio das relações engendradas na horta comunitária. Relações essas que são aqui pensadas a partir da noção de *cuidado*, seguindo os sentidos que esta vem recebendo na sociologia contemporânea, enquanto relações que guardam aspectos negligenciados frente às lógicas dominantes de produção e consumo de alimentos.

Palavras-chave: Cabo Verde, alimentação, horta comunitária, cuidado.

[*] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[**] Universidade de Cabo Verde, Praia, Santiago, Cabo Verde.

CC BY

Kumida di tera: food and care relationships in Cape Verde

Abstract

The article presents some reflections on how relationships involving cultivation of a community garden organized by young residents in the outskirts of the city of Praia challenge both historical processes of colonial agricultural production in Cape Verde, and the logic of modernizing development that marks contemporary understandings of food. Based on literature review and field research carried out in rural and urban contexts, the ethnographic notion of *kumida di tera* is taken as an expression that connects different insurgent food practices and knowledge, which are taken as references and reactivated through the relationships engendered in the community garden. Relationships that are considered here from the perspective of care, in the sense it has been conceived in contemporary sociology, as relationships that include aspects that have been neglected in the context of the dominant logics of food production and consumption.

Keywords: Cabo Verde, food, community garden, care.

Introdução: uma perspectiva a partir do cuidado

Os períodos de fome que marcaram a história do arquipélago de Cabo Verde, desde o início da ocupação portuguesa, em 1460, foram frequentemente associados na literatura clássica aos escassos e irregulares regimes de chuva (Carreira, 1984). Apenas mais recentemente, alguns pesquisadores vêm reforçando a forte conexão entre a fome e as dinâmicas do exercício do poder colonial (Acosta-Leyva, 2019). E, mesmo que desde a independência, em 1975, não haja registros de períodos de fome semelhantes aos já enfrentados, jovens ligados a grupos de ativismo comunitário constituem narrativas marcadas pelo caráter de denúncia de que os sistemas de fornecimento de alimentos e práticas alimentares presentes na sociedade cabo-verdiana contemporânea reproduzem as lógicas coloniais.

Em contraposição, esses ativistas afirmam a necessidade de reconexão com práticas e conhecimentos alimentares que consideram como expressões de resistência ao colonialismo e a seus desdobramentos contemporâneos.

Dentre essas formas de reconexão está a valorização de uma alimentação baseada na ingestão de *kumida di tera* (comida da terra), expressão que é comumente utilizada para se referir a ingredientes cultivados em Cabo Verde e pratos da culinária tradicional cabo-verdiana. O termo também remete a outras expressões compostas pela qualificação *di tera – fidjus di tera* (filhos da terra), *panu di tera* (pano de terra) – que denominam pessoas nascidas e artefatos produzidos em Cabo Verde, que foram fruto do processo de constituição da sociedade colonial. E, ainda mais recentemente, a expressão *di tera* foi utilizada para qualificar uma linha de produtos alimentares industrializados, feitos com sabor de frutas cultivadas ou consumidas em Cabo Verde. Contudo, no contexto do ativismo comunitário, a noção de *kumida di tera* é mobilizada a partir da conexão com as histórias de resistência das comunidades camponesas e com a valorização de conhecimentos ligados às tradições do continente africano.

Tomando como caso etnográfico a horta comunitária organizada por um grupo de jovens ativistas de um bairro periférico na cidade da Praia, a Associação Pilorinhu (AP), propomos uma reflexão apoiada nas elaborações de Maria Puig de la Bellacasa sobre a noção de *cuidado*. Tendo como referência a noção de cuidado a partir de teóricas feministas como Joan Tronto e Bernice Fischer, a autora vai defini-lo como "esses fazeres necessários para criar, manter junto e sustentar a heterogeneidade essencial da vida"[1] (Bellacasa, 2012, p. 198). Essa compreensão nos parece ir ao encontro das considerações dos jovens ativistas, sobre *kumida di tera* como um alimento produzido e consumido a partir de relações de cuidados que criam e mantêm conexões específicas entre pessoas, solo, plantas e forças de resistência. Nesse sentido, mais do que uma designação que qualifica

[1] No original "those *doings* needed to create, hold together and sustain life's essential heterogeneity" (tradução nossa).

determinados tipos de alimentos, propomos considerar a expressão uma *teoria etnográfica* (Goldman, 2006) da criação de relações mutuamente implicadas no cuidado com as plantas, consigo e com a comunidade.

Nossas observações partem da interlocução entre duas trajetórias de pesquisa sobre os temas aqui abordados. Uma delas focada no acompanhamento do cotidiano de cuidados com a horta, no contexto de uma pesquisa de campo desenvolvida ao longo de nove meses sobre as diferentes formas de atuação política mobilizada na AP. Nesse período, a horta comunitária foi apresentada como "uma das frentes de atuação do grupo" que se conjugava com outras, tais como: "a ocupação de espaços públicos abandonados", o "ateliê de arte e costura", "laboratório de mídia", "alojamento comunitário", "biblioteca comunitária", além de diversas ações voltadas para a problematização dos modelos de desenvolvimento privilegiado no contexto cabo-verdiano (Velloso, 2020). A outra realizada por via do olhar de um pesquisador cabo-verdiano que tem se dedicado ao estudo das políticas públicas implementadas pelo estado com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional das populações (Ferreira, 2015) e das formas de resistência e adaptação dos produtores locais face aos processos de integração da agricultura aos ditames do mercado e da produção capitalista.

Ao tomarmos a noção de cuidado como aporte epistemológico, pretendemos contribuir para o debate acerca das relações de alimentação em Cabo Verde a partir de uma perspectiva que não é restrita ao tema da produção de alimentos e, nesse sentido, se contrapõe à lógica da produtividade através da qual operam as formas de conhecimento tecnocientíficas usualmente mais valorizadas como solução para a questão do fornecimento de alimentos. Igualmente, gostaríamos de evidenciar aspectos do cultivo e alimentação em Cabo Verde pensados enquanto redes de relações de interdependência que interpelam a visão antropocêntrica do solo como fonte de recursos para os humanos.

Configurações históricas da produção alimentar em Cabo Verde

O tema do cultivo de espécies é um ponto fundamental para compreensão da história das lutas pela garantia da autonomia alimentar da população cabo-verdiana. No campo da história colonial da alimentação, as grandes narrativas da "descoberta" e "conquista" de territórios, espécies e pessoas constituíram teorias sobre a formação de "culinárias nacionais", entendidas como uma espécie de resultado "benéfico" do encontro de diferentes culturas, a despeito dos horrores da colonização. Contudo, sabe-se que esses processos foram consequência da subordinação, domesticação e deslocamentos forçados de pessoas, plantas e animais, com brutais consequências sociais, subjetivas e ecológicas (Mbembe, 2017). O modelo das *plantations*, apoiado na estrutura social escravocrata e voltado para monocultura de espécies que foram mercantilizadas, consolidou-se esmagando outras múltiplas formas de interação entre humanos, vegetais e animais que eram praticadas na África e na América (Haraway, 2016). E, mesmo que os regimes coloniais já tenham sido superados, os modelos agrícolas que sustentam as estruturas econômicas do mundo pós-colonial, guardam diversas de suas características (Shiva, 2003).

Porém, em meio à grande *História Natural*[2] das espécies, os povos nativos e as populações negras nos territórios colonizados se encontraram, preservaram e criaram formas de cultivo e alimentação independentes, que se contrapunham aos fins agrícolas coloniais. Nas roças voltadas para a própria alimentação, nos quintais e nos territórios daqueles que conseguiram fugir da escravização foram preservados conhecimentos e técnicas, assim como foram inventadas novas formas de interação com os elementos que lhes foram apresentados (Carney, 2017).

[2] A referência aqui é o projeto iniciado pelo naturalista português Domingos Vandelli, *A História Natural das Colônias*, que, na transição dos séculos XVIII e XIX, mobilizou uma ampla rede de naturalistas e outros cientistas, a fim de classificar, pesquisar e catalogar as espécies encontradas nos territórios colonizados por Portugal (Pataca, 2016).

Em Cabo Verde, assim como em outros contextos coloniais, a história agrícola é marcada por cultivos voltados para a exportação, especificamente associados ao papel que o arquipélago desempenhou no comércio atlântico de pessoas escravizadas. Assim, a primeira forma de apropriação fundiária em Cabo Verde, iniciada com o achamento das ilhas em 1462, se deu por meio do Regime de Capitanias. À semelhança do ocorrido em outras colônias portuguesas, as primeiras concessões régias dataram da segunda metade do séc. XV, dispondo terras a donatários (Amaral, 1964). De acordo com esse modelo de organização administrativa, o donatário tinha por obrigação incrementar o povoamento das ilhas de Cabo Verde.

Apesar das grandes limitações do arquipélago em termos de disponibilidade hídrica, as ilhas tornaram-se um ponto de apoio das frotas portuguesas que contornavam a África com destino à Índia e, mais tarde, no comércio entre África, América e Europa (Silva, 1991). Dessa forma, o país colocou-se no cenário internacional como espaço importante para negociações comerciais, potencial bastante explorado nos séculos seguintes (Borba; Anjos, 2012; Furtado, 1993).

Num ambiente insular saheliano desconhecido tanto de europeus como de africanos, a adaptação das culturas e o arranjo dos campos constituíram penoso desafio para a comunidade humana fixada na ilha. Os ciclos de secas, a erosão de solos em vertentes íngremes e a falta de água configuraram-se como fatores limitantes na produção das terras (Semedo, 2010). Apesar de todas essas condicionantes ambientais, Cabo Verde desempenhou um papel fundamental nos processos coloniais de transposição de espécies vegetais, funcionando como um grande "horto botânico" para adaptação de plantas e animais que foram introduzidos no Brasil e em outras colônias, a fim de atender aos objetivos da exploração e ocupação colonial (Carreira, 1984).

Durante quase quatro séculos, no ambiente tropical das duas margens do Atlântico, transitaram pessoas, plantas, ritos e ritmos agrilhoados ao mesmo sistema social, contribuindo para a formação de um complexo sistema de hábitos e valores. Nesses processos biossociais de adaptação e

de transculturação, o Brasil desempenhou o papel de segundo colonizador durante mais de 350 anos. Traços dessa dominação secular e das relações por ela engendradas, conformando esse sistema ecocultural comum entre o Brasil e os países africanos, podem, ainda hoje, ser encontrados, em particular os decorrentes da disseminação de plantas e do papel desempenhado pela organização da atividade agrícola e seus produtos (Sarmento, 2012).

Além da aclimatação, foram desenvolvidos em Cabo Verde sucessivos ciclos de cultivo de espécies voltadas para a venda no comércio exterior, tais como: a cana de açúcar, vinculada à produção de *grogo*[3] e ao comércio com a costa da Guiné, o algodão para a produção dos *panos di tera*,[4] e a semente de purgueira, uma planta vinda da América Central utilizada para a extração do óleo. Quase todos esses ciclos de cultivo estiveram voltados para atender as transações comerciais decorrentes do tráfico de pessoas escravizadas, que era prioridade dos interesses comerciais desenvolvidos pelos colonizadores (Acosta-Leyva, 2019).

Com o fim do tráfico de pessoas escravizadas e a abolição do regime escravagista, ocorrem profundas mudanças no modelo econômico vigente (Borba; Anjos, 2012). A instauração do trabalho livre deu origem a rearranjos nas relações sociais e fundiárias; os proprietários acabaram por fragmentar suas terras e arrendá-las. Foi nesse contexto que famílias não brancas passaram a ter maior participação na exploração das propriedades rurais, assumindo primeiramente a condição de rendeiros.

Para Furtado (1993), um dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura foi a estrutura agrária montada pelos colonizadores no arquipélago, bem como a ausência de uma política agrícola por parte do governo português. Nos limiares do século XX, a ilha de Santiago, a principal ilha agrícola, registrava uma grande população de pessoas sem terra, na maioria composta de escravizados libertos e de camponeses pobres que, empurrados pelas circunstâncias, aceitaram cultivar terras dos morgados em condições próximas das da escravatura (Semedo, 2010).

[3] Aguardente cabo-verdiana.
[4] Pano da terra.

Os contratos eram baseados em acordos verbais e frequentemente eram alterados em favor dos proprietários. Ainda assim, os rendeiros deviam pagar pelo uso da terra e pelos custos com a produção. Independentemente das condições climáticas e de quaisquer outros fatores que pudessem ocasionar dificuldade na produção agrícola, os valores eram cobrados. Além disso, as terras que apresentavam melhores condições de plantio permaneciam em poder dos morgados. A consequência foram os diversos períodos de fome e a insurreição dos camponeses (Borba, 2013). Nesse contexto de injustiça, ocorreram três grandes revoltas dos rendeiros entre a primeira metade do século XIX e início do século XX no interior da Ilha de Santiago: as revoltas dos Engenhos de 1822, de Achada Falcão de 1841 e de Ribeirão Manuel de 1910 (Pereira, 2010).

Assim, por mais que a ocupação das terras fosse descentralizada e feita por famílias que não pertenciam à elite colonial branca, na prática era nas mãos destas que a propriedade da terra estava concentrada (Borba, 2013). Tal configuração evidencia como, historicamente, o acesso à alimentação e os períodos de fome que marcam a história de Cabo Verde desde os primórdios da colonização sempre tiveram como determinantes componentes sociais e políticos, e não apenas as condicionantes naturais.

O escritor e jornalista cabo-verdiano José Vicente Lopes (2021) apresentou em sua recente obra *Cabo Verde: um corpo que se recusa a morrer – 70 anos de fome, 1949-2019*. Uma importante análise sobre como a questão da fome era compreendida desde o período colonial até 1949 e nos dias de hoje. Segundo esse autor, até 1949, ano do desastre da assistência,[5] as crises de fome em Cabo Verde eram encaradas quase como normalidade. Mas a partir de 1949, com as pressões de visões críticas ao colonialismo, que posteriormente resultariam no movimento pela independência de Cabo Verde e Guiné (Cabral, [1949] 2015), e suas articulações com órgãos internacionais, como a recém-criada Organização

[5] O Desastre da Assistência aconteceu a 20 de fevereiro de 1949 quando a parede dos Serviços Cabo-verdianos da Assistência ruiu, matando 232 pessoas, sobretudo mulheres e crianças que aguardavam pela distribuição de refeições quentes.

das Nações Unidas (ONU), Portugal despertou para o problema da fome em Cabo Verde. Ficou, então, evidente que os alarmantes números de mortes por fome dos períodos do século XX,[6] mas que existiram desde o início da ocupação colonial, estavam associados à falta da vontade política e incúria administrativa.

Entretanto, a estrutura fundiária colonial que vigorou durante todo o século XIX só veio a sofrer algumas transformações na segunda metade do século XX, nos primeiros anos pós-independência. Nesse período, as áreas rurais concentravam cerca de 63% da população economicamente ativa do país e a população ocupada no setor agrícola representava cerca de 29% do emprego total. Nesse contexto, optou-se pelo incentivo ao desenvolvimento através da consolidação das organizações cooperativas agropecuárias existentes, apoio a cooperativas agrícolas e de consumo e a novas iniciativas coletivas (Rodrigues, 2010).

Devido ao contexto político internacional, na década de 1990, o governo deu início ao processo de democratização do país e adotou oficialmente uma política de transição para o pluripartidarismo. Nesse novo momento político, o modelo de cooperativas foi abandonado e, simultaneamente, o movimento associativo ganhou maior força, tornando-se um interlocutor privilegiado na relação entre o Estado e as comunidades locais e assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. As associações foram situadas no quadro da nova filosofia de gestão para o desenvolvimento local em áreas como o desenvolvimento comunitário.

Contudo, observa-se que, embora as associações locais de agricultores sejam fundamentais na aquisição de financiamentos para a promoção da agricultura, elas permanecem em um cenário de vulnerabilidade por sua alta dependência de investimentos estrangeiros. Outro fator de fragilidade de seu funcionamento é a falta de efetivas formas de participação da população na elaboração de políticas voltadas para a segurança alimentar, frente ao modelo de desenvolvimento estabelecido (Simões *et al.*, 2019).

[6] A estimativa é de que entre 1903 e 1948, tenham morrido 82.523 pessoas por fome em Cabo Verde (Carreira, 1984).

O modelo privilegiado nos programas de desenvolvimento está calcado em uma lógica "modernizante" e "economicista" que valoriza a mecanização da produção, a criação de pequenas empresas agrícolas, a produção voltada para o abastecimento do setor do turismo, além do uso de defensivos e agrotóxicos. A adoção dessas práticas é vista com bons olhos pela administração pública, baseada em uma crença convicta de que a modernização da agricultura é a chave para a superação da pobreza, e de que as práticas tradicionais de agricultura familiar constituem estruturas arcaicas que devem ser superadas (Simões *et al.*, 2019).

Contudo, embora de formas distintas daquelas que caracterizaram o período colonial, observa-se que na contemporaneidade esses modelos dominantes de cultivo são desafiados por formas insurgentes de práticas agrícolas. No contexto rural, há casos de uso coletivo de terra que guardam conhecimentos tradicionais de plantio e criação de animais, tais como uso de remédios naturais para pragas e doenças, ou estratégias de combinação de espécies para melhor aproveitamento do solo (Gonçalves; Sentís, 2020), além de formas inventivas de aproveitamento de espaços, como no caso dos campos de futebol que, no período da chuva, são utilizados para cultivo (Ferreira, 2016).

Mesmo se hoje em dia as pessoas não convivem com o terror dos períodos de fome que marcaram o regime colonial, a insegurança alimentar não é um risco que tenha ficado no passado da sociedade cabo-verdiana (Ferreira, 2019). Uma das expressões estruturais dessa questão é a dependência do fornecimento de alimentos estrangeiros e, também, a dificuldade em acessar alimentos frescos e não-processados por grande parte da população. Por isso a preocupação em comer alimentos de boa qualidade é expressa por diferentes segmentos sociais. No contexto do ativismo social o tema é relacionado à reivindicação da possibilidade de acesso a alimentos independentemente das lógicas do mercado e à preocupação com o consumo de alimentos saudáveis.

Muitos desses grupos de ativistas surgem a partir da década de 2010, a maioria ligada a bairros de periféricos em contextos urbanos e formada

por jovens – em geral homens, mas não só – que vinculam sua atuação a temas como combate à violência urbana, enfrentamento de desigualdades sociais, afirmação de uma postura de contestação através do hip-hop e valorização da africanidade (Bordonaro, 2012; Lima, 2014, 2020). Dentre os posicionamentos levantados por alguns desses grupos, encontra-se a denúncia de que as práticas colonialistas seguem sendo implementadas contemporaneamente, através de novos modelos.

Aqui, partimos do contexto de um desses bairros e da atuação de um grupo de jovens ativistas, justamente porque expressam como a proximidade física com equipamentos e fontes de alimentos não representa necessariamente uma equidade no acesso à alimentação. São, apesar disso, as redes e práticas de cuidado desenvolvidas nesse território que mobilizam alternativas no acesso ao alimento e, mesmo quando não são capazes de garantir a seguridade alimentar, possibilitam refletir a partir de outras perspectivas sobre proposições de uma alimentação saudável e de qualidade.

Experiências alimentares em Achada Grande Frente

A Associação Pilorinhu e a horta comunitária construída na sede do grupo estão localizadas em um dos bairros mais antigos da cidade da Praia, a Achada Grande Frente (AGF). As famílias que moram ali há mais tempo vieram do interior da ilha de Santiago, ou de outras regiões rurais do país para viverem mais próximas da capital. Desde então, diferentes ondas de migração marcaram as configurações socioespaciais do bairro, que é atualmente subdividido em pelo menos duas partes. Uma caracterizada pela presença de famílias com maior poder aquisitivo e outra onde vivem algumas famílias em condições mais precarizadas e onde está a sede da AP.

Os moradores dessa região muitas vezes são alvo de visões estigmatizantes, marcadas por uma oposição aos modos de sociabilidade ali presentes e por valores propagados como mais adequados ao contexto urbano. Dentre esses estigmas estão a crítica à manutenção de hábitos associados à vida rural, tais como a criação de animais nos terraços das

casas. Bem como considerações pejorativas que qualificam peixeiros e peixeiras – principais ocupações de muitas pessoas dessa parte do bairro – como pessoas sem conhecimento.

As duas formas tradicionais de cultura alimentar – a criação de animais e a pesca – passaram a ser ainda mais tensionadas com o processo de reestruturação do bairro, a partir da década de 1990, através da instalação de diversos armazéns de empresas de importação de alimentos. A escolha da AGF como o local para a construção desses armazéns se deu pelo fato de o bairro estar localizado próximo a equipamentos de infraestrutura diretamente relacionados aos sistemas de abastecimento de Cabo Verde, o aeroporto internacional e o porto da Praia.

Nesse período mais recente de transformações, desde o início dos anos 2000, o bairro passou a ser associado com episódios de conflitos entre grupos de jovens que se vinculavam a determinados territórios dentro da própria AGF, ou de outros bairros. Tais conflitos deram ao bairro a fama de um local "perigoso", que passou a ser associado na imprensa com casos de assaltos e mortes. A imagem negativa, e criminalizada, da vida no bairro motivou iniciativas de instituições públicas, ONGs e associações comunitárias a realizarem projetos a fim de desmobilizar a situação conflituosa entre os jovens e de dar visibilidade aos aspectos positivos da comunidade.

Foi nesse contexto que, em 2013, um grupo de jovens moradores da AGF se organiza em um movimento de ativismo e posteriormente se institucionaliza, dando origem à Associação Pilorinhu com objetivo de oferecer formação para outros jovens e crianças do bairro. O nome da associação se deve ao fato de que uma de suas primeiras atividades foi a ocupação e limpeza de um antigo prédio abandonado que havia sido construído para abrigar um mercado – que em Cabo Verde é denominado de *pilorinhu* – para ser a sede do grupo, onde são realizadas diversas atividades dentre elas, uma biblioteca, aulas de reforço escolar, aulas de capoeira, ateliê de carpintaria e costura e a horta comunitária.

A AP, assim como outros grupos de ativismo comunitário, é marcada por contínuas variações em sua composição em relação àqueles que estão

mais mobilizados na realização das atividades. A maioria dos integrantes do grupo são homens jovens, que moram no bairro da ACF. Muitos deles de fato vivem no espaço da sede e aqueles que moram no entorno, ou mesmo em outros bairros, costumam frequentar o espaço diariamente. Nessa dinâmica, é diária também a necessidade de realização de tarefas de cuidados com o espaço, como limpeza, organização das atividades e alimentação.

A refeições coletivas são preparadas pelos jovens que integram o grupo e delas participam aqueles que vivem no espaço ou o frequentam com regularidade. No entanto, não é incomum notar que pessoas que estão passando por situações mais agudas de insegurança alimentar, buscam estar presentes ali como forma de realizar uma refeição. As pessoas responsáveis pelo preparo costumam ser as mesmas que servem os pratos e apenas depois de todos comerem é possível avaliar a disponibilidade de repetir. A maioria dessas refeições acontece em uma grande mesa redonda localizada na parte central do salão e, quando possível, são utilizados alimentos provenientes da horta. Contudo, em muitos momentos, para dar conta da demanda de alimentação cotidiana, os integrantes do grupo organizam "campanhas de recolha alimentar", que consistem em arrecadar alimentos em supermercados da cidade e nos armazéns existentes no bairro.

Durante as recolhas era comum que integrantes da AP fizessem comentários enfatizando a contradição entre a presença dos armazéns de importadoras de alimentos e a realidade de famílias vivendo em situações de insegurança alimentar. Situação que era ainda mais agravada em casos de recusa das doações. Quando isso acontecia, costumavam falar que era necessário que cada um pudesse ter como produzir a própria comida, pois não podiam contar com as empresas para ter o "pão de cada dia".

Ao contrário das visões estigmatizantes que condenam as práticas de criação de animais ou inferiorizam famílias que vivem da pesca, os ativistas falavam de propostas que iam no sentido de "ruralizar" a vida nas cidades. Na ocasião de instalação de grama sintética no campo de futebol

do bairro, um dos integrantes do grupo comentou que o melhor seria que em cada bairro os campos fossem utilizados para plantio – como é feito em alguns locais no contexto rural – para garantir alimentação às famílias da comunidade. Foi com a perspectiva de buscar maior autonomia em relação à aquisição de alimentos, e de inspirar outras iniciativas semelhantes, que a horta comunitária começou a ser construída ainda em 2013, na parte lateral da sede do grupo.

Em 2016, a horta do Pilorinhu, era, e ainda é, um espaço muito valorizado pelos participantes da associação. Sempre que havia uma visita de representantes de outros grupos e instituições à AP a horta era apresentada como um dos locais mais relevantes do espaço. Sendo também um dos principais temas de postagens do grupo em redes sociais de internet, com imagens que mostram etapas de plantio, rega e colheita. Apesar de ser um espaço caracterizado por cambiantes composições, pode-se dizer que a horta é composta por duas partes: uma na qual é realizado o cultivo de árvores frutíferas, raízes, leguminosas e cana-de-açúcar, e outra área circular onde foi implementado o projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), ao qual retomaremos mais adiante, em que são cultivadas hortaliças e ervas aromáticas.

A principal aspiração do grupo, como foi dito, é de que aquilo que é produzido na horta seja utilizado para a alimentação daqueles que realizam atividades no espaço, e, quando possível, para o fornecimento a famílias que encontram mais dificuldade em adquirir alimentos. Tal desejo é baseado em uma ideia de "autonomia", continuamente mobilizada nas conversas sobre a horta. É nesse sentido que afirmam não quererem depender de comidas importadas e industrializadas, que chamam de "comida de lata", e afirmam a horta como um local de cultivo de *kumida di tera*. Não apenas porque lá são plantados ingredientes característicos da culinária tradicional cabo-verdiana, como milho, feijão, manga e outros, mas, principalmente, porque buscam estabelecer e manter conexões entre o cultivo desses alimentos e forças de resistência ao colonialismo que foram negligenciadas e perseguidas.

Assim, não é apenas pela lógica daquilo que é produzido que os integrantes da AP consideram a horta um espaço relevante. Uma compreensão expressa na afirmação algumas vezes enunciada por eles quando alguém pergunta sobre o estado da horta: "se a horta está bem, o Pilorinhu está bem". Para além da evidente conclusão de que essa compreensão expressa que os cuidados com a horta são também formas de cuidado com o grupo, podemos dizer que ela se conecta com aquilo que Bellacasa (2017) afirma como o potencial disruptivo das práticas de cuidado, no sentido dos fazeres necessários à manutenção de redes de interdependência mútua.

Ao utilizar a noção de cuidado para refletir sobre a relação entre humanos e o solo Bellacasa (2015) explica que essa perspectiva se contrapõe à compreensão focada tanto na lógica produtivista quanto na centralidade humana, que trata o solo apenas como um provedor de recursos. Tais aspectos, como se sabe, são caros aos segmentos econômicos voltados para a produção agrícola e marcaram toda história moderna do mundo ocidental, desde as *plantations* até às monoculturas de transgênicos. A autora salienta que as práticas de cuidado com o solo estão atravessadas pela compreensão de que humanos são *parte*, não o centro ou o topo, de uma rede de relações múltiplas de seres e outros elementos.

Porém, é fundamental salientar, como faz Bellacasa (2015), que as práticas de cuidado não devem ser romantizadas. Cuidar da Horta Comunitária dá trabalho, envolve atividades de limpeza, plantio, remanejamento de plantas, revolver a terra, reorganizar estruturas que não funcionaram como o esperado, mobilizar e administrar a quantidade de água necessária para rega, evitar furtos, e muitas outras. Todas essas tarefas envolvem tempo de cuidado, tempo esse que, muitas vezes, entra em contradição com demandas de tarefas que poderiam gerar rentabilidade, segundo a lógica da produtividade do mercado. Além disso, como enfatiza a autora, apesar de as práticas de cuidado não serem sinônimo de obrigações morais, elas são necessárias e, nesse sentido, envolvem obrigações e responsabilidade (Bellacasa, 2017). Assim, se não há uma forma de organização coletiva no

grupo capaz de garantir pessoas disponíveis para cuidar da horta, ela não vai bem e o grupo também não.

A proposição de olhar para a horta desde a perspectiva do cuidado não significa, no entanto, negligenciar o tema da produção de alimentos, uma vez que é fundamental ao princípio de autonomia alimentar reiterado pelo grupo. Contudo, consideramos que o tema pode ser abordado levando em conta a complexidade dessas relações. A fim de refletir desde essa perspectiva, propomos observar as relações de cuidado presentes na horta comunitária a partir de três dimensões que são também interligadas entre si: o cuidado com as plantas, o cuidado consigo mesmo e o cuidado com a comunidade.

Figura 1. Integrantes da Associação Pilorinhu nos cuidados da horta



Fonte: página do grupo em redes sociais.

Cuidar das plantas

No início do período em que foram recolhidos os dados que compõem nossa reflexão, as atividades de cuidado com a horta do Pilorinhu estavam concentradas na manutenção do já referido protótipo do sistema PAIS, voltado para cultivo de hortaliças e ervas aromáticas. Havia um esforço de plantio de diferentes espécies a fim de saberem quais se adequariam melhor às condições do terreno e do modelo de plantio. Desse processo ocorreram algumas colheitas de couve, repolho, coentro, cebolinha e manjericão. Posteriormente, a área cultivada se ampliou e foram também plantadas mandioca, milho, feijão e diferentes tipos de árvores frutíferas.

Tanto na construção do sistema PAIS e na ampliação da horta como em momentos de plantio e colheita eram realizados esforços de trabalho coletivo na horta, com a participação de integrantes do grupo e, eventualmente, moradores do bairro. Porém, no cotidiano de manutenção, o mais comum era que uma ou poucas pessoas, ficassem responsáveis pelos cuidados com a horta. Nesse período, o então vice-presidente do grupo era quem estava mais à frente da tarefa. Dentre as razões que ele apontava para ter decidido se dedicar à horta estava a de ser um espaço de *reconexão* com seu passado, uma vez que havia nascido no interior da ilha de Santiago.

A consideração do vice-presidente ia ao encontro de uma compreensão compartilhada por outros integrantes do grupo, de que as tarefas realizadas na horta não se limitam aos aspectos materiais. Essa compreensão estava associada à percepção de que os lugares são também atravessados por forças que se modulam, fortalecendo-se, ou se enfraquecendo, a partir de seus usos e principalmente das conexões que são estabelecidas. Uma percepção que está presente também em outras esferas de atuação do grupo, como a ocupação de edifícios abandonados, protestos contra a construção de empreendimentos turísticos e nas considerações sobre os impactos da degradação do ambiente no contexto urbano (Velloso, 2021).

Dentre as formas de enfraquecer as forças de um lugar que eram mencionadas, talvez a que consideravam mais característica de processos

associados à lógica do "desenvolvimento" criticada pelo grupo é a do apagamento de sua história, isto é, destituí-lo de suas conexões com o passado, para torná-lo um espaço sem memória. Assim, os integrantes da AP consideram que cuidar da horta é também cuidar dessas forças, através de uma reconexão com uma memória de relações com o solo, plantas e alimentos, que associam a formas de resistência ao colonialismo e, portanto, à luta contra os modelos contemporâneos de exploração.

Diversos mecanismos de manutenção dessas forças são implementados nos cuidados com a horta. Durante o período acompanhado, foram realizadas diversas visitas a áreas rurais do interior da ilha de Santiago, onde consideram que as relações com a terra e com as plantas ainda guardam a memória das práticas desenvolvidas por comunidades camponesas que fugiram de imposições do regime colonial e passaram a viver isoladas nas montanhas, como o caso da comunidade dos Rabelados de Espinho Branco.[7] Estar nesses locais já é, por si só, compreendido como uma forma de reconexão, porém, em alguns casos, os integrantes da AP faziam convites a agricultores – tanto dos Rabelados como de outras comunidades rurais – para que fossem até o espaço ver a horta e compartilhar do cotidiano do grupo.

Além de pessoas vindas de regiões rurais, essa reconexão com formas tradicionais de cultivo da terra se dava também pela busca dos conselhos dos moradores *mas grandis* (mais velhos) do bairro. Como mencionado, muitos desses moradores vinham também de regiões rurais e alguns mantinham hábitos de criação de animais e cultivo em suas casas. Era o caso dos pais de alguns dos fundadores da AP, que iam à horta para dar orientações de plantio e recolher o mato retirado para alimentar os animais de suas casas. Assim, diferente das lógicas modernizantes para as quais esses hábitos são contraditórios com a vida nas áreas urbanas, os ativistas da AP consideravam que esses moradores guardam a memória de conhecimentos que podem reconectar tais forças ao espaço da horta e cultivá-lo com a mesma relevância que elementos físicos, como água e nutrientes no solo.

[7] Comunidade formada em meados de 1930 por um grupo de famílias insatisfeitas com as imposições coloniais na igreja católica e que decidiram se isolar nas montanhas do interior de Santiago.

Para os integrantes do Pilorinhu, a ideia de que o cuidado com a horta envolve a reconexão com forças enfraquecidas também está relacionada à recuperação de conhecimentos considerados como conectados às tradições dos povos do continente africano e povos subalternizados no contexto colonial. Não por acaso, a horta ganhou um impulso ainda maior quando, em janeiro de 2016, foi o elemento articulador do intercâmbio com um grupo de pesquisadores brasileiros que instalaram um protótipo do PAIS no Pilorinhu. Esse sistema foi implementado em muitas comunidades quilombolas, em terras indígenas e em assentamentos da reforma agrária no Brasil. Foi desenvolvido, inicialmente, pelo engenheiro agrônomo senegalês Aly Ndiaye, que explicava[8] ter sido a partir da lembrança de práticas agrícolas vivenciadas ao longo de sua vida no Senegal que desenvolveu essa tecnologia de cultivo, a qual pretende ser um "sistema integrado e autossustentável" de produção de hortaliças orgânicas.

Da forma como foi apresentada na AP a estrutura do PAIS compreende círculos concêntricos de mangueiras de irrigação para plantio de hortaliças e um galinheiro no centro. A proposta é que as galinhas comam os pequenos animais que podem atrapalhar o desenvolvimento das hortaliças e o esterco sirva de adubo para o solo, criando um sistema sintrópico de plantio sem uso de defensivos químicos.

Apesar de não haver condições estruturais para produzir hortaliças em maior escala, os integrantes do Pilorinhu decidiram criar um "protótipo", que funcionaria como "um laboratório"[9] para o projeto. A partir de então, o espaço também passou a ser referido como uma "sala de aula" onde se ensina aquilo que um de seus implementadores denominou de "agrosaberes", enquanto proposta de ensino de diversas áreas do conhecimento através do cuidado com as plantas. O projeto PAIS foi uma forma de ampliar essas conexões, seja com o continente africano, seja com práticas de cultivo presentes em territórios de resistência no Brasil.

[8] Há diversas entrevistas e palestras de Aly Ndiaye disponíveis na internet explicando o funcionamento e as concepções do projeto PAIS. Aquela em que ele dá a referida declaração está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pXTFAdXoNjk.

[9] Os termos eram utilizados pelos integrantes da AP ao apresentarem o sistema PAIS aos visitantes da horta comunitária.

Observando o esforço de manutenção e (re)criação dessas conexões a partir da lente do cuidado, podemos pensar que os integrantes do Pilorinhu colocam em prática formas de cuidado que são sempre naturais-culturais, no sentido que Bellacasa (2017) retoma a partir de Donna Haraway. São relações que não separam essas duas formas de existência, pois não hierarquizam os aspectos físicos como prioritários, subordinados à necessidade urgente da produção, frente a uma dimensão que seria dispensável ou, no mínimo acessória, da cultura.

De forma análoga, a noção de *kumida di tera* é mobilizada para nomear tipos específicos de plantas cultivadas na horta, como mandioca, feijão, papaia, por serem vegetais cultivados em Cabo Verde, "mas não apenas" – para usar a expressão que Marisol De la Cadena (2018) aprende a partir das cosmopolíticas indígenas andinas, acerca das formas de compreensão que não se restringem àquilo que é hegemonicamente entendido como natureza. Um mamão papaia que cresce na horta não é apenas uma fruta, é uma fruta e "algo mais". A *kumida di tera* é sempre o alimento e "algo mais"; esse algo mais é natural-cultural, arriscamos dizer, pois está implicado na reconexão com as forças que os cuidadores da horta entendem como potencializadoras na resistência às estruturas dominantes de alimentação, herdeiras do colonialismo.

Cuidar de si

A segunda dimensão do cuidado com a horta que gostaríamos de propor corrobora a compreensão da seção anterior, de que a horta é um espaço de reconexões que ultrapassa seus aspectos estritamente materiais. Isso porque a mesma lógica de reativação de forças como cuidado com a horta é compreendida como uma forma de cuidado de si.[10] Os integrantes

[10] Apesar de receber o mesmo nome, aqui a ideia de "cuidado de si" não se refere à ampla análise da história das "técnicas de si" elaborada por Foucault. Contudo, vale destacar que essa ideia está implicada em uma relação entre as pessoas e a coletividade da qual participam que é antagônica ao modelo de subjetivação, característico da sociedade capitalista enquanto "empresário de si", tal como Foucault (2004) vai desenvolver em *O nascimento da biopolítica*. Optamos por essa estrutura de nomeação das seções, a fim de ressaltar a relação de indissociabilidade entre elas, enquanto diferentes dimensões de práticas de cuidado.

do grupo se referiam à horta como um espaço para "*pui kabesa friu*" (esfriar a cabeça). A simples atitude de entrar na horta e descalçar os sapatos para sentir os pés na terra era referida por um deles como "*terapia*".[11] Uma experiência que se tornava ainda mais potente quando, além de estar na horta, alguém se dedicava às tarefas de cuidados para mantê-la. Em determinadas situações de aborrecimentos pessoais, algumas pessoas do grupo se voluntariavam para ficar à frente dos cuidados com a horta, com a perspectiva que isso atenuasse seu humor.

Eles mencionavam que os cuidados com a horta implicam uma desaceleração, uma calma, que se contrapunha às pressões da lógica de uma sociedade produtivista. Criar tempo para cuidar da horta significava colocar-se em conexão com os tempos das relações ali agenciadas, que não estão subordinadas às vontades humanas – o tempo das plantas, o tempo das chuvas. Aqui, o cuidar da horta como forma de cuidar de si está baseado em se colocar em relação com os seres e forças que povoam esse espaço, não em uma lógica utilitarista de bem-estar e temporalidade exclusivamente humana (Bellacasa, 2015).

Outro aspecto fundamental de aproximação entre o cuidado com a horta e cuidados de si é a compreensão de que os alimentos cultivados na horta podem funcionar como remédio para cura ou prevenção de doenças. Algumas das plantas cultivadas na horta são consideradas como contendo propriedades medicinais e referidas, segundo a expressão utilizada em Cabo Verde, *rámedi di tera* (remédio da terra), tais como o *xalí* (o capim-limão no Brasil) e a moringa, ambas utilizadas para preparos de chá consumidos em ocasiões de necessidades de cuidados. Mas, apesar de o uso de plantas para processos de cura em Cabo Verde ser um amplo campo de reflexões que merece estudos mais específicos, no que tange à horta do Pilorinhu, a ideia de cuidados consigo através de vegetais está também relacionada com a compreensão de que uma alimentação saudável é baseada na ingestão prioritária de *kumida di tera*.

[11] Em crioulo cabo-verdiano o termo é um jogo que aglutina as palavras "terra" e "terapia".

Uma das formas em que essa compreensão aparece é em relação ao tema do vegetarianismo. No contexto do ativismo em Cabo Verde, é comum conhecer pessoas que decidiram parar de comer carne. Para alguns, essa opção era inspirada pela adesão ao rastafarianismo, ou, como no caso de um dos integrantes da AP, que afirmava que mesmo não se vendo como um "rasta propri" (um *rasta* mesmo), optou por não comer carne, pois considerava que sua ingestão o tornava "mais agressivo". Contudo, o tema não era um consenso entre os integrantes do grupo. Quando o debate surgia, alguns argumentavam que a questão não estava em deixar de comer carne, mas em qual carne estava sendo ingerida. Para os partidários dessa perspectiva, as carnes importadas, assim como os alimentos de origem vegetal industrializados, é que não fazem bem, enquanto a carne de um animal criado ou um vegetal cultivado segundo modos culturalmente tradicionais em Cabo Verde não são nocivas, mas sim formas de fortalecimento do corpo. Dessa forma, os vegetais cultivados na horta eram tratados por ambos – vegetarianos e carnívoros – como alimentos benéficos à saúde e que representavam a conexão com formas de resistência ao colonialismo.

Contudo, mesmo quando compreendidas como uma forma de cuidado consigo, as relações com a horta nunca são formas de relação que privilegiam o indivíduo. Como observa Bellacasa (2015) acerca da ética do cuidado acionada através de práticas de ecoativismo na permacultura, o cuidado da horta como cuidado de si é necessariamente coletivo, pois está assentado na percepção de interdependência entre humanos, plantas e, no caso da horta do Pilorinhu, forças de resistência à lógica colonial e ao produtivismo contemporâneo. A máxima anteriormente mencionada, que correlaciona o estado da horta ao estado do grupo, opera em uma escala que também conecta o pessoal ao coletivo.

A presença de pessoas com um estado emocional em conflito, ou seja, sem uma relação benéfica de cuidados consigo mesmo, era compreendida como uma potencialmente capaz de afetar os outros elementos, humanos e não humanos, que participam dessa rede de

relações. Um caso emblemático, nesse sentido, ocorreu na ocasião em que uma pessoa que havia sido chamada para realizar uma pequena obra no espaço foi mordida pelo cachorro que vivia no Pilorinhu. Apesar do porte de cão de guarda, aquela foi a primeira vez que o cão atacara alguém dentro do espaço e tanto os integrantes do grupo como o próprio rapaz que sofreu a mordida consideraram que o cachorro havia pressentido que ele estava carregando uma "energia negativa" que podia afetar a dinâmica das forças ali presentes.

Essas percepções, que muitas vezes são desqualificadas sob o registro de "crenças" frente a formas legitimadas de "conhecimento", indicam uma compreensão muito específica de interação entre seres, forças, humanos e não humanos que está presente em cosmologias tradicionais em Cabo Verde (Rocha, 2014). É a partir dessa percepção que a ideia do cuidar de si – seja através da interação com o tempo das práticas de cuidado para manutenção da horta, seja através de uma alimentação baseada em *kumida di tera* – pode ser pensada como uma forma coletiva de cuidado, que se torna ainda mais complexa quando a escala é pensada a partir das relações entre a horta e a comunidade.

Cuidar da comunidade

O aspecto relacional evidenciado pela perspectiva do cuidado, no qual o cuidado pessoal está inextricavelmente vinculado ao cuidado com a terra e com o coletivo, pode ser estendido às relações que se estabelecem a partir da horta do Pilorinhu com a comunidade da AGF. A horta não apenas é frequentada por aqueles que atuam à frente das atividades da AP, mas também é um espaço de convívio onde as pessoas se reúnem para conversar, para contar histórias e, para os jovens, é referida como um lugar de "inspiração" para criação conjunta de músicas e poemas. Essa mesma potencialidade criativa trata da horta como um espaço de aprendizado para ter e dar aulas. Muitas vezes, esses momentos são realizados em conjunto com as crianças de escolas do bairro, que demonstram um imenso prazer de estar naquele local. E não só para as crianças a horta é um espaço de

aprendizado, algumas atividades de estudos também ocorrem ali, como uma aula sobre pan-africanismo para os integrantes do grupo, realizada entre as mudas de verduras recém-plantadas.

Outra dimensão do engajamento coletivo entre os integrantes do grupo e a comunidade são os momentos de realização de ações coletivas para cuidados com a horta. Isso ocorreu tanto no processo de instalação do projeto PAIS, quanto na expansão da horta para cultivo de legumes e frutas, mas também em momentos em que a horta estava necessitando de cuidados urgentes, pois as plantas se encontravam em mau estado. As práticas de ações coletivas para realização de tarefas em Cabo Verde são nomeadas pela expressão em crioulo *djunta mon*, que pode ser literalmente traduzida para o português como "juntar mãos" e que se aproxima daquilo que no Brasil são denominados "mutirões". No contexto da AP o *djunta mon* é tomado como um princípio no qual o grupo busca basear ações concretas – como ações para conserto de casas de famílias do bairro, ou atividades de limpeza e preservação dos espaços da comunidade – e compreendido como forma de cuidado coletivo que buscam cultivar.

Desde o início, a horta foi pensada como espaço para a aplicação do princípio de *djunta mon* na alimentação. Como afirmamos, sempre que possível, os vegetais plantados na horta são oferecidos a algumas famílias do bairro. Porém, ainda que isso nunca possa efetivamente sanar a vulnerabilidade alimentar que afeta especialmente as casas chefiadas por mulheres nesses contextos (Simões *et al.*, 2019), essa prática da partilha é mantida como forma de valorização de tecnologias sociais de cooperação. De maneira semelhante, frequentemente associam a horta à prática de compartilhamento de alimentos existente no bairro, denominada de *troka pratu* (troca de pratos), que envolve a partilha de refeições entre membros de uma mesma família ou vizinhança. Em diversas ocasiões, os integrantes do grupo mencionavam que a prática de partilha de refeições era fundamental para a manutenção de relações comunitárias, não apenas por uma lógica da necessidade. Assim como lembrou uma vez um dos integrantes da AP, que todas as vezes que algum colega lhe batia, sua mãe o obrigava a levar um prato de comida na casa dele.

A troca de refeições como forma de manutenção de relações comunitárias está também emaranhada na noção de *kumida di tera*. Os pratos que são designados com essa qualificação como, a *cacthupa*, a *masa* de milho, o caldo de farinha de milho com louro, o arroz com sapatinha, são as comidas que usualmente são servidas nas tarefas de ação coletiva. Em cada situação de *djunta mon*, espera-se poder oferecer uma farta refeição de *kumida di tera*.

Contudo, a conexão entre os cuidados com a horta, os cuidados de si e com a comunidade não devem ser compreendidos como uma obrigação moral. Não se trata da coerção baseada em valores externos prescritos como a maneira correta de se relacionar com as plantas, com a alimentação e mesmo com a partilha de alimentos. Como salienta Bellacasa (2015) acerca das relações de cultivo nas quais os cuidados com a terra são compreendidos como inseparáveis do cuidado pessoal e do cuidado coletivo, "a interdependência ecológica não é um princípio moral, mas uma restrição material vivida – exigida e obrigatória" (p. 160). Tais relações de cuidado são, portanto, consequência de uma compreensão sobre cultivo e alimentação assentada na interdependência mútua entre natureza, pessoas, coletividades e as forças que às compõem.

Conclusão: *Kumida di tera* uma perspectiva contra-colonial das relações alimentares

Como mencionamos, na introdução deste artigo, a qualificação *di tera* foi implementada em Cabo Verde para distinguir pessoas nascidas e alimentos produzidos no arquipélago. Essa designação também era empregada em outros contextos coloniais, como o uso do termo "da terra" no Brasil, para se referir às espécies e alimentos nativos. Portanto, de uma perspectiva colonial, aquilo que é "da terra" remete à origem e demarca uma oposição àquilo que vem "do reino", ou foi trazido pelos colonizadores. Essa perspectiva de contar a história dos deslocamentos de espécies, pessoas e conhecimentos é uma forma de apagar o protagonismo

dos povos africanos na inserção, preservação e criação de técnicas de cultivo e preparo de alimentos (Carney, 2017).

Os colonizadores foram de fato responsáveis por "adestrar" as plantas para seus interesses comerciais, adaptando-as às condições distintas do ambiente de quais foram retiradas. Porém, foram as pessoas escravizadas que, através de seus conhecimentos sobre agricultura e usos das espécies, criaram novos sistemas de cultivo e preparos de alimentos. Esses sistemas, muito além de atender aos objetivos comerciais, permitiram a garantia de sua alimentação, não apenas como forma de subsistência, mas também buscando manter seus hábitos alimentares e suas formas próprias de interação com a terra, a água, o clima e as espécies animais e vegetais.

A partir das reflexões que apresentamos, pretendemos contribuir com elementos para desestabilizar a história da alimentação em Cabo Verde contada desde o ponto de vista colonial, bem como para complexificar as chaves de leitura centradas nas limitações ambientais ou na prescrição da modernização da agricultura. Nossa proposta foi refletir a partir do âmbito político, mas da política engendrada através de práticas de cuidado com cultivo e alimentação na horta comunitária da AP, uma vez que mobiliza elementos materiais e imateriais que guardam as forças de resistência ao colonialismo.

A teia de relações de cuidado engendradas na horta da AP nos inspirou a refletir sobre a noção de *kumida di tera* como uma teoria etnográfica que se contrapõe às compreensões produtivistas e hegemônicas de alimentação. É nesse sentido que pensamos kumida de tera como uma perspectiva contracolonial, no sentido elaborado pelo líder quilombola brasileiro Antônio Bispo dos Santos (2015), que enfatiza o antagonismo entre as forças dominantes que atravessam toda história do empreendimento colonial e as forças de resistência a esses processos. Pois é justamente a possibilidade de conexão com essas forças contracoloniais que faz da *kumida di tera* "algo mais" que comida. Nesse sentido, a noção de *kumida di tera* vai ao encontro das teorias que evidenciam que a alimentação não está restrita aos aspectos nutricionais (Scrinis, 2013; Mol, 2012). No contexto específico

de Cabo Verde, ela estabelece conexões com a memória de resistência ao colonialismo e às lógicas alimentares dominantes da contemporaneidade – que do ponto de vista histórico e etnográfico aqui abordado, possuem uma íntima relação.

Ao evocarmos a noção de *kumida di tera* a partir das práticas de cuidado com a horta do Pilorinhu, pretendemos demonstrar que a expressão não está restrita a uma forma de qualificar determinados tipos de comida. Também, não quisemos aqui reafirmar uma lógica identitária das origens dos alimentos. Menos ainda quisemos nos aproximar dos usos da noção para estratégias de marketing na indústria alimentar. Pretendemos, assim, pensar kumida di tera como um conhecimento sobre alimentação implicada na compreensão de uma rede de relações de cuidado interdependentes entre pessoas, solos, plantas, corpos, forças que resistiram e resistem, por séculos, ao apagamento, ou negligência, dessas conexões.

Natalia Velloso Santos é Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ).
✉ nataliavellososantos@gmail.com

Vladmir Ferreira é Doutor em Ciências Sociais, docente e pesquisador na Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes da Universidade de Cabo Verde, atuando na área de Sociologia com ênfase em Sociologia Rural e do Desenvolvimento.
✉ vladmir.ferreira@adm.unicv.edu.cv

Referências

1. ACOSTA-LEYVA, Pedro. Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo. *Revista África(s)*, v. 6, n. 12, p. 303-321, 2019.

2. AMARAL, Ilídio. *Santiago de Cabo Verde*. A terra e os homens. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964. (Série Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, n. 48, série 2).

3. BELLACASA, Maria P. de la. *Matters of care*: speculative ethics in more than human worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

4. BELLACASA, Maria P. de la. Making time for soil: technoscientific futurity and the pace of care. *Social Studies of Science*, n. 45, p. 691-716, 2015. https://doi.org/10.1177/0306312715599851

5. BELLACASA, Maria P. de la. 'Nothing comes without its world': thinking with care. *The Sociological Review*, n. 60, p. 197-216, 2012. https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x

6. BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos*: modos e significações. Brasília: INCTI, 2015.

7. BORBA, Carolina dos A. *Terras negras dos dois lados do Atlântico*: quem são os proprietários? Estudo comparado Cabo Verde e Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

8. BORBA, Carolina dos A.; ANJOS, José Carlos dos. Questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional x propriedade da terra em São Salvador do mundo. *Revista Conjuntura Austral*, v. 3, n. 11, p. 39-57, 2012. https://doi.org/10.22456/2178-8839.25993

9. BORDONARO, Lorenzo. Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde). *Revista Tomo*, n. 21, p. 101-136, 2012. http://dx.doi.org/10.21669/tomo.v0i21.898

10. CARNEY, Judith. O arroz africano na História do Novo Mundo. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 6, n. 2, p. 182-197, 2017. https://doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i2.p182-197

11. CARREIRA, António. *Cabo Verde*: aspectos sociais, secas e fomes do século XX. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

12. DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais além da "política". *Tabula Rasa*, n. 33, p. 273-311, 2020. https://doi.org/10.25058/20112742.n33.10

13. FERREIRA, Nuno Andrade. Silencia-se a fome, mesmo que esteja a acontecer. *Expresso das Ilhas*, 30 nov. 2019. Disponível em: https://expressodasilhas.cv/pais/2019/11/30/silencia-se-a-fome-mesmo-que-esteja-a-acontecer/66871#:~:text.

14. FERREIRA, Vladmir A. D. S. Agricultura e Futebol: resistências e ajustamentos no uso do território na aldeia de Renque Purga, Ilha De Santiago, Cabo Verde. *Iluminuras*, n. 41, p. 30-43, 2016. https://doi.org/10.22456/1984-1191.64558

15. FERREIRA, Vladmir A. D. S. *Conflitos e participação no uso da água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2015.

16. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

17. FURTADO, Cláudio A. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993.

18. GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

19. GONÇALVES, Guilherme; SENTÍS, Alberto. *Catálogo de boas práticas agroecológicas nas áreas protegidas de Santo Antão, Santiago e São Nicolau*. Porto: Orgal impressões, 2020.

20. HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte*, n. 5, 2016.

21. LIMA, Redy W. Jovens, processos identitários e sociedades em movimento: um olhar sócio-antropológico sobre a emergência dos movimentos juvenis identitários na cidade da Praia, Cabo Verde. *África Development*, v. XLV, n. 3, p. 97-120, 2020.

22. LIMA, Redy W. Jovens e processos de afirmação na cidade da Praia, Cabo Verde. *P@x-Boletim da Linha de Estudos para a Paz*, n. 25, p. 16-17, 2014

23. LOPES, José Vicente. *Cabo Verde*: um corpo que se recusa a morrer – 70 anos de fome, 1949-2019. Praia: Spleen Edições, 2021.

24. MBEMBE, Achile. *A política da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

25. MOL, Annemarie. Mind your plate! The ontonorms of Dutch dieting. *Social Studies of Science*, v. 43, n. 3, p. 379-396, 2012.

26. PATACA, Ermelinda. Coleta, transporte e aclimatação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 5, p. 88-108, 2016. https://doi.org/10.26512/museologia.v5i9.17247

27. PEREIRA, Eduardo A. C. *Política e cultura*. As revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910). Praia: Imprensa Nacional, 2010.

28. ROCHA, Eufêmia Vicente. *Feitiçaria e mobilidade na África Ocidental*: uma etnografia da circulação de kórda, méstris e korderus. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2014.

29. RODRIGUES, Nelida. *Políticas públicas e desenvolvimento da agricultura na Ilha de Santiago – Cabo Verde*. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

30. SARMENTO, Francisco. A segurança alimentar e nutricional na CPLP: trajetórias históricas na conformação de uma estratégia. *In:* LIMA, S. C. *et al*. (org.). *Segurança alimentar e nutricional na comunidade dos países de língua portuguesa*: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz; Instituto de Higiene e Medicina Tropical-IHMT, 2012. p. 11-20.

31. SCRINIS, Gyorgy. *Nutritionism*: the science and politics of dietary advice. Nova York: Columbia University Press, 2013.

32. SEMEDO, José M. Ilha de Santiago (Cabo Verde). Paisagem natural, uso de recursos naturais e riscos de desertificação. *In:* MOREIRA, E.; TARGINO, I. (org.). *Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: recortes no Brasil, em Portugal e na África*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010. p. 29-46.

33. SHABAKA, Lumumba H. Ending slavery in Cabo Verde: between manumission and emancipation, 1856-1876. *Journal of Cape Verdean Studies*, v. 2, n. 1, p. 109-132. 2018.

34. SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

35. SILVA, Antônio L. C. e. Espaço, Ecologia e Economia interna. *In:* ALBUQUERQUE, L.; SANTOS, M. E. (org.). *História geral de Cabo Verde, Vol. II*. Lisboa: Centro de Estudos e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Patrimônio Culturais de Cabo Verde, 1991. p. 179-236.

36. SIMÕES, Elsa B.; FERREIRA, Vladmir A. D. S.; BASCH, Gottlieb. Segurança Alimentar em Cabo Verde: objetivos das políticas públicas e resultados alcançados. *Segurança Alimentar e Nutricional*, SP, v. 27, p. 01-09, 2019. https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8651211.

37. VELLOSO, Natalia. Volta Djéu: algumas considerações sobre cidade e política na cidade da Praia. *In:* MARINHO, S. C., PEREIRA, M. de J. F.; GONÇALVES, M. de L. S. (org.). *Diálogos do Sul Atlântico: crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2021.

38. VELLOSO, Natalia. *O mar e a vovó tartaruga: variações políticas na luta da Associação Pilorinhu na cidade da Praia em Cabo Verde*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Recebido: 6 dez. 2021.
Aceito: 26 abr. 2022.





Artigos
Interfaces
Resenhas

http://doi.org/10.1590/15174522-106022

O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia

Amurabi Oliveira[*]
Marina Félix Melo[**]
Mayres Pequeno[***]
Quemuel Baruque Rodrigues[***]

Resumo

O artigo objetiva apresentar e analisar o campo acadêmico dos bolsistas de produtividade do CNPq (PQs) em Sociologia no Brasil. Trazemos uma revisão de literatura e um estudo quantitativo descritivo sobre os bolsistas no país a partir de um marco teórico que considera as implicações do conceito de campo acadêmico e científico de Pierre Bourdieu. O estudo responde sobre o processo de formação de um bolsista PQ no Brasil; analisa o perfil dos bolsistas PQ em sociologia e discute sobre o caso dos bolsistas de produtividade nível 1A do CNPq na sociologia, estrato mais elevado das bolsas de produtividade.

Palavras-chave: produção acadêmica, bolsistas de produtividade, campo acadêmico.

[*] Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
[**] Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.
[***] Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

The profile of CNPq research productivity grantees in Sociology

Abstract

The article aims to present and analyze the academic field of CNPq research productivity grantees (PQs) in Sociology in Brazil. The work draws on literature review and a quantitative descriptive study on research grantees in Brazil based on a theoretical framework that considers the implications of Pierre Bourdieu's concept of academic and scientific field. The study inquires into the process of becoming a PQ grantee in Brazil; analyzes the profile of PQ grantees in the field of sociology and discusses the case of CNPq level 1A research productivity grantees in sociology, the highest stratum of researchers' productivity.

Keywords: academic production, productivity fellows, academic field.

Introdução

O processo de institucionalização da Sociologia no ensino superior no Brasil inicia-se ainda na década de 1930[1], com a criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais, que passam a constituir o espaço de formação do *corpus* profissional da Sociologia, baseando-se num arranjo interdisciplinar. Esse arranjo implicou a articulação da Sociologia com outras ciências, tais como Antropologia, Ciência Política, História, Economia etc., que se transmutou, a partir da segunda metade do século XX, num arranjo mais enxuto, envolvendo a Antropologia e a Ciência Política, o que reflete a crescente autonomização disciplinar dos campos correlatos.

[1] O início da institucionalização da Sociologia no Brasil ocorreu ainda no final do século XIX, com o advento das primeiras cátedras na educação secundária (Oliveira, 2013). Entretanto, a partir da década de 1930 temos a criação dos primeiros cursos superiores em Ciências Sociais.

Podemos reconhecer que esse processo se realizou de forma relativamente heterogênea no país, implicando diferentes graus de autonomização das ciências sociais (Miceli, 1989). Tais processos inserem-se numa lógica mais ampla da geopolítica acadêmica, que hierarquiza os diferentes agentes e instituições desse campo, refletindo as disputas em torno de uma determinada narrativa sobre as ciências sociais (Reesink; Campos, 2014).

No bojo do desenvolvimento da pesquisa no território nacional, devemos destacar o advento, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior, a CAPES (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Tais instituições constituem peças fundamentais para o processo de consolidação da pós-graduação, que se acelera no contexto da Reforma Universitária de 1968, no qual emergem os primeiros cursos de mestrado e doutorado num modelo próximo ao que temos hoje. Também contribuiu para isso o envio de estudantes e pesquisadores brasileiros para o exterior e a implementação de um amplo sistema de bolsas no país (Martins, 2018).

É importante ressaltar, aqui, os distintos perfis institucionais que a CAPES e o CNPq possuem na dinâmica acadêmica brasileira. A CAPES é vinculada ao Ministério da Educação, atuando na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e, desde 1976, é responsável pela avaliação periódica desses cursos. Essa instituição financia a pós-graduação nacional, especialmente através de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado/estágio de professor visitante, e desde 2007 também está incumbida de estimular a formação inicial de professores. Por outro lado, o CNPq está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, cujas atividades se vinculam principalmente ao estímulo à pesquisa científica, principalmente através do financiamento de bolsas individuais nas duas mais diversas modalidades, dentre elas, a bolsa de produtividade em pesquisa (PQ).

É nesse contexto que emergem os primeiros cursos de pós-graduação em Sociologia do Brasil, havendo um incremento paulatino da diversidade

regional da pós-graduação em Sociologia/Ciências Sociais[2] no Brasil (Barreira *et al.*, 2018).[3] Ainda que essa seja uma tendência mais geral observada em diversas áreas do conhecimento no período, soma-se, no caso específico das Ciências Sociais, o advento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1977. A ANPOCS passou a organizar encontros anuais que se configuram como um importante *locus* de divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na pós-graduação. Ressalta-se, ainda, que essa associação teve um papel bastante central na institucionalização e fortalecimento das Ciências Sociais, especialmente no caso da Sociologia, cuja associação nacional teve suas atividades interrompidas entre 1963 e 1985, e da Ciência Política, cuja associação foi fundada apenas em 1986.[4]

O agrupamento e o relacionamento institucional entre as três Ciências Sociais no Brasil reflete, portanto, o percurso socio-histórico que essas ciências assumiram no país. Apesar de se poder apontar que a gênese

[2] Em termos de pós-graduação, atualmente, a área de Sociologia é responsável não apenas pela avaliação dos cursos de Sociologia no sentido estrito, como também de Ciências Sociais (que devem abarcar as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e aqueles híbridos que existem articulando as áreas de Antropologia e Sociologia e de Sociologia e Ciência Política.

[3] Os primeiros programas de pós-graduação criados no Brasil foram os seguintes: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1967, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1969, Universidade de Brasília (Unb) em 1970, Universidade de São Paulo (USP) em 1971, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1973, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1973, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1974, Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1976, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1977, no campus II (atual Universidade Federal de Campina Grande) e, em 1979, no campus I.

[4] A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada em 1955 e manteve suas atividades de forma ininterrupta desde então, embora se deva ressaltar que sua VII Reunião, que viria a ocorrer no ano de 1965, apenas aconteceu em 1966, devido ao golpe militar. Por outro lado, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) teve o primeiro congresso realizado em 1954 e o segundo em 1962, e como consequência da ditadura militar brasileira, apenas em 1987 essa associação retomou seus congressos bianuais. No caso da Ciência Política, em parte a fundação tardia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) pode ser explicada pelo fato de essa disciplina ter-se institucionalizado mais tardiamente em relação às demais Ciências Sociais no Brasil (Oliveira *et al.*, 2020). Para uma visão mais ampla sobre o papel da ANPOCS na institucionalização e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil *vide* Reis, Reis e Velho (1997).

dessa configuração se encontra na criação dos cursos de Ciências Sociais na década de 1930, esse termo implicava uma concepção mais ampliada do que a atual, como bem pode atestar a divisão de estudos pós-graduados da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada na década de 1940. Com isso queremos afirmar que a compreensão hoje vigente das Ciências Sociais é, em grande medida, devedora do cenário institucional consolidado pela ANPOCS, que enquanto possibilitou um profícuo diálogo interdisciplinar entre as três áreas, também fortaleceu seu processo de delimitação de fronteiras disciplinares.

Pode-se observar, ainda, que a expansão da pós-graduação em Sociologia acelerou-se a partir dos anos 2000, fenômeno acompanhado de uma expansão do financiamento para a pesquisa através de agências de fomento que oferecem diferentes modalidades de bolsas e auxílios. Isso também reflete um cenário mais geral de expansão do ensino superior no Brasil, algo que foi acelerado significativamente a partir da segunda metade da década de 1990 (Neves *et al.*, 2007).

Tal expansão no âmbito da pesquisa e da formação de quadros tem implicações também sobre o crescimento da produção acadêmica na área. Essa produção, além de sua dimensão quantitativa, possui uma estrutura profundamente hierarquizada qualitativamente, dentro do sistema *Qualis* coordenado pela CAPES. Nesse sistema, os periódicos vinham sendo avaliados por áreas de conhecimento, recebendo uma nota dentro da seguinte escala, em ordem crescente: C, B5, B4, B3, B2, B1, A2, A1.[5] A publicação em periódicos situados no estrato superior do *Qualis* (B1, A2, A1) veio a constituir um dos principais critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, que implica a classificação dos mesmos numa escala que vai de 1 a 7, sendo 3 a nota mínima para seu funcionamento.

[5] É sabido que o sistema de classificação do *Qualis* está em processo de modificação ou mesmo de substituição por outras métricas internacionais. Todavia, enfatizamos a maneira como ele estava estruturado no momento da entrada no sistema dos atuais bolsistas de produtividade do CNPq, considerando-se que foi a partir de tais critérios que seus pedidos foram avaliados.

Em um contexto no qual a produção científica ganha cada vez mais protagonismo no campo acadêmico, o processo de reconhecimento dos pares por meio da bolsa PQ do CNPq passa a ser um forte elemento distintivo entre os diferentes agentes sociais. Estamos a falar de um signo de inter-reconhecimento no campo, que situa determinados agentes no topo da hierarquia acadêmica, podendo ser considerado um importante elemento de distinção (Bourdieu, 2007).

No presente artigo, realizamos dois movimentos. Em um primeiro momento, descrevemos o perfil dos bolsistas PQ na área de Sociologia, exercício realizado a partir de um levantamento junto a todas as bolsas em curso; num segundo momento, focalizamos, especificamente, os bolsistas classificados como 1A. O objetivo geral de nosso trabalho é apresentar o perfil dos bolsistas PQ de Sociologia no Brasil, para assim compreender o movimento mais geral da trajetória desses agentes. Para uma melhor compreensão por parte de leitores e leitoras, expomos, num primeiro momento, as normas e procedimentos específicos que orientam a bolsa PQ no comitê de Ciências Sociais.

Como se tornar um bolsista PQ

As bolsas PQ são uma das modalidades de bolsa oferecida pelo CNPq, tendo como particularidade o fato de ser destinada a pesquisadores que desfrutam de alto reconhecimento entre seus pares. Essa modalidade de bolsa existe no CNPq desde 1976, tendo passado por inúmeras alterações nos níveis e nos valores, e atualmente está dividida e hierarquizada em três categorias: Sênior (PQ-SR), PQ-1 (sendo a categoria 1 subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D) e PQ-2. Apesar da existência dos pré-requisitos gerais estabelecidos pelo CNPq, há ainda os critérios de qualificação definidos pelos Comitês de Assessoramento de cada área ou pelo Conselho Deliberativo (CD) do CNPq, no caso de Pesquisador Sênior. Tais bolsas são requisitadas individualmente pelos pesquisadores e possuem distintas durações, sendo 36 meses para a nível 2, 48 meses para as bolsas de nível 1, e 60 meses para as bolsas sênior. Os pesquisadores nível 1 também recebem,

além da bolsa, o auxílio banca, que visa auxiliá-los no financiamento de pesquisas, participação em eventos científicos, processos de editoração de suas publicações etc.

A relevância das bolsas PQ tem se ampliado, principalmente a partir de 1990, havendo um crescimento em sua oferta que se acelera a partir dos anos 2000, o que também acompanha a expansão da pós-graduação no mesmo período. Na leitura de Guedes, Azevedo e Ferreira (2015), a intensificação do interesse por essas bolsas se relaciona à valorização que lhe é conferida pela política de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil.

Tais bolsas são também requisitos para outras modalidades de financiamento desse órgão. Isso demonstra como o acesso à bolsa PQ reflete uma lógica de distribuição heterogênea de capital no campo acadêmico, que demarca uma evidente distinção simbólica entre esses pesquisadores e os demais. Ainda, no processo de criação e avaliação dos Programas de Pós-Graduação, o percentual de bolsistas PQ é considerado um elemento importante na atribuição de nota ao programa, ainda que não seja determinante.

Os bolsistas PQ são também os que constituem o corpo de avaliadores de pedidos de novas bolsas e auxílios nas mais diferentes modalidades oferecidas pelo CNPq. Ser bolsista PQ é considerado como um requisito preferencial para a ocupação de posição de coordenador de comitê de pesquisa em determinadas instituições, bem como para a avaliação externa de projetos de universidades e fundações locais de amparo à pesquisa.

Deve-se considerar, ainda, que há uma distribuição desigual entre as diferentes grandes áreas do CNPq, que atualmente são três: "Engenharias, Ciências Exatas e da Terra", "Ciências Humanas" e "Ciências da Vida". Segundo a análise de Jesus de Oliveira (2016), o fato de a comunidade científica das "ciências duras" ter estabelecido fortes laços com a burocracia de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), no período de institucionalização dessa política no Brasil, teve implicação direta na predominância de metas quantitativas em detrimento de objetivos qualitativos na orientação desse campo. Admitindo que os agentes com maior capital em um determinado campo são capazes de "deformar as regras" desse campo (Bourdieu,

2004), isso significa reconhecer que as orientações mais gerais que regem as normas de concessão das bolsas de pesquisa no país são pensadas, predominantemente, a partir da lógica própria dos agentes que dominam esse campo, no caso, aqueles vinculados às "ciências duras".

A área de Sociologia está inserida no comitê de Ciências Sociais – Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia, cujos membros possuem um mandato de três anos. Atualmente, esse comitê é integrado por quinze membros, sendo três da área do Direito, três da Antropologia, três da Ciência Política, três da Sociologia, dois da Arqueologia e um das Relações Internacionais. Os atuais representantes da área de Sociologia são professora e professores em programas de excelência acadêmica, atuando nos programas de pós-graduação em Sociologia da UFRGS (nota 7), da UFPE (nota 6) e da USP (nota 6), bolsistas PQ nível 1B, 1B e 1C, respectivamente. Esse dado nos revela que, atualmente, apenas professores que já chegaram ao nível e que estão situados em programas de excelência compõem o referido comitê como representantes da área de Sociologia.

A indicação desses membros deve ser realizada pela comunidade científica nacional, sendo consultados para tanto: a) pesquisadores 1, constantes do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa; b) pesquisadores 1 e 2, constantes do Programa de Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora; c) sociedades científicas e tecnológicas de âmbito nacional; d) associações civis de âmbito nacional com atuação na área tecnológica e inovação. Observa-se, com isso, que o prestígio acadêmico junto aos pares é uma condição relevante para se tornar membro do CA de sua área. Destacamos ainda que, no âmbito das sociedades científicas, constam atualmente 12 entidades que podem realizar indicações ao comitê das Ciências Sociais, incluindo-se ABA, ABCP, ANPOCS e SBS,[6] o que aponta para a relevância desses espaços institucionais no campo.

Atualmente há 219 bolsistas PQ em Sociologia. Considerando o comitê no qual essa área está inserida (Ciências Sociais), pode-se indicar que se trata

[6] Associação Brasileira de Antropologia; Associação Brasileira de Ciência Política; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; Sociedade Brasileira de Sociologia.

da disciplina com o maior número de bolsistas.[7] Esse número expressivo sugere uma posição dominante no comitê de Ciências Sociais do CNPq, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de que a área de Sociologia na CAPES também incorpora os programas em Ciências Sociais. Embora se deva considerar que nem todos os bolsistas PQ de Sociologia estão vinculados a programas na área, e que pesquisadores de Antropologia e Ciência Política que atuam em Programas de Ciências Sociais possam concorrer a bolsas PQ em suas áreas, é interessante observar que isso leva os agentes do campo a enfrentar demandas distintas. Pesquisadores vinculados aos programas de Ciências Sociais são avaliados na CAPES de acordo com o *Qualis* de Sociologia, enquanto, ao demandarem por uma bolsa PQ em suas áreas, serão avaliados pelo *Qualis* das áreas de seus projetos, conforme indicação realizada no momento da submissão.

Como requisitos formais para pleitear a bolsa PQ, é necessário que o candidato seja professor doutor, brasileiro ou estrangeiro em situação regular no país, dedicar-se às atividades constantes de seu pedido de bolsa e, se aposentado, manter atividades acadêmico-científicas oficialmente vinculadas a instituições de pesquisa e ensino. Ainda como regra geral, é necessário ter finalizado o doutorado há, no mínimo, três anos para implementação da bolsa nível 2, e oito anos para a bolsa nível 1.

O pedido de bolsa deve considerar, em todo caso, os seguintes requisitos em conjunto, para avaliação e classificação dos candidatos: a) mérito científico do projeto; b) relevância, originalidade e repercussão da produção científica do candidato; c) formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; d) contribuição científica, tecnológica e de inovação, incluindo patentes; e) coordenação ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa; f) inserção internacional do proponente; g) participação como editor científico; h) participação em atividades de gestão científica e acadêmica. Todos esses aspectos são avaliados por pares, que são também bolsistas de produtividade na mesma área de conhecimento (CNPQ, 2015).

[7] Há 173 bolsistas em Antropologia, 140 em Ciência Política (incluindo Relações Internacionais), 80 em Direito e 50 em Arqueologia.

O atual documento que rege as normas específicas do Comitê de Ciências Sociais indica que a produção científica será avaliada com peso numérico não inferior a 50%, considerando artigos em periódicos especializados, capítulos de livros, livros ou equivalentes em produção artística.

Há ainda normativas específicas por área de conhecimento dentro do mesmo comitê, de modo que a área de sociologia tem como requisito mínimo para pleitear a bolsa nível dois: dispor de cinco publicações nos últimos três anos, considerando-se exclusivamente artigos em periódicos especializados avaliados pelo *Qualis* periódicos da Capes, capítulos de livros, livros ou equivalentes e, no mínimo, duas orientações concluídas de Mestrado como orientador principal. Para a bolsa nível 2 são avaliados os últimos cinco anos de produção do pesquisador; e, para a bolsa nível 1, seus últimos dez anos.

Nesse ponto, deve-se observar duas questões: a) ainda que predominem entre os bolsistas aqueles que atuam em programas de pós-graduação avaliados na área de Sociologia, esse não é um requisito para ser bolsista PQ na área. O pesquisador pode vincular-se a programas em áreas correlatas, ou ainda possuir um título de doutorado em outras áreas. O comitê avalia o projeto de pesquisa e o perfil acadêmico do candidato, com destaque para sua produção; b) como nossa amostra é constituída por pesquisadores que se tornaram PQ antes das mudanças no *Qualis*, isso significa que suas produções acadêmicas foram avaliadas com base no estrato em que se situavam na área de Sociologia, ainda que eventualmente tais pesquisadores estivessem vinculados a programas em áreas correlatas.

O pesquisador, ao solicitar a bolsa, não indica o nível ao qual está pleiteando, ainda que tenha os requisitos mínimos para que a mudança de nível possa ocorrer. É uma prerrogativa do comitê avaliar qualitativamente a mudança de nível, o que significa dizer que, a rigor, um pesquisador pode passar toda sua carreira como pesquisador nível 2, sem realizar a mudança de nível.

O requisito mínimo para chegar ao nível 1D é o de ter publicado ao menos três artigos (*Qualis* A1 e A2) ou um livro; ter orientado ao menos um aluno de doutorado, ou dois de mestrado quando vinculado a programa

que não possua curso de doutorado ou que foi criado há menos de quatro anos; participar da gestão acadêmico-científica de sua instituição; participar regularmente de eventos nacionais e internacionais em sua área. Para os níveis 1A e 1B é necessário ter publicado ao menos cinco artigos (*qualis* A1 e A2), ou livro, ou duas coletâneas; sua vinculação a um grupo de pesquisa deve se dar preferencialmente como coordenador; deve ter orientado ao menos cinco dissertações de mestrado ou três teses de doutorado; participar da gestão acadêmico-científica de sua instituição, entidades científicas e em órgãos de fomento à pesquisa; participar de editoração de periódicos ou coletâneas na área; manter intercâmbio regular e produtivo com a comunidade científica internacional.

Os requisitos indicados pelo comitê para o nível 1A se deslocam para uma direção diferente do que se coloca explicitamente nos níveis anteriores, por secundarizar uma dimensão "estritamente quantitativa", apontando para requisitos afinados com os critérios de consagração e distinção acadêmica.

> Este nível é reservado a candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados. O perfil deste nível de pesquisador deve, na maior parte dos casos, extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas.
>
> Assim, a este nível poderão ser conduzidos os pesquisadores que, cumpridos os critérios anteriores, ao longo de suas carreiras tenham dado uma inequívoca contribuição científico acadêmica à área, em todos os quesitos considerados importantes para um bolsista em produtividade (produção científica do candidato; formação de recursos humanos; coordenação ou participação em projetos de pesquisa; atividades editoriais ou de gestão, de administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica, organização e coordenação de convênios de formação de recursos humanos e de intercâmbio de pesquisadores, e de eventos acadêmicos de repercussão para a área; ou, ainda, contribuição para inovação). (CNPQ, 2018, p. 55)

Tais critérios evidenciam que as regras de consagração do campo acadêmico são bastante complexas e, muitas vezes, não são passíveis de uma mensuração quantificável. Justamente aqueles situados no nível mais alto que pode ser atribuído pelo comitê não são avaliados a partir de uma determinada quantidade de artigos ou orientações em pós-graduação. Deve-se considerar nesse contexto que o prestígio possui um peso significativo no campo acadêmico (Bourdieu, 2011). Os bolsistas nível 1A, como poderemos examinar mais cuidadosamente na próxima seção, possuem uma trajetória bastante distintiva em relação aos demais pesquisadores do CNPq, seja em termos de geração, formação ou de inserção institucional. A distinção de tais pesquisadores se deve, principalmente, ao acúmulo de capital científico que realizaram ao longo de suas trajetórias. Para compreensão dessa posição é necessário reconhecer as singularidades desse tipo de capital:

> Esse capital [científico], de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz [...], proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo (Bourdieu, 2004, p. 27).

Esse capital, ainda de acordo com Bourdieu (2004), pode ser de dois tipos: a) capital de poder político, institucionalizado, que está ligado a posições importantes ocupadas em instituições científicas; b) capital científico "puro", que se refere a um "prestígio pessoal" que repousa sobre o reconhecimento do conjunto dos pares. Os dois tipos de capitais possuem regras próprias de acumulação e transmissão. Nesse sentido, pode-se compreender que os bolsistas nível 1A possuem esses dois tipos de capitais, possuindo um acúmulo significativo dos dois tipos.

Embora se possa pressupor que o bolsista nível 1A, para chegar a esse patamar, cumpriu os requisitos demandados pelos níveis anteriores, isso não significa afirmar que sua dinâmica, em termos de produção acadêmica,

continua a mesma. Nesse sentido, são importantes as observações realizadas por Wainer e Vieira (2013, p. 73-74).

> As grandes áreas devem ponderar se as práticas que estão seguindo para avaliar seus pesquisadores estão de acordo com os seus objetivos para as bolsas de produtividade. Obviamente, não existe um objetivo "certo" ou único para a atribuição de bolsas e, portanto, não deve existir uma única métrica que deve ser seguida. No entanto, nos parece que há duas grandes vertentes para explicar quais são os objetivos de uma bolsa de produtividade, que, se não são contraditórios entre si, são pelo menos diferentes. O primeiro objetivo possível é de **premiar** cientistas de qualidade. O segundo objetivo possível é **incentivar** a produção de qualidade dos cientistas brasileiros. Há uma diferença importante entre estes dois objetivos: se o objetivo é premiar os cientistas pela qualidade e importância do seu trabalho, então, a história passada do pesquisador é o fator mais importante. Caso o objetivo seja incentivar a produção de qualidade e relevância, então, o futuro deste pesquisador é mais importante que seu passado. É claro que, nesta segunda alternativa, o passado é importante, mas apenas como ferramenta para prever o futuro do pesquisador – na falta de melhores dados acredita-se que o pesquisador, no futuro, terá os mesmos resultados (do ponto de vista de produção científica) que no passado ou, pelo menos, no passado recente. Além do mais, as duas vertentes de objetivos têm impacto muito diferente no agraciado. Quem recebe um prêmio, não precisa mais continuar fazendo o que fez para ganhar o prêmio, apenas quando outra pessoa tiver acumulado história suficiente que o prêmio será transferido. Quem recebe um incentivo, deve manter pelo menos a mesma produção que fez com que recebesse o incentivo, pois, senão, ele será retirado.

A considerar a forma como as regras do comitê de Ciências Sociais se apresentam, é possível inferir que há, implicitamente, uma orientação fundada na lógica do "incentivo" ao ingresso no grupo de bolsistas PQ, bem como à mudança de nível 2 para nível 1 – considerando os ganhos materiais e simbólicos que envolvem essa passagem –, e outra baseada na "premiação" para se atingir os níveis mais altos dessa hierarquia, principalmente para se chegar ao nível 1A. Apesar de a bolsa PQ-SR (sênior) possuir uma regulamentação própria, é interessante perceber que o requisito mínimo para pleiteá-la é ser bolsista PQ nível 1 em qualquer nível por 20 anos (consecutivos

ou não), ou nível 1A ou 1B por 15 anos (consecutivos ou não), o que reforça a relevância de se atingir os níveis mais elevados dessa estratificação.

Essa hipótese pode ser reforçada pelas indicações do trabalho de Lima, Velho e Faria (2012) ao analisarem o fator *h* em diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Sociologia. O estudo apontou que essa área apresenta valores de índice *h* quase nulos, o que seria reflexo de uma cultura acadêmica distinta de outras áreas mais afinadas com o *mainstream* internacional. Os autores observaram, ainda, na Sociologia, uma lógica inversa à observada em outras áreas. Enquanto nas demais áreas do conhecimento os pesquisadores 1A apresentaram índice h superior aos pesquisadores nível 1B, na Sociologia esses últimos possuem um índice ligeiramente superior àqueles. Tal questão possibilita inferir que, na área de Sociologia, o prestígio e o reconhecimento da trajetória acadêmica possuem um peso maior para se chegar ao nível 1A do que o número de publicações do pesquisador em si, ou mesmo sua relevância em termos de quantidade de citações recebidas por outros autores. Notadamente, devemos considerar as trajetórias dos pesquisadores até essa posição no campo, assim como as diferentes lógicas que operam nas distintas áreas do conhecimento, o que se articula à distribuição desigual de recursos concedidos pelas agências de fomento.

O perfil dos bolsistas PQ em Sociologia[8]

Coletamos os dados das bolsas em curso dos bolsistas PQ e analisamos 202 casos.[9] Dentre esses bolsistas, encontramos 90 mulheres (44,6%) e 112 homens (55,4%), o que coincide com a tendência mais geral observada por

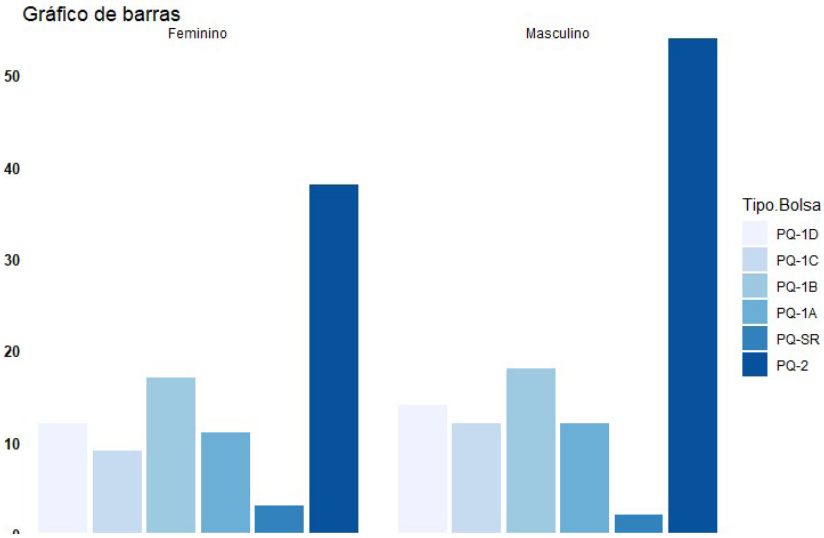
[8] Utilizamos o software *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS para tabulação e análise dos dados. Para a visualização dos dados, utilizamos o *software RStudio*, manipulando com pacotes como *dplyr* e *ggplot2*. Analisamos os 202 casos de bolsistas com bolsas ativas no CNPq na área de Sociologia. Os nomes dos bolsistas (que não serão divulgados por questões éticas) foram colhidos na página web do CNPq e os dados que aqui utilizaremos foram extraídos da plataforma Lattes, também do CNPq. O desenho da pesquisa foi de tipo interseccional/corte transversal e a recolha de dados ocorreu de setembro a dezembro a 2019.

[9] O número de bolsas em curso diferencia-se do número total de bolsas uma vez que pesquisadores afastados por motivos diversos têm suas bolsas interrompidas; isso ocorre principalmente no contexto de afastamento do país para realização de pós-doutorado. Para a seleção dos casos, utilizamos os dados disponíveis em http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso

Guedes, Azevedo e Ferreira (2015) ao analisarem a distribuição em termos de sexo e faixa etária entre os bolsistas PQ das grandes áreas, assim como por Hey e Rodrigues (2017) que analisaram o grupo dos representantes das Ciências Sociais na Academia Brasileira de Ciências, constituído também majoritariamente por homens. Essa distribuição desigual, em parte, pode ser reflexo do cenário que encontramos nos programas de pós-graduação da área de Ciências Sociais/Sociologia, pois, como apontam Candido, Feres Júnior e Campos (2019), 53% dos docentes dos programas avaliados na área de Sociologia são homens.

Como podemos observar no gráfico abaixo, essa tendência é bastante geral, com exceção das bolsas 1B, que possuem o mesmo número de homens e mulheres, e as bolsas PQ-SR, predominantemente ocupadas por mulheres.

Gráfico 1. Tipo de Bolsa x Sexo



Fonte: Elaboração dos autores.

Chama a atenção o fato de que, entre os quatro bolsistas PQ-SR, encontramos três mulheres e um homem, subvertendo a tendência mais geral encontrada na área. Dois pesquisadores desse grupo estão vinculados à USP, uma à UFRGS e uma à UFSC. Esse grupo possui outras características idiossincráticas, como o fato de ser constituído, exclusivamente, por professores aposentados e que realizaram seus estudos principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. O grupo também é representado por agentes que participaram da institucionalização dos programas de pós-graduação em suas universidades e tiveram um importante papel na formação de seus campos de pesquisa no Brasil.

As bolsas PQ distribuem-se de forma relativamente heterogênea pelas diferentes regiões e instituições do país, totalizando 43 instituições com bolsistas na área de Sociologia, concentrados principalmente em instituições do Sul e do Sudeste. A USP destaca-se como a universidade com o maior número de bolsistas, sendo 20 no total, seguida da UNICAMP com 15, UFRGS com 14, UFSCar com 13, Unb com 13,[10] UERJ com 13,[11] UFRJ com 12 e UFSC com 9. Na sequência, UFBA, UFPE e UFMG aparecem com 7 PQs. Essas instituições concentram 64,35% das bolsas PQ em Sociologia no Brasil.

De um modo geral, os bolsistas PQ tendem a atuar em programas que possuem cursos de mestrado e doutorado, o que significa que eles possuem ao menos nota 4 na avaliação da CAPES. Apenas 2,5% dos bolsistas atuam em programas que possuem apenas o curso de mestrado.

Observamos que os bolsistas PQ concentram-se em programas de excelência acadêmica (notas 6 e 7). Nota-se que o eixo geopolítico possui um peso significativo nessa distribuição, uma vez que o número de bolsistas não segue a mesma ordem das notas da avaliação CAPES dos programas em que estão inseridos os PQs. Existem universidades com programas mais bem avaliados em Sociologia com menos bolsistas

[10] A UnB possui dois programas avaliados pela área de Sociologia, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (nota 7) e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (nota 4).

[11] A UERJ possui dois programas avaliados pela área de Sociologia, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (nota 5) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (nota 6).

que outros programas com a mesma nota ou inferior. Ao mesmo tempo, considerando apenas as instituições com mais de dez bolsistas PQ, o que representa uma concentração de 49,5% do total de bolsas da área no país, pode-se observar que apenas a Unb e a UFRGS se encontram fora do eixo Rio-São Paulo e, apesar de possuírem programas em Sociologia avaliados com nota máxima pela CAPES, possuem menos bolsistas PQ que a USP ou a UNICAMP, cujos programas apresentavam notas 6 e 5.[12]

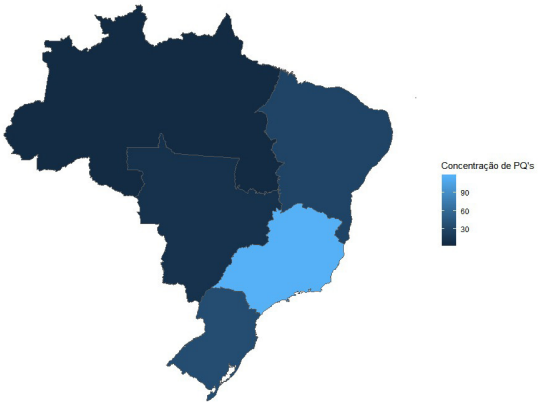
Deve-se reconhecer que a avaliação dos programas pela CAPES é orientada por um conjunto de fatores, dentre os quais a produção acadêmica dos docentes. Desse modo, é importante ter em mente que as bolsas PQ são concedidas com base numa avaliação individual dos pesquisadores, ao passo que a CAPES avalia os programas em seu conjunto.

Pelos dados apresentados, pode-se inferir, ainda, que os programas mais antigos possivelmente conseguiram ingressar antes no sistema de bolsas PQ, o que lhes dá uma vantagem substantiva, pois, como bem observam Wainer e Vieira (2013), os comitês tendem a manter as bolsas dos pesquisadores em sua renovação, mesmo diante de uma eventual queda de sua produtividade no período avaliado. Também é importante considerar as diferentes condições objetivas de acesso a financiamentos de pesquisa às quais as universidades têm acesso e, nesse sentido, o auxílio das fundações de amparo à pesquisa locais pode ter um peso significativo nesse processo, por meio do financiamento de auxílios e bolsas de diferentes modalidades. Soma-se a isso a concentração de periódicos no estrato superior do *Qualis* de Sociologia nesse mesmo eixo geopolítico, uma vez que, dentre as instituições com mais de dez bolsistas PQ, seis publicam revistas avaliadas como A1, e uma publica uma revista A2, o que coloca os agentes vinculados a tais instituições em posições desiguais no campo. Isso demonstra como os diferentes graus de prestígio alcançados pelas instituições acadêmicas se vinculam também à distribuição heterogênea de recursos não apenas simbólicos, mas também materiais (Bourdieu, 2011).

[12] A UNICAMP possui dois programas avaliados na área de Sociologia, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (nota 6), e o doutorado em Ciências Sociais (nota 5).

Interessante perceber que esse recorte geopolítico da distribuição heterogênea das bolsas PQ opera em dois níveis. Há uma evidente concentração de bolsas em determinadas regiões do país, dada a existência de 113 pesquisadores no Sudeste, 36 no Nordeste, 35 no Sul, 11 no Centro-Oeste e 6 na região Norte. O Sudeste concentra também a origem desses pesquisadores em termos de formação doutoral, uma vez que dentre todos os bolsistas PQ, 118 realizaram seus estudos nessa região, 14 na região Sul, 10 no Nordeste e 6 no Centro-Oeste; além de outros 53 que realizaram a formação doutoral fora do Brasil. Isso significa que, se considerarmos apenas os pesquisadores que obtiveram o título de doutorado no Brasil, 79,7% deles o obtiveram em universidades do Sudeste.

Mapa 1. Distribuição de PQs em Sociologia no Brasil



Fonte: Elaboração dos autores

No que diz respeito à formação acadêmica, apesar de haver uma tradição bastante interdisciplinar na Sociologia quanto à formação de seus quadros (Lima; Cortes, 2013), atualmente, a maioria dos bolsistas PQs da área de Sociologia é graduada em Ciências Sociais/Sociologia,

correspondendo a 143 (70,8%) casos. Quando se observa a formação doutoral, há um perfil formativo ainda mais evidente, pois 187 (92,6%) deles possuem o doutorado em Sociologia ou Ciências Sociais.

Além do recorte estritamente institucional, pode-se considerar, ainda, que há uma distribuição das bolsas a partir dos temas pesquisados pelos bolsistas. Isso se circunscreve duplamente no processo de seleção para tais bolsas, uma vez que, além do currículo do pesquisador, também é considerado o projeto de pesquisa submetido, avaliado por pares (outros bolsistas PQ). Nesse contexto, encontramos que os temas mais pesquisados entre eles são: Ruralidades/Urbanidades e Meio Ambiente (37 PQs); Participação Política (25); Teoria/Intelectualidades/Pensamento Social (21); Outros Temas (21); Trabalho (20); Criminalidades/Violências (19); Gênero e Sexualidade (12); Arte e Cultura (9); Educação (7); Religião (6); Saúde (5) e; Ciência e Tecnologia (5).

Ao comparar esses resultados com aqueles da pesquisa de Melo, Bernardo e Gomes (2018), sobre as teses de doutorado de recém-doutores em Sociologia, percebe-se que os temas mais recorrentes se mantêm entre os dois grupos. As diferenças mais sensíveis estão nos seguintes temas: 1. Educação, tema bastante frequente entre os recém-doutores, mas não tão expressivo entre os PQs e, 2. Ruralidades/Urbanidades e Meio Ambiente, tema bastante pesquisado pelos PQs e de pouca adesão entre o público de recém-doutores. Por outro lado, essa agenda de pesquisa entre os bolsistas PQ encontra maior afinidade com os resultados da pesquisa de Dwyer, Barbosa, Fraga (2013), que se voltaram para os membros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), numa amostra composta principalmente por professores universitários, portanto, com agentes mais consolidados no campo.

A análise comparativa com os resultados das pesquisas de Melo, Bernardo e Gomes (2018) e Dwyer, Barbosa e Fraga (2013) pode indicar a existência de temas mais privilegiados pelas agências de fomento, e a constituição de uma hierarquia acadêmica entre temas mais "nobres" e outros mais "periféricos", como também a existência de uma mudança de agenda na sociologia brasileira que se opera geracionalmente.

Uma elite dentro da elite: o caso dos bolsistas de produtividade nível 1A

Como já exposto nas seções anteriores, os bolsistas PQ 1A são avaliados a partir de critérios sensivelmente diferentes daqueles utilizados para os níveis anteriores. Em vez de ser especificada uma quantidade de artigos publicados ou de orientações concluídas, entende-se que tais bolsistas devam ter dado uma inequívoca contribuição científica e acadêmica à área, além de cumprirem os requisitos anteriores.

Atualmente há 22 bolsistas PQ 1A em Sociologia, o que significa que apenas 10,9% dos bolsistas se encontram nesse nível. Como demonstrado no gráfico 1, sua maioria é composta por homens, 12 casos, de modo que essa desigualdade de gênero se mantém no mesmo padrão daquele observado no conjunto total de pesquisadores.

Ao considerar a questão regional, encontramos uma sensível mudança em relação ao que há no cenário mais geral dos bolsistas PQ. Os 202 bolsistas avaliados em nossa amostra estão distribuídos em 43 instituições, concentradas, majoritariamente, no eixo Rio-São Paulo. Os bolsistas nível 1A estão distribuídos em oito instituições. A USP possui seis bolsistas, a UNICAMP, quatro, a UFRJ, quatro, a UFRGS, três, a UFSCAR, dois, a UnB, um, a UFC, um e a UNIARA, um.[13] Isso significa que 77,3% dos bolsistas se encontra na região Sudeste. Nesse cenário, a posição dominante da USP no campo acadêmico fica ainda mais evidente, pois se ela concentra 9,9% dos bolsistas da área considerando todos os níveis, esse percentual passa para 27,3% entre os bolsistas nível 1A. Também mediante a análise desses dados, pode-se reconhecer o papel da UFRGS como principal instituição fora do eixo Rio-São Paulo, em termos de concentração de pesquisadores PQ em Sociologia. Isso porque este número se destaca das demais universidades tanto quando se analisa o quantitativo total de bolsistas PQ, quanto ao observar apenas os bolsistas nível 1A.

[13] Apesar de a instituição não possuir programa na área de Sociologia/Ciências Sociais, trata-se de uma professora que desenvolveu toda sua carreira na UNESP e migrou para esta instituição após sua aposentadoria.

Considerando a distribuição com relação à avaliação CAPES, 86,4% dos bolsistas 1A estão vinculados a programas notas 6 e 7 na área de Sociologia.[14] Isso pode indicar duas coisas: a) que o prestígio da instituição e do programa ao qual o pesquisador é vinculado tem um peso importante para atingir os postos mais altos na hierarquia acadêmica estabelecida pelo CNPq; b) que tais pesquisadores, reconhecidos pelos pares como lideranças nacionais em suas áreas, contribuíram para a consolidação de programas de excelência.

Mantém-se a tendência de uma forte concentração da formação de graduação em ciências sociais, em 19 casos (86,4%). A maioria deles obteve o título de sua graduação ainda na década de 1970, o que ocorreu em 16 dos casos (72,7%), outros cinco casos (22,7%) a obtiveram na década de 1960, e apenas um caso (4,6%) na década de 1980. Majoritariamente, eles realizaram seus estudos de graduação durante o período militar, no qual ocorreu uma forte repressão política e ideológica nas universidades, mas também uma significativa expansão dos cursos de Ciências Sociais (Liedke Filho, 2005). Mesmo no caso daqueles que realizaram posteriormente estudos de doutorado em outro estado ou país, ou que chegaram a exercer a docência em outras universidades no início da carreira acadêmica, em 16 casos (72,7%) eles estão vinculados a instituições no mesmo estado em que se graduaram, dado importante para compreender as escolhas profissionais realizadas.

Com relação à formação doutoral, 21 casos (95,4%) realizaram o doutorado em Sociologia ou em Ciências Sociais.[15] Nesse grupo encontramos de forma mais expressiva a formação doutoral realizada no exterior, sendo o caso de 11 (50%) deles. Possivelmente se está diante de uma geração que recebeu diferentes tipos de financiamento de fundações nacionais e internacionais para realizar tal formação, no contexto da constituição da pós-graduação no Brasil (Martins, 2018). Nesse processo de circulação

[14] Uma das pesquisadoras da UNICAMP não é vinculada a programa na área de Sociologia/Ciências Sociais.

[15] Incluímos tanto aqueles que obtiveram o título de doutor em Ciências Sociais, quanto os dois casos que obtiveram a titulação de doutorado em Ciência Política.

destacam-se os vínculos intelectuais com a França, que foi o destino de cinco pesquisadores, seguido dos Estados Unidos, que titulou dois deles, além de outros que se formaram na Alemanha, Canadá e México (um caso cada).

Entre os onze que realizaram o doutorado no Brasil, oito (72,7%) o fizeram na USP, além de um caso na UNICAMP, um na PUC-SP, um na UNESP e um no IESP. Ao comparar com os dados da seção anterior, observa-se que a presença de pesquisadores PQ com formação no Sudeste se torna ainda mais significativa nesse grupo, uma vez que todos os pesquisadores formados no Brasil realizaram seus estudos nessa região. Entretanto, há de se considerar também o caráter bastante endógeno dos programas dessa região, com destaque para a USP (Bordignon, 2019), o que difere do perfil encontrado nos centros mais afastados desse eixo geopolítico: entre os cinco bolsistas PQ 1A que estão situados fora do Sudeste, quatro realizaram seus doutorados no exterior, e apenas um no Brasil (USP).

Considerando-se que a maior parte desses bolsistas se encontra em programas de excelência, não surpreende que os dados verificados confluam com os resultados do levantamento realizado por Marenco (2019, p.540) no âmbito da Ciência Política. O estudo apontou que o "(...) recrutamento para programas de pós-graduação com posição mais elevada no *rankeamento* acadêmico é restritivo a doutores formados em instituições com notas equivalentes ou centros de pesquisa no exterior."

Também na formação doutoral encontramos um evidente marcador geracional entre os casos analisados. Doze PQ 1A obtiveram o título de doutor na década de 1980, seis na de 1970, e quatro na década de 1990. No levantamento realizado por Lima (2019), fica evidente a forte presença de pesquisadores com formação no exterior, principalmente entre aqueles doutorados até os anos de 1980. Há um progressivo processo de "nacionalização" da formação acadêmica das gerações seguintes nos programas de Sociologia/Ciências Sociais. Porém, os dados aqui apresentados indicam que nesse grupo de pesquisadores PQ 1A o corte é ainda mais forte, uma vez que todos os doutorados na década de 1990 realizaram seus estudos no Brasil. Mesmo entre os que realizaram toda sua formação no Brasil, há

um investimento acadêmico na sua inserção no debate internacional, através da realização de pós-doutorados no exterior, atuação como professores visitantes em universidades estrangeiras, além de publicações internacionais, o que acompanha um movimento que vem ganhando fôlego na sociologia brasileira (Scalon; Miskolci, 2018). É importante considerar, portanto, a relevância que o processo de internacionalização tem ocupado na avaliação das pesquisas no âmbito da Sociologia, uma vez que:

> A exigência de uma condição de internacionalização para avaliar positivamente instituições e pesquisadores está presente entre as condições definidas pelas instituições de fomento para validar o desempenho de ambos e, por extensão, o grau de profissionalização e excelência de desempenho da ciência (Neves; Cavalcanti, 2018, p. 108).

Os pesquisadores que compõem esse grupo também possuem como marca distintiva a forte inserção em diretorias de sociedades científicas, comitês de assessoramento de agências de fomento à pesquisa, comitês científicos, editoriais e de avaliação. Um exemplo significativo do elevado *status* dos membros desse grupo no campo da Sociologia é o fato de nove (40,9%) deles já terem ocupado o cargo de presidente ou vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Além das associações científicas de caráter mais específico, voltadas para seus temas de pesquisa, podemos afirmar que as duas nas quais esse grupo tem se inserido de maneira mais recorrente é a SBS, como já indicado, e a ANPOCS. Tais sociedades científicas são, inclusive, consultadas sobre a indicação de membros do comitê de assessoramento na área de ciências sociais do CNPq, o que reafirma a relevância desse espaço institucional para a consolidação de uma posição dominante no campo.

Esse tipo de inserção demonstra como tais pesquisadores realizaram, ao largo de suas trajetórias acadêmicas, um significativo acúmulo de capital científico de tipo político, institucionalizado. Esse acúmulo significativo os distingue de forma ainda mais substantiva em relação aos pesquisadores situados nas demais classificações, do que o faria o capital científico do

tipo "puro". É importante compreender que, mesmo considerando que os bolsistas nível 1D sejam mais produtivos – e, portanto, seriam, em princípio, portadores de um maior acúmulo de capital científico "puro" – o inter-reconhecimento pelos pares não opera apenas em relação ao quantitativo da produção, mas também da capacidade de se elaborar trabalhos paradigmáticos para o campo, que se tornaram referências relevantes. Nesse sentido, devemos observar não apenas a lógica de acúmulo de capital, como também de transmissão do mesmo.

Entre esses pesquisadores observa-se a manutenção de temas "tradicionais" no campo da Sociologia brasileira. De forma muito sucinta, indicamos que se destacam os seguintes temas nesse grupo: sociologia rural, sociologia política, sociologia da cultura, trabalho, educação, violência, estratificação e desigualdades sociais. Os pesquisadores desse grupo estiveram envolvidos diretamente com a formação desses campos de pesquisa no país, fundando grupos e laboratórios de pesquisa em suas instituições e coordenando grupos de trabalho em diversos eventos acadêmicos, com destaque para os congressos da SBS e encontros da ANPOCS. Isso não quer dizer, contudo, que não tenha havido igualmente outros pesquisadores participantes desses processos, vinculados a outras instituições, principalmente fora do Sudeste.

Considerações Finais

Objetivamos, com os dados aqui analisados, realizar um movimento duplo. Por um lado, descrever o perfil dos bolsistas PQ de Sociologia. Por outro, verificar como essa distribuição tem ocorrido, principalmente nos níveis mais altos da hierarquia acadêmica, aqui representados pelos bolsistas nível 1A. Cabe ressaltar que os agentes que acumulam mais capital acumulado em determinado campo também são aqueles com maior capacidade de "deformar" a ordem do campo, operando de forma ativa na determinação das "regras do jogo", tendencialmente a partir de posições ortodoxas que visam a manutenção de suas posições de poder. No caso

dos bolsistas PQ, essa posição fica ainda mais evidente considerando que apenas aqueles de nível 1, que são indicados pela comunidade acadêmica é que podem compor os comitês de assessoramento, possuindo, assim, uma capacidade mais efetiva de alterar as regras do jogo.

Num primeiro momento, pode-se considerar que há a confirmação de algumas tendências já apontadas por balanços anteriores sobre os bolsistas PQ nas grandes áreas, como o predomínio de pesquisadores homens (Guedes; Azevedo; Ferreira, 2015), e a concentração desses bolsistas na região Sudeste. Esta concentração, como pudemos observar, ocorre principalmente a partir de uma forte concentração de pesquisadores no eixo Rio-São Paulo, destacando-se, entre as instituições fora da região Sudeste a Unb e, principalmente, a UFRGS.

A referida concentração pode ser explicada, em parte, pela concentração de programas de excelência na área na região Sudeste, assim como de maiores fontes de financiamento a partir das fundações de amparo à pesquisa locais, bem como a editoração de revistas avaliadas no estrato superior do *Qualis*, demarcando a existência de hierarquias acadêmicas dentro do campo das Ciências Sociais no Brasil (Scott, 2014). Por outro lado, esses fatores parecem ser insuficientes para explicar a atual distribuição de bolsas PQ, uma vez que ela não obedece de maneira uniforme à hierarquia da avaliação da CAPES, havendo programas mais bem avaliados com menos bolsas PQ de que outros com menores notas. Ao mesmo tempo, também há uma forte concentração em termos de formação entre os bolsistas, de modo que, majoritariamente, os PQ com formação doutoral no Brasil realizaram seus estudos no Sudeste. Nesse sentido, tanto o prestígio da instituição de origem, quanto a de pertencimento, parecem ter um peso importante para a compreensão da atual distribuição das bolsas PQ, o que tende a reafirmar a posição dominante dessas instituições no campo.

O exame dos bolsistas nível 1A exacerba as características encontradas no primeiro grupo, aumentando a concentração de pesquisadores na região Sudeste, além de ser um grupo formado exclusivamente por bolsistas que realizaram sua formação doutoral no exterior ou na região Sudeste, com

grande destaque para a USP. Nesse grupo, formado majoritariamente por professores que realizaram sua graduação na década de 1970 e o doutorado na década de 1980, a formação doutoral no exterior é mais recorrente, assim como a forte presença em comitês científicos, de assessoramento e avaliação, além de diretorias de sociedades científicas, com destaque para a SBS e ANPOCS. Novamente, destaca-se nesse grupo a UFRGS como principal instituição situada fora do Sudeste com pesquisadores que realizaram a formação doutoral fora do País, demarcando a formação de redes de colaboração acadêmica constituídas fora do eixo Rio-São Paulo.

Devemos reconhecer, por fim, que a concentração dos bolsistas 1A em apenas 8 instituições, e a dispersão do conjunto total de bolsistas por 43, aponta para uma crescente participação de outros centros de pesquisa na "elite acadêmica" da sociologia brasileira. Isso pode apontar para uma tendência – ainda que incipiente, dada a concentração que persiste em todos os níveis – a uma maior pluralização desse cenário, o que reflete a própria expansão da pós-graduação em cenário recente.

Amurabi Oliveira é Doutor em Sociologia pela UFPE, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq.
✉ amurabi1986@gmail.com

Marina Félix Melo é Doutora em Sociologia pela UFPE e Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas.
✉ melomarina@msn.com

Mayres Pequeno é Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.
✉ mayrespequeno@gmail.com

Quemuel Baruque Rodrigues é Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.
✉ quemuelbaruqe@gmail.com

Referências

1. BARREIRA, Irlys; CORREA, Soraya; LIMA, Jacob C. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p 76-103, 2018. https://doi.org/10.20336/rbs.259

2. BORDIGNON, Rodrigo. Trajetos escolares e destinos profissionais: o caso das ciências sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 18, n. 41, p. 88-114, 2019. https://doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n41p88

3. BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Florianópolis: EDUFSC, 2011.

4. BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

5. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

6. CANDIDO, Marcia R.; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdade na elite da ciência política brasileira. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 564-583, 2019. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33488

7. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). *ANEXO I – Critérios dos Comitês de Assessoramento*. Vigência: 2018 a 2020. 2018. Disponível em: http://resultado.cnpq.br/8831435562096495

8. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). *Bolsas Individuais no país*. RN 028/2015. 2015. Disponível em: http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271

9. DWYER, Tom; BARBOSA, Maria Ligia; FRAGA, Eugenio. Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p 147-178, 2013. https://doi.org/10.20336/rbs.46

10. GUEDES, Moema C.; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 367-399, 2015.

11. HEY, Ana Paula; RODRIGUES, Lidiane S. Elites acadêmicas: as ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, p 9-33, 2017. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125964

12. JESUS DE OLIVEIRA, Joelmo. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória. *Revista de Sociologia Política*, v. 24, n. 59, p 129-147, 2016. https://doi.org/10.1590/1678-987316245907

13. LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, v. 7, n. 14, p. 376-436, 2005. https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014

14. LIMA, Jacob Carlos. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. *Interseções*, v. 21, n. 1, p. 7-48, 2019. https://doi.org/10.12957/irei.2019.42300

15. LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*, v. 13, n. 3, p 416-435, 2013. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16522

16. LIMA, Ricardo A.; VELHO, Lea Maria L. S.; FARIA, Leandro I. L. Bibliometria e "avaliação" da atividade científica: um estudo sobre o índice h. *Perspectivas em ciências da informação*, v. 17, n. 3, p 3-17, 2012.

17. MARENCO, André. Ciência Política como vocação Profissionalização de doutores em Ciência Política no Brasil, 1996-2014. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 523-544, 2019. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.32941

18. MARTINS, Carlos Benedito. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 9-26, 2018. https://doi.org/10.20336/rbs.256

19. MELO, Marina; BERNARDO, Ana Cláudia; GOMES, Selefe. As teses da área de sociologia do Brasil: padrões e inflexões temáticas e metodológicas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 58-75, 2018. https://doi.org/10.20336/rbs.258

20. MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. *In:* MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; IDESP; FINEP, 1989. p. 72-110. (Vol. 1).

21. NEVES, Clarissa E. B.; CAVALCANTI, Josefa S. B. A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 104-121, 2018. https://doi.org/10.20336/rbs.260

22. NEVES, Clarissa E. B.; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 124-157, 2007. https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100006

23. OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum – Education*, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013. https://doi.org/10.4025/actascieduc.v35i2.20222

24. OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila F.; ENGERROFF, Ana M. B.; SANTOS, Beatriz M. C. dos. A institucionalização da Ciência Política no Brasil: uma análise a partir dos programas de pós-graduação. *Pro-Posições*, v. 32, p. 1-25, 2021.

25. REESINK, Mísia; CAMPOS, Roberta. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. *In:* SCOTT, Parry *et al.* (org.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo*: geopolíticas disciplinares. Recife: EDUFEPE, 2014. p. 55-81.

26. REIS, Elisa P.; REIS, Fábio W.; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n. 35, p. 1-22, 1997. https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300002

27. SCALON, Celi; MISKOLCI, Richard. Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 122-135, 2018. https://doi.org/10.20336/rbs.261

28. SCOTT, Parry. Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais. *In:* SCOTT, Parry *et al.* (org.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo*: geopolíticas disciplinares. Recife: EDUFEPE, 2014. p. 99-125.

29. WAINER, Jacques; VIEIRIA, Paulo. Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 2, p. 60-78, 2013. https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000200005

Recebido: 31 jul. 2020.
Aceito: 25 maio 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-106783

O populismo como modelo de "democracia polarizada": a teoria do populismo de Pierre Rosanvallon à luz do debate contemporâneo

Diogo Cunha[*]
Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro[**]

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar a contribuição de Pierre Rosanvallon para a compreensão do populismo. Para tanto, adotamos duas abordagens: a primeira, internalista, consiste numa análise rigorosa da obra *Le Siècle du populisme* (2020), assim como na articulação desta com sua teoria das mutações da democracia contemporânea (2006-2015); a segunda consiste no cotejamento de *Le Siècle du populisme* com obras de outros autores sobre o tema. O artigo está dividido em três segmentos. No primeiro, analisamos *Le Siècle du populisme* focando os dois aspectos que consideramos mais originais: a tipologia das "democracias-limite" e suas formas de degradação, e sua crítica ao populismo. No segundo, articulamos essa obra à sua teoria das mutações da democracia contemporânea. No terceiro, inserimos a obra de Rosanvallon no interior da bibliografia sobre o tema do populismo, explorando como o autor pensa o populismo em interação com a democracia e comparando-o com três das principais leituras contemporâneas sobre o tema: a de Nadia Urbinati, no campo da teoria democrática, e a de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, dois dos principais teóricos do "populismo de esquerda", objeto da crítica de Rosanvallon. Concluímos que o que diferencia sua contribuição para a pesquisa sobre o populismo é o alcance de sua teoria, capaz de incorporar tensões e complexidades ao estudo da democracia, e que oferece uma saída para as ambiguidades teóricas das análises precedentes sobre o populismo.

Palavras-chave: Pierre Rosanvallon, populismo, teoria política contemporânea, Nadia Urbinati, Chantal Mouffe, Ernesto Laclau.

[*] Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
[**] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Populism as a model of "polarized democracy": Pierre Rosanvallon's theory of populism in contemporary debate

Abstract

This paper examines Pierre Rosanvallon's contribution to understanding populism by adopting two approaches: the first one is the internalist approach, comprising an analysis of his book *Le Siècle du populisme* (2020) and its comparison with his theory of changes in contemporary democracy (2006-2015). The second approach consists of comparing *Le Siècle du populisme* with the works of other authors on the subject. The paper is divided into three parts. First, we analyze *Le Siècle du populisme*, focusing on the two aspects that we consider the most original: the typology of "limit forms of democracy" and its ways of degradation and his critique of populism. In the second part, we contrast this work with his theory of changes in contemporary democracy. In the third part, we contextualize Rosanvallon's work within the literature on populism, exploring the author's idea of populism vis-à-vis democracy. We also compare his interpretation with three of the main contemporary works on the subject: that of Nadia Urbinati involving theory of democracy, and that of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, leading theorists of "leftist populism", targets of Rosanvallon's criticism. Then, we argue that what distinguishes his contribution to populism research is the scope of his theory, able to encompass tensions and complexities in the study of democracy and that offers a way out of the theoretical ambiguities of previous studies on populism.

Keywords: Pierre Rosanvallon; populism; contemporary political theory; Nadia Urbinati; Chantal Mouffe; Ernesto Laclau.

Introdução

"O populismo revoluciona a política do século 21. Mas nós ainda não nos demos conta da justa medida da transformação que ele induz" (Rosanvallon, 2020, p. 9). É com essas palavras que Pierre Rosanvallon inicia *Le Siècle du populisme*, seu mais recente trabalho, no qual assume a ambiciosa missão de desenvolver uma teoria do populismo. Partindo da constatação de que as grandes ideologias da modernidade foram associadas a obras fundadoras que ligavam análise crítica a visões do futuro, Rosanvallon

enuncia que seu objetivo é permitir uma "confrontação radical" da sua teoria com a "ideia populista [...], ideologia ascendente do século 21" (p. 14).

O objetivo deste artigo é examinar a teoria do populismo de Rosanvallon e, consequentemente, sua contribuição para a compreensão desse fenômeno político. Há duas abordagens possíveis para tal fim. A primeira, que poderíamos chamar de "internalista", consiste numa análise rigorosa de *Le Siècle du populisme*. Esse exame é, em si, pertinente, mas insuficiente. Essa abordagem precisa ser ampliada a partir de sua articulação com a reflexão mais ampla do autor sobre a democracia. Estamos nos referindo aos vários volumes publicados sobre o tema durante os últimos 30 anos, notadamente sua trilogia sobre a história intelectual da democracia (Rosanvallon, 1992, 1998, 2000) e da sua tetralogia sobre as mutações da democracia contemporânea (Rosanvallon, 2006, 2009, 2011, 2015a). Essa articulação é fundamental: sustentamos que o pleno entendimento e apreensão da teoria do populismo elaborada em *Le Siècle du populisme* é indissociável dos seus estudos precedentes sobre a democracia, na medida em que o populismo é uma forma de "democracia-limite" entre outras, resultado de uma simplificação do ideal democrático. A segunda abordagem, "externalista", consiste no cotejamento de *Le Siècle du populisme* com outros estudos sobre o tema publicados por contemporâneos e interlocutores de Rosanvallon.

Nos últimos anos, historiadores e teóricos políticos vêm se debruçando sobre a obra de Rosanvallon. Duas coletâneas publicadas recentemente testemunham esse interesse. A primeira, *La Démocratie à l'œuvre: autour de Pierre Rosanvallon* (Al-Matary; Guénard, 2015), reúne estudos sobre os diversos aspectos dos trabalhos de Rosanvallon. Publicado antes de *Le Siècle du populisme* e no mesmo ano de *Le Bon gouvernement* (Rosanvallon, 2015b), o livro, portanto, não inclui nas análises esses dois trabalhos e tampouco *Notre histoire intellectuelle et politique (1968-2018)* (Rosanvallon, 2018). Mais recentemente, foi publicado *Pierre Rosanvallon's political thought. Interdisciplinary approaches* (Flügel-Martinsen *et al.*, 2019), obra coletiva na qual a questão do método rosanvalloniano e seus estudos sobre a democracia também ocupam um lugar central. Nesse trabalho,

as análises chegam até *Le Bon gouvernement*, como mostra o capítulo de Anna Hollendung (2019) sobre a ação democrática. Entre os autores que participaram dessa coletânea estão estudiosos que já vinham explorando a obra de Rosanvallon há algum tempo, como é o caso de Wim Weymans e de Paula Diehl, notadamente sobre o problema da representação. Weymans (2005) buscou mostrar como esse conceito oferece uma solução para a tensão entre os princípios abstratos que devem guiar uma coletividade e sua realidade concreta. Em outro artigo, ele examinou também a ideia de "crise da representação", a partir de uma comparação do pensamento de Rosanvallon com o de Quentin Skinner, privilegiando o papel da história na compreensão do presente (Weymans, 2007). Diehl (2019) também focou o conceito de representação, assim como o de "povo", para demonstrar como eles ajudavam a explicar o populismo. É, portanto, um estudo do populismo em Rosanvallon anterior à publicação de *Le Siècle du populisme*. A autora propõe uma abordagem diferente daquela do próprio Rosanvallon (2011) em "Penser le populisme", ao sustentar que o populismo desloca a ideia de representação democrática situando-a numa fronteira entre dinâmicas democrática e antidemocrática. Para Diehl, essa dinâmica se diferencia daquela do totalitarismo – com o qual Rosanvallon faz um paralelo com o populismo em seu artigo de 2011 – e o populismo permanece sempre um fenômeno ambíguo. Apesar da importância da contribuição de Diehl, é forçoso constatar que ela se fundamenta num texto de Rosanvallon consideravelmente revisto em *Le Siècle du populisme*.

Não podemos deixar de mencionar, finalmente, os estudos de William Selinger que, além de abordar o problema da representação num artigo escrito com Gregory Conti, também examinou a contribuição de Rosanvallon para a compreensão do populismo antes da publicação de *Le Siècle du populisme*. Em "The other side of representation: the history and theory of representative government in Pierre Rosanvallon" (Selinger; Conti, 2016), os autores contestam a perspectiva "construtivista" atribuída a Rosanvallon por teóricos como Nadia Urbinati, Lisa Disch e Wim Weymans, mostrando que a teoria descritiva adotada em seus primeiros escritos não desapareceu

em sua principal obra sobre o tema, *Le Peuple introuvable*. Para isso, os autores reconstroem a teoria da representação rosanvalloniana partindo da identificação da perspectiva descritiva dos seus primeiros trabalhos, analisando em seguida sua persistência em escritos mais recentes e, finalmente, considerando em que medida as perspectivas descritivas e construtivistas podem ser reconciliadas. Já em "Populism, parties, and representation: Rosanvallon on the crisis of parliamentary democracy", Selinger (2020) adota uma abordagem similar, a saber, a reconstituição do pensamento rosanvalloniano a respeito de um aspecto específico: o declínio dos sindicatos e dos partidos políticos, ambos cruciais para o funcionamento da democracia parlamentarista. O populismo, nessa perspectiva, é o resultado de uma crise profunda e de longa duração do próprio parlamentarismo.

Em que pese a originalidade e a pertinência desses estudos, todos são anteriores à *Le Siècle du populisme*. Por ser uma publicação ainda recente, não encontramos estudos acadêmicos que tenham abordado o último trabalho de Rosanvallon, daí a originalidade deste artigo. Para dar conta do nosso objetivo, o texto divide-se em três segmentos. No primeiro, examinamos a "teoria democrática do populismo" elaborada em *Le Siècle du populisme*. No segundo, ampliamos a análise, propondo alguns pontos de articulação entre sua teoria do populismo e sua teoria democrática desenvolvida em obras anteriores. No terceiro, enfim, cotejamos a reflexão rosanvalloniana com outros trabalhos sobre o tema, procurando identificar como a perspectiva da história conceitual do político permite uma compreensão mais ampla do populismo, de modo a fugir da ambiguidade presente em boa parte dos estudos sobre o tema, notadamente os estudos que apresentam o populismo como retorno a um dos polos "autênticos" da democracia, aquele da manifestação da vontade do povo, em detrimento de sua contraface instrumental, a das instituições políticas liberais.

Uma teoria democrática do populismo: *Le Siècle du populisme*

A ambição de Rosanvallon com *Le Siècle du populisme* é produzir uma teoria abrangente do populismo. Para tanto, ele articula as dimensões sociológica, histórica e crítica que lhe permitiriam apreender o fenômeno em sua totalidade. Na primeira dimensão, ele propõe uma anatomia do populismo a partir de cinco elementos constitutivos: uma concepção do povo que se pretende mais adequada, mobilizadora e capaz de refundar a democracia; uma teoria da democracia que deve ser "direta, polarizada e imediata"; uma modalidade de representação – na forma de exaltação do líder; uma política e uma filosofia da economia – abrangendo uma concepção da soberania e da vontade política, assim como uma filosofia da igualdade e uma visão da segurança; e o papel das paixões e emoções – "emoções de posição, emoções de intelecção e emoções de ação" (Rosanvallon, 2020, p. 42, 57).

Na segunda dimensão, Rosanvallon retraça a história do populismo. Há três formas de o fazer. Resgatando os usos da palavra populismo, em primeiro lugar[1]; identificando, ao longo da história, os momentos e/ou regimes que manifestaram os elementos constituintes do seu ideal-tipo; e, enfim, a partir de uma abordagem global e compreensiva do fenômeno.

A terceira dimensão é a crítica do fenômeno, feita tanto no nível da teoria quanto no da experiência concreta. No primeiro caso, Rosanvallon faz uma crítica do referendo, mostrando como é projetado nesse instrumento um conjunto de expectativas que ele não satisfaz, como uma maior intervenção cidadã nas questões públicas, uma reformulação da expressão eleitoral ou uma compensação do déficit de representação. A crítica da teoria também é dirigida contra a dimensão unanimista e a absolutização da legitimação pelas urnas. No segundo caso, a crítica da experiência concreta é feita à ideia de homogeneidade e das condições a partir das quais um governo populista

[1] Trata-se de uma abordagem que Rosanvallon reconhece ser de pouca utilidade para a compreensão do fenômeno na contemporaneidade. Por essa razão, ele coloca sua reflexão sobre a história da palavra "populismo" nos apêndices.

transforma uma democracia numa "democratura". Privilegiamos dois aspectos em nossa análise: a tipologia do que Rosanvallon está chamando de "democracias- limite" e suas formas de degradação; e sua "crítica democrática", que ele define como "uma crítica aprofundada da teoria democrática que estrutura a ideologia populista" (Rosanvallon, 2020, p. 21).

História conceitual: o populismo como uma forma democrática

Para Rosanvallon (2020), o exame das diversas experiências populistas só tem valor explicativo se ampliado numa abordagem conceitual. É essa última que permite a compreensão da essência dos populismos (2020, p. 145). Nessa perspectiva, ele propõe uma tipologia do que chama de "democracias-limite", com o objetivo não só de evitar os amálgamas como também de permitir caracterizar forças de atração que esses tipos-limite podem exercer, e os paralelos que podem ser estabelecidos. O uso da terminologia "democracias-limite" é explicado pelo fato de seus defensores exacerbarem de forma problemática certas características das democracias em detrimento de outras, criando o risco de "uma reviravolta das democracias contra si mesmas" (p. 161).

A primeira forma de "democracia-limite" é representada pelas democracias minimalistas, que tiveram em Karl Popper e Joseph Schumpeter seus teóricos mais ilustres. Desde o século 19, seus defensores foram guiados pelo medo do número. Sua forma de degeneração é sua transformação numa "oligarquia democrática". Já as "democracias essencialistas", segundo tipo de "democracia-limite", são definidas como aquelas que se fundam na denúncia das mentiras do formalismo democrático e identificam o ideal democrático à realização de uma ordem social comunitária em que a distinção entre sociedade política e sociedade civil é apagada (Rosanvallon, 2020, p. 163). Essas duas formas de democracia-limite buscaram acabar com as indeterminações democráticas, seja através de um encolhimento realista da sua definição procedimental, no caso da primeira, seja por meio da dissolução das indeterminações através de uma visão utópica do

social, no caso da segunda (p. 164). O terceiro modelo de "democracia-limite", enfim, são as "democracias polarizadas", das quais fazem parte os populismos que, por sua vez, buscam simplificar as aporias estruturantes da democracia por meio dos elementos constitutivos do ideal-tipo populista descritos anteriormente (p. 165). A forma de degeneração das "democracias polarizadas" é sua transformação numa democratura, definida como "um tipo de regime fundamentalmente iliberal conservando formalmente a roupagem de uma democracia" (p. 227).

A crítica rosanvalloniana

A crítica ao "populismo real" privilegia dois eixos de análise: o primeiro, teórico, é a concepção do funcionamento democrático, o que compreende a crítica do referendo e da polarização democrática; o segundo, o da experiência, remete à ideia de sociedade homogênea e das condições a partir das quais uma democracia se torna uma democratura. O referendo é um dos instrumentos mais reivindicados por governos populistas. Seus líderes o exaltam como meio de revigorar a democracia na medida em que ele deve supostamente devolver ao povo o poder de decidir. Porém, como Rosanvallon (2020) mostra, ele é inegavelmente problemático, na medida em que possui vários efeitos negativos do ponto de vista do aprofundamento do projeto democrático. O referendo leva a uma dissolução da responsabilidade; a uma simplificação da noção de "vontade política"; à eliminação dos processos de deliberação; à irreversibilidade da decisão; aos graves problemas na sequência do voto, em razão da não especificação das condições de implementação da opção escolhida; à desvalorização do legislativo e à instauração de um regime hiperpresidencial.

A segunda crítica é relativa à ideia da possibilidade da realização de uma suposta "vontade geral". Essa visão unanimista acompanhou a própria ideia de comunidade política, da Antiguidade ao século 19, quando a sociedade se tornou estruturada em classes com o desenvolvimento de um capitalismo causador de uma fratura social fundamental (Rosanvallon, 2020). A vontade

geral tomou, então, novas vias de expressão – reflexão desenvolvida mais amplamente em *La Légitimité démocratique* (2008) –, entre elas as que Rosanvallon chama de "poder de qualquer um" e "poder de ninguém". No primeiro caso, entende-se que qualquer indivíduo deve ter uma capacidade plena de representação e se reconhece em cada um a mesma importância na comunidade política. Esse reconhecimento prolonga e completa o *status* do eleitor: "é enquanto titular de direitos que podem ser reivindicados que ele participa da soberania" (2020, p. 205). As cortes constitucionais são as guardiãs desse direito e é zelando para que todos os cidadãos sejam igualmente importantes na comunidade que elas participam da vontade geral. No segundo caso, o "poder de ninguém" remete à imparcialidade de instituições que devem estar a serviço de todos e protegidas das possíveis tentativas de apropriação privada. Nesse sentido, é a distância em relação aos interesses particulares que garante a busca do interesse geral, caso das autoridades independentes de vigilância e de regulação.

A segunda parte da crítica é relativa à experiência concreta do fenômeno. Rosanvallon admite que o "povo-uno", em alguns momentos específicos, pode emergir com força. A questão que se coloca, contudo, é como inscrever esse "povo-acontecimento" na duração do regime democrático, uma vez que ele não engendra necessariamente um povo democrático real. Essa é a sua preocupação, como já era a de Proudhon no século 19. O marxismo tentara, com algum sucesso, absorver os dois povos – o "povo-acontecimento" e o "povo-eleitoral" – num só, através da noção de proletariado. Contudo, a partir de meados do século 20, as classes teriam perdido o papel estruturante que lhes era próprio, sendo substituídas, no início do século 21, por uma suposta oposição entre os "99%" e o "1%". Rosanvallon (2020) mostra como essa oposição é imprecisa e não dá conta das tensões, divisões e solidariedades que existem em qualquer comunidade. O que ele defende é a necessidade de considerar o povo em suas múltiplas dimensões: povo-eleitoral, povo-acontecimento, povo-juiz, povo-aleatório.

Esse "povo desmultiplicado",[2] com as situações individuais levadas em consideração pelo poder público, está no fundamento de uma sociedade democrática fundada nos princípios de justiça distributiva e redistributiva, o que equivaleria a uma sociedade de iguais (p. 225).

Para Rosanvallon (2020), a pertinência do termo "democratura" está em aclarar, por um lado, a justificação democrática de práticas autoritárias, e, por outro, a passagem progressiva dos países para regimes autoritários a partir de um quadro institucional democrático preexistente. O último elemento da crítica rosanvalloniana reside nesse aspecto. Assim, o autor distingue três fatores para analisar as condições através das quais um governo populista pode transformar uma democracia numa democratura: a instauração de uma filosofia e de uma política da irreversibilidade, uma dinâmica de polarização institucional e de radicalização política e uma epistemologia e uma moral da radicalização.

Uma filosofia e uma política da irreversibilidade estão ligadas à crença de que a vitória nas urnas não marca uma alternância, mas sim a entrada numa nova era política (Rosanvallon, 2020). A noção de maioria muda de perspectiva e adquire uma dimensão "substancial", caracterizada como o triunfo do "povo" contra seus "inimigos". Considerando-se os escolhidos para a instauração de uma nova era, os governantes populistas organizam a irreversibilidade a partir de dois instrumentos: o recurso às assembleias constituintes com o objetivo de remodelar as instituições e a possibilidade de reeleições indefinidas. Na retórica populista, não há autonomia do direito com relação à política e "a Constituição é a simples expressão momentânea de uma relação de forças" (p. 231).

A polarização e politização das instituições é o segundo ponto da crítica do "populismo real". A polarização é um processo que pode seguir

[2] O termo "desmultiplicar", tanto em francês como no português falado em Portugal, tem dois sentidos: "reduzir a velocidade de rotação" ou "desdobrar-se ou esforçar-se em várias ações ou atividades". Este segundo sentido é exatamente o que Pierre Rosanvallon dá ao termo. O sinônimo mais próximo no português falado no Brasil seria "desdobrar". Pelo fato de o termo "democracia desdobrada" soar estranho, optamos pela tradução literal: "povo desmultiplicado".

duas modalidades: a "brutalização direta das instituições e as estratégias de desvitalização progressiva" (Rosanvallon, 2020, p. 235). Já a politização se dá através do constrangimento e afastamento de funcionários públicos, que resulta numa "privatização do Estado", uma vez que ele é esvaziado da noção de serviço público (p. 236). Há ainda outro aspecto a considerar, a saber, a ascendência dos governantes populistas sobre os meios de comunicação.[3] Nas democraturas que conseguiram estrangular os meios de comunicação, aquelas que estão a serviço do poder acabam "colonizando o espaço público e pesando na opinião de maneira decisiva" (p. 237).

O terceiro aspecto da crítica ao "populismo real", enfim, é o que Rosanvallon chama de "epistemologia e moral da politização generalizada". Os populistas não defendem projetos, mas se colocam como portadores da verdade e da moral rodeados por inimigos maus e imorais. Há um apagamento de fatos e argumentos e, consequentemente, da troca racional. Ao mentir deliberadamente, os líderes populistas acabam por confundir a natureza dos problemas e desestruturar o debate público. Há, nesse sentido, o que Rosanvallon chamou de uma "corrupção cognitiva" do debate democrático: "não há vida democrática possível sem que existam elementos de linguagem comuns e a ideia de que possam se opor argumentos fundados numa descrição compartilhada dos fatos" (2020, p. 240).

Tanto os estudos sobre o populismo quanto a própria experiência concreta de movimentos e governos populistas frequentemente envolveram grande número de ambiguidades e imprecisões. Imprecisões sociológicas, referentes à base eleitoral populista; imprecisões políticas, que se traduziram na incapacidade de bem distinguir entre populismo de direita e de esquerda; imprecisões históricas, que surgiram da dificuldade de se identificar historicamente movimentos populistas e a maneira como estão relacionados; imprecisões conceituais, devidas à dificuldade em se definir

[3] Essa ascendência não se dá necessariamente através de uma censura oficial. Os governos populistas utilizam meios diversos como a redução da publicidade oficial ou privada em jornais opositores, minando consideravelmente sua autonomia financeira.

de forma precisa o conceito de populismo.[4] A teoria do populismo de Rosanvallon pretende sanar esses problemas e oferecer os instrumentos para apreender o fenômeno a partir dos diversos modos como ele interage com a democracia. Contudo, consideramos que essa teoria só é apreendida em toda sua potencialidade se articulada às suas reflexões precedentes sobre as mutações da democracia contemporânea. É essa articulação que focaremos no próximo segmento.

Ampliando a abordagem internalista: a teoria do populismo rosanvalloniana à luz da sua teoria democrática

A teoria da democracia de Rosanvallon, formulada em diversos trabalhos, buscou compreender algumas das mutações que caracterizam as democracias contemporâneas. A primeira delas é a mutação da atividade cidadã com a ascensão de uma forma de participação, ao lado da eleitoral, que se traduz em práticas difusas de vigilância, de impedimento e de julgamento. A segunda mutação está na concepção da vontade geral que, por sua vez, levou a uma mudança da legitimidade democrática. Rosanvallon mostrou como o sistema da dupla legitimidade, oriundo das revoluções francesa e americana, no final do século 18, e do crescimento do papel do Estado, a partir do início do século 20 – a "legitimidade de estabelecimento" e a "legitimidade de identificação à generalidade social" – entra em declínio a partir dos anos 1980, como resultado da perda de confiança dos cidadãos em seus dirigentes e do declínio das capacidades do Estado. Assim, a vontade geral passa a ser considerada já não só como expressão da maioria, mas também como plenamente democrática, desde que submetida a controles e validações. Três formas de legitimidade emergem: a legitimidade de imparcialidade, a legitimidade de reflexividade e a legitimidade de proximidade. A terceira mutação

[4] Rosanvallon cita o exemplo de um número temático da revista *Éléments* (no 177, abril-maio de 2019), intitulado "Les 36 familles du populisme". Segundo ele, tal exercício é o exato oposto de um trabalho de conceitualização e só faz mascarar uma incapacidade de apreender a essência das coisas (Rosanvallon, 2020).

está na democracia como forma de sociedade ameaçada pela explosão das desigualdades das últimas décadas do século 20. A quarta mutação, finalmente, foi o fortalecimento do poder executivo, a partir de meados do século 20 – processo que Rosanvallon chamou de "presidencialização das democracias".

Como, portanto, articular essas mutações da democracia contemporânea com o problema do populismo, e como a apreensão das primeiras contribui para a compreensão do segundo? O ponto de partida é a ideia de "indeterminação democrática" que, em Rosanvallon, se distingue tanto da concepção de Claude Lefort (1991) – que a associa à ideia do poder como lugar vazio e não passível de reapropriação –, quanto daquela de Hans Kelsen (2000) – que a associa a uma qualidade de ordem epistemológica traduzida num ceticismo filosófico. Rosanvallon a situa num plano mais funcional, ligado ao fato de o sujeito, o objeto e os procedimentos da democracia serem estruturalmente vinculados a tensões, ambiguidades, paradoxos e aporias que tornam sua definição problemática; consequentemente, essas também são fontes de múltiplas formas de desencanto (Rosanvallon, 2015a). O que Rosanvallon chamava de "patologias da democracia" pode ser apreendido como formas de redução da complexidade, de polarização ou esquecimento das tensões estruturantes de suas diferentes figuras. Como ele escreveu, "são patologias da realização ou da limitação apoiada na ilusão de uma simplificação" (Rosanvallon, 2013).[5]

Propomos, aqui, três pontos de articulação entre as mutações da democracia contemporânea e os populismos: o problema do "impolítico" e da consequente necessidade de um "trabalho do político"; a ideia de realização da vontade na democracia, o que remete à sua dimensão

[5] Da Revolução de 1789 ao século 20, Rosanvallon identificou algumas "patologias internas à democracia" analisadas em *La Démocratie inachevée* (2000): elas assumiram três formas no século 19 – a "democracia constitucional", a "cultura da insurreição" e uma concepção de "governo direto", encarnada por Napoleão III, duas no século 20 – os totalitarismos comunista e nazista – e uma no século 21– o populismo. Compreender a democracia, para Rosanvallon, é compreender o sistema que forma essa indeterminação e esse desencantamento. Esse, portanto, é um primeiro ponto a enfatizar: o populismo é mais um resultado perverso, entre outros, de uma tentativa de simplificação do ideal democrático.

reflexiva; e a atual "corrupção cognitiva" da esfera pública, o que remete à importância da linguagem e, especificamente, da noção de *parler vrai*, forjada por Rosanvallon em *Le Bon gouvernement*.

O problema do impolítico

Até a publicação de *Le Siècle du populisme*, o populismo não havia ocupado um lugar central nas reflexões rosanvallonianas sobre a democracia e suas perversões. Um curto capítulo lhe é dedicado em *La Contre-démocratie* (Rosanvallon, 2006), além de um artigo publicado em 2011 em *La Vie des idées*. Assim, a discussão que nos interessa em *La Contre-démocratie* vai além do problema específico do populismo, uma vez que este último é apenas uma das consequências de um problema mais amplo e profundo que Rosanvallon definiu como o "impolítico". Convém aprofundar esse ponto.

Esse conceito é definido por Rosanvallon (2006, p. 27-28) como "a falta de apreensão dos problemas ligados à organização de um mundo comum". Esse é o problema contemporâneo – não a passividade. Essa dissolução do político – ou seja, das expressões de pertencimento a um mundo comum – se manifesta de duas maneiras: por um lado, no aprofundamento da separação entre a sociedade civil e as instituições, e por outro, na constituição de uma "contrapolítica" que deprecia poderes em vez de procurar conquistá-los. Assim, num mesmo movimento, coloca-se o campo político em posição de exterioridade em relação à sociedade, deslegitimando o poder, e perde-se as qualidades essenciais do político através de um processo de perda de visibilidade e legibilidade do regime democrático. A era da democracia impolítica, que ora vivemos, deve ser entendida como um tipo de ação governamental cujas modalidades foram profundamente modificadas por um movimento simultâneo de crescimento da democracia sob uma forma essencialmente indireta e de declínio do político.

Esse é o pano de fundo tanto da ascensão de formas de participação contrademocráticas, quanto de seus desvios. A contrademocracia é todo um "emaranhado de práticas, de testes, de contrapoderes sociais informais, mas

igualmente de instituições, *destinadas a compensar a erosão da confiança através da organização da desconfiança*" (Rosanvallon, 2006, p. 11, grifos no original). Em *La Contre-démocratie*, o populismo é compreendido como uma patologia da democracia e, sobretudo, da contrademocracia. Como patologia da democracia eleitoral-representativa, ele está intrinsecamente ligado às tensões estruturantes da representação, fazendo referência à ideia de um povo sano e homogêneo que deve se opor ou se proteger daquilo que é exterior a ele. Não sendo esse fator suficiente para apreender as causas e exprimir as peculiaridades do fenômeno, o autor aprofunda, então, a análise, a partir da ideia de populismo como patologia da contrademocracia. Como patologia da vigilância, o populismo transforma a preocupação ativa e positiva de inspecionar a ação dos poderes, de submetê-los à crítica e à avaliação, em estigmatização compulsiva e permanente das autoridades governantes, a ponto de transformá-las em inimigas e exteriores à sociedade; como patologia do impedimento, ele se transforma numa visão negativa do político fechado em si mesmo; finalmente, como patologia do julgamento, ele é a "exacerbação destruidora da ideia do povo-juiz" (p. 275), em que a cena do tribunal se degrada e há um processo de criminalização ou de ridicularização do poder. O populismo como patologia da contrademocracia pode ser considerado uma forma de expressão política na qual o projeto democrático se deixa totalmente aspirar e sugar pela contrademocracia, transformando-se numa forma extrema da antipolítica (p. 276).

Se o próprio Rosanvallon reconheceu em *Le Siècle du populisme* que sua análise do populismo em *La Contre-démocratie* foi redutora, pois não se trata apenas de uma patologia da contrademocracia, o diagnóstico do impolítico como pano de fundo dos problemas da democracia contemporânea permanece um tema essencial da sua reflexão. Pensar o impolítico e suas possíveis soluções lança luz também sobre o problema do populismo. Essa resposta passa pelo que Rosanvallon (2006) chamou de um "trabalho do político", que consiste na atividade reflexiva e deliberativa através da qual se elaboram as regras de constituição de um mundo comum: determinação dos princípios de justiça; arbitragem entre situações e interesses de diferentes

grupos; modos de articulação entre o público e o privado. A solução – fazer frente ao impolítico – passa pela reconstrução da visão de um mundo comum, traduzido num "trabalho da sociedade sobre si mesma" (p. 312).

A dimensão reflexiva da democracia: desmultiplicação do povo e vontade política como construção histórica

As transformações na concepção da vontade geral oferecem um ângulo de análise privilegiado para abordar a questão da reflexividade e mensurar um dos principais contrapontos entre uma concepção de democracia "complexificada" e aquela "simplificada" da retórica populista – direta, polarizada e imediata. Esse é um dos pontos da crítica de Rosanvallon em *Le Siècle du populisme* que convém ampliar neste segmento. Como já mencionado, três novas formas de legitimidade democrática emergiram a partir dos anos 1980: a imparcialidade, a reflexividade e a proximidade.[6] A reflexividade pretende combater os perigos de uma democracia imediata, direta e polarizada, através da pluralização das modalidades de exercício e da temporalidade da soberania do povo. Condorcet é, nesse aspecto, uma referência fundamental. Recorrendo a ele, Rosanvallon afirma que a vontade geral resulta de um processo contínuo de interação entre o povo e os representantes e de uma construção histórica a partir da articulação de várias temporalidades. O "povo" da democracia, por sua vez, manifesta-se de diferentes formas, nenhuma podendo monopolizar o sujeito da democracia. Essas "formas do povo" são o povo-eleitoral, o

[6] A legitimidade de imparcialidade é característica das autoridades administrativas independentes. Estas reduzem o campo do poder executivo e administrativo, impactando a tradicional divisão dos poderes. Espera-se delas que sejam independentes com relação ao executivo, aos políticos em geral e aos *lobbies*, mas também que sejam coerentes. Elas devem atingir a generalidade de forma negativa, ou seja, não concedendo a ninguém vantagens ou privilégios e manifestando uma forma de desapego constitutiva do desinteresse. A legitimidade de proximidade se refere a uma nova expectativa dos cidadãos que estão cada vez mais sensíveis ao próprio comportamento dos governantes. Eles querem ser escutados, levados em consideração, expor seus pontos de vista; esperam que o poder esteja atento ao cotidiano das pessoas ordinárias. Além do mais, cada pessoa gostaria que a especificidade de sua situação fosse levada em conta e não apenas submetida a regras abstratas (Rosanvallon, 2008, p. 267). A palavra de ordem, nesse caso, é a "proximidade".

povo social e o povo-princípio. As principais instituições da reflexividade são as cortes constitucionais que encarnam o povo-princípio no tempo longo da memória coletiva e do direito. Trata-se de uma lógica que não é a do maior número.

Por outro lado, se deriva de uma interação de tipo institucional, a soberania do povo é igualmente uma construção histórica, na medida em que articula várias temporalidades: tempo curto do referendo; ritmo institucional das eleições; tempo longo da constituição (Rosanvallon, 2008). Em cada um dos casos, a expressão do povo instaura uma vontade que é, ao mesmo tempo, completada, vigiada e controlada pelos outros procedimentos. São diferentes expressões de si mesma que entram em jogo. Condorcet abre, dessa maneira, a via a uma profunda renovação da questão da separação dos poderes, não mais apreendido no modo tradicional de uma balança ou de uma divisão equilibrada das prerrogativas, mas concebido como uma condição do aprofundamento democrático, condição para dar consistência ao povo real que é sempre complexo e plural. O povo, para dizer de outra forma, é múltiplo e, por essa razão, nenhuma de suas manifestações pode resumi-lo e "representá-lo" satisfatoriamente.

O tempo, portanto, constrói a reflexividade; logo, constrói a vontade geral num movimento contínuo de reflexão. Como coloca Rosanvallon (2008, p. 210), querer conjuntamente não se limita a escolher ou decidir juntos, como numa eleição. Escolher e decidir pressupõem um antes e um depois. A vontade geral não é mais eficaz no referendo, ao contrário. Ela inscreve uma escolha momentânea, envolvendo pessoas e programas, na perspectiva mais ampla da realização de valores, na busca de objetivos mais gerais envolvendo uma forma de sociedade desejada. A vontade é a disposição complexa que liga esses diversos elementos e, por essa razão, é estruturalmente uma construção do tempo, fruto de uma experiência, expressão de uma projeção do ser. A vontade está, por definição, ligada à construção de uma narrativa, e não é, como coloca a retórica populista, a decisão a respeito de uma questão específica, colocada de forma dicotômica.

A batalha do parler vrai *contra a corrupção cognitiva*

O trabalho do político e a manifestação da vontade só se realizam através da linguagem. Esse é o terceiro aspecto que nos parece particularmente relevante para pensar a relação das mutações da democracia contemporânea com o populismo. Embora a importância da linguagem seja subjacente a todas as dimensões da reflexão propostas por Rosanvallon, ela recebe um tratamento especial em *Le Bon Gouvernement*, através da noção de *parler vrai*. O caráter incontornável da linguagem em sua teoria é claramente enunciado quando ele afirma que "governar é falar" (Rosanvallon, 2015b, p. 327). Segundo ele, os políticos falam para se explicar, mas também para apontar uma direção, desenhar um horizonte e prestar contas de suas ações. Uma política democrática implica tornar a vida das pessoas e a ação pública inteligíveis através da linguagem. É o *parler vrai* que faz aumentar o controle dos cidadãos sobre sua existência e lhes permite estabelecer uma relação positiva com a vida política. Em contrapartida, a ausência do *parler vrai* significa distanciamento dos cidadãos das questões envolvendo a coletividade. Portanto, a linguagem política é crucial para o estabelecimento de um elo de confiança.

O *parler vrai* não possui uma definição simples, existindo apenas na forma de um trabalho permanente de reflexão crítica sobre a linguagem política, trabalho esse que é uma das dimensões vitais da atividade democrática. Ele é, nas palavras de Rosanvallon (2015b, p. 342), "uma forma radical de implicação na comunidade, o elo entre uma existência pessoal e um destino coletivo". O *parler faux*, em contrapartida, tem um efeito destruidor da vida democrática. Pois, se, por um lado, a linguagem tem o poder de dar sentido às coisas e desenhar um horizonte, ela também tem uma função de sedução e dissimulação, além do poder de criar um mundo artificial que bane a possibilidade de uma interrogação sobre a condução das coisas públicas. Portanto, a mesma linguagem criadora de elos de confiança, vetor de intercompreensão e meio de exploração da realidade, cria as condições do autoritarismo. Os regimes totalitários o

demonstraram perfeitamente. Não foi só através do terror que esses regimes puderam criar um mundo fictício; foi também através da linguagem, criadora do universo fictício e coerente da ideologia.

Rosanvallon (2015b) identifica três batalhas a serem travadas em prol do *parler vrai*. A primeira é contra a mentira pura e simples. Trata-se de caçar as mentiras, imprecisões, alterações semânticas.[7] É preciso desconstruir as mentiras por todos os meios possíveis, para não mais deixar o mundo político impor sua linguagem sem ser contestado. A segunda batalha deve ser uma crítica do "monólogo", um tipo de linguagem que não permite a troca de argumentos, pois não se arrisca, nunca é testada, permanece protegida atrás da "fortaleza" de suas puras afirmações. A consequência desse tipo de linguagem é a manutenção dos cidadãos na posição de espectadores passivos. Finalmente, a terceira batalha é contra o que Rosanvallon chama de "linguagem das intenções". Relativamente nova, ela faz referência à ideia de impotência do político com relação às potências impessoais, notadamente do mercado. Essa linguagem restaura o sentimento de domínio da ordem moral sobre as coisas, cortada da ação política, ligando-se à percepção de um mundo governado por intenções das quais procederiam as realidades. Nesse sentido, mudar o mundo consistiria em impor outras intenções das quais poderia sair um novo mundo. Essa linguagem não tem vínculo com as realidades, liga-se estruturalmente a uma aversão aos compromissos e arranjos práticos, pois o mundo das intenções é o mundo dicotômico do bem contra o mal.

As considerações em torno do impolítico, da reflexividade e da linguagem possibilitam ampliar a compreensão da teoria do populismo de Rosanvallon. Nesse sentido, a leitura de *Le Siècle du populisme* é indissociável da sua teoria das mutações da democracia contemporânea. Esses pontos de articulação, que buscamos operacionalizar, revelam que, para além da construção de um ideal-tipo do populismo, da identificação da sua

[7] Rosanvallon (2015b) exemplifica essas alterações semânticas a partir de um texto de George Orwell intitulado "La politique et la langue anglaise", no qual ele nota como, em países totalitários, execuções sumárias passaram a ser chamadas de "eliminação de suspeitos" ou deslocamentos massivos de população reduzidos a "retificação de fronteiras".

emergência em distintos períodos históricos e da crítica passível de lhe ser dirigida, o populismo é uma forma de democracia-limite própria de uma era ameaçada pelo problema do impolítico e da exacerbação das formas contrademocráticas, de uma concepção reducionista da vontade geral e de um processo crescente de corrupção cognitiva do debate público. São, fundamentalmente, esses aspectos que permitiram a emergência de uma concepção de democracia "direta, polarizada e imediata", sedutora para vários setores da sociedade. O problema é que essa concepção de democracia não resolve os problemas que os líderes populistas prometem solucionar. Ao contrário, aprofunda-os abrindo a via para uma democratura e, em última instância, para um regime abertamente autoritário. Limitar o estudo da teoria do populismo de Rosanvallon a uma abordagem puramente internalista – ainda que seja uma abordagem internalista ampliada às suas outras obras –, não oferece senão uma visão parcial do objeto em análise. Por isso, é fundamental cotejar sua teoria com outros estudos, particularmente aqueles que tomaram a defesa teórica do populismo.

Rosanvallon e o debate contemporâneo sobre o populismo

A literatura sobre o populismo tem recebido contribuições crescentes no debate sobre a crise política contemporânea. Contudo, apesar do volume crescente de textos, a bibliografia está longe de encontrar consenso sobre o que é o populismo, como este se diferencia de outros tipos de movimentos políticos e, mesmo, se sequer existe como fenômeno distinguível e conceito eficiente.[8] Já na célebre coletânea de artigos sobre o tema do populismo organizada por Ghita Ionescu e Ernst Gellner, no final dos anos 60, os autores insistem na importância do conceito, ao mesmo tempo em que reconhecem sua natureza elusiva: "não é possível, no presente, duvidar da importância

[8] Dado que a finalidade do artigo é a interpretação da concepção de populismo de Rosanvallon à luz do debate contemporâneo, deixaremos de lado a discussão sobre as variações históricas do populismo, tanto no caso russo, em que a palavra "populismo" encontra sua origem, quanto o desenvolvimento do populismo agrário norte-americano e, sobretudo, a longa e complexa discussão sobre o populismo na América Latina. Para fontes sobre esse debate, ver, respectivamente: Berlin (1968), Kazin (1995) e Ferreira (2001).

do populismo. Mas ninguém sabe com clareza exatamente o que ele é", e completam, adiante, afirmando que "ele aparece por toda parte, mas em várias formas contraditórias. Teria ele uma unidade, ou seria apenas um nome que cobre tendências desconectadas?" (Ionescu; Gellner, 1969, p. I).

A diversidade de abordagens responde, evidentemente, a perspectivas teóricas consideravelmente distintas: encontramos na literatura interpretações históricas que ressaltam as continuidades ideológicas entre os populismos do pós-guerra e o fascismo (Finchelstein, 2017), a relação do populismo como crise da representação liberal (Taggart, 2004; Urbinati, 2019), o populismo como manifestação de uma ação política que visa substituir o regime democrático por uma "democracia iliberal" (Müller, 2016), o populismo como um estilo de *performance* política (Moffit, 2016) ou ainda os estudos empíricos que buscam compreender aspectos específicos do fenômeno, como as características geracionais do voto nas lideranças populistas (Norris; Inglehart, 2019). Caberia, portanto, perguntar-nos que contribuição para a literatura sobre o populismo a obra de Rosanvallon oferece e como sua abordagem teórica se aproxima ou afasta das principais interpretações da literatura. Como procuramos demonstrar até aqui, a interpretação rosanvalloniana do populismo é inseparável de sua teoria da indeterminação democrática e do diagnóstico do populismo como sinal de um "fechamento" do horizonte democrático. Nesse sentido, buscaremos, em primeiro lugar, mostrar como a interpretação de Rosanvallon se distingue no âmbito da relação entre populismo e representação, com especial atenção para sua comparação com Nadia Urbinati, reconhecidamente uma leitora crítica de seus trabalhos anteriores. Em segundo lugar, buscaremos contrastar a abordagem de Rosanvallon com uma das principais elaborações teóricas objeto de crítica em seu livro sobre o populismo, aquela de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Populismo e representação política

Desde a coletânea de Ionescu e Gellner, de 1969, passando pelas contribuições de Margaret Canovan (1981, 1999, 2002), algumas das interpretações mais influentes do populismo interpretam-no como uma

síndrome da pretensa ambiguidade democrática fundamental: o paradoxo entre a ideia de soberania do povo e as práticas institucionais ou "pragmáticas" da democracia (Canovan, 1999) e sua natureza limitadora das demandas populares. Não muito longe dessa interpretação, os trabalhos de Cass Mudde e Kaltwasser (2012, 2017) definiriam o populismo como uma "ideologia esvaziada" (*thin-centered ideology*), identificada pela reivindicação de uma vinculação ao povo em oposição ao *establishment* político. Essa "ideologia esvaziada" não existiria sozinha, mas se manifestaria no interior de outras ideologias "cheias" – o socialismo, o nacionalismo ou mesmo o liberalismo. O populismo, para eles, contrapor-se-ia a outros dois fundamentos das democracias: o pluralismo e o elitismo (Mudde; Kaltwasser, 2017).

As críticas a tais abordagens estão centradas, sobretudo, em seus problemas de operacionalização analítica. Haveria, na suposição de uma ideologia populista, poucos elementos capazes de diferenciá-la de outras características ideológicas já presentes em ideologias políticas bem definidas (o socialismo, o nacionalismo de extrema-direita, o neoliberalismo etc.). Como nota Benjamin Moffit (2016, p. 19), "uma ideologia esvaziada pode se tornar tão vazia que perde sua validade e utilidade conceitual".

Mantendo-se dentro da crítica à imprecisão do conceito de populismo como ideologia, mas buscando, ainda assim, entendê-lo a partir de suas interações com o elitismo e o pluralismo democrático, Nadia Urbinati desenvolve uma tentativa de interpretar o populismo a partir de uma teoria da representação democrática. Segundo ela,

> podemos dizer que vemos as coisas melhor se pararmos de nos engajar em debates sobre o que o populismo é – se ele é uma "ideologia esvaziada", uma mentalidade, uma estratégia ou um estilo – e voltarmo-nos para analisar o que o populismo faz: em particular, perguntarmo-nos sobre como ele muda ou reconfigura os procedimentos e instituições da democracia representativa (Urbinati, 2019, p. 7).

Tratar-se-ia, assim, menos de remeter ao populismo como uma das expressões do fundamento da democracia, a busca por modos de expressão da soberania e da vontade popular, e sim de interpretá-lo como parte

da dinâmica de competição e circulação de elites políticas do regime representativo. Urbinati (2019) propõe, de partida, afastar a "mitologia" do paradoxo ontológico da democracia – e, portanto, do populismo como expressão do polo propriamente democrático da ontologia dualista – e assumir que a compreensão do populismo deve partir de uma interpretação de seus efeitos na prática da democracia representativa, que não pode ser compreendida fora de sua relação com valores liberais e republicanos como as garantias individuais e os exercícios da representação, e dos mecanismos institucionais de exercício do poder. Trata-se de entender que tipo de reivindicação por mudança institucional o populismo opera na prática e, sobretudo, suas consequências para as instituições democráticas fundamentais como o pluralismo, a competição política, o funcionamento de mecanismos contramajoritários etc.

O ponto de partida da crítica de Urbinati à literatura sobre o populismo e de sua proposta interpretativa e teórica parece-nos, a princípio, aproximar-se do que procuramos demonstrar até aqui a respeito da teoria de Rosanvallon: o que ambos os autores propõem demonstrar é que o populismo reivindicaria a representação como um modo de "confirmação" que anula a complexidade da democracia, já que o exercício do poder resultante da representação não está mais relacionado à sua adequação a normas sociais objetivas – que pressupõem o exercício do povo-soberano como povo institucionalizado pelo Estado de direito –, mas a uma suposta resposta direta ao soberano e à possibilidade de interpretar e encarnar sua vontade. Em termos práticos, essa distinção remete ao problema colocado inicialmente pelo populismo como um fenômeno de natureza antipluralista: se a competição política por representação é que gera o pluralismo democrático, a pressuposição de uma democracia que pudesse prescindir do pluralismo abriria espaço para a construção de uma "democracia autoritária, imediata e polarizada, que chamaríamos hoje em dia de 'democracia iliberal'" (Rosanvallon, 2020, p. 18).

Contudo, é preciso ressaltar uma diferença fundamental entre as interpretações de Rosanvallon e Urbinati sobre o populismo, a qual, em verdade, revela disjuntivas de longo prazo entre os dois autores. A análise

de Urbinati é construída no sentido de demonstrar que o populismo é, sobretudo, uma forma de transformar a democracia, e não de substituí-la por um regime autoritário; essa é a principal diferença que a autora percebe entre o populismo e o fascismo, dado que este último seria inseparável do objetivo de construir uma "tirania". Contudo, a necessidade de distinguir o populismo de outras formas abertamente autoritárias parece-nos ter levado a autora a confundir, na mesma categoria de "populismo", formas potencialmente antidemocráticas de mobilização política com formas de reivindicação por modos alternativos de participação.

Urbinati afirma que "deveríamos falar de uma transformação populista da democracia – ou, ainda melhor, uma transformação na forma como a democracia representativa está se preparando para entrar na era da soberania de audiência" (Urbinati, 2019, p. 176). E, para demonstrar essa transformação populista no interior das democracias representativas, ela ilustra o argumento com os casos do *Podemos* na Espanha e do *Movimento 5 Stelle* na Itália como exemplos de reivindicação de formas de "poder popular direto" e "democracia participativa" como alternativa de combate ao poder das elites que parasitam o sistema político-partidário tradicional. Para ela, ambos os partidos seriam os "mais expressivos e espetaculares casos de ascensão populista que desafiaram os partidos *mainstream* em anos recentes" (p. 181). Ora, se é verdade que esses partidos obtiveram crescimento eleitoral expressivo a partir da crítica ao *establishment* político e reivindicando novas formas de participação e de controle sobre a representação, o fato de ambos terem formado gabinetes com o *establishment* de centro-esquerda em anos recentes mostra que não há distinção eficiente entre chamá-los de populistas ou encará-los como manifestação de novas formas de conflito e transformação do quadro partidário nos sistemas democráticos. Ao fim, Urbinati qualifica de populista qualquer tipo de reivindicação por novas formas de participação, de deliberação e de crítica ao sistema partidário estabelecido, não as diferenciando de exemplos que colocam as estruturas da democracia representativa e o Estado de direito em risco, como o processo de regressão

democrática do caso húngaro, que se encaixaria perfeitamente "no seu conceito de populismo como transição de movimento para regime" (Cassimiro, 2021, p. 41).

Esse problema na análise de Urbinati remete às próprias críticas endereçadas a Rosanvallon, em seu livro *Democracy desfigured* (Urbinati, 2014), onde a autora argumenta que haveria, na teoria política contemporânea, uma tendência a desafiar as definições procedimentais da democracia no sentido de atribuir a certas instituições conteúdos substantivos que não seriam, necessariamente, resultado dos procedimentos eleitorais. No caso de Rosanvallon, Urbinati reconhece essa "desfiguração" da democracia em sua defesa do lócus institucional em que se desenvolveriam instrumentos de "imparcialidade e reflexividade", em especial o judiciário e as autoridades independentes. A crítica de Urbinati revela, em muitos sentidos, o problema teórico de fundo que distingue ambos os autores: para ela, a centralidade de certa concepção minimalista de democracia, que ela chama de procedimentalista em seu livro de 2014, dota sua concepção de democracia de um conteúdo bem determinado e consideravelmente afastado da ideia de "indeterminação" rosanvalloniana: a democracia pode não ser dotada de um conteúdo "perfeccionista", mas ela é algo bem definido para Urbinati, "um método para regular a distribuição de governo entre os cidadãos" (2014, p. 234). É justamente por essa razão que fenômenos políticos tão distintos como o de Viktor Orbán, Trump ou o *Podemos* podem ser incluídos por ela numa única categoria chamada "populismo": em todos os casos, trata-se de um tipo de política que procura se exercer para além da execução dos mecanismos procedimentais do "jogo democrático", "desfigurando-os". Contudo, como apontamos, essa indistinção não nos permite entender se essa desfiguração carrega ou não consigo uma normatividade autoritária.

Essa tentativa de se refugiar na defesa dos procedimentos é justamente o que a teoria da indeterminação democrática de Rosanvallon procura superar, ao se afastar da teoria do "paradoxo" democrático ou da ideia das potencialidades emancipatórias do populismo. Como já demonstramos, para

Rosanvallon, o populismo é uma "forma limite do projeto democrático", ao lado, contudo, de duas outras: as democracias minimalistas e as democracias essencialistas. A ideia schumpeteriana de democracia (criticada por Urbinati, mas que ainda assim guarda afinidades com sua defesa do procedimentalismo contra as formas perfeccionistas de democracia) não é, para Rosanvallon, senão uma das manifestações possíveis da indeterminação democrática, na medida em que revela a dimensão institucional associada ao método de seleção das elites políticas, sem, contudo, esgotar ou concluir as possibilidades da democracia. Se é evidente que, para Rosanvallon (2020, p. 151), o poder não pode "tomar forma senão de modo mediatizado e instrumentalizado pelos procedimentos representativos", não se pode esquecer que "a democracia não designa só um tipo de regime, mas qualifica também uma forma de sociedade" (p. 158). É justamente o conflito entre as promessas não exercidas pela institucionalidade democrática tal como ela existe e sua tensão com as promessas de realização da "sociedade dos iguais", no âmbito da democracia como forma de sociedade, que alimentam processos sintomáticos do "desencantamento democrático contemporâneo" (p. 19). É, pois, essa ambiguidade, criada pela definição de populista aplicável a processos políticos consideravelmente diferentes – do *Podemos* a Viktor Orbán –, que Rosanvallon parece superar ao propor a ideia de "formas limites" da democracia. Em verdade, poderíamos dizer que a originalidade de sua teoria está menos em uma "nova definição" de populismo do que na compreensão teórica do populismo no interior dessas formas limites. Tais horizontes redutores da complexidade democrática, Rosanvallon observa tanto na defesa minimalista da democracia liberal quanto na apologia normativa das potencialidades democratizantes do populismo, como procuraremos discutir a seguir.

As limitações do "momento populista"

Entre os teóricos que avaliam os potenciais positivos do populismo, quem desenvolveu um argumento mais elaborado, e com consequências normativas para a ação política, foi o filósofo argentino Ernesto Laclau, cuja

obra foi desenvolvida em conjunto e, após a sua morte, desdobrada – não sem diferenças – nos argumentos de Chantal Mouffe. Sua perspectiva, que poderíamos chamar aqui de "ontológica", apontaria para o populismo como a manifestação de um tipo de conflito antagônico constitutivo do "político": a capacidade de estabelecer diferenças entre o dentro e o fora, entre o "nós" e os "outros". O populismo seria o ato de superar a ideia da política como um "conjunto puramente diferencial" de demandas, identificada pela democracia liberal, em favor de um tipo de identidade capaz de congregar demandas subalternas num conceito de totalidade diferencial, reconstruindo a política como um conflito antagônico (Laclau, 2005). Laclau se fasta dos esforços de catalogação das variedades de populismo, dado que, para ele, o fenômeno não pode ser apreendido pela síntese de suas manifestações históricas, tentativa que ofereceria, no máximo, "um mapa da dispersão linguística" (Laclau, 2005, p. 7) do fenômeno populista. Nesse sentido, a natureza elusiva do populismo não seria uma falha conceitual, mas antes uma consequência da realidade social à qual ele remete: o populismo, antes do que uma operação ideológica e política, é um ato performativo capaz de construir identidades em torno de demandas políticas específicas.

A publicação de *Le Siècle du populisme* recebeu atenção imediata do debate intelectual sobre o populismo e a crise da democracia. Uma das reações críticas ao trabalho, um artigo de Chantal Mouffe publicado no *Le Monde Diplomatique* (2020) e intitulado "Ce que Pierre Rosanvallon ne comprend pas" permite explorar algumas das implicações da interpretação de Rosanvallon em comparação com as teorias que reivindicam o populismo como horizonte normativo da ação política. Em sua crítica, Mouffe afirma que a leitura de Rosanvallon sobre seus próprios trabalhos e os de Laclau retomaria o "lugar comum" de definir o populismo como uma contraposição entre "povo puro" e "elites corruptas", por não entender que a variedade dos populismos responderia a estratégias específicas de "construção da fronteira política estabelecida com base em uma oposição entre as camadas inferiores e as superiores, os dominantes e os dominados" (Mouffe, 2020), tentando reduzir o fenômeno a uma definição ideológica unívoca. Esse ponto estrutura

a concepção de populismo de Laclau (2005) como *performance* do conflito político, pois para o autor o populismo utiliza a categoria "povo" como um significante vazio que permite estabelecer uma cadeia de equivalências entre demandas aparentemente desagregadas de parcelas subalternas da população. Essa cadeia, fundada em uma lógica da identidade, constrói a fronteira entre o povo e seu "outro", as elites, estabelecendo a dicotomia necessária para a reconstrução do conflito político fundamental, oculto sob a máscara da "totalidade diferencial" representada pela democracia liberal.

Contudo, diferentemente de Laclau, que identifica democracia liberal com democracia burguesa e, portanto, reivindica a ação populista visando construir um outro projeto emancipatório, o projeto populista de Mouffe opera como uma "radicalização da democracia liberal", consistindo justamente em reafirmar a "natureza partidária da política" (Mouffe, 2018, p. 10). O momento atual, que a autora define como sendo o "momento populista", é uma possibilidade de "retorno ao político"; contudo, vale lembrar, esse retorno não necessariamente tem um conteúdo essencialmente democrático, mas pode, também, conduzir a alternativas autoritárias; por isso, o conflito político fundamental do mundo contemporâneo é definido por ela como uma disputa entre um populismo de esquerda e um populismo de direita, possibilitado pelo "interregno" resultante da crise da hegemonia neoliberal. Nesse sentido, o encontro entre populismo e agonismo aparece nos trabalhos mais recentes de Mouffe como resultado de uma radicalização possível do imaginário político das democracias modernas: "inscrever a estratégia populista na tradição democrática é, em minha visão, o movimento decisivo, pois ele estabelece uma conexão com os valores políticos centrais para as aspirações populares" (Mouffe, 2018, p. 26). Ora, a ação populista não será, portanto, uma reconstrução do zero de um significante vazio, mas a reconexão com os "valores políticos" do projeto democrático representado, entre outras experiências, pela Declaração dos Direitos do Homem.

A crítica agonista, no limite, pressupõe uma inscrição distinta no projeto emancipatório da democracia ou, nas palavras de Mouffe (2018,

p. 25), "a radicalização dos princípios ético-políticos do regime liberal-democrático". É essa dimensão do vínculo entre o construtivismo da estratégia populista e a radicalização do ideal emancipatório da democracia que Mouffe acusa Rosanvallon de não ter compreendido, mantendo-se vinculado a uma concepção consensual de democracia, "uma versão sofisticada da doutrina dominante dos partidos socialdemocratas sob a hegemonia neoliberal" (Mouffe, 2020), para a qual o "déficit democrático" contemporâneo poderia ser resolvido através de um sistema político capaz de dar espaço à diversidade das demandas individuais numa sociedade em que as classes sociais e suas consequências para as identidades de esquerda e direita perderam pertinência.

Ora, sem abordarmos aqui o juízo de Mouffe sobre as implicações normativas da teoria democrática de Rosanvallon, acreditamos ser possível observar que a leitura deste, antes de se equivocar quanto ao estatuto teórico do "momento populista" da esquerda, toma-o como um exemplo teoricamente preciso do populismo como manifestação de uma das aporias estruturantes da democracia, que aponta não para uma realização das "promessas" da democracia, mas antes para sua limitação em um horizonte democrático restrito. Retomemos os trabalhos de Laclau para desenvolver essa questão.

Laclau procura formular uma distinção entre o potencial emancipatório do populismo e sua possível manifestação em um significante vazio cuja natureza seja limitadora, ou mesmo regressiva em termos de conquistas democráticas. Dado que a identidade do povo necessita da superação dos aspectos puramente diferenciais da institucionalidade democrático-burguesa, deve ser afastado, por princípio, o apelo a quaisquer aspectos de mediação institucional como modo de limitar a possível conversão antidemocrática da representação populista. A saída para escapar da possibilidade de que o populismo se manifeste em formas antidemocráticas está em reivindicar uma identidade entre universalismo e emancipação, que estaria, portanto, ausente em formas autoritárias de populismo. "A plebe, cujas demandas parciais estão inscritas num horizonte de totalidade – uma sociedade

justa que existe apenas idealmente – pode aspirar a constituir *o povo verdadeiramente universal* que a situação atual nega" (Laclau, 2005, p. 94). É através de uma aposta no horizonte normativo de uma identidade entre demandas da plebe e seu conteúdo universal – articulados em uma ação política populista de conteúdo emancipatório – que Laclau diferencia o populismo como potencial emancipatório de sua perversão autoritária (Cassimiro, 2021, p. 21).[9]

O argumento de Laclau está fundado na defesa da democracia como exercício de uma ação política emancipatória (cuja manifestação é o populismo) e na recusa das formas institucionais, do direito e da representação, que caracterizam os modos de mediação da democracia liberal. Essa recusa está baseada em uma distinção feita por Mouffe entre a democracia como uma forma de governo baseada no princípio da soberania do povo e a estrutura institucional liberal através da qual a democracia é exercida (Laclau, 2005). Para Mouffe, a democracia moderna é resultado da conjunção circunstancial de duas tradições: a reivindicação liberal da *rule of law*, "a defesa dos direitos humanos e o respeito pela liberdade individual", e a tradição democrática baseada nas ideias de "igualdade e de soberania popular". "Não há uma relação necessária entre essas duas tradições, mas apenas uma articulação histórica contingente" (Mouffe, 2000, p. 3) que, em última instância, se expressaria através de um paradoxo, como ela pretende demonstrar em seu livro *The democratic paradox* (2000).

A princípio, essa interpretação parece ir ao encontro da ideia de indeterminação democrática, que pressuporia a democracia como campo de disputas pelas representações fundamentais que organizam a vida política, negando definições puramente procedimentais da democracia ou sua limitação em uma forma institucional final. Contudo, as interpretações do populismo como ontologia do político estão longe da ideia de indeterminação democrática, que tem como origem a reflexão de Claude Lefort e que Rosanvallon pretende desenvolver e amplificar. Para Laclau,

[9] Para mais sobre a relação entre populismo, universalismo e a questão das classes sociais, ver Butler *et al*. (2000).

por exemplo, a teoria de Lefort não daria conta da compreensão da dimensão performática da construção dos sujeitos populares e democráticos, justamente porque "ela estaria concentrada apenas nos *regimes* liberal-democráticos" (Laclau, 2005, p. 166).

O problema dessa crítica, no entanto, é que ela tem origem em uma leitura muito parcial da obra de Lefort: para este, a centralidade dos direitos humanos e das liberdades individuais não se confunde com uma defesa do liberalismo, mas parte, antes, do reconhecimento de que a concepção moderna de democracia pressupõe uma relação entre a ideia de um "lugar vazio do poder" e a "nova constituição simbólica do social".[10] Essa nova constituição simbólica do social está marcada justamente pelo fato de que é através das formas políticas – o direito, as liberdades, a publicidade, os modos de representação – que a experiência política democrática se manifestou na modernidade. Nesse sentido, Lefort (1991, p.34) não recusa a crítica de que as instituições liberal-democráticas foram também formas de "limitar a uma minoria os meios de acesso ao poder, ao conhecimento e ao gozo de direitos", mas recusa, sim, a redução da esfera das mediações formais – os direitos humanos, sobretudo – como puras manifestações da alienação (p. 33). É esse argumento lefortiano que Rosanvallon busca desdobrar, ao apontar que o populismo é um modo específico de resolução da indeterminação fundamental que caracteriza a experiência democrática, a partir da absorção da democracia por apenas uma das dimensões que a constitui, cujo exemplo maior está justamente em uma concepção unívoca e totalizante de representação: "o imperativo da representação é cumprido com o mecanismo de identificação do líder (...) ao mesmo tempo em que a visão da sociedade remete a uma dicotomia elementar" (Rosanvallon, 2020, p. 165). É justamente a crítica dessa "concepção restrita do político" que pressupõe a vinculação da legitimidade democrática a apenas uma das manifestações da sua indeterminação, que Rosanvallon pretende operar em seu trabalho.

[10] Como mostra Mark Ingram (2006), as interpretações da obra de Lefort costumam pender ora para ressaltar as afinidades com o liberalismo e ora por afirmar sua vinculação a uma ideia de democracia radical.

> O problema dessa dimensão da mediação das formas institucionais e do direito na teoria populista é que ela não está pressuposta como parte inextrincável da experiência democrática moderna, mas como resultado do aporte liberal à democracia, ao fim um elemento alienígena à "essência" democrática, a identidade ontológica entre poder e povo. O problema da dimensão da mediação para Laclau, é que ela permanece sendo uma "totalidade diferencial/institucional" (Laclau, 2005, p. 77), e a necessidade de sua superação por meio da mobilização populista obedeceria à fidelidade a uma ontologia do político que pressupõe uma polaridade sem mediações (Cassimiro, 2021, p. 23).

Essa equação é, no limite, uma aposta em uma forma unívoca de representação: como mostra Rosanvallon, mesmo que a teoria de Laclau pretenda preservar uma ideia de pluralismo no interior das identidades subalternas, a construção da identidade coletiva pressupõe a "articulação vertical em torno de um significante hegemônico que, na maioria dos casos, tem o nome de líder" (Laclau *apud* Rosanvallon, 2020, p. 51).[11]

É justamente sobre as implicações desse tipo de teoria política, expressas na ideia da democracia como um paradoxo, que Rosanvallon (2020, p.19) está chamando a atenção ao apontar o populismo como uma "forma limite do projeto democrático". Sua proposta de "complicar a democracia" não é senão uma manifestação normativa de sua concepção da democracia como uma forma inacabada que, ao mesmo tempo, se expressa nas suas diversas dimensões – majoritárias, cidadã, contrademocráticas etc. –, conforme procuramos demonstrar na primeira parte deste artigo. No limite, o argumento de Laclau e Mouffe aponta para a continuidade daquilo que é a essência da crítica rosanvalloniana ao populismo como "forma limite" da representação democrática: se, para o populismo, o político deve ser entendido como manifestação da representação como unidade (construída

[11] Um desafio teórico importante é investigar as afinidades entre o argumento de Laclau e Mouffe e do ideólogo de extrema-direita francês Alain de Benoist. Não só Rosanvallon chama a atenção para as convergências, apontando, por exemplo, as afinidades de Mouffe e Benoist com Carl Schmitt, como essas são reconhecidas pelo próprio Benoist em seus trabalhos (ver a nota 2 em Rosanvallon, 2019, p. 31). As convergências teóricas – que, vale dizer, não ocultam as profundas discordâncias políticas – também podem ser testemunhadas no debate de televisão entre Mouffe e de Benoist, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9E_9c8B1cPg.

a partir da integração de identidades subalternas, como quer o populismo de esquerda, ou da revelação da autenticidade nacional de um povo, como quer o populismo de direita), essa concepção do político está em flagrante contradição com a ideia de democracia como pluralidade complexa de temporalidades, modos de representação e formalizações institucionais passíveis da expansão e transformação.

Considerações finais: a alternativa

Rosanvallon nunca se furtou a participar do debate público e a propor soluções para os problemas da *cité*. Ele encerra *Le Siècle du populisme* com o esboço de uma alternativa que, inclusive, já estava delineada em trabalhos anteriores, especialmente em *Le Bon gouvernement* – alternativa que toma o contrapé das "democracias-limite". Ou seja, a solução não é simplificar a democracia, superar suas aporias estruturantes ou acabar com suas indeterminações. O que ele sugere, ao contrário, é complicá-la. Começando com a ideia de "povo" considerando-o em suas múltiplas dimensões – eleitoral, social, princípio – para que ninguém possa "possuí-lo" ou falar em seu nome, pois "o povo" só existe em formas de manifestação parciais. Além desse processo de "desmultiplicação" do povo, Rosanvallon insiste na necessidade não apenas de um regime democrático e de uma sociedade democrática, mas também de uma ação democrática. Faz-se necessário, para isso, passar do que ele chama de uma "democracia de autorização" para uma "democracia como exercício". Esta última deve manter uma relação entre governantes e governados regida pelos princípios da legibilidade, da responsabilidade e da reatividade. Seus governantes, por sua vez, devem ter as qualidades da integridade e do *parler vrai*. Se juntamos as duas dimensões da democracia de exercício, temos na legibilidade, na responsabilidade, na reatividade, no *parler vrai* e na integridade os seus pilares. Seu fortalecimento, através de instituições adequadas, é o caminho para um bom governo democrático.

Agradecimentos
O autor Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financiou, por meio de seu programa de Pós-Doutorado (processo nº 2019/09549-1) a execução da pesquisa apresentada neste artigo.

Diogo Cunha é Doutor em História e Professor do departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
✉ diogo.accunha@ufpe.br

Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro é Doutor em Ciência Política e Professor do departamento de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
✉ phpcassimiro@gmail.com

Referências

1. AL-MATARY, Sarah; GUÉNARD, Florent (ed.). *La Démocratie à l'œuvre*. Autour de Pierre Rosanvallon. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

2. BERLIN, Isaiah. To define Populism. *Government and Opposition*, v. 3, n. 2, p. 127-79, 1968.

3. BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slajov. *Contingency, hegemony, universality*: contemporary dialogues on the left. Londres: Verso, 2000.

4. CANOVAN, Margaret. Taking politics to the people: populism as the ideology of democracy. *In:* MÉNY, Yves; SUREL, Yves (ed.). *Democracies and the populist challenge*. Nova York: Palgrave, 2002.

5. CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, v. XLVII, p. 2-16, 1999.

6. CANOVAN, Margaret. *Populism*. Nova York: Harcourt Brace Janovitz, 1981.

7. CASSIMIRO, Paulo H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 35, p. 1-52, 2021. https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084

8. DIEHL, Paula. Political Theory through History. Pierre Rosanvallon's concepts of representation and the people and their importance for understanding populism. *In:* FLÜGEL-MARTINSEN, O. *et al*. (ed.). *Pierre Rosanvallon's political thought*. Interdisciplinary approaches. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. p. 39-60.

9. FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

10. FINCHELSTEIN, Federico. *From fascism to populism in History*. Berkeley: University of California Press, 2017.

11. FLÜGEL-MARTINSEN, Olivier; MARTISEN, Franziska; SAWYER, Stephen W.; SCHULZ, Daniel (ed). *Pierre Rosanvallon's political thought*. Interdisciplinary approaches. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019.

12. HOLLENDUNG, Anna. Governing democratically. A reconceptualization of the executive based on Pierre Rosanvallon. *In:* FLÜGEL-MARTINSEN, O. *et al*. (ed). Pierre Rosanvallon's political thought. Interdisciplinary approaches. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. p. 199-215.

13. INGRAM, James. The politics of Claude Lefort's political: between liberalism and radical democracy. *Thesis Eleven*, v. 87, n. 1, p. 33-50, 2006. https://doi.org/10.1177/0725513606068774

14. IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (ed.). *Populism*. Its meanings and national characteristics. Nova York: Macmillan, 1969.

15. KAZIN, Michael. *The Populist persuasion*: an American History. Nova York: Basic Books, 1995.

16. KELSEN, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

17. LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. Londres: Verso, 2005.

18. LEFORT, Claude. *Pensando o político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

19. MOFFIT, Benjamin. *The global rise of Populism*: performance, political style and representation. Stanford: Stanford University Press, 2016.

20. MOUFFE, Chantal. Ce que Pierre Rosanvallon ne comprend pas. *Le Monde Diplomatique*, maio 2020, p. 3. https://www.monde-diplomatique.fr/2020/05/MOUFFE/61778.

21. MOUFFE, Chantal. *For a Left Populism*. Londres: Verso, 2018.

22. MOUFFE, Chantal. *Agonistics*: thinking the world politically. Londres: Verso, 2013.

23. MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. Londres: Verso, 2000.

24. MUDDE, Cass; KALTWASSER, Cristóbal R. *Populism*. A very short introduction. Nova York: Oxford University Press, 2017.

25. MUDDE, Cass; KALTWASSER, Cristóbal R. (ed.). *Populism in Europe and the Americas*: threat or corrective for democracy? Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

26. MÜLLER, Jan-Werner. *What is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

27. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash*: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian-populism. Nova York: Cambridge University Press, 2019.

28. ROSANVALLON, Pierre. *Le siècle du populisme*. Histoire, théorie, critique. Paris: Seuil, 2020.

29. ROSANVALLON, Pierre. Bref retour sur mon travail. *In:* AL-MATARY, S.; GUÉNARD, F. (ed.). *La Démocratie à l'œuvre*. Autour de Pierre Rosanvallon. Paris: Éditions du Seuil, 2015a.

30. ROSANVALLON, Pierre. *Le bon gouvernement*. Paris: Éditions du Seuil, 2015b.

31. ROSANVALLON, Pierre. Histoire moderne et contemporaine du politique. *L'Annuaire du Collège de France*, n. 112, p. 681-696, 2013. https://journals.openedition.org/annuaire-cdf/752.

32. ROSANVALLON, Pierre. *La société des égaux*. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

33. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

34. ROSANVALLON, Pierre. *La légitimité démocratique*. Impartialité, réflexivité, proximité. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

35. ROSANVALLON, Pierre. *La contre-démocratie*. La politique à l'âge de la défiance. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

36. ROSANVALLON, Pierre. *La démocratie inachevée*. Histoire de la souveraineté du peuple en France. Paris: Éditions Gallimard, 2000.

37. ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*. Histoire de la représentation démocratique en France. Paris: Éditions Gallimard, 1998.

38. ROSANVALLON, Pierre. *Le sacre du citoyen*. Histoire du suffrage universel en France. Paris: Éditions Gallimard, 1992.

39. ROSANVALLON, Pierre. Penser le populisme. *La vie des idées*, 2011. https://laviedesidees.fr/Penser-le-populisme.html.

40. SELINGER, William. Populism, parties, and representation: Rosanvallon on the crisis of parliamentary democracy. *Constellations*, v. 27, n. 2, p. 231-243, 2020. https://doi.org/10.1111/1467-8675.12497

41. SELINGER, William; CONTI, Gregory. The other side of representation: the History and Theory of representative government in Pierre Rosanvallon. *Constellations*, v. 23, n. 4, p. 548-562, 2016. http://dx.doi.org/10.1111/1467-8675.12220

42. TAGGART, Paul. Populism and representative politics in Contemporary Europe. *Journal of Political Ideologies*, v. 9, n. 3, p. 269-288, 2004. https://doi.org/10.1080/1356931042000263528

43. URBINATI, Nadia. *Me the people*. How populism transforms democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

44. URBINATI, Nadia. *Democracy desfigured*. Opinion, truth and the people. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

45. WEYMANS, Wim. Freedom through political representation: Lefort, Gauchet and Rosanvallon on the relationship between State and society. *European Journal of Political Theory*, v. 4, n. 3, p. 263-282, 2005. https://doi.org/10.1177/1474885105052705

46. WEYMANS, Wim. Understanding the present through the past? Quentin Skinner and Pierre Rosanvallon on the crisis of political representation. *Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory*, v. 11, n. 1, p. 45-60, 2007. http://doi.org/10.7227/R.11.1.4

Recebido: 24 ago. 2020.
Aceito: 15 jun. 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-112158

Entre *substâncias* e *relações*: formação e modernização do Brasil em *Raízes* e *Sobrados* (1936)

Sergio B. F. Tavolaro*

Resumo

Interessado no potencial heurístico das edições inaugurais de *Raízes do Brasil* e de *Sobrados* e *Mucambos* (1936), bem como em suas eventuais interlocuções com agendas de reflexão contemporâneas, o presente artigo almeja inquirir a respeito de suas afinidades em torno de uma questão em particular. Refiro-me a certas ambivalências e tensões interpretativas latentes nos ensaios, alimentadas pela coexistência de duas visadas que fazem pender as atenções de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre em direções aparentemente inconciliáveis: de um lado, um viés *internalista* e *substancialista* da formação e modernização do país e, de outro, uma perspectiva *transacional* desses processos. Na parte final do artigo, à luz dos *insights* oferecidos pelo debate sociológico relacional, teço considerações acerca das contribuições das obras para uma abordagem da vida social brasileira sensível à miríade de conexões socio-históricas implicadas em sua formação e adesão aos padrões de sociabilidade modernos.◊

Palavras-chave: Raízes do Brasil, Sobrados e Mucambos, modernidade, pensamento social no Brasil, teoria sociológica

* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

◊ A elaboração do artigo contou com apoio do CNPq (Projeto de pesquisa 303189/2019-3). Agradeço às/aos pareceristas anônimas/os da revista Sociologias, que me auxiliaram a calibrar os objetivos inicialmente estabelecidos.

Between* substances *and* relationships*: formation and modernization of Brazil in* Roots *and* Mansions *(1936)

Abstract

The article examines the affinities and convergences that bring together the first editions of *Roots of Brazil* and *The mansions and the shanties* (1936). I contend that both Gilberto Freyre's and Sérgio Buarque de Holanda's accounts on the social-historical processes that ushered in the formation and later modernization of the Brazilian society are torn between two seemingly incompatible perspectives: on the one hand, an *internalist* and *substantialist* interpretative approach and, on the other, a *transactional* view on such phenomena. At last, in light of a set of ideas outlined by some relational discussions in contemporary sociology, I probe into the contributions of *Roots* and *Mansions* towards a properly *relational* take on the Brazilian experience, attentive to the myriad societal connections involved in the formation and subsequent adherence of the country to patterns of sociability in tune with modernity.

Keywords: Roots of Brazil, The Mansions and the Shanties, modernity, Brazilian social thought, sociological theory.

Além das maneiras inovadoras com que, em meados da década de 1930, *Sobrados e Mucambos* e *Raízes do Brasil* se propuseram a perscrutar as origens da sociedade brasileira, trata-se de trabalhos igualmente notabilizados por terem abordado, com criatividade análoga, as mudanças e processos sociais que conduziram o país à quadra moderna. Interessado no potencial heurístico de suas formulações inaugurais, mas também em suas interlocuções com agendas de reflexão contemporâneas, o presente artigo almeja inquirir acerca das afinidades e confluências das edições *princeps* das obras em torno de uma problemática assaz específica.[1]

[1] Lembre-se que, anos após seu lançamento inaugural, *Raízes do Brasil* ganharia novas edições, as quais trariam uma série de alterações: a 2ª edição viria em 1948, a 3ª em 1956, a 4ª em 1963 e a 5ª em 1969. A respeito da história desse percurso e das especificidades das novas versões, veja-se Feldman (2013) e Monteiro e Schwarcz (2016). Quanto a *Sobrados e Mucambos*, cabe destacar que, depois de sua estreia em 1936, a 2ª edição (1951) traria cinco novos capítulos, acompanhados "de acréscimos substanciais ao texto dos capítulos primitivos" (Freyre, 1996, p. LII). Veja-se as considerações de Bastos (2008) sobre esse ponto. Saliento não ser o propósito deste artigo cotejar as formulações das diferentes edições, o que envolveria um exercício muito diverso do presente.

Refiro-me a certas fricções e ambivalências interpretativas latentes nos ensaios, alimentadas pela coexistência de duas visadas que fazem pender as atenções de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre em direções aparentemente inconciliáveis: por um lado, tanto *Raízes* [*RdB*] quanto *Sobrados* [*SeM*] exortam-nos a conceber a formação nacional bem como seu ingresso presumidamente singular na modernidade como fenômenos em última instância alicerçados em predicados inerentes a essa sociedade e/ou tributários de um itinerário histórico inconfundível (Araújo, 1994; Bastos, 2003; Cardoso, 2013; Eugênio, 2010; Monteiro, 2015; Souza, 2003; Wegner, 2000; Waizbort, 2011). Ocorre que, por outro lado, abundam as oportunidades em que esses mesmos esforços de interpretação se afastam de concepções imanentes da experiência brasileira para contemplar suas gêneses e ulterior modernização à luz de um conjunto mais amplo de enlaces e intercâmbios sociais. Deslocado de seu próprio cerne, o país passa a ser remetido, de maneira direta, aos entrecruzamentos societários variados que teriam participado de sua história (Feldman, 2009; Lage, 2016; Rocha, 2008).

Proponho cifrar essa questão nos marcos teórico-analíticos de uma tensão que, em meu entendimento, contrapõe uma orientação *internalista*[2] e *substancialista*[3] a respeito das condições de possibilidade da sociedade brasileira a uma visada *transacional* ou *relacional*[4] a seu respeito. Se, no primeiro caso, prevalece a predileção por aspectos especiais (culturais,

[2] Trata-se, segundo Conrad (2016, p. 88-89), da tendência para conceber "as sociedades como autogeradoras" e, ato contínuo, para pressupor "que a mudança social sempre foi o feito da própria sociedade."

[3] Emirbayer (1997, p. 282-283) define a perspectiva *substancialista* como aquela que se apoia na "noção de que são *substâncias* de vários tipos (coisas, seres, essências) que constituem as unidades fundamentais de toda investigação", percebidas como "entidades autossubsistentes". Nesse caso, são "entidades duráveis, coerentes, que constituem os pontos de partida legítimos de toda investigação sociológica." (Emirbayer, 1997, p. 285). Veja-se, também, Go (2017).

[4] Conforme argumenta Dépelteau (2013, p. 180), para a perspectiva sociológica *transacional*, não é possível imputar essências a "transatores" individuais engajados em relações, tendo em vista seu caráter "interdependente". Nesse caso, as próprias existências e ações dos transatores dependem de suas relações mútuas. Daí a ênfase analítica devotada às *transações* das partes envolvidas e às suas *propriedades emergentes*. Sobre o "fenômeno da emergência" e sua compreensão pela sociologia *relacional*, veja-se as reflexões de Vandenberghe (2018, p. 46-47).

ambientais, étnico-raciais, institucionais, econômicos, políticos e/ou epistemológicos), divisados em entidades sociais e/ou trajetórias históricas pretensamente exclusivas,[5] muito diversa é a ênfase conferida no segundo: destarte, as circunstâncias, injunções e transformações envolvidas tanto na formação nacional quanto em sua adesão aos padrões de sociabilidade modernos (isto é, às instituições, parâmetros ético-morais e referências cognitivas característicos da modernidade) passam a ser preferencialmente vistas como caudatárias das múltiplas *conexões* do país com contextos socio-históricos diversos.[6] Como quero argumentar, admitidas as idiossincrasias pessoais e intelectuais dos autores, assim como as particularidades conceituais e metodológicas de suas obras – vale frisar, contempladas em profundidade pela fortuna crítica[7] –, a análise dessa *tensão* interpretativa oferece uma oportunidade ímpar para se investigar as convergências entre *Sobrados* e *Raízes*. A hipótese que pretendo examinar é que, contabilizadas as inúmeras ocasiões em que Freyre e Holanda orientam seus olhares por supostos *relacionais*, os célebres ensaios de 1936 jamais chegam a dissolver integralmente o teor *substancialista* de seus retratos do Brasil. Trata-se com isso de afirmar que, conquanto não sejam raros os momentos em que precedência explicativa seja conferida aos vínculos do país com

[5] No que toca a *RdB*, a análise de Eugênio (2010, p. 264) acerca do viés "organicista" da obra, bem como das "ocorrências da noção de *forma*" no texto de Sérgio B. Holanda parecem-me justamente apontar para essa visada: "A *forma* implica *unidade orgânica*, quer dizer, identidade." Segundo Eugênio (2010, p. 259-260), "Dizer *forma* é dizer *substância*"; por sua vez, "substância só pode ser um ente que subsistir por si ou separadamente do resto" – ou seja, "algo intrinsecamente unitário".

[6] De acordo com Feldman (2009, p. 146), nas formulações de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e Mucambos*, "Antes que um lugar *no* mundo, o Brasil é enunciado como um lugar do mundo, ou do mundial." Nesse exato sentido, para o autor, ao lado de *RdB*, as referidas obras de Freyre "*tornam visíveis* elementos da condição brasileira em sua relação com o mundo" (Feldman, 2009, p. 24).

[7] A fortuna crítica desses autores e de suas obras é vasta e multifacetada. Para se ter uma ideia das particularidades teóricas e metodológicas da fatura de Holanda e Freyre, veja-se por exemplo as cuidadosas análises de Araújo (1994), Bastos (2008), Ferreira (1996), Motta (2013), Monteiro (2015) e Waizbort (2011). A propósito das trajetórias pessoais e profissionais de cada autor e dos impactos destas sobre suas ideias, além das implicações políticas distintas de seus diagnósticos do Brasil, veja-se Burke e Pallares-Burke (2009), Candido (2008), Eugênio (2008), Rocha (2008) e Souza (2000).

configurações socio-históricas de variada sorte, em boa medida, persiste a propensão das obras para divisar na experiência brasileira um núcleo *substantivo* de atributos, imune à passagem do tempo e impérvio às suas interações com contextos tomados por modelares da modernidade.[8]

Importa sobremaneira reconhecer que, *grosso modo*, esta não é uma controvérsia exclusiva aos trabalhos aqui contemplados. Além de recorrente nas fabulações de distintas gerações de pensadores brasileiros, à sua maneira, tal celeuma perpassa o próprio imaginário sociológico da modernidade: bem se sabe que obras-chave da sociologia (clássicas e contemporâneas) inclinaram-se a imputar a emergência da sociabilidade moderna a fatores e predicados (culturais, econômicos, políticos, institucionais e/ou epistemológicos) presumidamente inerentes a um conjunto restrito de sociedades do Atlântico Norte (Elias, 1993; Giddens, 1991; Marx, 1990; Parsons, 1971; Rostow, 1978; Weber, 2002). Em tempos recentes, porém, tal orientação *internalista* tornou-se alvo de uma série de programas de reflexão, ciosos dos vínculos e entrelaçamentos societários desde longa data implicados na cena moderna (Chakrabarty, 2000; Chernilo, 2011; Conrad, 2016; Hall, 2011; Mignolo, 2005; Subrahmanyan, 1997; Therborn, 2003). Pois bem, além de debruçar-me sobre tais tensões e ambiguidades interpretativas subjacentes a *Raízes* e *Sobrados*, na última parte do artigo, exploro as eventuais correlações das obras com algumas ideias lançadas por certa perspectiva sociológica relacional (Emirbayer, 1997; Donati, 2013, Monterescu, 2013; Powell; Dépelteau, 2013; Prandini, 2015; Vandenberghe, 2018). À luz dos *insights* oferecidos por essas proposições, almejo ponderar acerca do potencial dos ensaios de Freyre e Holanda para uma visada propriamente *relacional* da experiência brasileira, sensível à miríade de conexões socio-históricas que participaram de sua formação e subsequente adesão aos parâmetros societários modernos. Pretendo, com isso, estabelecer pontes alternativas de diálogo entre retratos do país que ocupam lugar de destaque no pensamento brasileiro e a teoria sociológica contemporânea.

[8] Retomo aqui uma problemática anunciada em Tavolaro (2020) com o propósito de desdobrar e aprofundar o argumento então sugerido.

Gêneses da formação brasileira: entre *substâncias* e *relações*

Logo no parágrafo introdutório de *Raízes*, Sérgio Buarque refere-se ao Brasil como "uma experiência sem símile" (Hollanda, 1936, p. 3).[9] A bem da verdade, em seus contornos gerais, essa é uma imagem recorrente no decurso do ensaio, sugestiva de uma vida social, em inúmeros aspectos, "*sui generis*" (p. 49-50). Na hipótese de se depreender de passagens como essas a propensão para divisar no país um conjunto de predicados distintamente nacionais, algo análogo sucede em *Sobrados*. Lembre-se que, na avaliação de Gilberto Freyre, a "colônia portuguesa na América" lograra reunir "qualidades e condições de vida tão exóticas" que a retomada do "contato do Brasil com a Europa" no século XIX terminaria por assumir "o caráter de uma reeuropeização. Em certo sentido, o de uma reconquista." (Freyre, 1936, p. 258-259). Essas proposições fazem ressaltar o primeiro ângulo do problema em tela: afinal, de que maneiras *RdB* e *SeM* aludem às origens dos ingredientes, processos sociais e transformações históricas que se teriam conjugado para formar a sociedade brasileira?

Caso se tivesse em conta apenas as menções aos traços culturais e comportamentais das populações nativas (Freyre, 1936; Hollanda, 1936) ou às peculiaridades físico-ambientais do novo continente (Hollanda, 1936; Freyre, 1936), talvez se acreditasse tratar-se de retratos do país tributários de uma perspectiva *internalista* estrita. Erguida a partir de seus próprios meios, essa experiência constituiria uma unidade analítica inconfundível, formada ao termo de um percurso histórico sem par. Essa leitura, no entanto, não faria justiça à multiplicidade de aspectos evocados por Holanda e Freyre. Embora ciosos do papel que fatores autóctones tiveram na construção nacional, ambos os ensaios dedicam cuidado especial aos impactos de elementos extrínsecos de variadas origens que, desde o princípio, teriam se mostrado atuantes na cena brasileira. É certo que, na visão de Freyre, ao final de "três séculos de relativa segregação da Europa não ibérica",

[9] Esta e as demais citações foram ajustadas às regras ortográficas atuais.

uma ordem própria lograra germinar na colônia portuguesa, a ponto de se delinear entre nós "um tipo brasileiro de homem, outro de mulher". Não se poderia, contudo, considerá-la uma experiência puramente americana, visto, àquela altura, já ter aqui se estabelecido "uma paisagem social com muita coisa de asiático, de mourisco, de africano", posto "[terem] sido transplantados para cá pedaços inteiros e vivos, e não somente estilhaços ou restos dessas civilizações antieuropeias" (Freyre, 1936, p. 257-258). *Mutatis mutandis*, é sintomático que, nas mesmas linhas iniciais de *Raízes*, Holanda refira-se à "sociedade brasileira" como "o único esforço bem-sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e sub-tropical." (Hollanda, 1936, p. 3). Tratava-se, com isso, de dizer que "nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo" não haviam sido engendradas a partir de nós mesmos; de outro modo, teriam nos chegado de "países distantes", harmonizadas, portanto, "a outro clima e a outra paisagem" (p. 3).

Tais ponderações preliminares suscitam uma segunda indagação: até que ponto a atenção dos ensaios aos inúmeros enlaces e entrecruzamentos societários que desaguaram na formação nacional representa uma ruptura peremptória com pressupostos analíticos *internalistas*? Ademais, até onde a sensibilidade de *Sobrados* e *Raízes* às circunstâncias e fatores adventícios que impactaram a formação brasileira conduz à dissolução integral de suas inclinações *substancialistas*? Veja-se, pois: não restam dúvidas que, ao enxergar na "Península Ibérica", e em "Portugal especialmente", a sede de onde "nos veio a *forma* atual de nossa cultura" (Hollanda, 1936, p. 15), já de partida, Sérgio Buarque desloca a sociedade brasileira de seu próprio cerne em favor de aspectos exteriores. Todavia, diluída a centralidade explicativa (ou ao menos a exclusividade conformadora) de fatores internos ao país, nem por isso *RdB* descarta a existência de itinerários sociais que mais parecem comportar-se à maneira de entidades históricas exclusivas e autossubsistentes. Nesse caso, é sugestivo que Buarque de Holanda se remeta à principal matriz colonizadora do Brasil como o berço de "um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres

europeias" (p. 4). Ancorados em atributos próprios a uma existência singular – sendo a "cultura da personalidade" seu "traço mais decisivo (...) desde tempos imemoriais" (p. 4-5) –, o ponto de partida especial de Portugal e Espanha – leia-se, o "ingresso tardio" de ambos "no coro europeu" – haveria de determinar "muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual" (p. 4). Nesse particular, as afinidades com *Sobrados* são flagrantes: por certo, ao conferir importância crucial às origens estrangeiras do país (lusas, africanas, mouras e asiáticas), Freyre também se afasta de uma concepção autogeradora da sociedade brasileira. Não obstante, embora a vislumbre como a resultante de enlaces históricos variados, nada o demove de retratá-la como portadora de predicados *sui generis*, substantivamente diversa de outros contextos coetâneos (Freyre, 1936p. 368).

Eis, portanto, o que se deve a princípio sublinhar: conquanto um sem número de fatores atinentes às origens do país sejam, com efeito, subsumidos às suas *relações* com configurações socio-históricas outras (africanas, asiáticas e euro-ibéricas), *Sobrados* e *Raízes* conservam sonoras conotações *substancialistas* – só que, desta vez, em virtude de qualidades singulares tomadas por inerentes a percursos históricos alegadamente especiais. Ou seja, a despeito de muitas vezes elevados à condição de variáveis explicativas primordiais, as *transações* e os *entrelaçamentos societários* envolvidos na formação nacional – contemplados agora como fontes precípuas das características distintivas do país – continuam retratados à semelhança de *entidades históricas exclusivas* e *autogeradoras*. Não é de estranhar, pois, a forma categórica com que Sérgio Buarque demarca diferenças cabais entre hispânicos e protestantes: originais em comparação com "seus vizinhos do continente" (Hollanda, 1936, p. 5), capacitados como "Nenhum outro povo do Velho Mundo (...) para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial" (p. 19), espanhóis e portugueses seriam portadores de predicados que, no longo prazo, deixariam marcas perenes também em seus empreendimentos americanos – com destaque para a peculiar fragilidade "de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação" (p. 5), a "ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos,

de posições e riquezas fáceis" (p. 24), "a invencível antipatia que sempre lhes inspirou toda moral fundada principalmente no culto do trabalho" (p. 12), sua indefectível "vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens" (p. 14), além da ausência de "racionalização da vida" (p. 11). As expressas dessemelhanças em relação a aspectos considerados característicos dos "povos protestantes, e sobretudo dos calvinistas" (p. 11-12) – dentre os quais "o culto à atividade utilitária" (p. 13) e o "espírito de organização espontânea" (p. 11-12) – denotam a extensão e a profundeza do abismo que, na percepção do intérprete, separaria esses dois itinerários sociais coetâneos.

Igualmente aqui, são evidentes as confluências com *Sobrados*: Freyre também alude às singularidades das conexões históricas que resultaram na formação brasileira, irredutíveis às trajetórias de países expoentes da modernidade. Desses vínculos teriam sobrevindo visões de mundo, padrões de sociabilidade e criações culturais invulgares – dentre os quais códigos normativos, modelos comportamentais e ideais de beleza coloridos por influências mouras (Freyre, 1936, p. 126-127, p. 258); uma "arquitetura patriarcal" incrementada com sugestões asiáticas e africanas, ajustada às circunstâncias tropicais americanas (p. 225); práticas de higiene islâmicas, hábitos alimentares oriundos da África, técnicas de transporte trazidas "da Ásia", dentre outros (p. 212, p. 258). Ao termo de todas essas influências, erguera-se uma vida social sem par em sua capacidade de acomodar culturas, raças e maneiras de ver, viver e apreciar o mundo – em suma, "uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio" (p. 302).

Como se pode depreender dessas passagens, não faltam ocasiões em que *Sobrados* e *Raízes* ressaltam as dívidas do país com contextos adventícios. Ainda assim, certa orientação *substancialista* continua a permear suas imagens a respeito dos entrecruzamentos societários implicados na formação nacional: os itinerários socio-históricos estrangeiros no mais das vezes vinculados às gêneses do Brasil – as gentes luso-ibéricas, somadas às heranças e legados asiáticos, africanos e indígenas – com frequência são apresentados em descompasso com as ditas experiências modernas modelares. Apartados desde seus momentos primordiais, por longos séculos

encapsulados em trajetórias próprias, tais complexos socio-históricos – de um lado, a "Europa protestante" ou "carbonífera", de outro, as gentes ibéricas e os outros povos não europeus – parecem, assim, constituir experiências mutuamente excludentes, portadoras de predicados (culturais, institucionais, econômicos, epistemológicos, políticos etc.) inconfundíveis. Como quero argumentar, essa *tensão* interpretativa estende-se ao tratamento que os ensaios dedicam às transformações que, a partir do final do século XVIII, conduziram o Brasil à quadra moderna. A meu ver, embora essa inflexão temática tenda a apurar a sensibilidade de *RdB* e *SeM* às conexões da vida social brasileira com os ditos contextos modelares, subsiste o interesse pelas alegadas especificidades do país.

A modernização brasileira: vetores internos e enlaces externos

Como há pouco sugerido, computadas as particularidades temáticas e analíticas de cada obra, *Sobrados* e *Raízes* voltam a confluir em suas formulações acerca da modernização nacional. Ao discorrerem sobre as mudanças vivenciadas pelo país no decorrer do século XIX, avulta o sentimento de descompasso com a modernidade – seja no tocante ao curso seguido por essas transformações, seja em relação a seus desenlaces ulteriores. Note-se que, ao se referir a certas "tradições religiosas" e "outras formas de cultura, ou de culturas negras, para cá transportadas", Gilberto Freyre (1936, p. 363-364) faz questão de sublinhar sua contumácia diante das investidas padronizadoras da Europa. Além de indício de que "a substância da cultura africana" haveria de persistir "em nós através de toda a nossa formação" (p. 363), tratar-se-ia também de um prenúncio de que em momento algum nos alinharíamos plenamente à vida moderna. A bem da verdade, algo análogo se passa nas análises de *Raízes*. Lembre-se que, em um de seus mais conhecidos excertos, *RdB* sugere que, longe de reminiscências de um passado distante, "a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam", na

realidade representavam "um aspecto bem definido do caráter nacional" (Hollanda, 1936, p. 101-102). Ou seja, embora alusivos à cena colonial, aqueles atributos tão próprios à singular "cordialidade" brasileira (dentre eles a "aversão ao ritualismo social", o "desejo de estabelecer intimidade" e a "ética de fundo emocional") jamais se diluiriam por inteiro, ainda que impactados pela modernização – vale dizer, nem mesmo "nas esferas de atividade, que por sua própria natureza, devem alimentar-se da competição e das rivalidades." (p. 102-105).

De todo modo, conforme tratam de salientar os ensaios, desde a última parte do século XVIII, um conjunto importante de modificações acabaria por debilitar formas de ver, viver e organizar o mundo há muito sedimentadas. À sua maneira, tanto *Sobrados* quanto *Raízes* sugerem que, aos poucos, a estratificação da sociedade colonial tornou-se mais heterogênea e complexa, matizada por novos conflitos de natureza econômica, política e simbólica (Freyre, 1936, p. 308-311; Hollanda, 1936, p. 99-100). Ao lado disso, o Estado e seu aparato burocrático-militar impuseram-se progressivamente sobre circunstâncias variadas da vida social (Hollanda, 1936, p. 74-75; Freyre, 1936, p. 107); na mesma medida, a economia local fortaleceu-se com o incremento do comércio e do consumo, também estimulados pela migração em direção a núcleos urbanos emergentes, onde hábitos e comportamentos renovados conquistavam espaço (Hollanda, 1936, p. 73; Freyre, 1936, p. 275-276). O sentido dessas alterações era patente: a internalização gradual de ideias, gostos, ambições e modelos institucionais erguidos originalmente na Europa setentrional (Freyre, 1936, p. 77-78; Hollanda, 1936, p. 135-137). Mas afinal, quais as principais fontes e vetores de tais transformações? Por um lado, as obras referem-se a impulsos endógenos à sociedade embrionária: Sérgio Buarque fala-nos, por exemplo, da "expansão dos *pioneers* paulistas" como "um momento novo de nossa história nacional", prenúncio dos anseios autonomistas da colônia (Hollanda, 1936, p. 72-73). Realce similar é conferido aos efeitos da exploração do ouro, responsabilizada por incentivar a ingerência "mais direta da Coroa nos negócios do Brasil" (Freyre, 1936, p. 30) bem como o "afluxo maior de

emigrantes para além da faixa litorânea" (Hollanda, 1936, p. 73). Davam-se ali os primeiros passos rumo a uma configuração política e social mais intricada, revigorada pelo ingresso de personagens até então desconhecidos – entre eles "aventureiros enriquecidos nas minas, reinóis, dos chamados pés-de-bois ou pés de chumbo" – e pela ascensão de "uma nova classe, ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos", em evidente ameaça ao "exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras na direção das câmaras ou dos senados." (Freyre, 1936, p. 35-36).

Contabilizado o peso de fatores internos, as atenções dos ensaios voltam-se também a aspectos procedentes dos enlaces do país com ideários e dinâmicas impulsionados desde fora. *Raízes* e *Sobrados* dão a entender que, além das conexões internacionais que a riqueza do ouro ajudou a fomentar, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro representou um fato crucial ao imprimir regularidade às relações (econômicas, políticas e simbólicas) do Brasil com os expoentes da modernidade europeia (Freyre, 1936, p. 281, 287). Gilberto Freyre alude justamente "ao contato maior da colônia, e mais tarde do Império, com as ideias e as modas inglesas e francesas", donde teriam emanado, "em muitos pontos, noções mais exatas do mundo e da própria natureza tropical" (p. 267). Por sua vez, Sérgio Buarque sustenta que, no bojo dessas transformações – acentuadas a partir da independência política –, o "convívio das coisas elementares da natureza", outrora dominante, cedeu lugar à "existência rigorosa e abstrata das cidades" (Hollanda, 1936, p. 124), provocando "em nossos homens uma crise subterrânea, voraz" (p. 124). À medida, pois, que "a vida brasileira" se movia em direção à "'urbanocracia'" (p. 43), diluía-se o protagonismo do "domínio rural", espaço em torno do qual "toda a vida do país" orbitara por séculos (p. 44). Ao longo desse processo, cujo evento "mais decisivo" parece-lhe ter sido a "Abolição", paravam "de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas" (p. 135-136). Naquelas circunstâncias, uma plêiade de convicções e esquemas mentais gestados na Europa – com destaque para o positivismo, o romantismo e o liberalismo – capturava a imaginação e os anseios de nossas elites políticas

e intelectuais. Tal a magnitude das mudanças, que, nas últimas décadas do século XIX, o país descobriu-se em meio a uma "grande revolução" (p. 136), cujo sentido era indubitável: o "aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura" (p. 137) e, ato contínuo, o aplainamento do "terreno para o novo sistema, com sua sede (...) nos centros urbanos" (p. 136).

Igualmente preocupado com os impactos desses enlaces na cena brasileira, *Sobrados* sustenta que, "com uma rapidez espantosa de efeitos", "a nova Europa" – aquela sob a liderança da Inglaterra e da França – principiou a ditar padrões estritos à vida nacional, fazendo-os notar em um número nada desprezível de dimensões (Freyre, 1936, p. 261): na dinâmica econômica e política do país, em suas referências estéticas, arquitetônicas e sanitárias, bem como nos horizontes simbólicos, gostos e comportamentos da população (p. 261-268, 295, 299, 313). No fim das contas, eram poucos os domínios da experiência brasileira que pareciam de fato escapar ao prestígio europeu: o que quer que houvesse conferido uma tonalidade "oriental à nossa vida dos dias comuns foi empalidecendo (...); foi se acinzentando; foi se tornando excepcional" (p. 261). Arrebatado pelo "interesse do novo industrialismo europeu sobre base capitalista, e portanto estandardizador e uniformizador dos costumes e trajos" (p. 264), o país foi afastando-se de hábitos e parâmetros (cognitivos, ético-morais e estéticos) que por muito tempo o haviam distinguido – alguns deles emprestados a outras culturas, outros tantos forjados por suas próprias gentes, quase sempre em sintonia fina com a paisagem americana.

Incongruências brasileiras: um itinerário histórico especial

Conforme tantas vezes assinalado pela fortuna crítica, apesar de discernirem uma ampla gama de efeitos padronizadores nos engajamentos do Brasil com as ideias e movimentos da modernidade, para *Raízes* e *Sobrados*, em momento algum a vida social brasileira harmonizou-se de maneira completa e acabada com os parâmetros hegemônicos da Europa. Ou seja, apesar de concordarem que as transformações que arrebataram o

país ao longo do século XIX deram cabo de um sem número de aspectos há muito radicados no tecido brasileiro, ambos os ensaios permanecem cautelosos quanto aos desfechos desses processos: em última instância, persistiria um conjunto importante de divergências entre o itinerário nacional e os pressupostos da modernidade norte-europeia. Nos dizeres de Sérgio Buarque, nosso "mundo de essências mais íntimas" lograva conservar-se "intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas", refratário aos "esquemas sábios e de virtude provada" em outros contextos (Hollanda, 1936, p. 161). Tais incongruências, além de indicativas de "nosso próprio ritmo espontâneo", ajudariam a entrever os horizontes de possibilidade singulares de nossa modernização (p. 161).

Em larga medida, não é outro o prognóstico avançado em *Sobrados*. A despeito de também avaliar que "uma vez iniciada a reconquista do Brasil pela Europa, não cessou; e ainda hoje nos abafa", e que "essa reconquista alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores" (Freyre, 1936, p. 260), Freyre adverte que jamais haveríamos de replicar fielmente os padrões do velho mundo. Não se queria com isso subestimar o vigor de tais influências, tampouco ignorar que, desde o declínio "da economia apoiada no escravo, acentuou-se a importância do europeu" (p. 291), a certa altura "tão necessário como o próprio ar à organização mais industrial e à estrutura mais burguesa, mais urbana, mais mecânica, da vida brasileira" (p. 301). Mesmo assim, para *Sobrados*, essa retomada do velho continente "teve de seguir suas cautelas" entre nós, obrigada a enfrentar "resistências de ordem natural, umas, outras de ordem cultural", as quais atuaram "no sentido de moderar a reeuropeização do Brasil e de conservar o mais possível no país, os traços e as cores antieuropeias, avivadas durante séculos profundos de segregação" (p. 259).

À luz desses enunciados, cabe indagar até onde tais diagnósticos e conjecturas convergentes da modernização brasileira são, também eles, atravessados por aquela mesma *tensão* interpretativa. Ora, como há pouco observado, *SeM* e *RdB* aproximam-se notadamente ao aquiescerem acerca da relevância de vetores *internos* nas transformações que retiraram o Brasil de sua letargia colonial. O aprofundamento da conquista e ocupação do vasto

território, movimentos migratórios em direção a regiões interioranas, anseios autonomistas ante o assédio da autoridade metropolitana, os impactos dinamizadores da mineração sobre a economia e o consumo domésticos, as primeiras iniciativas sistemáticas de urbanização, a diversificação de grupos e segmentos sociais, assim como a circulação de novos esquemas mentais, hábitos e referências comportamentais, acompanhados do acirramento das disputas em torno de bens simbólicos e recursos políticos locais, dentre outros – todos esses fenômenos atestam o cuidado das obras com uma gama de *estímulos intrínsecos* que teriam ajudado o país a desprender-se de seu passado e a alçá-lo a novos padrões de sociabilidade. Mas convém frisar uma vez mais que, ao lado desses vetores, os ensaios também se dobram à importância de fatores derivados dos *enlaces* da vida brasileira com dinâmicas e ideias estrangeiras. Dito isso, importa avaliar em que medida tal alternância de enfoque conduz *Raízes* e *Sobrados* a, enfim, afastarem-se de imagens *substancializadas* em favor de uma visada propriamente *relacional* dessa experiência societária.

Vejamos, pois: é certo que, ao imputarem a fenômenos *adventícios* influência decisiva nas novas feições que aos poucos o país assumiu a partir do final do século XVIII, Freyre e Holanda contribuem para deslocar a trajetória brasileira de si mesma. Dissolvidas as pretensões autogeradoras a seu respeito, tal mudança de ênfase interpretativa parece, a princípio, esboçar um retrato inteiramente de-*substancializado* da modernização nacional. Quero dizer com isso que, a tomar pelas imagens delineadas nas obras, caso se almejasse identificar as fontes das transformações que, por fim, colocaram o Brasil nos trilhos da modernidade europeia – isto é, que o compeliram a alinhar-se aos padrões institucionais e ético-morais, bem como às referências cognitivas e estéticas erigidas na Europa –, seria imprescindível reorientar o olhar para além de seus próprios limites: em suma, haveria que se ter em conta seus *entrelaçamentos* e *transações* com as dinâmicas, concepções de mundo, preceitos e valores oriundos dos contextos modernos modelares. Ocorre que, como bem se sabe, a sensibilidade dos ensaios a tais *intercâmbios* não basta para diluir a

percepção desta como uma modernização *sui generis*, dotada de lógica e características próprias. Ou seja, mesmo nas ocasiões em que a relevância de fatores e impulsos imanentes é suavizada, persiste em *Sobrados* e *Raízes* o retrato de um percurso ímpar em direção à modernidade. A se considerar o enquadramento analítico das obras, a explicação para tal especificidade estaria, sobretudo, no fato de se tratar de uma vida social desde o princípio irredutível às trajetórias modernas modelares: produto do caldeamento de heranças (culturais e raciais) heteróclitas (nativas da América, africanas, asiáticas e euro-ibéricas), tal experiência teria se formado ao termo de um itinerário notadamente peculiar, em vários sentidos exclusivo, apenas tardiamente conectado aos movimentos e ideias originados na Europa setentrional – leia-se, na "civilização carbonífera" (Freyre, 1936, p. 261), ou ainda, entre os "povos protestantes" (Hollanda, 1936, p. 11).

No fim das contas, insinua-se nas edições *princeps* de *Raízes* e *Sobrados* a imagem de uma sociedade que, embora reconfigurada sob a influência da dinâmica mundial, conservou-se aferrada a predicados especiais, boa parte dos quais em dissonância com as expectativas e parâmetros da modernidade – situação evidenciada pela persistência de práticas e estruturas pré-capitalistas em sua ordem econômica, por um aparato estatal aquém dos preceitos administrativos racionais, pelo predomínio de códigos e interesses privados nos espaços públicos, bem como pela pertinácia de visões de mundo mágico-religiosas e de valores e regras de conduta tradicionais (marcadamente pessoais e hierarquizantes) no tecido social (Tavolaro, 2020). Em vez de dissipar-se, pois, a tensão *substancialismo*/*relacionalismo* mantém-se ativa – quiçá à espera de outras leituras e de novas interlocuções teóricas.

Raízes e *Sobrados*: por uma visada relacional da experiência brasileira

Longe de se encerrarem nas obras de Freyre e Holanda, as celeumas supracitadas são recorrentes em uma parcela expressiva do *pensamento brasileiro*. Muitos foram os trabalhos de interpretação desde o último

quartel do século XIX que creditaram às características naturais do território nacional, aliadas às propaladas excentricidades (comportamentais, mentais e biológicas) de suas gentes, a responsabilidade pelos contornos pretensamente peculiares da vida social no Brasil. Ao menos nesse sentido, algumas das asserções de Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira* (1888) parecem exemplares de certa percepção difusa: o meio físico indicava-lhe ser "uma das faces mais distintas de nosso país" (Romero, 1949, p. 263), ao que se aditava uma composição racial insólita, reunindo "três povos, antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo a forjar, a amalgamar na incude e no cadinho da história" (p. 280). Cioso das contribuições de tais fatores para a formação e modernização brasileiras, Silvio Romero não deixava de ponderar acerca dos efeitos das *relações* do país com a Europa e a América setentrional, cujas ideias pareciam-lhe ter constituído os "germes" e "modelos" de nossas "formas do pensamento cultural" (Romero, 1949, p. 296). Com efeito, preocupações análogas podem também ser discernidas nos trabalhos de Euclides da Cunha (2016, p. 87-97, 191), Nina Rodrigues (1945, p. 27-28), Oliveira Vianna (1956, p. 121-192) e Paulo Prado (2012, p. 43-52, 139), para citar apenas alguns dos mais aclamados intelectuais daquele período, cujos diagnósticos da experiência brasileira tornam a evidenciar as ambiguidades interpretativas contempladas neste artigo.

Mudanças de ênfase em favor de variáveis sociais não bastaram para esmorecer a polêmica em tela. Logo no início do século XX, ao buscar distanciar-se de formulações que imputavam ao "valor absoluto das raças e das gentes" as principais adversidades enfrentadas pelo Brasil e demais países sul-americanos, Manoel Bomfim (1993, p. 244) afirmava querer priorizar "as condições sociais e políticas" de sua formação (p. 54). Se, por um lado, tal guinada analítica o levou a contemplar os intercâmbios históricos implicados nas origens dessas sociedades, por outro, reiterava-se a percepção de se tratar de trajetórias especiais, ao longo das quais se teriam sedimentado instituições e valores, costumes e hábitos diversos daqueles encontrados na Europa setentrional e nos Estados Unidos da América

(Bomfim, 1993, p. 81-119). A celeuma permaneceria acesa tempos depois, quando âncoras explicativas propriamente sociais (fossem elas econômicas, políticas, culturais e/ou institucionais) enfim se tornaram preponderantes nos esforços de interpretação do país. Guardados os enquadramentos teóricos e predileções temáticas próprios a cada obra, foi esse o caso de *Formação do Brasil contemporâneo* (Prado Jr., 2011, p. 19-22), *Os Donos do Poder* (Faoro, 2001, p. 130), *A redução sociológica* (Ramos, 1996, p. 139-140), *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2006, p. 261-267), dentre outras, em que a vida social brasileira continuou retratada como uma experiência que, embora progressivamente atrelada à dinâmica mundial, teria ingressado na modernidade de maneira tardia e peculiar.

Dito isso, convém igualmente ressaltar que essa tampouco é uma *tensão* exclusiva às elucubrações do *pensamento brasileiro*. Em verdade, trata-se de uma controvérsia mais abrangente, inscrita no próprio imaginário sociológico da modernidade. Como bem se sabe, prevalece nessa fatura a propensão para atribuir a um grupo seleto de contextos europeus qualidades invulgares – epistemológicas, econômicas, políticas, culturais, religiosas, ético-morais, institucionais etc. –, supostamente endógenas à sua história, berço de transformações que redundariam no advento da era moderna (Elias, 1993; Giddens, 1991; Habermas, 1990; Marx, 1990; Parsons, 1971; Weber, 1976). Ainda conforme essa concepção, no rastro do expansionismo europeu, as invenções institucionais e os novos parâmetros sociais originados dessas mudanças chegariam *a posteriori* em outras partes do mundo, onde seriam então ajustados às circunstâncias locais, sob a influência de formas de vida autóctones (Eisenstadt, 1978; Rostow, 1978). É mister salientar que, malgrado raramente ignorar a relevância que transações societárias de variada sorte tiveram ao longo da história moderna, tal imaginário tende a apregoar que configurações "modelares/centrais" e os assim chamados contextos "tardios/periféricos" mantiveram-se inconfundíveis em seus traços distintivos (Tavolaro, 2021). Ou seja, apesar de crescentemente conectadas de maneira perene, ambas as modalidades de sociedade teriam conservado intactas suas características mais essenciais. Daí os caminhos diversos trilhados

em direção à modernidade, além dos resultados notadamente díspares alcançados – não apenas quanto à sua posição na ordem mundial, mas também no que diz respeito à extensão, profundidade e solidez com que as instituições e parâmetros cognitivos, ético-morais e estéticos modernos se firmaram em seus tecidos sociais.[10]

As afinidades entre as edições *princeps* de *Raízes* e *Sobrados* e esse enquadramento sociológico são por demais óbvias: em um e outro casos, aspectos *relacionais* acabam furtivamente neutralizados, quando não de todo subsumidos a retratos compartimentados da cena moderna, fracionados em uma infinidade de itinerários socio-históricos especiais. Não surpreende, pois, a recorrência com que os padrões de sociabilidade modernos são tomados por adventícios à trajetória brasileira, apenas tardiamente incorporados ao país. Seja como for, a meu ver, essa senda de leitura não exaure todas as possibilidades de diálogo dos ensaios. À guisa de conclusão, gostaria de explorar ainda outra interlocução teórica: refiro-me a um conjunto de propostas contemporâneas cujas formulações colidem frontalmente com esse viés analítico *internalista* e *substancialista* da modernidade. Conforme há pouco observado, a se considerar as reiteradas alusões aos entrecruzamentos societários implicados nas gêneses do Brasil e em seu ulterior alinhamento aos parâmetros modernos, logo se vê que esta não é uma querela alheia a *SeM* e *RdB*. Pois bem, como quero argumentar, caso se almeje aprofundar o potencial heurístico da dimensão *relacional* das obras, alguns passos se mostram imprescindíveis: em primeiro lugar, ante o desafio de dissipar por completo a imagem autocontida e autosubsistente da experiência brasileira, é mister refutar de uma vez por todas o "nacionalismo metodológico" que, por muito tempo, orientou a imaginação sociológica (Chernilo, 2011). Nesse caso, em vez de se assumir como fato consumado que "nação/estado/sociedade" constituem "a forma social e política natural do mundo moderno", urge atentar para sua condição inerentemente "transnacional" – inclusive à época em que "o estado-nação limitava e agrupava a maioria

[10] A seu modo, essa mesma concepção encontrou aderência em diferentes gerações do *pensamento brasileiro*. Veja-se, por exemplo, Nabuco (2010), Prado (1957), Fernandes (2006), Cardoso e Faletto (2004) e Souza (2000).

dos processos sociais" (Wimmer; Schiller, 2012, p. 302). Mas isso não é tudo: há também que problematizar os supostos historicistas que subjazem essa imaginação, ou seja, a convicção conforme a qual, após emergirem no continente europeu, as invenções sociais modernas teriam migrado para outras regiões do mundo, em meio a processos transcorridos "*ao longo do tempo*" (Chakrabarty, 2000, p. 7). Por fim, ao invés de conceber-se a modernidade como o remate final de um itinerário especial, melhor parece enquadrá-la, desde seus primórdios, como "uma mudança mais ou menos global, com muitas fontes e raízes e – inevitavelmente – muitas formas e significados diferentes" (Subrahmanyam, 1997, p. 736-737) – o que, por óbvio, exige renunciar a percursos históricos exclusivos para conferir ênfase às "condições e interações globais através das quais o mundo moderno emergiu" (Conrad, 2016, p. 76).

Para finalizar, gostaria de sugerir que esse deslocamento analítico em favor das *transações* e *vínculos socio-históricos* diversos, que concorreram para o advento da modernidade e suas incontáveis reconfigurações (Conrad, 2016; Gruzinski, 2003; Hall, 2011; Mignolo, 2005; Subrahmanyam, 1997; Therborn, 2003), tem muito a auferir dos *insights* da abordagem sociológica *relacional*.[11] Admitida a exiguidade de acordos mais amplos a seu respeito (Vandenberghe, 2018; Prandini, 2015; Powell; Dépelteau, 2013) destaca-se nesse programa de reflexão a crítica à "natureza intrinsecamente reificada de *todas* as categorias" – isto é, "como elas 'totalizam' identidades que frequentemente são de fato multidimensionais e contraditórias" (Emirbayer, 1997, p. 308-309).[12] Quando mobilizada com o intuito de interpelar criticamente os alicerces epistemológicos, as ferramentas descritivas e o

[11] Julian Go (2017, p. 142-147) explorou algumas dessas contribuições ao indicar sugestões para um "relacionalismo pós-colonial".

[12] Frédéric Vandenberghe sustenta que, no "nível ontológico", a sociologia *relacional* "assume que as relações essencialmente criam a vida social". Já no "nível epistemológico", tende-se a contrapor "o pensamento categorial das abordagens substancialista, subjetivista e essencialista ao pensamento relacional das abordagens estruturalista, processual e interacionista". Por fim, no "nível metodológico", busca-se empregar "técnicas" que "enfatizam a interdependência mútua das variáveis e dissolvem entidades em processos" (Vandenberghe, 2018, p. 39-40).

alcance empírico de teorizações correntes acerca das gêneses, dos padrões de sociabilidade e das transformações da modernidade, essa agenda de pesquisa passa a priorizar os "fenômenos emergentes" das conexões socio-históricas, em detrimento da suposta capacidade conformadora "de seus componentes individuais" (Donati, 2013, p. 17). Afasta-se, com isso, o privilégio teórico-metodológico que abordagens sociológicas convencionais costumam emprestar à sociedade nacional e/ou a outras unidades estritas de análise (Centro/Periferia, 1º mundo/3º mundo, Ocidente/Oriente, América anglo-saxônica/América Latina, Europa/ resto etc.) – visto que concebê-las como "entidades primordiais, autocontidas e amplamente monolíticas" redundaria em perder de vista as "redes de relações complexas multivariadas", bem como as "relações de determinação mútua" (Monterescu, 2013, p. 26) que caracterizam um amplo espectro de experiências sociais na cena contemporânea.

As disparidades e os desacertos entre os retratos do Brasil delineados nas edições *princeps* de *Sobrados* e *Raízes* e esse enquadramento *relacional* da modernidade são notórios. Não obstante, conforme salientado no artigo, subsistem pontos de convergência relevantes, os quais ensejam uma interpretação alternativa da experiência brasileira: não mais como a resultante de um percurso formativo especial – tardio e colateral à trajetória europeia –, mas como partícipe e corresponsável pelas instituições e padrões de sociabilidade próprios à modernidade.

Sergio B. F. Tavolaro é Doutor em Sociologia e professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
✉ sergiotavolaro@hotmail.com

Referências

1. ARAÚJO, Ricardo. *Guerra e paz*: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

2. BASTOS, Elide. *Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos*: um diálogo. *In:* MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 227-244.

3. BASTOS, Elide. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico*: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru: EDUSC, 2003.

4. BOMFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

5. BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria L. *Repensando os Trópicos*: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

6. CANDIDO, Antonio. A visão política de *Sérgio Buarque de Holanda*. *In:* MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 29-36.

7. CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

8. CHAKRABARTAY, Dipesh. *Provincializing Europe*: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

9. CHERNILO, Daniel. The critique of methodological nationalism: theory and history. *Thesis Eleven*, v. 106, n. 1, p. 98-117, 2011. https://doi.org/10.1177/0725513611415789

10. CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016. p. 37-61.

11. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

12. DÉPELTEAU, François. What is the direction of the "relational turn"?. *In:* POWELL, C.; DÉPELTEAU, F. (eds.). *Conceptualizing relational sociology*: ontological and theoretical issues. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 163-185.

13. DONATI, Pierpaolo. Relational Sociology and the globalized society. *In:* DÉPELTEAU, F.; POWELL, C. (eds). *Applying relational Sociology*: relations, networks, and society. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-24.

14. EISENSTADT, Shmuel. Beyond classical revolutions – processes of change ad revolutions in neopatrinomial societies. *In:* EISENSTADT, S. *Revolution and the Transformation of societies*: A comparative study of civilizations. Nova York: The Free Press, 1978. p. 273-310.

15. EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997. https://doi.org/10.1086/231209

16. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Vol. 2.

17. EUGÊNIO, João. *Um ritmo espontâneo*: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras, de *Sérgio Buarque de Holanda*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

18. EUGÊNIO, João. Um horizonte de autenticidade – Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935). *In:* MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 425-459.

19. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

20. FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 119-140, 2013. https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200008

21. FELDMAN, Luiz. *O Brasil no mundo e vice-versa: o Estado em Casa-grande & Senzala, Sobrados* e *Mucambos* e *Raízes do Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.32983

22. FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

23. FERREIRA, Gabriela. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova*, n. 37, p. 229-247, 1996. https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000100012

24. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1996. Vol. II.

25. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadencia do patriarchado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

26. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Editora Unesp, 1991.

27. GO, Julian. Postcolonial thought as social theory. *In:* BENZECRY, C.; KRAUSE, M.; REED, I. (eds). *Social theory now*. Chicago: The Chicago University Press, 2017. p. 130-161.

28. GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003. https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020

29. HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

30. HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

31. HOLLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

32. LAGE, Victor. *Interpretations of Brazil, contemporary (de)formations*. 2016. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.27613

33. MARX, Karl. *Capital*. Londres: Penguin Books, 1990. Vol. I.

34. MELO, Alfredo. Mudanças em ritmo próprio. *In:* HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 449-455.

35. MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.

36. MONTEIRO, Pedro. *Signo e desterro*: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2015.

37. MONTEIRO, Pedro; SCHWARCZ, Lília. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. *In:* HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 11-26.

38. MONTERESCU, Daniel. Spatial relationality and the fallacies of methodological nationalism: Theorizing urban space and binational sociality in Jewish-Arab "mixed towns". *In:* DÉPELTEAU, F.; POWELL, C. (eds). *Applying relational sociology*: relations, networks, and society. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 25-50.

39. MOTTA, Roberto. Tempo, desenvolvimento e (in)correção histórica: a propósito da lusotropicologia de *Gilberto Freyre*. *In:* MOTTA, R.; FERNANDES, M. (orgs.). Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 213-242.

40. NABUCO, Joaquim. Post-scriptum: a questão da América Latina. *In:* NABUCO, J. *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2010. p. 304-310.

41. PARSONS, Talcott. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.

42. POWELL, Christopher; DÉPELTEAU, François. Introduction. *In:* POWELL, C.; DEPELTEAU, F. (eds.). *Conceptualizing relational sociology*: ontological and theoretical issues. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-12.

43. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

44. PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

45. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

46. PRANDINI, Riccardo. Relational sociology: a well-defined sociological paradigm or a challeging "relational turn" in Sociology?. *International Review of Sociology*, v. 25, n. 1, p. 1-14, 2015. https://doi.org/10.1080/03906701.2014.997969

47. RAMOS, Alberto G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

48. ROCHA, João. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados – ou por uma edição crítica de Raízes do Brasil. *In:* MONTEIRO, P.; EUGÊNIO, J. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas; Rio de Janeiro: Editora da Unicamp; EdUERJ, 2008. p. 245-275.

49. RODRIGUES, Raimundo N. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

50. ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. Tomo I.

51. ROSTOW, Walt W. *As etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

52. SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2000.

53. SOUZA, Jessé. A atualidade de Gilberto Freyre. *In:* KOMINSKY, E. et al. (orgs). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 65-81.

54. SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997. https://doi.org/10.1017/S0026749X00017133

55. TAVOLARO, Sergio B. F. Imagens contra-hegemônicas da modernidade: uma visada sociológica relacional. *In:* F. DÉPELTEAU, F.; VANDENBERGHE, F. (org.). *Sociologia Relacional*. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades Editorial, 2021. p. 267-301.

56. TAVOLARO, Sergio B. F. Stasis, motion and acceleration: The senses and connotations of time in Raízes do Brasil and Sobrados e mucambos (1936). *Sociologia & Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 243-266, 2020. https://doi.org/10.1590/2238-38752019v1019

57. THERBORN, Göran. Entangled modernities. *European Journal of Social Theory*, v. 6, n. 3, p. 293-305, 2003. https://doi.org/10.1177/13684310030063002

58. TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Brasília: Editora UnB, 1982.

59. VANDENBERGHE, Frédéric. The relation as magical operator: Overcoming the divide between relational and processual sociology. *In:* DÉPÉLTEAU, F. (ed.). *The Palgrave handbook of Relational Sociology*. Palgrave MacMillan, 2018. p. 35-57.

60. VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

61. WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011. https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003

62. WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1976.

63. WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

64. WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002. https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043

Recebido: 15 mar. 2021.
Aceito: 19 jul. 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-103835

Encarceramento e desencarceramento no Brasil: a audiência de custódia como espaço de disputa

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo[*]
Jacqueline Sinhoretto[**]
Giane Silvestre[***]

Resumo

A população carcerária brasileira cresce de forma ininterrupta no período pós-Constituição de 1988. O percentual de presos provisórios é elevado. Considerando que nesse período foram ampliadas as possibilidades de aplicação de penas e medidas alternativas, supõe-se a coexistência entre a prisão e as alternativas ao cárcere. O artigo analisa dados coletados em pesquisa nacional sobre Audiências de Custódia, que permitem discutir tensões e funcionamento recíproco de medidas descarcerizantes e mentalidade punitiva. Por meio de análise de observação direta das audiências e entrevistas com os operadores do direito, reflete-se sobre padrões de escolha e mecanismos de seletividade que, por hipótese, se relacionam às concepções dos operadores jurídicos acerca do crime, do criminoso e da punição. São analisadas as mentalidades institucionais no campo jurídico relacionadas com opções de política criminal e os seus reflexos na tomada de decisão judicial, aprofundando possibilidades teóricas de interpretação desses dados.

Palavras-chave: encarceramento, audiência de custódia, prisão provisória, política criminal, alternativas penais.

[*] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
[**] Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
[***] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Incarceration and disincarceration in Brazil: the detention hearing as a space for dispute

Abstract

The Brazilian prison population have been growing continuously uninterruptedly in the post-Constitution period of 1988. The percentage of pre-trial prisoners is high. Considering that in this period the possibilities of alternatives to imprisonment were expanded, the coexistence between incarceration and its alternatives is assumed. The article analyzes data collected in a national research on Detention Hearings, which allow to discuss tensions and the reciprocal progress of disincarceration policy and punitive mentality. Through direct observation of the hearings and interviews with law enforcement actors analysis, patterns of choice and selectivity mechanisms had been identified, which, hypothetically, are related to the concepts of legal operators about crime, the offender and punishment. Institutional mentalities in the legal field related to criminal policy options and their impact on judicial decision-making were analyzed, deepening theoretical possibilities for interpreting these data.

Keywords: incarceration, detention hearing, pretrial detention, criminal policy, alternative sentencing.

Introdução

A população carcerária brasileira cresce de forma ininterrupta há três décadas, coincidindo com a vigência da Constituição de 1988 e a democratização do Estado em vários setores. Nesse ínterim, também foram ampliadas as possibilidades de aplicação de penas e medidas alternativas à prisão e ao encarceramento provisório, como a Lei nº 12.403/2011 e as audiências de custódia, objeto de análise deste artigo. Diante desse cenário aparentemente contraditório, supõe-se que a relação entre a prisão e as alternativas ao cárcere não é necessariamente de ruptura, mas de coexistência, continuidade e funcionamento recíproco. Os efeitos das alternativas à prisão vinculam-se tanto às interações entre as diversas tendências político-criminais presentes quando de sua emergência

e implementação, quanto às formas de compreensão acerca do crime e do criminoso que, num dado momento, orientam a sua configuração específica.

Nesse sentido, este artigo explora questões ligadas à implementação das audiências de custódia em seis cidades brasileiras, analisando a coexistência entre práticas descarcerizantes e visões punitivistas da punição em seu funcionamento cotidiano. Para tanto, serão analisados dados quantitativos e qualitativos da pesquisa *Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares – Obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e financiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ/FBSP, 2018), oferecendo uma interpretação autoral. Além disso, serão analisados os dados quantitativos do Infopen, sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, mantido pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e do CNJ, para verificar a dinâmica de funcionamento do sistema penal nos diferentes estados. A interpretação reflete sobre os usos e funções atribuídas às audiências de custódia, sobre como a prisão e as alternativas penais são implementadas e percebidas pelos agentes jurídicos e sobre os obstáculos à efetivação de uma política de desencarceramento.

O crescimento do encarceramento no Brasil

Há uma tensão no Brasil contemporâneo que desafia o quadro apresentado pela literatura internacional que analisa o crescimento do encarceramento e das políticas de endurecimento penal. David Garland (2008), Loïc Wacquant (2003), Zygmunt Bauman (1999) e outros expoentes concordam com a ideia de que o punitivismo[1] é uma tendência em ascensão quando as políticas sociais do bem-estar entram em declínio. No caso brasileiro, no entanto, durante, pelo menos, os últimos quinze

[1] O punitivismo refere-se a uma visão da punição dissociada dos objetivos de reinserção social que marcaram o arranjo institucional do *welfare*. Trata-se de um movimento global de reformas legislativas e práticas institucionais no sentido da ampliação do sistema penal no tratamento dos conflitos sociais, endurecimento das penas, pautado por uma visão individualista do conflito, reemergência da leitura ontológica do crime e do criminoso, relacionado a políticas neoliberais.

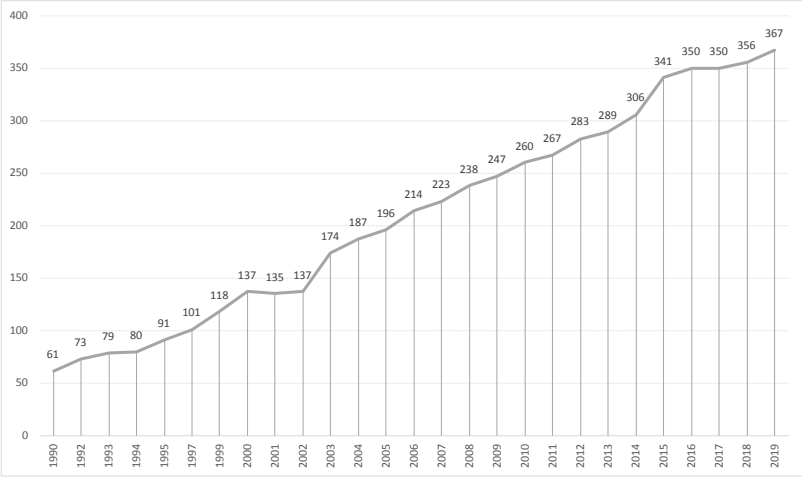
anos, o governo federal contribuiu para a implementação de políticas distributivas, elevação dos padrões de desenvolvimento humano, redução das desigualdades regionais e sociais. Contudo, no mesmo período, a população carcerária cresceu de forma ininterrupta. Em 1990 havia 104,7 presos por 100 mil habitantes acima dos dezoito anos, e em 2019 esta taxa era de 367,9. O número de encarcerados no país chegou a 773.151 em 2019, considerando os presos dos sistemas estaduais e federal e das carceragens de delegacias (Depen, 2019).

O crescimento do encarceramento brasileiro pode ser explicado, em parte, por uma demanda punitiva que encontrou respaldo tanto nos legisladores quanto na atuação das instituições de segurança pública e justiça criminal, mas que não surtiu o efeito esperado de queda da criminalidade. Como exemplo, é possível citar a lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos) que impediu a progressão de regime, ampliando consideravelmente a população dentro das prisões. A lei, no entanto, não teve os efeitos esperados na redução da criminalidade (Ilanud, 2005). Já nos anos 2000, os efeitos perversos da lei 11.343/06 (lei de drogas) impulsionou o encarceramento de pequenos traficantes e usuários de drogas e surtiu pouco efeito no desmantelamento de cadeias internacionais do tráfico. Dentre outros aspectos, o crescimento exponencial da população encarcerada no Brasil foi responsável, ainda, pelo surgimento e consolidação de facções criminais e produziu o incremento dos mercados ilegais.

Por outro lado, como apontam Campos e Azevedo (2020), a análise das reformas penais ocorridas no Brasil de 1988 até 2018 coloca em xeque a ideia de que o Brasil reproduz de forma mecânica o aumento unilateral do poder de punir do Estado contemporâneo no Ocidente, com base na experiência dos EUA e de países como Inglaterra ou França. Dito de outra forma: a política de segurança pública e justiça criminal no Brasil aprovada em lei não reproduz unilateralmente um "Estado Penal", porque existem meios de comunicação de massa, partidos políticos, movimentos sociais, presidentes, ministros, ONGs, *lobbies* e outros atores que influenciam, por meio de práticas sociais (diretas ou indiretas), esse processo no sentido da ambiguidade.

Tais elementos, que são muito próprios do caso brasileiro, mostram a insuficiência dos modelos explicativos de autores como Loïc Wacquant para compreender a realidade nacional.

Gráfico 1. Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes Brasil, 1990 – 2020



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (Depen, 2019)

Além das particularidades mencionadas, a situação carcerária atual no país é também preocupante pelo alto número de presos provisórios. Segundo os dados do Depen/Infopen, considerando somente a população do sistema prisional, em junho de 2019, os presos ainda sem uma condenação criminal representavam 33,4% do total. Apesar de leve redução em 2018 e 2019, o crescimento do número de presos provisórios se manteve constante na última década, inclusive após a entrada em vigor da Lei 12.403/11, que deu ao Judiciário novas possibilidades para a garantia do andamento do processo penal sem a necessidade da prisão do acusado, entre as quais o monitoramento eletrônico, medida pouco utilizada, seja por resistência dos juízes, seja pela falta de estrutura nos estados (Instituto Sou da Paz, 2014).

As taxas de aprisionamento são variáveis entre os estados, tornando a geografia do encarceramento no Brasil bastante diversa no que tange ao total de pessoas encarceradas, quanto à porcentagem em situação de prisão provisória. Em junho de 2019, estavam no estado de São Paulo aproximadamente 20% do total de presos provisórios do país: 51.093 (21,8% dos encarcerados no estado). Na região sul, o Rio Grande do Sul apresentava a maior proporção de presos provisórios no total da população carcerária: 31,2% (Depen, 2019).

Quatro estados tinham mais da metade de seus presos em situação provisória: Piauí (56,03%), Ceará (52,79%), Rio de Janeiro (52,16%) e Bahia (50,69%). Além disso, 15 apresentaram um percentual de presos provisórios acima da média nacional (Depen, 2019). Entre outros aspectos, isso se relaciona à ausência das garantias processuais para determinados perfis de acusados, que ficam presos durante o processo, por até dois anos ou mais.

A opção pelo aumento do encarceramento no Brasil não é acompanhada da garantia de condições carcerárias mínimas, contribuindo para a violência no interior do sistema prisional, a disseminação de doenças e o crescimento das facções criminais. Em 2011, o déficit era de 175.841 vagas. Em 2019 esse número passou a 312.125, chegando a 1,6 presos por vaga no sistema. Nenhum estado brasileiro garante a quantidade de vagas necessárias ao número de presos.

Como o terceiro país com maior número de encarcerados do mundo, o Brasil mantém a aceleração da taxa de encarceramento, enquanto os dois primeiros países apresentaram desaceleração. Os Estados Unidos iniciaram políticas federais e estaduais de redução do encarceramento, com a revisão de políticas penais e decisões judiciais, aumento de penas alternativas e concessão de liberdade condicional (*parole*) (Simon, 2014), auxiliadas pela descriminalização e regulamentação do uso recreativo da maconha em diversos de estados.

Nesse aspecto, as teorias internacionais que relacionam o endurecimento penal às tendências de redução das políticas de bem-estar, modificando intrinsecamente as funções da pena, esbarram em uma situação paradoxal

no quadro brasileiro. O crescimento de políticas de assistência social, ações afirmativas em educação, redução da pobreza, coexistiu no tempo com disputas pela expansão do sistema penal e das polícias militares, crescimento de homicídios e de mortos pela polícia, ainda que políticas descarcerizantes tenham sido patrocinadas pelo governo federal (Azevedo; Cifali, 2015).

Como sustentam Azevedo e Cifali (2015),

> por diversos motivos, entre os quais os diversos escândalos de corrupção que se sucederam ao longo dos 12 anos de governo, assim como a falta de uma orientação mais clara sobre um programa descarcerizante e que ao mesmo tempo dê conta da demanda social por redução da violência, os governos dirigidos pelo PT no Brasil não tiveram a capacidade para construir uma efetiva hegemonia de uma concepção de segurança pública vinculada à afirmação de direitos e ao funcionamento adequado e republicano dos órgãos responsáveis pela persecução criminal. Perderam também a possibilidade política de incidir sobre outras esferas de governo, como os estados e municípios, e mesmo outras dimensões institucionais, como parlamento e judiciário, para a mudança de orientação das decisões judiciais e a ampliação de um sistema legal capaz de reestruturar os órgãos policiais e implementar mecanismos eficazes de controle (p. 125).

Os autores destacam, ainda, que é preciso também considerar, entre outros fatores, o peso do estado de São Paulo no crescimento do encarceramento no Brasil. Há muitos anos sob o controle do PSDB, que adotou, tanto discursivamente quanto em suas práticas de gestão, políticas vinculadas aos movimentos de Lei e Ordem, na defesa de encarceramento duro especialmente para delitos ligados ao mercado da droga, o estado ilustra o peso da orientação do poder executivo estadual, responsável pela coordenação da atuação das polícias civil e militar (Azevedo; Cifali, 2015).

A partir de 2016, houve uma inflexão das políticas federais e o abandono das iniciativas descarcerizantes e de redução de desigualdades. O país passou a corresponder ao tipo descrito na literatura internacional (e.g. Wacquant, 2003; Garland, 2008) em que a redução do bem-estar social está vinculada ao reforço do punitivismo, especialmente após a ascensão da extrema direita nas eleições de 2018.

Nesse quadro, 2017 e 2018 foram extremamente violentos no interior das penitenciárias. O país assistiu à intensificação de rebeliões e mortes, especialmente no Norte e no Nordeste, com a evidência de organização de grupos violentos no interior dos cárceres. O que não apenas deixa evidente a deterioração das garantias de vida e segurança, mas também sinaliza para os efeitos perversos e nefastos da prisão como um espaço de organização da delinquência. Da mesma forma, a passagem da organização das quadrilhas locais para redes criminais de larga abrangência territorial tem as cadeias como ponta de lança de empreendimentos econômicos e políticos (Dias, 2013; Paiva, 2015; Lourenço; Almeida, 2013).

Audiências de custódia: entre o punitivismo e o desencarceramento

Desde 2015, o Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Ministério da Justiça e os Tribunais de Justiça estaduais, passou a estimular a adoção da Audiência de Custódia como rotina. As audiências preveem a apresentação dos presos em flagrante à autoridade judiciária no prazo de 24 horas após a detenção, na tentativa de garantir a prisão apenas nas hipóteses estritamente necessárias. A medida foi implementada em consonância com o Pacto de San Jose da Costa Rica[2] e regulamentada pela Resolução 213 de 2015 do CNJ.[3] A audiência foi criada com duas funções: analisar a necessidade de prisão durante o processo e verificar as condições da pessoa detida, apurando situações de maus-tratos e tortura durante a detenção. Em audiência são ouvidos, além do acusado, Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado particular.

[2] O Decreto nº 678 de 1992 promulgou a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica) celebrada em 1969. No art. 7º do pacto há o dispositivo: "toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo".

[3] Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2234. Acesso em 17/02/2020.

Anteriormente, os juízes analisavam apenas a documentação relativa à prisão provisória e decidiam estritamente com base no pedido de conversão da prisão flagrante em prisão preventiva. A introdução das audiências buscou reforçar o caráter acusatorial do processo penal, numa fase do rito processual em que as características inquisitoriais tendiam a predominar para a grande maioria dos acusados.

A implementação das audiências de custódia tem sido objeto de estudos acadêmicos, monitoramento por parte de organizações da sociedade civil (IDDD, 2017; Conectas, 2017) e do próprio CNJ. Ballesteros (2016) concluiu que as audiências têm servido mais ao cumprimento do ritual imposto aos operadores, do que para averiguar a real necessidade de manutenção da prisão. Isso porque a maior parte dos juízes e promotores não tem dado credibilidade aos fatos apresentados pelos presos, mas à versão policial dos fatos. O uso recorrente de linguagem técnico-jurídica prejudica a compressão dos presos acerca do que é debatido em audiência, além da padronização de decisões, observada pela autora, com pouca consideração às particularidades de cada caso.

O estudo de Jesus (2016) em São Paulo debruçou-se sobre a crença de juízes e promotores na narrativa policial em caso de prisões em flagrante, especialmente em casos de tráfico de drogas. Segundo a autora, não se questiona a forma como as informações foram produzidas e adquiridas pelos policiais. Com isso, práticas de violência, tortura ou ameaça raramente são averiguadas, e expressões como violência policial, extorsão, flagrante forjado não aparecem nas deliberações de promotores e juízes (Jesus, 2016). Já o estudo realizado por Silvestre e colaboradores (2021) mostra como mudanças institucionais ocorridas, tanto no Tribunal de Justiça quanto na coordenação das audiências de custódia da capital paulista, enfraqueceram a já precária apuração dos fatos que envolvem casos de tortura e violência policial.

Küller (2017), também em São Paulo, concluiu que, apesar de pontos de inflexão na tendência do encarceramento, observam-se também permanências nas audiências, no que diz respeito ao descrédito atribuído às narrativas dos indivíduos presos sobre o delito e sobre a violência

institucional. Abreu (2018), sobre o Rio de Janeiro, apontou que o contato entre preso e juiz tem pouco ou nenhum efeito na construção da decisão, já que os juízes decidem sobre os casos apresentados na pauta do dia antes mesmo da realização das audiências. Albuquerque (2017) destacou a relevância das audiências como mecanismo humanizador da justiça criminal, ao possibilitar a superação do modelo cartorário da verificação dos atos da prisão em flagrante. Contudo, aponta necessário esforço dos órgãos estatais e atores processuais para que não se torne apenas mais um ritual burocrático da racionalidade punitiva.

O presente estudo enfoca a coexistência entre práticas descarcerizantes e punitivistas na condução das audiências de custódia pelos operadores jurídicos. Além dos dados compilados com a ajuda de 955 formulários utilizados em seis cidades – São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Florianópolis, João Pessoa e Palmas (CNJ/FBSP, 2018) – sobre o perfil dos acusados que passaram pelas audiências e o perfil das decisões, o tópico posterior utiliza informações provenientes de entrevistas com os operadores judiciais que participaram de audiências.

Perfil dos acusados

O perfil dos acusados conduzidos às audiências de custódia foi analisado com o auxílio de um formulário padronizado preenchido exclusivamente com as informações obtidas durante a observação presencial das audiências. Por razões operacionais, não foram consultados os autos para a obtenção de informações complementares ou checagem. Também não foi usada amostra estatística, pois o número de audiências e a forma como são realizadas é muito diferente conforme a cidade. Em alguns lugares uma amostra estatística seria inviável para os recursos disponíveis, em outros foi possível acompanhar todas as audiências nos dias da visita da equipe. Procedimentos de aleatoriedade foram adotados para não concentrar observações em alguns juízes ou horários, procurando recobrir a máxima diversidade possível.[4]

[4] O detalhamento da metodologia, dificuldades e contexto da coleta em cada cidade e a composição da equipe estão detalhadas no relatório (CNJ/FBSP, 2018).

Em 90% dos casos as pessoas detidas eram do sexo masculino. Das pessoas apresentadas à audiência de custódia observadas pelas pesquisadoras, 65% foram identificadas como negras[5], conforme tabela 1:

Tabela 1. Pessoas detidas apresentadas à audiência de custódia segundo cor/raça

Cor/raça	Freq	%
Branca	312	32,70%
Negra	623	65,20%
Indígena	4	0,40%
Amarelo	2	0,20%
NI	14	1,50%
Total	**955**	**100,00%**

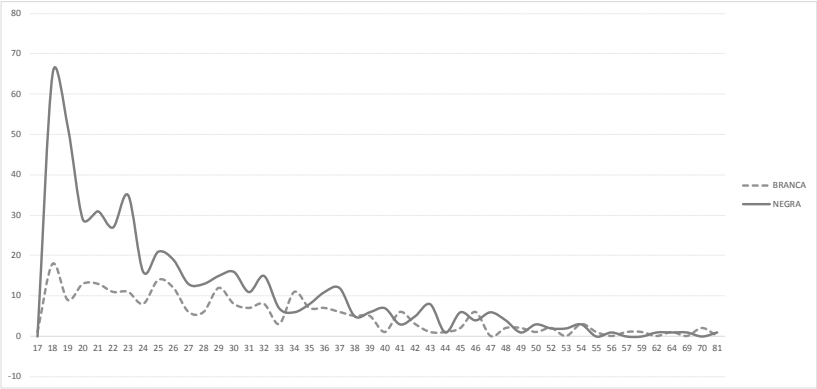
Fonte: CNJ/FBSP (2018).

Das 955 pessoas apresentadas à audiência de custódia e acompanhadas pela pesquisa, foi possível coletar a idade de 741[6]. A maior incidência encontrada foi de pessoas de 18 anos e 25% das pessoas tinham menos de 20 anos. Mais da metade (51%) tinha até 25 anos de idade. A concentração de pessoas muito jovens (gráfico 2) fica mais evidente entre as pessoas negras, o que corrobora outras análises sobre a vulnerabilidade dos jovens negros à prisão (Brasil 2015a, 2015b; Sinhoretto *et al.*, 2013).

[5] A heteroclassificação da cor de pele pelas pesquisadoras tratou-se de um procedimento inusual e possivelmente discutível, adotado em razão da ausência da coleta de informação cor nas audiências. Nos autos judiciais é comum que o registro da informação cor também se baseie em heteroclassificação realizada por quem preenche os documentos, o que acarreta divergências no registro da cor da pele da mesma pessoa ao longo dos atos. A informação autodeclarada não costuma ser coletada em audiências judiciais. A categoria negra resultou da soma de preta e parda.

[6] Informação geralmente perguntada pelo juiz no início da audiência, junto a perguntas sobre endereço, profissão, grau de escolaridade, filhos e uso de álcool e drogas. Houve uma audiência realizada com um acusado de 17 anos que afirmou ser maior de idade, contudo posteriormente foi comprovada necessidade de conduzi-lo à vara especial de infância e juventude.

Gráfico 2. Idade das pessoas apresentadas à Audiência de Custódia segundo cor/raça



Fonte: CNJ/FBSP (2018).

Os dados do tipo de delito pelo qual a pessoa custodiada foi acusada mostram que o roubo motiva o maior número de detenções (22,1%). Tráfico de drogas aparece em segundo lugar (16,9%), seguido de furto (14%) e receptação (11%).

Os crimes patrimoniais somados (roubo, furto e receptação) respondem por 47,2% dos casos observados pela pesquisa. Delitos contra a vida somaram 2,9% das audiências observadas, sendo que houve mais prisões por homicídios tentados do que consumados e baixa incidência de latrocínio. Violência doméstica aparece com incidência de 7,8% e outras lesões corporais com 1,8%.

Uma das questões mais exploradas nas audiências é a existência de antecedentes criminais, sendo que 51% das pessoas detidas tinha antecedentes criminais. Os delitos cometidos com violência presumida ou exercida somaram 34,8% das acusações que motivaram prisões em flagrante, enquanto 43,6% não são tipos penais relativos ao uso da violência, incidência também predominante na categoria 'outros' que representou 21,6% e agrupou as capitulações com apenas um registro. Se não mais do que 34,8% das prisões em flagrante observadas se referem a delitos

violentos, torna-se evidente que a liberdade se tornou exceção na prática policial e que a regra tem sido a prisão para crimes patrimoniais (cometidos ou não com violência) e de drogas que, somados, correspondem a 64,1% dos delitos identificados nas audiências, o que justifica a adoção do instituto das audiências de custódia.

Tabela 2. Crime imputado às pessoas detidas apresentadas às audiências de custódia

Crimes	Freq	%
Roubo	235	22,10%
Furto	149	14,00%
Tráfico	180	16,90%
Lesão Corporal	19	1,80%
Latrocínio	2	0,20%
Homicídio Tentado	23	2,20%
Homicídio Consumado	8	0,80%
Violência Doméstica	83	7,80%
Estelionato	17	1,60%
Receptação	117	11,00%
Outros	229	21,60%
Total	**1062**	**100,00%**

Nota: a cada pessoa pode ser imputado mais de um crime, por isso o total (1062) é superior ao número de presos (955). A unidade de análise desta tabela é o crime imputado.
Fonte: CNJ/FBSP (2018).

Procedimento e observação de garantias

A pesquisa abordou o cumprimento de garantias de direitos das pessoas detidas, com especial atenção àquelas estabelecidas para o funcionamento das audiências de custódia (Resolução CNJ nº 213 de 15/12/2015). Observou-se que 81% das pessoas estavam algemadas durante as audiências de custódia, contrariando expressamente a Resolução. Chamou a atenção o forte aparato de segurança sobre os presos no momento das audiências, quando algemas e a presença dos agentes se combinam, mesmo em situações de baixa resistência. Em relação às explicações e informações que os juízes devem fornecer às pessoas custodiadas para assegurar os direitos, em 26% dos casos não foi informada a finalidade da audiência e na metade (49,9%) desses não foi explicado o direito de permanecer em silêncio.

O enfrentamento à violência e aos maus tratos cometidos no momento das prisões em flagrante é outra finalidade das audiências de custódia. No entanto, durante as observações, foi possível notar que o ambiente se torna frequentemente hostil a esse tipo de denúncia, dada a presença de policiais dentro das salas de audiência[7]. Justamente por isso, é fundamental que o juiz faça perguntas e demonstre interesse sobre a ocorrência de violência no momento da prisão. Nesse sentido, é preocupante o fato de que, para 31,8% dos presos em flagrante, não tenha sido feita nenhuma pergunta sobre violência e/ou maus tratos no momento da prisão.

Desfecho das audiências

Em relação ao resultado das audiências, o latrocínio (baixa incidência na amostra) teve a totalidade dos flagrantes convertidos em prisão preventiva. O homicídio tentado (baixa incidência) teve 87,1% de conversão em preventiva. O roubo, cuja participação na amostra foi predominante, teve

[7] Nesse aspecto, o resultado corrobora o levantamento realizado pela organização Conectas Direitos Humanos (Conectas, 2017).

86,8% de conversões em preventiva. Homicídio consumado teve percentual de conversões em flagrante inferior ao roubo (75%). Quanto ao flagrante por tráfico de drogas, 57,2% das pessoas detidas foram mantidas presas enquanto aguardavam o julgamento. A manutenção da prisão por tráfico foi mais frequente do que nos casos de violência doméstica, em que 39,8% dos presos em flagrante permaneceram encarcerados após a audiência de custódia, proporção esta maior do que a lesão corporal em outros contextos (26,3% de conversão). Receptação (36,8%) e furto (30,2%) foram delitos em que a concessão de liberdade provisória foi bastante frequente. Lesão corporal (10,5%), receptação (7,7%) e tráfico de drogas (7,8%) são os delitos de maior incidência de relaxamento de flagrantes.

O tipo de crime parece fortemente correlacionado à decisão tomada na audiência de custódia sobre a necessidade de aguardar o julgamento em cárcere. O roubo (seguido ou não de morte) foi o crime de prisão mais frequente, mais do que o homicídio. O tráfico de drogas mereceu destaque na análise por ser um crime sem violência e que despertou nos juízes a disposição para a prisão processual.

Na busca por refinar a observação, foi realizado um agrupamento dos crimes violentos (com violência presumida no tipo penal) e não violentos, o que permite perceber como as decisões se distribuíram, como se vê na tabela 3.

Constatou-se que 65,1% dos crimes violentos que passaram pelas audiências de custódia observadas tiveram a conversão em prisão preventiva e 40% dos crimes cometidos sem violência receberam o mesmo tratamento. Isso coloca em dúvida o papel da audiência de custódia na gestão da violência do crime, posto que, se é alta a manutenção da prisão em crimes violentos, como o roubo, também é alta sua manutenção em crimes não violentos, com destaque para o tráfico. Pode-se admitir que há um uso excessivo da prisão provisória para delitos sem violência contra a pessoa.

Tabela 3. Crimes violentos e não violentos segundo a decisão na audiência de custódia

Decisão	Crime violento	
	Sim	Não
Relaxamento do Flagrante	1,60%	6,50%
Conversão em Preventiva	65,10%	40,00%
LP sem Cautelar	2,00%	1,60%
LP com Cautelar	30,00%	45,60%
LP e encaminhamento à assistência	0,20%	1,40%
NI	0,70%	0,20%
Relaxamento e Conversão	0,00%	0,90%
Relaxamento e encaminhamento à assistência	0,00%	0,40%
LP com Cautelar e encaminhamento à assistência	0,40%	3,40%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: CNJ/FBSP (2018).

Em relação à influência dos antecedentes sobre a decisão dos juízes, 65,4% dos custodiados com antecedentes criminais tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva, e o mesmo aconteceu com 37,3% dos custodiados que não tinham antecedentes. Entre os que não tinham antecedentes foi maior a frequência de liberdade provisória com medidas cautelares (52,8%); decisão semelhante beneficiou 26% entre os que tinham antecedentes criminais. O antecedente criminal, portanto, influencia a decisão a respeito da necessidade de prisão durante o processo.

Tabela 4. Antecedentes criminais do custodiado segundo decisão em audiência de custódia

Decisão	Antecedentes	
	Sim	Não
Conversão em preventiva	65,40%	37,30%
Relaxamento do flagrante	3,50%	4,30%
LP sem cautelar	1,40%	2,40%
LP com cautelar	26,00%	52,80%
LP e encaminhamento para assistência	0,60%	0,50%
Relaxamento do flagrante e decretação de preventiva	0,20%	0,80%
Relaxamento do flagrante e encaminhamento para assistência	0,20%	0,30%
LP com cautelar e encaminhamento para assistência	2,00%	1,60%
NI	0,70%	0,00%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: CNJ/FBSP (2018).

Entre as pessoas brancas conduzidas à audiência de custódia, 49,4% permaneceram presas e 41% receberam liberdade provisória com cautelar. Entre os negros (maioria na amostra) 55,5% tiveram a prisão mantida e 35,2% receberam liberdade provisória com cautelar, o que indica que o tratamento judicial é mais duro para os acusados negros. Na audiência de custódia, a filtragem racial na prisão em flagrante não é revertida ou anulada. Isso não significa que os operadores tenham plena consciência de que fazem análises baseadas na discriminação racial, trata-se de um dado objetivo que materializa a situação mais dura que os negros enfrentam perante a justiça criminal.

A percepção dos operadores

Na análise das entrevistas, a pesquisa constatou que "ver" a pessoa detida é considerado importante para a finalidade da audiência de custódia, dada a existência de um saber profissional acumulado que indica que os operadores da justiça criminal se consideram capazes de "bater o olho" e reconhecer, na apresentação corporal do acusado, um conjunto de informações relevantes para a sua decisão. A relevância do procedimento do reconhecimento – a que os policiais dão o nome de tirocínio – como elemento que produz filtragem racial e tratamento desigual entre negros e brancos vem sendo discutida na literatura sobre policiamento e racismo, e os dados apontam que as audiências judiciais não são menos propícias a esse debate.

A análise das entrevistas com os operadores atuantes na cidade de São Paulo deixa evidente o campo de tensões, em que as práticas descarcerizantes enfrentam a resistência de concepções e práticas de defesa de social[8] arraigadas e naturalizadas pelos agentes jurídicos.[9] Por ser uma inovação, a reflexão dos operadores sobre a audiência de custódia é propícia para identificar como permanências são disputadas por novas sensibilidades e como se reorganizam no interior do campo judicial.

A audiência de custódia é vista por alguns operadores como uma oportunidade de confirmar as categorias de suspeição e seleção utilizadas pelos policiais em campo. A capacidade de, como disseram, "bater o olho" e saber que alguém ou a oportunidade de "separar o joio do trigo" foram

[8] Defesa social entendida como uma visão de política criminal em que a defesa da sociedade contra o crime deve prevalecer sobre as garantias individuais dos acusados.

[9] As entrevistas aqui relatadas foram realizadas em 2016. Em 2018, toda a equipe de magistrados atuantes nas Audiências de Custódia em São Paulo foi substituída. Uma juíza de perfil conservador assumiu a coordenação e designou juízes ideologicamente alinhados a ela, o que foi contestado numa ação civil pública ainda não julgada. Desde então, a proporção de solturas reduziu-se significativamente, indicando a precariedade institucional dos cargos ligados à gestão do encarceramento. Ver: https://www.conjur.com.br/2018-fev-18/entrevista-juiza-patricia-alvarez-cruz-chefe-dipo-sp e http://www.justificando.com/2017/12/15/juiza-que-condenou-mulher-por-furto-de-xampu-e-cotada-para-coordenar-audiencias-de-custodia-em-sp/ Acesso em: 20/02/2020.

descritas por eles como parte de um saber que orienta sua ação de defesa social. Para outros, garantias de defesa e argumentos em torno de direitos fundamentais são colocados em relevo como saberes organizadores da sua prática judicial. Há uma corrente de opinião que reivindica uma insuficiência do direito penal na resolução de problemas sociais que desembocam na audiência de custódia, sem renunciar à sua aplicação.

Foi relatada uma forte resistência inicial à implantação do instituto. Essa resistência, segundo os entrevistados, vem desde o estranhamento de uma intervenção vinda de organismos internacionais no direito nacional, até uma dificuldade de aceitação de que trabalho policial necessite de verificação. Um promotor afirmou:

> Eu era um pouco contra. Você fala "nossa, parece inversão de valores isso, né? Quem está certo é o bandido e a polícia, o Estado que está errado?" Bom, uma coisa que eu pensava antes, né? (Promotor, SP).

Os promotores relataram mudança de posição em relação à audiência de custódia assim que passaram a atuar na prática, a constatar a existência de casos inequívocos de maus-tratos por parte de policiais, embora se preocupem em "separar o joio do trigo" nas acusações de tortura, por considerar uma estratégia adotada por muitos réus para tentar desacreditar a versão policial sobre a prisão. Preocupam-se com a correição das operações da Polícia Civil, pois consideram que elas produzem uma quantidade grande de prisões apenas para registro estatístico de produtividade. Não obstante, há, entre os promotores, preocupação em não lançar suspeitas infundadas sobre os policiais, sobretudo os militares, não desqualificar o seu trabalho, não fazer afirmações generalizantes. Entendem que o próprio ato de realizar prisões produz lesões que não deveriam ser objeto de investigação por serem resultado da resistência do preso em ser detido e imobilizado. O mesmo cuidado com garantias de acusação, no entanto, não se verifica em relação aos réus apresentados em audiência, deixando perceptível que a vigilância das garantias individuais depende de se é "joio" ou "trigo".

Juízes e defensores consideram que o Ministério Público deixa a desejar em sua atuação na apuração de violências e maus-tratos cometidos pelos policiais, posto que é sua a função de controle externo da polícia, assim como a titularidade da ação penal nos casos em que as violências são visíveis.

Juízes e promotores asseveram que a finalidade da audiência de custódia é verificar, caso a caso, a necessidade da prisão durante o processo. O desencarceramento não seria um dos objetivos a serem atingidos com a criação do instituto. Contudo, defensores reconhecem que o encarceramento excessivo é um dos problemas a que a justiça criminal deve responder.

"Separar o joio do trigo", função primordial atribuída pela maioria dos interlocutores à audiência de custódia, também se refere a direcionar a administração dos conflitos envolvendo a extrema pobreza e o uso abusivo de crack às políticas sociais e não ao tratamento penal. Mas para que isso seja efetivo – e corresponda às concepções morais e políticas desses operadores da justiça – é necessária a articulação da justiça criminal com a rede de atendimento dos serviços sociais, que consideram falhos e insuficientes para atender à demanda.

Especialmente em São Paulo, a convivência com os conflitos decorrentes da gestão do complexo socioespacial chamado de Cracolândia foi muito presente. Os entrevistados das três instituições pareceram refratários à ideia de uma administração da questão apenas pela via repressiva. Haveria uma sobrecarga do sistema penal com delitos motivados por extrema pobreza, em que a solução penal não é adequada. Comunicaram a crença de que a atenção à saúde e à assistência social contribuem muito mais para a dignidade das pessoas envolvidas e para o interesse de toda a sociedade do que a solução penal, daí a necessidade de "separar o joio do trigo". O momento da realização das entrevistas ocorreu no auge do programa municipal "De braços abertos", já extinto.

A observação do ritual das audiências permitiu constatar a existência de "tipos" que organizam a experiência dos operadores jurídicos no

desenvolvimento do seu trabalho. Há um conhecimento compartilhado sobre os "tipos" de audiência em que o resultado provável será a soltura ou a conversão da prisão em preventiva. O "tipo" é constituído de uma combinação do delito (se grave ou leve na gramática cotidiana do fórum) com características do acusado (primariedade, trabalho e estudo, uso de drogas, residência fixa). Com pouco tempo de prática, era possível apreender a aplicação dos "tipos", bem como saber da maior ou menor adesão dos juízes e promotores na mobilização desses tipos. Os tipos não estão necessariamente em desacordo com a lei, mas orientam a conduta dos agentes e a análise que fazem dos casos individuais.

> A senhora esteve aqui embaixo, deve ter visto que crimes com violência, crimes com uma reincidência pesada não são objetos de qualquer tipo de benesse judicial, como não devem ser. Existem pessoas que não podem conviver em sociedade. (...) Então, eu vejo com muita tristeza essas primeiras chamadas e já vi gente, promotores, falando que aqui a gente soltava latrocidas e homicidas perigosos, o que é uma flagrante inverdade (Juiz, SP).

A percepção da existência dos tipos e da força de sua aplicação despertava em uma defensora a necessidade de atenção redobrada, de consciência em alerta permanente para não rotinizar demais o exercício profissional.

> Você está duvidando de uma pessoa com toda a sua complexidade, você tem que falar com ela em certa rapidez, a audiência acontece de forma rápida, então acho que isso, para quem passa pela audiência deve ser muito complicado. (...) Você tem que estar o tempo todo se lembrando que você precisa fazer a mesma explicação para todo mundo porque você fez muitas vezes, mas são pessoas que estão vendo aquilo pela primeira vez. É uma dinâmica muito de massa, é difícil lidar com isso, você tem que estar muito presente para não se deixar ir com o fluxo (Defensora, SP).

Apesar do alerta sobre a atuação "em massa", a maior parte dos operadores jurídicos envolvidos na audiência de custódia têm uma visão positiva sobre o instituto exatamente por ele possibilitar um contato pessoal entre acusados e profissionais do direito, o que aproxima o seu fazer de um ideal de justiça.

Os interlocutores da pesquisa em São Paulo foram contundentes ao afirmar a existência de uma dinâmica do trabalho policial na cidade que afeta o ritmo de ocorrências das audiências de custódia e, portanto, a dinâmica das prisões em flagrante e do encarceramento. Trata-se da percepção de existência de metas a cumprir no trabalho policial que, segundo os operadores, produzem prisões indevidas ou tecnicamente frágeis, em que as circunstâncias do flagrante e o enquadramento dos delitos não convencem os operadores jurídicos. Vários comentários se coadunaram na percepção de que a maioria dos delitos não envolve uma exacerbação da violência, mas trata de delitos de pequena monta, cometidos com técnicas até rudimentares, como comentou um promotor, "os caras estão assaltando no grito". E alguns relacionam esse perfil de baixa complexidade dos casos à crise econômica vivida pelo país.

Percebe-se, assim, que a preocupação primordial em "separar o joio do trigo" é movida por duas angústias sempre presentes no trabalho da justiça criminal, relativas a como tratar diferentemente os desiguais. Nesse caso, os desiguais são tanto os usuários de crack e moradores de rua, para os quais o direito penal é equivocadamente mobilizado por uma gigantesca máquina de prisão, ou então pessoas jovens que são presas "para bater metas" policiais. Mas é, também, uma tentativa de diferenciar o tratamento entre as pessoas, posto que não se deve lançar suspeitas sobre o trabalho policial confiando na palavra "do suspeito" de cometer crimes.

Analisando as entrevistas, percebe-se que a criação do instituto da audiência de custódia é uma medida cuja necessidade e função deve ser compreendida no contexto de uma política de segurança pública que tem na produção de prisões em flagrante uma medida de produtividade, que afeta e interfere no funcionamento da justiça criminal e nas dinâmicas do encarceramento. Pelas falas ouvidas, os operadores sentem que devem exercer uma função de correição sobre esse tipo de atuação a fim de inibi-la. De certa forma, as entrevistas oferecem uma confirmação empírica das análises recentes sobre o protagonismo da Polícia Militar (PM) no

campo estatal de administração de conflitos criminais, assim como sobre a centralidade da prisão provisória no controle social contemporâneo.

Sinhoretto e Lima (2015) avaliam que a composição do sistema prisional hoje reflete um modelo de segurança pública que tem como principal iniciativa o policiamento ostensivo realizado pelas PMs. O resultado disso é o alto número de prisões em flagrante em decorrência dessa lógica de policiamento que, por sua vez, impacta significativamente no número de prisões provisórias, também analisado em Silvestre (2018).

O protagonismo das PMs está ancorado no fato de que cabe a elas a definição de ordem pública e, nesse sentido, são elas que determinam como será a composição da clientela do sistema penal e, por decorrência, da população prisional. Além do mais, o controle do crime realizado pelas PMs acaba demandando do sistema de justiça criminal uma celeridade no processamento desses flagrantes que está muito além da sua capacidade e estrutura. O alto número de prisões em flagrante e a recorrente manutenção das prisões provisórias, em detrimento da aplicação de medidas cautelares, faz com que tanto as Polícias Civis, quanto o Judiciário acabem desempenhando um papel de coadjuvantes na seleção dos conflitos sociais e dos acusados que vão receber a atenção da justiça criminal.

A punição criminal no Brasil recai, sobretudo, sobre os jovens e negros acusados do cometimento de delitos relativos à circulação indevida da riqueza: roubos, furtos e tráfico de drogas. A circulação indevida da riqueza é a principal preocupação dos mecanismos de controle do crime, em detrimento do tratamento dos conflitos violentos, da proteção da vida e da integridade física, numa lógica de administração de conflitos própria de uma sociedade rica e violenta, considerando que, tanto a riqueza quanto a violência são desigualmente distribuídas (Sinhoretto, 2014). Isso se torna verificável quando uma acusação de crime cometido sem violência produz manutenção de prisão provisória, enquanto é muito difícil para a justiça criminal identificar e punir os maus-tratos e a tortura policial.

Considerações finais

A contribuição almejada por este artigo refere-se à captação das mentalidades, sensibilidades e convicções compartilhadas no interior do campo judiciário, bem como na identificação das descontinuidades e divergências existentes hoje nos discursos penais, nos quais, apesar da disputa, há o predomínio de postulados e concepções hegemonizados pelos cânones punitivistas.

Foi apresentada a persistência do alto encarceramento provisório no Brasil, um dos motivos que impulsionou a implantação das audiências de custódia. Entre os resultados obtidos em seis capitais, destacam-se as barreiras e bloqueios para a contenção da utilização abusiva da prisão provisória, bem como para a contenção da violência policial. Apesar de todo o esforço de múltiplos atores, as prisões em flagrante estão no centro do modelo de policiamento conhecido como "ostensivo", executado pelas polícias militares, e o sistema judicial não é capaz de rever os resultados do aprisionamento em massa para delitos ligados ao patrimônio e às drogas. Tampouco é capaz de reverter os efeitos da filtragem racial no policiamento.

Se, pela nova sistemática prevista pela Lei nº 12.403/2011, a prisão preventiva somente pode ser decretada pelo juiz quando não forem cabíveis outras medidas menos gravosas ao direito de liberdade do acusado, a bibliografia consultada apontava não ter havido o rompimento do binômio prisão preventiva/liberdade provisória, sendo a prisão preventiva cotidianamente aplicada nos tribunais do país, muitas vezes sem sequer verificar o cabimento de medidas alternativas e em desrespeito a garantias fundamentais como a legalidade, a presunção de inocência, a proporcionalidade, o devido processo legal e sua razoável duração.

Os dados divulgados pelo Depen/Infopen, relativos a 2018 e 2019, mostram uma leve queda no percentual de presos provisórios no país, ainda que o crescimento tenha sido constante na última década. Essa recente queda está possivelmente relacionada com a implementação das audiências de custódia em todos os tribunais. No entanto, mais de um

terço da população encarcerada segue sem julgamento no país, o que mostra a coexistência entre as medidas descarcerizantes e a permanência do encarceramento como principal ferramenta de controle do crime.

Como já destacado, a proporção de liberdades e prisões em cada Unidade da Federação depende de uma série de questões, como as políticas de segurança pública adotadas pelos estados, a cultura profissional e corporativa dos profissionais do sistema de justiça criminal, o retrospecto de utilização de alternativas penais assumidas pelo Judiciário, bem como a disponibilidade e a qualidade das políticas sociais e assistenciais do poder executivo de cada estado e município. Por exemplo, em São Paulo, a organização do serviço de atenção aos usuários de drogas em situação de rua, programa De Braços Abertos, reforçava nos operadores jurídicos, naquele momento, a tendência de tratamento judicial menos duro, em benefício do tratamento assistencial da questão.

Quanto aos fatores que levam à conversão em prisão preventiva no momento da audiência de custódia, constatou-se que o tipo de crime parece fortemente correlacionado à decisão tomada. O roubo (seguido ou não de morte) é o crime em que a prisão é mais frequente, mais do que o homicídio. O tráfico de drogas merece destaque na análise, por ser um crime sem violência e com alta proporção de manutenção da prisão processual. Embora predomine a manutenção da prisão provisória nos crimes com violência contra a pessoa, há também um percentual significativo de casos em que, mesmo sem violência na prática do delito, ocorre a decretação da prisão preventiva em audiência. Observada sob esse aspecto, pode-se admitir que há um uso excessivo da prisão provisória para delitos sem violência contra a pessoa. O encarceramento e a aplicação dura da lei penal predominam sobre a visão descarcerizante que se preocupa com os efeitos perversos do encarceramento, especialmente nos delitos de drogas.

Outro fator determinante para a decretação da prisão preventiva diz respeito aos antecedentes criminais do acusado. Nesse sentido, os antecedentes criminais, mesmo que sem trânsito em julgado, se configuram como um elemento que parece fortemente relacionado com a decisão a

respeito da necessidade de manter a prisão durante o processo. A presunção de culpa prevalece sobre a presunção de inocência, quando se trata de uma "clientela" do sistema de justiça criminal. A análise dos antecedentes criminais é o elemento decisivo na "separação do joio e do trigo", considerada uma das funções relevantes das audiências para seus operadores.

Constatou-se que o tratamento judicial é mais duro para os acusados negros, incluindo o que se passa na audiência de custódia. Nela, a filtragem racial que ocorre nas abordagens policiais dificilmente é revertida ou anulada. Isso acontece tanto no resultado da manutenção da prisão, mais frequente para negros, como no sentido de filtragem atribuído pelos operadores jurídicos, em que "ver" o acusado é considerado fundamental para conhecer o caso e "separar o joio do trigo", ou seja, diferenciar o tratamento dos acusados conforme características não propriamente processuais, mas presentes no corpo dos que são apresentados ao julgamento.

A expressão "separar o joio do trigo", utilizada pelos operadores para caracterizar o benefício da audiência de custódia para o funcionamento da justiça, mostra que os operadores trabalham com a aplicação de "tipos" muito mais do que com análise de direitos individuais, e que trabalham com a lógica da "clientela preferencial", num sistema de justiça em que o tratamento não é aplicado de maneira igualitária. Dessa forma, o punitivismo é corroborado para certos tipos de crimes e criminosos, mas para outros a saída da prisão é bem-vinda. Com a utilização dessa expressão, os operadores admitem fazer avaliações baseadas na corporalidade dos acusados ("cara de bandido", "cara de coitado") para distinguir os perfis que merecem a prisão dos que merecem tratamentos alternativos.

No tocante à atuação dos operadores jurídicos durante as audiências, embora tenha sido possível identificar diferenças individuais de postura, convicções e concepções, não há como negar a existência de uma forte unidade entre magistrados e promotores, tanto na condução das audiências, como nas motivações decisórias. Tanto é assim que em nenhuma das audiências observadas foi encontrado qualquer encaminhamento divergente entre representantes do Ministério Público e Poder Judiciário. Logo, os

papéis de acusadores/fiscais e julgadores muitas vezes se confundem e complementam, nem sempre em favor da garantia de direitos ao custodiado. Constatou-se que os representantes da Defensoria Pública acabam, muitas vezes, subordinando-se às práticas estabelecidas, quando passam a corroborar com a dinâmica "de massa" imposta por alguns juízes, e condensam suas atuações a falas muito rápidas, pois já sabem que, na maioria dos casos, o juiz já tomou sua decisão antes mesmo de ouvir o defensor. Foram presenciados, na observação das audiências, comportamentos desrespeitosos por parte de magistrados e promotores quando os defensores apresentam suas versões dos fatos e seus pedidos de reforma da decisão. Mesmo diante desse cenário, foram observados defensores que seguiam desempenhando diariamente suas funções com qualidade técnica, defendendo os princípios constitucionais da liberdade como regra, produzindo assim, uma disputa pelo sentido de justiça.

O consórcio entre juízes e promotores na produção da verdade, inclui a aceitação acrítica das versões policiais numa maioria extensa dos casos, como foi também documentado na pesquisa de Jesus (2016). "Separar o joio do trigo" é também diferenciar o valor da palavra de acusados e de policiais na produção da verdade jurídica quando os acusados denunciam maus-tratos ou contestam a versão policial sobre as prisões, porque isso poderia ser ruim para a imagem e a carreira dos policiais. Mas não se considera ruim que o sistema de justiça produza encarceramento em massa ou filtragem racial, ou que não assegure o direito de defesa.

Os resultados encontrados corroboram pesquisas anteriores realizadas pelos autores, que identificaram o predomínio, especialmente no interior do Ministério Público, mas também na Magistratura, de concepções de política criminal vinculadas à ideologia da Defesa Social, e críticas a uma perspectiva garantista. Tal situação acaba por favorecer a atualização de um modelo inquisitivo de processo penal, em que os fins de "combate ao crime" são colocados à frente da garantia de direitos constitucionalmente assegurados. Nesse contexto, as inovações legais e a tentativa de criação de novos procedimentos tendentes à

descarcerização, como as audiências de custódia, acabam por ser neutralizadas pela atuação dos operadores nas audiências.

A análise dos acórdãos de tribunais superiores relativos aos recursos de decisões das audiências de custódia também demonstrou a legitimação de prisões preventivas sem o devido amparo legal, com fins de contenção da criminalidade (CNJ/FBSP, 2018). Fazem isso, mesmo às expensas de levar em consideração as condições reais dos cárceres no Brasil e os efeitos perversos do crescimento do encarceramento no fortalecimento do poder das grandes redes criminais e facções que controlam a vida no interior das prisões. Fazem isso às expensas de produzir uma sociedade desigual e com fortes traços autoritários, na qual o encarceramento serve muito mais à defesa do patrimônio, criminalização das drogas e, contenção da população negra e pobre, do que para a defesa da vida e dos direitos fundamentais de acusados e vítimas de violência.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é Doutor em Sociologia e professor titular da Escola de Direito da PUCRS, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e em Ciências Sociais, membro do INCT-InEAC, bolsista de produtividade nível 1 do CNPq.
✉ rodrigo.azevedo@pucrs.br

Jacqueline Sinhoretto é Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia da UFSCar, coordenadora do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos – GEVAC, bolsista de produtividade nível 1 do CNPq e membro do INCT-InEAC.
✉ jacsin@ufscar.br

Giane Silvestre é Doutora em Sociologia, pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e professora colaboradora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Membro do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos – GEVAC e do INCT-InEAC. Bolsista FAPESP.
✉ silvestregiane@usp.br

Referências

1. ABREU, João Vitor F. D. Quando é preciso soltar: os dilemas morais dos magistrados ao conceder o alvará de soltura numa Central de Audiências de Custódia. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, Caxambu, 2018. *Anais* [...]. Caxambu: ANPOCS, 2018.

2. ALBUQUERQUE, Laura G. *A compatibilidade da audiência de custódia com o ordenamento jurídico-penal brasileiro*. 2017. Monografia (Especialização em Ciências Penais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

3. AZEVEDO, Rodrigo G. de; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas*, v. 15, n. 1, p. 105-127, 2015. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.19940

4. BALLESTEROS, Paula R. *Audiências de custódia e prevenção à tortura*: análise das práticas institucionais e recomendações de aprimoramento. Relatório de Pesquisa. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2016. Disponível em: https://bit.ly/36cDQCm.

5. BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

6. BRASIL. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015a. Disponível em: https://bit.ly/2ylZpUI.

7. BRASIL. *Mapa do Encarceramento*: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, 2015b. Disponível em: https://bit.ly/3bKUuKG.

8. CAMPOS, Marcelo da S.; AZEVEDO, Rodrigo G. A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 a 2016. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 73, e-002, 2020. https://doi.org/10.1590/1678-987320287302

9. CNJ/FBSP – Conselho Nacional de Justiça/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares*: obstáculos institucionais e ideológicos à efetivação da liberdade como regra. Relatório de pesquisa, Brasília: 2018. Disponível em: https://bit.ly/2ze1e6j.

10. CONECTAS. *Tortura blindada*: como as instituições do sistema de Justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2017. Disponível em: https://www.conectas.org/publicacoes/download/tortura-blindada.

11. DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen*, 2019. Painel Interativo. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen.

12. DIAS, Camila C. N. *PCC*: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

13. GARLAND, David. *A cultura do controle*: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

14. IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa. *Audiências de custódia*: panorama nacional pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Relatório de pesquisa. São Paulo: IDDD, 2017. Disponível em: https://bit.ly/2LI67ay.

15. ILANUD – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente. *A lei de crimes hediondos como instrumento de política criminal*. Relatório final de pesquisa. São Paulo: Ilanud, 2005. Disponível em: https://bit.ly/3bPEXsS.

16. Instituto Sou da Paz. *O Impacto da Lei de Cautelares nas Prisões em Flagrante na Cidade de São Paulo*. Relatório de pesquisa. São Paulo, Instituto Sou da Paz, 2014. Disponível em: http://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/sistema-de-justica-criminal/prisao-provisoria/?show=documentos#1742.

17. JESUS, Maria Gorete M. de. *"O que está no mundo não está nos autos"*: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. https://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-03112016-162557.

18. KÜLLER, Laís B. F. *Audiência de custódia*: um ponto de inflexão no sistema de justiça criminal? 2017. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2017.

19. LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza L. de. "Quem mantém a ordem, quem cria desordem": gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.

20. PAIVA, Luiz Fábio. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. *O público e o privado*, v. 1, n. 26, p. 269-281, 2015.

21. SILVESTRE, Giane. *Controle do crime e seus operadores*: política e segurança pública em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2018.

22. SILVESTRE, Giane; JESUS, Maria Gorete M. de; BANDEIRA, Ana Luiza V. de V. Audiência de custódia e violência policial: análise do encaminhamento das denúncias em duas gestões na cidade de São Paulo. *Antropolítica*, n. 51, 2021. https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i51.a44595.

23. SIMON, Jonathan. *Mass incarceration on trial*: a remarkable court decision and the future of prisons in America. Nova York: The New Press, 2014.

24. SINHORETTO, Jaqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe A. L. de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013. https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100005.

25. SINHORETTO, Jaqueline. Reforma da Justiça: gerindo conflitos em uma sociedade rica e violenta. *Diálogos sobre Justiça*, v. 2, n. 1 2014, p. 49-56. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/650c0835c07311b04026c0d2e52c867b.pdf.

26. SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato S. de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. São Carlos. *Contemporânea*, v. 5, n. 1, p. 119, 2015.

27. WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres*: a nova gestão da miséria nos EUA. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Recebido: 2 jun. 2020
Aceito: 13 out. 2021

http://doi.org/10.1590/15174522-111847

Mobilidades e etnicidade nos territórios da costura

Patrícia Tavares de Freitas[*]

Resumo

Neste artigo, abordamos a inserção boliviana no trabalho de confecção de roupas nas cidades de São Paulo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina) por meio de uma análise das redes sociais que permitem a inserção e circulação dos migrantes nessa atividade. À luz dos debates da sociologia urbana sobre as economias migrantes, indagamos se essa atividade constitui *economias étnicas* ou *territórios circulatórios*. A partir de observação participante multissituada e 50 entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores migrantes, formulamos a hipótese de que se trata de uma formação híbrida, com forte componente étnico associado a uma intensa circulação de trabalhadores em espaços multiétnicos. Argumentamos que esse hibridismo se deve à coexistência de dois tipos de redes sociais de contratação, com lógicas diferenciadas: uma, desde os locais de origem dos migrantes, na Bolívia e, outra, nas cidades de destino da migração. Circunstâncias que permitem entrever a emergência de novos cosmopolitismos nesses territórios da costura. No entanto, esses novos cosmopolitismos associam-se de maneira ambivalente com os apelos da etnicidade, delineando um novo campo de embates políticos, interno à comunidade boliviana, em torno de seus pertencimentos identitários nas cidades de destino.

Palavras-chave: indústria de confecção, migrações internacionais, diáspora boliviana, economias étnicas, territórios circulatórios.

[*] Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil.

Mobilities and ethnicity in Latin American sewing territories

Abstract

In this article, we address the Bolivian work in the clothing industry in the cities of São Paulo (Brazil) and Buenos Aires (Argentina) through an analysis of the social networks that allow the entry and circulation of migrants in this activity. In the light of urban sociology debate on immigrant economies, we wonder whether these activities produce ethnic economies or circulatory territories. Based on multi-site participant observation and 50 interviews with Bolivian workers, we propose the hypothesis of a hybrid economy, with a strong ethnic component associated to high mobility of workers in multiethnic contexts. We argue that this hybridity is due to the formation of two contracting network types with different logics of operation: one, from the migrant's place of origin in Bolivia and, the other, in the migrant's destination cities. Circumstances that allow us to see the emergence of new cosmopolitanisms in these sewing territories. However, these new cosmopolitanisms are ambivalently associated with the appeals of ethnicity, outlining a new field of political clashes, internal to the Bolivian community, around their identity belonging in the destination cities.

Keywords: clothing industry, international migrations, Bolivian diaspora, ethnic economies, circulatory territories.

Introdução

Ao longo de cerca de quatro décadas, desde meados dos anos 1980, bolivianos e bolivianas têm migrado dos mais diversos locais de origem na Bolívia para as regiões metropolitanas de São Paulo, no Brasil, e Buenos Aires, na Argentina, direcionando-se para o trabalho e a moradia em oficinas de costura. Essas oficinas não são as mesmas que recebem as costureiras brasileiras e argentinas em seus respectivos países. Trata-se de oficinas de migrantes, em sua maioria formadas por compatriotas ou por migrantes de outras nacionalidades. Improvisadas

nos espaços internos de casas e apartamentos, multiplicam-se por entre as áreas centrais e periféricas das cidades e regiões metropolitanas de destino. Nos espaços exíguos e multifuncionais dessas oficinas, vive-se sob condições precárias de segurança e higiene. Circunstâncias que submetem os migrantes ao risco constante de incêndio e de proliferação de doenças tais como a tuberculose.

No debate público, tanto no Brasil quanto na Argentina, essas oficinas vêm sendo sistematicamente denunciadas ao longo das últimas décadas. Adicionalmente às condições precárias de instalação e a associação entre local de trabalho e de moradia, destaca-se os intensos regimes de trabalho, com jornadas diárias de 12 horas ou mais, e o recebimento de remunerações inferiores às praticadas no mercado. Situações que, em seu conjunto, são caracterizadas como análogas à escravidão. No debate acadêmico, paralelamente às questões relativas à caracterização do vínculo laboral e das situações de exploração (Leite *et al.*, 2017; Bastia; McGrath, 2011; Benencia, 2009; Cacciamali; Azevedo, 2006), adquire centralidade, de maneira direta ou indireta, a questão do papel da etnicidade como variável explicativa (Arcos; Montero, 2011; Freitas, 2011, 2012, 2014; Buechler, 2004; Côrtes, 2013; Côrtes; Freire da Silva, 2014; Cymbalista; Xavier, 2007; Miranda, 2017; Rizek *et al.*, 2010; Schwartzberg, 2017; Silva, 1997; Souchaud, 2012; Xavier, 2010).

Conforme questionam Souchaud (2012) e Côrtes e Freire da Silva (2014): as formas de inserção e as dinâmicas de exploração dos migrantes na costura seriam consequência das especificidades culturais ou nacionais dos bolivianos, ou responderiam às necessidades do mercado de trabalho das sociedades de destino e às dinâmicas globais da indústria de confecção? Em diálogo com a literatura internacional sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, os autores argumentam em prol da segunda alternativa, descartando, como variável explicativa, o papel da etnicidade e das dinâmicas socioespaciais experienciadas pelos migrantes em seus locais de origem na Bolívia.

Partindo de uma definição menos culturalista de etnicidade, como uma ideologia de solidariedade (Light; Gold, 2000),[1] propomos uma perspectiva analítica alternativa em diálogo com os estudos que passaram a focalizar as dinâmicas socioespaciais e laborais presentes na experiência dos migrantes desde os seus locais de origem na Bolívia (Freitas, 2011, 2012, 2014; Cymbalista; Xavier, 2007; Miranda, 2017; Schwartzberg, 2017; Xavier, 2010). Essa perspectiva não invalida a centralidade dos processos econômicos macroestruturais em curso no mundo do trabalho, em especial na indústria de confecção, mas possibilita um olhar mais matizado para esse tipo de experiência migratória associada ao trabalho em determinados nichos econômicos.

Nesse sentido, argumentamos que a compreensão das formas como a solidariedade étnica é mobilizada na reprodução dessas atividades econômicas é central para a compreensão da resiliência desse fenômeno, ao longo de décadas, a despeito de todas as denúncias e tentativas de deter sua reprodução por parte dos governos nacionais e de organizações da sociedade civil. Para contribuir nesse sentido, propomos focalizar as redes sociais que ancoram suas práticas de mobilidade, ou seja, as redes de contratação para o trabalho nas oficinas de costura, em diálogo com o debate proposto pela sociologia urbana francesa relativo às mobilidades e aos dispositivos econômicos dos migrantes (Allis *et al.*, 2018; Cortes; Faret, 2009; Dureau; Hilly, 2009; Ma Mung, 1996; Tarrius, 1993, 2002, 2005).

Partimos, especificamente, de uma caracterização da inserção reiterada de bolivianos e bolivianas nas oficinas migrantes em São Paulo e Buenos Aires, como território circulatório (Tarrius, 1993, 2002, 2005; Freitas, 2011, 2012), formando, portanto, o que passamos a denominar de territórios da costura. Neste artigo, indagamos: qual a natureza dos vínculos que

[1] "A etnicidade é um poderoso determinante da cooperação e da solidariedade, porque é vista como biológica em suas origens, é refletida na estratificação social, molda numerosos elementos da vida social, é geralmente institucionalizada (em práticas religiosas, na linguagem, na nacionalidade, na localização residencial, nos mitos e nas políticas governamentais) e frequentemente constitui a base da identidade pessoal (...) a etnicidade é em si mesma uma ideologia da solidariedade" (Light; Gold, 2000, p. 108, tradução da autora).

movimentam as redes que compõem esses territórios? Tratar-se-iam de vínculos fortes associados às relações familiares e de amizade tecidas nas sociedades de origem e que perfazem as *economias étnicas* nas sociedades de destino, ou de vínculos fracos estabelecidos entre conhecidos ou a partir de meios mais impessoais e que perfazem as *economias circulatórias*?[2]

A pesquisa empírica aponta para a hipótese de emergência de uma forma híbrida de economia migrante, ancorada na coexistência de dois tipos de redes de contratação: i) as redes que se estabelecem nos locais de origem, caracterizadas pela centralidade da identidade étnica associada ao vínculo familiar e, ii) as redes nas cidades de destino, em que as relações de camaradagem adquirem centralidade e nas quais o componente étnico associado ao vínculo familiar vai sofrendo deslocamentos sucessivos, podendo se dissipar em solidariedades baseadas em outros tipos de identificação. A coexistência dessas duas redes de contratação compõe cenários em que etnicidade e cosmopolitismo se encontram e se articulam de maneiras diversas nas experiências desses trabalhadores migrantes nos territórios da costura.

Para desenvolver este argumento, o artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, apresentamos a especificidade do trabalho migrante na indústria de confecção e o debate teórico sobre as economias urbanas das comunidades de migrantes. Na segunda seção, apresentamos a pesquisa empírica tendo em vista abordar as especificidades dos dois tipos de redes de contratação identificados. Por fim, na última seção, são tecidas algumas considerações sobre os reflexos dessa composição híbrida das redes sociais que sustentam os territórios da costura nas dinâmicas identitárias experienciadas pelos migrantes, a partir da exposição das proposições de um coletivo de jovens costureiros bolivianos em defesa de uma identidade ch'ixi.

[2] A problematização dos vínculos sociais que sustentam e movimentam as redes sociais e a centralidade dos vínculos fracos para os processos de difusão de informações foi inicialmente tematizada, no âmbito da sociologia econômica, por Granovetter (1973). No debate contemporâneo proposto pelos autores da sociologia urbana francesa supracitados, essa questão é retomada no âmbito do debate sobre as *economias étnicas*, conforme veremos na próxima seção.

As economias migrantes na indústria de confecção em tempos de globalização

A presença de migrantes internacionais na indústria de confecção dos grandes centros urbanos da Europa e da América não é recente. Desde os seus primórdios, durante o século XIX e primeira metade do XX, o desenvolvimento dessa indústria em cidades como Paris (França), Nova Iorque (Estados Unidos), São Paulo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina) se confunde com a história de recepção dos migrantes internacionais. Nessas cidades, formaram-se, ao longo do tempo, os denominados distritos da costura, caracterizados por concentrar uma série de negócios ou estruturas direta ou indiretamente associados à atividade da confecção e da comercialização de roupas. Nesses distritos, em sua maioria multiétnicos, foram se estabelecendo as primeiras gerações das principais comunidades de migrantes que se dirigiram para esses centros urbanos ao longo do tempo (Green, 1998; Truzzi, 2001; Mera, 2012).

Baixos custo inicial e necessidades tecnológicas para o estabelecimento das oficinas de costura e a possibilidade de montagem dessas em espaços relativamente reduzidos tornam essa atividade bastante atraente para as primeiras gerações de migrantes. Paralelamente, os arranjos flexíveis logrados pelos migrantes nessa atividade vão ao encontro de uma demanda bastante volátil em termos quantitativos e qualitativos, principalmente, na indústria da moda (Green, 1998). No debate realizado pela sociologia urbana sobre as *economias étnicas*, embora as economias de bazar adquiram proeminência, a experiência de migrantes na indústria de confecção constituiu, desde os anos 1980, um de seus referenciais empíricos importantes, principalmente no contexto norte-americano (Waldinger, 1986; Bailey; Waldinger, 1991; Bonacich, 1973, 1993; Light; Gold, 2000; Zhou, 2004). Nesses estudos norte-americanos, adquirem centralidade duas formas principais de abordagem das economias migrantes: os enclaves étnicos, por um lado, e as minorias intermediárias, por outro (Zhou, 2004).

A abordagem dos enclaves étnicos propõe a formação de um terceiro tipo de mercado de trabalho que articula as características dos mercados primário e secundário (Bailey; Waldinger, 1991).[3] Nesse sentido, os autores argumentam que, apesar de se formarem em ramos de atividades próprios do setor secundário, como é o caso da indústria de confecção, os enclaves étnicos podem apresentar dinâmicas virtuosas (com benefícios mútuos para patrões e empregados) típicas do setor primário. Esse "efeito enclave" é produzido pela associação entre as solidariedades étnicas dos migrantes e a sua capacidade de estabelecimento de uma integração (horizontal e/ou vertical) das atividades econômicas. Circunstâncias capazes de conferir expressiva autonomia competitiva aos seus negócios, gerando diferenciações importantes entre a experiência do trabalhador comum e a do trabalhador imigrante do enclave.

Em nosso próprio estudo de caso sobre as redes de contratação e o trabalho nas oficinas de costura bolivianas, independentemente de sua classificação como uma economia de enclave, é possível distinguir com bastante facilidade as singularidades da experiência dos trabalhadores migrantes relativamente às costureiras brasileiras e argentinas que trabalham por conta própria. No entanto, segue controversa a questão dos benefícios dessa forma de organização da atividade econômica para os trabalhadores migrantes. Nesse sentido, destaca-se a crítica contundente de Bonacich a partir de seu conceito de minorias intermediárias (*midleman minorities*) (Bonacich, 1973, 1993). Essas minorias intermediárias referem-se mais diretamente aos donos ou responsáveis pelos negócios étnicos que se encontram em uma posição intermediária entre os trabalhadores migrantes e a sociedade local, ou seja, os pequenos empresários imigrantes como, por exemplo, os responsáveis pelas oficinas de costura (oficinistas), o dono de um pequeno comércio ou restaurante etc.

[3] O conceito de enclave étnico nessa definição refere-se a um debate em voga durante os anos 1970, nos Estados Unidos, sobre o desenvolvimento, nos grandes centros urbanos, de uma economia dual, com dois tipos de mercados de trabalho urbano: um *setor primário*, relativo ao trabalho qualificado e bem remunerado e, um *setor secundário*, relativo às atividades de baixa qualificação e baixa remuneração.

> O típico negócio das minorias intermediárias é uma loja familiar baseando-se fortemente no uso de trabalho familiar não pago. E, se a contratação é necessária, os membros da família estendida ou de suas regiões de origem são preferidos e são tratados como parentes, às vezes, vivendo junto com a família atrás da loja. Os trabalhadores trabalham excessivamente por longas horas e são leais aos seus empregadores. Em troca, eles são suscetíveis a se transformar em sócios ou receberem ajuda ou treinamento para montarem os seus próprios negócios. As firmas dos intermediários são baseadas em trabalho intensivo, mas com a possibilidade de cortarem os custos drasticamente por meio de um paternalismo baseado na etnicidade e na poupança (Bonacich, 1973, p. 586, tradução da autora).

De maneira geral, em ambas as perspectivas sobre os empreendimentos econômicos dos migrantes (seja como enclaves, seja como minorias intermediárias), os autores propõem explicações funcionalistas baseadas na consideração de três variáveis explicativas principais, cujos pesos e articulações variam dependendo do modelo analítico: as estruturas de oportunidades presentes nas sociedades de destino, as características dos coletivos de migrantes envolvidos e as estratégias étnicas mobilizadas. No entanto, enquanto, no caso dos enclaves étnicos, considera-se os efeitos virtuosos das estratégias étnicas, no caso das minorias intermediárias, destaca-se os efeitos perversos dos arranjos étnicos ou pluriétnicos que acabam ofuscando as relações de classe entre os donos dos empreendimentos econômicos e os migrantes contratados.

No debate contemporâneo da sociologia urbana francesa, assistimos a emergência de uma abordagem alternativa das economias migrantes, baseada em uma perspectiva fenomenológica e interacionista do mundo social (Ma Mung, 2009, 1996; Morokvasic-Muller, 1999; Tarrius, 1993, 2002, 2005). Ao invés de buscar as funções das solidariedades étnicas para as atividades econômicas dos migrantes nas sociedades de destino, os autores partem das perspectivas e criações dos próprios migrantes – o *ponto de vista da autonomia*, conforme propõe Ma Mung (2009). Nessa abordagem, as oportunidades, as estratégias e as identidades dos coletivos de migrantes não são dados de antemão, mas são tecidos a partir dos diálogos

e negociações entre os próprios migrantes e os vários outros com os quais passam a conviver ao longo de suas trajetórias migratórias. Dessa forma, os negócios étnicos encontram-se intimamente associados à experiência migratória dos coletivos de migrantes. Fazem parte de sua criação migratória nas sociedades de destino e entre origens e destinos. Nessa abordagem, as identidades, em especial as identidades étnicas assumidas pelos migrantes, não são dadas de antemão, mas refletem uma construção social em constante recomposição pelos sujeitos em suas interações sociais à medida que se põem em movimento.[4]

Essas criações migratórias, quando reiteradas em dinâmicas circulares entre duas ou mais localidades não contíguas, podem assumir a forma de territórios circulatórios, tal como propõe o sociólogo Alain Tarrius. Diferentemente das definições clássicas de território, que pressupõem controle exclusivo de espaços delimitados, os territórios circulatórios propostos por Tarrius são o produto de processos de autoprodução social ou, ainda, dos fatos de mobilidade de coletivos minoritários. Trata-se, portanto, de territórios alternativos, sobrepostos aos territórios do planejamento urbano, local e nacional, com dinâmicas e formas de funcionamento próprias, estranhas à legislação e aos regulamentos estatais, e que passam a articular, de maneiras imprevistas, o lá e o cá dos coletivos que se põem em movimento. O conceito de território circulatório, de maneira ampla, faz referência, portanto, a uma territorialidade necessariamente mais fluída, invisível, constituída por coletivos/grupos que se reconhecem enquanto tais

[4] A centralidade da dimensão identitária na análise dessas construções sociais tem como referência os estudos culturais (Hall, 2011; Silva, 2014). Paralelamente, destaque-se que os contextos migratórios constituem circunstâncias bastante propícias para a própria construção de identidades étnicas. É justamente a partir do contato com aquele que se percebe como outro que surge a necessidade de uma delimitação mais clara do que somos nessa relação. Alguns entrevistados relataram, por exemplo, que, enquanto na Bolívia, se percebiam primordialmente como "cholos" ou provenientes de um departamento específico do país (pacenõs, cochabambinos etc.); foi na migração que passaram a se reconhecer como "bolivianos". Circunstâncias semelhantes àquelas amplamente debatidas pela historiografia acerca da migração italiana para o Brasil do final do século XIX (Fausto, 1991). Provenientes de um estado nacional ainda em processo de unificação, a identidade italiana torna-se uma construção do processo migratório.

na medida em que compartilham as mesmas situações de mobilidade e que se sobrepõem e se opõem às territorialidades constituídas pelo planejamento técnico e estatal. Nesse sentido, o autor define esses territórios como sendo a "condição e expressão [espacial] do vínculo social" estabelecido por meio do compartilhamento de uma memória coletiva das negociações entre a população concernida (coletivos minoritários) e os que a rodeiam, para a instituição de uma forma particular de apropriação do espaço.[5]

Essa perspectiva dos eventos de mobilidade capazes de sedimentar territorialidades paralelas parte de uma compreensão dos deslocamentos espaciais como eventos espaço-temporais que possuem, portanto, uma duração – expressa nos processos, ritmos e sequências – balizada por momentos de negociação de identidades e fronteiras que se sedimentam na memória coletiva dos que se põem em movimento. Esses momentos de negociação organizam os lugares e espaços (suportes dos deslocamentos) e exprimem a forma das transações. Nesse sentido, diferentemente das noções de percursos ou rotas migratórias, em que o foco recai na forma e características dos deslocamentos espaciais performados por migrantes que não necessariamente se percebem como parte de um processo coletivo mais amplo, a perspectiva analítica dos territórios circulatórios focaliza um tipo de experiência social caracterizada pela circulação reiterada, por espaços não contíguos, de determinados coletivos que se reconhecem como parte dessa construção social. Nessa circulação reiterada, no caso dos territórios da costura, em torno de uma mesma atividade econômica, consolidam-se códigos, normas e linguagens que, enquanto, por um lado, facilitam a circulação dos que fazem parte desses territórios, por outro, impõem barreiras mais ou menos porosas aos percebidos como *outsiders*

[5] "No mínimo, diremos que o território é uma construção concomitante à emergência e, depois, à visibilidade social de um grupo, de uma comunidade ou de outros tipos de coletivo em que os membros podem utilizar um "nós" identificador. Ele é condição e expressão do vínculo social. Ele se constitui como momento de uma negociação, entre a população concernida e os que a rodeiam, que instaura continuidades nas trocas generalizadas. O território é memória. É marcação espacial da consciência histórica de estar junto" (Tarrius, 2005, p. 34, tradução da autora).

(Elias; Scotson, 2000).[6] Dessa forma, o acesso analítico a esses territórios não ocorre por meio do compêndio dos espaços geográficos percorridos e da quantificação dos deslocamentos espaciais realizados, mas por meio das redes sociais que os sustentam e das normas, códigos e representações identitárias que movimentam essas redes.

Nos territórios circulatórios pesquisados por Tarrius, formados a partir da circulação de migrantes provenientes dos países que fazem parte da região do Magreb, no norte do continente africano, em torno de atividades comerciais nos países do sul da Europa, no lugar das redes sociais baseadas em vínculos fortes, destacou-se a emergência de uma *ética social intermediária* entre as populações migrantes[7]. Para Tarrius, essa ética intermediária, tecida nos *momentos de negociação* entre os próprios migrantes e em suas relações com outros coletivos de migrantes e com as populações locais, para sua circulação e realização das atividades econômicas, possibilita a emergência de *novos cosmopolitismos*, em que as marcações étnicas e aquelas relativas às redes de sociabilidade primárias perdem a centralidade nas negociações que permitem a reprodução desses territórios. As referências, costumes e tradições dos locais de origem não se dissipam necessariamente, mas passam a conviver com essa *ética social intermediária*. No lugar da experiência de "não ser nem daqui, nem de lá", proposta nos debates sobre os processos de integração dos migrantes, nesses territórios estudados pelo autor, os migrantes passam a experimentar "ser daqui e de lá ao mesmo tempo".

> Primeiro aspecto do fenômeno: a aparição de novos tipos de territórios que cortam doravante os Estados-nação de maneira transversal. É o que chamamos precisamente de "redes". Em sua espessura vivida e concreta, essas redes se

[6] Essas distinções entre o "nós" e os "outros", que encetam relações de poder, abordadas por Norbert Elias em um clássico da literatura sociológica, são fundamentais na definição dos territórios circulatórios, diferenciando esse conceito daqueles mais puramente geográficos no debate sobre a experiência migratória contemporânea.

[7] Conforme propõe Granovetter (1973), a força de um vínculo pode ser medida a partir da combinação entre o tempo despendido na relação interpessoal, a intensidade emocional, a intimidade e a reciprocidade. Nesse sentido, consideramos que vínculos entre familiares e amigos íntimos cujos laços se estabeleceram nos locais de origem podem ser considerados vínculos fortes.

> manifestam primeiramente pelo seu caráter civilizador: os acordos de palavra trocados entre as pessoas promovem uma diminuição das diferenças étnicas e culturais, abrindo, assim, perspectivas de desenvolvimento inéditas. Os novos cosmopolitismos emergem: as hierarquias identitárias locais não fazem mais nenhum sentido para essas famílias que estabelecem fortes vínculos sociais. Mais precisamente, as precedências identitárias se medem, doravante, em termos de um "saber circular". Saber atravessar universos regidos por regras e normas contrastantes, esse é o critério. O lugar de origem permanece único, mas o antigo percurso da alteridade à integração – com o longo tempo em que o indivíduo não era nem daqui e nem de lá – tornou-se obsoleto: desenvolvem-se preferencialmente capacidades mestiças, frequentemente momentâneas, que possibilitam numerosas entradas e saídas (Tarrius, 2002, p. 17-18, tradução da autora).

Nesses territórios, o desafio é justamente o de ser capaz de transitar por entre espaços que constituem universos de normas diferenciados. O desenvolvimento das competências necessárias para essas travessias, aprendido à medida que os migrantes se põem em movimento, fomenta a formação de novas identidades, mais fluidas, capazes de permitir, por meio dos mais variados tipos de encontros, a realização de atividades econômicas informais e/ou ilegais, bem como numerosas entradas e saídas. No interior desses territórios, a experiência identitária deixa de ser uma experiência unívoca e coesa e se fraciona em múltiplos atributos.[8]

A partir desse debate, indagamos se as redes sociais que sustentam os territórios da costura em foco neste artigo se reproduzem por meio de vínculos fortes associados às solidariedades étnicas tecidas nas redes de sociabilidade primárias ou se dependem de vínculos mais fracos associados a uma *ética social intermediária* tal como encontrado nos estudos empíricos de Tarrius. Nas próximas seções, apresentamos a pesquisa empírica sobre os territórios da costura que embasa a hipótese de se tratar de uma formação híbrida.

[8] "(...) nessas reconfigurações de posição e que exprimem as competências para atravessar universos de normas diferenciados: nessas novas proximidades, passageiras e parciais em sua gênese, que permitem aos indivíduos ultrapassar, por exemplo, as atribuições étnicas, forjar sólidas alianças em torno de uma única troca de palavras, provenientes de uma diversidade de crenças, de convicções, de costumes, a identidade se fraciona em múltiplos atributos" (Tarrius, 2005, p. 29, tradução da autora).

O papel do étnico no trabalho boliviano na costura: um olhar a partir das redes de contratação[9]

> *Donde yo vivía era un edificio de cinco ó seis pisos. En ahí vivían todos bolivianos. En cada planta vivían, puros talleres, puro bolivianos vivían. Cada planta una oficina. Parecía ratonera. Ratonera parecía porque cuando salíamos, puros bolivianos salíamos de ahí. Harta gente. Parece que más de 120 vivíamos ahí, puro bolivianos* [Elias].

> *Con coreanos y con chinos, con argentinos, con paraguayos, trabajé. (...) Mayormente con gente ajena se trabaja porque gente boliviana no te paga bien. De esa manera, algunos bolivianos dicen: 'con bolivianos no hay que trabajar porque nos esclavizan, más trabajo y poco pagan'. (...). Entre paisanos mismos nos esclavizamos allá. Por ejemplo, todos los paceños son allá, son abusivos. Cochabambino, orureño más o menos. Pero paceño ni te da ni agua. Ni refresco no te da* [Teodomiro].

[9] Essa seção é baseada em pesquisa empírica realizada durante o doutorado, entre 2009 e 2014 com financiamento da FAPESP. A pesquisa foi composta por: i) etnografia multissituada (São Paulo, no Brasil, Buenos Aires e Córdoba, na Argentina e nas cidades de Cochabamba, La Paz, El Alto e no município rural de Escoma, na Bolívia) e; ii) 50 entrevistas com bolivianos e bolivianas que, em algum momento de suas vidas, se inseriram na atividade da costura em São Paulo e/ou Buenos Aires. Sendo 33 realizadas na Bolívia e 17 em São Paulo. Em São Paulo, as entrevistas foram realizadas nos locais de sociabilidade dos bolivianos e bolivianas aos finais de semana depois de longos períodos de observação participante e conversas informais com os comerciantes e líderes comunitários. Na Bolívia, foi utilizada a metodologia de "bola de neve", a partir de contatos iniciais com três informantes, empregadas domésticas com parentes na costura em São Paulo e Buenos Aires, indicadas pelos pesquisadores que me receberam em Cochabamba e em La Paz. Nas entrevistas, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: i) roteiro semi-estruturado, sobre os percursos residenciais e laborais dos entrevistados antes e depois de sua inserção na costura e; ii) formulário sobre todas as oficinas de costura nas quais o entrevistado trabalhou (no Brasil e na Argentina) – forma de entrada, características dos oficinistas e dos outros costureiros, tipo de peça costurada, tamanho da oficina (em termos de quantidade e qualidade das máquinas), tempo de permanência, acordo de trabalho, motivos da saída etc. Para organizar essas informações, montamos um banco de dados, por meio do programa PSPP, tendo como unidade a "oficina de costura". A maior parte das informações utilizadas neste artigo referem-se a esse banco de dados e aos trechos das entrevistas. Note-se que a quantificação das informações não visa à insinuação de generalizações sobre os dados, mas apenas sua sumarização. Os nomes dos entrevistados foram trocados para preservar a sua privacidade. Durante o trabalho de campo na Bolívia, foi realizado um pequeno documentário disponível em: (1) Projeto Costura – YouTube, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YCVpstgJTu4&t=2s.

Elias e Teodomiro são bolivianos moradores de El Alto, no departamento de La Paz, na Bolívia. No momento das entrevistas, ambas realizadas em El Alto, Elias tinha 34 anos, era casado, com 4 filhos e possuía uma oficina de confecção de sapatos em sua casa e Teodomiro tinha 52 anos, era solteiro, com 1 filho e possuía uma oficina de costura de roupas domiciliar. Nos trechos das entrevistas citados acima, Elias se refere ao seu primeiro e único trabalho na costura em São Paulo, no Brasil, e Teodomiro se refere aos oficinistas com os quais trabalhou em sua ampla experiência na costura em Buenos Aires, na Argentina. Embora, em ambos os casos, a dimensão étnica (nacional/local) seja central na caracterização da experiência na costura nas metrópoles dos países vizinhos, o caráter multiétnico e a mobilidade entrevistos na descrição de Teodomiro contrastam com a descrição de Elias, que nos remete aos guetos e enclaves étnicos.

Ambas as percepções revelam nuances importantes e concomitantemente presentes no trabalho dos bolivianos e bolivianas nos territórios da costura. Para abordar essas ambivalências, propomos uma análise das redes de contratação que permitem o acesso a esses territórios e o contínuo funcionamento de suas oficinas de costura. Nessas redes, estão em jogo negociações bastante complexas. Em linhas gerais, contratar para o trabalho na costura é propor uma mudança de local de moradia (a oficina de costura é o local de moradia). Quando a contratação ocorre na Bolívia, antes da migração, essas redes se confundem com as redes migratórias e, quando a contratação ocorre nas cidades de acolhida, essas redes se tornam o principal meio de circulação dos migrantes no espaço urbano (Freitas, 2014).

Inicialmente, essa associação entre local de trabalho e de moradia inscrita nos territórios da costura foi considerada um importante indício de uma tendência à invisibilidade e ao enclausuramento dos migrantes (Cymbalista; Xavier, 2007). Considerava-se que, após a migração, os bolivianos e bolivianas seriam confinados, por longos períodos, nas mesmas oficinas de costura, em regimes de trabalho semelhantes ao trabalho escravo, sem a possibilidade de sair daquela situação (seja por medo, seja por serem mantidos à força).

No entanto, contrariamente ao esperado, durante a pesquisa empírica, encontramos uma importante circulação desses migrantes, tanto entre oficinas diferentes nas cidades de São Paulo e Buenos Aires, quanto entre a Bolívia e essas duas cidades. Os 50 entrevistados relataram ter trabalhado em 182 oficinas de costura (137 em São Paulo e 45 em Buenos Aires), perfazendo uma média de quase quatro oficinas por entrevistado. Desses, 26 entrevistados relataram ter voltado para a Bolívia depois de uma primeira experiência e, após um período curto, decidiram retornar ao trabalho na costura, em São Paulo ou Buenos Aires, em outra oficina de costura. E, cerca de um terço dos entrevistados, trabalhou na costura tanto em São Paulo, quanto em Buenos Aires. Os dados encontrados não negam a existência de experiências de confinamento, com pessoas que seguem décadas vivendo apenas junto aos compatriotas com quem migraram, tampouco a existência de uma superexploração do trabalho, mas indicam um fenômeno mais complexo, em que essas experiências de confinamento se articulam a uma intensa circulação no interior dos territórios da costura.

Para a compreensão dessas dinâmicas, consideramos importante a diferenciação entre dois tipos de redes sociais associadas ao trabalho nos territórios da costura, mobilizadas pelos migrantes para a sua inserção nas oficinas: as redes que se constituem nas cidades de origem, na Bolívia, a partir das quais foram mobilizadas 85 oficinas e as redes que se constituem nas cidades de destino (São Paulo ou Buenos Aires), a partir das quais foram mobilizadas 97 oficinas. Para a análise dessas redes de contratação, realizamos uma classificação do tipo de vínculo estabelecido entre os bolivianos e os mobilizadores dessas redes. Esses vínculos podem ser do tipo: i) familiar (da família nuclear ou estendida); ii) de amizade (amigos próximos) e; iii) impessoal (por meio de anúncios ou conhecidos).[10] A partir do cruzamento dessas informações, constatamos que as redes de contratação desde as origens caracterizaram-se por serem predominantemente familiares (vínculos fortes), enquanto as redes de contratação nas cidades de destino

[10] Os itens (i) e (ii) relacionam-se aos vínculos fortes e o item (iii) aos vínculos fracos.

caracterizaram-se pela predominância dos vínculos impessoais entre compatriotas (vínculos fracos).

Nos próximos dois itens desta seção, abordaremos as dinâmicas de funcionamento dessas redes sociais de contratação a partir das narrativas dos migrantes entrevistados.

A entrada na costura desde os locais de origem: o direito de piso e as solidariedades étnicas

As redes de contratação que se estabeleceram desde os locais de origem, na Bolívia, foram responsáveis, em grande medida, pela entrada inicial dos bolivianos e bolivianas entrevistados nas oficinas de costura, nas cidades de São Paulo e Buenos Aires. A partir da mobilização dessas redes, conforme pudemos constatar, é possível obter recursos para a realização total ou parcial do percurso migratório. Nesse sentido, para 40 dos 50 entrevistados, a migração para a inserção na primeira oficina de costura foi financiada, parcial ou completamente, com recursos mobilizados por essas redes. Paralelamente, as redes dos locais de origem podem ser mobilizadas nas reinserções dos migrantes no trabalho na costura naquelas cidades. Dessa forma, além dos primeiros 50 percursos migratórios para o trabalho em oficinas de costura realizados pelos entrevistados, parte deles voltou para a Bolívia e, depois, buscou se inserir novamente nessa atividade. Totalizando 35 reinserções por meio da mobilização de novas redes de contratação na Bolívia.[11]

Os acordos de palavra que selam as negociações de entrada nos territórios da costura desde a Bolívia incluem: a definição das formas de pagamento do empréstimo concedido para a realização do percurso migratório, o salário a ser recebido pelos costureiros e o compromisso, por parte do costureiro, de permanência mínima (de um a dois anos) na oficina

[11] Nessas reinserções não foram contabilizados os retornos dos bolivianos e bolivianas para mesmas oficinas de costura depois de pequenas ou mesmo longas viagens para a Bolívia porque, nesses casos, não houve nova mobilização das redes de contratação. Enquanto nos primeiros acessos os vínculos fortes eram predominantes, nas reinserções, os vínculos fracos foram predominantes.

para a qual foi contratado. Os compromissos de permanência mínima e de lealdade ao oficinista que financiou ou proporcionou a entrada nos territórios da costura repõem, em outros termos, práticas andinas de reciprocidade diferida, denominadas no debate boliviano de *derecho de piso*.[12]

As práticas associadas ao *derecho de piso* organizam, desde uma perspectiva normativa, na Bolívia, as relações de reciprocidade que se estabelecem no interior de uma mesma família e entre famílias que possuem laços de amizade duradouros, incluindo-se as relações entre as famílias de ascendência indígena e as famílias de ascendência hispânica. Uma dessas práticas comumente relatadas pelos entrevistados relaciona-se com as migrações internas, em geral, das zonas rurais para os centros urbanos ou de pequenas municipalidades ou zonas mineiras para os grandes centros urbanos do país.[13] A família que recebe o migrante interno em sua casa é retribuída com trabalho não pago – seja na limpeza da casa, no cuidado de crianças, no trabalho no empreendimento econômico da família receptora etc. Conforme argumenta a antropóloga boliviana Sylvia Cusicansqui, o *derecho de piso* é um mecanismo geracional de reciprocidade diferida que permite produzir uma coesão comunitária.

> *El joven cuando empieza a caminar por la vida tiene que comenzar por abajo. Y en estas culturas, q'ara es el que hereda una riqueza que no ha producido y por eso tiene un piso de entrada a la sociedad que está cimentado por el trabajo de otros que han sido explotados. Ese primer escalón del piso siempre involucra un alto nivel de sacrificio. (…) Diferido en el tiempo, se trata de un circuito de devolución: este fue explotado, ahora le toca explotar* (Cusicansqui *apud* Colectivo Simbiosis; Colectivo Situaciones, 2011, p. 19, 21-23).

[12] Miranda (2017) também aborda o *derecho de piso* como uma categoria importante para a compreensão das dinâmicas de sociabilidade presentes entre os migrantes bolivianos nas oficinas de costura da cidade de São Paulo. A questão principal para o autor é a produção do consentimento que permite a reprodução de relações de intensa exploração laboral no interior das oficinas de costura migrantes. Nesse sentido, o autor argumenta que o *derecho de piso* conjuntamente com o sistema de *cama caliente* (em que se vive e trabalha em um mesmo lugar) e a prática de adiantamento do salário por meio dos vales constituem os pilares institucionais que produzem esse consentimento estabelecendo os "limites da escravidão", o que é ou não aceitável nessas relações de trabalho nas oficinas de costura.

[13] Quarenta entrevistados (de um total de 50) migraram internamente antes da migração internacional para o trabalho na costura.

Da perspectiva estritamente econômica, a transposição para os contextos migratórios dessa estrutura normativa que orienta as relações de reciprocidade na Bolívia aporta diferenciais competitivos à inserção dos oficinistas e costureiros bolivianos e bolivianas nos territórios da costura. Para os oficinistas, trata-se de buscar garantir a contratação de uma força de trabalho mais barata e mais leal do que aquela que poderiam conseguir se contratassem trabalhadores diretamente nos países de acolhida. Quando o trabalhador já se encontra no país de acolhida tem muito mais informações para negociar o valor e as condições de trabalho. Para os trabalhadores, a própria possibilidade de realização do percurso migratório e da instalação em outro país depende, na maioria das vezes, desse auxílio inicial. Nessas circunstâncias, a legitimidade do *derecho de piso* se ancora, justamente, em uma supervalorização dessa oportunidade migratória aberta pelo oficinista, conforme podemos vislumbrar no depoimento de Eliete, entrevistada em La Paz aos 59 anos, após alguns dias do retorno de São Paulo:

> *Porque yo la he pasado, yo he vivido eso. Yo pensé yéndome allá a Brasil, el primer mes ya, como todo se sufre ¿no? (…) Yo decía sí, estoy pagando derecho de piso porque venir a una ciudad tan grande y de la noche a la mañana tener un buen trabajo es difícil. (…) El derecho de piso es que, bueno, para mi modo de entender, es lo que hemos sufrido, lo hemos pagado, cómo te puedo decir, con el sufrimiento. Hemos pagado a que nos acepten a nosotros como somos, así como obreros o como trabajadores, hemos pagado sufriendo. No hemos ido, como para decirte, ir al Brasil decir ya trabajo, yo soy, por decirte, modista, ya, listo, ven. No, nos han hecho sufrir, nos han hecho pedir agua como se dice. Yo a eso lo llamo derecho de piso. Es como, quizás en otras ciudades son así ¿no? No sé, pero ha sido mi primera experiencia* [Eliete]

Embora as relações de reciprocidade baseadas no *derecho de piso* não se restrinjam às redes familiares, foi justamente no interior dessas redes que encontramos as situações mais dramáticas de engano e exploração laboral nos contextos migratórios (Freitas, 2014). Em alguns casos, até mesmo cobrar a efetivação do acordo inicial pode ser interpretado como um insulto. E, a depender das circunstâncias, mesmo se sentindo explorados, os costureiros

preferem permanecer em silêncio nas oficinas de seus familiares a romper relações para buscar novas oportunidades de trabalho. No interior dessas redes de contratação, romper relações em São Paulo ou Buenos Aires pode significar romper relações nas cidades de origem na Bolívia. Esse é o caso, por exemplo, de Elias (apresentado no início desta seção).

> *Había posibilidades [de ir trabalhar em outra oficina]. Mis amigos me decían: 'Elías vamos a trabajar a otro taller, ahí vas a ganar más'. Pero yo también no podía. Como he ido a su taller de mi prima no podía salirme e irme a otro taller. Iba a quedar mal. Ese era mi pensamiento, pero sentía que me estaban explotando* [Elias].

Apesar das inúmeras situações de exploração e engano narradas pelos migrantes, ao longo do trabalho de campo nos deparamos também com narrativas de trajetórias bem-sucedidas, em que os acordos realizados na Bolívia são cumpridos. Em alguns casos, inclusive, o costureiro é auxiliado pelo oficinista que o contratou desde a Bolívia, seja para a montagem de uma oficina de costura própria na cidade de destino, seja para a realização de outros objetivos que o levaram a realizar a migração, como, por exemplo, a quitação de uma dívida ou a compra de um terreno na Bolívia para a construção de uma casa. A trajetória de Pablo é um caso, entre outros, em que esse acordo de reciprocidade diferida, na maioria das vezes tácito, funcionou. Ele foi entrevistado, aos 35 anos, em Cochabamba, onde residia com sua esposa e dois filhos e mantinha uma oficina de costura.

> *El 96! Había un aviso en la radio que se buscaba costureros para el Brasil, sin pensar dos veces, "me voy" (...) yo me he ido con una persona buena y he trabajado bien y bien me pagaba. Y, luego, he tenido mi oficina en allá [São Paulo] y también me ha ayudado para prestarme para las maquinas porque, al principio, no tenía. Ellos [os donos da primeira oficina] me dieron un lugar para tres meses nomas y me ayudaron. Y yo no podía creer, pues ellos se prestaron dineros de los bancos. Y, entonces, ellos me han ayudado y bien, ahora es un buen amigo, es como un pariente* [Pablo].

A existência dessas formas de solidariedade entre costureiros e oficinistas é central para compreendermos a resiliência desses territórios da costura. No entanto, conforme vimos, nessas redes sociais em que se mesclam o auxílio para a migração e a contratação para o trabalho na costura predominam dinâmicas ambivalentes. De todo modo, na maioria dos casos, os acordos e combinados de acesso a essas redes desde a Bolívia são, mais cedo ou mais tarde, rompidos. E esses rompimentos costumam ser narrados com bastante dramaticidade pelos migrantes, mesmo quando o oficinista não é uma pessoa que faz parte das suas redes de sociabilidade primárias. Essa dramaticidade se baseia no pressuposto moral de que havia uma relação de auxílio mútuo entre compatriotas de gerações diferentes (os costureiros costumam ser muito mais jovens que o oficinista). A diferença geracional é, inclusive, bastante citada pelos oficinistas para legitimar as suas arbitrariedades em relação ao combinado inicial. Esse é o caso da narrativa de João que, no momento da entrevista, tinha 25 anos, era solteiro e possuía uma pequena oficina de costura em sua casa, na periferia sul de Cochabamba.

> *Era bien difícil salir, en la discusión, adentro nos hemos entrado, solamente en el pasillo nomas, y ya no nos quería soltar. Yo le dije 'págame lo que me debes porque ajustaremos'. Pero él se ha enojado grave '¿Cómo me van a dejar? Yo les he traído y todo eso'. Pero el dinero se lo hemos devuelto, no es que no se lo hemos devuelto (…) al final nos fuimos y no le hemos visto más a esa persona* [João].

Os rompimentos inauguram, para os que decidem permanecer nas cidades de destino, um novo momento em sua experiência no interior dos territórios da costura, conforme veremos no próximo item.

O saber circular na viração das cidades de destino

As rupturas com as redes sociais que possibilitaram o percurso migratório e, ao mesmo tempo, a inserção inicial nos territórios da costura, lançam os migrantes, em um primeiro momento, à busca de novos acessos – seja como costureiros, seja como trabalhadores dos estabelecimentos que

compõem esses territórios[14]. Essa busca constitui um segundo momento de um processo de aprendizagem e avaliação, iniciado com o percurso migratório, sobre as condições de vida e de trabalho nos territórios da costura, em que se mesclam as percepções dos próprios migrantes com as dos vários outros com os quais passam a conviver a partir do momento em que se colocam em movimento.

O *saber circular* resultante desse processo interativo de aprendizagem costuma envolver, dentro dos limites dados por um contexto de precariedade e de superexploração, avaliações e percepções sobre as condições de trabalho consideradas justas ou injustas, aceitáveis ou inaceitáveis, bem como uma racionalização das próprias relações de trabalho. Podemos vislumbrar esse *saber circular*, por exemplo, na narrativa de Ronald, morador de uma oficina de costura na cidade de São Paulo, que foi entrevistado aos 22 anos, na cidade de Cochabamba, quando passava férias na Bolívia. A sua primeira inserção nos territórios da costura havia sido em Buenos Aires, aos 16 anos, na oficina de sua prima. Após essa primeira experiência em que se sentiu bastante explorado, retornou à Bolívia e, depois de alguns meses, decidiu tentar a vida na costura em São Paulo. O oficinista com quem entrou em contato desde a Bolívia era um amigo de seu tio e o combinado era o de que ele lhe adiantaria parte do dinheiro necessário para a migração e, em troca, Ronald permaneceria naquela oficina por um ano. Entretanto, logo no primeiro mês, conforme relata, começou a se sentir explorado. E, diferentemente de sua reação quanto à sua prima na Argentina – que também não o pagava corretamente e que o fazia realizar uma série de tarefas extras – Ronald reclamou. Não sendo atendido, simplesmente saiu da oficina após pagar o que devia da passagem.

[14] Os espaços urbanos que compõem os territórios da costura nas cidades de destino (nos quais se desenvolvem atividades ligadas, direta ou indiretamente, às oficinas de costura migrantes) incluem as lojas de conserto, de compra e venda de máquinas de costura e seus insumos, os locais de sociabilidade da comunidade boliviana que trabalha na costura, aos finais de semana e em suas festas, os restaurantes, bares, mercados, salões de beleza e outros estabelecimentos dos próprios migrantes, que prestam serviços "de boliviano para boliviano", bem como os pontos de chegada e de partida de ônibus clandestinos que fazem cotidianamente o percurso entre as cidades de destino (no Brasil e na Argentina) e as periferias urbanas do altiplano andino (Freitas, 2011).

> *Bueno, el día que llego mi mes, yo quería cobrar las prendas que he trabajado, mis horas extras. Y me dijo "no, no, no te voy a pagar porque estábamos atrasados". Y le dije (…)* "no es la primera vez que vengo a trabajar en la costura, ni la primera vez que voy a otro país a trabajar. Yo sé trabajar, fui a Argentina, sé cómo es el trabajo". *De ahí dije "yo no puedo estar así, si me pagas bien, me voy a quedar, si no, ¡no!" Bueno "por su capricho que no te voy a pagar" me dijo. Bueno, esperé el fin de semana y dije "me voy"* [Ronald, grifos da autora].

Na maioria das vezes, os encontros que franquearão aos migrantes os novos acessos aos territórios da costura ocorrem a partir de sua circulação na cidade. Os vínculos por meio dos quais as informações sobre as novas oportunidades de trabalho circulam caracterizam-se por serem, em sua maioria, vínculos fracos – entre pessoas que acabaram de se conhecer ou que, mesmo que já se conhecessem de antemão, não se encontram, necessariamente, atadas a relações mais densas. Essa plasticidade dos vínculos se reflete, inclusive, nos sentidos dados às entradas e saídas das oficinas de costura a partir de então: as entradas são fortuitas e as saídas perdem a dramaticidade das primeiras rupturas, embora se refiram invariavelmente a uma mudança de residência. Nos trechos abaixo, das entrevistas realizadas com Javier e Teodomiro encontramos narrativas que nos permitem entrever, de maneira concreta, como ocorre essa circulação de informações sobre as oportunidades de trabalho. Javier, entrevistado aos 27 anos, em sua casa, em Cochabamba, refere-se à experiência nos territórios da costura, na cidade de São Paulo, entre 2009 e 2012 e Teodomiro, apresentado no início da segunda seção, à experiência em Buenos Aires, marcada por inúmeras idas e vindas, entre 1992 e 2008.

> *A mi amigo lo conocí caminando, siempre con los bolivianos te dicen "hola, ¿Como estas?" No caminan todos callados. Él era paceño y le gustaba lo que me gusta a mí. Nos pusimos a hablar de grupos [de cumbia boliviana] (…). Entonces ahí me dijo "donde yo estoy trabajando necesitan, piensa-lo bien". Entonces me fui donde él estaba trabajando que era en Brás. (…) Era más cómodo (…) Como éramos desconocidos me he tenido que acostumbrar a las costumbres que ellos tenían de La Paz* [Javier]

> *Por mi propia cuenta, así como por amigos también. Me comentaron que en otro taller pagan bien. "Porque no te vas ahí", me dicen. O si no, vamos a Avenida Collon, donde buscamos trabajo, todo boliviano busca en esa avenida, entonces también fui allí, a ese lugar. Entonces de esa manera encontrava trabajo* [Teodomiro]

Embora, na maioria das vezes, os novos vínculos que passam a ser tecidos nos territórios da costura sejam estabelecidos entre compatriotas, as relações desses migrantes com o trabalho e com as suas identidades nacionais pode sofrer deslocamentos importantes na viração urbana[15]. Diferentemente da experiência na Bolívia, em que mesmo com as migrações internas, em geral de curta distância, convivia-se predominantemente com compatriotas dos mesmos departamentos, nos territórios da costura, quando iniciam sua busca por novos acessos nas cidades de destino, os bolivianos e bolivianas passam a conviver com compatriotas provenientes de outros departamentos, gerando, em muitos, estranhamentos sempre comentados nas entrevistas.

Nesse sentido, Teodomiro desenvolve, ao longo de sua experiência em Buenos Aires, um sistema de classificação dos oficinistas bolivianos de acordo com os seus departamentos de origem na Bolívia. Nessa classificação, os *paceños*, provenientes de seu próprio departamento de origem (La Paz), são avaliados como os mais mesquinhos e exploradores, conforme vimos no primeiro trecho de sua narrativa, transcrito na abertura da segunda seção. Javier, por sua vez, pondera, no trecho supracitado, depois de reconhecer a identidade nacional comum que o aproximou de seu novo amigo – seja pelo cumprimento que os identificou, seja pelo gosto musical – que ambos possuíam costumes diferentes, em relação aos quais teve de se adaptar: ele, de Cochabamba, e seu novo amigo e os compatriotas da nova oficina, de La Paz.

[15] Utiliza-se o termo viração em referência à uma experiência laboral dos trabalhadores de baixa qualificação, marcada pela informalidade, precariedade e flexibilidade, mobilizada no debate brasileiro sobre as transformações do mundo do trabalho contemporâneo (Abílio, 2019; Telles, 2006).

De maneira contraintuitiva, ao invés de gerar dificuldades na celebração informal de novos acordos de trabalho, esses estranhamentos parecem contribuir para a sua fluidez. Durante o trabalho de campo, era recorrente a percepção dos entrevistados de que quanto mais distante fosse o oficinista (em termos relacionais e de origens) melhores seriam as condições de trabalho. Teodomiro, no primeiro trecho supracitado, faz essa ponderação em relação à nacionalidade dos oficinistas, dizendo preferir trabalhar com oficinistas de outras nacionalidades ou, ao menos, de outros departamentos – "mayormente con gente ajena se trabaja porque gente boliviana no te paga bien". E no trecho abaixo, relativo à narrativa de Ronald, cuja primeira experiência foi na oficina de sua tia, a expressão "gente ajena" refere-se a pessoas que não façam parte de suas relações de sociabilidade primárias.

> Es mucho mejor trabajar con gente ajena que familiar *porque hay familias que te quieren humillar o que te tratan mal y, a veces por eso, todo tienes que aguantarte, todo, no sabes cómo reaccionar y vos mismo te estas oprimiendo. Ahí, si es otro, dices todo. Pero con familiar, tienes que callarte, porque si vas a querer un apoyo de esa persona y te va a decir "si tu me has hecho así no es cierto". Por eso es preferible trabajar con gente ajena* [Ronald, grifos da autora].

A busca por relações de trabalho e de sociabilidade com "gente ajena" expressa um processo mais amplo de recomposição, na viração das cidades de destino, das redes sociais que vão dar sustentação à vida cotidiana dos migrantes. Essas novas redes sociais, entre compatriotas, que se constituem a partir dos vínculos fracos podem encetar, ao longo do tempo, vínculos fortes expressos na formação de novas amizades, novos amores e novas famílias. Paralelamente, essas novas experiências reconfiguram, em outros termos, os vínculos identitários: de uma vinculação estrita com locais de origem específicos a uma vinculação com a nacionalidade boliviana de maneira geral, depois, com a língua espanhola de outros grupos de migrantes, com migrantes que falam outras línguas e, para os que permanecem mais tempo nessa atividade, com os nacionais (brasileiros ou argentinos) com os quais passam a se encontrar no cotidiano urbano. No entanto, essas novas

vinculações não significam, nas narrativas que pudemos acompanhar, um distanciamento da identificação étnica original, mas uma recomposição. Na próxima seção, aborda-se brevemente uma tradução política desse processo.

Ser daqui e de lá ao mesmo tempo: as recomposições das redes sociais nos territórios da costura

> *Quienes explotan el sistema del taller textil quieren recrear acá una pequeña Bolivia, para evitar que te mezcles, que conozcas otras músicas, otra gente. Las radios que se escuchan en los talleres, las organizaciones que reivindican "lo boliviano" y los talleristas (y los discursos argentinos que promueven este modo de plantear las cosas) y que se justifican con la tradición andina te confinan a una identidad prefabricada de lo boliviano. (…). Para muchos de nosotros es más fuerte ser habitante de una villa o de un barrio como Villa Celina, donde crecimos y nos criamos desde chicos, que ser bolivianos. A eso le llamamos cultura ch'ixi, a tener esa capacidad de poder mezclarte, sin diluir lo que somos y lo que queremos (…) No hablamos como bolivianos/as. Tampoco como argentinos/as. (…) Estamos hablando desde una experiencia. (…) Más que nacionalidades, tenemos trayectorias. Algunas incluyen atravesar una frontera* (Colectivo Simbiosis Cultural; Colectivo Situaciones, 2011, p. 12-13).

Neste trecho, de um livro produzido a partir da parceria de dois coletivos culturais de jovens bolivianos que possuem, entre seus integrantes, costureiros e costureiras que vivem em Buenos Aires, vislumbramos uma tradução, no debate político, dos deslocamentos identitários vividos durante a viração urbana nos territórios da costura. No lugar do discurso da bolivianidade promovido, entre outros atores, pelos oficinistas que buscam legitimar relações de reciprocidade baseadas nos princípios morais do *derecho de piso*, esses jovens reivindicam uma cultura ou identidade *ch'ixi* em que consideram ser possível ser daqui e de lá ao mesmo tempo. Para esses jovens, não se trata de negar a cultura boliviana e suas origens indígenas em nome de uma assimilação ou, ainda, de uma integração às estruturas socioculturais e laborais dos países de recepção. Inclusive, para uma parte deles, não se trata tampouco de sair dos territórios da costura.

Trata-se de propor um deslocamento quanto às posições de autoridade inscritas no dispositivo étnico que sustenta um determinado tipo de relações de exploração no interior das oficinas de costura. Relações de exploração que, em nome das solidariedades étnicas, por um lado, e do medo do outro (das autoridades nacionais e dos outros grupos migrantes), por outro, confinam os costureiros e costureiras em dinâmicas de subserviência que extrapolam os limites da racionalidade capitalista.

Esse deslocamento, presente no Manifesto Ch'ixi e na prática política cotidiana desses jovens, é um dos resultados possíveis do *saber circular* aprendido a partir de sua experiência nos territórios da costura. Inicialmente, conforme relatam ao longo do texto supracitado, não percebiam a moralidade perversa inscrita nas ideologias da bolivianidade difundidas a partir das redes de contratação dos locais de origem na Bolívia, tampouco vislumbravam possibilidades alternativas de ser, estar e trabalhar nesses territórios. Nesse sentido, os contatos e diálogos com compatriotas e com outros trabalhadores com quem passaram a conviver nos territórios da costura associados à intensificação das situações de exploração laboral vividas nas oficinas de costura provocaram estranhamentos e desnaturalizações relativas aos compromissos morais tecidos na Bolívia. Nos contextos urbanos de destino, na Argentina e no Brasil, à medida que desenvolviam novas habilidades relativas aos encontros e mesclas com os vários outros que passavam a compor o seu cotidiano, esses jovens começaram a colocar em xeque a sua forma de viver a identidade boliviana. As trajetórias de vida, coletivas e individuais, passaram a ser mais determinantes das relações de solidariedade do que a identidade nacional.

Embora as possibilidades concretas de elaboração coletiva de experiências de exploração e de caminhos de ação sejam ainda bastante incipientes e localizadas no interior dos territórios da costura, os novos cosmopolitismos ch'ixi latino-americanos, emergentes nesses espaços, podem conformar uma resposta mais eficaz ao discurso político ocidental em nome da proteção dos direitos humanos e contra o trabalho escravo das populações vulneráveis. Não se trata, para esses jovens costureiros, de uma negação

aos discursos de defesa de direitos, mas de uma abertura, um caminho alternativo, para vozes que, desde a sua condição de subalternidade, buscam suas próprias expressões e representações para essas situações de exploração vividas cotidianamente.

Ao longo deste artigo, abordamos a experiência migratória no interior de um nicho econômico, a partir de uma perspectiva analítica ancorada na fenomenologia e no interacionismo simbólico, com o intuito de trazer para o primeiro plano as dinâmicas socioespaciais e identitárias que perfazem esse tipo de experiência na contemporaneidade. Nesse sentido, propusemos um deslocamento no interior do debate brasileiro sobre a migração boliviana associada ao trabalho na costura. Ao invés da oposição entre nicho ou enclave econômico, por um lado, e étnico, por outro, partimos de uma indagação sobre a construção social que esses migrantes vêm produzindo em sua circulação entre São Paulo, Buenos Aires e uma miríade de locais de origem na Bolívia, ao longo dos últimos quarenta anos. Denominamos essa construção social de territórios da costura em referência aos territórios circulatórios, propostos por Alain Tarrius, em suas pesquisas sobre as experiências de mobilidade migratória e urbana de coletivos minoritários no contexto europeu atual.

Nesses territórios da costura, possíveis, na atualidade, graças à globalização e aos processos de reestruturação produtiva em curso na indústria de confecção, as identidades étnicas que aí se constituem, em referência às dinâmicas de reciprocidade presentes nos contextos bolivianos de origem, mesclam-se com formas identitárias mais cosmopolitas e menos atávicas, produzidas a partir dos novos encontros e experiências vividos pelos migrantes em sua circulação nas cidades de destino. O *saber circular* aprendido na viração urbana não pressupõe o abandono das tradições culturais bolivianas, mas possibilita a emergência de éticas sociais intermediárias que, conforme propõe Tarrius em sua análise dos territórios circulatórios, inauguram novos modos de ser "daqui e de lá ao mesmo tempo".

Patrícia Tavares de Freitas é Doutora em Sociologia e pesquisadora associada do Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC/Cebrap) e Coordenadora do Odisseia – Núcleo de Pesquisa Abdelmalek Sayad.
✉ tavaresdefreitas@gmail.com

Referências

1. ABÍLIO, Ludmilla C. Uberização do trabalho: a era do nanoempreendedor de si? *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. *Anais* [...]. São Paulo: ANPOCS, 2019. Disponível em: http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st42/11873-uberizacao-do-trabalho-a-era-do-nanoempreendedor-de-si/file.

2. ALLIS, Thiago, FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera. Por uma teoria social *on the move*. *Tempo Social*, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2018. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.142654

3. ARCOS, María A.; MONTERO, Camila. Detrás de la industria de la moda: un estudio sobre talleres clandestinos. *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (Rebela)*, v. 2, n.1, p. 201-220, 2011.

4. BAILEY, Thomas; WALDINGER, Roger. Primary, secondary and enclave labor markets: a training systems approach. *American Sociological Review*, v. 4, n. 56, p. 432-445, 1991. https://doi.org/10.2307/2096266

5. BASTIA, Tanja; McGRATH, Siobhan. Temporality, migration and unfree labour: migrant garment workers. *Manchester Papers in Political Economy*, n. 6, p. 1-38, 2011.

6. BENENCIA, Roberto. El infierno del trabajo esclavo: la contracara de las "exitosas" economías étnicas. *Avá*, n. 15, p. 43-72, 2009.

7. BONACICH, Edna. A theory of middleman minorities. *American Sociological Review*, v. 38, n. 5, p. 583-594, 1973. http://dx.doi.org/10.2307/2094409

8. BONACICH, Edna. The other side of ethnic entrepreneurship: a dialogue with Waldinger, Aldrich Ward and associates. *International Migration Review*, v. 27, n. 3, p. 685-692, 1993. https://doi.org/10.1177/019791839302700324

9. BUECHLER, Simone. Sweating it in the Brazilian garment industry: Korean and Bolivian immigrants and global economic forces in São Paulo. *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 3, p. 99-119, 2004. https://doi.org/10.1177/0094582X04264491

10. CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio A. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. *Cadernos Prolam/USP*, v. 1, p. 129-143, 2006. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81803

11. COLECTIVO SIMBIOSIS; COLECTIVO SITUACIONES. *De chuequistas y overlockas*: una discusión en torno a los talleres textiles. Buenos Aires: Tinta Limón, 2011.

12. CÔRTES, Tiago R. *Os migrantes da costura em São Paulo*: retalhos de trabalho, cidade e Estado. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. https://doi.org/10.11606/D.8.2013.tde-03022014-112419

13. CÔRTES, Tiago R.; FREIRE DA SILVA, Carlos. Migrantes da costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecção. *Travessia: Revista do Migrante*, n. 74, p. 37-58, 2014.

14. CORTES, Geneviève; FARET, Laurent (org.). *Les circulations transnationales* : lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009.

15. CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole*, n. 17, p. 119-133, 2007.

16. DUREAU, François; HILY, Marie Antoniette (org.). *Les mondes de la mobilité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

17. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

18. FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: IDESP; Editora Sumaré, 1991.

19. FREITAS, Patrícia T. Família e Inserção laboral de jovens migrantes na indústria de confecção. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, n. 22, p. 231-246, 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852014000100014

20. FREITAS, Patrícia T. Entreprise ethnique, territorialités et filière migratoire: les migrants boliviens dans l'industrie du vêtement à São Paulo. *e-Migrinter : Revue életronique*, n. 8, p. 109- 111, 2012. https://doi.org/10.4000/e-migrinter.611

21. FREITAS, Patrícia T. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo. *Informe GEPEC*, n.15, p. 222-240, 2011. https://doi.org/10.48075/igepec.v15i3.6280

22. GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 3, p. 1360-1380, 1973. https://doi.org/10.1086/225469

23. GREEN, Nancy. *Du sentier à la 7e avenue* : la confection et les immigrés, Paris-New York (1880-1980). Paris: Éditions du Seuil, 1998.

24. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

25. LEITE, Marcia de P.; SILVA, Sandra R. A.; GUIMARÃES, Pilar C. O trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas da precariedade. *Caderno CRH*, v. 30, n. 79, p.51-68, 2017. https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000100004

26. LIGHT, Ivan; GOLD, Steven. *Ethnic economies*. São Diego: Academic Press, 2000.

27. MA MUNG, Emmanuel. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales : penser de l'intérieur les phénomènes de mobilité. *In:* DUREAU, F.; HILY, M. A. (org.). *Les mondes de la mobilité*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2009. p. 25-38.

28. MA MUNG, Emmanuel. Entreprise économique et appartenance ethnique. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 12, n. 2, p. 211-233, 1996. https://doi.org/10.3406/remi.1996.1073

29. MERA, Carolina. Los migrantes coreanos en la industria textil de la ciudad de Buenos Aires. Inserción económica e identidades urbanas. *Révue Européenne des Migrations Internationales*, v. 28, n. 4, p. 67-87, 2012. https://doi.org/10.4000/remi.6221

30. MIRANDA, Bruno. "Uno ya sabe a lo que viene": la movilidad laboral de migrantes andino-bolivianos entre talleres de costura de São Paulo explicada a la luz de la producción del consentimiento. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, v. 25, n. 49, p. 197-213, 2017. https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004911

31. MOROKVASIC-MULLER, Mirjana. La mobilité transnationale comme ressource : le cas des migrants de l'Europe de l'Est. *Cultures & Conflits*, n. 33-34, p. 1-13, 1999. https://doi.org/10.4000/conflits.263

32. RIZEK, Cibele S.; GEORGES, Isabel; FREIRE DA SILVA, Carlos. Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina. *Lua Nova*, n. 79, p.111-142, 2010. https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100006

33. SCHWARTZBERG, Ismael Eduardo A. *Lógicas Ch'ixi de la migración boliviana en São Paulo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. https://doi.org/10.11606/D.100.2017.tde-01122017-112615

34. SILVA, Sidney A. *Costurando sonhos*: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

35. SILVA, Tomaz T. (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

36. SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo. *In:* BAENINGER, R. (org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Nepo; Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. p. 75-92.

37. TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains: différentiations des groupes migrants. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59-60, p. 51-60, 1993. https://doi.org/10.3406/aru.1993.1727

38. TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas* : les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris: Éditions Balland, 2002.

39. TARRIUS, Alain. Le lien social fort comme préalable à la réussite économique. Initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales: parcours, étapes, transactions commerciales. *In:* MULLER, L.; TAPIA, S. (org.). *Un dynamisme venu d'ailleurs* : la création d'entreprises par les immigrés. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 21 – 51.

40. TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006. https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100010

41. TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, n. 27, p.143-166, 2001.

42. WALDINGER, Roger. *Trough the eye of the needle*: immigrant and enterprise in New York garment's trade. Nova York: New York University Press, 1986.

43. XAVIER, Iara R. *Projeto migratório e espaço*: os bolivianos na região metropolitana de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279459

44. ZHOU, Min. Revisiting ethnic entrepreneurship: convergencies, controversies, and conceptual advancements. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004. https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2004.tb00228.x

Recebido: 2 mar. 2021.
Aceito: 13 out. 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-112756

Desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social

José Alcides Figueiredo Santos*

Resumo

O estudo aborda as discrepâncias raciais que se manifestam na transmissão intergeracional de vantagens e desvantagem de origem de classe social. O foco é a desigualdade racial condicional à origem de classe. A origem de classe foi mensurada por uma tipologia de classes neomarxista. O destino social foi concebido como chances de vida e mensurado pela renda dos filhos. Foram estimadas médias preditas e diferenças proporcionais na renda com base em um Modelo Linear Generalizado e nos dados de mobilidade social da PNAD de 2014. A desigualdade racial na transmissão da herança de classe é marcante no Brasil ao nível agregado das coortes. Regra geral, as discrepâncias raciais no efeito total e no efeito direto da origem de classe se mantiveram na maioria das circunstâncias. Nas origens de classe de maior peso demográfico, no agregado das coortes, não é certo que exista uma associação empírica entre educação superior e menor discrepância racial na transmissão da herança de classe. Entretanto, na coorte mais recente, particularmente nas origens privilegiada e destituída, a distância racial fica incerta, o que pode refletir processos de seletividade e não de equalização.

Palavras-chave: mobilidade social, origem e destino, classe e raça, desigualdade racial.

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Racial inequality in intergenerational transmission of social class inheritance

Abstract

The study addresses racial discrepancies manifested in intergenerational transmission of advantages and disadvantages of social class origin. It focuses on racial inequality conditional on class origin. Class origin was measured using a neo-Marxist class typology. Social destination was conceived as life chances and measured by children's income. Predicted averages and proportional differences were estimated through a Generalized Linear Model and social mobility data retrieved from PNAD 2014. Racial inequality in transmission of class inheritance is striking in Brazil at the aggregate level ofcohorts. Generally, racial discrepancies in both total effect and direct effect of class origin have remained in most circumstances. In class origins of greater demographic weight, in the cohorts aggregate, an empirical association between higher education and less racial discrepancy in the transmission of class inheritance is not certain. However, in the most recent cohort, particularly in the privileged and destitute origins, racial distance is uncertain, which may reflect processes of selectivity rather than equalization.

Keyword: social mobility, origin and destination, class and race, racial inequality.

Fundamentos, abordagem e questões de pesquisa

Os estudos de mobilidade social mensuram o grau de associação que existe entre a condição socioeconômica dos pais e dos filhos. Quanto mais forte for o grau de associação, menor será o nível de mobilidade social entre as gerações. Uma associação mais baixa quer dizer que a trajetória dos indivíduos é menos influenciada pelas condições de origem social. Estudos com orientações convergentes investigaram, no Brasil, a associação entre origem de classe e destino social, focalizando o acesso ao topo social e a renda dos filhos. Trabalho posterior analisou os padrões de associação por origem de classe, considerando as suas variações por gênero e níveis da distribuição da renda (Figueiredo Santos, 2019, 2020, 2021). Este artigo analisa a desigualdade racial na transmissão

intergeracional das vantagens e desvantagens de origem de classe social no Brasil. No estudo, a origem social corresponde, então, às circunstâncias de classe de criação dos indivíduos. O destino social foi concebido como chances de vida e mensurado pela renda dos filhos. Classe social se apresenta como fator fundamental na associação entre origem e destino social. Na trajetória da origem ao destino social, as divisões de raça representam fatores importantes capazes, em certo grau, de modificar o efeito primário de classe. A transmissão intergeracional da herança de classe social pode ser maior ou menor em um contexto, a depender das interações entre origem de classe e raça. Nesse sentido, o trabalho realiza um estudo de mobilidade social no Brasil, em que a renda dos filhos foi tomada como realização de destino social, o que não deve ser confundido com o propósito de abarcar os determinantes fundamentais das desigualdades de renda entre os indivíduos.

As desigualdades de *status*, como raça, são baseadas em crenças culturais acerca da capacidade e do valor social dos membros de certas categorias em comparação com outras, sendo que essas distinções essenciais são usadas para organizar as relações com os outros e criar fronteiras entre as categorias sociais. As demarcações de *status* tornam-se mais efetivas e salientes na geração de desigualdades de oportunidades e recompensas entre os grupos, na medida em que estão ligadas às hierarquias de poder e às assimetrias de recursos valiosos na sociedade (Ridgeway, 2013; Tilly, 1999). As divisões de raça representam grupos sociais tipicamente criados pelo modo de definir os "outros" como distintos em virtude de características físicas supostamente inerentes e consideradas comuns aos seus membros. Essas demarcações entre categorias tornam-se socialmente relevantes ao serem ativadas para interpretar experiências, estabelecer relações sociais, orientar atitudes e organizar comportamentos. Os grupos sociais brancos têm exercido, no curso da trajetória da sociedade moderna, maior poder de fazer designações raciais, organizar a vida social em termos raciais e associar um valor "inferior" às categorias racialmente assinaladas (Cornell; Hartmann, 1998).

As interações entre origem de classe e divisões raciais estão no centro desta investigação. Representa um conhecimento bem estabelecido sobre interações entre variáveis, que elas envolvem relações simétricas (Kam; Franzese, 2007). Parafraseando a literatura sobre interações, isso significa que, quando o efeito de origem de classe é condicional à raça, o efeito de raça deve ser condicional à origem de classe.Uma hipótese sobre o sinal (positivo ou negativo) da relação entre a origem de classe, como variável condicional (Z), e o efeito marginal de raça (X) prediz que a relação entre raça, como fator condicional (Z), e o efeito marginal de origem de classe (X) tem o mesmo sinal.Entretanto, qualquer relação observada entre a origem de classe (Z) e o efeito marginal de raça (X) é sempre consistente com uma ampla variedade de maneiras pelas quais o efeito marginal da condição de classe (Z) varia com a raça (X) e vice-versa (Berry *et al.*, 2012). As escolhas relativas à forma de abordagem e à modalidade de comparação nas interações possuem implicações que devem ser consideradas.

Na análise de mobilidade social, quando se destaca um fator atribuído ou de *status* social, como raça ou gênero, regra geral, as relações entre origem e destino são apresentadas em separado por grupo. Este tem sido o modo padrão de tratar as diferenças de *status* em mobilidade social. Quando se aborda a desigualdade de origem de classe entre os pares de raça, a comparação está sendo feita dentro de cada grupo racial. O foco é a desigualdade de origem de classe condicional ao grupo racial. Estão sendo observadas as diferenças de trajetórias da origem ao destino em cada grupo. Este estudo desenvolveu um enfoque alternativo, ao estimar a desigualdade racial entre os pares de origem de classe. A comparação racial está sendo feita diretamente dentro de cada origem de classe. O foco é a desigualdade racial condicional à origem de classe. Procura-se caracterizar o processo de interação estrutural entre origem de classe e raça, assim como a sua evolução temporal, que pode acentuar ou atenuar a desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social.

Os estudos de mobilidade social organizam-se no espaço analítico que envolve as conexões entre origem social, mediação educacional e

destino social. O presente estudo vai focalizar o que se passa com as *discrepâncias raciais* na associação total e na associação direta entre origem social e realização socioeconômica dos filhos. A associação total ou o efeito total capta a influência de todos os fatores que estão associados direta ou indiretamente à origem de classe. Representa um indicador geral da transposição ou persistência do condicionamento de origem. O indicador serve também como uma base de comparação para situar o papel e a dimensão assumida pelos fatores mediadores ou intervenientes, notadamente a educação, na realização socioeconômica dos filhos.

A associação direta (ou efeito direto) expressa o que ocorre com a associação entre origem e destino não mediada pela educação ou, colocado de outro modo, a associação socioeconômica intergeracional entre pessoas do mesmo nível educacional. A associação direta retrata o efeito líquido da origem não alterado no curso do processo de mediação educacional. De um lado, representa outro modo de aferir a força primordial da origem social que abre ou limita caminhos na trajetória dos filhos. De outro lado, presta-se a avaliar a tese do papel equalizador da educação, ou seja, a capacidade da educação adquirida, notadamente a educação superior, em autonomizar a trajetória dos filhos do condicionamento de origem. O estudo elegeu a relação direta entre origem e destino como um elo analítico especialmente esclarecedor. Focalizar a influência direta da origem social em meio às mudanças estruturais pode ser um modo de recolocar, ou ver de um ângulo revelador, a transmissão intergeracional das desigualdades (Bernardi; Ballarino, 2016a).A proposição do papel da educação como grande equalizador social requer, como corolário, que a associação direta entre origem e destino, após controlar a realização educacional, equipare-se ou tenda a zero no curso do tempo ou da sucessão de coortes (Bernardi; Ballarino, 2016b). Pretende-se investigar, neste artigo, a provável discrepância racial e sua evolução temporal na realização ou frustação desse suposto papel equalizador da educação.

Mobilidade social diz respeito à transmissão intergeracional das desigualdades socioeconômicas. O entendimento do regime de mobilidade

social não pode ser conduzido somente ao nível agregado de todas as coortes de nascimento. Os padrões de associação podem não ser os mesmos em diferentes coortes. Uma questão crítica diz respeito à caracterização do que ocorre com a associação entre origem e destino no curso dos processos de mudanças sociais. O condicionamento de origem pode variar em cada coorte de modo a indicar ou não uma tendência histórica. Uma flutuação sem tendência ou direção certa pode se formar, ensejando, em certo sentido, um tipo de reprodução ou continuidade do padrão histórico do passado. Os padrões de associação vão ser analisados no curso da sucessão de coortes para divisar uma tendência temporal na sociedade brasileira.

As desigualdades de origem na aquisição da educação vão ser tomadas como dadas, embora a passagem do efeito total ao efeito direto permita perceber a interferência da desigualdade educacional. A parte final do estudo vai ser organizada, como antes, em torno da proposição do papel equalizador em especial da educação superior. Analisa-se, entre as pessoas do mesmo nível educacional, a associação direta entre origem de classe e renda dos filhos adultos. A ideia equalizadora supõe que a associação entre origem e destino seria menor em níveis maiores de escolaridade. A transposição dessa proposição para a problemática racial seria a expectativa das discrepâncias raciais serem menores ao nível da educação superior.

Os problemas relativos à desigualdade racial no processo de mobilidade social foram traduzidos e agregados em três questões de pesquisa orientadoras: (i) existe uma ponderável desigualdade racial na associação total e na associação direta (não mediada pela educação) entre a origem de classe e a renda dos filhos, ou seja, na transmissão da herança de classe social? (ii) Existe uma tendência temporal na sucessão das coortes de declínio da desigualdade racial no efeito total e no efeito direto da origem de classe, após o controle da educação adquirida?(iii) A discrepância racial do efeito direto de origem na renda dos filhos varia por níveis de escolaridade ou, de modo mais específico, a discrepância racial é menor entre os indivíduos mais educados?

Revisão da literatura nacional recente

Visando situar o artigo no campo de estudos, realiza-se uma síntese das evidências de trabalhos mais recentes na área de sociologia, que destacam o papel de raça nas tendências de mobilidade social no Brasil. Estudo de Ribeiro (2006), usando dados da PNAD de 1996, não constatou a existência de desigualdade racial nas chances de mobilidade ascendente entre as classes mais baixas. Entretanto, nas classes mais altas os brancos têm mais chances de se manterem no topo da hierarquia de classes, enquanto os pardos e pretos têm mais chances de mobilidade descendente. Em estudo posterior, usando uma escala contínua de cor com dados de 2008, Ribeiro (2017) constatou que, à medida que se sobe na estrutura social, embora aumente a ambiguidade e o "embranquecimento" na definição de cor, há bastante desigualdade racial nas chances de mobilidade social.

Estudo de Souza, Ribeiro e Carvalhaes (2010) sobre a desigualdade de oportunidades no Brasil pondera que não existiriam diferenças significativas no padrão de mobilidade de brancos, pardos e pretos, em duas dimensões importantes, considerando que nem os retornos à educação nem a associação entre origem e destino variam por cor ou raça. O efeito direto da origem, controlado pela educação, é mais decisivo do que a cor para as chances de mobilidade de longa distância. No entanto, para as chances de mobilidade de curta e média distância pesa mais ser branco – e não preto.

Estudo mais recente analisa, de forma desagregada por raça, tipo de família (baseado na inserção no trabalho) e gênero, a persistência intergeracional de *status* socioeconômico no Brasil. O estudo funde as bases de dados da PPV de 1996 e PNAD de 2014, usa o índice internacional de *status* socioeconômico (ISEI), estima o grau de persistência por regressão mediana e diferencia famílias em que ambos os pais tinham ocupação, somente o pai e somente a mãe. O estudo constata que a desigualdade racial na persistência intergeracional diminuiu ou não dependendo das características da família. Destaca-se, nesse registro, o que ocorre com os arranjos que são demograficamente mais importantes. A desigualdade racial

diminuiu, ao ponto de desaparecer, para homens e quando ambos os pais tinham ocupação, mas não se altera quando somente um deles era ocupado. Não existiria desigualdade racial, nem mudança na persistência, ao longo das coortes, para as mulheres, quando ambos os pais ou apenas o pai tinha ocupação (Ribeiro, 2020). Embora o artigo não explicite de forma clara este ponto, os resultados indicam que, demograficamente, considerando o peso relativo dos grupos, predominaria uma situação de supressão da desigualdade racial na persistência intergeracional em coortes mais jovens.

Uma análise de trajetória social da desigualdade racial de renda se aproxima da temática de mobilidade social ao focalizar as associações entre origem social, raça e renda dos filhos. O estudo usa a PNAD de 2014, modelos de equações estruturais e compara os efeitos diretos, indiretos e totais da raça e origem social sobre a renda do trabalho. O estudo conclui, embora com certa cautela, ao considerar tanto os efeitos diretos quanto indiretos, que a distância racial de renda deve ser atribuída mais à hierarquia racial do que à origem social.A maior parte das desvantagens de renda dos negros (pardos e pretos), quando se olha para a trajetória dos grupos, ocorre principalmente de modo indireto, sendo mediada pela educação e ocupação dos filhos (Salata, 2020).

Distribuição de classe e educação entre coortes por raça

Em sintonia com o desenho da investigação, são apresentados, na Tabela 1, dados descritivos das mudanças estruturais na distribuição de classe e da educação que impactam os padrões de associação entre origem, educação e destino entre as coortes investigadas. Na parte à esquerda da Tabela, mostram-se a distribuição de classe e a renda média atual do filho. No total de cada coorte, registra-se a respectiva distribuição de classe dos pais. A diferença mais marcante se dá no contraste dos polos da estrutura social. No grupo branco, 11,2% dos pais estavam no topo social na primeira coorte, sendo que, na atualidade, 21,5% dos filhos ocupam esta posição. No grupo pardo e preto o topo social passou de 4,0% dos pais na

primeira coorte para 8,4% dos filhos em 2014. Na origem de destituído, o grupo branco evoluiu de 30,5% dos pais para 22,7% dos filhos na mesma comparação. Já o grupo pardo e preto ficou quase estacionado nessa condição desvantajosa, pois representava 39,7% dos pais e corresponde a 38% dos filhos em 2014.Nesta data, o grupo branco equivale a 2,6 vezes a cada pardo e preto no topo social. Já o grupo pardo e preto está fortemente concentrado no agrupamento destituído. Representa 70% da base social formada pela agregação de trabalhador e destituído, contra 54,4% do grupo branco.

A renda média do grupo branco se distancia daquela do grupo pardo e preto, especialmente nos grupos com vantagens de classe, ou sem desvantagens, em maior ou menor grau, nas dimensões de propriedade, autoridade e qualificação escassa no mercado, como pode ser visto nos agrupamentos do topo social, qualificado/supervisor e pequenos ativos. No grupo pardo e preto o agrupamento de pequenos ativos tem renda quase igual à do trabalhador típico, ao contrário do grupo branco, sinalizando que, no grupo pardo e preto, os ativos econômicos dessa categoria são de valor menor ou geradores de menor ganho. Como desdobramento de conjunto dessa situação, a renda média agregada do grupo branco é bem maior.

O nível denominado "Fundamental" agrupa médio incompleto, fundamental ou menos. "Médio" corresponde a médio completo ou superior incompleto. A última categoria é o nível "Superior" completo. Na linha que computa o Total, na margem inferior esquerda de cada grupo racial, está a distribuição educacional geral dos filhos em cada coorte. Na primeira coorte, ela era bem desfavorável ao grupo pardo e preto, devido aos desequilíbrios nos níveis "Fundamental" e "Superior". Na última coorte, o desequilíbrio se mantém, porém aumentou a desproporção ao nível da categoria "Fundamental", em que o progresso do grupo pardo e preto foi bem menor no curso da expansão educacional. Ao nível do "Superior", não foi reduzida a desproporção de 2,6 brancos para cada 1,0 pardos e pretos que existia na primeira coorte.

Tabela 1. Distribuição percentual entre origem de classe e nível educacional do filho/a, por coorte e raça, com totais por origem e educação, mais classe e renda atual do filho/a, Brasil

Origem de Classe	Filho/a 2014		Coorte de 1948-57				Coorte de 1978-87			
	Classe	Renda	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
BRANCO										
Topo Social	21,5	6154	25,1	26,4	48,5	100,0	6,8	35,1	58,1	100,0
			4,4	16,0	30,9	11,2	3,8	12,6	33,9	15,8
Qual./Super.	10,4	2751	30,6	31,0	38,4	100,0	8,1	46,6	45,3	100,0
			2,6	9,2	11,9	5,5	2,5	9,2	14,5	8,7
Peq. Ativos	13,6	2390	76,7	14,1	9,2	100,0	42,8	39,7	17,6	100,0
			42,9	27,2	18,7	35,7	28,5	17,1	12,3	19,1
Trabalhador	31,7	1644	54,9	23,1	22,0	100,0	25,4	50,0	24,6	100,0
			14,7	21,3	21,2	17,1	23,5	29,8	24,0	26,4
Destituído	22,7	1192	74,1	15,9	10,0	100,0	39,9	46,2	13,9	100,0
			35,4	26,3	17,3	30,5	41,8	31,4	15,3	30,0
Total	100,0	2539	63,9	18,5	17,6	100,0	28,6	44,2	27,2	100,0
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PARDO E PRETO										
Topo Social	8,4	4506	49,2	24,1	26,7	100,0	20,5	37,8	41,7	100,0
			2,4	7,6	15,6	4,0	2,2	5,0	22,5	5,5
Qual./Super.	8,3	2280	43,8	33,6	22,5	100,0	19,1	54,9	27,5	100,0
			2,5	12,5	15,4	4,7	2,2	7,3	14,1	5,5
Peq. Ativos	13,3	1335	87,8	8,9	3,2	100,0	62,0	31,8	6,3	100,0
			40,7	26,6	17,8	37,4	30,1	18,2	14,6	23,6
Trabalhador	32,0	1376	64,6	22,3	13,2	100,0	35,1	52,5	12,5	100,0
			11,5	25,4	27,6	14,3	16,7	29,5	28,5	23,2
Destituído	38,0	888	87,1	8,8	4,1	100,0	56,0	39,1	4,9	100,0
			42,8	27,9	23,7	39,7	48,7	40,1	20,3	42,3
Total	100,0	1421	80,6	12,6	6,8	100,0	48,6	41,3	10,1	100,0
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

Na parte da linha interna está a distribuição educacional, por origem de classe, respectivamente, dentro da primeira e da coorte mais recente. Quando originário do topo social, o filho pardo e preto avançou muito no acesso ao nível "Superior" (de 26,7 para 41,7%), no entanto, ainda assim, 20,5% das pessoas vindas dessa origem ficam somente ao nível "Fundamental". Como, dessa origem privilegiada, já na primeira coorte, uma grande proporção (48,5%) de filhos brancos já atingia o nível "Superior", o avanço educacional na última coorte foi menos marcante (58,1%). Por outro lado, o fracasso na aquisição educacional, vindo dessa origem privilegiada, reduziu-se bastante, pois na última coorte somente 6,8% dos filhos ficam ao nível "Fundamental". Com isso, para a origem no topo social, na última coorte, 93,2% do grupo branco possui de médio completo para mais, contra 79,5% do grupo pardo e preto. Na origem de destituído, o grupo branco com educação média ou mais passou de 25,9% para 60,1%, sendo que, entre estes, obter o superior completo passou de 10% para 13,9%. Na mesma origem e no critério de educação média ou mais, o grupo pardo e preto evoluiu de 12,9% para 44,0%, porém a obtenção de superior completo teve uma alteração mínima de 4,1% para 4,9%. Nas duas comparações, a trajetória do grupo pardo e preto foi pior.

Métodos

As divisões de classe social, na abordagem neomarxista do estudo, são constituídas por desigualdades de direitos e poderes sobre recursos produtivos que geram vantagens e desvantagens entre categorias (Wright, 1997). A variável independente classe social foi mensurada por uma tipologia ajustada às especificidades da estrutura social do país (Figueiredo Santos, 2005a, 2010). Utiliza-se aqui uma versão compacta dessa classificação, que diferencia cinco grandes agrupamentos de classe. O topo social envolve as categorias de empregadores, especialista autônomo, empregado especialista e gerente. Os empregados qualificados e os supervisores formam um segmento diferenciado no trabalho assalariado. A categoria de detentores de ativos de

menor valor é composta pelo autônomo com ativos e o autônomo agrícola. O trabalhador típico representa o assalariado submetido estruturalmente aos processos conjugados de controle e apropriação dos resultados do trabalho. Por fim, diferencia-se um agrupamento destituído, composto por trabalhador elementar, autônomo precário, empregado doméstico, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente (desempregado). Na mensuração da classe de origem foi usado o critério de dominância, considerando o emprego mais elevado entre os pais. A variável independente raça foi usada de forma binária, diferenciando o branco e o conjunto pardo e preto. As categorias de indígena e amarelo foram excluídas da análise, visando focalizar o divisor racial fundamental no Brasil (Figueiredo Santos, 2005b).

A investigação utiliza os dados do suplemento de mobilidade social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, respondido pelo morador de 16 anos ou mais de idade selecionado aleatoriamente. A amostra analítica, que foi usada em todas as estimativas, possui 30328 casos com idade de 27 a 66 anos e informações válidas nas variáveis usadas nos modelos. A variável dependente do estudo é a renda de todas as fontes dos filhos. A desigualdade de recompensas por classe social de origem mostra-se maior com o uso de medidas de renda mais inclusivas (Hansen, 2001). Todos os modelos controlam por gênero, coorte, tipo de família por inserção econômica dos pais, área urbana/rural e Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos 15 anos. Como a maioria dos controles potenciais pode estar associada à origem social, os controles justificáveis seriam aqueles determinados antes de se entrar no mercado de trabalho (Hällsten, 2013). As quatro coortes usam intervalos de dez anos, que diferenciam os indivíduos nascidos nos anos de 1948-1957, 1958-1967, 1968-1977 e 1978-1987. A educação distingue as principais transições educacionais: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Na análise da associação intergeracional por níveis educacionais, estes foram agregados em três categorias (médio incompleto, fundamental ou menos; médio completo ou superior incompleto; superior completo), visando

captar efeitos interativos mais precisos. A variável área diferencia se o filho morava em zona urbana ou rural quando tinha quinze anos. Os tipos de família distinguem as circunstâncias em que ambos os pais trabalhavam, somente o pai, somente a mãe ou nenhum dos pais trabalhava. A Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas da distribuição combinada das variáveis mais informativas para a análise; por questão de espaço, estatísticas de outras variáveis estão somente no arquivo digital referido na nota da Tabela 2.

No tratamento da mobilidade social, o estudo adota uma "abordagem de coorte" em que a comparação dos padrões temporais é realizada dependendo de quando as pessoas nasceram. Essa abordagem tem a virtude, como realçado na literatura internacional, de fazer comparações que captam os efeitos das mudanças estruturais em estágios críticos do curso de vida das pessoas (Breen; Müller, 2020). Os efeitos estão sendo estimados no agregado e em cada coorte distinta, compondo uma sucessão de coortes, visando captar alterações ou persistências temporais nos padrões de associação entre origem e destino ou, de modo mais específico, na desigualdade racial na transmissão da herança de classe social. Tendo em vista a abordagem definida, os efeitos das variáveis independentes no destino social foram estimados com um Modelo Linear Generalizado (*Generalized Linear Model*, GLM). O modelo GLM é formado por três componentes. A distribuição condicional da variável dependente (Y), ou do seu valor esperado E(Y), representa o componente aleatório. O componente sistemático corresponde às variáveis independentes e ao modo como estas são combinadas. Existe, por fim, uma função de ligação suave, que é aplicada ao valor esperado para que este possa ser modelado de uma maneira linear usando o componente sistemático. Essa família de modelos separa a distribuição do erro da função de ligação e permite estender o modelo de regressão padrão de dois modos diferentes: escolhendo uma distribuição do erro não-normal e usando uma função de ligação não-linear. O modelo GLM com a distribuição Gamma (flexível) do componente aleatório e a função de ligação logarítmica (internalizada, linearizante e invertível), além de gerar valores preditos e resíduos na métrica original

da variável dependente antes da aplicação da função, evitando qualquer viés de transformação, mostra-se apropriado para lidar com uma variável assimétrica como a renda (Hardin; Hilbe, 2018; Fox, 2016; Deb *et al.*, 2017). As estatísticas AIC e BIC confirmaram que o modelo GLM com essas especificações oferece melhor ajuste.

Os efeitos foram expressos em termos de rendas médias preditas e diferenças proporcionais de renda, que representam grandezas derivadas dos coeficientes de regressão, o que torna supérfluaa apresentação dos próprios coeficientes. As escolhas realizadas decorrem do uso de interações entre as variáveis, pois a equivalência entre coeficiente e efeito deixa de ser válida nesta situação (Kam; Franzese Jr., 2007), do propósito de gerar resultados mais claros e interpretáveis (Williams, 2012) e do objetivo de garantir a comparabilidade entre os efeitos na renda em diferentes coortes (Torche, 2015). Nos gráficos são colocados os intervalos de confiança que mostram o grau de precisão das estimativas. Resultados completos dos modelos (sintaxes e estimativas do Stata) são disponibilizados em arquivo digital referido na nota da Tabela 2.

As diferenças proporcionais são baseadas em semielasticidade, que é um híbrido de efeitos marginais (ou parciais) e elasticidade e mede a mudança no logaritmo do resultado (Y) associada à mudança de uma unidade em X (Cameron; Trivedi, 2009). Efeitos marginais (ou parciais) representam uma forma de resumir o efeito da variável independente em termos das predições do modelo estatístico (Mize, 2019). As estimativas de semielasticidade ou mudança proporcional foram realizadas pelo comando *margins* do Stata, com a opção *eydx*, e depois transformadas em gráficos pelo *marginsplot*. Nas variáveis independentes categóricas, o efeito é computado como uma mudança discreta em relação à categoria de referência. As medidas baseadas em métrica logarítmica, ao contrário das medidas de diferenças absolutas, oferecem a vantagem de não serem influenciadas pelas diferenças de rendas médias associadas aos perfis heterogêneos de idade-ganhos das coortes (Torche, 2015). A conversão da métrica logarítmica em diferença percentual implica calcular o exponencial do valor aplicando a fórmula:

[exp(Y) – 1] * 100. As duas escalas divergem crescentemente, à medida que o resultado em logaritmo aumenta. Como os valores dos gráficos estão em escala logarítmica, esta métrica vai ser usada no texto.

O comando de pós-estimação *mlincom*, criado para o ambiente do Stata, foi usado adicionalmente para testar as diferenças ou mudanças de efeitos no tempo e entre situações. As diferenças entre coortes ou entre situações específicas nas diferenças raciais representam diferenças de segunda ordem. Um teste de diferenças de segunda ordem (*second differences*) avalia se as diferenças de primeira ordem são iguais (Mize, 2019). Levou-se em conta na avaliação a extensa literatura crítica sobre o uso de *p-values*, em particular, como critério supremo ou exclusivo de validação estatística das estimativas. Eles representariam a "ficção popular" da inferência estatística, "rasa, mas não completamente sem mérito"; a forma "mais popular e menos respeitável" de olhar para dados e modelos (Senn, 2018, p. 1853). Foram feitas, em situações mais complexas, interpretações abrangentes dos resultados, que consideram, conjuntamente, a força das diferenças, os *p-values* (p) e os intervalos de confiança (IC).[1]

Resultados e análises das questões de pesquisa

Questão (i): existe uma ponderável desigualdade racial na associação total e na associação direta (não mediada pela educação) entre a origem de classe e a renda dos filhos, ou seja, na transmissão da herança de classe social?

A Tabela 2 apresenta as estimativas necessárias à análise da questão de pesquisa. As estimativas se baseiam em interações entre origem de classe e raça. A renda predita total, ajustada por controles, como esperado,

[1] "Interpretação correta e cuidadosa dos testes estatísticos exige o exame dos tamanhos das estimativas de efeito e limites de confiança, bem como valores P precisos" (Greenland *et al.*, 2016, p. 347). Vide o epidemiologista Clyde Schechter na Statalist: "Significativo *versus* não significativo é uma maneira enganosa de pensar sobre os efeitos. Uma maneira melhor de pensar sobre eles é considerar quão grandes eles parecem ser e quanta incerteza atribuímos à nossa estimativa de quão grandes eles são". Fonte: https://www.statalist.org/forums/forum/general-stata-discussion/general/1408697.

confirma as discrepâncias raciais em todos os contextos de origem de classe. As diferenças observadas são estatisticamente significativas, exceto em um caso. As diferenças são maiores em termos absolutos e relativos quando existem vantagens de origem social. Na origem de trabalhador típico e destituído, ainda assim, existem discrepâncias apreciáveis.

Tabela 2. Renda predita de todas as fontes em Reais, por origem de classe e raça, efeito total e direto, mais diferença racial (branco vs. pardo e preto) e de origem (topo vs. outro). Brasil, PNAD 2014

Critério	Topo Social	Qual./ Superv.	Pequ. Ativos	Trabalhador	Destituído
Total Branco R$	4591	3238	2065	1975	1649
Direto Branco R$	2862	2287	2020	1873	1782
Direto Branco %	62,3	70,6	97,8	94,8	108,0
Total Pardo & Preto R$	3058	2058	1437	1598	1283
Direto Pardo & Preto R$	2364	1862	1665	1767	1614
Direto Pardo & Preto %	77,3	90,5	115,9	110,6	125,8
Total Dif. Branco R$	1533	1180	627	377	367
Total Dif. Branco %	50,1	57,3	43,6	23,6	28,6
Direto Dif. Branco R$	498	425	355	106 *	168
Direto Dif. Branco %	21,1	19,0	21,3	6,0 *	10,3
Dif. Total Topo Branco %	—	41,7	122,3	132,5	178,4
Dif. Total Topo Pardo & Preto %	—	48,6	112,8	91,4	138,3
Dif. Direto Topo Branco %	—	25,1	41,7	52,8	60,6
Dif. Direto Topo Pardo & Preto %	—	27,0	42,0	33,8	46,5

Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.
Nota: * p= 0,151. Resultados completos (sintaxes e estimativas do Stata) em: https://www.dropbox.com/s/kybrfvjzaez1uml

A diferença entre efeito total e efeito direto tem uma importância teórica e empírica especial. Mostra o montante do efeito da origem que não é mediado pela educação dos filhos. Representa um primeiro

teste, ao nível agregado, da capacidade ou não da educação de reduzir a força autônoma do condicionamento de origem. Na origem no topo social, no grupo pardo e preto, o efeito direto corresponde a 77,3% do efeito total e em empregado qualificado a 90,5%. No grupo branco o efeito é também claramente majoritário, respectivamente, de 62,3% e 70,6%. Existe uma força da origem de classe que se impõe em ambos os grupos raciais. O fato de o efeito ser menos forte no grupo branco indica que nele a mediação educacional, embora não seja majoritária, é mais importante. A menor vantagem educacional do grupo negro nessas duas origens talvez explique o padrão encontrado. Tendo vantagem de origem, ainda assim, ele pode contar menos com a mediação educacional, pois os filhos convertem menos a vantagem de origem em realização educacional. Tal processo, ao mesmo tempo, contribui para que a renda predita total seja menor. Esse padrão está sendo observado ao nível agregado de todas as coortes. Mudanças temporais na sucessão das coortes vão ser tratadas mais adiante.

Nas demais origens de classe, o efeito total é suplantado pelo efeito direto ou fica bem próximo dele. O resultado observado representa o desdobramento de um processo de "mediação negativa" ou "mediação às avessas" da educação, como foi chamado em trabalhos anteriores (Figueiredo Santos, 2019, 2020). A renda predita direta, com o controle da educação, representa a renda esperada quando se remove do efeito total a distribuição desigual da educação e a mudança da renda sob o efeito da educação. O resultado observado reflete, então, em particular, a desvantagem na aquisição da educação, vinda dessas origens, além de alguma desvantagem adicional na conversão de educação em melhor renda para os filhos. Parece revelador o fato de esta "mediação negativa" ser mais acentuada no grupo pardo e preto.

A Tabela 2 registra também a diferença racial a favor do grupo branco no efeito total e no efeito direto. Como os patamares de renda de brancos e de pardos e pretos são desiguais, em vez de olhar para as diferenças absolutas, regra geral, seria melhor destacar as diferenças relativas.

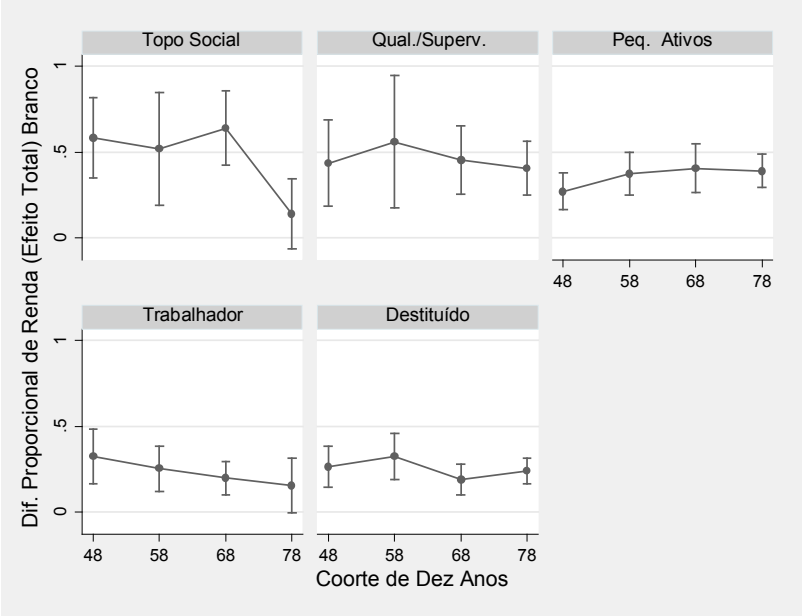
A diferença no efeito total é maior nas categorias com vantagens de origem de classe já que este efeito integral inclui múltiplas consequências decorrentes ou associadas à origem. Por sua vez, as vantagens apreciáveis no trabalhador típico e no destituído mostram que o divisor racial opera mesmo quando não há vantagens especiais de origem a preservar ou transmitir. O fato de a desigualdade racial, condicional à origem social, ser menor no efeito direto, seria algo esperado, tendo em vista a extensão do efeito total, como foi exposto, e o papel da educação na desigualdade racial, como já realçado em vários estudos (Figueiredo Santos, 2005b; Ribeiro; Carvalhaes, 2020). O controle da educação, além da implicação específica, pode estar removendo indiretamente os efeitos na renda de outros fatores associados à educação, no que ela tem de marcador de posição social, mesmo se alguns destes fatores não tiverem uma conexão causal com a educação. O fato de a *diferença relativa* no efeito direto, em quatro origens de classe, ser mais favorável ao grupo branco revela que ele suplanta o grupo pardo e preto na vantagem líquida da origem, ou seja, no efeito independente da desigualdade de trajetória educacional dos filhos. Mesmo o fato de os efeitos da mediação educacional atuarem em direções opostas, quando esta é controlada, não se mostra capaz de neutralizar esse padrão. Parte disso reflete o fato de a renda predita do branco ser tão maior, que a mediação educacional não dá conta de suprimir esse padrão. Na origem de trabalhador típico, a desigualdade racial deixa de ser estatisticamente significativa quando se remove a mediação educacional. Na verdade, essa alteração está vinculada à associação entre raça, educação e região. Sem o controle da Unidade da Federação, existe uma diferença de 0,126 a favor do grupo branco. Devem ser destacadas, além disso, as *diferenças* expressivas no efeito direto, que persistem em origens vinculadas às dimensões de capital, autoridade e qualificação escassa (em torno de 20%), mas também o montante ponderável da *diferença* de efeito no agrupamento destituído, em que convergem várias desvantagens de origem (10%).

A parte inferior da Tabela 2, por fim, registra a vantagem percentual da origem no topo social, na comparação com outra origem, no efeito total e no efeito direto, nos dois grupos raciais. O ordenamento de classe é muito semelhante em ambos os grupos, exceto em relação aos controladores de pequenos ativos, que têm certa peculiaridade. No tocante ao efeito total, que sintetiza múltiplas circunstâncias associadas à origem, a vantagem da origem no topo seria maior no grupo branco quando faltam vantagens a transmitir. Isso significa que, no grupo pardo e preto, no agregado das coortes, na comparação com o grupo branco, a origem no topo não beneficia tanto e/ou as demais origens limitam mais a trajetória dos descendentes. Por outro lado, no efeito direto, as vantagens de origem de classe do grupo pardo e preto são menores em relação às origens na base social (trabalhador típico e destituído). Isso sinalizada que as distâncias entre essas origens são mais mediadas pela educação no grupo. Em um modelo, quando se controla uma vantagem, a renda predita da categoria diminui, e quando se controla uma desvantagem, a renda predita cresce. A origem no topo pode não dar tantas vantagens educacionais, ou as demais na base social podem dar ainda mais desvantagens educacionais no âmbito do grupo racial, pois, com o controle da educação, as diferenças se aproximam, de modo que a vantagem de origem no topo fica menor, na comparação com o grupo branco.

Além das revelações sobre as hierarquias de classe e raça, os resultados servem também para situar os patamares de renda que estão subjacentes às discrepâncias raciais por origem de classe. Em todos os Gráficos a seguir vão ser estimadas discrepâncias proporcionais. Na análise dos resultados não se deve esquecer que elas envolvem naturalmente padrões absolutos de renda, diferentes por origem de classe.

Questão (ii): existe uma tendência temporal, na sucessão das coortes, de declínio da desigualdade racial no efeito total e no efeito direto da origem de classe, após o controle da educação adquirida?

Gráfico 1. Diferença proporcional de renda (efeito total) na vantagem do grupo branco, por origem de classe, na sucessão das coortes, com intervalo de confiança de 95%



Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

Nas estimativas de mudanças do efeito total foram introduzidas interações entre origem de classe, coorte e raça. O Gráfico 1 mostra que o grupo branco mantém uma vantagem de renda expressiva em quase todos os contextos formados pelos cruzamentos entre origem e coorte. Entretanto, na origem no topo social ocorreu uma retração forte e inequívoca na desigualdade racial (-0,441), entre a primeira e a última coorte, associada à passagem para a coorte mais recente. A ausência de controle da Unidade da Federação afeta muito pouco o patamar de redução da vantagem do grupo branco. As vantagens do grupo branco são extremamente elevadas em todas as coortes anteriores. Na penúltima coorte, de 1968-1977, antes da queda, ela atinge 89,6% na conversão da métrica em logaritmo do gráfico,

para percentual. Essa vantagem extraordinária está associada à educação, pois a vantagem direta, após o controle da educação, equivale a 29,4% na mesma coorte, aplicada à conversão, como pode ser percebido na comparação entre os Gráficos 1 e 2. Esse padrão das três primeiras coortes explica o fato de a discrepância racial na origem no topo social ser elevada (50,1%) no agregado das coortes (Tabela 2). Nas demais origens de classe, segundo o teste *mlincom* do Stata, não é certo que o padrão do passado tenha se alterado, pois as mudanças entre a primeira e última coorte não são estatisticamente significativas.

Na coorte mais recente, de 1978-1987, a vantagem do grupo branco não atinge significância estatística na origem no topo social (0,140; p=0,176; IC de -0,063 a 0,344), mas obteria no trabalhador típico em uma avaliação ampla (0,156; p=0,058; IC de -0,005 a 0,317). Sem o controle da Unidade da Federação, as discrepâncias raciais são apreciáveis e estatisticamente significativas, da ordem de 0,252 no primeiro caso e de 0,231 no segundo caso. As alterações nas estimativas revelam a existência de uma associação ou continuidade temporal entre a localização territorial passada e posterior ao ingresso na atividade de trabalho. Os dados mostram, de fato, que 86% dos filhos da amostra analítica moram na Unidade da Federação em que moravam aos 15 anos de idade. Existe um padrão histórico de distribuição geográfica desigual dos grupos raciais no Brasil, que contribui de forma significativa para a desigualdade racial, vinculada à geografia pregressa da escravidão, à migração europeia e à história reprodutiva da população (Hasenbalg *et al.*, 1999). Região representa um importante fator interveniente na desigualdade racial no Brasil, devido, em particular, à concentração dos pardos, de enorme importância demográfica, nos estados menos desenvolvidos e nas regiões rurais, o que afeta a renda média geral do agregado de pardo e preto. No Brasil, grande parte da distância racial de renda se mostra intermediada pela condição de classe, educação e região geográfica (Figueiredo Santos, 2005b). Embora a estimativa do efeito independente e intrínseco de raça na trajetória social, como algo distinto da situação pregressa, anterior ao ingresso no mercado de trabalho, coloque a pertinência do controle em

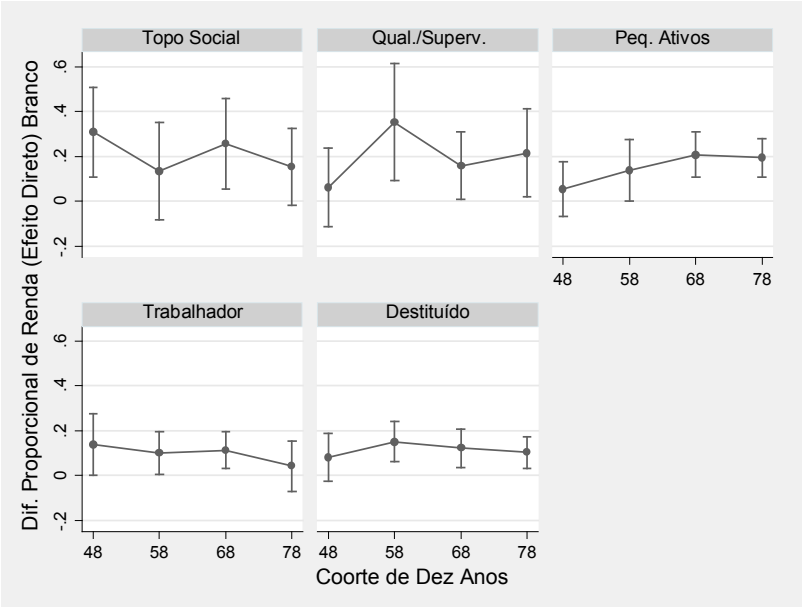
termos de orientação geral, como advogado na literatura (Hällsten, 2013), existe no Brasil uma conexão histórica entre raça, distribuição da população e desigualdade territorial que deve ser ponderada.

Nas estimativas de mudanças do efeito direto foram introduzidas interações de quatro níveis entre origem de classe, coorte, educação e raça. O Gráfico 2 revela a discrepância racial no efeito direto da origem após controlar a realização educacional dos filhos. Como visto antes, a mediação educacional não tem o mesmo sentido e implicação nas diversas origens. Nas origens no topo social e em empregado qualificado, a educação representa um transmissor de vantagens de origem e esse processo é mais forte no grupo branco. Por outro lado, no grupo pardo e preto se acentua a mediação educacional negativa típica das categorias de pequenos ativos, trabalhador e destituído, o que faz com que o efeito direto suplante o efeito total. Nas origens em que as estimativas removem a influência da desvantagem educacional, amplifica-se automaticamente o efeito direto de origem. Isso afeta mais o grupo pardo e preto, com maior desvantagem educacional. Essa divergência na direção dos efeitos torna mais complexa ou mesmo distorcida a manifestação dos resultados.

A discrepância racial se mantém na grande maioria das circunstâncias. Em quase todas as origens, com exceção, talvez, de pequenos ativos, as mudanças entre a primeira e a última coorte não são estatisticamente significativas. Embora o uso de interações entre quatro variáveis demande mais casos, o problema não pode ser atribuído à insuficiência de casos. Seria apropriado conjugar na avaliação, como solução alternativa, a tendência temporal e o padrão existente na coorte mais recente, já que este incorpora o resultado final das mudanças ou continuidades. Ele mostra uma vantagem do grupo branco no topo social, de 0,155, no empregado qualificado, de 0,216, em pequenos ativos, de 0,194, e no destituído, de 0,104. Na origem de trabalhador típico, de grande peso demográfico, a diferença fica bem pequena (0,042) e perde claramente significância estatística. No caso da origem no topo social, a conclusão se baseia em uma interpretação abrangente, que leva em conta o ponderável valor positivo do efeito (0,155), o *p-value* de 0,075 e a inclinação

fortemente positiva do intervalo de confiança (-0,015 a 0,325).Sem o controle da Unidade da Federação, a diferença no topo seria 0,244, com significância estatística, e no trabalhador típico, seria de 0,102 (p=0,087; IC de -0,015 a 0,218). Nas demais origens, as vantagens do branco aumentariam ainda mais sem esse controle; atinge 0,307, em empregado qualificado; 0,299, em pequenos ativos; e 0,174, em destituído.

Gráfico 2. Diferença proporcional de renda (efeito direto) na vantagem do grupo branco, por origem de classe, na sucessão das coortes, com intervalo de confiança de 95%



Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

Na origem no topo social, ocorre que a vantagem do grupo branco na coorte mais recente tem um padrão equivalente no efeito total e no efeito direto, respectivamente, nas estimativas sem controle e com controle da Unidade da Federação. O resultado parece sinalizar que, nessa coorte, a

discrepância racial estaria pouco associada à distribuição educacional e/ou ao efeito da educação na renda. Os dados mostram, no entanto, que persiste uma desigualdade educacional, pois, na coorte mais recente, 58,1% do grupo branco e 41,7% do grupo pardo e preto possuem educação superior completa (Tabela 1). Entretanto, na coorte logo anterior, a educação superior completa representava somente 24,5% do grupo pardo e preto oriundo do topo social, contra 60,9% do grupo branco (dados adicionais). Por outro lado, estimativa especial à parte mostra que, para a origem no topo, na coorte mais recente, os retornos proporcionais da educação superior completa do grupo pardo e preto suplantam os do grupo branco (+0,403). As alterações parecem estar associadas, então, aos retornos mais elevados da educação em um quadro ainda de desigualdade educacional, porém bem menor do que na coorte anterior. As duas mudanças contribuíram para que a vantagem do branco nessa origem privilegiada tenha ficado menor e menos associada à educação na coorte mais recente.

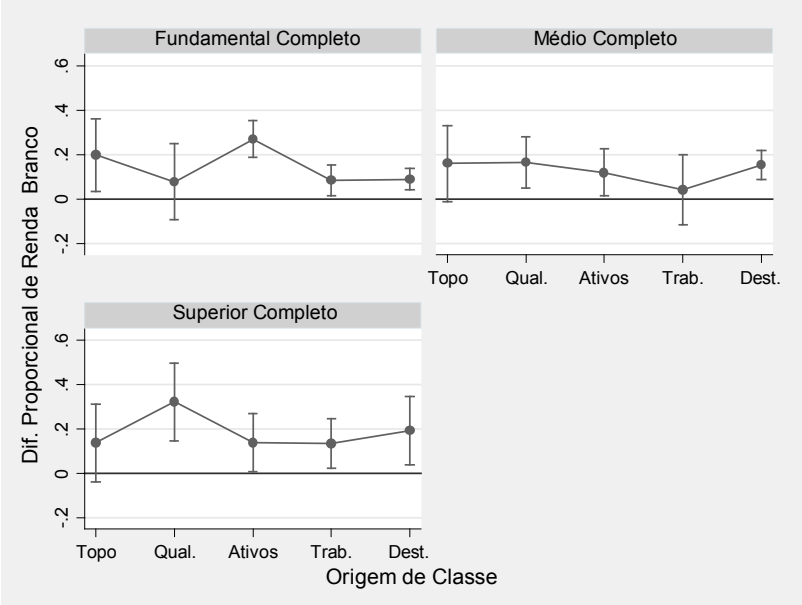
Não é certo que a associação direta entre origem e destino entre os grupos raciais tenha se equiparado ou a discrepância racial esteja tendendo a zero na sucessão das coortes. A equiparação racial do efeito direto para a origem em trabalhador típico na coorte mais recente, caso seja dada como certa, ainda assim não seria algo extraordinário, pois o efeito direto desconsidera as desigualdades educacionais e suas implicações para a renda. No longo prazo temporal, assim como na última coorte, tudo indica que o prêmio ou a proteção racial líquida na transmissão da herança de classe, na maioria dos casos, trabalha mais a favor do grupo branco.

Questão (iii): a discrepância racial do efeito direto de origem na renda dos filhos varia por níveis de escolaridade ou, de modo mais específico, a discrepância racial é menor entre os indivíduos mais educados?

Foram usadas interações entre origem de classe, educação e raça. O Gráfico 3 mostra que, regra geral, com três exceções, existem discrepâncias raciais nos diferentes níveis educacionais. Como sinalizam os intervalos de confiança que cruzam o valor zero, de ausência de discrepância, essas exceções são a origem no topo social para Superior Completo, a origem em qualificado

para Fundamental Completo e a origem em trabalhador típico para Médio Completo. Entretanto, para a origem no topo social, deve ser observada, não somente a significância estatística (p=0,130), mas também o efeito ponderável a favor do branco (0,136) e a inclinação fortemente positiva do intervalo de confiança (-0,040 a +0,332). A ausência de significância estatística para a discrepância no topo social decorre do controle da Unidade da Federação, pois, sem este controle, a vantagem do branco seria de 0,238.

Gráfico 3. Diferença proporcional de renda na vantagem do grupo branco, por origem de classe, em diferentes níveis educacionais, com intervalo de confiança de 95%



Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

As vantagens diferenciadas do grupo branco entre níveis educacionais — as diferenças de segunda ordem — são avaliadas com o comando de pós-estimação *mlincom* do Stata. As vantagens do branco são maiores no

ensino superior completo, em comparação ao fundamental completo, nas origens de classe de empregado qualificado, trabalhador típico e destituído, porém somente adquirem mais peso (0,243) e significância estatística no empregado qualificado. Na origem no topo social é registrada uma diferença negativa pequena (-0,062) e sem significância estatística. Na origem de pequenos ativos, a discrepância racial se torna menor no superior completo (-0,133), desde que se considere a inclinação negativa do intervalo de confiança (-0,284 a +0,17) e se aceite o *p-value* de 0,083. Não é certo, então, exceto talvez na origem de pequenos ativos, que a educação superior reduza a discrepância racial na transposição intergeracional da herança de classe. No contraste entre superior completo e médio completo, nenhuma diferença atinge significância estatística, embora na origem de empregado qualificado ela seja bem maior na educação superior (0,155; p=0,149; IC de -0,056 a +0,367). Levando em conta o peso demográfico das categorias de origem e os dois contrastes, pode-se dizer que, na ampla maioria dos casos, no agregado das coortes, a educação superior não reduz e muito menos neutraliza a desigualdade racial no efeito direto da origem de classe.

O que foi observado ao nível do curso superior completo, no agregado das coortes, pode ter sido alterado na última coorte. Estimativa especial à parte para a coorte mais recente mostra que a vantagem do grupo branco ostenta significância estatística somente na origem de empregado qualificado (0,225; p=0,049). Isso quer dizer que, para a maioria dos casos, não é certa a existência, na coorte mais recente, de discrepância racial no efeito direto de origem entre quem atingiu curso superior completo. Entretanto, no grupo pardo e preto, somente uma estreita minoria, como mostra a Tabela 1, atinge a educação superior na coorte mais recente vindo da origem de pequenos ativos (6,3%), trabalhador típico (12,5%) e destituído (4,9%). Essas origens abarcam 89% dos casos do grupo pardo e preto na coorte mais recente. Os resultados podem refletir, então, processos de "seletividade" nessa reduzida minoria do grupo pardo e preto, baseados em atributos favoráveis à mobilidade, sem decorrer propriamente de uma função equalizadora da educação superior sobre a distância racial.

Sem o controle da Unidade da Federação, por outro lado, a vantagem do grupo branco emerge em pequenos ativos (0,276; p=0,033) e fica maior e menos incerta no trabalhador típico (0,148; p=0,097; IC de -0,027 a +0,324). Por razões opostas, vinculadas às condensações de vantagens e desvantagens de origem, que podem produzir tipos distintos de seletividade, as diferenças raciais continuam incertas na origem no topo social e em destituído. Existe, de um lado, a seletividade social ou propensão endógena ao grupo (Zhou, 2019), associada à condição de minoria da origem de classe privilegiada, que concede um prêmio mais amplo entre os pares. Existe, de outro lado, a seletividade em atributos pessoais diferenciados, factível no âmbito da maioria sem privilégios de origem, que corresponde a um trunfo tipicamente mais restrito entre os pares.

Conclusão

A desigualdade racial na transmissão da herança de classe é marcante no Brasil ao nível agregado das coortes. Condições de origem de classe mais vantajosas geram discrepâncias raciais elevadas no efeito total e apreciáveis no efeito direto da origem. Quando não há vantagens a transmitir, como na origem destituída, ainda assim se formam discrepâncias raciais nas duas modalidades de efeitos. No agregado das coortes, a mediação educacional, embora responda por parte minoritária do efeito de origem em cada grupo racial, reduz a maior parte da *diferença racial* no efeito total. Entretanto, persiste uma apreciável diferença racial, da ordem de 20% a favor do grupo branco, no efeito direto da origem, nas dimensões de capital, autoridade e qualificação escassa, assim como de 10,3% no grupo destituído.Esse nível de discrepância racial remanescente, nos grupos em questão, mostra-se marcante no seu significado, pois o controle da mediação educacional equivale à desconsideração de vantagens e desvantagens educacionais associadas à origem de classe.

Regra geral, as discrepâncias raciais no efeito total se mantiveram nos cruzamentos entre origem de classe e coorte. Na origem no topo social,

no entanto, ocorreu forte declínio com a entrada em cena da coorte mais recente, processo que independe da localização territorial. A alteração seria bem marcante quando se leva em conta as discrepâncias raciais extremamente elevadas que existiam em todas as coortes anteriores. As discrepâncias raciais se mantêm apreciáveis, tanto na origem no topo quanto em trabalhador típico, na medida em que se desconsiderem as alterações condensadas no território. Na origem privilegiada, o componente territorial de raça (raça sem controle estatístico de território) estaria impedindo um nivelamento racial (revelado ao se introduzir o controle estatístico) na transposição intergeracional da herança de classe social.

No plano do efeito direto, as discrepâncias raciais se mantiveram na maioria das circunstâncias de origem e coorte. Quase todas as mudanças temporais entre a primeira e última coorte, no entanto, revelaram-se sem significância estatística. Conjugando informações da tendência temporal e da coorte mais recente, como solução alternativa, observa-se uma persistência, na maioria dos casos, da proteção ou do prêmio de renda líquido a favor do grupo branco. Isso significa que as grandes alterações educacionais nesse longo período podem ter afetado as distâncias entre os grupos na transmissão intergeracional da herança de classe, porém sem neutralizar a prevalência populacional da discrepância racial no efeito direto da origem.

O estudo mostrou que existem discrepâncias raciais nos diferentes níveis educacionais completos. Nas origens de classe de maior peso demográfico, no agregado das coortes, não é certo que exista uma associação empírica entre educação superior e menor discrepância racial na transmissão da herança de classe. O padrão de conjunto nas condições em vigor, de inegável maior impacto populacional, não oferece evidência de que a educação superior nivela a discrepância racial. Entretanto, na coorte mais recente (1978-1987), ao nível da educação superior completa, a distância racial fica incerta especialmente nos polos de origem de classe (topo social e destituído).

Os resultados deste estudo são contrastados com as evidências apresentadas na literatura nacional mais recente. No tocante às tendências populacionais de conjunto, a literatura nacional tende a apontar a existência de desigualdade racial na transmissão intergeracional no alto da hierarquia social e descaracterizar sua importância na base da estrutura social. Nas coortes mais jovens, estaria predominando o enfraquecimento do papel específico de raça na persistência intergeracional. Menos desigualdades de oportunidades não implicam necessariamente, deve ser lembrado, redução em igual medida das desigualdades de resultados como estas se manifestam nas discrepâncias de renda entre os grupos. Uma análise de trajetória social dessa desigualdade de resultados destaca o papel condutor da hierarquia racial conjugada à predominância subjacente da mediação socioeconômica no desfecho final.

No que diz respeito à origem no topo privilegiado, o presente estudo constata uma vantagem apreciável do grupo branco no efeito direto, porém conjugada a um enfraquecimento temporal marcante da distância racial no efeito total, concentrado na coorte mais recente. Na maioria dos contextos de origem social, não é certo que a discrepância racial tenha se enfraquecido claramente no efeito total e no efeito direto. Uma mudança relevante na distribuição de oportunidades teria sido o fato de a posse de educação superior tornar incerta a distância racial na coorte mais recente. A nova situação descortinada, no entanto, representa uma oportunidade condicional em que a dimensão relativa e absoluta dos beneficiados varia a depender da combinação de origem de classe e posse de educação superior. Dois contrastes podem ser destacados no âmbito da literatura sociológica nacional. A desigualdade racial na transmissão da herança socioeconômica seria socialmente mais abrangente do que tem sido constatada. Por sua vez, na coorte mais recente, o enfraquecimento do papel de raça na reprodução intergeracional estaria mais circunscrito por tipos e graus de condicionalidades e seletividades do que foi considerado.

Os padrões sociais que emergem, especialmente nos polos de origens de classe, na coorte mais recente, ao nível da educação superior, decorrem

de processos seletivos ou refletem tendências equalizadoras? A associação empírica representa uma condição necessária, embora não seja uma prova suficiente, à ideia de um *efeito causal* equalizador da educação superior, que pode se dever a processos de seletividade (Zhou, 2019; Fiel, 2020). As diferenças raciais incertas na coorte mais recente com educação superior podem refletir mecanismos seletivos de natureza endógena (propensão dada pela origem de classe) ou exógena (atributos individuais diferenciados), sem decorrer de uma função equalizadora da educação superior sobre a distância racial. De um lado, a seletividade representaria um prêmio ou ônus endógeno da origem de classe, mais amplo entre os pares, a depender do tipo de origem social; de outro lado, corresponderia a um expediente mais restrito entre os pares por estar ancorado em atributos individuais diferenciados, em particular em um contexto geral desvantajoso de origem. A elucidação conclusiva das tendências divisadas na coorte mais recente demandaria investigação adicional com métodos que permitam diferenciar os processos de seletividade das tendências de equalização.[2]

José Alcides Figueiredo Santos é Doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.
✉ jose.alcides@ufjf.edu.br

[2] A tarefa não seria simples, mesmo com os novos métodos em desenvolvimento, em particular quando se avalia o viés de seleção somente com variáveis observáveis, pois quaisquer fatores não controlados que influenciem a educação e estejam associados à origem socioeconômica poderiam gerar fontes espúrias de interação entre origem e educação (Fiel, 2020). A complexidade aumentaria em se tratando de interações entre origem de classe, raça e educação.

Referências

1. BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. *Education, occupation and social origin*: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016a.

2. BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. Introduction: education as the great equalizer: a theoretical framework. In: BERNARDI, F.; BALLARINO, G. (ed.). *Education, occupation and social origin*: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016b. p. 1-19.

3. BERRY, William D.; GOLDER, Matt; MILTON, Daniel. Improving tests of theories positing interaction. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 3, p. 653-671, 2012. https://doi.org/10.1017/S0022381612000199

4. BREEN, Richard; MÜLLER, Walter. *Education and intergenerational social mobility in Europe and the United States*. Stanford: Stanford University Press, 2020.

5. CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. *Microeconometrics using Stata*. College Station: Stata Press, 2009.

6. CORNELL, Stephen; HARTMANN, Douglas. *Ethnicity and race*: making identities in a changing world. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1998.

7. DEB, Partha; NORTON, Edward C.; MANNING, Willard G. *Health econometrics using Stata*. College Station: Stata Press, 2017.

8. FIEL, Jeremy E. Great equalizer or great selector? Reconsidering education as a moderator of intergenerational transmissions. *Sociology of Education*, v. 93, n. 4, p. 353-371, 2020. https://doi.org/10.1177/0038040720927886

9. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Origem de classe, gênero e transmissão das desigualdades no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n.107, p. 1-28, 2021. http://dx.doi.org/10.1590/3610711/2021

10. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Origem de classe e chances de vida no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n.1, p. 249-90, 2020. http://dx.doi.org/10.36517/rcs.51.1.a02

11. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Origem de classe e destino ao topo social no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 16, p. 82-104, 2019. https://doi.org/10.20336/rbs.492

12. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Comprehending the class structure specificity in Brazil. *South African Review of Sociology*, v. 41, n. 3, p. 24-44, 2010. http://dx.doi.org/10.1080/21528586.2010.516119

13. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005a. https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200002

14. FIGUEIREDO SANTOS, José A. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005b. https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000100003

15. FOX, John. *Applied regression analysis and generalized linear models*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2016.

16. GREENLAND, Sander *et al*. Statistical tests, p values, confidence intervals, and power: a guide to misinterpretations. *European Journal of Epidemiology*, v. 31, n. 4, p. 337-350, 2016. https://doi.org/10.1007/s10654-016-0149-3

17. HÄLLSTEN, Martin. The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments. *The British Journal of Sociology*, v. 64, n.4, p. 662-690, 2013. https://doi.org/10.1111/1468-4446.12040

18. HANSEN, Marianne. Education and economic rewards: variations by social class origin and income measures. *European Sociological Review*, v. 17, n. 3, p. 209-231, 2001. https://doi.org/10.1111/1468-4446.12040

19. HARDIN, James; HILBE, Joseph. *Generalized linear models and extensions*. 4. ed. College Station: Stata Press, 2018.

20. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V.; LIMA, Marcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

21. KAM, Cindy; FRANZESE JR., Robert J. *Modeling and interpreting interactive hypotheses in regression analysis*: a refresher and some practical advice. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007.

22. MIZE, Trenton D. Best practices for estimating, interpreting, and presenting nonlinear interaction effects. *Sociological Science*, v. 6, p. 81-117, 2019. https://doi.org/10.15195/v6.a4

23. RIBEIRO, Carlos Antônio. Mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, v. 2, p. 257-279, 2020. https://doi.org/10.25091/s01013300202000020002

24. RIBEIRO, Carlos Antônio. Contínuo racial, mobilidade social e "embranquecimento". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 1-24, 2017. https://doi.org/10.17666/329503/2017

25. RIBEIRO, Carlos Antônio. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 4, p. 833-870, 2006. https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006

26. RIBEIRO, Carlos Antônio; CARVALHAES, Flávio. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. *BIB*, v. 92, p. 1-46, 2020. http://dx.doi.org/10.17666/bib9207/2020

27. RIDGEWAY, Cecilia L. Why *status* matters for inequality. *American Sociological Review*, v. 79, n. 1, p. 1-16, 2014. https://doi.org/10.1177/0003122413515997

28. SALATA, André. Race, class and income inequality in Brazil: a social trajectory analysis. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 63, n. 3, p. 1-40, 2020. https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.3.213

29. SENN, Stephen. P-values. In: CHOW, S.-C. (ed.). *Encyclopedia of biopharmaceutical statistics*. 4. ed. Boca Raton: CRC Press, 2018. p. 1845-1854. Vol. 4.

30. SOUZA, Pedro H. G. F. de; RIBEIRO, Carlos Antônio; CARVALHAES, Flávio. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p. 77-100, 2010. https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000200005

31. TILLY, Charles. *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press, 1999.

32. TORCHE, Florencia. Analyses of intergenerational mobility: an interdisciplinary review. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 657, n. 1, p. 37-62, 2015. https://doi.org/10.1177/0002716214547476

33. WILLIAMS, Richard. Using the margins command to estimate and interpret adjusted predictions and marginal effects. *The Stata Journal*, v. 12, n. 2, p. 308-331, 2012. https://doi.org/10.1177/1536867X1201200209

34. WRIGHT, Erik O. *Class counts*: comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

35. ZHOU, Xiang. Equalization or selection: reassessing the "meritocratic power" of a college degree in intergenerational income mobility. *American Sociological Review*, v. 84, n. 3, p. 459-485, 2019. https://doi.org/10.1177/0003122419844992

Recebido: 5 abr. 2021.
Aceito: 29 nov. 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-111759

Corpos descartáveis: neosoberania e exclusão na era digital

César Sabino*

Resumo

A pesquisa tem por objetivo estudar a formação de um regime neosoberano de poder na contemporaneidade influenciado pelas tecnologias digitais, as quais fortalecem novas configurações socioeconômicas em um processo geral de construção de relações virtuais de trabalho. Utilizando alguns aspectos do pensamento foucaultiano, busca analisar as atuais dinâmicas das relações de poder permeadas pela criação de novas subjetividades administradas por manobras necropolíticas de enfraquecimento psíquico e, mesmo, eliminação física daqueles que não se encaixam na extração cotidiana de riquezas.◊

Palavras-chave: neosoberania, capitalismo digital, vigilância, subjetivação, exclusão.

Disposable bodies: neosovereignty and exclusion in digital era

Abstract

The theoretical research aims to study the formation of a contemporary neosovereign regime of power, influenced by digital technologies that strengthen new socioeconomic configurations in a general process of construction of virtual work relations. Using some aspects of Foucault's thought, it seeks to analyze the production dynamics of current power relations permeated by the creation of new subjectivities managed by necropolitical schemes for psychic weakening, and even physical elimination of those who do not fit into the system's daily extraction of wealth.

Keywords: neosovereignty, digital capitalism, surveillance, subjectivations, exclusion.

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

◊ Agradeço aos revisores pelas sugestões e imprescindíveis correções.

Introdução

O trabalho busca traçar breves aspectos característicos das atuais relações de poder e suas formas de administração da "vida"[1] e do corpo, sugerindo que vivemos em um momento de "neosoberania" nas relações sociopolíticas. Relações que são produzidas pelo aprimoramento da extração de riqueza via tecnologia informática no capitalismo financeiro, esboçando a possível sobreposição dos dispositivos de soberania, disciplina e controle no contexto das sociedades contemporâneas. Dispositivos, por sua vez que em seus processos de agenciamento, de gestão da existência visando a maximizá-la como força produtiva, também provocam o oposto, exclusão, sofrimento e eliminação de parte do contingente populacional, produzindo não apenas a morte em suas várias formas, mas novas subjetividades melancólicas e enfraquecidas.

Partimos, portanto, do pressuposto de que a nova configuração capitalista intensifica o sofrimento psíquico e físico, sendo as relações nas plataformas digitais e o amplo espectro das tecnologias informacionais, um dos elementos a contribuir para as condições atuais de existência. Utilizaremos algumas ferramentas conceituais elaboradas pelas pesquisas de Michel Foucault, além de outros autores, entendendo que, ao menos em parte dos seus escritos, a dimensão somática passa necessariamente pela preocupação em compreender os gerenciamentos da vida em seus desejos, regozijos e sofrimentos (Deleuze; Guattari, 2010; Foucault, 2011; Bruno, 2013; Burmester, 2015; Rolnik, 2018).

Crise e sofrimento

O corpo, em nossa sociedade, é um fato construído culturalmente, posto ser fruto da dimensão representacional radicada em crenças, valores, normas e regras concernidas aos comportamentos individuais e coletivos,

[1] Os limites do texto impedem a discussão do complexo conceito de "vida" ligado ao movimento da *Lebensphilosophie* caracterizado por interpretações inspiradas em Spinoza e Nietzsche, passando por Schopenhauer, Kierkegaard, Bergson e Deleuze, sem esquecer Simmel, Canguilhem e Foucault.

diferenciados de grupo para grupo, variando no tempo e no espaço. De forma mais direta: o corpo, e tudo que a ele se relaciona, é um fato social ou um "fato social total", elemento que não apenas articula as instâncias institucionais (Lévi-Strauss, 1974)[2], mas que também é "sociopsicobiológico, presente nas esferas organizacionais (Mauss, 1974), não havendo um "fora" ou uma dimensão externa desse mesmo corpo, o que equivale a dizer que todos os aparatos disciplinares e de controle que o compõem lhe são imanentes, arraigados ao contexto sociocultural, político, histórico e normativo no qual está inserido e coexistindo (Foucault, 1999).

A concepção de corpo pode ser vista como diferindo daquela de organismo, entendido em nossas culturas como dimensão biológica[3]. Por esse motivo, o sofrimento e a dor, em suas diversas dimensões, apresentam "sentidos" e "significados" variáveis de indivíduo para indivíduo, de sociedade para sociedade, de grupo para grupo, de época para época, sendo que o sofrimento psíquico ou psicossomático pode ter causas diversas, modulando-se, em sua percepção e intensidade, de acordo com o contexto econômico e sociocultural, do qual o agente social faz parte (Duarte, 1999; Das, 2006; Zarias; Le Breton, 2019).

Com o evento da chamada quarta revolução tecnológica ou digital, parte significativa da humanidade passou a se relacionar e depender, em diversos aspectos, das tecnologias informáticas (Lévy, 1993), que se apresentaram como soluções indiscutíveis para questões seculares,

[2] "O fato social total apresenta-se, pois, com um caráter tridimensional. Deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica, ou diacrônica; e, finalmente, a dimensão fisiopsicológica. Ora, é só nos indivíduos que esta tríplice abordagem pode ser feita. [...] A noção de fato social total está em relação direta com a dupla preocupação, que para nós havia parecido única até agora, de ligar o social e o individual de um lado, o físico (ou o fisiológico) e o psíquico de outro." (Lévi-Strauss, 1974, p. 14-15).

[3] É preciso, porém, ressaltar o surgimento de abordagens antropológicas que vão muito além dessa visão metodológica aqui apresentada e que, pode-se dizer, revolucionaram as ciências sociais contemporâneas. Trabalhos como os de Viveiros de Castro (2002, 2018), Latour (1996, 2009), Ingold (1990, 1994, 2003, 2004), Strathern (2014) e outros ressaltam a inexistência de dualidades como corpo/organismo, corpo/mente, humano/animal, cultura/sociedade, além de outras, em pensamentos nativos e mesmo em pensadores e filósofos da cultura ocidental como Baruch Espinoza e Gilles Deleuze.

mas também produziram novas formas de dominação e sofrimentos psicossomáticos (Kushlev; Heintzelman, 2018; Darnai *et al.*, 2019; Zhang *et al.*, 2020). Sofrimentos, não raro, associados às frustrações cotidianas nas relações sociais de trabalho referidas ao desemprego estrutural e à crescente ausência de direitos, exploração material e simbólica, ausência de perspectiva profissional e de futuro para os mais jovens, e mesmo idosos, além da solidão a permear relações sociais em grande parte agora voltadas para plataformas digitais. Sintomas associados, também, às transformações institucionais e crises de valores e práticas propensas a encolher a condição de ser vivente (Castells, 1996; Bourdieu, 2001, 2008, 2014; Wacquant, 2001, 2002; Antunes, 2009; Deleuze; Guattari, 2010; Han, 2017). Sofrimentos que a medicina ocidental, ou biomedicina, não consegue, por vezes, diagnosticar claramente e tratar, por não apresentar em seus métodos e abordagens, elementos que permitam a percepção – por parte do profissional – dos aspectos simbólicos e psicossociais originários do cotidiano, que levam a depressões e angústias referidas ao que especialistas vêm indicando como sendo um estado de crescente desarmonia social[4] (Duarte, 1999; Durkheim, 2003, 2011, 2013; Mauss; Hubert, 2013; Henriques, 2021; Santos Jr.; Vieira, 2021),

Sofrimento esse possivelmente relacionado também aos sentimentos de descartabilidade produzidos pela ausência de reconhecimento, solidariedade e reciprocidade, constitutiva daquilo que alguns autores compreendem como uma perda da segurança ontológica ou falta de sentido para a vida, e que está relacionada às transformações do mundo

[4] Apesar de tudo, propostas e práticas de amenizar, ou mesmo subverter, resistir e superar essa dominação e descarte de subjetividades no capitalismo atual, têm sido investigadas em pesquisas surgidas nos últimos tempos. Trabalhos que descrevem a invenção de novas representações contracapitalísticas, a partir da busca de práticas de manifestações digitais múltiplas, também novas formas de interações corporais distintas dos modelos imagéticos dominantes produzindo novas subjetividades em indivíduos e grupos. Todo esse movimento, pode-se dizer, está pautado em criações micropolíticas ou formações de contrapoderes institucionais, como, por exemplo, as diversas maneiras de lidar com as tecnologias informáticas ao redor do planeta feitas por distintos grupos sociais (Lévy, 1993; Mattos; Luz, 2009; Mattos, 2012; Pelbart, 2011; Miller; Horst, 2012; Rolnik, 2018; Malvezzi, 2019; Hui, 2021; Beiguelman, 2021).

do trabalho e das representações no capitalismo financeiro (Antunes, 2009; Boltanski; Chiapello, 2020; Caillé; Vandenberghe, 2021). Além disso, a fixação de modelos inalcançáveis de sucesso econômico e estético em plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual, associadas a representações inatingíveis de felicidade, pode intensificar autopercepções de fracasso, exclusão e vazio nos usuários/consumidores dessa nova formação subjetiva atravessada por agenciamentos imagéticos. A gestão da morte e das condições mortíferas se realiza, assim, em vida, por intermédio da elaboração de subjetividades enfraquecidas, despotencializadas, deprimidas e autodestrutivas. A tecnologia tanatopolítica produz o gerenciamento dos corpos e mentes por intermédio da fragmentação mortuária imbricada no devir cotidiano, morte destilada em vida via tristeza crônica diária, falta de esperança e adoecimento mental, incentivado pelos processos interativos digitais, mas por condições de subsistência envoltas no constante perigo e temor de ser eliminado a qualquer momento, seja pelo terror, por forças criminosas ou estatais, sendo a existência e a própria circulação cotidiana marcadas pelo risco de morte. Um morrer a conta-gotas que contribui para a reprodução das estruturas de dominação associadas ao medo e a melancolia, afetos reativos e desmobilizantes (Bruno, 2013; Mbembe, 2018; Franco, 2019; Safatle *et al.*, 2021; Beiguelman, 2021).

Talvez não seja por acaso que o aumento do número de suicídios entre jovens e idosos, ao redor do planeta (Brum, 2018; Waiselfisz, 2014; Datasus, 2014; Ministério da Saúde, 2017), coincida justamente com a expansão das tecnologias digitais. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde (2017), os suicídios aumentaram entre jovens na seguinte proporção: do período de 2000-2015 houve aumento, na faixa etária de 10 a 14 anos, de 65%; de 15 a 19 anos, de: 45%; de: 20 a 29 anos, de: 23%. No mundo, o suicídio já é a segunda causa de morte entre adolescentes, e a terceira entre a população em geral, conforme dados da Organização Mundial da Saúde WhoSis (*apud* Waiselfisz, 2014). De acordo com os dados do Datasus, as mortes por depressão no Brasil, o período de 1996 a 2012 aumentaram 705% somando todas as faixas etárias, com destaque para adolescentes e

para idosos acima de 70 anos. (Datasus, 2014; Ministério da Saúde 2017). Podem-se somar a esse desfecho, as crises depressivas, distúrbios psíquicos e psicológicos que levam jovens, adultos e idosos não apenas ao adoecimento mental, mas também ao suicídio – condições agravadas ainda pelos efeitos da pandemia de Covid19 (Hartmann, 2020; Santos Jr.; Vieira, 2021; Hill *et al.*, 2021). A análise de taxas de suicídios dos últimos vinte anos parece indicar sensível retorno à "anomia"[5] (Hoffman; Bearman, 2015).

Caixa de ferramentas Foucault

Diante do exposto, e utilizando as ferramentas que parte da obra foucaultiana apresenta, buscaremos compreender algumas dimensões desse problema. É provável que os conceitos elaborados pelo autor aqui apareçam muito esquemáticos, talvez devido à carga sociológica que a eles será associada, a qual Foucault certamente recusaria. Não temos, portanto, preocupação em manter-nos exatamente fiéis a uma maneira de ler o autor, o que pode levar especialistas a repudiarem o uso que fazemos de alguns breves aspectos de sua obra. Pensamos que Foucault (assim como Nietzsche) é um pensador para quem a "infidelidade", ou instrumentalização de seu trabalho, é a melhor maneira de lhe render homenagens[6], posto que nem ele mesmo parecia fiel à sua obra (Machado, 2017).

[5] Destacamos três aspectos desse conceito que parece surgir primeiro nos escritos de Guyau (1884/2019), significando a capacidade criativa humana proporcionada pelo ocaso dos valores tradicionais e anti-vitais passando pela consagração em Durkheim (1897/ 2011), como sendo a perda da coesão social, ausência de regras e normas morais e enfraquecimento da consciência coletiva; e, por fim, surgindo no trabalho de Robert Merton (1938/ 1993), como formas paralelas (organizações criminosas) de poder opostas àquelas legais e oficiais, fato relacionado à ausência de oportunidades de ascensão social ou mesmo de possibilidades de sobrevivência em um sistema social complexo contemporâneo. Fora isso, Merton relaciona o conceito aos comportamentos evasivos – toxicodependentes – e políticos que visam a destruição do *status quo* – terrorismo, saques e invasões etc.

[6] Conforme escreve o próprio Foucault (1993, p. 14) a respeito do seu método genealógico retirado das leituras de Nietzsche: "atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência[...]" ou ainda: "o único sinal de reconhecimento que se pode ter em relação a um pensamento [...] é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse." (1993, p. 143).

Nessa perspectiva, Antonio Negri, por exemplo, a partir de leitura peculiar, harmoniza o autor a Marx, interpretando trabalho como "fonte viva" de valor, possibilidade universal de existência do capital, e ressaltando a exploração da vida humana como a fonte fundamental do acúmulo de riqueza a partir do crescente esforço maximizante da exploração. Esforço traduzido, dentre outros aspectos, no crescente avanço tecnológico (Marx, 2011; Negri, 2016). Nessa abordagem, os conceitos de biopolítica e biopoder surgem como instrumentos auxiliares para a compreensão da realidade atual. Na leitura que realiza, a exploração do trabalho assume novas dimensões na era digital, deixando as circunscrições das fábricas[7] para atravessar todas as instâncias da existência – o que leva os inúmeros aspectos sociais e individuais a se subsumirem ao capital financeiro em uma nova economia política da vida. Negri (2016, p. 93, grifo nosso) escreve: "eis como surge o biopolítico: como *vida posta a trabalhar* e, portanto como política ativada para organizar as condições e o controle da *exploração social na dimensão inteira da vida*".[8] A interpretação, de forma esquemática, descreve "biopoder" e "biopolítica" como sendo, em determinados aspectos, diferentes no que concerne às suas práticas e potencialidades: biopoder, em seus desdobramentos, seria portador da nova figura da soberania, imanente à atual nova fase da exploração capitalista; biopolítica, por sua vez, representaria o terreno no qual a força de trabalho, ao se exercer enquanto elemento produtivo, também poderia (in)surgir como instância de transformação e "resistência". Ou seja, a biopolítica, de

[7] Boltanski e Chiapello (2020) destacam a "nova subjetividade" surgida no período atual, que prima pela autonomia relativa do trabalho, alta competitividade, ausência de direitos e garantias materiais, provocando danos psicológicos a grande parte da população que ainda consegue exercer atividades laborais (também Dowbor, 2018).

[8] A perspectiva de combinar a disciplina como inerente à exploração do trabalho, e, portanto, à vida, também é sugerida por Rabinow e Dreyfus (1995, p. 149, Grifos nossos): "o principal objetivo do poder disciplinar era produzir um ser humano que pudesse ser tratado como um 'corpo dócil'. Este corpo dócil também deveria ser um *corpo produtivo* [...] o objetivo geral era 'um aumento paralelo de utilidade e docilidade' dos indivíduos e populações. As técnicas para os corpos disciplinados eram aplicadas, sobretudo, aos *trabalhadores e ao subproletariado* [...] o controle disciplinar e a criação dos corpos estão incontestavelmente associados ao *surgimento do capitalismo*".

forma paradoxal, carrega a possibilidade da transformação de realidades e subjetividades, ou a "biopotência"[9] (Pelbart, 2015). Conjugados dessa forma, os conceitos descreveriam tanto a exploração e o agenciamento da vida pelo capital, sua organização enquanto produção, quanto a possibilidade de criação de linhas de fuga e novas possibilidades de existência (Negri, 2016.). Se a biopolítica, por meio de intervenções administrativas, na família, no trabalho, em hospitais, etc., proporciona ordenamento das condições de existência da população, aumentando sua expectativa de vida, organizando suas condições de moradia, combatendo doenças, epidemias e pandemias, por outro lado, também disciplina a vida por meio da extração de riqueza dos corpos e coletividades no capitalismo contemporâneo, via trabalho imaterial, indicando a dinâmica do biopoder transversal a todas as instâncias sociais.

Esse tipo de dubiedade também se expressa nos conceitos de sociedade de soberania, sociedades disciplinares e, mesmo, de controle, posto que, na prática, os dispositivos podem ser simultâneos, não se sucedendo, porém convivendo lado-a-lado; ou seja, se os poderes fazem intensificar a vida, também podem destruí-la ou deixá-la definhar até a morte (Esposito, 2010; Castro, 2011; Ayub, 2014). Foucault relaciona seus modelos ou diagramas, em alguns momentos, substituindo-os ou trocando-os, em complementaridade analítica. O dispositivo biopolítico, por exemplo, não deixa de ser atravessado pelo de soberania e vice-versa, promovendo uma dinâmica entre elementos que se articulam. Em sintonia com a interpretação foucaultiana, Deleuze (1988; 1990) elabora o conceito de "sociedade de controle", sugerindo que as formas de vigilância avançam, aprimorando o panóptico e a produção de subjetividades, via tecnologias digitais, para além dos muros institucionais, em um processo no qual dispositivos disciplinares

[9] É preciso destacar que, em Foucault, como se sabe, onde há poder, há contrapoder, resistência, criação de novas formas de existência. Nesse aspecto, é preciso destacar a obra de Daniel Miller que, por anos, investiga ao redor do mundo as diversas, inventivas e distintas maneiras de sociedades e culturas se relacionarem e gerenciarem a internet, as redes sociais e o mundo digital, construindo linhas de fugas dessa dominação digital. Vasto material produzido pelo antropólogo e sua equipe encontra-se no link https://www.ucl.ac.uk/why-we-post.

e de soberania caminham lado a lado. Dependendo do dispositivo saber-poder, ocorre mesmo fusão entre os regimes, posto não haver sucessão histórica dos mesmos, mas simultaneidade, o que equivale a dizer que, em cada época, as diferentes formas de poder se relacionam entre si de maneira específica (Agamben, 2002; Castro, 2011; Ayub, 2014; Wermuth, 2017; Pelbart, 20111 2015; Mbembe, 2018).

Ousando uma manobra metodológica, podemos aqui sobrepor Weber a Foucault (e Deleuze), considerando os três conceitos – sociedades de soberania, disciplinar e de controle – como tipos puros ou ideais, ou seja, construções modelares por parte do pesquisador. Tais construções servem para medir por aproximação momentos socioculturais ou períodos históricos, levando sempre em conta suas inexistências plenas ou puras nas realidades observadas, em que elas sempre se apresentariam, na prática, como combinações dos aspectos descritos pelos modelos. Em determinados momentos, um ou outro aspecto da mesma realidade descrita idealmente se apresenta de forma mais intensa ou não ao olhar do sociólogo (Weber, 1997).

O conceito de sociedade disciplinar implica um processo histórico-sociológico de práticas micropolíticas[10] relacionadas ao controle das forças físicas corpóreas, sua potencialização e desenvolvimento, mensuração de suas intensidades, a administração de seus desejos e objetivos, visando a adestrar o comportamento e sua distribuição no espaço. Implica, dessa forma, a criação e a aplicação de um "conjunto de técnicas e estratégias" de gerenciamento das ações, realizadas primeiro no âmbito individual, depois na esfera coletiva (Foucault, 1999). Formam-se pessoas que devem ser mais produtivas, eficientes e obedientes: propensas à expansão e ao fortalecimento capitalista, no qual o corpo e a vida se tornam elementos a terem sua força rentabilizada, regulada e extraída pelo

[10] "'Micropolítica' é o nome que Guattari deu, nos anos 60, àqueles âmbitos que, por serem considerados relativos à 'vida privada' no modo de subjetivação dominante, ficaram excluídos da ação reflexiva e militante nas políticas da esquerda tradicional: a sexualidade, a família, os afetos, o cuidado, o corpo, o íntimo." (Preciado, 2018, p. 18).

trabalho.[11] Criam-se organizações que objetivam disciplinar as condutas "corrigindo-as": prisões, conventos, oficinas, escolas, asilos, manicômios e assim por diante – é preciso não desperdiçar essa força produtiva. A disciplina torna-se, então, fórmula geral de dominação, pautando as relações organizacionais e institucionais em uma "transversalidade" que perpassará prisões, usinas e fábricas, chegando aos orfanatos e manicômios (Foucault, 1997). A partir dessa "invenção" ocidental, será preciso que os corpos não apenas gozem saúde e força, mas sofram para se adequarem à máquina produtiva, sendo ajustados, enquadrados nas ortopedias normativas exigidas institucionalmente. Corpos socioeconomicamente úteis em suas formas de relacionamento, os quais o poder disciplinador não apenas marcará carnes e feições com sofrimento e opressão, mas também com recompensas e gozos (Foucault,1997).

Contudo, no regime atual, no qual as formas de exploração do corpo e da vida atingiram a máxima potência histórica em acumulação de riquezas, parece não haver mais necessidade de articulação de tantos dispositivos disciplinares, não havendo espaço mesmo para as formas administrativas vigentes no capitalismo industrial taylorista, fordista ou toyotista. Com efeito, a era do capital financeiro implica nova economia, novas relações socioculturais e novas subjetividades (Castells, 1996). Essas mudanças atuais estão associadas a novos aspectos de gestão da morte se comparados aos modelos anteriores. Se até há pouco, os desempregados e excluídos do consumo, formavam ou um "exército de reserva", que não apenas barateava o valor da força de trabalho à espera de sua oportunidade de ser reintegrada ao sistema, conforme o "desenvolvimento" da economia, ou um lumpemproletariado que servia como massa de manobra política (Marx, 2011), no atual capitalismo financeiro, essa população perde sua utilidade para a produção e o consumo, não sendo integrada, nem reintegrada. Não há mais lugar para ela na estrutura social, o que demandaria a gestão de sua morte.

[11] "A proliferação das tecnologias políticas [...] investir[á] sobre o corpo, saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência [...] se trata de distribuir os *vivos* em um domínio de *valor* e *utilidade*. Um poder como esse tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar [...]." (Foucault, 1999, p. 135. grifos nossos).

Por conseguinte, uma das características das sociedades atuais seria a *neosoberania*, o controle e a vigilância, por meio de tecnologias virtuais, ou a reincidência dos poderes estatais ou paralelos ao Estado, sobre "corpos" e "vidas" que não mais se adaptam ou submetem à dinâmica produtiva, podendo mesmo serem descartados de forma paralela aos preceitos legais. Em outras palavras: embora legalmente o Estado não possa eliminar indivíduos que a princípio seriam considerados perigosos ou inúteis, ele o faz por meio de subterfúgios tais como autos de resistência ou pela articulação oficiosa de componentes organizacionais paralelos (subestatais) à sua máquina administrativa, ou pelo simples fato de deixar morrer nos serviços de saúde ou deixar que se matem na (in)segurança pública[12] (Misse, 2012; Feldkicher, 2015; Mbembe, 2018; Franco, 2019). Da nossa perspectiva, esse fato caracteriza um período no qual aspectos que constituíam os dispositivos de soberania são rearticulados em novos termos e intensidades, sugerindo que vivemos, ao menos em algumas circunstâncias, regimes neoautoritários de poder que articulam em seu auxílio elementos das tecnologias digitais.

Controle, transparência e exploração digital

Após a Segunda Grande Guerra, gradativamente surgiram novas tecnologias sociais com a função de ajustar e modular relações disciplinares e seus mecanismos de vigilância, que se aprimoram de acordo com a dinâmica capitalista. Dessa forma, às relações disciplinares, comuns às instituições e organizações até então, somaram-se vigilância e controle cotidiano expressos pelas crescentes instalações de câmeras de filmagem em vastos espaços

[12] Há que se pensar, no caso brasileiro, o exemplo dos esquadrões da morte, das milícias e as manobras policiais visando a eliminar supostos opositores por autos de resistência (Feldkicher, 2015). Sabe-se que, ao menos no Rio de Janeiro, é costume, em operações policiais, agentes portarem armas não registradas ou ilegais eximindo-se de utilizar as oficiais, com o propósito de exterminarem opositores sem deixar provas. Para Franco (2019), o Brasil sob o governo Bolsonaro tornou-se o exemplo mais bem acabado das tendências de necrogoverno ou tanatopolítica sob a égide do neoliberalismo atual. Dinâmica que visa não apenas privatizar a *res publica*, mas exterminar corpos e subjetividades tidas como marginais e improdutivas, pela ação da violência direta armada ou pela via indireta do crescente abandono institucional nas áreas de saúde, educação e segurança.

sociais, não apenas internos, como escolas, casas, prédios, condomínios, etc., mas também externos: vias, rodovias, ruas, praças, e assim por diante. Esse tipo de controle, ao longo de décadas, se aprimora produzindo dispositivos eletrônicos, como *smartphones*, internet, *transponders*, drones, satélites, plataformas digitais, e implementando mudanças nas relações sociais em geral e suas novas subjetividades consonantes ao novo regime econômico e simbólico do capitalismo em mutação.

Nesse movimento, a rede digital torna-se o novo panóptico, concentrando crescente massa de informações relativas aos indivíduos e grupos, no que se convencionou chamar de *big data*. O gosto, as ações, as opções sexuais, as relações pessoais, a fisionomia, as fotos, a família, a localização constante, enfim, tudo se arquiva na instância virtual que se tornou elemento rizomático mundial. Informações que permitem às autoridades, via ciências dos dados, rastrear e mesmo prever comportamentos. Qualquer autoridade competente ou grande organização, pública ou privada, pode, a princípio, acessar informações particulares de qualquer um a qualquer momento. Se, em uma democracia saudável, os eleitores ou o povo devem constantemente fiscalizar políticos e suas ações, o oposto vem ocorrendo: governos e grandes corporações (Google, Facebook, Tik Tok etc.) vigiam, por intermédio de algoritmos sempre aprimorados, o cotidiano, a intimidade e a vida de seus cidadãos-consumidores. Conforme escreveu Bobbio (1986, p. 46), ainda na década de 80 do século 20,

> Nenhum déspota da Antiguidade, nenhum monarca absoluto da Idade Moderna, apesar de cercados por mil espiões, jamais conseguiu ter sobre seus súditos todas as informações que o mais democrático dos governos atuais pode obter com o uso dos cérebros eletrônicos.

Vigilância intermitente, diretamente associada ao capital financeiro digital, o qual apropriou-se da maioria dos aspectos da vida e, assim, do desejo, extraindo dele e dos corpos o máximo de lucro possível (Deleuze 1992; Pelbart, 2011; Dowbor, 2017). Colonizando subjetividades, o capital

explora todas as instâncias da vida, buscando delas extrair lucro.[13] Assim o faz, colocando-as para trabalhar sem que percebam, pois age sobre as instâncias do prazer, fazendo o consumidor das imagens e produtos das plataformas digitais e *sites* em geral tornar-se fornecedor dos mesmos tipos de dados colocados para seu consumo. Forma-se um *feedback* no qual o consumidor-usuário produz a mercadoria (seus dados e imagens), consumindo as mesmas mercadorias de outros fornecedores, e, comprando (via dedicação temporal intermitente nas telas e "curtidas") o funcionamento da máquina que nesse processo interfere em sua subjetividade e em suas práticas.[14]

Esse potencial cliente transparente das redes sociais é o novo "presidiário" do megapanóptico digital, segundo Morozov (2018), quem ressalta a tecnologia atual como manifestação de um novo modo de exercício de poder, cada vez menos democrático, posto que, além de controlar o cotidiano dos cidadãos por análises dos *big data*, dentre outras ações, manipula por intermédio de *fake news*, de forma eficiente, as democracias globais. Desse modo abre oportunidade também crescente para o surgimento e fortalecimento de regimes neofascistas, para nós associados a uma modulação do modelo de soberania.

---

[13] A denominada, por Max Weber (1971), jaula de ferro da burocracia, característica da modernidade, parece tornar-se agora virtual e mais eficaz em seu controle de cada elemento da vida cotidiana. Por outro lado, se no panóptico o mote era ver sem ser visto no interior de instituições, na sociedade de controle todos são vistos e monitorados, e também monitoram e vêem, a qualquer momento, sem necessidade de paredes – pois paredes perdem a função de esconder. A vida não apenas está nua em sua ausência de cidadania, como escreve Agamben, mas em sua instância sociocorporal, em suas subjetividades, manifestações, intenções e desejos (Deleuze, 1988, 1992, 1990; Machado, 1990; Agamben, 2002; Rolnik, 2018).

[14] Beiguelman (2021, p. 32) escreve sobre esse processo constituído por "aqueles que, no campo das imagens, são a um só tempo produtores e usuários do que consomem [...] retroalimentando [...] um espaço de vigilância neopanótica, resultante de um desejo quase compulsivo – que se poderia chamar de fetichista – de fazer com que virtualmente tudo seja acessível na forma de uma imagem". Nesse aspecto, estamos diante de *produsers*, um neologismo inglês que ela retira de Axel Bruns, significando a junção de produtores e usuários. Há que se pensar também na atual categoria de *pós-verdade* que consiste, de forma muito esquemática, em notícias falsas propagadas nas redes sociais, invenções de acontecimentos ou distorções de fatos os quais articulam sentimentos, crenças e certezas de determinados grupos, formando "bolhas" virtuais de fanáticos que insistem em se apegar as suas ideologias negando mesmo a realidade em uma manifestação de radicalismo político e religioso.

A vigilância descentrada (rizomática) perene, enfraquece a esfera privada, mingua a solidariedade, estabelecendo-se sobre a suspeita, a fragilidade das senhas, e a criação de perfis falsos. A fragilização dos valores, das normas de honestidade, da sinceridade produz relações de sociabilidade e atividades hostis, desconfiadas e descrentes das posturas do outro (Caillé *et al.*, 2014). Fora isso, o capitalismo articula novas formas de exploração do trabalho com a uberização e a perda de direitos sociais, extraindo até mesmo do sono seu lucro concentrador (Cunha, 2021; Abílio *et al.*, 2021). Para Jonathan Crary (2016), o sono de oito horas atualmente é um empecilho para a exploração neoliberal que busca colonizar e extorquir valor dessas horas "improdutivas" dos corpos e organismos. O sono seria a última fronteira a ser ultrapassada pelos mecanismos de exploração. A difusão da internet tornou comum pessoas perderem noites inteiras de sono para checar mensagens ou entrar em *sites* variados ou mesmo trabalharem. Crary também aponta para as pesquisas do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que buscam criar o soldado sem sono, capaz de atuar ininterruptamente por dias e noites em missões pelo planeta. Nesse movimento tecnológico tudo está sendo colonizado pelo paradigma da mercadoria desde o código genético de espécies vivas e mortas até a nossa necessidade de contato e afeto entre pessoas. Podemos dizer mesmo que o neoliberalismo deixou de ser uma teoria econômica apenas para tornar-se um *modus vivendi* ou um *ethos* (McKinnon, 2020).

Na transparência atual, o acesso às particularidades de cada um por intermédio das estruturas sistêmicas permite às autoridades identificar, a qualquer instante, aqueles que se mostram "funcionais" (consomem e vendem suas imagens, portanto, servem) e aqueles que podem ser excluídos, esquecidos, eliminados e executados, as "vidas descartáveis" que não apresentam utilidade para a extração do lucro em uma política que escolhe corpos matáveis, em geral aqueles dentre os mais pobres, afrodescendentes, mulheres, imigrantes e indígenas (Mbembe, 2018). Todos que além de sua condição miserável, não raro, são também marcados pela impossibilidade de contato com as tecnologias aqui

destacadas, por já terem sido excluídos do acesso aos direitos básicos de cidadania como educação de qualidade e saúde, além de oportunidades em geral. Como dissemos, esses corpos e vidas apresentam-se como elementos liminares desencaixados das estruturas sociais, sem importância, direitos, valor, e, portanto, passíveis de serem eliminados ou serem mantidos em sobrevida.

Neosoberania e execução

Weber, quando ressalta o aspecto crescente da racionalização e do controle ou agenciamento da vida cotidiana no capitalismo moderno denomina esse movimento de *Entzauberung der Welt*, ou desencantamento do mundo, relacionado ao crescente desenvolvimento das ciências, tecnologias e técnica. Essas não apresentariam apenas o aspecto positivo e resolutivo intrínseco às suas práticas, porém diminuiriam o poder das explicações mágico-religiosas, sagradas e metafísicas, criando mecanismos de dominação e controle cotidiano da vida do trabalhador e da população em geral via aprimoramento burocrático, tornando a vida, por vezes, sem sentido ou significado (Weber, 1971, 1996, 1997).

Mbembe, em seus estudos sobre necropolítica, confere ênfase às relações macropolíticas, enfatizando o terrorismo, a nova exclusão social de povos inteiros, as guerras tecnológicas, destacando, portanto, o significado político da morte. Porém é necessário ressaltar que a necropolítica se faz sentir no "cotidiano" das sociedades atuais, nas quais correntes autoritárias de conduta e governo vêm se consolidando nas mais ínfimas relações, destituindo gradativamente o sentido e o significado da vida de atores e grupos. Ao menos em alguns aspectos desse novo modelo de soberania, destaca-se a capacidade das relações de poder e dos Estados "definir[em] quem importa e quem não importa, *quem é descartável e quem não é*" (Mbembe, 2018, p. 41, grifo nosso). Acrescentaríamos: quais vidas ainda servem para explorar e quais não servem, podendo ser deixadas para morrer como ocorreu na pandemia de Covid19 no Brasil.

Inspirando-se em parte na obra de Foucault, e em parte na de Agamben, dentre outros, o filósofo camaronês sugere que vivemos uma época na

qual aumentam os elementos e ações políticas que representam aquilo que se convencionou chamar "Estado de exceção" (Schmitt, 1996). Para Agamben (2002), o Estado de exceção seria uma instância jurídico-política paradoxal, que se situa entre democracia e absolutismo, debruçando-se sobre a vida dos cidadãos com o direito pleno de eliminá-la quando o governante achar necessário. O Estado de exceção possibilita ou permite a eliminação de adversários, e de todos aqueles que não se enquadram no seu sistema político-econômico. Sob nosso ponto de vista, esse Estado e sua macropolítica, não pode ser pensado fora das relações cotidianas, micropolíticas, vigiadas pela tecnologia digital.

Na Grécia antiga, destaca Agamben (2004), havia separação entre, de um lado, a vida construída cultural, política e socialmente, que conferia estatuto de cidadão a seu possuidor (*bíos*), o que significava a assertiva ética, decisão; e, de outro lado, aquela vida totalmente despida dessas características, a "vida nua", unicamente natural (*zoé*), similar à vida do animal de abate, sem estatuto definido, sem linguagem, sendo suas decisões assentadas na dor ou prazer apenas. Em consonância com essa antropologia filosófica, Agamben destaca a figura do *Homo Sacer* que, no antigo direito romano era aquele que, por ofender os deuses e de alguma forma colocar a coletividade em risco, era expulso, excluído do convívio social, perdendo todo e qualquer direito civil, sendo deixado à própria sorte, à vida nua. Por representar um óbice ou estorvo à coletividade, era um risco à vida da *polis*, ou à ordem da *civitas*, podendo assim ser morto por qualquer um a qualquer momento, posto que seu fim seria o de alguém insignificante, o que não fazia incorrer em homicídio aquele que porventura o eliminasse.

Parece, atualmente, que a política de "governo da vida" – e dos corpos em particular – descarta parte de contingente humano, individual ou coletivo, tanto de forma concreta, pela exclusão social e extermínio direto, assim como de maneira simbólica, produção de adoecimento psíquico, baixa autoestima, ausência de solidariedade e depressão (Duarte, 1999; Das, 2006). Para tanto basta que essa mesma vida seja (des)classificada como estorvo para a administração baseada no avanço tecnológico e na extração de "mais-valia" o trabalho imaterial pelas novas dinâmicas algorítmicas. Era da "necropolítica biopsicossocial", ou "neosoberania de exceção", na qual

o Estado não apenas se coloca como praticante de exceção, por meio de políticas neoliberais, mas também expande sua violência ultrapassando os limites da estatalidade, na medida em que o direito de matar dele se aliena, migrando para um conjunto heteróclito de grupos armados locais, milícias, formações paramilitares, empresas privadas de segurança, transformando assim a coerção e a violência em uma *commodity* (Franco, 2019).

Considerações finais

Nossa hipótese é que vivemos um momento de intensificação de alguns aspectos do modelo de soberania (neosoberania) relacionado à revolução digital, a qual produz não apenas um novo tipo de exploração do trabalho imaterial, e, portanto, da vida mental, reformulando relações sociais de produção, mas também produz crescente exclusão social por intermédio do adoecimento psicofísico referido a essas relações.

Os agenciamentos coletivos de ordem virtual auxiliam o controle do cotidiano e das subjetividades, provocando, muitas vezes, melancolia, inação, dispersão, e, mesmo paralisia, por intermédio do uso de tecnologias que extraem constantemente vida de *consumidores-usuários-trabalhadores*, em uma "neosoberania totalitária", não raro, eivada de micro-fascismos e, propensa a instaurar uma crise geral da democracia. Processo transversal que vai das subjetividades às instituições e vice-versa, no qual não apenas se estabelece a produção constante de sofrimento biopsicossocial uma "necropoiética", mas também exclusão e extermínio daqueles corpos que não têm mais lugar ou utilidade nas estruturas sociais do capitalismo hodierno – "tanatopolítica" gestora de vidas descartáveis. Vidas voláteis que, no compasso do que escreve Lapoujade (2017, p. 104 -106), constituem esse ser humano sem mundo, sem lugar, despossuído de direitos, por não servir, do ponto de vista dos governos, para nada, "perde[ndo] toda continuidade e se reduz[indo] a uma sucessão de instantes". É tão pouco real esse ser, que nem é mais certo que tenha um corpo, tornando-se para as autoridades um ente sem tempo, espaço, pensamento ou linguagem. Epifania do fetichismo da mercadoria.

Essa vida pós-institucional, na qual se estabelece a ausência de solidariedade, produzida pela superficialidade e superfície lisa e escorregadia

das interações virtuais, direciona-se frequentemente para a solidão crônica, intensificada pela exposição desencantada da intimidade possível, a revestir não apenas a mesma existência (por exemplo, na pan-pornografia transversal da *web*), mas também a morte, presente nos vídeos de suicídios, e crueldades de todo tipo, com seres de todas as espécies expostos em páginas *gore* e mesmo nas PGMs[15] do Facebook. Procedimentos que parecem esgarçar a percepção e o sentimento de coesão social, produzindo um estado de desintegração institucional e danos psíquicos como a perda do sentido da vida ocasionada pela transformação do outro e do mundo em coisa (Marx, 1983; Weber, 1997; Durkheim, 2011).

Diante de tal cenário, cabe a *resistência*, e, por certo, a *insurgência*:

> É preciso que os homens inventem aquilo contra o que eles podem se insurgir e, ao mesmo tempo, aquilo em que transformaram sua revolta. Ou para onde vão dirigir sua insurreição. *Essa direção tendo de ser reinventada indefinidamente*. Não vejo ponto final em uma história dessas. Quero dizer, *não vejo o momento em que os homens não terão mais de se insurgir* (Foucault, 2018, p. 90. grifos nossos).

César Sabino é Doutor em Sociologia e Antropologia e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. ✉ cesarsabino@hotmail.com

[15] PGMs são "*páginas de gente morta*", assim são denominadas no Facebook atualmente, e funcionam a partir das postagens dos detalhes mínimos de todos os tipos de tragédias, necrofilia, assassinatos, acidentes graves, suicídios gravados, estupros, torturas e crimes diversos, bizarrices, dissecações, morbidades, decapitações, esquartejamentos de pessoas vivas, corpos em putrefação, etc., postagens retiradas de câmeras de vigilância ou de *smartphones* daqueles que presenciam e gravam as tragédias ou seus resultados. Expandem-se assim as imagens do que era considerado, e, está deixando de ser, mais deletério e escondido na nossa cultura atual, fazendo transbordar dos muros institucionais e organizacionais o que antes era oculto. Essas páginas apresentam suas postagens de forma dissimulada entre os comentários dos frequentadores e são acessadas por intermédio de links que direcionam o usuário para os *sites*. Assim sendo, o algoritmo do Facebook não consegue rastrear e identificar o material e não o elimina do sistema. Essas manifestações públicas do que em nossa cultura vem sendo considerada a mais pura crueldade nos remetem à consolidação neoliberal de uma economia política da violência ligada à formação de uma rede de serviços, e, portanto, a um mercado voltado para produção da morte nas diversas esferas sociais. Aspectos que podem remeter, em outra intensidade, aos rituais de sofrimento presentes nos *reality shows* destacados por Silvia Viana (2013) e que expressam um espírito competitivo e deletério de uma sociedade que se compraz na dor e na eliminação justificando o sofrimento da maioria pelo suposto merecido sucesso de um indivíduo.

Referências

1. ABÍLIO, Ludmila C.; AMORIM, Henrique.; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processo e formas. *Sociologias*, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

2. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

3. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

4. ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai*, n. 19, p. 47-57, 2009.

5. AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014.

6. BEIGUELMAN, Giselle. *Políticas da imagem*. Vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

7. BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

8. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

9. BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

10. BOURDIEU, Pierre. O fim de um mundo. *In:* BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.365-370.

11. BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

12. BRUM, Eliane. O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído. *El País*, 19 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111_109277.html.

13. BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*: Vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

14. BURMESTER, Ana Maria de O. A vida como obra de arte: o sujeito como autor? *In:* RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). *Para uma vida não fascista*. Estudos Foucautianos. São Paulo: Autêntica, 2015. p. 27-34.

15. CAILLÉ, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. *Por uma nova Sociologia Clássica*. Re-unindo teoria social, filosofia moral e os *studies*. Petrópolis: Vozes, 2021.

16. CAILLÉ, Alain ; VANDENBERGHE, Frédéric ; VÉRAN, Jean-François. (org.). *O manifesto convivialista*. Seguido de Comentários sobre a sociedade convivial. São Paulo: AnnaBlume, 2014.

17. CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Vol. I.

18. CASTRO, Edgardo. *Lecturas foucaulteanas*. Una historia conceptual de la biopolítica. La Plata: UNIPE Editorial Universitaria, 2011.

19. CRARY, Jonathan. *24/7*: Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

20. CUNHA, Fábio. *A uberização da política e o poder digital*. Rio de Janeiro: Clube dos Autores, 2021.

21. DARNAI, Gergeli, *et al.* Internet addiction and functional brain networks: task-related fMRI study. *Scientific Reports*, v. 9, n. 1, 15777, 2019. https://doi.org/10.1038/s41598-019-52296-1

22. DAS, Veena. *Life and words*: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2006.

23. DATASUS. Saúde Pública em Alerta: No Brasil, mortes por depressão crescem mais de 700% em 16 anos mostram dados do DATASUS. *DATASUS*, 20 ago. 2021. http://datasus.saude.gov.br/noticias/atualizacoes/512-saude-publica-em-alerta-no-brasil-mortes-por-depressao-crescem-mais-de-700-em-16-anos-mostram-dados-do-datasus

24. DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1990.

25. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

26. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

27. DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

28. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

29. DUARTE, Luiz F. Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

30. DURKHEIM, Émile. *Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

31. DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

32. DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

33. ESPOSITO, Roberto. *Bios*: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

34. FELDKIRCHER, Gabriela F. *Autos de resistência*: o extermínio dos invisíveis. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.25461

35. FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. Entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

36. FOUCAULT, Michel. Régimes de pouvoir et régimes de verité. *In:* FOUCAULT, M. *Philosophie* - Anthologie. Paris: Folio Essais, 2011p. 381-648.

37. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

38. FOUCAULT, Michel. Os anormais. *In:* FOUCAULT, M. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 59-68.

39. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

40. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

41. FRANCO, Fábio Luís. Necropolítica, necrogovernamentalidade e melancolia. *Aller Editora*, 15 out. 2019.Disponível em: https://www.allereditora.com.br/artigo-necropolitica-necrogovernamentalidade-e-melancolia/

42. GUYAU, Jean-Marie. *Esboço de uma moral sem obrigação nem sanção*. São Paulo: Publicação independente, 2019.

43. HAN, Byung Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

44. HARTMANN, Paula B. Pandemia por Covid-19 e o Risco de Suicídio. *Pebmed*, 9 jun. 2020. Disponível em: https://pebmed.com.br/covid-19-e-o-risco-de-suicidio/

45. HENRIQUES, Dolores. Suicídio e ideação suicida na pediatria. Houve aumento dos casos durante a pandemia? *Pebmed*, 4 abr. 2021. Disponível em: https://pebmed.com.br/suicidio-e-ideacao-suicida-na-pediatria-houve-aumento-dos-casos-durante-a-pandemia/

46. HILL, Ryan; RUFINO, Katrina; KURIAN, Sherin; SAXENA, Johanna; SAXENA, Kirti; WILLIAMS, Laure. Suicide ideation and attempts in a pediatric emergency department before and during COVID-19. *Pediatrics*, v. 147, n. (3): e2020029280, 2021. https://doi.org/10.1542/peds.2020-029280

47. HOFFMAN, Mark; BEARMAN, Peter. "Bringing anomie back in exceptional events and excess suicide." *Sociological Science*, v. 2, p. 186-210, 2015. https://doi.org/10.15195/v2.a10

48. HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

49. INGOLD, Tim. Beyond biology and culture. The meaning of evolution in a relational world. *Social Anthropology*, v. 12, n. 2, p. 209-221, 2004. https://doi.org/10.1017/S0964028204000291

50. INGOLD, Tim. A evolução da sociedade. *In:* FABIAN, A. C. (org.). *Evolução, sociedade, ciência e universo*. Baurú: EDUSC, 2003.

51. INGOLD, Tim. Humanity and animality. *In:* INGOLD, T. (ed.). *Companion encyclopedia of anthropology*. Londres: Routledge, 1994. p. 14-32.

52. INGOLD, Tim. An anthropologist looks at biology. *Man: New Series*, v. 25, n. 2, p. 208-229, 1990. https://doi.org/10.2307/2804561

53. KUSHLEV, Konstantin; HEINTZELMAN, Samantha. Put the phone down: testing a complement-interfere model of computer-mediated communication context of face-to-face interactions. *Social Psychological and Personality Science*, v. 9, n. 6, p. 702-710, 2018. https://doi.org/10.1177/1948550617722199

54. LAPOUJADE, David. *As existências mínimas*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

55. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2009.

56. LATOUR, Bruno. On Interobjectivity. *Mind, Culture and Activity*, v. 3 n. 4, p. 228-245. 1996. https://doi.org/10.1207/s15327884mca0304_2

57. LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. *In:* MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

58. LÉVY, Pierre. *Tecnologias da Inteligência*. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 1993.

59. MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

60. MACHADO, Roberto. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

61. MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal*. Uma crítica antropológica da psicologia evolucionista. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

62. MALVEZZI, Amarildo. Estética, liberdade e reflexividade: repensando Bourdieu. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 52, set-dez 2019, p. 192-219.

63. MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

64. MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

65. MATTOS, Rafael da S. *Sobrevivendo ao estigma da gordura*. São Paulo: Vetor, 2012.

66. MATTOS, Rafael da S.; LUZ, Madel T. Sobrevivendo ao estigma da gordura. Physis Revista de Saúde Coletiva, v. 19, n. 2, p. 489-507, 2009.

67. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In:* MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

68. MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

69. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

70. MERTON, Robert. *Social structure and anomie*. Nova York: Irvington Pub, 1993.

71. MILLER, Daniel; HORST, Heather (eds.). *Digital Anthropology*. Abingdon: Routledge Berg Publishers, 2012.

72. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Suicídio: Ministério da Saúde divulga dados inédito sobre tentativas e mortes. Portal do Ministério da Saúde, 21 set. 2017. Disponível em: http://portalms.saude.gov.br/webradio/audios/29698-suicidio-ministerio-da-saude-divulga-dados-ineditos-sobre-tentativas-e-mortes.

73. MISSE, Michel. Violência, crime e corrupção. *In:* SANTOS, J. V.T.; TEIXEIRA, A. N. (org.). *Conflitos sociais e perspectivas da paz*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2012. p. 25-42.

74. MOROZOV, Evgeny. *Big Tech*. Ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

75. NEGRI, Antonio. *Como e quando li Foucault*. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

76. PELBART, Peter P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. *Saúde e Sociedade*, v. 24, supl. 1, p. 19-26, 2015. https://doi.org/10.1590/S0104-12902015S01002

77. PELBART, Peter P. *Vida capital*: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

78. PRECIADO, Paul B. La izquierda bajo la piel. Um prólogo para Suely Rolnik. *In:* ROLNIK, S. *Esferas da insurreição*. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 11-21.

79. ROLNIK, Sueli. *Esferas da insurreição*. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Editora, 2018.

80. SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica, 2021.

81. SANTOS JR. Clodoaldo; VIEIRA, Ana Lúcia. A influência das redes sociais nos casos de suicídios entre jovens e adolescentes brasileiros e seu aumento durante a pandemia. *OAB GOIÁS*, 2021. https://www.oabgo.org.br/oab/publicacoes/opiniao/a-influencia-das-redes-sociais-nos-casos-de-suicidio-entre-jovens-e-adolescentes-brasileiros-e-o-seu-aumento-durante-a-pandemia/

82. SCHMITT, Carl. *Sobre el parlamentarismo*. Madri: Tecnos, 1996.

83. STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

84. VIANA, Silvia. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2013.

85. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais*. Elementos para uma Antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu; N-1 Edições, 2018.

86. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2002.

87. WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma*. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

88. WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

89. WAISELFISZ, Jacobo L. Os jovens do Brasil. *Mapa da Violência 2014*. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

90. WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

91. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

92. WEBER, Max. Burocracia. *In:* WEBER, M. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1971.

93. WERMUTH, Miguel A. D. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: um canteiro arqueológico inacabado. São Paulo: *Empório do Direito*, 13mar. 2017. Disponível em: https://emporiododireito.com.br/leitura/o-conceito-de-biopolitica-em-michel-foucault-notas-sobre-um-canteiro-arqueologico-inacabado.

94. ZARIAS, Alexandre ; LE BRETON, David. Corpos, emoções e risco: vias de compreensão dos modos de ação individual e coletivo. *Sociologias*, v. 21, n. 52, p. 20-32, 2019. https://doi.org/10.1590/15174522-97680

95. ZHANG, Gohua; YANG, Xue; TU, Xialian; DING, Nani; LAU, Joseph T. F. Prospective relationships between mobile phone dependence and mental health status among Chinese undergraduate students with college adjustment as a mediator. *Journal of Affective Disorders*, v. 260, 498 - 505. 2020. https://doi.org/10.1016/j.jad.2019.09.047

Recebido: 25 fev. 2021.
Aceito: 4 fev. 2022.

http://doi.org/10.1590/15174522-107406

A organização das campanhas eleitorais nos municípios: o caso de Guarulhos em 2016

Mércia Alves*

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir a organização das campanhas eleitorais nos municípios, da seleção de candidatos à definição das estratégias de comunicação. A pesquisa caminhou a partir das perguntas: o processo de profissionalização, descrito pela literatura internacional e no Brasil, alcançou as campanhas majoritárias nos municípios? Em caso positivo, como e quais são as características desse processo nas campanhas eleitorais locais? Como se dá a expansão da estrutura física dos partidos e do número de pessoas envolvidas para a realização de atividades remuneradas e voluntárias durante o período eleitoral? Como são alocados e distribuídos os recursos financeiros dos partidos no gerenciamento das campanhas? Para responder a essas questões, foram selecionadas as campanhas de 2016, de PSB e Democratas, em Guarulhos, cidade onde os partidos não têm acesso ao HGPE no rádio e na televisão. Examinamos a dinâmica financeira das campanhas, e realizamos entrevistas com líderes dos partidos. Os principais resultados apontam que a profissionalização está sendo incorporada de forma desigual e em diferentes graus, a depender dos recursos disponíveis, das estratégias e perfil de candidatos.

Palavras-chave: Campanhas eleitorais, profissionalização das campanhas, eleições municipais, eleições 2016.

* Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

CC BY

Organization of municipal electoral campaigns: the case of Guarulhos in 2016

Abstract

The article aims to discuss the organization of election campaigns at the municipal level. The survey walked from the questions: Has the process of professionalization, described by international literature and in Brazil, reached the majority campaigns in the municipalities? If in positive case so, how and what are the characteristics of this process in local election campaigns? How is the physical structure of the parties and the number of people involved to carry out paid and voluntary activities during the election period expanded? How are the financial resources of the parties allocated and distributed in campaign management? To answer these questions, PSB and DEM election campaigns were selected in Guarulhos (2016), where do not have access to HGPE on radio and television. We examined the financial dynamics of the campaigns, and conducted interviews with party leaders. The main results indicate that professionalization is being incorporated unevenly and to different degrees depending on the resources available, the strategies and the profile of candidates.

Keywords: Election campaigns; Professionalization of campaigns; Municipal elections; Elections 2016.

Introdução

O objetivo do artigo[1] é discutir a organização das campanhas eleitorais nos municípios, da seleção de candidatos e diálogo entre Diretórios à definição das estratégias. Para tanto, o conceito de profissionalização é fundamental: processo de adaptação do *marketing* eleitoral às novas formas de comunicação centradas nos meios eletrônicos e digitais, o qual demanda a incorporação de novas ferramentas e pessoal especializado, a expansão da estrutura do partido e pesquisas de opinião (Mazzoleni, 2010, 2015; Farrell, 2009; Gibson, 2008; Gibson; Römmele, 2009; Holtz-Bacha, 2015; Lisi, 2013). O fenômeno é observado no Brasil

[1] O artigo é parte de uma pesquisa financiada pela FAPESP (2015/10473-9), que tem por objetivo discutir a profissionalização das campanhas eleitorais nos municípios a partir do porte e da disponibilidade de recursos técnicos e financeiros.

pelo menos desde a eleição presidencial de 1989, principalmente nas campanhas majoritárias nos planos federal e estadual.

A profissionalização no campo político é um fenômeno tomado para análise sob diversas óticas. O termo foi adotado no contexto da comunicação política com a terceira era da comunicação eleitoral (Farrell, 2009; Holtz-Bacha, 2015). O conceito que embasa os objetivos deste trabalho segue a linha dos autores citados e de Panebianco (2005). Segundo esse, a atuação no ambiente de incerteza da arena eleitoral requer adaptação dos partidos, daí a necessidade de uma inserção de "profissionais especialistas", dotados de "competências extrapolíticas e extrapartidárias" (p. 437). Essa relação, acaba por fazer do partido um híbrido, do ponto de vista da gestão, que combina aspectos de organizações burocráticas, voluntárias e especializadas.

O processo de profissionalização das campanhas é contínuo e, segundo Farrell (2009), dá-se a partir de eixos específicos, em torno dos quais os partidos se adaptam para organização das suas campanhas. Eixos esses que pautam os objetivos deste trabalho. Trata-se: do aumento da estrutura física do partido, da incorporação de técnicas e ferramentas denominadas "modernas" para planejamento e execução das campanhas e, como "*new technology requires new technicians*" (Farrell; Webb, 2002, p. 115), o aumento do número de pessoal especializado. Eixos que se refletem no custo das campanhas eleitorais. O argumento, nesse sentido, é que existe uma relação direta entre a profissionalização e a dinâmica financeira das campanhas (Farrell, 2009).

A partir disso, questionamos: como o processo de profissionalização chega nas campanhas locais majoritárias, principalmente na relação com os meios de comunicação? Há suporte dos diretórios partidários? Como se dá a expansão da estrutura física e do número de pessoas envolvidas para a realização de atividades remuneradas e voluntárias durante o período eleitoral? Como são alocados e distribuídos os recursos financeiros? Para responder a essas questões, investigamos a opinião das lideranças dos partidos que disputaram primeiro e segundo turno no município de Guarulhos-SP: Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Democratas, Wesley

Casaforte e Eli Correia Filho. Também analisamos a dinâmica financeira de ambas as campanhas, a partir dos relatórios oficiais elaborados pelos partidos políticos, entregues ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como forma de prestação de contas eleitorais.

Profissionalização e campanhas nos municípios

Campanhas eleitorais têm como objetivo chamar a atenção do eleitor para um candidato ou agenda específica, e definir o curso da eleição, na medida em que elas influenciam preferências eleitorais. Campanhas mudam e mudaram com a ampliação do espaço público proporcionada pelos meios de comunicação, principalmente a televisão (Manin, 2013; Mazzoleni, 2010, 2015; Mancini; Swanson, 1996). No Brasil, o marco histórico do processo de profissionalização é a eleição de 1989, quando atores políticos passaram a olhar para o potencial da TV como instrumento eleitoral. A expansão quantitativa e a importância da TV como principal fonte de informação e entretenimento para o brasileiro (Azevedo, 2006), foram fatores de importância para a consolidação desse meio como palco das campanhas nos pleitos seguintes (Azevedo, 2004; Albuquerque, 1999; Borba, 2012, 2019).

Quando tratamos das eleições municipais, é preciso pontuar que, na maioria das cidades, os partidos políticos não têm acesso à propaganda eleitoral televisionada. Guarulhos, onde concentramos nossa análise, é o maior colégio eleitoral do país[2] sem Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), e está entre as primeiras faixas de limite de gastos estipuladas pela minirreforma de 2015.[3] Isso significa que as campanhas desse município podem figurar entre as mais caras, à frente de algumas capitais. Nesse sentido, uma questão sobre o uso da internet que nos é sensível é o seu potencial

[2] Guarulhos tem 1.221.979 milhões de habitantes, e tinha o segundo maior colégio eleitoral do Estado, atrás apenas da capital paulista em 2016. Entre as eleições de 2016 e 2018, a cidade perdeu 10% do número do eleitorado apto, passando a terceiro maior colégio, atrás de Campinas.

[3] Para minirreforma e limites de gastos ver Alves e Lima (2020).

de democratização do acesso à informação política, ou seja, a capacidade de aumentar o alcance dessa informação nos períodos eleitorais – função que a TV assumiu em outros casos.

No Brasil, a literatura vem apontando a emergência de um novo paradigma comunicacional-eleitoral com presença imprescindível das tecnologias de comunicação. As eleições 2016 consolidaram essa tendência, com os candidatos utilizando alguma mídia digital para interação (Braga; Carlomagno, 2018, p. 7). A nossa hipótese é que, nos municípios em que determinados recursos são limitados, as campanhas mesclam redes e rua – "*the old style of campaigning*" (Farrell, 2009): intensivas, com candidatos, filiados e voluntários desenvolvendo todo ou parte do trabalho, envolvendo a interação com eleitores.

As eleições de Guarulhos em 2016

As eleições municipais de Guarulhos ocorreram em dois turnos em 2016, quando a cidade elegeu o candidato do PSB,[4] Guti com 83,5% dos votos (34,54% no primeiro turno), contra o Deputado Federal Eli Corrêa Filho, do DEM,[5] que alcançou 16,5% da preferência eleitoral. Ambos, candidatos de oposição à então gestão do reeleito (2008 e 2012) Sebastião Almeida, do PT.[6] Em 2016, o PT escolheu lançar uma liderança já conhecida: Elói Pietá foi prefeito reeleito na cidade (2000 e 2004), mas, mesmo com o apoio do então chefe do executivo, ficou fora da disputa do segundo turno por uma diferença muito pequena de votos: 19,32% contra 22,38% do Democrata.[7]

A coligação vencedora das eleições municipais de 2016 apostou em um jovem empresário, advogado e administrador de formação como candidato. Guti foi vereador por dois mandatos – o mais jovem vereador (25), pelo PV, e prefeito (32) eleito do município, com votação recorde.

[4] De Guarulhos por Guarulhos: PSB / PSC / PPS / REDE.
[5] Muda Guarulhos: DEM / PMDB / PRTB / PEN / PSL / PC do B / PTN / PDT.
[6] Melhora Guarulhos: PT / PR.
[7] Disputaram também o primeiro turno: Jorge Wilson do PRB (10,9%), Martello do PSD (5,47%), Carlos Roberto do PSDB (4,47%), Wagner Freitas do PTB (2,01%), Albertão do PSoL (0,8%) e Nefi Antônio do PPL (0,12%).

No legislativo, foi premiado pela ALESP pelo projeto de Lei aprovado de Combate ao Bullying, e sua atuação como vereador ficou conhecida pelos trabalhos com a população mais jovem. Essa característica se refletiu nas estratégias de organização da campanha de 2016, como será observado.

O candidato do DEM também é bem conhecido no município. Mais que isso, carrega o nome de um dos maiores expoentes do rádio no Brasil, Eli Corrêa, que sempre esteve presente nas campanhas eleitorais do filho à Câmara dos Deputados. Eli Filho também é radialista e participou como repórter do quadro, "O Repórter do Povo", orientando os ouvintes sobre direitos do consumidor, entre outros programas. Eli – o filho – foi Deputado Estadual por três mandatos consecutivos e está em seu segundo mandato como Deputado Federal pelo DEM, partido pelo qual concorreu pela primeira vez ao executivo municipal de Guarulhos.

Os casos de PSB e DEM de Guarulhos em 2016

Para este artigo, entrevistamos o líder do PSB Wesley Casaforte, e Eli Correia Filho, candidato em 2016 pelo DEM. A construção do roteiro de entrevistas teve como base os indicadores propostos por Gibson e Römmele (2009; Gibson, 2008) para discussão da profissionalização das campanhas eleitorais.[8] Além disso, inserimos a análise dos dados da dinâmica financeira das campanhas: total, origem e alocação de recursos financeiros, baseados nas categorias pré-estabelecidas pelo TSE. No Brasil, o TSE tem regras para prestação de contas, e mecanismos de controle da origem e de gastos; e os partidos, autonomia para definir formas de arrecadação e para distribuição desses recursos.[9]

[8] Questionário: 1) Houve comunicação entre os diretórios para a campanha? Qual o grau de autonomia? 2) Com quanto tempo de antecedência e quais os primeiros passos para se organizar para a campanha? 3) Como é a estrutura física e de pessoal do partido antes e durante a campanha? 4) Como é formado o comitê e as equipes de campanha? 5) Há e qual a importância da participação voluntária? 6) A campanha realiza ou utiliza pesquisas de opinião? Com qual frequência? Elas estão relacionadas às estratégias? 7) Há contato por *telemarketing*, mala direta, telefone e sistema de cadastro? 8) Há página de internet, canal no YT, página no Facebook, perfil no Twitter e Instagram do partido e/ou candidato? Como o conteúdo é elaborado?

[9] Todas as informações são de domínio público. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/. Acesso em janeiro de 2020.

Para as eleições municipais de 2016, o TSE estabeleceu, a partir da resolução n° 23.463[10] de 15 de dezembro de 2015, normas e restrições específicas para doações de campanha, regras para prestação de contas, e as possíveis punições para partidos e candidatos, datas para divulgação parcial e final das contas, tetos de gastos e de contratação de serviços específicos, segundo colégio eleitoral e turnos.[11] Também foram definidos tetos de gastos segundo o colégio eleitoral. A tabela 1 mostra os números para o caso de Guarulhos.

Tabela 1. Colégio, tetos de turno e returnos em reais, e turnos em 2016

Município	Colégio Eleitoral	Teto turno	Teto returno	Teto total
Guarulhos	902.810	4.631.021,13	1.389.306,34	6.020.327,47

Fonte: Elaboração própria.

As atividades de campanha são pré-definidas pelo TSE. Para análise, estão agrupadas sob quatro rubricas: (i) Comunicação;[12] (ii) Terceiros e eventos;[13] (iii) Estrutura e manutenção;[14] (iv) Outros.[15] As atividades de campanha listadas nesses grupos foram contratadas e pagas com recurso financeiro. Há um quinto grupo de atividades, denominado de Gastos Estimáveis, que, segundo a definição do TSE (2016), consiste em doações de bens e serviços recebidas

[10] Disponível em: http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html. Acesso em: 2020.

[11] Para Minirreforma Eleitoral de 2015 ver Alves e Lima (2018).

[12] Produção de programas de rádio, TV e vídeo, publicidade impressos, publicidade por adesivos, jornais e revistas, carros de som, produção de página, produção de programas de RTV, impulsionamento de conteúdo, produção de jingles, vinhetas e slogans, Postais.

[13] Terceiros, eventos de promoção da candidatura, atividades de militância e mobilização de rua, eventos de promoção da candidatura, comícios, pessoal, serviços próprios prestados por terceiros, pesquisas/testes eleitorais.

[14] Locação de bens imóveis, expediente, combustíveis, alimentação, veículos, transporte/deslocamento, locação de bens móveis, água, telefone.

[15] Encargos, impostos, diversas a especificar, doação a outros candidatos. O grupo de atividades denominado de "Outros" não será apresentado no corpo do texto, já que reúne valores inexpressivos, exceto por caso específico e justificado. Todos os valores estão disponíveis no Anexo 1.

de pessoas físicas, diretórios, partidos ou candidatos. Nessa categoria pode ser enquadrada qualquer uma das despesas pré-determinadas.

Analisaremos os dados com o objetivo de entender como a profissionalização das campanhas, que nos parece evidente no contexto das eleições para o executivo nacional, estadual e capitais, chegou aos municípios. Interessa-nos, aqui, a organização sob a ótica das lideranças. Iniciamos com os relatos dos entrevistados sobre o início do planejamento e diálogo entre diretórios, passamos aos dados da dinâmica financeira e percepção dos líderes sobre as atividades de campanha. Por fim, apresentamos as considerações finais.

O PSB em Guarulhos

Em entrevista, o vereador eleito em 2016 e líder do PSB, Wesley Casaforte, relata que o partido geralmente começa a se organizar para a campanha com um ano e meio de antecedência. Os primeiros passos são as articulações, os diálogos com lideranças visando a seleção de candidatos ao legislativo, possíveis nomes para o executivo, e mapeamento dos partidos próximos, e que têm interesse em compor a chapa. Para Wesley, é "como em um jogo de xadrez, temos de colocar as peças nos lugares certos".

O Vereador foi colega de câmara de Guti (2009-2016), até então no PV, e articulou sua mudança de partido já pensando nas eleições. Ambos se identificavam na câmara pelas pautas que defendiam e pela oposição à gestão petista. Wesley é parte da executiva estadual do partido, e tem contato direto com Márcio França, vice-governador (2015-2018) e governador do estado de São Paulo (2018),[16] e uma das principais lideranças do PSB. Ou seja, é um canal entre a alta cúpula e as lideranças municipais.

No período que antecede à campanha eleitoral há diálogo entre os Diretórios Municipal e Estadual, via meios de comunicação intrapartidária

[16] Márcio França foi eleito em 2014 vice-governador de Geraldo Alckmin na chapa encabeçada pelo PSDB. No mês de abril 2018, França assume o executivo estadual após renúncia de Alckmin, que concorreu naquele ano à Presidência da República. No mesmo ano, o PSBista se candidatou à reeleição, sendo derrotado por João Dória no segundo turno.

institucionalizados. As questões do município são "tratadas de forma livre, mas nós trabalhamos em conjunto". Segundo o entrevistado, Guarulhos é, talvez, a cidade com relação mais próxima com o Diretório Estadual (DE), muito "pela boa relação que as lideranças locais têm com as estaduais". Wesley avalia positivamente essa proximidade, que se estendeu durante toda a campanha eleitoral.

É competência do município a seleção de candidatos e a definição de coligações e estratégias de campanha. O Diretório Municipal recebeu contribuições financeiras dos Diretórios Estadual e Nacional (DN), como se poderá observar na tabela seguinte. O vereador relata que o partido costuma contribuir financeiramente para seus candidatos ao executivo em diversas cidades, mas existem prioridades, e Guarulhos é uma dessas. É "uma cidade estratégica, pela proximidade, tamanho e importância, mas também pelas chances que avaliávamos ter".

Tabela 2. Origem de recursos, PSB Guarulhos

Origem de recurso	Total em reais	Percentual
Recursos financeiros	1.104.580,00	87,2
Recursos estimáveis	161.734,55	12,7
Pessoas físicas	759.360,00	59,9
Doação de partidos	349.594,55	27,6
Recursos próprios	157.000,00	12,4
Total recebido	1.266.314,55	

Fonte: Elaboração própria.

A primeira tabela dedicada à campanha do PSB de Guarulhos (Tabela 2) apresenta dados dos recursos da campanha. Do total recebido, mais de 87% foi em recursos financeiros e pouco mais de 12% em recursos estimáveis. Apesar de as doações de pessoas físicas representarem quase 60% do financeiro, os maiores patrocinadores da campanha foram, em

primeiro lugar, a Direção Estadual com 21,9% (dos 27% destinados pelo partido), e do próprio candidato que, sozinho, foi responsável por 12%.

Esses dados ratificam o que foi dito em entrevista pela liderança do PSB: primeiro, trata-se de uma eleição importante para a legenda e Guarulhos é uma cidade estratégica, o que justifica o investimento do partido. Outra ênfase é a afirmação de que as lideranças do partido tinham conhecimento das chances de vitória, daí o montante significativo destinado pela legenda e pelo próprio candidato. Ou seja, a relação entre investimento financeiro e expectativa (Gibson; Römmele, 2009) apontada por pesquisas de opinião – que serão discutidas adiante.

Tabela 3. Comunicação PSB Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Produção de Programas de RTV	1.000,00	0
Publicidade impressos	108.559,99	9,8
Publicidade por adesivos	4.580,00	0,4
Produção de jingles, vinhetas e slogans	1.000,00	0
Jornais e revistas	1.080,00	0
Carros de Som	22.310,00	2
Total	138.529,99	12,49

Fonte: Elaboração própria.

A campanha do PSB em Guarulhos tem algumas características interessantes a serem observadas. Começamos pelo que foi denominado Atividades de Comunicação (Tabela 3), que geralmente concentram a maior parte dos recursos (Alves e Lima, 2018, 2020): a produção de material audiovisual e impresso. Nessa campanha, os percentuais são baixos: 0,09% e 10,31% (somadas as três atividades). O valor dedicado à Produção de Programas de RTV é bastante baixo se comparado aos valores declarados por campanhas menores.

Quanto ao conteúdo, o material impresso foi produzido pela coordenação da campanha, composta por uma equipe profissional e lideranças do partido. Todo o conteúdo do material foi aprovado por essas lideranças, e seguiu as estratégias embasadas nas pesquisas eleitorais realizadas antes e durante o período de eleições. Foram identificados, segundo Wesley, dois problemas em relação aos impressos: o custo de produção e a lógica de distribuição; o incômodo das pessoas com o lixo produzido pelas campanhas.

> A produção de santinhos, jornais e adesivos é cara porque é uma cidade grande [...] precisaríamos contratar muitas pessoas para fazer a distribuição em todos os bairros, o que era impossível. [...]. Se a gente for fazer material impresso para uma cidade toda, além do gasto, a gente vai poluir toda a cidade e isso não é de bom tom. As pessoas não gostam da cidade suja, reclamam, pedem para não lotar as caixas de correio.

"[...] então mudamos a lógica". A distribuição de material impresso foi realizada em pontos fixos da cidade, para públicos que se interessavam em obter informação e "chegavam até nós". As formas de distribuição serão descritas em mais detalhes com os dados sobre eventos de campanha, na tabela seguinte. Nesse ponto, cabe destacar que essa estratégia significou uma economia de dinheiro significativa para a campanha, "uma maior objetividade no dia a dia das nossas equipes de rua", e a percepção das pessoas de que "estávamos fazendo uma campanha mais limpa, e realmente estávamos".

"Guarulhos não tem TV". O vereador afirma já ter buscado o acesso, mas que essa é uma missão "burocrática, que toma o tempo [...] impossível". Na visão de Wesley, que reconhece a importância desse meio de comunicação, o grande desafio é buscar formas de fazer campanha em uma cidade tão grande quanto Guarulhos.

> A TV é hoje a maior ferramenta para se comunicar com o eleitor. Em São Paulo tem TV aberta e isso ajuda muito o candidato a fazer a sua campanha, e as pessoas a entenderem qual a proposta. Aqui, por mais que eu rode, eu não tenho o alcance da cidade inteira.

Guarulhos também não tem acesso à propaganda de rádio. Foram realizadas várias entrevistas em canais fechados de TV e rádios locais. Importantes, declara o entrevistado, porque é uma forma de abordar assuntos específicos, responder perguntas, mudar a percepção do eleitorado, ou "ao menos fazê-lo refletir sobre algum tema, mas ainda esbarramos na questão da abrangência limitada e do público". O entrevistado diz que o público do rádio é muito específico, de idade mais elevada e que, na maioria, já não vota. Além disso, é um público que não se identifica "de cara" com o perfil do candidato: mais jovem e dinâmico.

Pesquisas de opinião demonstraram que Guti, candidato eleito, foi mais popular durante a campanha entre os públicos mais jovens, alcançados pelas redes sociais. Dados que eram de conhecimento das lideranças do partido, as quais decidiram privilegiar formas de comunicação *online*. Ainda assim, "não deixamos de dar entrevistas, participar de todos os programas de rádio que nos convidavam, porque entendíamos os nossos limites".

> Nós usamos redes sociais, foram importantes, mas veja, os meus pais não têm Facebook. Então eu não posso pensar em uma campanha que trabalhe apenas com rede social porque nem o meu pai e nem a minha mãe vão ficar sabendo, e eles vivem em uma região central, perímetro urbano [...]. É importante que você tenha uma ferramenta que te possibilite o alcance que só a TV tem.

Ainda se pode complementar com a fala seguinte:

> Por mais que redes sociais tenham muitos seguidores, e tem sim, é insuficiente; não alcança todos os públicos, alcança um percentual grande de um público específico e eu não estou fazendo campanha só para esse público.

O partido utilizou a página do candidato no Facebook para a campanha. O conteúdo foi produzido pela equipe, passando pelo partido e pelo candidato. Esse conteúdo foi, na maior parte, genérico: plano de governo e, principalmente, a agenda do candidato e *posts* que incentivavam o engajamento na campanha. Além disso, "falamos muito da nossa própria campanha, do nosso crescimento e viabilidade" – o que a literatura chama metacampanha (Albuquerque, 1999). O objetivo, segundo Wesley, era

entrar nas casas por intermédio dos mais jovens, e chegar às famílias, às pessoas que seriam atingidas pela campanha na TV.

As redes sociais, o Facebook principalmente, foram utilizadas para manter a campanha ativa 24 horas por dia. "A página do candidato postava e nós todos compartilhávamos juntos, coletivamente [...] a nossa campanha foi e pareceu ser engajada". Por "nós", Wesley se refere a todos os envolvidos com a candidatura: a cúpula do partido, candidatos ao legislativo, famílias e apoiadores, a equipe do candidato a prefeito e toda a sua rede. Para isso, os posts foram estrategicamente pensados e programados.

> A nossa TV foi o Facebook e isso não quer dizer que foi uma campanha barata. Claro que os custos não se comparam com a campanha na TV, mas está longe de ser uma campanha sem custo. Principalmente pra nós que usamos realmente como uma ferramenta ativa e pensamos em tudo, nos mínimos detalhes.

Mais que ativa, a página do candidato e do partido, "mais a do candidato que a do partido", foram utilizadas de forma instrumental. Muito bem definidos, os públicos e conteúdo. O engajamento programado tornou-se, ao passo em que ganhou seguidores, orgânico.

> No começo nós compartilhávamos em massa, mas durante a campanha as pessoas repostavam voluntariamente. Compartilhavam as ideias, comentavam [...] faziam campanha com a gente, sem custo, sem deslocamento, sem trabalho, do sofá de casa.

Para as estratégias de campanha, as pesquisas de opinião foram centrais, segundo o entrevistado. A primeira foi encomendada pelo partido seis meses antes de campanha, quando as estratégias começaram a ser pensadas. Ainda antes do período eleitoral, outras foram feitas com o objetivo de conhecer profundamente o cenário. Já em campanha, as pesquisas continuaram a ser realizadas, mas não pelo partido, por terceiros. Não há registro na categoria específica Pesquisas de Opinião e Wesley não soube informar a respeito.

As pesquisas foram estudadas e discutidas semanalmente pela coordenação de campanha, profissionais e lideranças do partido. Os dados divulgados por outros candidatos e institutos, pelos meios de comunicação

e pelas redes sociais também entraram "na ordem do dia". Wesley afirma que cada passo da campanha esteve embasado em dados, cada conteúdo, cada decisão sobre aonde ir aonde não ir, o que falar e onde falar, quais os momentos de avanço e recuo.

> [...] perfil dos candidatos e dos eleitores, adesão e faixa etária, questões geográficas, identificação dos indecisos e em quais grupos de indecisos nós temos mais chances [...] identificar os principais problemas apontados pelos eleitores, os pontos fortes e fracos da gestão anterior à nossa.

Tabela 4. Terceiros e eventos PSB Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Terceiros	40.500,00	3,6
Pessoal	682.092,00	61,7
Eventos de promoção da candidatura	31.125,00	2,8
Total	753.717,00	68,17

Fonte: Elaboração própria.

O comitê de campanha é formado por lideranças do partido e profissionais especializados: assessores jurídicos e contadores, jornalistas e outros profissionais de comunicação. No total, cerca de 50 pessoas foram contratadas durante o período de campanha, segundo o entrevistado. Esses valores estão expressos na Tabela 4. Antes do período eleitoral, a estrutura do partido é consideravelmente menor: uma sede fixa e duas secretárias, além do suporte dos vereadores eleitos no pleito anterior.

Retomamos alguns pontos para entender os últimos números: dissemos que o Facebook foi a principal forma de divulgação da agenda e de incentivo ao engajamento. Segundo Wesley, a rede social viabilizou a principal estratégia da campanha: os encontros nos bairros e pontos centrais da cidade pela função "eventos". Essa é uma ferramenta que possibilita: (i) que páginas criem um determinado evento físico (como uma reunião,

encontro, palestra, inauguração), ou virtual, (*live*, lançamento); (ii) que os usuários, seguidores ou não da página, compartilhem esse evento e enviem convites para sua rede. A pessoa que recebe o convite pode responder sim, não ou recusar, e divulgar seu interesse.

Dissemos, também, a partir do relato do líder do PSB em Guarulhos, que as redes sociais, da forma como foram utilizadas, possibilitaram um engajamento "diretamente do sofá", a partir do compartilhamento de posts. Mas as redes permitiram, também, com essa ferramenta, o "engajamento de corpo presente". Foram realizados encontros em locais públicos nos bairros, com apoio dos candidatos ao legislativo de cada região, cabos eleitorais e o candidato a prefeito "sempre que possível".

> Não foram realizados comícios nos moldes dos clássicos, mas nós tínhamos muitos carros na rua, passeatas, encontros, e esses eventos descentralizados e simultâneos [...] os eventos realizados quase que diariamente nos bairros foram marcados e divulgados via Facebook. No dia e horário marcado a equipe montava uma tenda feirão, e recebia as pessoas, tirava dúvidas e distribuía o nosso material.

Não à toa, a categoria "terceiros e eventos" representou o maior percentual de investimento financeiro, 68,17%, com destaque para "pessoal" (61,75%) – pessoas que trabalharam nas "tendas feirões", distribuindo material de campanha, tirando dúvidas dos interessados, balançando bandeiras, organizando esses minis eventos e "dando volume à campanha". Foram muitas pessoas contratadas individualmente para esses trabalhos, também muitos voluntários, segundo o entrevistado, como será demonstrado na última tabela na subseção.

Os gastos com alimentação e transporte (Tabela 5) refletem o perfil itinerante e "cheio de gente" da campanha. O valor destinado à alimentação, por exemplo, é o maior entre os casos deste estudo, as campanhas de Guarulhos, o mesmo para combustíveis. Entre os maiores fornecedores listados estão: uma lanchonete, em segundo lugar, dois postos de gasolina, em quarto e quinto lugares, intercalados com serviços de gráficas e editoras. Para as eleições, como já dito, o comitê de campanha trabalhou em uma sede específica – esse dado

está na próxima tabela. Essa sede "era o cérebro da campanha" e serviu de ponto de apoio para o que Wesley chamou de comitês móveis.

> Guarulhos é uma cidade grande que não tem TV. Então, para chegar a todos os cantos, a nossa estratégia foi montar estruturas nas regiões da cidade. Uma estrutura de marquise como ponto de apoio para entrega de material, e para o trabalho de rua. Nesse espaço pessoas recebiam os eleitores para conversar e tirar dúvidas. A estrutura da campanha foi crescendo durante a campanha, e nós fizemos essa campanha de rua, planejada, mas com pouco dinheiro.

Tabela 5. Estrutura e manutenção PSB Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Locação de bens imóveis	2.400,00	0,2
Combustíveis	112.000,91	10,1
Alimentação	90.000,00	8,1
Total	204.400,91	18,5

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6. Baixas estimáveis PSB Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Pessoal	33.280,00	20,5
Terceiros	26.250,00	16,2
Locação de imóveis	16.250,00	10
Veículos	8.500,00	5,2
Impressos	77.204,55	47,7
Adesivos	500,00	0,3
Total	161.984,55	100

Fonte: Elaboração própria.

Foi uma campanha que contou com um percentual bastante significativo de recursos estimáveis (Tabela 6). As atividades financiadas voluntariamente são as mais diversas: do trabalho individual e em equipes para distribuição de material à produção desse material. As baixas[17] identificadas como Impressos (são santinhos, adesivos diversos, cartões de visitas), foram contribuições do próprio partido para a candidatura. Esse percentual é o segundo maior da campanha. Novamente, mostra a perspectiva do partido com o desempenho do candidato.

Segundo Wesley, a sede de campanha onde o comitê trabalhou foi cedida por um amigo e apoiador, tal como registrado. No local foram realizadas reuniões semanais para a discussão dos dados de pesquisas de opinião, os resultados obtidos na semana anterior, principalmente nos trabalhos de rua, e os objetivos e metas para as próximas. Funcionou também como ponto de apoio para armazenamento e distribuição de material para os comitês móveis.

Cerca de duas mil pessoas atuaram como voluntárias na campanha, estima o entrevistado, o que representou 36,74% do total de Recursos Estimáveis. Destaque para um grupo formado principalmente por jovens, que atuava de forma independente, mas com apoio do partido. O grupo realizava ações em praças, e locais públicos onde se juntavam a outros jovens, principalmente os indecisos para discutir suas perspectivas, os "jovens abraçaram a ideia e criaram um movimento paralelo chamado pró Guti, com material e ações próprias, divulgadas nas redes sociais, principalmente os eventos no Facebook".

O voluntariado, ou a "vontade de trabalhar", como destacou Wesley, despertou durante a campanha. Resultado de uma estratégia que começou pela escolha de uma liderança jovem, identificada com pautas desse público e com a demanda por renovação. Uma campanha desenhada nas redes sociais, mas que dialogou e se organizou na rua, e ganhou adesão porque pareceu viável pelo volume e pela aparente simplicidade.

[17] Baixas Estimáveis é uma categoria pré-estabelecida pelo TSE onde podem ser alocadas quaisquer das modalidades de gasto não pagas com recurso financeiro.

> As pessoas aderiram naturalmente à nossa campanha [...] em Guarulhos ganhava a eleição quem tinha dinheiro e quando as pessoas se depararam com um candidato jovem, que ia pra rua, que conversava com as pessoas, manifestavam o interesse em ajudar colando um adesivo, pegando um pouco de material para distribuir entre os vizinhos [...] nós fizemos uma campanha na rua, observando o eleitor e o eleitor te observando, e as pessoas perceberam isso.
>
> Nossa campanha pareceu ter adesão, e realmente tinha, era notável [...] pareceu ser uma campanha de rua, e foi [...] o mais importante é que as pessoas perceberam isso.

O Democratas em Guarulhos

O partido começa a se organizar para a campanha com um ano de antecedência, ou um pouco mais, segundo Eli. Há um levantamento dos nomes interessados em concorrer pelo partido e "se existe uma identificação e a pessoa quer ser candidata, nós damos a legenda para. É assim em todas as cidades". No caso de Guarulhos:

> Primeiro, é necessário saber se é viável lançar uma candidatura e nós sabemos isso com a realização de pesquisas. Eu só fui realmente candidato quando o pesquisador falou – "Olha, você tem chances de ganhar". Na verdade, ele me disse que eu seria o próximo prefeito. Eu questionei, porque estava com apenas 1% das intenções e ele me apresentou os dados. Era viável, então encarei.

Decidido como candidato, o primeiro passo é a formação da equipe de *marketing*, "a equipe que vai direcionar as suas ações, aonde ir e o que falar". Segundo o candidato, não adianta chegar a um bairro e não saber o que falar, quais são as dificuldades daquele local e daquelas pessoas, "pode ser segurança, saúde ou alguma coisa que a gente nem imagina". Antes de tudo, entretanto, as pesquisas de opinião, antes mesmo da definição ou não por candidata-se.

Segundo o candidato, há comunicação direta e transparente entre os diretórios. Eli não é uma liderança apenas no município pelo qual concorreu ao cargo executivo, é também um dos principais nomes do

DEM nacionalmente. O candidato afirma que tem autonomia para a definição das estratégias de campanha em Guarulhos, e é assim em todos os municípios. Nos mais importantes, "as executivas estadual e nacional aconselham". Segundo ele próprio, "o Eli candidato a prefeito e o Eli líder nacional se confundem um pouco. Eu tomo decisões como candidato, e como liderança influencio outros candidatos do meu partido."

No caso de Guarulhos, a autonomia para organizar eleições é total, o DEM acaba interferindo em outras cidades, especialmente naquelas em que o candidato não tem muita experiência e estrutura. É nesse município que o DE e o DN têm mais voz ativa. Tudo depende, segundo Eli, do cenário e de quais as chances reais de vitória dos candidatos. "Nos municípios em que temos mais chances, estamos mais presentes".

Tabela 7. Origem de recursos, DEM Guarulhos

Origem de recurso	**Total em reais**	**Percentual**
Recursos financeiros	1.899.000,00	94,42
Recursos estimáveis	112.170,00	5,58
Pessoas físicas	713.170,00	35,46
Doação de partidos	1.260.500,00	62,67
Recursos próprios	37.500,00	1,86
Total recebido	2.011.170,00	

Fonte: Elaboração própria.

O DEM foi o partido de campanha mais cara da cidade de Guarulhos. Do alto percentual de recursos financeiros – mais de 94% –, 62,67% teve origem do partido, o maior entre as campanhas analisadas (Tabela 7). É importante destacar a partir desse dado que, diante das expectativas da legenda em relação à eleição de 2016, como já discutido neste texto, o investimento financeiro é um dos indicadores das estratégias de campanha.

Tabela 8. Comunicação DEM Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Produção de Programas de RTV	40.000,00	2,1
Publicidade impressos	1.042.344,00	56,3
Publicidade por adesivos	177.372,00	9,5
Produção de página	2.000,00	0,1
Produção de jingles, vinhetas e slogans	2.500,00	0,1
Carros de Som	29.900,00	1,6
Total	1.294.116,00	69,9

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, na tabela 8, um valor considerável, se comparado ao percentual da campanha do outro partido, na categoria de produção de conteúdo audiovisual. Em Guarulhos, os partidos não têm acesso ao HGPE, entretanto, o valor refere-se à contratação de serviço de produção, gravação e edição para *spots* no horário eleitoral. Questionado, o candidato relatou que fez uso do espaço na TV do seu partido na cidade de São Paulo.

Guarulhos, como já vimos, é parte da área de cobertura da capital paulista em emissoras geradoras, então, a estratégia de utilizar esse espaço faz sentido. Entretanto, segundo o candidato, esses programas não foram muito bem recebidos pela população, que não estava acostumada a ver os seus candidatos na TV. A impessoalidade, segundo Eli, gerou certo desconforto entre os eleitores.

> As inserções foram superproduções, inigualáveis, mas eu recebi muitas críticas. As pessoas me questionavam o motivo de não ter citado o seu bairro, mas eu da zona, da região. Não foi suficiente [...]. As pessoas querem se sentir próximas, que você fale o nome do bairro dela, conheça o problema dela, algo muito mais pessoal.

> O Democratas abriu mão do tempo de TV em São Paulo. Então, eu entrei em algumas inserções falando especificamente de Guarulhos, antes da campanha. Eu ocupei o tempo do partido até o período permitido por lei e, depois disso, a campanha foi feita por outras mídias, como o Facebook, que não foi tão forte, mas foi fundamental, principalmente no segundo turno.

As páginas do candidato no Facebook e no Instagram foram utilizadas para a campanha. Na maior parte, posts gerais, destinados à população em geral, com propostas de políticas públicas e agenda de governo. O conteúdo foi produzido pela equipe de campanha, sem necessariamente passar pelo partido, mas sim pela equipe próxima do candidato. No segundo turno, Eli esteve mais presente em sua página, promovendo um conteúdo mais pessoal e interativo, como *lives*.

Além do Facebook, a campanha utilizou como meio de comunicação o *telemarketing* ativo e receptivo, mala direta, sistema de cadastro e mensagens por telefone. Mas, como se pode observar pelo volume de recursos destinados, 56,31%, os impressos foram o principal meio de comunicação da campanha. O candidato revela não gostar da distribuição excessiva de papel porque, além da sujeira, demanda muito tempo, dinheiro e equipe, dado o porte do município.

Entre as despesas com pessoal, que concentraram o maior percentual entre as listadas na tabela 9, estão a contratação de motoristas e locação de veículo, e a contratação de pessoal e de líderes de equipe de campanha. A concentração de recursos nessa atividade, 20,46%, reflete o alto investimento da campanha em material impresso para distribuição. São duas atividades conexas e essenciais para campanhas sem acesso à televisão.

Os comícios perderam importância, segundo Eli, muito pela característica do partido e porque as pessoas esperam mais pessoalidade e não o discurso geral direcionado a uma massa, como é típico dos comícios. Na campanha de 2016 foram realizados "um ou outro bem pequenos". Também não foram realizadas grandes passeatas e caminhadas em feiras por uma questão pessoal. Das atividades de corpo a corpo, o candidato declara gostar de realizar encontros e reuniões.

> Eu nunca gostei desse tipo de evento de massa, com muita gente! Nem o meu pai gostava. É muita gente e você não fala pra ninguém, as pessoas não te ouvem, atrapalha o fluxo das praças, dos centros comerciais, atrapalha todo mundo que está passado.

Eli declara que, em 2016, teve total liberdade para formação de seu comitê de campanha de acordo com o que julgou necessário: profissionais especializados em *marketing*, comunicação, assessoria jurídica e financeira, além de pessoas de confiança ligadas a ele. Essa autonomia se deu mais pela liderança que exerce do que por questões internas ao partido, "que pode ajudar se houver necessidade ou se quiser, mas, no meu caso, não se envolveu [...]. Montei a minha equipe como achei necessário."

Tabela 9. Terceiros e eventos, DEM Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Serviços próprios prestados por terceiros	17.450,00	0,9
Pesquisas	15.000,00	0,8
Pessoal	378.700,00	20,4
Eventos de promoção da candidatura	1.376,00	0
Total	412.526,00	22,2

Fonte: Elaboração própria.

Para Eli, essa equipe de profissionais é fundamental. O candidato, segundo ele, deve ser orientado sobre "ir ou recuar, o que dizer e onde". Ainda, deve estar preparado para responder a qualquer tipo de questionamento, inclusive os mais impensados, aqueles que não vêm à mente, mas que são sensíveis aos eleitores.

> Um eleitor me perguntou: "O que você pensa sobre os nossos espaços nos cemitérios para fazer os nossos trabalhos?" Como assim? "É que nós temos que ter ¼ do cemitério para poder realizar os nossos trabalhos." Estava conversando com uma família da Umbanda e essa era a questão que mais os afligia.

Em uma campanha "a religião é sempre uma questão" e "cada passo deve ser pensado, porque pode acabar com o apoio de todo um segmento". O entrevistado relata que foi fotografado enquanto cumprimentava Baianas do Acarajé[18] em uma festa de carnaval.

> Eles divulgaram isso nas igrejas evangélicas e me acusaram de apoiar a macumba. Essa "notícia", digamos assim, pulverizou de uma forma que me prejudicou muito na campanha [...] é por isso que precisamos de ajuda de profissionais, para a nossa imagem.

As pesquisas de opinião foram essenciais para a campanha. O candidato declarou que o partido realizou a primeira antes do período eleitoral, e as demais foram realizadas mensalmente pelo próprio candidato e pela campanha. Além disso, foram discutidos os dados divulgados pelas outras candidaturas, "com menos enfoque, claro, mas foram estudadas também". Todas as estratégias foram pautadas nas pesquisas, da decisão por lançar um candidato, à agenda diária.

Tabela 10. Estrutura e manutenção, DEM Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Locação de móveis	11.328,80	0,6
Locação de bens imóveis	15.935,48	0,8
Expediente	1.878,68	0,1
Transporte e deslocamento	48.900,00	2,6
Veículos	116.850,00	6,3
Combustíveis	45.212,11	2,4
Água	336,00	0
Telefone	173,90	0
Total	240.614,97	12,99

Fonte: Elaboração própria.

[18] São as mulheres, na maioria negras e identificadas com religiões de matriz africana, que se dedicam à venda de acarajés e outros alimentos da culinária afrobaiana.

O DEM de Guarulhos tem sede no escritório do candidato. Eli e partido compartilham funcionários: secretárias e advogado. A campanha contou com uma sede específica, independente do partido, onde a equipe contratada trabalhou junto aos assessores (Tabela 10). Foram cerca de 30 pessoas contratadas pela campanha e poucos, "muito poucos", voluntários.

> A equipe de trabalho passava muito tempo junto, no carro, se deslocando para as atividades do dia a dia. O que dispensou a necessidade de uma agenda de reuniões convencional. Enquanto isso, o pessoal da comunicação estava trabalhando, e nos passando informação.

Tabela 11. Baixas estimáveis, DEM Guarulhos

Atividades	Total em reais	Percentual
Locação de móveis	10.500,00	100

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, temos as baixas estimáveis (Tabela 11). O valor declarado refere-se a 30 caixas de som com *Woofers*,[19] duas cornetas e dois *Tweeters*.[20]

> Não é uma característica do meu partido ter muitos militantes. Diferente de outros, como o PT. O voto de legenda representa isso. O Democratas não tem um 25 famoso. Apesar de eu ter conseguido aqui em Guarulhos, em 2016, muitos votos de legenda, não tem um apego muito grande à defesa das ideias do partido. Por isso é muito difícil ter voluntários.

Entre os itens listados no grupo de atividades que denominamos "Outros", está a doação a outros candidatos. Na campanha de Eli, o valor é representativo: 14,05% do total, ou 260 mil reais. Não há como saber quem recebeu o recurso, se algum postulante ao legislativo do DEM ou outra legenda da coligação de 2016 em Guarulhos, ou até mesmo algum

[19] Alto-falante usado para reproduzir frequências graves e médias.
[20] Equipamento de áudio de alta frequência.

candidato de outro município. A informação seria mais um instrumento de análise, dada a declaração de Eli, sobre sua influência como liderança do partido. O entrevistado não soube esclarecer.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi discutir a organização das campanhas eleitorais nos municípios, a partir do conceito de profissionalização no contexto da comunicação política. Para responder às questões colocadas, foram entrevistadas as lideranças dos partidos que disputaram as eleições de Guarulhos, município paulista, em 2016, pelo PSB e Democratas, Wesley Casaforte e Eli Correia Filho. Além disso, analisamos a dinâmica financeira de ambas as campanhas, a partir dos relatórios oficiais elaborados pelos partidos políticos, entregues ao TSE como forma de prestação de contas eleitorais.

Começamos com a pré-campanha: o diálogo entre diretórios partidários para seleção de candidatos e definição das estratégias. Em ambos os casos tivemos relatos de uma relação próxima entre os Diretórios Municipal e Estadual – o percentual de recursos financeiros destinado pelas legendas aponta o mesmo. Todavia, fica clara a independência local para a tomada de decisões estratégicas. Comparadas, a candidatura do DEM nos pareceu mais autônoma, muito pela força do candidato que é um dos principais nomes da legenda.

Passamos para a análise da expansão da estrutura física e do número de pessoas envolvidas para a realização de atividades remuneradas e voluntárias durante o período eleitoral, e começamos a observar como são distribuídos os recursos financeiros. Ambos os partidos passam por uma ampliação do espaço físico e a gestão das campanhas combinou, em maior ou menor grau, burocratas, voluntários e especialistas. Os partidos que contam com uma sede, transformaram esse espaço em ponto de apoio e as atividades de campanha foram desenvolvidas em local específico com maior controle das lideranças e do candidato. O

PSB contou com o voluntariado para todas as suas atividades, já para o DEM o voluntariado não foi considerado fundamental. Segundo os entrevistados, pelo perfil do candidato, no primeiro caso, e do partido, no segundo.

O PSB conta com um número bastante considerável de pessoal (contratado ou não) para trabalhar nas ruas. Isso porque as atividades de contato entre candidato/apoiadores/cabos eleitorais e eleitor foram estratégicas. Daqui, partimos para as conclusões sobre os usos dos meios de comunicação, porque os eventos de rua foram marcados e divulgados pelo do Facebook do candidato, Guti. A página foi fundamental para o engajamento da campanha *online* e de rua. O que nos permite dizer que uma campanha *online* não significa uma campanha sem custo, pelo contrário, o plano de comunicação para as redes foi possível ser elaborado graças a uma equipe estruturada, com recurso financeiro, assessoria, e pesquisas de opinião.

Diferente do adversário, a campanha do DEM apostou no tempo disponível em televisão na capital paulista para inserir a candidatura do Deputado Federal. Uma estratégia que, segundo Eli, não obteve êxito, porque os eleitores não estão familiarizados com as campanhas na TV. As redes do candidato foram mobilizadas, mas sem uma estratégia específica, apenas como complemento às atividades tradicionais, e divulgação da agenda do candidato.

Ao dito em entrevistas sobre a transição no funcionamento das campanhas eleitorais nos municípios e às percepções das lideranças, acrescentamos, a partir dos dados qualitativos e quantitativos sistematizados, que há uma consolidação da relevância das redes sociais, que ainda deve encontrar resistência de lideranças mais tradicionais. Isso não quer dizer que a campanha de rua tenha perdido importância – antes, entendemos que há uma tendência a ser observada de sinergia entre redes e ruas. Isso nos permite apontar que a profissionalização está sendo incorporada de forma desigual e em diferentes graus, a depender dos recursos disponíveis, das estratégias e do perfil de candidatos.

Por fim, cabe pontuar que apesar de não ser o objetivo deste trabalho discutir fatores que pesam na decisão do voto, as mudanças recentemente incorporadas às campanhas, sobretudo relativas aos meios de comunicação, abrem novas agendas de pesquisa. Primeiro, sobre o impacto dessas mudanças na formação de preferências eleitorais e nas formas de consumir informação política. Além disso, sobre os desafios permanentes enfrentados pelos partidos políticos e lideranças para organizar uma campanha que seja capaz de atingir o maior número de eleitores.

Mércia Alves é Doutora em Ciência Política e membro do CEL – Comunicação Eleitoral (UFPR) e do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política – NEAMP (PUC-SP). Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná.
✉ merciaallves@gmail.com

Referências

1. ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na tevê*: a propaganda política na televisão. Niterói: MCII, 1999.

2. ALVES, Mércia; LIMA, Barbara. Campanhas e legislação eleitoral: os governos estaduais nas eleições de 2018. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 6, n. 1, p. 157-175, 2020. https://doi.org/10.15210/rsulacp.v6i1.16777

3. ALVES, Mércia; LIMA, Barbara. Campanhas e legislação eleitoral: análise da minirreforma no contexto das eleições municipais brasileiras de 2016. *Revista Eletrônica de Ciência Política - recp*, v. 9, n. 1, p. 119-140, 2018. http://dx.doi.org/10.5380/recp.v9i1.55339

4. AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004

5. AZEVEDO, Fernando A. O agendamento na política. *In:* RUBIM, A. (org.). *Comunicação e política*: conceitos e abordagens. São Paulo: Ed. Unesp; UFBA, 2004. p. 41-71.

6. BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 26, 2018. https://doi.org/10.1590/0103-335220182601

7. BORBA, Felipe. Medindo a propaganda negativa na TV, rádio, debates, imprensa e Facebook: o caso das eleições presidenciais de 2014. *Intercom*, v. 42, p. 37-56, 2019.

8. BORBA, Felipe. O impacto da propaganda negativa na decisão do voto. *In:* ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., Gramado, 2012. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2012.

9. FARRELL, David M. Political parties in a changing campaign environment. *In:* CROTTY, W.; KATZ, R. S. *Handbbok of party politics*. Nova York: Sage Publication, 2009. p. 122-133.

10. FARRELL, David M.; WEBB, Paul. Political parties as campaing organization. *In:* DALTON, R.; WATTENBERG, M. (ed.). *Parties without Partisans*: political changes in advanced industrial democracies. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.

11. GIBSON, Rachel K. Measuring the professionalization of political campaigning: a six country study. *ISC Brownbag Seminar Series*, 13 nov., 2008. (Seminário).

12. GIBSON, Rachel K.; ROMMELLE, A. Mensuring the profissionalization of political campaigning. *Party Politics*, v. 15, n. 3, 2009. https://doi.org/10.1177/1354068809102245

13. HOLTZ-BACHA, Cristina. Professionalization. *In:* MAZZOLENI, G. (org.). *The international encyclopedia of political communication*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2015. Vol. 3.

14. LISI, M. The professionalization of campaigns in recent democracies: the Portuguese case. *European Journal of Communication*, v. 28, n. 3, p. 259-276, 2013. https://doi.org/10.1177/0267323113475463

15. MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, p. 115-127, 2013. https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300008

16. MANCINI, P.; SWANSON, D. L. *Politics, media and modern democracy*: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences. London: Praeger, 1996.

17. MAZZOLENI, Gianpietro. *La comunicación política*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

18. MAZZOLENI, Gianpietro. *The international encyclopedia of political communication*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2015. Vol. 3.

19. PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido*: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

20. ROSSINI, Patrícia G. C. Campanhas eleitorais digitais: descobertas, desafios, transformações em mais de duas décadas de pesquisa e prática (Entrevista com Jennifer Strommer-Galley). *Revista Compolítica*, v. 5, n. 2, 2015. https://doi.org/10.21878/compolitica.2015.5.2.91

Anexo 1

Tabela 12. Outros

Campanhas	Encargos	Doação candidatos
PSB	0,01	0,71
DEM	0,11	14,05

Fonte: Elaboração própria.

Recebido: 10 set. 2020.
Aceite final: 6 maio 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-109333

Tornar-se Beauvoir: para além dos argumentos *ad feminam*

KIRKPATRICK, Kate. *Simone de Beauvoir*: uma vida. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

Gabriel Peters*

Resumo

Nessa inteligente biografia, a filósofa inglesa Kate Kirkpatrick rastreia, em perspectiva histórica, a trajetória existencial pela qual Beauvoir "tornou-se" Beauvoir. O livro acompanha como a pensadora francesa fez de sua própria personalidade-no-mundo um projeto deliberado, o qual teve de enfrentar uma série de resistências "*ad feminam*" oriundas de seu cenário sociocultural. Com base na leitura atenta dos diários que Beauvoir manteve durante seus tempos de estudante, publicados somente em 2008, Kirkpatrick lança nova luz sobre a evolução intelectual da pensadora francesa. Quando passa da sua juventude à sua maturidade e velhice, a biografia nunca perde de vista o complexo engajamento de Beauvoir com suas circunstâncias socio-históricas. Tal combinação de análise biográfica com um exercício em história cultural se mostra especialmente fecunda no trato da conturbada recepção de *O segundo sexo* e das respostas criativas da autora a essa recepção. Ademais, o livro de Kirkpatrick explora a densidade filosófica, literária e ético-política da obra beauvoiriana, densidade frequentemente deixada de lado por outras biografias em favor de uma concentração sobre a vida afetiva da filósofa. O respeito à complexidade e às nuances do pensamento de Beauvoir evidencia, finalmente, o erro de uma lógica reputacional sexista que, tomando seu trabalho como parasitário e derivativo em relação àquele de Jean-Paul Sartre, insiste em negar sua originalidade e independência intelectual.

Palavras-chave: Simone de Beauvoir, biografia, feminismo, *O segundo sexo*, Jean-Paul Sartre.

* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

CC BY

To become Beauvoir: beyond ad feminam *arguments*

Abstract

In this intelligent biography, the English philosopher Kate Kirkpatrick retraces in historical perspective the existential trajectory through which Beauvoir "became" Beauvoir. The book follows how the French thinker turned her own "personality-in-the-world" into a deliberate project, which had to face a series of "*ad feminam*" resistances stemming from her sociocultural setting. Based on a keen reading of the diaries Beauvoir kept during her times as a student, which were published only in 2008, Kirkpatrick throws new light on the intellectual evolution of the French thinker. When transitioning from her youth into her mature and old ages, the biography never loses sight of Beauvoir's complex engagement with her social-historical circumstances. This combination of biographical analysis with an exercise in cultural history proves especially fruitful in dealing with the troubled reception of *The second sex* and Beauvoir's creative responses to such reception. Furthermore, Kirkpatrick's book explores the philosophical, literary and ethico-political density of Beauvoir's oeuvre, a density which other biographies often eschew in favor of a focus on the philosopher's affective life. Finally, the respect Kirkpatrick affords to the complexity and nuance of Beauvoir's thought evinces the error of a sexist reputational logic that portrays her work as derivative and parasitic upon Jean-Paul Sartre's, and thus insists in denying her intellectual independence and originality.

Keywords: Simone de Beauvoir, biography, feminism, *The second sex*, Jean-Paul Sartre.

Não se nasce Beauvoir, torna-se – escreveu Djamila Ribeiro (2020) em uma resenha dessa biografia assinada pela filósofa inglesa Kate Kirkpatrick. O intertexto se revela tanto mais inteligente e apropriado quando se nota que o título anglófono do livro de Kirkpatrick é *Becoming Beauvoir*: "Tornando-se Beauvoir". Para além da alusão à frase mais famosa de *O segundo sexo*, a expressão captura a questão-cerne desse esforço biográfico, a saber, o grau em que Beauvoir fez da sua própria "personalidade-no-mundo" um projeto deliberado e autoconsciente, o qual teve de se bater contra uma série de resistências "*ad feminam*" do seu ambiente sociocultural. Talvez a eliminação do gerúndio "tornando-se", com a escolha da expressão mais anódina *Simone de Beauvoir: uma vida*, responda a algum cálculo de marketing editorial, mas é certo que a

cadeia alusiva do título original foi perdida de saída na tradução brasileira. Felizmente, o próprio livro continua com muito a oferecer na tradução.

Por que mais uma biografia sobre Beauvoir? Ela escreveu prodigamente sobre sua própria vida em publicações de variados gêneros discursivos, os quais incluíram desde o *memoir* intimista até os diários de viagem, sem contar o que houve de autobiográfico em ficções literárias como *A convidada* ou nos exercícios fenomenológicos de *O segundo sexo*. Se é quimérico tentar produzir algo que ultrapasse em densidade intelectual e sofisticação estilística as narrativas autobiográficas da própria autora, biografias escritas por outrem se justificam, ainda assim, como potenciais contrapesos aos conhecidos vieses inerentes ao gênero "autobiografia" – por exemplo, o interesse consciente ou inconsciente na projeção de certa imagem de si para a posteridade, interesse que comumente leva à seletividade, à estilização e mesmo à distorção na narrativa da própria vida. A desconfiança é válida, aliás, ainda que a mera não identidade entre biógrafo e biografado não garanta, por óbvio, que uma biografia escape aos riscos mencionados, caminhem eles no sentido da idealização hagiográfica ou, ao contrário, dos chamados "*hatchet jobs*" e "assassinatos de caráter".

Distante desses extremos, a atitude de Kirkpatrick em relação a Beauvoir comporta um imenso respeito ao seu legado intelectual e ético-político, mas também uma disposição honesta a confrontar seus erros – como, por exemplo, os sofrimentos infligidos aos "outros contingentes" que orbitaram ao redor do seu "amor necessário" com Sartre. Ao contrastar seu livro com esforços anteriores dirigidos à vida e à obra de Simone, Kirkpatrick não chega a afirmar que a enorme biografia publicada por Deirdre Bair em 1990 é uma hagiografia, mas adverte: por estar firmemente ancorada em diversas conversas com a própria Beauvoir, de onde derivam sua riqueza de detalhes e sua compreensão multidimensional da trajetória da autora de *O segundo sexo*, a obra de Bair terminou por recontar, em larga medida, "a história que Beauvoir já havia tornado pública" (p. 31). *Becoming Beauvoir* se volta, então, à apreensão de aspectos da história beauvoiriana insuficientemente publicizados, valendo-se de material documental que

ainda não havia sido utilizado em quaisquer outras biografias, como as cartas que Beauvoir escreveu para Claude Lanzmann ("o único amante com quem morou" (p. 20) e, principalmente, os diários que Beauvoir manteve durante seus tempos de estudante, publicados em 2008 com o título *Cahiers de jeunesse*: 1926–1930.

Ao lado da descoberta de elementos biográfico-intelectuais menos conhecidos sobre a autora, como o fato de que o abandono de suas convicções religiosas de infância e adolescência foi mais sinuoso e dolorido do que Beauvoir sugerira em suas memórias, o estudo daqueles diários por Kirkpatrick também serve a outras duas tarefas entrelaçadas de seu livro: acompanhar a evolução das ideias filosóficas da pensadora francesa, ideias cuja densidade foi frequentemente deixada de lado, mesmo por observadores simpáticos, em prol de sua vida afetiva e, especialmente, das peripécias do "casal" inconvencional e anticonvencional que ela formou com Jean-Paul Sartre; combater a também frequente opinião de que a filosofia dela seria parasitária e derivativa em relação à filosofia dele, mediante demonstrações da independência relativa do percurso intelectual de Beauvoir, da influência profunda que o pensamento de Sartre deveu às reflexões *dela* e, finalmente, dos aspectos em que as teses filosóficas beauvoirianas discrepavam conscientemente daquelas esposadas por ele.

Assim, a par da concentração sobre dimensões faltantes na "biografia autorizada" de Bair, Kirkpatrick busca se diferenciar de empreitadas biográficas anteriores pela recuperação da profundidade da Beauvoir pensadora, contra a ilusão "de que sua vida amorosa era o que havia de mais interessante nela" (p. 14). Embora essa última ideia não chegue a ser premissa expressa de livros como *Tête-à-Tête*, a biografia que Hazel Rowley dedicou a Beauvoir, Sartre e seus "amores tumultuosos" (2006), não resta dúvida de que os *insights* biográficos desse último livro foram conquistados ao preço de uma discussão um tanto rala do conteúdo filosófico das obras de uma e outro. O propósito de Kirkpatrick é, pois, muitíssimo bem-vindo, sobretudo na medida em que ela também rejeita sensatamente a tentação antípoda de postular um divórcio radical entre a vida (inclusive amorosa)

e a obra. Tal divórcio seria especialmente inapropriado no caso de uma autora como Beauvoir, que não apenas tentou "viver" suas concepções filosóficas na prática, mas também sublinhou, de modo bem existencialista, que as decisões pelas quais os indivíduos procuram moldar suas biografias são "escolhas filosóficas" (p. 14, 66), independentemente de serem ou não vivenciadas como tais. Kirkpatrick respeita a complexidade que esse enlace adquiriu na trajetória da escritora francesa, evitando tanto as reduções brutais do pensamento à biografia, de um lado, quanto a idealização da biografia como realização perfeita de um projeto filosófico de vida, de outro. Não havendo espaço aqui para uma revisão de ponta a ponta dos eventos narrados no livro, tratarei seletivamente do que me parecem as suas principais contribuições: complexificar e matizar imagens herdadas sobre Beauvoir mediante o exame dos diários que ela manteve enquanto estudante; rastrear os caminhos reflexivos de Beauvoir como "ser-em-situação", i.e., em termos da sua complexa relação com o cenário histórico-cultural em que ela estava imersa, com particular ênfase sobre a conturbada recepção de *O segundo sexo* e os efeitos dessa recepção nos rumos tomados pelo pensamento engajado da autora.

Diários de uma estudante bem-comportada

Beauvoir nasceu em 1908, o ano mesmo em que escolas francesas foram autorizadas pelo estado a preparar mulheres para o *baccaulauréat*, a prova que facultava acesso a universidades. Ao tratar do ambiente familiar da "moça bem-comportada", Kirkpatrick nota que a paixão dela pela leitura foi intensamente encorajada tanto por sua mãe quanto por seu pai. O contraste entre a devoção católica da primeira e o ateísmo decidido do segundo, contraste refletido nas suas respectivas recomendações de leitura, a instigou desde cedo a tomar questões metafísicas como objeto de interrogação. Transbordando para um respeito inflexível aos ditames da convenção social, o compromisso de Françoise de Beauvoir com o decoro moral e religioso se expressava também na recusa de ser transparente

com suas filhas, Simone e sua irmã Hèléne, quanto à corporeidade e à sexualidade femininas (p. 41).

De posse dos diários da jovem Beauvoir, Kirkpatrick sublinha que a perda de suas convicções religiosas cultivadas pelo convívio com a mãe foi mais hesitante, prolongada e angustiosa do que a filósofa havia indicado em suas memórias, nas quais escreveu que, uma vez instalada em sua mente, sua "incredulidade nunca vacilou" (p. 73). Nos diários, por outro lado, "em linguagem que lembra...Agostinho...e Pascal", ela narrara...

> a experiência de perder Deus como acompanhada pela descoberta abrupta de que tudo havia "caído em silêncio". Pela primeira vez, ela sentiu o "terrível significado' da palavra 'sozinha'" (p. 73).

Algum tempo de vai e vem entre dúvidas céticas e a vontade de acreditar ainda seria necessário para que ela concluísse, enfim, que "era mais fácil pensar em um mundo sem um criador que com um criador sobrecarregado com todas as contradições do mundo" (p. 75). Obviamente, o papel do catolicismo e de outras religiões na legitimação das desigualdades entre homens e mulheres seria insistentemente sublinhado por Beauvoir ao longo de boa parte da sua obra, no mínimo desde a referência de abertura, em *O segundo sexo* (2014, p. 10), ao mito de Adão e Eva no *Gênesis* como ilustração da condição da mulher *qua* "outro" do homem, identificado ao humano genérico.[1] Por outro lado, tal qual convém a um intelecto tão atinado com ambiguidades, Beauvoir também sublinhou que a ideia religiosa de "alma" como um "domínio completamente assexuado" (p. 46) operou positivamente, em sua infância e adolescência, como um impulso às suas crenças igualitárias quanto aos sexos nas esferas moral e espiritual.

Sem abandonar sua admiração pela coragem e pela energia graças às quais Beauvoir trilhou sua existência como intelectual contra barreiras socio-históricas diversas, Kirkpatrick revela o quanto a personalidade autoassertiva dela se construiu também pela influência de mulheres menos conhecidas. É

[1] Aliás, lembra Kirkpatrick, não demorou para que "o Vaticano colocasse o livro em sua lista de obras proibidas" (p. 239) – o que não deixa de ser uma honra tão significativa para uma escritora como o Prêmio Nobel rejeitado por Sartre.

o caso de Léontine Zanta, primeira francesa a se tornar *docteur d'etat*: ao ler uma matéria de revista sobre essa intelectual independente, a adolescente Beauvoir sonhou "em um dia ver essas coisas escritas sobre ela" (p. 57). Considerando-se que, se tivessem nascido apenas alguns anos antes, nem Zanta nem Beauvoir sequer poderiam prestar os exames de qualificação necessários a uma carreira docente, resta o lembrete de quantas potenciais pensadoras geniais foram privadas daquela oportunidade.[2] Outras figuras decisivas para Beauvoir incluíram, por exemplo, Stépha Awdykovicz, cuja fala livre sobre a sexualidade chacoalhou o puritanismo da jovem Simone, e Geraldine Pardo, com quem Beauvoir aprendeu que o pertencimento a uma classe social repleta de restrições e desvantagens não impedia o cultivo de uma individualidade genuína (p. 68).[3]

Os diários documentam a origem de preocupações e ideias filosóficas que, embora florescendo antes e independentemente do diálogo de Beauvoir com Sartre, foram comumente atribuídas à originalidade dele, não dela. Kirkpatrick mostra que várias anotações naqueles diários possuem uma espécie de conteúdo existencialista *avant la lettre*, ainda mais se traduzidos na linguagem que ambos popularizariam posteriormente. Para dar apenas um exemplo: sem falar explicitamente em angústia ou contingência, Beauvoir descrevia seu futuro como impregnado de diversas vidas possíveis que seriam todas, com exceção de uma, eventualmente mortas por ela (p. 66). Os diários também se dedicavam à complexidade das relações intersubjetivas, em particular ao problema ético concernente ao equilíbrio entre o que se deve dar para si e para os outros. Ainda que romances como *A convidada*

[2] Cf. as reflexões de Virginia Woolf (2014) sobre Judith, a hipotética irmã de Shakespeare em *Um teto todo seu*.

[3] Obviamente, também presentes estão os encontros com personagens mais conhecidos, como a breve conversa de Beauvoir, na juventude, com Simone Weil. Colocando em contato duas inteligências geniais, porém marcadamente discrepantes em temperamento, "o encontro teve uma reviravolta decepcionante": "Weil concluiu a conversa com as palavras: 'É fácil ver que você nunca passou fome'. Segundo Beauvoir, Weil a olhou de cima a baixo e a julgou 'uma pequena-burguesa pretensiosa'. Na época, Beauvoir achou isso irritante; afinal, Weil não conhecia suas circunstâncias e estava fazendo suposições equivocadas. Mas, em sua maturidade, ela passou a concordar com esse julgamento acerca de seu jovem eu" (p. 71).

tenham sido frequentemente interpretados como "aplicações" da perspectiva agonística de Sartre sobre a relação entre o "para-si" e o "para-outro", os diários de Beauvoir, escritos antes que ela conhecesse Jean-Paul, indicam, ao contrário, que ela chegou a diversas de suas ideias sobre a intersubjetividade "de forma independente" (p. 69). De modo similar, ela já se dedicava a reflexões sistemáticas sobre as ambivalências morais das relações humanas bem antes de Sartre "descobrir", ao final de *O ser e o nada* (1997, p. 765), que precisava complementar seu retrato fenomenológico-existencial da condição humana com uma ética.

O segundo intelecto

Como dito acima, Kirkpatrick tenta resgatar o pensamento de Beauvoir de um sem-número de distorções frequentes de que sua oeuvre foi e é objeto. A mais corrente dessas distorções é provavelmente a concepção previamente mencionada de que Beauvoir não seria uma pensadora original e independente, mas mera "discípula" e "aplicadora" das concepções de Sartre. Como a biógrafa demonstra com um elenco deprimentemente vasto de exemplos, o laço das ideias de Beauvoir com as Sartre tem sido frequentemente tido por óbvio, enquanto o reconhecimento da dependência crucial que *ele* deve a *ela* é, por seu turno, muito mais raro. A assimetria de reconhecimento continuou seguindo a autora, por assim dizer, até o túmulo: enquanto os obituários de Sartre em 1980 mal mencionavam Beauvoir, os obituários de Beauvoir em 1986 não só citavam Sartre fartamente como chegavam, por diversas vezes, a *reduzir* a carreira intelectual dela ao seu elo com ele (p. 359).

Kirkpatrick evidencia, com fartura de ilustrações, que o papel de "catalisador conversacional" ou "amigo incomparável do pensamento" (p. 98) que Sartre desempenhou na vida de Beauvoir era, sem dúvida, um papel igualmente desempenhado por ela na existência dele. Mergulhados em contínua conversação, lendo e editando os textos um do outro, Beauvoir e Sartre entreteceram suas cogitações a tal ponto que é difícil elucidar

a obra de uma sem a referência ao outro e vice-versa. Para além das ilustrações mais pitorescas desse entrelace, como o fato de que Beauvoir chegou a escrever artigos encomendados a Sartre e por ele assinados, as orientações intelectuais fornecidas por ela se mostraram decisivas em diversas encruzilhadas na trajetória do pensador existencialista. Por exemplo, quando Sartre se encontrava deprimido por já haver chegado à casa dos trinta sem ser celebrado mundo afora como um gênio, foi Beauvoir quem sugeriu a ele que experimentasse exprimir suas ideias filosóficas em forma romanesca (p. 125) – o resultado foi *A náusea*, romance filosófico de 1938 que tornou seu autor famoso, e que não foi somente sugerido na sua concepção, mas também, como outros tantos manuscritos de Sartre, minuciosamente editado pela leitura rigorosa de Beauvoir (p. 21).

Considerado o peso do sexismo ambiente nas avaliações injustas do legado de Beauvoir, sobretudo frente à reputação de Sartre, será que a própria pensadora francesa, consciente ou inconscientemente, também contribuiu para aquela injustiça? Kirkpatrick não ignora que um obstáculo a uma apreensão mais justa da originalidade de Beauvoir foi produzido por depoimentos nos quais ela afirmava não se conceber como filósofa, no mesmo passo em que concedia o título, entretanto, ao autor de *O ser e o nada* (p. 91): "Não sou filósofa... [Sou] uma escritora literária...Sartre é o filósofo" (p. 18). Evitando a tentação crítica de atribuir ou, pelo menos, de reduzir essa "modéstia" filosófica a algum sexismo interiorizado pela heroína da segunda onda do feminismo, Kirkpatrick defende uma leitura alternativa dessa asserção e de suas congêneres. Em vez de uma posição autoderrogatória, o contraste entre a escrita literária e a reflexão filosófica traçado por Beauvoir abrigava uma desconfiança crítica em relação aos limites da filosofia como *construção de sistemas* à maneira de um Hegel, um Schopenhauer ou do próprio Sartre. A contraparte dessa desconfiança crítica consistia precisamente no recurso à literatura como ferramenta de captação da experiência concreta em suas nuances e ambiguidades, frequentemente sacrificadas pela propensão filosófica a encaixá-las forçosamente em molde sistemático. Devido ao seu interesse nas complexidades da experiência

vivida, assim como ao seu compromisso com uma escrita capaz de interpelar as subjetividades inteiras de suas leitoras e leitores (intelecto, afetividade, imaginação etc.), Beauvoir estaria deliberadamente mais próxima de literatos de inclinação filosófica como um Dostoiévski, um Kierkegaard ou (rivalidade tardia à parte) um Camus do que da filosofia "tratadística" que o próprio Sartre encarnou em livros como *Crítica da razão dialética* (p. 193).

De resto, Beauvoir e Sartre também engendraram um intercâmbio conversacional em que, no mais das vezes, ele privilegiava a ousadia imaginativa e a radicalidade de posições em detrimento do compromisso cognitivo com rigor e precisão, os quais acabavam frequentemente "ficando a cargo" das intervenções dela. Kirkpatrick escreve que Beauvoir, conquanto considerasse Sartre "filosoficamente...descuidado e impreciso", "achava que sua bravata tornava suas ideias mais proveitosas que os pensamentos precisos e escrupulosos dela" (p. 109). Dotada de uma sensibilidade sociológica (*lato sensu*) bem mais apurada do que a de Sartre, Beauvoir também interpretou perspicazmente a diferença de ambições intelectuais entre ela e ele a partir dos constrangimentos sociais de gênero que pesaram na formação de suas expectativas acadêmicas e profissionais. A autora notou essa discrepância desde os anos de 1930, quando ambos, aprovados no exame de "*agrégation*", começaram a lecionar. Enquanto Sartre, para quem "passar na *agrégation* e ter uma profissão era algo garantido", preocupava-se com a diminuição de sua liberdade intelectual acarretada por seus compromissos profissionais, Beauvoir, que tivera de enfrentar um sem-número de resistências sociais (a começar pela do seu pai) para chegar àquela condição, se viu "tonta de puro deleite: eu senti que, longe de ter que suportar meu destino, eu o havia escolhido deliberadamente. A carreira em que Sartre via sua liberdade decair ainda significava libertação para mim" (p. 126-127). Finalmente, se a propensão de Sartre à "bravata" talvez tenha contribuído, de par com uma dinâmica reputacional sexista, para sua fama de pensador supostamente mais original, as visões mais nuançadas de Beauvoir provavelmente concorreram para dar às ideias dela, creio eu, maior atualidade do que as dele. No fim das contas, por

exemplo, a concepção do relacionamento entre liberdade individual e condicionamentos sociais em *O Segundo Sexo* é, precisamente devido às suas nuances e tensões, certamente mais adequada do que "libertarismo" subjetivista advogado quase sem peias por Sartre em *O ser e o nada*.

O ativismo do adeus

Como é sabido, no mesmo livro que seria um dos documentos mais influentes da segunda onda do feminismo, Beauvoir ainda não reclamara para si própria o rótulo de "feminista". Paradoxalmente, a extraordinária virulência da reação conservadora às visões defendidas por Beauvoir foi um estímulo decisivo para que ela abraçasse expressamente, afinal, a causa feminista. À decisão se seguiu seu envolvimento em múltiplas atividades militantes nas décadas subsequentes, como as campanhas pela expansão do acesso a métodos contraceptivos e pela descriminalização do aborto. Ao tratar daquela conturbada recepção do "escandaloso *O segundo sexo*" (p. 226-244), Kirkpatrick, em um dos melhores momentos do livro, vai além de uma biografia *stricto sensu* e oferece um elucidativo exercício de história cultural.

As diversas críticas ao livro mapeadas nessa biografia ilustram um princípio identificado pelo sociólogo estadunidense Robert Merton em sua análise do preconceito: "*damned-if-you-do*, *damned-if-you-don't*". Por exemplo, Beauvoir foi atacada como "insatisfeita", "frígida" e "frustrada", mas também como "ninfomaníaca" (p. 231, 235). Filósofos acadêmicos como Mauriac consideraram "abjeto" que ela falasse sobre sexo em um ensaio que pretendia ser "crítica filosófica e literária séria" (p. 231), ao passo que leitores não acadêmicos a censuraram, por seu turno, por escrever um livro supostamente inteligível apenas "para um pequeno clube literário... de pessoas iniciadas no jargão esotérico da metafísica e sua categoria existencialista" (p. 243). Felizmente, essas ambiguidades na recepção de *O segundo sexo* tiveram suas contrapartes positivas. Por um lado, reações como a de Mauriac tornaram-se elas próprias documentos culturais de sexismo disponíveis à posteridade: em um de tantos exemplos do padrão

duplo de moralismo pornográfico que marca certo pensamento de direita até hoje, o mesmo "respeitável pilar do *establishment* conservador" (p. 231) que se escandalizara com as referências de Beauvoir à genitalidade feminina "escreveu a um dos colaboradores de *Les Temps Modernes* que 'a vagina de minha patroa não tem segredos para mim'" (p. 231). Ademais, o fato de que alguns homens se contavam entre os que rejeitavam suas considerações sobre a maternidade, argumentando que ela nunca havia tido a experiência em primeira mão, também serviu a ela para lembrar a tais homens que eles próprios nunca se sentiram impedidos a opinar sobre o assunto devido à sua falta de vivência direta (p. 235). Por outro lado, e felizmente, Beauvoir encontraria, com o passar do tempo, uma geração subsequente de leitores, sobretudo mulheres, que se revelariam imensamente mais acolhedores em relação a um livro que, pela primeira vez em décadas ou séculos, "falava francamente sobre experiências que haviam sido tabu" (p. 239). De lá para cá, como é sabido, "*O segundo sexo* seria reconhecido como um clássico e inspiraria movimentos políticos" (p. 243).

O livro também inspiraria um conjunto amplo e multifacetado de reflexões no campo interdisciplinar da teoria feminista. Infelizmente, Kirkpatrick não explora em qualquer detalhe questões centrais à fortuna crítica da obra de Beauvoir no interior desses debates teóricos, como a insuficiente atenção de seu livro seja a fatores interseccionais de raça e classe na experiência das mulheres (ponto lembrado por feministas negras), seja ao caráter culturalmente "construído" do próprio sexo como marcador biológico (ponto lembrado por feministas pós-estruturalistas). Na verdade, frente à advertência inicial que a biografia não incluiria "todos os amigos nem todos os amantes" de Beauvoir, mas incluiria "sua filosofia" (p. 30), a *ratio* final do livro de Kirkpatrick ainda sacrifica um tanto de potencial discussão filosófica para dedicar-se ao terreno já amplamente mapeado das relações de Simone com Olga Kosakiewicz, Wanda Kosawiecz, Bianca Bienenfeld, Jacques-Laurent Bost e Nelson Algren, *inter alios*.[4]

[4] Por exemplo, os ricos diálogos de Beauvoir e Sartre com seus críticos estruturalistas ganham somente uma superficial menção *en passant*: "na década de 1960, [Sartre] fora criticado por Claude Lévi-Strauss e por outros por focar demais no tema do consciente mas não o suficiente no inconsciente" (p. 293).

A própria audácia e originalidade demonstradas por Beauvoir em sua discussão da ética das relações interpessoais íntimas convidaram intérpretes, com muita frequência, a interrogar sua conduta nesse domínio, em particular no tocante ao arranjo que ela estabelecera com Sartre, em que o "amor necessário" dos dois conviveria com a liberdade de um e outro para travarem "amores contingentes". Em *Tête-à-tête*, Hazel Rowley (2006) não se furtou a confrontar aspectos desagradáveis da realidade desse "amor livre" por tantas vezes idealizado, como o fato de que a comunicação transparente entre Beauvoir e Sartre sobre seus relacionamentos coexistia com um cinturão protetor de mentiras dirigidas às várias pessoas que entravam nessa órbita erótico-afetiva. Isso dito, a própria Rowley já demonstrara amplamente, embora a mensagem tenha escapado a alguns de seus leitores, a inverdade da suposição comum de que o arranjo não monogâmico entre Beauvoir e Sartre teria sido algo que ela aceitara a contragosto, resignada à circunstância de não poder, como disseram alguns, "tê-lo inteiramente" (sic) para ela. Kirkpatrick mostra que tal arranjo foi entusiasticamente desejado e abraçado por ela, mas também recolhe depoimentos diversos em que Beauvoir reconheceu, nas suas palavras, que seu "entendimento com Sartre" acarretou uma série de "perdas e transtornos pelos quais os 'outros' sofreram" (p. 300).

Ao mapear as relações com o amor que a cultura ocidental moderna estimulava entre homens e mulheres, a filósofa notou o injusto contraste entre a "soberania" daqueles e o "autossacrifício" destas:

> Beauvoir acreditava que os homens permanecem 'sujeitos soberanos' no amor – que valorizavam suas amadas mulheres ao lado de outras atividades, como parte integrante – mas só parte – de toda a sua vida. Por outro lado, para as mulheres, [...] os ideais de amor as incentivavam a viver a uma vida de autossacrifício ou até de completo esquecimento de si mesmas pelo bem de seus amados (p. 235).

É desconcertante pensar que tanto escândalo pôde brotar da reivindicação de que as mulheres pudessem reclamar uma relação igualmente soberana com o amor. Se, pelo menos para uma vasta (mesmo

que insuficientemente vasta) porção de pessoas, tal reivindicação, longe de espantosa, é uma espécie de um mínimo civilizatório, tão autoevidente que não precisaria ser dito, essa própria evidência indica o quanto devemos não somente aos escritos de Beauvoir como também às outras modalidades de ativismo que ela continuou praticando até o seu leito de morte. (A referência é literal: na cama do hospital onde veio a falecer em 1986, ela tentou convencer sua massagista a não votar no nacionalista de extrema direita Jean-Marie Le Pen [p. 358].) O livro aqui resenhado é somente uma prova, entre diversas outras, de que sua mensagem continua viva.

Gabriel Peters é Doutor em Sociologia e professor do Departamento de Sociologia da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade, onde integra a linha de pesquisa "Teoria e Pensamento Social".
✉ gabrielpeters@hotmail.com

Referências

1. BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

2. RIBEIRO, Djamila. Iconoclasta de si mesma. *Quatro cinco um*, 1 abr. 2010. Disponível em: https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/biografia/iconoclasta-de-si-mesma.

3. ROWLEY, Hazel. *Tête-à-tête*: the tumultuous lives and loves of Simone de Beauvoir and Jean-Paul Sartre. Nova York: HarperCollins, 2006.

4. SARTRE, Jean Paul. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1997.

5. WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Recebido: 22 nov. 2020.
Aceito: 15 fev. 2021.

http://doi.org/10.1590/15174522-113418

Memória, narrativa e subjetividade étnica: a etnicidade europeia nos Estados Unidos

FODOR, Mónika. *Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives*: politics of the untold. Nova York: Routledge, 2020. 285 p.

Lucas Voigt*

Resumo

Este texto resenha a obra "Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives: politics of the untold", de Mónika Fodor (2020). Ao longo de seis capítulos, a obra apresenta uma análise de narrativas de memória intergeracional e seu papel para a construção da subjetividade étnica. O trabalho de Fodor adquire originalidade e relevância pela ênfase no aspecto subjetivo e na dimensão de "investimento" da etnicidade, compreendida como capital simbólico. A análise executada pela autora, circunscrita à etnicidade de origem europeia no contexto dos Estados Unidos, apresenta profícuos indicativos metodológicos e potencial heurístico, podendo contribuir para a análise dos fenômenos da etnicidade e da memória em distintos contextos históricos e empíricos marcados pela experiência migratória.

Palavras-chave: etnicidade, memória, narrativa, migrações, Estados Unidos.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

CC BY

Memory, narrative and ethnic subjectivity: the European ethnicity in the United States

Abstract

This text reviews the book "Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives: politics of the untold", by Mónika Fodor (2020). Over six chapters, the work presents an analysis of narratives of intergenerational memory and their role in the construction of ethnic subjectivity. Fodor's work acquires originality and relevance due to the emphasis on the subjective aspect and the "investment" dimension of ethnicity, understood as symbolic capital. The analysis carried out by the author, circumscribed to ethnicity of European origin in the context of the United States, presents useful methodological indications and heuristic potential, which may contribute to the analysis of ethnicity and memory phenomena in different historical and empirical contexts marked by migratory experience.

Keywords: ethnicity, memory, narrative, migrations, United States.

Integrando a série *Routledge Research in Race and Ethnicity*, o livro "Subjetividade étnica em narrativas de memória intergeracional: política do não-dito" (tradução livre), da sociolinguista húngara Mónika Fodor, oferece uma reflexão interdisciplinar sobre o papel da memória intergeracional para a construção da subjetividade étnica. O objetivo da obra é analisar a construção discursiva da identificação étnica na forma de subjetividade, isto é, como um grupo de indivíduos se identifica (ou não) com a sua herança étnica e como tal herança produz sentidos para os sujeitos. A obra emprega, em termos metodológicos, uma abordagem sociolinguística de análise narrativa para abordar temas como etnicidade, identidade, memória, experiência migratória e assimilação. Desse modo, Fodor estabelece um diálogo transversal com distintas perspectivas e vertentes teóricas oriundas dos campos da Sociologia, da Antropologia e da História, que servem como referencial teórico ao estudo.

O grupo em análise é composto por americanos com ancestralidade europeia, de segunda geração ou de gerações mais tardias. Assim, trata-se de uma obra que examina o papel da memória para a conformação

de identidades europeu-americanas, analisando narrativas de memória sobre imigração e experiências de vida transmitidas por antepassados que migraram aos Estados Unidos. O material empírico é composto por cinquenta e uma entrevistas autobiográficas com dezessete sujeitos, a maior parte com origem étnica húngara – embora o *corpus* envolva também sujeitos que se identificam com origens italianas, alemãs ou mistas. O livro é estruturado em seis capítulos: o primeiro apresenta a base teórica de análise, enquanto os demais se constituem como análises de narrativas de memória intergeracional organizadas e codificadas tematicamente.

A obra mobiliza quatro conceitos centrais, que são abordados no primeiro capítulo. O primeiro deles é a noção de memória intergeracional. Esta refere a memórias sobre eventos ocorridos com antepassados, transmitidas em contextos familiares. Segundo Fodor, o conceito de memória intergeracional é praticamente equivalente ao de pós-memória – segundo a formulação de Marianne Hirsch (1992) –, embora a autora reconheça que a ênfase no aspecto traumático da memória não está presente em todas as narrativas apresentadas no livro. O conceito de pós-memória, que abrange um conjunto de suposições amplamente aceitas entre os estudiosos da memória, refere-se a memórias herdadas de antepassados que, embora não se baseiem em experiências vividas pelo indivíduo, são tão significativas que o mesmo as acaba incorporando como se fossem suas próprias (Pollak, 1992; Voigt, 2017). Ademais, a noção enfatiza o componente traumático da memória (Roseman, 2000) e, simultaneamente, o receio de perda de conexão com um passado que pertence a outras gerações, o que implica a assunção da responsabilidade de preservar as memórias do esquecimento.

O segundo conceito é o de etnicidade, que representa o aspecto mais inovador e interessante da obra de Fodor. A autora propõe uma conceituação de etnicidade como capital simbólico, baseando-se na sociologia de Pierre Bourdieu. De acordo com a autora, reivindicar a etnicidade como parte significativa da subjetividade demanda "investimento", em sentido *bourdieusiano*. Em outras palavras, a etnicidade compreende escolha, negociação e "interesse" – para que os sujeitos se identifiquem

com determinada herança étnica, é necessário que a considerem algo de valor e digno de investimento. Nesse sentido, a etnicidade passa a ser compreendida como um conjunto de conhecimentos culturais e linguísticos que representam uma fonte de capital simbólico.

Algumas das expressões do investimento de preservação ou reaquisição da etnicidade são: pesquisa genealógica, estudo de línguas de herança, prática de tradições étnicas, associação a sociedades culturais, visitas ou mudança definitiva para a pátria natal dos ancestrais, dentre outras. A noção de investimento implica, de modo correspondente, lucros obtidos ou visados pelos agentes. Nas narrativas analisadas pela autora, são mencionados alguns dos ganhos simbólicos e materiais da identificação étnica, que são principalmente linguísticos, culturais e profissionais: conhecimento de outra língua, compreendida como habilidade social; conhecimentos e competências culturais, que possibilitam, ademais, um senso de valorização da diversidade cultural e uma atitude de "tolerância" em relação a minorias e grupos imigrantes; aquisição de capital social e *networking* com outros sujeitos étnicos; e benefícios profissionais da biculturalidade e do bilinguismo, que se expressam, por exemplo, no desenvolvimento de carreiras acadêmicas e artísticas – em que o capital cultural e linguístico se mostra determinante – ou no âmbito dos negócios e das profissões liberais que se desenvolvem em círculos étnicos – em que o capital social tem um papel crucial.

Um dos consensos no âmbito das discussões sobre a etnicidade reside na constatação da natureza eminentemente interdisciplinar da temática (Weber, 2005). Nesse contexto, pode-se afirmar que o aporte sociolinguístico da etnicidade desenvolvido por Fodor alinha-se a um conjunto de formulações no campo das ciências sociais, notadamente aquelas que colocam em evidência as relações entre a etnicidade e a ação econômica – por exemplo, a discussão clássica no campo da sociologia das migrações sobre as *middleman minorities* (Bonacich, 1973), ou as discussões mais recentes no contexto das ciências sociais e da história sobre os usos econômicos da etnicidade e de redes transnacionais por imigrantes (Buchenau, 2004), ou sobre o papel das atividades econômicas para a própria conformação e definição

da etnicidade (Karam, 2007). A principal contribuição da obra de Fodor a esse campo reside, a meu ver, na formalização e na sistematização da noção de etnicidade considerando sua dimensão de "investimento" – o que compreende, por extensão, as retribuições e os lucros obtidos ou almejados pelos sujeitos, dentre eles o econômico –, o que se dá pela aproximação da noção com as formulações da sociologia de Pierre Bourdieu.

Ademais, pode-se apontar um alinhamento entre a obra de Fodor e os trabalhos desenvolvidos no contexto da chamada "nova arquitetura dos estudos étnicos" (Lesser, 2017; Rein *et al.*, 2017; Buchenau; Dávila, 2020). As construções narrativas analisadas por Fodor referem-se precisamente ao tipo de identidades que Lesser (2017) definiu como "hifenizadas", isto é, aquelas formadas na intersecção entre etnicidades diaspóricas e identidades nacionais. Na perspectiva dos novos estudos étnicos, as identidades hifenizadas possuem um caráter situacional, fluido e continuamente negociado, sendo produzidas na intersecção entre contextos locais, nacionais e transnacionais – processo que resulta não apenas na produção de etnicidades, interferindo também na conformação das identidades nacionais. No trabalho de Fodor, as negociações dos sujeitos entre etnicidades (de origem diaspórica) e identidades nacionais (referentes aos contextos local e nacional em que estão inseridos) se expressam e são analisadas a partir de narrativas de memória.

A formulação de Fodor sobre a etnicidade enquanto investimento e escolha – e não como conexão normativa com outros indivíduos que partilham a mesma origem étnica – baseia-se na suposição de que, para indivíduos racialmente brancos, a etnicidade só exerce um papel se os sujeitos assim o desejarem. Diferentemente de outros grupos sociais para os quais a etnicização e a racialização são inevitáveis – consideremos, no contexto americano, o caso dos "latinos" e dos negros –, para os indivíduos analisados por Fodor – americanos brancos plenamente assimilados – a etnicidade se apresenta sob o signo da invisibilidade e da ausência de marcas. Nesse sentido, a formulação de Fodor mostra afinidades com a ideia de "branquitude", que adquiriu notória projeção nos debates recentes no campo das ciências sociais. De acordo com Schucman (2012),

a branquitude refere-se à crença de que o branco não possuiria atributos raciais ou étnicos; a racialização, assim, seria pertinente apenas a sujeitos não brancos.

A concepção de etnicidade relaciona-se diretamente ao terceiro conceito central da obra, a subjetividade. Fodor emprega o termo "subjetividade étnica" para demarcar uma distinção em relação à noção de identidade, enfatizando a dimensão individual e "voluntária" da etnicidade. A subjetividade, termo de origem pós-estruturalista, refere-se "ao retrato complexo do *self* que construímos na linguagem das histórias" (p. 29, tradução livre), que se baseia no estabelecimento de uma identificação ou distanciamento em relação a um "outro" considerado étnico. Enquanto a identidade compreende a aceitação de um sistema de recursos culturais de uma comunidade, a subjetividade étnica implica um modo personalizado e negociado de relacionamento do sujeito com tais recursos.

O quarto e último conceito elementar do livro de Fodor refere-se à narrativa, compreendida como uma forma de organização do conhecimento e da experiência. A autora argumenta que a narrativa e a memória possuem relações recíprocas: a memória é contada como narrativa e a narrativa oferece a estrutura para a preservação e a interpretação da memória. De acordo com Fodor, a narrativa de memória representa uma interpretação do passado no presente; quando se trata de narrativas herdadas, a narrativa de memória intergeracional opera uma associação entre eventos do passado e a vida do narrador.

A análise sociolinguística de narrativas desenvolvida por Fodor ao longo da obra dá atenção a variados aspectos discursivos e linguísticos da narrativa, tais como: uso de tempos verbais; emprego de pronomes e formas de posicionamento do narrador; estrutura e tipo da narrativa (*laboviana*, conversacional); presença ou não de ações complicadoras e *turning points*; uso de *storylines* alternativas (*sideshadowing*); uso de citações ou diálogos reportados; alternância entre língua materna e língua ancestral (*code-switching*); estratégias para lidar com direitos à narrativa de histórias que não se viveu; controle de interpretação executado pelos narradores;

influência das questões colocadas pela entrevistadora à narrativa; e técnicas narrativas usadas para lidar com ausências e com o aspecto fragmentário da memória.

No segundo capítulo, Fodor inicia sua análise de narrativas de memória intergeracional. As memórias analisadas no capítulo visam explicitar os mecanismos de construção do *self* étnico. A autora demonstra como a etnicidade é construída, de modo subjetivo, com base na memória dos antepassados – isto é, o *self* (o conceito de "si") será construído em relação às experiências passadas de um "outro", que faz parte do grupo familiar. O argumento de Fodor é de que a memória intergeracional é importante para a construção da subjetividade étnica, na medida em que é articulada e recontada de modo combinado com as autobiografias dos narradores. A memória envolve dois mundos de história: o mundo passado próprio dos ancestrais (*storyworld*) e o mundo presente do narrador (*storytelling world*), que são conectados através da narrativa. Segundo a autora, os narradores constroem sua subjetividade e agência ao aceitar ou rejeitar aspectos da etnicidade percebidos nas memórias herdadas; em outras palavras, a identificação étnica produzida a partir da memória intergeracional depende da atribuição de um valor – social e cultural – à etnicidade.

Um dos elementos centrais do capítulo – e da obra como um todo – é o esforço de identificação de similaridades estruturais e quadros comuns às narrativas de construção de subjetividade étnica, que formariam uma "comunidade discursivamente imaginada", no sentido de Benedict Anderson (2008). No capítulo, as narrativas são organizadas em três eixos temáticos: a continuidade do *self* étnico através de perda e recuperação da etnicidade, que envolve memórias sobre a assimilação e a perda da cultura e da língua étnicas, bem como o esforço de recuperação da cultura de origem; a necessidade moral de conhecer e lembrar o que aconteceu com os antepassados; e o papel de objetos (*memorabilia*) de propriedade dos ancestrais na construção da memória intergeracional.

No terceiro capítulo, Fodor analisa narrativas que relacionam histórias de vida do narrador com memórias sobre a experiência de assimilação dos

antepassados, visando compreender como narrativas sobre assimilação influenciam a construção da subjetividade dos narradores. A assimilação é compreendida como a integração social, cultural e linguística na sociedade receptora. Em diálogo com a literatura sociológica sobre assimilação – conceito indissociável da noção de etnicidade, compreendida nesse momento como uma fronteira virtual estabelecida pelos indivíduos –, Fodor argumenta que o termo se refere à mudança que leva tendencialmente ao declínio da distinção étnica, mas não necessariamente à sua eliminação. Lançando mão da teoria da assimilação proposta pelos sociólogos Alba & Nee (1997), a autora aponta o caráter bidirecional da assimilação, que pode ocorrer nos dois lados da fronteira étnica, isto é, tanto no grupo minoritário quanto no grupo majoritário.

As narrativas analisadas pela autora dialogam com dois discursos históricos sobre a assimilação nos Estados Unidos: o antigo cânone da teoria da assimilação (pré-1965), de caráter normativo e que apontava a necessidade de assimilação, compreendida como um processo irreversível, inevitável e não negociado; e o novo cânone sociológico da assimilação (pós-1965 e movimento dos direitos civis), que considera a raça e a etnicidade como identidades que representam fontes alternativas de valor e de conhecimento, compreendendo a assimilação como um processo dinâmico, bidirecional e negociado, que não impossibilita investimento em termos de etnicidade, independentemente da posição geracional e temporal de um sujeito em relação ao imigrante.

No quarto capítulo, Fodor complexifica e explicita o diálogo da obra com o campo da história, através de uma exploração acerca das relações entre memória e história. O objetivo é analisar narrativas construídas na interface entre cronologias históricas oficiais e interpretações pessoalizadas e individuais da experiência histórica. Segundo a autora, o conhecimento histórico opera como um recurso cultural – uma espécie de "repositório" – para a construção de narrativas de memória individual e coletiva. Ademais, os narradores utilizam contextualizações históricas para contrabalançar a falta de detalhes e a fragmentação da memória.

No capítulo, Fodor reenquadra a memória intergeracional como um senso da história ou "consciência histórica" – no sentido de Reinhart Koselleck –, isto é, como uma apreensão de eventos entre duas temporalidades: o tempo natural (a posição de um evento no tempo do relógio) e o tempo histórico (a temporalidade subjetiva do evento). Nas narrativas sobre o envolvimento de antepassados na história, os descendentes interconectam presente, passado e futuro, através de uma interpretação contemporaneizada dos acontecimentos.

As memórias analisadas no capítulo, de alto componente traumático, tratam da experiência de ancestrais como testemunhas, vítimas ou perpetradores em eventos históricos, procurando justificar e compreender as escolhas dos antepassados, que servem simultaneamente à justificação da pertença reivindicada ou não pelo descendente a um grupo étnico. Os principais macroeventos históricos referenciados pelas narrativas são as duas guerras mundiais, a Grande Depressão e a Revolução Húngara de 1956.

O quinto capítulo aborda a geografia da memória, a partir do conceito de "lugar de subjetividade étnica", que se refere a lugares que os sujeitos relacionam à sua ancestralidade étnica, produzindo laços emocionais e psicológicos que tornam o local significativo. Segundo Fodor, verifica-se a produção de um "senso de lugar" em relação a locais geográficos, que pode ser compreendido como a relação e o entendimento personalizado que indivíduos e grupos estabelecem com os lugares. As memórias analisadas envolvem quatro tipos de lugares: a terra natal ancestral dos antepassados; viagens às raízes, isto é, visitas temporárias ao país do antepassado imigrante, que compreende também a dimensão do turismo étnico; o bairro étnico (ou "enclave"), onde os antepassados iniciaram a vida no país receptor; e o lugar de patrimônio étnico, a saber, novos lugares estabelecidos por descendentes heterolocalizados especificamente para a prática da herança étnica – como centros culturais e clubes, que promovem festas e eventos.

No sexto e último capítulo, Fodor volta-se ao problema da tradição, estabelecendo um diálogo com alguns dos principais estudiosos do tema, como Eric Hobsbawm (Hobsbawm; Ranger, 1984) e Jan Assmann. Tradições

são compreendidas como roteiros de práticas culturais às quais os membros de uma comunidade se relacionam através de narrativas; isto é, a tradição é uma plataforma de identificação transmitida através de gerações. A tradição é uma experiência definida a partir da intersecção paradoxal entre conhecimento estático de práticas culturais roteirizadas e o processo dinâmico de transmissão desse conhecimento. O capítulo considera como os sujeitos definem, praticam ou rejeitam tradições como uma fonte de capital simbólico; segundo a autora, uma tradição é transmitida apenas se os sujeitos a consideram valiosa. As memórias analisadas versam sobre dois temas: comida étnica, um dos aspectos mais duradouros das tradições; e rituais e celebrações comunitárias que se relacionam à etnicidade dos sujeitos.

Pode-se argumentar que uma das fragilidades do trabalho de Fodor reside na aparente confusão entre os conceitos de não-dito e esquecimento. Em certas passagens da obra, a autora refere-se acertadamente ao não-dito como o silenciamento deliberado relacionado ao aspecto traumático da memória. Em outros momentos, entretanto, o não-dito faz referência à fragmentação e à incompletude características da memória intergeracional. Considerando a terminologia comumente empregada no campo da sociologia da memória, tal fenômeno seria mais adequadamente definido como esquecimento, ao passo que o não-dito (ou silêncio) se refere a experiências deliberadamente não narradas em função da impossibilidade de sua reverberação em um contexto social e histórico específico, mormente em função do seu aspecto traumático (Pollak, 2010).

A perspectiva de Fodor se baseia na análise narrativa e de discurso, visando compreender a construção narrativa da etnicidade. Tal metodologia faz pleno sentido se considerarmos que o objeto em análise são memórias *narradas* em situação de entrevista. Não obstante, até mesmo práticas culturais étnicas ou tradicionais são abordadas de um ponto de vista textualista, tais como eventos étnicos, comida étnica, viagens às origens etc. Nesse sentido, é válido termos em mente que o discurso não é a única possibilidade de produção e de expressão da etnicidade e da memória – consideremos, por exemplo, as festas étnicas, a dança e a música étnicas, o uso de indumentárias

tradicionais, ou o papel reconhecido dos monumentos históricos e da cultura material para a preservação e a disseminação da memória e da etnicidade. No mesmo sentido, as formulações propostas por Fodor – como a dimensão do investimento e da escolha na etnicidade, aspecto mais original de seu trabalho – podem ser apropriadas e mobilizadas em pesquisas que não se baseiam em uma perspectiva narrativa ou textualista, ou que empreguem análise de discurso.

Feita essa ponderação, deve-se pontuar que a obra de Fodor constitui leitura relevante por oferecer um arsenal metodológico para a análise temática, estrutural e performática da narrativa. Esse arsenal pode auxiliar cientistas sociais interessados no fenômeno das narrativas de memória e da história oral, contribuindo para o desenvolvimento de análises mais sofisticadas sobre narrativas de experiências passadas e seu impacto na constituição de identidades, através de uma reflexão sobre a dimensão formal e estrutural da narrativa de memória. Ademais, ainda que o contexto empírico do trabalho esteja delimitado aos Estados Unidos, a obra interessa a cientistas sociais que pesquisam sociedades em que a imigração – seja europeia, ou de outros contextos geográficos – ocupa um papel formativo, como é o caso de vários países da América Latina e, sobretudo, do Brasil.

Lucas Voigt é Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período sanduíche junto à University of Illinois at Urbana-Champaign (com financiamento da CAPES), e professor substituto de Sociologia no Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas.
✉ lucas_3106@hotmail.com

Referências

1. ALBA, Richard; NEE, Victor. Rethinking assimilation theory for a new era of immigration. *International Migration Review*, v. 31, n. 4, p. 826-874, 1997. https://doi.org/10.2307/2547416

2. ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

3. BONACICH, Edna. A theory of middleman minorities. *American Sociological Review*, v. 38, n. 5, p. 583-594, 1973.

4. BUCHENAU, Jürgen. *Tools of progress*: a German merchant family in Mexico City, 1865-present. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

5. BUCHENAU, Jürgen; DÁVILA, Jerry. Concluding essay: rethinking Latin America in the New Ethnic Studies. In: REIN, R. *et al*. (org.). *Migrants, Refugees, and Asylum Seekers in Latin America*. Leiden: Brill, 2020. p. 326-349.

6. HIRSCH, Marianne. Family pictures: *Maus*, mourning, and post-memory. *Discourse*, v. 15, n. 2, p. 3-29, 1992.

7. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence O. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

8. KARAM, John T. *Another arabesque*: Syrian-Lebanese ethnicity in neoliberal Brazil. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

9. LESSER, Jeffrey. Remaking ethnic studies in the age of identities. In: REIN, Raanan *et al*. (org.). *The new ethnic studies in Latin America*. Leiden: Brill, 2017. p. 7-15.

10. POLLAK, Michael. A gestão do indizível. *WebMosaica*, v. 2, n. 1, p. 9-49, 2010.

11. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

12. REIN, Raanan; RINKE, Stefan; ZYSMAN, Nadia (org.). *The new ethnic studies in Latin America*. Leiden: Brill, 2017.

13. ROSEMAN, Mark. Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. In: FERREIRA, Marieta M. *et al*. (org.). *História oral*: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 123-134.

14. SCHUCMAN, Lia V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

15. VOIGT, Lucas. *O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina*: um esboço de sociologia da memória. Porto Alegre: Multifoco; Luminária Academia, 2017.

16. WEBER, Regina. Introdução ao dossiê (Etnicidade). *Anos 90*, v. 12, n. 21/22, p. 45-52, 2005. https://doi.org/10.22456/1983-201X.6368

Recebido: 27 abr. 2021.
Aceito: 6 jul. 2021.





Brazil Today

http://doi.org/10.1590/15174522-108123

Political memories and feminist resistance

Danielle Tega*

Abstract

This paper presents the criteria, methodology, and main results of a recently published research that surveyed and analyzed testimonies made by women who fought against the military dictatorships in Brazil and Argentina, in a time frame that begins with the enactment of the Amnesty Law (1979) and ends with the release of the final report by the National Truth Commission (2014).◊

Keywords: memory, military dictatorship, testimony, gender, feminism.

Memórias políticas e resistências feministas

Resumo

Esta comunicação apresenta os critérios, a metodologia e os principais resultados de uma pesquisa recém-publicada que fez o levantamento e a análise de testemunhos produzidos por mulheres que lutaram contra as ditaduras militares do Brasil e da Argentina, num recorte temporal que se inicia com a promulgação da Lei da Anistia (1979) e finaliza com a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014).

Palavras-chave: memória, ditadura militar, testemunho, gênero, feminismo.

* Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brazil.
◊ Translated by Liana Fernandes. lianavfer@gmail.com

Among so many concerns for understanding Brazil today, the social and political events of recent years offer fertile ground for sociological analysis. For example, we could go back to the June Journeys of 2013, as the demonstrations held in numerous Brazilian cities became known. Driven by the Free Fare Movement (MPL – Movimento Passe Livre) against increase in bus fares in São Paulo, these protests were initially made up of left-wing youths, who autonomously and non-hierarchically got organized (Judensnaider *et al.*, 2013). Soon, other groups joined the demonstrations, adding up other demands and generating disputes over their direction. Following repression by the São Paulo police, demonstrations have grown massive and huge protests took place in twelve capitals, which enjoyed almost 80% of public support. As demands for better health, wages, education, housing, civil rights etc. were introduced into the protests, a part of the population with no previous activism experience joined the protests, triggering a patriotic and moralistic repertoire that rejected participation of political parties and brought back anti-corruption rallying cries. Unlike autonomous or socialist militants from the left of the Workers' Party (PT)[1], that of President Dilma Rousseff, this third kind of demonstrations attracted individual protesters – and their rejection of political parties in general turned into aversion to PT (*antipetismo*), which was undeniably linked to the polarization experienced by Brazilian society during the 2014 elections (Alonso, 2017). Disappointed with the result of the presidential re-election, this sector received support from PSDB[2], party of Aécio Neves, candidate who, after losing the election, alleged fraud in the counting process and demanded the impeachment of Dilma Rousseff. Sponsored by the media and business sectors, new demonstrations took place in 2015, calling for the impeachment of the president and leading, the following year, to her deposition. Demonstrations against an inminent coup in that period and, after consummation, against the government of Michel Temer (PMDB)[3] did not achieve similar social strength.

[1] *Partido dos Trabalhadores* – PT.
[2] *Partido da Social Democracia Brasileira* – Brazilian Social Democracy Party.
[3] *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* – Brazilian Democratic Movement Party. Michel Temer was Dilma Rousseff's vice-president and took office after her impeachment.

Those were intense years whose consequences are still being felt in various spheres of Brazilian social life. That same time saw a powerful feminist spring that took the streets of several countries in Latin America. In Brazil, women mobilized in 2015 against a bill by the then congressman Eduardo Cunha (PMDB), which would hinder access to morning-after pill. In 2016, acts in Rio de Janeiro and São Paulo gathered thousands of women against rape culture. In 2017, women took part in the general strike called for March 8, and again took the streets the following year to denounce the murder of councilor Marielle Franco (PSOL)[4] and clamor for democracy crying out "Not Him!" (popularized in social media as *#elenão*).[5] Therefore, the attacks on women that marked 2018 Brazilian elections and consolidated the extreme right rise to power with the victory of Jair Bolsonaro (PSL)[6] were not incidental. When still a federal deputy, Bolsonaro's vote in favor of Rousseff's impeachment was dedicated "to the memory of Colonel Carlos Alberto Brilhante Ustra, the dread of Dilma Rousseff".[7] Two years later, during his candidacy, he would reveal that his bedside book was authored by that same colonel and well-known torturer he had paid homage to. These events highlight the relevance of a gender approach to the chronicles of current political struggles. The research now published as *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*[8] (Tega, 2019) offers key elements to reflect on these issues.

Firstly, for its focus – the book gathers an unprecedented survey of testimonies from women who fought against military dictatorships in Brazil (1964-1985) and Argentina (1976-1983) and who had their lives affected, in

[4] *Partido Socialismo e Liberdade* – Socialism and Liberty Party.
[5] Translator's note: *#elenão* was widely used during the presidential election campaign of 2018, against the rise of then candidate Jair Bolsonaro in the polls, as he was seen by many as the worst possible choice due to his views on social justice issues.
[6] *Partido Social Liberal* – Social Liberal Party.
[7] T/N: Brilhante Ustra was a military official and head of the intelligence and political repression agency during the Brazilian military dictatorship. He was found guilty in 2008 of kidnapping and torture and is widely recognized as being responsible for Dilma Rousseff's imprisonment and torture during her time as a resistance agent.
[8] *Times to tell, times to listen: testimonies of women in Brazil and Argentina*.

various ways, by the horrors of repression. Such testimonies were collected from several publicly available media in which these women recorded their memories, such as films, books, and interviews. This research, thus, challenges previous studies that indicate scant writings by women who fought against dictatorships (Tega, 2010). Furthermore, without belittling oral reports collected by valuable research (Silva; Pedro; Wolff, 2018, among others), the work delves into the meaning of public manifestations of these memories carried out by the women themselves.

Secondly, for the methodological approach of the study, which comprised two stages. Initially, resorting to a gender dimension in memory works, it draws on a traditional feminist approach that seeks to unveil what has been socially concealed. Based on research that explored libraries and memory preservation centers, theses and dissertations repositories, internet sources, debates, and conference papers, the book presents a compilation of media produced by women about their militancy, traumas, and resistance experienced during the two military dictatorships in question. The discovery of this content made it possible to include different narrative styles, such as novels, short stories, letters, plays, interviews, autobiographies, in addition to different narrative languages, such as cinema. Once it has taken shape, this assortment of testimonies reveals something remarkable: many women had opted for the public mediation process to broadcast their experiences.

Thus, after extensive bibliographic and documentary research, more than 30 works from Brazil and around 20 from Argentina are listed in the book that meet at least one of the following criteria:

a) Works written or produced by women who fought in armed groups against the military dictatorships of Brazil and Argentina, even those who were not at the forefront of armed operations and made other types of contributions to guerrilla organizations.

b) Works written or produced by women who have suffered political persecution when working with clandestine movements, parties, or groups, even if they have not joined the armed struggle.

c) Works written or produced by women who were political prisoners or, at some point, were politically disappeared, and who survived the traumatic experiences of imprisonment.

d) Works written or organized by people or institutions that give preference to texts, testimonies or interviews by militant and/or political prisoner women.

The endeavor to do an inventory of these productions can be useful as a source for further researches on the subject, while making room for new works to be included in the list. To moderate the presented comparative framework, the book lists the works drawing on the memory policies adopted by each of the two countries, within a time frame that begins in 1979, with the enactment of the Brazilian Amnesty Law, and ends in 2014, with the release of the National Truth Commission (CNV) Report.[9] These two historical moments entailed disputes. The Brazilian society, notably family members of political prisoners and human rights groups involved in the Brazilian Committees for Amnesty and the Women's Committee for Amnesty, did struggled for a "broad, general, and unrestricted amnesty". Demands included locating missing persons, investigating deaths, ensuring the return of those who were in banishment or exile, releasing political prisoners, and punishing torturers, the military, and others responsible for such acts. However, Law No. 6,683, passed on August 28, 1979, was interpreted so as to safeguard the interests of the military government and ensure the impunity of members of the repressive regime. The CNV, formed almost 30 years after the end of the dictatorship, aimed to investigate the serious human rights violations occurred between 1946 and 1988, and its goals did not include bringing torturers and military officials responsible for the uncovered crimes to justice.

While bringing the testimonies of those women to light was a necessary step in the research, the book *Tempos de dizer, tempos de escutar* notes that it was not the only one to accomplish. It thus goes into the second

[9] T/N: *Comissão Nacional da Verdade*. Established in 2011 to investigate gross violations of human rights carried out between 1946 to 1988 in Brazil.

methodological stage, namely pointing out that feminist thought consists also of denouncing the authoritarian and hierarchical traits of historical gender relations, politicizing issues previously perceived as private, questioning the conventions of masculinity and femininity, and revealing other ways of thinking about body, subjectivity, and experience. Given the significant number of works listed, each one providing different forms of reading and interpretation, the research established a *corpus*, which is examined in the last three chapters of the book. Such analysis strives to avert certain "sacralization of the *victims'* memory" (Traverso, 2018) – which would neglect the political commitments of historical subjects – and rather follows a path that takes the testimonies as vestiges of *defeated* projects, thus focusing on the issues of repression, militancy, and resistance.

Such approach to the testimonies of these women reveals a strong denouncement of how they were subjected to forced nudity, individual and collective rapes, the insertion of objects and animals into their vaginas, witnessing masturbation by their torturers, to specific tortures while menstruating or pregnant, to abortions due to torture, kidnapping of their newborn children, to having their bodies used as an instrument of manipulation or salvation. Far from being perpetrated by few tormentors who had "crossed the line", gender violence was part of the structure of repressive systems in both dictatorships (Tega; Teles, 2019).

The works listed in the book also criticize the militancy itself and the organizations to which those women belonged. They emphasize the sexism and authoritarianism of parties, revolutionary groups and leaders. They highlight the arduous conditions they faced by choosing clandestinity within a quite specific repressive context. They point out the importance of affective bonds and friendships. Resistance assumes several forms in these testimonies, as in the very act of writing or filmic creation, in which the authors recover agency. But also, in the remembrance of traumatic experiences deeply marked by and in the body, since their later experiences allow them tp reexamine those events from a new perspective, in which gender relations take central stage. Resistance can be found, likewise, in the silences and

gaps in speech and writing, which reveal how hard it is to recount their torments and their very need to denounce the sexual violences suffered. Or even in the reports of solidarity and comfort received during imprisonment, which allowed them to begin subjectively rebuilding themselves.

A third element present in the book is the way it links themes such as memory, gender, sexuality, human rights, and education, while not overlooking the temporalities adopted in the narrations, examining how events are reinterpreted and incorporated into the experiences. In this sense, the women's testimonies reconstruct their subjectivities and, at the same time, destabilize the traditional perception of both the recent past and the present, as they make room for new perspectives – both for those who narrate and for those who listen.

Furthermore, the survey endeavor was based on the premise that the act of disclosing historically hidden experiences and struggles is a fundamental step in memory work (Kehl, 2010). It is not hard to note that societies tend to repeat what they are incapable of explain. In Brazil, unlike what happened in other South American countries, state violations of human rights increased in comparison to the period of the military dictatorship. Studies have shown that this persistent violence is closely related to the weak transitional justice process carried out in the country (Teles; Safatle, 2010), especially considering that it was the only country in the region where torturers were never brought to justice and where a truth commission was created too late. Everyday violence displays social traumas that were not appeased by forced reconciliation, and which hinder the advancement of democratic experience, as it is well demonstrated by research on genocide of black youth (Waiselfisz, 2014), murders of women, specifically femicides (Waiselfisz, 2015), violence against LGBTQI+ population (IPEA/FBSP, 2020), and aggressions against indigenous populations (Cimi, 2019).

In many ways, the consequences of the 2018 elections represent an affront to what the study here presented proposes. The memories of women who fought against dictatorship and the trajectories of those who still fight for social justice today have been vilifyed. At the same time, such

consequences reinforce the political and academic importance of *Tempos de dizer, tempos de escutar*. The struggles for memory, truth, and justice endure and get fiercer.

Danielle Tega holds a doctor's degree in Sociology and is a professor at the Federal University of Grande Dourados.
✉ dani.tega@uol.com.br

Full reference of the abridged work
TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar*: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2019.

References

1. ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap*, n. especial, p. 49-58, 2017. http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201700040006

2. CIMI. *Violência contra os povos indígenas no Brasil*: dados de 2019. Brasília: Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 2019. Available at: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf.

3. IPEA/FBSP. *Atlas da violência 2020*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2020. Available at: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/.

4. JUDENSNAIDER, Elena *et al*. *Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

5. KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, E.; SAFATLE, V. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

6. SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M.; WOLFF; Cristina S. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 71, p. 193-210, 2018. https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p193-210

7. TEGA, Danielle. *Mulheres em foco*: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

8. TEGA, Danielle; TELES, Maria Amélia de A. Feminismos e direitos humanos. In: NUNES, César Augusto R.; POLLI, José Renato. *Educação e direitos humanos*: uma perspectiva crítica. Jundiaí: Edições Brasil; Editora Fibra; Editora Brasílica, 2019.

9. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

10. TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda*: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

11. WAISELFISZ, Julio J. *Mapa da violência 2015*: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), 2015. Available at: https://flacso.org.br/files/2020/03/Mapa2014_JovensBrasil.pdf.

12. WAISELFISZ, Julio J. *Mapa da violência 2014*: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Available at: https://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

Received: Oct. 5th, 2020.
Approved: Feb. 5th, 2021.

Política Editorial

Sociologias é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo por missão promover o intercâmbio entre cientistas sociais do Brasil e do exterior.

Sociologias é uma revista de orientação pluralista que busca ampliar os espaços para expressão das diversas correntes existentes nas ciências sociais, colocando em debate temas e abordagens que constituem o campo acadêmico da sociologia. Contempla, também, espaço para outras áreas do conhecimento como antropologia, literatura, informática, economia, entre outras, que apresentem importantes interfaces com a sociologia.

Seu projeto editorial contempla duas partes principais: um dossiê temático, específico para cada número, e uma seção diversificada que abrange artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, resenhas, notas de pesquisa, entrevistas.

O título **Sociologias** deve ser usado em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

A revista encontra-se disponível para colaboradores de todos os países, possuindo um conselho editorial diversificado em termos de regiões do Brasil e incluindo consultores internacionais e tem contado com apoio financeiro da PROPESQ-UFRGS, Capes e CNPq.

Sociologias é publicada no Brasil sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sociologias aceita trabalhos inéditos (não publicados em outras revistas ou como capítulos de livros) na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem relevância acadêmica e social.

A aceitação dos trabalhos para o processo de avaliação por pares está condicionada à adequação rigorosa do manuscrito às Diretrizes para Submissão. Pelo menos um dos autores do manuscrito submetido deve possuir título de Doutor. Aceitam-se manuscritos em coautoria de até quatro pessoas, sendo pelo menos uma com título de doutor. O primeiro autor deverá ter no mínimo o título de Mestre. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres.

A publicação dos trabalhos está condicionada a, pelo menos, duas avaliações de pares escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou colaboradores de **Sociologias** com experiência relevante na área de conhecimento. O sistema de avaliação é duplo cego. Os trabalhos são avaliados de acordo com os seguintes critérios: *(i) clareza da redação, (ii) qualidade e rigor dos argumentos apresentados, (iii) validade dos dados apresentados, (iv) oportunidade e relevância do artigo para a discussão de problemas na área de pesquisa envolvida, e (v) atualidade e adequação das referências contidas no trabalho.* Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, são previamente acordadas com os autores.

Diretrizes para submissão

Sociologias aceita trabalhos inéditos na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem contribuições inovadoras e relevantes em sua área temática e demonstrem rigor teórico e metodológico em sua construção. As contribuições podem ser submetidas nos idiomas português, espanhol, francês ou inglês.

Artigos submetidos em inglês ou francês, uma vez aprovados no processo de avaliação, deverão ser traduzidos para o português e publicados nos dois idiomas, ficando os autores responsáveis pela tradução, que poderá ser realizada por tradutores de livre escolha dos autores ou escolhidos em lista sugerida pela revista.

Os manuscritos devem destinar-se exclusivamente à **Sociologias**, isto é, não poderão ser submetidos simultaneamente a outro(s) periódico(s). A Revista não assume responsabilidade por análises e considerações emitidas pelos autores.

Para qualificarem-se à avaliação por pares, as contribuições devem atender aos seguintes critérios:

1. Pelo menos um dos autores possuir título de Doutor e, em caso de coautoria, o primeiro autor ter pelo menos o título de mestre e o manuscrito contar, no máximo, com quatro autores. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres;
2. Os autores devem realizar cadastro no sistema SEER – (http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as diretrizes para submissão;
3. Os manuscritos para as seções Artigos e Interfaces deverão ter no máximo 8.000 palavras ou 22 páginas, incluindo resumo e referências.

Resenhas deverão ter no máximo 4.500 palavras ou 10 páginas. O manuscrito deve estar apresentado em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm;

4. O arquivo submetido do manuscrito deve estar em formato editável contendo título e resumo (de até 250 palavras) no idioma em que está sendo submetido e em inglês, até cinco (5) palavras-chave que permitam a adequada indexação do artigo, e lista de referências conforme normas ABNT;

5. O resumo deve descrever de forma sucinta e clara a que se propõe o trabalho e o que será exposto no texto;

6. O texto deve estar redigido com clareza e correção gramatical e atender aos critérios da escrita científica;

7. O arquivo submetido com o texto não deve trazer qualquer identificação de autoria, para assegurar o anonimato na avaliação;

8. Desenhos, gráficos, mapas, tabelas, quadros e fotografias, devem conter título e fonte, e estar numerados. Imagens devem ter resolução de pelo menos 300 dpi. Todos os elementos gráficos devem ser submetidos em arquivo separado, com indicações claras de onde devem ser inseridos ao longo do texto;

9. Títulos de seção e subtítulos não devem utilizar caixa alta, tendo só a primeira letra capitalizada. Subtítulos de 1º nível devem usar fonte 12 e ser negritados, subtítulos de 2º nível, fonte 12 em itálico negritado; 3º nível, fonte 12 em itálico não negritado;

10. As notas devem restringir-se ao mínimo possível e, se necessárias, devem ser numeradas consecutivamente dentro do texto e colocadas ao pé da página;

11. As citações literais curtas (menos de três linhas) serão integradas ao parágrafo, entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. Citações de mais de três linhas serão destacadas do texto em parágrafo especial, em fonte 11, sem uso de itálico e com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda;

12. Referências ao longo do texto devem utilizar o sistema autor-data, sem utilizar caixa alta para o nome de autor. Por exemplo, (Moser, 1985). Todas as obras citadas ao longo do texto devem constar da lista de referências ao final do mesmo. Obras não citadas não devem fazer parte da lista;

13. A lista de referências deve seguir a norma ABNT NBR 6023, conforme exemplos a seguir::

    a) Livros

    MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. (Coleção Debate e Crítica).

    LEMOS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 401-409.

    CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

    b) Artigo de periódico

    NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

    O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

    c) Coletânea

    NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

d) Teses acadêmicas

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) Verbetes

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Democrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. p. 321-324.

f) Informação ou texto obtido na internet

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>. Acesso em: 01 out. 1997.

Envio de manuscritos

Os(as) autores(as) devem realizar cadastro no sistema SEER (http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as instruções aos autores.

Guidelines for Authors

Sociologias is a triannual journal published by the Graduate Program of Sociology (PPGS) - Institute of Philosophy and Human Sciences (IFCH), Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). **Sociologias** is intended to promote the dialogue between Brazilian and foreign social scientists.

The journal accepts previously unpublished works, including articles, book reviews and research communications in the field of social sciences, which represent innovative and relevant contributions, and meet the criteria of theoretical and methodological academic rigor. Contributions can be submitted in Portuguese, Spanish, French or English.

Papers submitted in English or French, once approved following the evaluation process, should be translated into Portuguese and published in both languages (the original and Portuguese), the authors being responsible for the translation, which may be done by translators of free choice of the authors or chosen from a list suggested by **Sociologias**.

The proposed manuscripts must be submitted exclusively to **Sociologias**, that is, they should not be simultaneously submitted to other journals. The Journal does not assume responsibility for concepts expressed by the authors. Spontaneous submission of any collaboration automatically implies full cession of copyright to PPGS-UFRGS.

Publication of manuscripts is conditioned to approval by at least two reviewers among members of the Editorial Board and other contributors of **Sociologias**, who hold expertise in the relevant area of knowledge. The whole peer review process is "blind", so that neither authors nor reviewers know each others' identity. Manuscripts are reviewed with basis on the following criteria: *clear and correct writting, quality and accuracy of the arguments, validity of the presented data, timeliness and relevance of the article to the discussion of problems in the area of research, and the adequacy and contemporaneousness of the references*. Any suggestions from the Editorial Board for changes in structure or content of the manuscript will only be made in agreement with authors.

To be eligible for peer reviewing, contributions must meet the following criteria:

1. At least one of the authors must have a doctorate and, in case of co-authoring, the first author must have at least Master's title. The manuscript should be authored by, at most, four authors. In the case of book reviews the author(s) should hold at least a Master's title;
2. For submitting manuscripts to Sociologias authors must register at the site of the journal at: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register> and follow the five steps for submission, according to the guidelines for authors.
3. Manuscripts should have a maximum of 8,000 words or 22 pages, including abstract and references. Book reviews should have a maximum of 4,500 words or 10 pages. The manuscript should be presented in A4 format, Times New Roman 12, 1.5 space, with top and left margins of 3 cm, and bottom and right 2 cm.
4. The file with the submitted manuscript should be editable and should bring title and abstract (up to 250 words) in both the language of submission and in English, besides up to 5 keywords that allow appropriate indexing of the article, and list of references compliant with ABNT standards.
5. The abstract should describe succinctly and clearly the purpose of the work and the content of the article.
6. The text should be written with clarity and grammatical correctness and should meet scientific writing criteria.
7. The submission file should not contain any identification of authors, in order to ensure blind evaluation.

8. Drawings, graphs, maps, tables, charts and photographs should contain title and source, and be numbered. Images should have a resolution of at least 300 dpi. All graphics should be incorporated into the manuscript.

9. Section titles and subtitles should not use capital letters and have only the first letter capitalized. 1st level subheads should use font 12, bold; 2nd level subheads, italicized font 12 bold; 3rd level, font 12 in italics without boldface.

10. Notes should be restricted to a minimum and be placed at the foot of the page.

11. Short citations (less than three lines) will be integrated in the paragraph, put in italics, followed by the surname of the cited author, year of publication and page (s) of the quoted text. Citations of more than three lines must be indented four cm from the left margin.

12. References in the text should use the author-date system, without using capital letters for the author name. For example, (Moser, 1985). All works cited in the text should appear in the list of references at the end of it. Works not mentioned should not be part of the list.

13. 13. The list of references must follow the ABNT NBR 6023 standard, as the following examples:

a) BOOKS

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. 123 p. (Coleção Debate e Crítica).

LEMOS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. 740 p. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968. 119 p.

b) ARTICLES IN JOURNALS

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) TEXTS IN COLLECTIONS

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

d) ACADEMIC THESES

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) ENTRIES FROM A DICTIONARY

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. 1318 p. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Democrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. 1444 p. p. 321-324.

f) INFORMATION OR TEXT OBTAINED FROM THE INTERNET

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>. Acesso em: 01 out. 1997.

Números publicados

1 Conflitualidades
2 Cidadania e Democracia
3 Sociedade Civil e Estado Social
4 Trabalho
5 Metodologias Informacionais
6 Ciência & Tecnologia
7 Saúde e Gerações
8 Violências, América Latina
9 Teoria Sociológica
10 Democracia, Sustentabilidade e Mundo Rural na América Latina
11 Sociedade e Território
12 Novas realidades do trabalho – Brasil e Portugal
13 Sociedade e Direito
14 Sociologias na (en) América Latina, ALAS
15 Complexidade
16 Sociedade e Políticas Públicas
17 Desafios da Educação Superior
18 Riqueza e Desigualdades
19 Conhecimentos, Redes e Sociedade
20 Violências, medo e prevenção
21 Gênero, família e globalização
22 Metodologia e Transdisciplinaridade
23 Democracia, Poderes e Segurança
24 Políticas Públicas e Cidadania
25 Trabalho, emprego e precarização social
26 Estudos sociais em ciência e tecnologia
27 Ciências Sociais e Desenvolvimento
28 Dinâmicas da ação coletiva
29 Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos
30 Participação, Cultura Política e Cidades
31 Pesquisa Quantitativa na Sociologia
32 Desigualdade Política, Democracia e Governança Global
33 Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento
34 Figurações da Violência
35 Ciências Sociais e a Questão Ambiental
36 Sociologia da Dádiva
37 Sociedade, Conhecimentos e Sustentabilidade
38 Sociologia Política
39 Sociologia e Moral
40 Racismo e Antirracismo
41 Epistemologia das Ciências Sociais
42 A Sociedade Urbana Contemporânea na América Latina
43 As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa: lutas, saberes e ideias de futuro
44 Durkheim Cem Anos
45 Trabalhadores, sindicatos e a transnacionalização da militância
46 Transformações científicas e tecnológicas e implicações econômico-sociais
47 Sociologia dos intelectuais
48 Literatura e conhecimento sociológico
49 Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente

Números publicados

50 Agendas biomédicas: interfaces do conhecimento em saúde no século XXI
51 Mudanças climáticas, ciência e sociedade
52 Corpos, emoções e risco
53 El protestantismo vivido
54 Internacionalização da educação superior
55 Sociologia e fronteiras
56 Quantificação, Estado e participação social
57 Trabalho em plataformas digitais

Tipologia Zapfhumnst BT, 10/14,5
Papel: Off set 75 g/m² na
Impresso: Gráfica da UFRGS

Nesta edição *Sociologias* traz o **Dossiê** "Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva", organizado por José Carlos Gomes do Anjos e Miriam Steffen Vieira, com trabalhos resultantes de cooperação acadêmica Sul-Sul, que articulam tendências do feminismo do Sul Global às relações complexas entre colonialismo e miscigenação e permitem refletir criticamente sobre a modernidade a partir de enfoques decoloniais, de raça e de gênero.

Na seção **Artigos**, Amurabi Oliveira e colaboradores apresentam um estudo quantitativo sobre os bolsistas CNPq e discutem o processo de acesso às bolsas de pesquisa e seus estratos. Diogo Cunha e Paulo Henrique Cassimiro discutem o populismo, a partir dos escritos de Pierre Rosanvallon contrastados com outras perspectivas teóricas. Sergio Tavolaro examina as interpretações de Sergio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, dos processos de formação e modernização da sociedade brasileira. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Jacqueline Sinhoretto e Giane Silvestre discutem a implementação de medidas descarcerizantes previstas na política criminal brasileira. Patrícia Tavares de Freitas investiga a inserção de migrantes bolivianos no trabalho de confecção de roupas em duas metrópoles (Buenos Aires e São Paulo. José Alcides Figueiredo Santos examina as desigualdades raciais manifestas na transmissão intergeracional de vantagens e desvantagens de origem de classe social. Fechando a seção, César Sabino discute o impacto das novas formas de trabalho mediadas por tecnologias digitais.

A seção **Interfaces** traz o trabalho de Mércia Alves, que analisa a organização de campanhas eleitorais nos municípios, a partir de um estudo de caso da cidade de Guarulhos (SP).

Na seção **Resenhas**, Gabriel Peters, comenta a biografia *Simone de Beauvoir: uma vida*, de Kate Kirkpatrick, publicada no Brasil em 2020 pela editora Planeta do Brasil. Lucas Voigt resenha o livro de Mónika Fodor, *Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives: politics of the untold*, publicado pela Routledge em 2020.

A seção **Brazil Today** traz o trabalho de Danielle Tega, "*Political memories and feminist resistance*" sobre testemunhos de mulheres que lutaram contra as ditaduras no Brasil e na Argentina.

Colaboram nesta edição:

José Carlos Gomes dos Anjos (Org.)
Miriam Steffen Vieira (Org.)

Carmelita Afonseca Silva
Carla Indira Carvalho Semedo
Diana Manrique García
Eufémia Vicente Rocha
Natalia Velloso Santos
Vladmir Ferreira
Amurabi Oliveira
Marina Félix Melo
Mayres Pequeno
Quemuel Baruque Rodrigues
Diogo Cunha
Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro
Sergio Barreira de Faria Tavolaro
Rodrigo Ghiringhelli Azevedo
Jacqueline Sinhoretto
Giane Silvestre
Patrícia Tavares de Freitas
José Alcides Figueiredo Santos
César Sabino
Mércia Alves
Gabriel Peters
Lucas Voigt
Danielle Tega

Programa de apoio à Edição de Periódicos
UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL